

UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras  
Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em História  
Mestrado em História, Poder e Práticas Sociais

EDINA RAUTENBERG

**A REVISTA VEJA E AS EMPRESAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL (1968-1978)**

Marechal Cândido Rondon  
2011

EDINA RAUTENBERG

**A REVISTA *VEJA* E AS EMPRESAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL (1968-1978)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre.

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Carla Luciana Silva

Marechal Cândido Rondon  
2011

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)  
(Biblioteca da UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR.,  
Brasil)

Rautenberg, Edina  
R249r      A revista *Veja* e as empresas da construção civil (1968-  
1978) / Edina Rautenberg. – Marechal Cândido Rondon, 2011  
422 p.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Carla Luciana Silva

Dissertação (Mestrado em História) - Universidade  
Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido  
Rondon, 2011.

1. Revista *Veja* - Empresas de construção civil -  
Ditadura. 2. Ditadura civil militar. 3. Hegemonia. I.  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná. II. Título.

CDD 21.ed. 321.9  
320.014  
CIP-NBR 12899

Ficha catalográfica elaborada por Marcia Elisa Sbaraini Leitzke CRB-9/539

## AGRADECIMENTOS

Terminada mais esta etapa junto à Universidade Estadual do Oeste do Paraná, venho agradecer àqueles que durante seis anos consecutivos estiveram contribuindo à minha caminhada. Aqueles que participaram da minha formação na licenciatura em História e aqueles que contribuíram no aperfeiçoamento durante o mestrado. Findada esta caminhada, entristece-me perceber quantos foram ficando para trás, mas orgulha-me dizer que cheguei até aqui e faço parte da universidade pública.

Entre os que me auxiliaram, agradeço em primeiro lugar à professora Carla Luciana Silva, que pacientemente me orientou desde o primeiro ano da graduação, nos projetos de iniciação científica e depois no trabalho de conclusão de curso. Depois, quando do mestrado, apesar da tentativa de troca de orientação, nosso trabalho permaneceu conjunto. Trabalho que hoje percebo orgulhosamente que superou expectativas. Agradeço pelos incontáveis livros emprestados, pelas sugestões, orientações, paciência, pela disposição quando das inseguranças, pela companhia oferecida para participação em eventos... Peço desculpas pelas decepções, pelas cobranças, pelo desleixo ou pelos momentos frustrantes... Termino orgulhosa de saber que contei com uma grande amiga e posso afirmar que foi peça fundamental para a formação que tenho hoje;

Agradecimentos importantes também se devem a todos os professores que me acompanharam. Em especial, aos professores da Linha de Pesquisa “Estado e Poder”, pelas discussões que em muito enriqueceram o trabalho. Agradecimento especial ao professor Gilberto Calil – do qual emprestei alguns livros sem o mesmo saber – pela formação, companhia e discussão da pesquisa; e a professora Sonia Mendonça, pelo aprofundamento das discussões teóricas e pelo incentivo à pesquisa;

O agradecimento se estende também ao Grupo de Estudos “Estado e Poder” e ao Grupo de Estudos “História e Marxismo”, pelas discussões e contribuições. Ao pessoal que trabalhou no laboratório da linha e que compartilhou dos momentos de suor e organização, mas também de alegrias e descontração;

Agradeço a CAPES pelo auxílio financeiro, sem o qual o trabalho não teria o aprofundamento que tem hoje;

A banca de qualificação (Gilberto Calil e Maria Letícia Correa) pela paciência ao ler o denso trabalho e pelas dicas e sugestões que espero terem sido sanadas;

A Iraci Urnau, pela disposição em auxiliar nas questões burocráticas e pessoais;

Aos inúmeros pesquisadores que fui “conhecer” durante os levantamentos bibliográficos e que se dispuseram a oferecer material e dicas; Em especial ao professor Pedro Pedreira Campos, pelos e-mails e troca de artigos;

Aos amigos velhos e aos amigos novos, alguns que descobri durante o mestrado e outros que me apoiaram durante a realização do mesmo. Em especial, ao Ricardo Krupinski pela troca de material para a prova de seleção e pela companhia e auxílio durante os créditos; à Márcia Ten Caten, pelo carinho, apoio, companhia e pelos momentos de descontração que me ajudaram a enfrentar os momentos de “barra” que surgiram; à Rosana Marçal por mais de um ano de convivência, de debates, auxílio e pelas horas que passamos conversando sobre a vida e o pós-mestrado; à Cristiane Bade pela companhia e troca de informações; enfim, a todos que de alguma maneira contribuíram para a conquista do título ao qual busco hoje.

Aos meus pais, Alfonso e Hide, por terem me amparado ao final da graduação, me incentivando e auxiliando para fazer o mestrado e por todo o apoio e sacrifícios do qual dispuseram durante toda a minha vida;

Agradecimento especial ao Leandro Nowotny, pelo incentivo, carinho, cuidados, amizade e atenção... Pelos 18 meses na Dinamarca que me permitiram maior dedicação ao mestrado e à pesquisa, mas que também proporcionaram muitos momentos de consolo, elogios e incentivos através das longas conversas de MSN. Pela sua disposição e auxílio no trabalho com as fontes, através de todos os recursos de editoração de imagens, Photoshops, PrintScreens, etc. Pelo início dos levantamentos, dos quais acabei não utilizando... Por todos os desabafos e por todas as alegrias! Pela sua companhia e amor e por sempre “acreditar no meu potencial”;

Enfim, à todos aqueles que não foram citados aqui mas que direta ou indiretamente contribuíram com a pesquisa...

À todos o meu “muito obrigado” e aos quais dedico este trabalho...

## SUMÁRIO

|                                                                                                                                   |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| INTRODUÇÃO .....                                                                                                                  | 9   |
| CAPÍTULO I – A REVISTA VEJA: DE 23 MIL EXEMPLARES À MARCA DE 300 MIL: <i>Acompanhando a construção editorial da revista</i> ..... | 40  |
| Os primeiros anos de <i>Veja</i> : Mino Carta e a “honestidade” da revista. ....                                                  | 52  |
| <i>Veja</i> estabilizada no mercado: Guzzo e Pompeu – posição de sintonia com a ditadura e seus eixos programáticos .....         | 99  |
| Conclusões parciais .....                                                                                                         | 140 |
| CAPÍTULO II – ESTADO, CAPITALISMO NO BRASIL E EMPREITEIRAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL .....                                              | 144 |
| Estado e constituição do capitalismo industrial no Brasil .....                                                                   | 145 |
| A constituição da burguesia brasileira .....                                                                                      | 168 |
| Criação de infra-estrutura, obras públicas e empreiteiras da construção civil .....                                               | 177 |
| A revista <i>Veja</i> e a seção “Investimentos” .....                                                                             | 201 |
| As empresas da construção civil na seção “Investimentos” de <i>Veja</i> .....                                                     | 213 |
| CAPÍTULO III – VEJA E TRANSAMAZÔNICA: a cobertura da revista em relação à construção da rodovia .....                             | 223 |
| <i>Veja</i> e a Transamazônica – “a maior epopéia do povo brasileiro” .....                                                       | 229 |
| CAPÍTULO IV – VEJA E A PONTE RIO-NITERÓI: O discurso da revista sobre a construção da ponte. ....                                 | 280 |
| <i>Veja</i> e a Ponte Rio – Niterói: “a ponte de ouro sobre o mar de lama” .....                                                  | 289 |
| CAPÍTULO V – VEJA E ITAIPU: o discurso da revista sobre a construção da hidrelétrica .....                                        | 321 |
| <i>Veja</i> , as hidrelétricas e a Itaipu – “o mamute hidrelétrico” .....                                                         | 329 |
| Um parêntese aos trabalhadores em <i>Veja</i> .....                                                                               | 376 |
| CONCLUSÃO .....                                                                                                                   | 388 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....                                                                                                  | 396 |
| ANEXOS .....                                                                                                                      | 408 |

## RESUMO

A dissertação buscou investigar o discurso e posicionamento da revista semanal *Veja*, de publicação da Editora Abril, sobre as empresas da construção civil durante a ditadura civil-militar brasileira, tomando como recorte os dez primeiros anos da revista (1968-1978). Como delimitação, selecionamos três das principais obras construídas naquele período para assim, problematizar o discurso de *Veja* em relação às obras e, em especial, as suas construtoras. Para isto trabalhamos com a Rodovia Transamazônica, a Ponte Rio-Niterói e a Hidrelétrica de Itaipu. Iniciamos a dissertação apresentando nosso objeto de estudo, a revista *Veja*, situando-a no contexto político em que foi criada (1º Capítulo), passando por uma discussão bibliográfica, que situa a formação do capitalismo e do Estado capitalista no Brasil e sua especificidade sob o regime militar (2º Capítulo). Estes dois primeiros capítulos estão concentrados no Volume I. O Volume II suporta o cerne de nossa pesquisa, onde analisamos a posição de *Veja* em relação às construtoras e as obras analisadas. O terceiro capítulo baseia-se na análise do discurso e posição de *Veja* em relação à construção da Rodovia Transamazônica, cujas obras iniciaram em 1970, pelas construtoras Camargo Correa, Rabello S/A, EIT, Queiroz Galvão, Mendes Júnior, S.A. Paulista, Paranapanema, e pelos Batalhões de Engenharia e Construção do Exército (BECs). O quarto capítulo trabalhou com a análise de *Veja* sobre a construção da Ponte Presidente Costa e Silva, popularmente conhecida como Ponte Rio-Niterói, cujas construções iniciaram em 1969, pelo Consórcio Construtor Guanabara, formado pelas empresas Camargo Correa, Mendes Júnior, Rabello S.A. e Sérgio Marques de Souza. Devido à escassa bibliografia sobre o tema, o capítulo procurou apresentar os acontecimentos que envolveram a construção da obra, bem como analisar como *Veja* foi se posicionando em relação a mesma. O quinto capítulo analisou o discurso e a posição de *Veja* em relação à construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, cujas obras tiveram início em 1975. A construção ficou a cargo de dois consórcios, um brasileiro e um paraguaio: UNICON (União de Construtoras Ltda), brasileiro, formado pelas empresas Cetenco Engenharia Ltda, CBPO – Cia brasileira de Pavimentação e Obras, Camargo Correa, Andrade Guttierrez e Mendes Junior; e CONEMPA (Consórcio de Empresas Construtoras Paraguaiaias), formado pelas empresas Barrail Hermanos, Cia. General de Construcciones, ECCA. S.A., Ing. Civil Hermanos Baumam, ECOMIPA – Emp. Const. Min. Paraguaya e Jiménez Gaona & Lima. Esperamos com este trabalho demonstrar a relação de *Veja* com a ditadura e também com as empresas de construção civil (que cresceram graças às políticas ditatoriais), demonstrando e problematizando estas relações de poder que permeiam a sociedade civil e a posição de *Veja* dentro destas relações.

Revista *Veja*, Empresas da construção civil, Ditadura civil-militar, Hegemonia

## **ABSTRACT**

### **Veja Magazine and the civil construction companies (1968-1978)**

This study would investigate the speech and the standpoint of the *Veja* Magazine, of the publishing house Abril, about the civil construction companies during the Brazilian dictatorship civil-military, taking as cut out the magazine's first ten years (1968-1978). As delimiting, it was selected three of the main works built in that period and then problematize the *Veja*'s speech about the works and specially about their builders. Thereunto, it was analysed the speech of the magazine about these works: Transamazonica Highway, the Rio-Niteroi Bridge and Itaipu Dam. The dissertation was initiated presenting our study object, the *Veja* magazine, and it was situated on its political context, where it was created (first chapter), it was through a bibliographic discussion, that situates the formation of the capitalism and the capitalism State in Brazil, also its specificities about the military regime (second chapter). These first two chapters are concentrated on the Volume I. The Volume II supports the core of our research, where we analysed the *Veja*'s viewpoint in relation of the builders and the works analysed. The third chapter is based on discourse analysis and on the *Veja*'s viewpoint about the Transamazonica Highway construction, whose works have started in 1970 by the builders: Camargo Correa, Rabello S/A, EIT, Queiroz Galvão, Mendes Júnior, S. A. Paulista, Paranapanema, and by the Battalions of Engineering and the Army Building (BECs). The fourth chapter worked with the *Veja*'s analysis about the construction of the Presidente Costa e Silva Bridge, popularly known as Rio-Niterói Bridge, whose construction have started in 1969, by the Builder Consortium Guanabara, formed by the companies Camargo Correa, Mendes Junior, Rabello S. A. and Sérgio Marques de Souza. Despite the scarce bibliography about the theme, the chapter tried to present the events that involved the construction of the work, even as analysed how *Veja* was positioning itself in relation to the work. The fifth chapter analysed the discourse and the *Veja*'s viewpoint about the construction of the Itaipu Hydroelectric Power Plant, whose works have started in 1975. The construction was in charge of two consortia, one was Brazilian and another Paraguayan. The UNICON (Union of Construction Ltd.), Brazilian, formed by the Cetenco Engineering Ltd., CBPO – Brazil's Cia Paving and Construction, Camargo Correa, Andrade Gutierrez and Mendes Junior Companies; and CONEMPA (Consortium of Paraguayan Construction Companies), formed by Barrail Hermanos, Cia. General of Construcciones, ECCA. S. A., Ing. Civil Hermanos Baumam, ECOMIPA – Emp. Const. Min. Paraguaya e Jiménez Gaona & Lima Companies. We hope with this work demonstrate the relation of *Veja* with the dictatorship and also with the civil construction companies (that grew up because of the dictatorial policies), demonstrating and questioning these power relations permeating the civil society and the viewpoint of *Veja* into these relations.

*Veja* Magazine – civil construction companies – dictatorship civil-military – hegemony

## INTRODUÇÃO

### *Sobre a questão da totalidade*

A entrada em um programa de mestrado de caráter público pressupõe conhecimento e dedicação. Para algumas pessoas, chega a caracterizar-se quase como a realização de um sonho. Não pretendemos narrar aqui nossa trajetória de pesquisa, já que uma consulta rápida ao *lattes* proporciona uma visão geral disto. Porém, gostaríamos de demonstrar como a questão da totalidade passou a fazer sentido em nossas pesquisas, apesar de ter sido “aprofundada” através de um certo “amedrontamento”.

Quando da prova de seleção do mestrado, a questão “objetividade e subjetividade na produção do conhecimento histórico”, representava-nos insegurança e incertezas. A opção pelo tema memória, totalmente distante de nossas discussões teórico/metodológicas, causou estranhamento na banca de entrevista, considerando nossa trajetória de discussão dentro do marxismo, através de grupos como o Grupo de Estudos História e Marxismo e do próprio Grupo de Pesquisa Estado e Poder.

Revertendo o quadro de grande porcentagem de ingressantes que optaram pela questão da memória, nosso primeiro contato com as aulas do mestrado revelaram uma enxurrada de discussões sobre a totalidade. Neste sentido, destacamos a importância do primeiro texto, quatro pequenas folhas de Xerox deixadas pela professora Sonia Mendonça, que nos mostraram o nível de discussões que iria nos acompanhar durante os créditos do mestrado: “O

*método da economia política*”, de Karl Marx... Discussões estas que nos nortearam durante toda a carga teórica que viria a nos acompanhar depois.

Karl Marx em “O método da economia política”, demonstra que a realidade concreta jamais será apreendida enquanto tal. O real existe, mas ele só pode ser apreendido através do pensamento. Neste sentido, o método mais próximo para se chegar a realidade real é através do concreto pensado. O método proposto por Marx parte do concreto (análise), donde extrai abstrações simples. O abstrato é produto do pensamento e consiste na representação mental de um elemento da realidade empírica, tal como esta se reflete de modo direto no pensamento. De posse dessas abstrações simples, volta ao concreto, que não é mais o concreto por ele só e sim, um conceito, o concreto pensado. Antes de conhecer a forma específica e direta, precisamos saber por quais categorias simples e fundantes se deve começar para alcançar uma dada realidade (totalidade) concreta. Aí se situa a questão do método de Marx: partir das categorias simples que constituem a chave para o êxito do processo de totalização teórica.

O capital, por exemplo, não é nada sem trabalho assalariado, sem valor, dinheiro, preços, etc. Se começasse, portanto, pela população, elaboraria uma representação caótica do todo e por meio de uma determinação mais estrita, chegaria analiticamente, cada vez mais, a conceitos mais simples; do concreto representado, chegaria a abstrações (universalidades) cada vez mais tênues, até alcançar as determinações mais simples. Chegado a este ponto, teria que voltar a fazer a viagem de modo inverso, até dar de novo com a população, mas desta vez não como uma representação caótica de um todo, porém como uma rica totalidade de determinações e relações diversas<sup>1</sup>.

O concreto aparece no pensamento como processo de concentração, resultado, não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida. “*No primeiro caminho a representação plena volatiliza-se na determinação abstrata; no segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento*”<sup>2</sup>. E é neste sentido que Marx rompe com Hegel, no que diz respeito às relações entre o ser e o pensamento: “*o pensamento agora não sai em busca de idéias ‘em si mesmas’, mas de idéias (noções, categorias, conceitos, leis, etc.) que são capazes de expressar o mecanismo central de constituição e articulação do real concreto, a essência desse real concreto*”<sup>3</sup>.

Ainda no sentido de relatar nossa “aproximação” com as discussões da totalidade, não podemos deixar de destacar o papel de Karel Kosik nesta caminhada. Depois de ler, fichar, reler e anotar, ainda não nos sentíamos entendidos em relação às idéias de “concreticidade” e

---

<sup>1</sup> MARX, Karl. *O método da economia política*. IN: FERNANDES, Florestan (Org.). **Marx-Engels: História**. São Paulo: Ática, 1983. p.409-10.

<sup>2</sup> Idem. P.410.

<sup>3</sup> CARVALHO, Edmilson. *A totalidade como categoria central na dialética marxista*. **Outubro**, São Paulo, n.15, 2007. p.192.

“pseudoconcreticidade”, “aparência” e “essência”. Se rezar adiantasse, não teríamos tanta sorte. Sendo sorteada para apresentar, passamos as quatro aulas mais compridas de todo o período de mestrado. Que desespero! Saímos de lá meio tontos até... Mas valeu a pena! As discussões posteriores fizeram as primeiras fazerem sentido e, as matérias em outras disciplinas<sup>4</sup> complementavam com elementos que nos faziam perceber esta dimensão de totalidade.

Karel Kosik afirma que o método de ascensão do abstrato ao concreto é o método do pensamento. A ascensão do abstrato ao concreto não é a passagem de um plano (sensível) para outro plano (racional). É um movimento no pensamento e do pensamento. Segundo Kosik,

A ascensão do abstrato ao concreto é o método do pensamento; em outras palavras, é um movimento para o qual todo início é abstrato e cuja dialética consiste na superação desta abstratividade. O progresso da abstratividade à concreticidade é, por conseguinte, em geral movimento da parte para o todo e do todo para a parte; do fenômeno para a essência e da essência para o fenômeno; da totalidade para a contradição e da contradição para a totalidade; do objeto para o sujeito e do sujeito para o objeto. O processo do abstrato ao concreto, como método materialista do conhecimento da realidade, é a dialética da totalidade concreta, na qual se reproduz idealmente a realidade em todos os seus planos e dimensões. O processo do pensamento não se limita a transformar o todo caótico das representações no todo transparente dos conceitos; no curso do processo o próprio todo é concomitantemente delineado, determinado e compreendido<sup>5</sup>.

Edmílson Carvalho afirma que uma das categorias mais fundamentais no processo de produção dialética do conhecimento é a de *totalidade*. Entretanto, segundo Carvalho, para que a totalidade seja uma categoria dialética, sua constituição passa por alguns procedimentos filosóficos. A fragmentação do todo elimina a possibilidade de conhecê-lo como tal. Segundo Carvalho,

Numa totalidade o conhecimento das partes e do todo pressupõe uma reciprocidade, porque o que confere significado tanto ao todo quanto às diversas partes que o formam são determinações, dispostas em relações, que exatamente perpassam e completam a transversalidade do todo, de modo que não pode haver conhecimento de um todo ou de partes dele se, amputada a totalidade e desconhecida suas leis, não é possível captar a amplitude de determinações ontológicas das partes e da totalidade – determinações que só podem ser apreendidas se a análise percorre a transversalidade essencial do todo<sup>6</sup>.

Como ressalta Kosik, totalidade não significa todos os fatos. A totalidade significa a realidade como um todo, estruturado, dialético, no qual um fato qualquer pode vir a ser

---

<sup>4</sup> Como exemplo a disciplina de Poder e Hegemonia, ministrada pela professora Dra. Carla Silva, onde a questão da totalidade foi introduzida como forma de chegarmos até o nosso referencial teórico, Antonio Gramsci.

<sup>5</sup> KOSIK, Karel. *Dialética da totalidade concreta*. IN: **Dialética do concreto**. 2ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1976. p.30.

<sup>6</sup> CARVALHO, Edmílson. Op. Cit. p.181.

racionalmente compreendido. Os fatos são conhecimento da realidade, segundo Kosik, se são compreendidos como fatos de um todo dialético, se são entendidos como partes estruturais do todo. *“Sem a compreensão de que a realidade é totalidade concreta – que se transforma em estrutura significativa para cada fato ou conjunto de fatos – o conhecimento da realidade concreta não passa de mística, ou a coisa incognoscível em si”*<sup>7</sup>. O homem é concebido como sujeito objetivo, histórico-social. Para se conhecer a transversalidade conectiva do todo não se faz necessário conhecer todas as partes, mas sim conhecer a lógica que preside a sua conexão. O princípio metodológico da investigação dialética da realidade social é o ponto de vista da totalidade concreta que, antes de tudo, significa que cada fenômeno pode ser compreendido como momento do todo. Além disso, a totalidade precisa ser percebida em constante movimento. Segundo Kosik, o pensamento dialético parte do pressuposto de que o conhecimento humano se processa num movimento em espiral, do qual cada início é abstrato e relativo. Segundo Kosik,

Se a realidade é um todo dialético e estruturado, o conhecimento concreto da realidade não consiste em um acrescentamento sistemático de fatos a outros fatos, e de noções a outras noções. É um processo de concretização que procede do todo para as partes e das partes para o todo, dos fenômenos para a essência e da essência para os fenômenos, da totalidade para as contradições e das contradições para a totalidade; e justamente neste processo de correlações em espiral no qual todos os conceitos entram em movimento recíproco e se elucidam mutuamente, atinge a concreticidade. O conhecimento dialético da realidade não deixa intactos os conceitos no ulterior caminho do conhecer; não é uma sistematização dos conceitos que procede por soma, sistematização essa fundada sobre uma base imutável e encontrada uma vez por todas: é um processo em espiral de mútua compenetração e elucidação dos conceitos, no qual a abstratividade (unilateralidade e isolamento) dos aspectos é superada em uma correlação dialética, quantitativo-qualitativa, regressivo-progressiva. A compreensão dialética da totalidade significa não só que as partes se encontram em relação de interna interação e conexão entre si e com o todo, mas também que o todo não pode ser petrificado na abstração situada por cima das partes, visto que o todo se cria a si mesmo na interação das partes<sup>8</sup>.

Kosik demonstra que cada fato em sua essência ontológica, reflete toda a realidade e o significado objetivo dos fatos consiste na riqueza e essencialidade com que eles completam e ao mesmo tempo refletem a realidade. O conhecimento da realidade é um processo de apropriação teórica, onde a atividade do homem, do cientista, é condição necessária ao conhecimento objetivo dos fatos. Esta atividade que revela o conteúdo objetivo e o significado dos fatos é, segundo Kosik, o método científico. Edmílson Carvalho resume alguns dos traços constitutivos universais da totalidade:

Em primeiro lugar, ela aparece como uma rede de relações, as fundadoras e as demais, a partir de uma determinada centralidade; em segundo, ela também aparece,

---

<sup>7</sup> KOSIK, Karel. Op. Cit. p.36.

<sup>8</sup> Idem. P.42.

simultaneamente, como uma unidade concreta das contradições que se chocam no seu interior e que exatamente expressam o seu conteúdo e o seu movimento; em terceiro, fica evidenciado o fato de que qualquer totalidade contém totalidades a ela subordinadas – totalidades internas e inferiores – e está contida em totalidades mais abrangentes, mais complexas e situadas numa escala superior; em quarto, e por último, fica também evidenciado o caráter histórico, portanto transitório, da totalidade, de qualquer totalidade dada. Nisso reside, finalmente, a categoria totalidade do ponto de vista da dialética materialista. É essa categoria que o método de Marx revela: uma totalidade jamais idealizada, porque esse método não finge que constrói o conhecimento, como fazem as grandes formulações idealistas, por meio de uma série de associações, total ou parcialmente arbitrárias, de idéias – porque descoladas dos aspectos decisivos do real concreto, em cuja transformação o sujeito que a pensa age direta e ativamente.<sup>9</sup>

Jaime Osório, afirma que o conhecimento da totalidade não significa que podemos alcançar um conhecimento de tudo o que acontece na sociedade e sim os elementos que articulam, organizam e hierarquizam a vida em sociedade e que fazem com que seja possível que se reproduzam, material e socialmente, de uma maneira determinada. Entretanto, Osório ressalta que

la totalidad marxista, por com parte, se asume como com unidad contradictoria, lo que significa que, de manera 13eequíbr, se la concibe como unidad y lucha de opuestos, que se conforma com pólos sociales que se atraen y se repelen, siendo 13ee clases y la lucha de clases su expresión societal más importante<sup>10</sup>.

Kosik demonstra que a dialética materialista como método de explicitação científica da realidade humano-social não é um método da redução (não significa emparelhamento dos fenômenos de cultura aos equivalentes econômicos, nem redução da cultura a fator econômico). A dialética “*é o método da reprodução espiritual e intelectual da realidade é o método do desenvolvimento e da explicitação dos fenômenos culturais partindo da atividade prática objetiva do homem histórico*”<sup>11</sup>.

### *O recorte do projeto*

Passadas estas discussões – que não pretendemos aprofundar aqui, apenas demonstrar como passaram a fazer sentido nas nossas pesquisas –, nos deparamos com os cortes no projeto. As discussões na oficina com a Sonia Mendonça, realizadas em conjunto com nossa linha de pesquisa, as orientações com a professora Carla Silva, a disciplina de Seminário de

---

<sup>9</sup> CARVALHO, Edmilson. Op.Cit. P.188-9.

<sup>10</sup> OSORIO, Jaime. *Crítica de la ciencia vulgar.Sobre epistemologia y método em Marx. Herramientas: Revista de Debates y Crítica Marxista*. Buenos Aires, jul.2004, n.26. p.95.

<sup>11</sup> KOSIK, Karel. Op. Cit. p.32.

Pesquisa, nos provaram aquilo que não queríamos ver: o projeto estava muito amplo. Sugestões de um lado, críticas do outro, nos mostravam a necessidade de muitos cortes e definições no projeto. Mas o sentido que as discussões realizadas nas disciplinas do primeiro semestre fizeram para nossa concepção de ver a história, nos deixavam inseguros quanto ao medo de perder de vista a totalidade. Além disso, o fato de ingressarmos no mestrado com esperança de responder todas as indagações da pesquisa, nos frustrava com a possibilidade de não acontecer. Mas os vencimentos dos prazos e o aprofundamento das discussões nos provaram de que cortes eram necessários, e nos orientaram para a possibilidade de diminuirmos o recorte e as questões sem perder de vista a totalidade.

Torna-se importante destacar também, o papel que o conhecimento das pesquisas de Pedro Pedreira Campos, sobre as empreiteiras de construção civil, tiveram na definição de nosso recorte, já que elas nos forneceram a base que sentíamos falta para encarar a questão das empreiteiras que já havia nos indagado durante a graduação. Tendo em vista nossa trajetória de pesquisa sobre a revista *Veja* durante o período da ditadura militar brasileira<sup>12</sup>, um dos elementos que nos chamou muito a atenção durante levantamentos anteriores de fontes, foi à forte presença das empreiteiras da construção civil nas páginas da revista. Nosso objetivo com o trabalho era perceber o discurso da revista em relação às chamadas “grandes obras” do governo militar (Transamazônica, Ponte Rio-Niterói e Hidrelétricas), entretanto, a ênfase da revista em praticamente todas as matérias fichadas, era voltada para a figura dos empreiteiros. Identificando o papel ao qual ficou encarregado o Estado na sustentação do modelo econômico capitalista, através da viabilização do programa de infra-estrutura e com a construção de rodovias, um dos grandes setores de alavancagem foi o setor da construção civil. Qual o motivo dessa ênfase de *Veja* para os empreiteiros? Qual o objetivo da revista ao priorizar esta questão? Além disso, procuramos perceber se a revista expressa o embate de projetos desse setor. É evidenciado nas matérias da revista as disputas no âmbito das matrizes (energéticas, rodoviárias)? Qual a posição da revista? Estas são algumas perguntas que procuramos responder com a pesquisa.

Nossa hipótese de trabalho é de que a revista *Veja* tinha vínculos de classe com este setor específico do capital nacional, as empresas de construção civil. Apesar de ser grande a tentação de procurar perceber até onde esses vínculos eram econômicos, nosso objetivo prioriza perceber a revista *Veja*, como aparelho privado de hegemonia, com afinidades

---

<sup>12</sup> Projetos de Iniciação Científica, onde trabalhei com as guerrilhas em *Veja* em um primeiro momento e, com as “grandes obras” do governo militar, em meu último projeto; e Trabalho de Conclusão de Curso, onde trabalhei com a questão das multinacionais da revista.

políticas em torno de alguns projetos dessas empresas de construção, que serão percebidas através do discurso da revista. *Veja* é entendida enquanto um aparelho privado de hegemonia na busca/construção do consenso e também como lugar de articulação de interesses políticos e econômicos. É importante ressaltar também que a revista expressa conflitos intra-setor de construção civil e também relativos a outros setores. Entretanto, o setor da construção civil é o recorte privilegiado neste trabalho, sem perder de vista que *Veja* é também palco de disputas entre interesses diversos.

Outra explicação para a maior visibilidade do setor de bens de capital em relação ao restante dos empresários em outros setores da atividade industrial na imprensa é, como supõe Renato Boschi em sua análise ao *Jornal do Brasil*<sup>13</sup>, o reflexo da definição governamental de prioridades na área de bens de capital, como também o fato de os empresários no setor de bens de capital tenderem a ser considerados como porta-vozes dos segmentos mais organizados da elite industrial no Brasil. Tal papel coloca-os numa posição estratégica no que se refere às possibilidades de mudança no regime brasileiro, na medida em que sua opinião adquire um peso fundamental em termos da consideração pública e governamental.

Lembramos ainda que utilizamos o termo “empresariado brasileiro”, incorporando todos os que atuavam no Brasil, independentemente de sua origem nacional, entendendo que o mesmo não era homogêneo nem tinha posições políticas idênticas. Uma reflexão em relação à “burguesia nacional” é realizada por Renato Boschi em “Elites industriais e democracia”. Segundo Boschi,

Essa é uma das razões pelas quais, ao invés de se caracterizar a burguesia nacional como nacionalista, como foi o caso das discussões políticas na década de 1950, a preocupação aqui se volta para a sua caracterização enquanto burguesia. Quanto a esse aspecto é importante avaliar as conexões grupais dos empresários brasileiros em vista da mudança econômica e política que teve lugar após 1964. Em outras palavras, a ênfase analítica deve ser deslocada, de uma preocupação com a ideologia atribuída aos empresários, para uma ênfase em sua organização enquanto classe e das implicações políticas que a noção de classe acarreta. Se durante a década de 1950 a literatura enfatiza a noção de uma burguesia NACIONAL, atualmente, o ponto de interesse deve ser a noção de uma BURGUESIA nacional. Só então a análise poderia se concentrar na consideração de seus valores políticos<sup>14</sup>.

Conforme demonstra Boschi, à medida que avançava o processo de industrialização, os próprios grupos industriais tendiam a se atomizar em função de um padrão de produção diversificado e diferenciado. Simultaneamente à atomização dos grupos industriais locais em diferentes áreas de atividade industrial, seus grupos de interesses tendiam a se multiplicar e se

---

<sup>13</sup> BOSCHI, Renato Raul. **Elites industriais e democracia**: hegemonia burguesa e mudança política no Brasil. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. P.213-14.

<sup>14</sup> Idem. P.108.

especializar numa variedade de áreas segmentadas. Após 1964, ambas as tendências se acentuaram, de um lado por um crescimento da competição intersetorial, e de outro, pelo aparecimento de uma variedade de novas associações de interesses à margem da estrutura corporativa oficial. Além disso, como ressalta Boschi, é importante focalizar as alianças que seus diferentes segmentos podem, com alguma probabilidade, estabelecer quer com o Estado, quer com grupos multinacionais. Segundo Boschi,

É precisamente em termos das possibilidades de estabelecimento de alianças, numa situação de ganhos mútuos, que o modelo internacionalizado e estatizado do período pós-1964 significou uma mudança importante para os grupos industriais nacionais. Isso se aplica particularmente àqueles segmentos da indústria local que se consolidaram no mercado no decorrer dos anos, podendo assim acompanhar a expansão suscitada pela internacionalização e pelas atividades econômicas do Estado. É nesse sentido que as articulações políticas dos empresários nacionais estão intimamente relacionadas a seu status econômico no modelo do tripé composto pelas empresas estatais, as corporações multinacionais e os grupos industriais locais<sup>15</sup>.

A pesquisa de Boschi permite afirmar que a linha básica da competição intra-capitalista não está nas linhas de origem do capital, mas em relação aos segmentos oligopolistas e não-oligopolistas. Segundo ele, se o nacionalismo for entendido como hostilidade ao capital estrangeiro, ele está longe de compor consistentemente o universo ideológico da elite industrial. Boschi demonstrou que a elite local era favorável a um programa de desenvolvimento associado, desde que fosse garantido aos grupos industriais locais um espaço econômico dentro do sistema.

Boschi evidencia ainda um quadro bastante complexo das relações entre as elites empresariais, seus diferentes segmentos e o aparelho de Estado. Segundo ele, *“a observação mais geral que poderia ser feita acerca deste complexo quadro é que ele é provavelmente resultado do processo de progressiva mudança ou adaptação da estrutura corporativa afetada pela atuação, tanto da classe quanto do Estado”*<sup>16</sup>.

Segundo Boschi, o controle exercido pelo Estado sobre os empresários não os impede de ter um comportamento dinâmico próprio. Além disso, é útil mencionar o papel desempenhado pela dupla estrutura de representação de interesses em termos da administração do conflito intra-classe. Segundo Boschi, a utilização das duas estruturas por setores específicos da classe empresarial tende a circunscrever o poder numérico de pequenas e médias empresas ao âmbito dos sindicatos, ao mesmo tempo permitindo à elite empresarial uma atuação através das associações ou diretamente com o governo.

---

<sup>15</sup> Idem. P.110.

<sup>16</sup> Idem. P.177.

Neste sentido, nosso trabalho parte destas discussões, procurando não caracterizar os empresários como burguesia nacional e sim burguesia brasileira, entendendo que estes não eram homogêneos nem tinham posições políticas idênticas. A análise leva em conta a vinculação, no empresariado brasileiro, do tripé formado pelas empresas “nacionais”, o Estado e as multinacionais.

A pesquisa vem se somar também a uma série de pesquisas sobre a revista *Veja*, que procuram contestar (ou não) o papel da imprensa como neutra e capaz de tratar dos embates sem assumir-se como parte interessada. Pretendemos não só denunciar o mito da imparcialidade, mas demonstrar os mecanismos de manipulação utilizados pela imprensa. Além disso, pretendemos contribuir com o trabalho, no sentido de demonstrar que a revista possui interesses de classes, e como eles são percebíveis na revista. As empresas de construção civil possuem relações de poder importantes na constituição do capitalismo brasileiro. Entretanto, são poucas as pesquisas realizadas em torno delas. Esperamos com este trabalho contribuir para as discussões em torno das relações entre o Estado e o Poder e a função da imprensa enquanto instrumento de construção de hegemonia.

### *Fontes e Metodologia*

Nossa pesquisa se baseará na análise de exemplares da revista *Veja* entre os anos de 1968 e 1978. O acervo encontra-se no Laboratório de Estado e Poder da Linha de Pesquisa História e Poder do Mestrado de História da Unioeste. Além disso, a revista *Veja*, através de um “investimento” de R\$ 3 milhões e patrocínio do Banco Bradesco, digitalizou todo o seu acervo em dezembro de 2008, o que melhor viabilizará a nossa pesquisa. O projeto foi desenvolvido por *Veja* em parceria com a Digital Pages, empresa responsável por estruturar a digitalização de cada uma das mais de 2.000 edições e converte-las em revistas digitais<sup>17</sup>. O trabalho de digitalização durou 12 meses.

O trabalho consistirá em análise das fontes em concomitância com as leituras teóricas. Para a análise de nossas fontes, baseamo-nos em recursos e elementos da análise de discurso. Outra ferramenta metodológica que nos utilizaremos para a pesquisa consiste na investigação do emprego de técnicas de manipulação da informação, fundamentada pelo livro “Padrões de Manipulação na Grande Imprensa”, de Perseu Abramo<sup>18</sup>.

---

<sup>17</sup> <http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>

<sup>18</sup> ABRAMO, Perseu. **Padrões de Manipulação na Grande Imprensa**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

Ao realizarmos a análise do discurso de *Veja*, estaremos tentando identificar o posicionamento da revista enquanto Aparelho Privado de Hegemonia, além de caracterizar a utilização por *Veja*, desses “padrões de manipulação”, que são descritos por Abramo, visando uma distorção da realidade, orientando para a ação através da tentativa de formação da opinião.

A dinâmica de trabalho consistiu, inicialmente, em imprimir e ler todos os editoriais da revista durante os anos de 1968 a 1978. Foram 537 editoriais analisados, correspondendo ao período de 11/09/1968 a 20/12/1978. Estes nos serviram de base para uma compreensão mais ampla da revista no período, já que é através do editorial que a revista apresenta de maneira mais clara seu posicionamento. Esta análise inicial deu origem ao nosso primeiro capítulo, como demonstraremos a seguir.

Em seguida, as matérias específicas sobre as chamadas “grandes obras” do setor de construção civil, parcialmente já levantadas em pesquisas anteriores<sup>19</sup>, foram impressas, fichadas e analisadas para evidenciar o posicionamento da revista frente a estas obras e os grupos responsáveis por elas. Estas matérias encontram-se na seção “Brasil” e/ou “Economia & Negócios”, sendo que evidenciamos na referência da fonte a seção onde a mesma se encontra. Em alguns casos, a matéria constituía-se em reportagem de capa, momento, portanto em que procuramos conciliar a análise com a leitura da capa, da “Carta ao Leitor” e da reportagem. As matérias foram divididas em grupos de acordo com suas temáticas, dando origem aos capítulos 3, 4 e 5.

Para desenvolvermos a discussão, empregamos o recorte temporal de 1968 a 1978, que nos permitiu analisar o discurso da revista desde o seu lançamento, em 11 de setembro de 1968, quando o Brasil já vivia em um sistema político de ditadura há quatro anos, até o término da chamada “1ª fase de distensão”, caracterizada por David Maciel<sup>20</sup>. O ano de 1978 foi adotado como recorte por uma série de elementos:

Primeiro, tendo em vista as fases caracterizadas por David Maciel para o processo de transição da ditadura militar à Nova República. Maciel defende alguns períodos no regime ditatorial, que são definidos pelas situações e correlações de forças: 1964-67: Vitória da perspectiva cazarista militar, 1967-69: Consolidação e aperfeiçoamento do cazarismo; 1969-

---

<sup>19</sup> Especialmente na pesquisa de Iniciação Científica, entre 2007 e 2008, quando trabalhamos com as grandes obras da ditadura militar, durante o período de 1968 a 1975. Neste sentido, nosso levantamento atual partiu de 1975 a 1978, recorrendo à uma nova análise entre 1968 a 1975 somente em períodos de dúvidas ou necessidade de mais fontes sobre a questão.

<sup>20</sup> MACIEL, David. **A argamassa da ordem**: da ditadura militar à Nova República (1974-1985). São Paulo: Xamã, 2004.

74: Conformação prática da institucionalidade autoritária; 1974-77: Primeira fase da distensão; 1977-82: Período das reformas institucionais (segunda fase da distensão); 1982-85: Crise da ditadura. Portanto, nosso recorte compreenderá este período que se estende até o fim da primeira fase da distensão e o fim do governo Geisel, procurando perceber o posicionamento da revista em relação às políticas econômicas dos diferentes governos.

O recorte leva em conta o período de ápice e crise do chamado “milagre econômico” brasileiro e, principalmente, o II PND, um plano econômico lançado no final de 1974, como tentativa de reverter à crise conjuntural da economia brasileira. O II PND teria, portanto, a finalidade de retirar do atraso o setor de meios de produção e aumentar o investimento nas indústrias de base. Neste sentido, procuremos perceber o posicionamento de *Veja* frente estas diversas fases econômicas.

Outro elemento levado em conta quando do recorte, são as pesquisas realizadas por Pedro Campos, onde ele caracteriza a internacionalização das empresas de construção civil como característica do final da década de 70. Com exceção da Mendes Júnior, que solitariamente participou de alguns projetos no exterior já em 1969, as demais firmas de obras pesadas começaram a se internacionalizar em fins de 1970. Segundo Campos,

Em 1979, a construtora Norberto Odebrecht iniciou obras de barragens no Chile e no Peru, consolidando sua fase internacional iniciada com a construção feita no Paraguai, a partir de 1973. Em 1978, a Camargo Corrêa começou a construção da hidrelétrica de Guri, na Venezuela, a segunda em potência do mundo, então, com capacidade instalada de 10.300 MW. Em 1983, a Andrade Gutierrez estabeleceu o seu primeiro projeto no exterior, o de uma rodovia no Congo. Com uma barragem próxima a Montevidéu, a Queiroz Galvão fincou os pés na América Latina, em 1984<sup>21</sup>.

Neste sentido, optamos por priorizar o setor da construção civil até esse momento em que se inicia o processo de internacionalização, não tendo esta característica como ponto de discussão principal na pesquisa.

Colado a esta perspectiva, está a construção da usina de Itaipu, uma das “obras faraônicas” do governo militar, que se inicia em 1975. Apesar de a conclusão das obras se darem apenas em 1982, acreditamos que o recorte dará conta de perceber as discussões realizadas em torno das empreiteiras dessa obra.

### *O instrumental teórico-metodológico*

---

<sup>21</sup> CAMPOS, Pedro. *As origens da internacionalização das empresas de engenharia brasileiras*. IN: **Simpósio de Pós-Graduação em História Econômica**. São Paulo. ABPHE (Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica). 2008. p.6.

Contrapondo a visão liberal, problematizamos a imprensa através das reflexões realizadas pelo filósofo italiano Antonio Gramsci, tratando os aparelhos privados de hegemonia como trincheiras na guerra de posições, ou seja, instrumentos para o embate hegemônico. Nosso trabalho busca tratar a imprensa como parte da sociedade e portadora de interesses de classe. Portanto, procuramos neste momento, explicitar as discussões teóricas e conceituais sobre temas relacionados às relações de Estado, Poder e Hegemonia<sup>22</sup>. Neste sentido, apresentaremos a leitura de algumas idéias do filósofo italiano Antonio Gramsci em conjunto com as leituras de alguns conceitos realizados por alguns de seus intérpretes. Gramsci caracteriza-se por sua forma de escrita espiralada, uma vez que, para ele, o marxismo não era possível de uma apresentação sistemática. Neste sentido, os conceitos vão perfazendo todo o texto de Gramsci, não havendo uma definição específica completa. Ressaltamos que não pretendemos esgotar a discussão sobre o assunto, por este não ser nosso objetivo no trabalho. Não usamos todos os conceitos de Gramsci, nem trabalhamos com todos os autores que trataram das questões referentes a esta temática. Pretendemos com o trabalho, apenas discutir alguns conceitos e autores que nos ajudaram a pensar a pesquisa. A partir desse “mapeamento” dos principais conceitos de Gramsci e da leitura que alguns autores realizaram sobre o mesmo, poderemos melhor enquadrar nosso objeto de pesquisa, a revista *Veja*, na relação de produção e difusão de hegemonia.

Antonio Gramsci nasceu na Sardenha em 1891. Vindo de uma família pobre de camponeses, Gramsci presenciou desde cedo a exploração pela qual passava a Itália, governada por Mussolini. Em 1914 ingressou no PSI e em 1919 fundou com um grupo de companheiros o periódico *L'Ordine Nuovo*, em Turim.

Gramsci sempre acreditou no caráter libertador da cultura e da vontade. A cultura ocupa para Gramsci, papel central. Mas a cultura é sempre uma ação política, coletivamente organizada. A luta de classes se situa, portanto, na ação política.

Rompendo com o Partido Socialista Italiano, com total aversão a qualquer visão do Estado como ditadura de um partido, Gramsci fundou em 1921 o Partido Comunista Italiano. A partir dos ensinamentos de Lênin, Gramsci passou a afirmar o Estado como questão central

---

<sup>22</sup> Estas discussões foram realizadas na disciplina de “*Poder e Hegemonia*”, ministrada pela professora Dra. Carla Luciana Souza da Silva, e na disciplina de “*Teoria e Metodologia*”, ministrada pela professora Dra. Sônia Mendonça, ambas realizadas no primeiro semestre de 2009, no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em História, nível Mestrado, da UNIOESTE. Estas discussões foram, em parte, entregues como requisito avaliativo das referidas disciplinas, onde puderam ser avaliadas e apresentadas sugestões para melhor enriquecer a discussão, que é o que nos propomos na dissertação.

da revolução e a necessidade de construir um novo tipo de partido, típico e próprio ao ocidente.

Gramsci foi eleito deputado pelo PCI em 1924, processado e encarcerado em 1926, assim ficando até 1937, quando morreu. Na prisão começou a escrever os “Cadernos” em 1929. Gramsci concebeu o trabalho de redigir os cadernos, sobretudo como um meio privilegiado para enfrentar e superar o desgaste material e moral a ser gerado pela vida carcerária, que ele já previa de longa duração. Os “Cadernos” são uma continuação do leninismo, em outras condições históricas e com outras conclusões políticas. As mesmas questões gerais de Lênin estão em Gramsci, só que de um ângulo específico: a vitória do fascismo e a necessidade de um Estado que reúna Ditadura + Hegemonia.

Em “*Introdução ao estudo da filosofia e do materialismo histórico*”, Gramsci começa com a afirmação de que todos os homens são filósofos, no sentido de que todos temos uma concepção de mundo. Entretanto, Gramsci define os limites e as características desta “filosofia espontânea” peculiar a “todo o mundo”, isto é, da filosofia que está contida: 1) na própria linguagem, que é um conjunto de noções e de conceitos determinados e não, simplesmente, de palavras gramaticamente vazias de conteúdo; 2) no senso comum e no bom senso; 3) na religião popular e, conseqüentemente, em todo o sistema de crenças, superstições, opiniões, modos de ver e de agir que se manifestam naquilo que se conhece geralmente por “folclore”<sup>23</sup>.

Segundo Gramsci, não podemos ser filósofos sem a consciência da nossa historicidade, da fase de desenvolvimento por ela representada e do fato de que ela está em contradição com outras concepções ou com elementos de outras concepções.

Neste sentido, a filosofia é para Gramsci, a crítica e superação da religião e do senso comum, e neste sentido coincide com o “bom senso” que se contrapõe ao senso comum. Guido Liguori, em “Roteiros para Gramsci”, nos dá uma definição do que seria o senso comum.

O senso comum, à luz desta passagem do Caderno 1, é a concepção do mundo de um estrato social, caracterizado pelo fato de ser momento de recepção sobretudo passiva em relação à elaboração ativa, conduzida pelo “grupo dirigente” ou “intelectual” do próprio grupo social. Como momento passivo, o senso comum deixa à mostra atrasos e até momentos inferiores de elaboração. (...) Trata-se, em geral, da ideologia mais difundida e freqüentemente implícita de um grupo social, de nível mínimo, inclusive no sentido de denominador mínimo comum. Por isso, ele se relaciona,

---

<sup>23</sup> GRAMSCI, Antonio. “*Introdução ao estudo da filosofia e do materialismo histórico*”. IN: **Concepção dialética da História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991. P.11.

dialeticamente com a filosofia, isto é, com o segmento alto da ideologia, próprio dos grupos dirigentes dos diferentes grupos sociais<sup>24</sup>.

Sem a superação do senso comum não há hegemonia. A hegemonia não se baseia no senso comum. A hegemonia só pode existir se for superado o senso comum existente. O bom senso é a crítica do senso comum com base na teoria da práxis. Segundo Liguori,

Para Gramsci, a concepção do mundo do materialismo histórico afirma-se superando nitidamente o senso comum existente, para criar um outro. Ela deve sempre permanecer, sob pena de sua derrota e do seu desnaturamento, “em contato com os ‘simples’”, ligada à vida prática e implícita nela<sup>25</sup>.

Segundo Gramsci, não existe filosofia em geral, mas sim diversas filosofias ou concepções de mundo e sempre se faz uma escolha entre elas. E como toda ação é para Gramsci, uma ação política, Gramsci afirma que a verdadeira filosofia de cada um se acha inteiramente contida em sua política. Segundo Gramsci,

Isto significa que um grupo social, que tem uma concepção própria do mundo, ainda que embrionária, que se manifesta na ação e, portanto, descontínua e ocasionalmente – isto é, quando um grupo se movimenta como um conjunto orgânico – toma emprestada a outro grupo social, por razões de submissão e subordinação intelectual, uma concepção que lhe é estranha; e aquele (o primeiro) grupo afirma por palavras esta concepção, e também acredita segui-la, já que a segue em “épocas normais”, ou seja, quando a conduta não é independente e autônoma, mas sim submissa e subordinada. É por isso, portanto, que não se pode destacar a filosofia da política; ao contrário, pode-se demonstrar que a escolha e a crítica de uma concepção do mundo são, também elas, fatos políticos<sup>26</sup>.

Percebe-se aí o fundamento filosófico do conceito de hegemonia em Gramsci. A hegemonia de um determinado grupo, efetiva-se a partir do momento em que uma classe considera como seus os valores que foram produzidos por outros grupos.

Entretanto, um dos problemas fundamentais de toda concepção de mundo, de toda filosofia que se transformou em um movimento cultural é, segundo Gramsci, o problema de conservar a unidade ideológica de todo o bloco social, que está cimentado e unificado justamente por aquela determinada ideologia. Segundo o autor,

A organicidade de pensamento e a solidez cultural só poderiam ocorrer se entre os intelectuais e os simplórios se verificasse a mesma unidade que deve existir entre teoria e prática, isto é, se os intelectuais fossem, organicamente, os intelectuais daquela massa, se tivessem elaborado e tornado coerentes os princípios e os problemas que aquelas massas colocavam com a sua atividade prática, constituindo assim um bloco cultural e social. Tratava-se, pois, da mesma questão já assinalada: – um movimento filosófico só merece este nome na medida em que busca desenvolver uma cultura especializada para restritos grupos de intelectuais ou, ao contrário, merece este nome na medida em que, no trabalho de elaboração de um pensamento superior ao senso comum e cientificamente coerente, jamais se esquece de

<sup>24</sup> LIGUORI Guido. **Roteiros para Gramsci**. - Rio de Janeiro : Editora UFRJ, 2007. P.103.

<sup>25</sup> Idem. P.123.

<sup>26</sup> GRAMSCI, Antonio. **Concepção Dialética da História**. Op. Cit. p.15.

permanecer em contato com os “simples” e, melhor dizendo, encontra neste contato a fonte dos problemas que devem ser estudados e resolvidos? Só, através deste contato é que uma filosofia se torna “histórica”, depura-se dos elementos intelectualistas de natureza individual e se transforma em “vida”<sup>27</sup>.

Neste sentido, segundo Gramsci, uma filosofia da práxis só pode apresentar-se como superação da maneira de pensar precedente e do pensamento concreto existente, como crítica do “senso comum” para, só depois, apresentar-se como filosofia dos intelectuais. Segundo Gramsci, o desenvolvimento político do conceito de hegemonia representa um grande progresso filosófico, já que implica uma unidade intelectual e uma ética adequadas a uma concepção do real que superou o senso comum e tornou-se crítica, mesmo que dentro de limites ainda restritos. Segundo Gramsci, *“a consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, a consciência política) é a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam”*<sup>28</sup>.

Sonia Mendonça destaca que o conceito de Hegemonia, central em Gramsci, já estava em prática desde o *Ordine Nuovo*. A diferença é que, antes dos Cadernos, a hegemonia era pensada em termos de constituição de classe e depois, em termos de configuração do Estado, do Estado Ampliado ou integral, já que ele é “hegemonia encouraçada de coerção”. O Estado é visto enquanto ampliação, mediante a incorporação dos aparelhos privados de hegemonia ao Estado, sendo estes equivalentes à sociedade civil. Isto implica, segundo Mendonça, em captar a sociedade civil numa dupla rede: relativa às condições materiais de existência, ao sistema privado de produção e relativa aos aparelhos ideológico-culturais de hegemonia, o aspecto educador do Estado. Para Gramsci, sociedade civil é o conjunto das associações sindicais, políticas, culturais genericamente “privadas”, para, segundo Guido Liguori, diferenciá-las da esfera “pública” do Estado.

Lucia Neves e Ronaldo Sant’Anna, afirmam que Gramsci observou que no período posterior à 2ª Revolução Industrial, com a expansão colonial europeia, o rápido desenvolvimento da grande indústria, a difusão da organização científica do trabalho, do fordismo e do “americanismo” e, mais especificamente, a socialização da participação política, ocorre uma mudança qualitativa na estruturação e na dinâmica das relações de poder, numa sociedade em rápido processo de urbanização. *“A partir de então, inúmeros sujeitos políticos e coletivos passam a se constituir, direta ou indiretamente, com níveis distintos de consciência política coletiva, em torno de dois blocos antagônicos em disputa pela direção*

---

<sup>27</sup> Idem. P.18.

<sup>28</sup> Idem. P.21.

*política e cultural das formações sociais*”<sup>29</sup>. Segundo Lucia Neves e Ronaldo Sant’Anna, sob esse conjunto de determinações, a sociedade civil, que até então era pouco organizada, politiza-se, ou seja, os vários grupos que a compõem passam, organicamente, de forma mais efetiva, a defender seus múltiplos interesses e seus projetos de sociabilidade, interferindo assim, mais diretamente, nas decisões do Estado. Segundo os autores,

A mesma sociedade civil, de espaço primordial de interação humana no trabalho e no cotidiano, passa a se constituir também em *locus* de organização da vontade coletiva. Os múltiplos sujeitos políticos coletivos começam, progressivamente, a se organizar em aparelhos privados de hegemonia civil, na tentativa de obter do conjunto da sociedade o consentimento passivo e/ou ativo para seus projetos antagônicos de sociabilidade, e a exigir do Estado a criação e/ou ampliação de direitos, alargando os limites estreitos da democracia liberal dos anos de capitalismo concorrencial<sup>30</sup>.

Esta politização da sociedade civil contribui para que o consenso se torne um importante instrumento de dominação da classe burguesa para a consolidação de sua hegemonia nas sociedades contemporâneas, e em poderoso meio de emancipação política das classes dominadas na construção de uma outra hegemonia: a da direção intelectual e moral, política e cultural da classe trabalhadora. Segundo Lucia Neves e Ronaldo Sant’Anna,

Isso porque, conforme o próprio conceito de hegemonia gramsciano, será através de sua disputa pela direção da sociedade e, conseqüentemente, pelos aparelhos responsáveis pela colocação em prática da teses mais afeitas aos interesses das classes sociais (aparelhos privados de hegemonia), que as mesmas classes obterão maiores ou menores chances de convencerem a totalidade da sociedade quanto à legitimidade de seus interesses específicos. Mais ainda, a batalha pelo convencimento e a busca do consenso contribuirão diretamente para que os homens adquiram ou não uma maior consciência quanto a seu efetivo lugar na história, o qual, no caso, equivalerá não somente ao tipo de identificação produzido acerca das relações sociais, como também ao desejo de transformação ou de conservação da ordem<sup>31</sup>.

Como podemos perceber, e como afirma Guido Liguori, para Marx, o “teatro da história” era a estrutura, a economia, para Gramsci, a superestrutura, a cultura, o mundo das idéias. Enquanto Marx identificava a sociedade civil com a base material, com a infraestrutura econômica, a sociedade civil de Gramsci não pertence ao momento da estrutura, mas ao da superestrutura.

---

<sup>29</sup> NEVES, Lucia Maria Wanderley & SANT’ANNA, Ronaldo. *Introdução: Gramsci, o Estado Educador e a Nova Pedagogia da Hegemonia. In: A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005. p.23.

<sup>30</sup> Idem. P.23.

<sup>31</sup> Idem. P.24.

Segundo Christinne Buci-Glucksmann, no curso de seu trabalho, Gramsci distinguirá progressivamente dois conceitos de Estado, dois momentos da articulação do campo estatal: o Estado em sentido estreito (unilateral), e o Estado em sentido amplo, dito integral. No Estado em seu sentido estreito, segundo Christinne Buci-Glucksmann,

O Estado se identifica com o governo, com o aparelho de ditadura de classe, na medida em que ele possui funções coercitivas e econômicas. A dominação de classe se exerce através do aparelho de Estado no sentido clássico (exército, polícia, administração, burocracia). Mas essa função coercitiva é inseparável de um certo papel adaptativo-educativo do Estado, que procura realizar uma adequação entre aparelho produtivo e moralidade das massas populares<sup>32</sup>.

Já o Estado em seu sentido integral, pede um desenvolvimento rico, articulado, das superestruturas, que exclui a possibilidade da sua redução somente ao governo/força, mesmo ele sendo completado ideologicamente. Segundo Buci-Glucksmann,

O Estado integral pressupõe a tomada em consideração do conjunto dos meios de direção intelectual e moral de uma classe sobre a sociedade, a maneira como ela poderá realizar sua “hegemonia”, ainda que ao preço de “equilíbrios de compromisso”, para salvaguardar seu próprio poder político, particularmente ameaçado em períodos de crise<sup>33</sup>.

Segundo Guido Liguori, *“a complexidade do papel do Estado (‘integral’) reside no fato de reunir força e consenso num nexo dialético, de unidade-distinção, no qual, em geral, no ‘Ocidente’ o elemento do consenso é o que predomina, sem que evidentemente a ‘força’ desapareça”*<sup>34</sup>. Neste sentido, o papel do Estado é o de adequar a sociedade civil à estrutura econômica.

Ao falar sobre o caráter do Estado, Nicos Poulantzas, afirma que este apresenta uma ossatura material própria que não pode de maneira alguma ser reduzida a simples dominação política.

O aparelho de Estado, essa coisa de especial e por consequência temível, não se esgota no poder de Estado. Mas a dominação política está ela própria inscrita na materialidade institucional do Estado. Se o Estado não é integralmente produzido pelas classes dominantes, não o é também por elas monopolizado: o poder do Estado (o da burguesia no caso do Estado capitalista) está inscrito nesta materialidade. Nem todas as ações do Estado se reduzem à dominação política, mas nem por isso são constitutivamente menos marcadas<sup>35</sup>.

---

<sup>32</sup> BUCI-GLUCKSMANN, Christinne. **Gramsci e o Estado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. p.128.

<sup>33</sup> Idem. P.128.

<sup>34</sup> LIGUORI, Guido. Op.Cit. p.16.

<sup>35</sup> POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p.12.

Segundo Poulantzas, deve se encarar a ossatura material do Estado através de uma estrutura econômica em que as classes, os poderes e as lutas estão presentes. O Estado é atravessado também pela luta de classes. É esta concepção que separa Gramsci dos aparelhos ideológicos de Estado de Althusser. A ligação do Estado às relações de produção constitui a primeira relação do Estado com as classes sociais e a luta de classes, segundo Poulantzas. Liguori afirma também que,

Tanto o Estado quanto a sociedade civil estão atravessados pela luta de classes, a dialética é real, aberta, o resultado não é predeterminado. O Estado é instrumento (de uma classe), mas também, ao mesmo tempo, lugar (de luta pela hegemonia) e processo (de unificação das classes dirigentes)<sup>36</sup>.

Portanto, o conceito de “Estado ampliado” de Gramsci corresponde, como demonstra Guido Liguori, à sociedade política + sociedade civil, aparelhos governamental-coercitivos + aparelhos hegemônicos. *“Não se trata só de ‘batalhas das idéias’ mas de verdadeiros aparelhos estabelecidos para a criação de consenso”*<sup>37</sup>.

Buci-Glucksmann demonstra como se dá, para Gramsci, a relação dialética que une Estado e sociedade, através do aparelho de Estado que funciona com base em modos de organização ampliados. Segundo a autora,

Uma organização aparentemente “privada” pode desempenhar um papel ideológico e político decisivo na unificação política de classe, e isso por intermédio do aparelho de Estado e dos “intelectuais”. Além disso, esse exemplo mostra o papel do aparelho de hegemonia em um modo de constituição de classe, seus vínculos com o Estado. Como todas as organizações que dão uma certa coesão ao Estado, a franco-maçonaria solidifica um bloco no poder. (...) A função de direção começa antes, mas o desenvolvimento pleno da função hegemônica só ocorre em seguida, ao “fazer-se Estado” a classe que chega ao poder: o Estado concorre para que seja tanto “dirigente” quanto “dominante”<sup>38</sup>.

Como a hegemonia deriva diretamente da cultura, outra questão nodal no pensamento de Gramsci acerca do próprio Estado é a do papel dos Intelectuais. Segundo Bianchi, *“na abordagem gramsciana, a questão dos intelectuais dizia respeito às formas de exercício das funções de direção e dominação dos grupos sociais antagonistas e, por essa via, à formação do pessoal encarregado ou especializado”*<sup>39</sup>. A questão dos intelectuais não era, para Gramsci, sociológica e sim política. Segundo Bianchi,

O lugar ocupado pelos intelectuais na sociedade moderna era definido pelo desenvolvimento histórico do Estado e por sua “ampliação”. A ampliação

---

<sup>36</sup> LIGUORI, Guido. Op.Cit. p.29-30.

<sup>37</sup> Idem. p.29.

<sup>38</sup> BUCI-GLUCKSMANN, Christinne. Op. Cit. P.141.

<sup>39</sup> BIANCHI, Alvaro. **O laboratório de Gramsci**: filosofia, história e política. São Paulo: Alameda, 2008. P.74.

do Estado deve ser entendida não como um dado, mas como um processo histórico no qual ocorre a incorporação das funções de direção e dos aparelhos de hegemonia próprios dessas funções<sup>40</sup>.

Intellectual é, para Gramsci, todo aquele que exerça funções organizativas, no campo da produção como no campo administrativo-político. Todos são intelectuais, embora nem todos atuem como intelectuais profissionais. Segundo Edmundo Dias,

O capitalismo, a um só tempo novo modo de produzir e nova civilização, criou, necessariamente, um conjunto variado de intelectuais. O empresário ou “pelo menos uma elite deles, deve possuir a capacidade de organizador da sociedade em geral, em todo o seu complexo organismo de serviços, até o organizador estatal, em vista da necessidade de criar as condições mais favoráveis à expansão da própria classe; ou, pelo menos, deve possuir a capacidade de escolher os ‘prepostos’ (empregados especializados) a quem confiar esta atividade organizativa das relações gerais externas à empresa”. Capacidade de “ser um organizador da ‘confiança’ dos que investem em sua empresa, dos compradores de sua mercadoria”<sup>41</sup>.

A relação entre os intelectuais e a produção não é, como demonstra Gramsci, imediata. É *mediada* por dois tipos de organização social: pela sociedade civil, isto é, pelo conjunto de organizações privadas da sociedade, e pelo Estado.

Além disso, existem os partidos, que são os canais de organização do consenso. Os partidos seriam os principais elaboradores das novas intelectualidades integrais e totalitárias, a pedra de toque de unificação da teoria e prática, entendida como processo histórico real. Segundo Gramsci,

Deve-se sublinhar a importância e o significado que tem os partidos políticos, no mundo moderno, na elaboração e difusão das concepções do mundo, na medida em que elaboram essencialmente a ética e a política adequada a ela, isto é, em que funcionam quase como “experimentadores” históricos de tais concepções. Os partidos selecionam individualmente a massa atuante, e esta seleção operam-se simultaneamente nos campos prático e teórico, com uma relação tão mais estreita entre teoria e prática quanto mais se já a concepção virtualmente e radicalmente inovadora e antagônica aos antigos modos de pensar<sup>42</sup>.

A hegemonia é, para Gramsci, a elaboração de uma nova *civiltá*, de uma nova civilização. A construção de uma visão de mundo, “*diferenciar-se, contrapor-se como visão de mundo às demais classes, afirmar-se como projeto para si e para a sociedade; ser direção das classes subalternas e dominadas na construção de uma nova forma civilizatória*”<sup>43</sup>. Neste

---

<sup>40</sup> Idem. P.74.

<sup>41</sup> DIAS, Edmundo. *Hegemonia: racionalidade que se faz história*. IN: DIAS, Edmundo (Org.). **O outro Gramsci**. São Paulo, 1996. p.29.

<sup>42</sup> GRAMSCI, Antonio. “*Introdução ao estudo da filosofia e do materialismo histórico*”. Op. Cit. P.22.

<sup>43</sup> DIAS, Edmundo. Op.Cit. p.10.

sentido, o partido atua como porta-voz e organizador. O partido para Gramsci, não é o convencional partido político eleitoral. Trata-se de todo e qualquer aparelho privado de hegemonia que organize um grupo, construindo o que ele chama de vontade coletiva organizada.

O partido deve assumir a perspectiva da construção de uma visão de mundo, nova e total, que desconstruindo a anterior, se coloque como horizonte no qual a nova racionalidade possa instalar-se. Deve colocar-se como referência para a totalidade social e apresentar-se, forma laica e imanente, como projeto de universalidade, ocupando o espaço anteriormente centralizado pela religião. Só esta – e seus aparelhos – no interior da racionalidade anteriormente dominante, poderia colocar-se ao mesmo nível no qual o partido, o “moderno príncipe”, deve colocar-se<sup>44</sup>.

Gramsci inicia o “Caderno” sobre Maquiavel afirmando que “*o caráter fundamental do Príncipe é o de não ser um tratado sistemático, mas um livro ‘vivo’, no qual a ideologia política e a ciência política fundem-se na forma dramática do ‘mito’*”<sup>45</sup>. Ou seja, Gramsci não pretende ficar só na teoria. Ele se propõe a escrever um livro que ajude a levar a uma transformação social.

Ao falar sobre Maquiavel, Gramsci começa falando do caráter utópico do *Príncipe* e do tratado onde Maquiavel demonstra como deve ser o *Príncipe* para conduzir um povo à fundação do novo Estado. Maquiavel se faz povo e se confunde com o povo segundo Gramsci. Este povo é aquele que Maquiavel convenceu com seu tratamento precedente, do qual ele se torna e se sente consciência e expressão, com o qual se identifica. O *Príncipe* é, portanto, um “manifesto político”.

Partindo da conceituação do *Príncipe* em Maquiavel, Gramsci exemplifica o que seria o “moderno príncipe”:

O moderno príncipe, o mito-príncipe não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto, só pode ser um organismo; um elemento complexo de sociedade no qual já tenha tido início a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e afirmada parcialmente na ação. Este organismo já está dado pelo desenvolvimento histórico e é o partido político, a primeira célula na qual se sintetizam germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais<sup>46</sup>.

Para efetivação deste “moderno príncipe”, seriam necessárias operações de restauração e reorganização do Estado, sendo necessário definir a vontade coletiva e a vontade política em geral no sentido moderno, “*a vontade como consciência operosa da necessidade histórica,*

---

<sup>44</sup> Idem. P.11.

<sup>45</sup> GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Vol.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p.13.

<sup>46</sup> Idem. P.16.

*como protagonista de um drama real e efetivo*”<sup>47</sup>. Além da necessidade de formação de uma vontade coletiva nacional-popular, Gramsci adverte para a importância da função do moderno príncipe de ser o anunciador e organizador de uma reforma intelectual e moral, isto é, à questão religiosa ou de uma concepção de mundo, “*o que significa, de resto, criar o terreno para um novo desenvolvimento da vontade coletiva nacional popular*”<sup>48</sup>.

Segundo Gramsci, não se pode pensar a revolução sem pensar a cultura, mas esta deve estar vinculada à transformação econômica. “*Uma reforma intelectual e moral não pode deixar de estar ligada a um programa de reforma econômica; mais precisamente, o programa de reforma econômica é exatamente o modo concreto através do qual se apresenta toda reforma intelectual e moral*”<sup>49</sup>.

Ao trabalhar com “Grande Política” e “Pequena Política”, Gramsci discute elementos que nos permitem problematizar as maneiras com que a revista *Veja* constrói as suas matérias, transformando questões da pequena política em grande política e vice-versa. Segundo Gramsci,

A grande política compreende as questões ligadas à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais. A pequena política compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política. Portanto, é grande política tentar excluir a grande política do âmbito interno da vida estatal e reduzir tudo a pequena política<sup>50</sup>.

O que estaria em jogo na grande política, como bem demonstra Edmundo Dias, “*é a conformação de uma nova hegemonia, de um novo bloco histórico cuja possibilidade está inscrita na totalidade social*”<sup>51</sup>. Segundo Alvaro Bianchi, “*distinguir a grande política da pequena política equivale a diferenciar a conjuntura da situação. Gramsci ressaltava que no estudo de uma estrutura era preciso distinguir os movimentos orgânicos (permanentes) daqueles conjunturais (ocasionais, imediatos, acidentais)*”<sup>52</sup>.

Para Gramsci, a tarefa educativa e formativa do Estado é criar novos e mais elevados tipos de civilização, de adequá-los a “civilização” e a moralidade das mais amplas massas populares às necessidades do contínuo desenvolvimento do aparelho econômico de produção e, portanto, de elaborar também fisicamente novos tipos de humanidade. Segundo Gramsci,

---

<sup>47</sup> Idem. P.17.

<sup>48</sup> Idem. P.18.

<sup>49</sup> Idem. P.19.

<sup>50</sup> Idem. P.21.

<sup>51</sup> DIAS, Edmundo. Op. Cit. P.14.

<sup>52</sup> BIANCHI, Alvaro. Op. Cit. P.160.

O Estado deve ser concebido como “educador” na medida em que tende precisamente a criar um novo tipo ou nível de civilização. Dado que se opera essencialmente sobre as forças econômicas, que se reorganiza e se desenvolve o aparelho de produção econômica, que se inova a estrutura, não se deve concluir que os fatos de superestrutura devam ser abandonados a si mesmos, a seu desenvolvimento espontâneo, a uma germinação casual e esporádica. O Estado também neste campo, é um instrumento de “racionalização”, de aceleração e de taylorização; atua segundo um plano, pressiona, incita, solicita e “pune”, já que, criadas as condições nas quais um determinado modo de vida é “possível”, a “ação ou a omissão criminosa” devem receber uma sanção punitiva, de alcance moral, e não apenas um juízo de periculosidade genérica<sup>53</sup>.

Dentro destas reflexões sobre Estado educador, Guido Liguori enfatiza o “Estado ético” problematizado por Gramsci, enquanto ilusão da existência de um Estado que viria à atender a todos. Ao falar em “opinião pública, Gramsci afirma:

O que se chama de “opinião pública” está estreitamente ligado à hegemonia política, ou seja, é o ponto de contato entre a “sociedade civil” e a “sociedade política”, entre o consenso e a força. O Estado, quando quer iniciar uma ação pouco popular, cria preventivamente a opinião pública adequada, ou seja, organiza e centraliza certos elementos da sociedade civil<sup>54</sup>.

Liguori demonstra, por meio de Gramsci, as formas pelas quais se molda a opinião pública, através do monopólio dos meios de comunicação. Afirmando que por trás de cada “diálogo” e cada “ação comunicativa”, existe sempre uma luta pela hegemonia.

Reportando-se a Revolução Russa e ao estado oriental, Gramsci dialoga com o conceito de “revolução permanente”, estabelecendo distinção entre Estado Oriental e Ocidental. Porém este conceito é válido apenas quando não há partidos políticos de massa, mas apenas uma sociedade em estado de fluidez. Este conceito, segundo Gramsci, é superado pelo de hegemonia civil. Neste sentido Gramsci desenvolve dois conceitos: Guerra de movimento e Guerra de posição. A guerra de movimento refere-se ao conceito de Lênin, de assalto ao poder. Já a Guerra de posição é, como demonstra Alvaro Bianchi,

A guerra de posição não era um programa positivo de ação, e sim uma exigência objetiva da situação na qual se encontravam as forças sociais e políticas. Se a guerra de posição era imposta pela relação geral de forças e só seria possível impor uma forma de luta quando se tivesse uma superioridade esmagadora sobre o inimigo, então a guerra de posição era a forma de luta conveniente às classes dominantes. A ação política das classes subalternas, portanto, deveria ter, como objetivo a desarticulação da guerra de posição das classes dominantes<sup>55</sup>.

A guerra de posição é, portanto, formada pelas “trincheiras”, os aparelhos privados de hegemonia que, no estado ocidental, correspondem à chave para a hegemonia.

---

<sup>53</sup> GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Op. Cit. P.28.

<sup>54</sup> GRAMSCI, Antonio. Q7, 83, p.914. Apud: LIGUORI, Guido. Op. Cit. Pg.31.

<sup>55</sup> BIANCHI, Alvaro. Op.Cit. P.205.

Guerra de movimento e guerra de posição encontrar-se-iam assim em um nexó indissociável e diriam respeito a diferentes momentos da luta pela afirmação de uma nova ordem política e social. O desenvolvimento dado por Gramsci à questão indica que esse nexó é análogo àquele que se estabelece no interior de seu conceito de Estado integral. Os dois planos conceituais encontram-se, desse modo, sobrepostos, e é possível afirmar que a guerra de movimento predomina na luta *contra* a sociedade política e a guerra de posição afirma sua supremacia na luta *na* sociedade civil<sup>56</sup>.

Em relação a hegemonia, Gramsci afirma que,

O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica<sup>57</sup>.

Referindo-se ao americanismo e ao fordismo, Buci-Glucksmann aponta para o fato de que o aparelho de hegemonia não repousa primeiramente nos “profissionais” da política e da ideologia. A hegemonia nasce na fábrica e não necessita de tantos intermediários políticos e ideológicos. Segundo a autora,

Através da combinação da *força* (destruição dos sindicatos) e do *consenso* (econômico: política de altos salários para criar uma aristocracia operária *a partir do aparelho econômico de hegemonia*, criar um novo tipo de trabalhador adequado à indústria fordizada. Do mesmo modo, esse tipo de hegemonia não separa a fábrica da sociedade: a hegemonia na fábrica está acompanhada de um *sistema crescente de limitações ideológicas e morais* fora do trabalho, que dizem respeito precisamente aos modos de vida<sup>58</sup>.

Álvaro Bianchi aponta para a necessidade de compreender a relação entre força e consenso, que é o que dá base à teoria de Estado presente em Gramsci. Segundo Bianchi,

Ela permite pensar a unidade existente entre sociedade civil e sociedade política, a resistência do Estado às crises do capitalismo, as formas de crise e a superação desses momentos cruciais. Para Gramsci, a análise da política serve para justificar uma atividade prática, indicando aqueles pontos nos quais a força da vontade deve concentrar suas energias, maximizando seus resultados. Sua teoria do Estado era, portanto, não só uma teoria para explicar sua longevidade, mas também uma teoria para explicar sua crise e as condições para superação da forma estatal presente. Era nessa perspectiva que se inseria o tratamento dado por Gramsci a um conjunto de duplas

---

<sup>56</sup> Idem. P.209.

<sup>57</sup> GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Op. Cit. P.48.

<sup>58</sup> BUCI-GLUCKSMANN, Christine. Op. Cit. p. 116.

conceituais de grande alcance estratégico: guerra de movimento/guerra de posição; Oriente/Ocidente; revolução permanente/hegemonia<sup>59</sup>.

Christinne Buci-Glucksmann afirma que não pode haver sociedade civil sem a determinação daquilo que constitui seu fundamento: as relações de produção. Entretanto, a autora acredita que nos Cadernos o conceito principal não é o de “bloco histórico” e sim o de “correlação de forças”, como condição primordial para a formação de um bloco histórico. Buci-Glucksmann afirma que identificar a infra-estrutura e a superestrutura em um bloco histórico, “*apaga um pouco o lugar do Estado no funcionamento de um bloco histórico ‘no poder’*”<sup>60</sup>. E a ampliação do Estado poderá ser percebida na correlação de forças, “*e a sociedade civil será atravessada, do econômico ao ideológico, pela luta de classes*”<sup>61</sup>.

Em relação à correlação de forças, Gramsci distingue três momentos. A reconstrução das complexas relações que regem a correlação de forças é, segundo Bianchi, um dos pilares de sustentação do edifício teórico gramsciano. Segundo Bianchi,

Encontrar na aparente contingência da conjuntura as formas estruturadas e estruturantes que configuram o campo do possível era um antídoto contra o imediatismo. Perceber a conjuntura como o momento no qual a síntese das múltiplas contradições existentes na estrutura assumia a contradição de atualidade por meio do conflito presente constituindo uma particularidade histórica era um antídoto contra o fatalismo<sup>62</sup>.

Segundo Edmundo Dias, no primeiro momento, econômico ligado à infra-estrutura, a classe existe objetivamente. Essa objetivação não se traduz necessariamente em existência política plena.

Trata-se da estruturação econômica da sociedade, onde essa relação de forças, objetiva e independente da vontade dos homens, permite “estudar se na sociedade existem as condições necessárias e suficientes para a sua transformação, isto é, permite controlar o grau de realismo e de realização das diversas ideologias que nasceram no seu próprio terreno, no terreno das contradições que ela gerou durante o seu desenvolvimento”<sup>63</sup>.

Este primeiro momento, segundo Bianchi, permite verificar o realismo, a atualidade e o grau de adequação das ideologias nascidas sobre o solo dessa realidade rebelde e das contradições geradas em seu desenvolvimento.

O segundo momento político, em que as classes vivem um processo econômico-corporativo, em que a classe está estreitamente limitada aos seus interesses específicos, se caracteriza mais especificamente como sendo um momento político que, segundo Dias,

---

<sup>59</sup> BIANCHI, Alvaro. Op. Cit. P.199.

<sup>60</sup> BUCI-GLUCKSMANN, Christinne. Op. Cit. Idem. p. 101.

<sup>61</sup> Idem. P.101.

<sup>62</sup> BIANCHI, Alvaro. Op. Cit. P.165.

<sup>63</sup> DIAS, Edmundo (Org.). Op.Cit. p.10.

permite avaliar o grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização atingido pelos diferentes grupos sociais. Como demonstra Bianchi,

O segundo nível da análise dizia respeito á correlação de forças político-ideológicas, capaz de estimar o grau de homogeneidade, autoconsciência e organização dos vários grupos sociais. Aí são apreendidos os diversos momentos da consciência política coletiva, momentos que se combinam horizontal e verticalmente, nacional e internacionalmente, criando arranjos originais e historicamente concretos. A definição dos diferentes momentos dessa relação de forças político-ideológicas tinha também um caráter prescritivo, na medida em que indicava aonde se deveria chegar: a formação de uma concepção de mundo renovada na qual a classe se reconhece e reconhece a forma estatal própria a essa concepção<sup>64</sup>.

O terceiro momento, momento político militar, ou momento estratégico, é o momento da relação de forças militares. É o momento em que se cristaliza, principalmente, em duas situações limites: o da criação de um novo bloco histórico (a Revolução Francesa, a Revolução Russa) e a de libertação nacional. Segundo Bianchi,

O terceiro momento descrito era aquele no qual se verificava uma fase estritamente política dos grupos sociais e a passagem da estrutura à esfera das superestruturas complexas. Este é o momento no qual ocorre a criação da “hegemonia” de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados. (...) É neste momento que culmina o processo de desenvolvimento e auto-organização das classes sociais, de formação de uma nova vontade coletiva, da qual o partido político, o moderno príncipe é ao mesmo tempo o organizador e a expressão ativa e operante<sup>65</sup>.

É no terceiro momento, onde ocorre o choque direto entre os sujeitos sociais, que a contradição entre as forças produtivas e as relações de produção encontra sua solução. Segundo Bianchi, *“a direção militar pode compreender, portanto, não apenas as questões técnicas referentes à mobilização de um exército, mas também a mobilização político-insurrecional das forças populares”*<sup>66</sup>.

Segundo Edmundo Dias,

As análises das relações de força são, portanto, vitais para a construção da vontade coletiva nacional-popular ou... para manter as relações sociais vigentes. Permitem “justificar uma atividade prática, uma iniciativa de vontade. Mostram quais são os pontos de menor resistência, onde a força da vontade pode ser aplicada mais frutiferamente, sugerem as operações táticas imediatas, indicam como se pode fazer melhor uma campanha de agitação política, que linguagem será melhor compreendida pelas multidões, etc”<sup>67</sup>.

---

<sup>64</sup> BIANCHI, Alvaro. Op. Cit. P.166.

<sup>65</sup> Idem. P.168.

<sup>66</sup> Idem. Pgs. 170-171.

<sup>67</sup> DIAS, Edmundo (Org.). Op.Cit. P.15.

Segundo Edmundo Dias, na análise da correlação de forças podemos perceber o ocultamento da dominação política determinando negativamente a tomada de consciência dessa dominação pelas classes subalternas. Isto é, a construção da sua identidade, dos seus projetos. Segundo Buci-Glucksmann, “*não são as ideologias que criam a realidade social, e sim a realidade social em sua infra-estrutura produtiva que cria as ideologias*”<sup>68</sup>. O processo de construção de uma hegemonia, como demonstra Bianchi, se desenvolve paralelamente à formação da autoconsciência e da auto-organização das classes, corresponde em certa medida, à passagem da “classe em si” à “classe para si”, momento este em que a classe adquire consciência de sua própria função histórica, luta politicamente e expressa o partido.

Depois de todas estas discussões, podemos afirmar que a imprensa pode ser um amplo campo de organização e defesa de projetos de classes de maneira efetiva e ampla. Quando entendida em sua forma burguesa, podemos afirmar que ela atua de maneira a manter e/ou ampliar as formas pelas quais as classes dominantes conseguem executar seus projetos e é também campo da luta de classes. É, portanto, lugar onde os setores dominantes implementam seus projetos, apresentado e recoberto de suposta neutralidade, realizando uma distribuição específica de poder, de hierarquia e de influência, e fazendo com que as classes dominadas tomem para si um projeto que não é seu, construído e destinado a atender os interesses do capitalismo.

Neste sentido, *Veja* foi analisada como um Aparelho Privado de Hegemonia, entendendo que ela atuou – e atua – de modo a formular, organizar e agir em torno de seus interesses político-ideológico-empresariais, pregando-os como os mais adequados para o desenvolvimento nacional como um todo.

### *Os capítulos*

Para chegarmos à questão das empresas de construção civil, julgamos ser necessário passar por certas etapas de discussões que proporcionaria um amadurecimento maior das perguntas que nos propomos responder. Preocupados com o “movimento espiralar” da totalidade, iniciamos por uma apresentação de nosso objeto de estudo, a revista *Veja*, situando-a no contexto político em que ela foi criada, passando por uma discussão historiográfica – que situa a formação do capitalismo no Brasil, a formação do Estado

---

<sup>68</sup> BUCI-GLUCKSMANN, Christinne. Op. Cit. P.104.

capitalista no Brasil e sua especificidade sob o regime militar, e a sociedade civil e o papel da imprensa na construção do consenso – , para assim podermos chegar ao nosso foco principal da pesquisa: o posicionamento de *Veja* em relação as “grandes obras” e as empresas construtoras destas “grandes obras”

Esta dinâmica de trabalho respondeu, em certa medida, as nossas inquietações de pesquisa e nossas expectativas quando da entrada no programa de mestrado. Isto resultou, entretanto, em um texto um pouco longo, com capítulos bastante densos. Sabemos também das limitações desta dinâmica, tendo em vista que não podemos aprofundar devidamente as questões que foram surgindo com a pesquisa. Entretanto, como nos ensina Adam Schaff<sup>69</sup>, a verdade é infinita, portanto, o conhecimento histórico também o é, sendo que sempre sobraram lacunas que não poderemos responder em nossas pesquisas e que servirão para outras pesquisas e/ou outros pesquisadores.

Neste sentido, o primeiro capítulo, não previsto em nosso projeto de pesquisa, buscou trabalhar com a revista *Veja* em si, discutindo o período de formação da revista e suas especificidades. O capítulo surgiu devido à necessidade que sentíamos em falar sobre nosso objeto de pesquisa, especialmente devido ao fato de trabalharmos com a revista *Veja* desde o primeiro ano da graduação em História (2005) e ainda não termos tido oportunidade de dedicar mais atenção aos seus editoriais. É através da análise do editorial da revista que podemos perceber o posicionamento de *Veja* durante o período de estudo. Neste sentido, procuramos traçar no primeiro capítulo, um pouco da trajetória de *Veja* desde seu lançamento, em 1968, até 1978 quando completaram dez anos da revista. Nosso objetivo foi demonstrar como a revista foi construindo sua linha editorial, o que percebemos através da análise das “Cartas ao Leitor”. O capítulo nos tornou necessário para percebermos o posicionamento político da revista neste período ditatorial, percebendo o período de afirmação da revista no mercado e sua relação com o governo ditatorial.

Apresentado o nosso objeto de estudo, entramos no capítulo que antecede nossa discussão central. Como é nosso objetivo no trabalho perceber o posicionamento da revista *Veja* em relação as empresas da construção civil, acreditamos ser necessário primeiramente, contextualizar nosso período de estudo, compreendendo a complexidade que envolve as relações capitalistas. Esta discussão trabalha inicialmente com uma análise mais econômica, retrocedendo o nosso recorte temporal para visualizar como o capitalismo no Brasil foi se constituindo e quais as relações que o envolveram. Este caminho foi necessário para

---

<sup>69</sup> SCHAFF, Adam. **História e verdade**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

entrarmos na questão da construção civil, procurando situar uma das características marcantes do desenvolvimento do capitalismo no Brasil que foi o papel do Estado no impulso à industrialização no que tange a sua função na criação da infra-estrutura necessária à indústria pesada, e também no impulso as obras públicas para ampliar e melhorar o raio de ação do capital.

Após a discussão bibliográfica sobre a formação do capitalismo no Brasil, procuramos situar a formação do Estado capitalista no Brasil e sua especificidade sob a ditadura militar, pensando principalmente as empresas de construção civil, procurando caracterizar este setor tão dinâmico no processo de acumulação capitalista. O capítulo ainda introduz alguns aspectos mais gerais sobre *Veja* e finaliza com uma breve discussão bibliográfica sobre a criação do discurso do “Brasil Potência”, visando base para o entendimento das “Grandes Obras” que serão abordadas nos próximos capítulos.

Findada estas discussões, entramos no cerne da pesquisa, que constituem-se em 03 capítulos, onde procuramos trabalhar com o discurso de *Veja* sobre as empreiteiras das “grandes obras”. Destacamos que o nosso recorte priorizou três obras construídas neste momento: a Rodovia Transamazônica, a Ponte Rio-Niterói, e a Hidrelétrica de Itaipu. A escolha se dá devido a estas serem consideradas as maiores obras do período e também devido a predominância das matérias referindo-se a estas em *Veja*.

Neste sentido, o terceiro capítulo baseia-se na análise da posição de *Veja* em relação à construção da Rodovia Transamazônica, cujas obras iniciaram em 1970, pelas construtoras Camargo Correa, Rabello S/A, EIT, Queiroz Galvão, Mendes Júnior, S.A. Paulista, Paranapanema, e pelos Batalhões de Engenharia e Construção do Exército (BECs). Projetada para ser uma rodovia pavimentada com 8 mil quilômetros de comprimento (o que nunca ocorreu), conectando as regiões Norte e Região Nordeste do Brasil com o Peru e o Equador, foi inaugurada em agosto de 1972, como conclusão da primeira etapa. Sem maiores modificações, a rodovia foi dada por encerrada em 1974, com apenas ¼ do previsto. 40 anos depois da sua construção, a Transamazônica permanece inacabada, tornou-se praticamente intransitável devido aos extensos períodos de chuvas na região, e acabou se tornando rota de desmatamento da região. O capítulo procurou traçar a construção da Transamazônica, analisando o discurso e a posição da revista em torno da construção da rodovia e das construtoras da mesma. Neste sentido, procuramos perceber como *Veja* tratou a obra dentro da ideologia de “Brasil Grande” e especialmente, como a revista foi moldando seu discurso de maneira a defender as construtoras da rodovia.

O quarto capítulo trabalhou com a análise de *Veja* sobre a construção da Ponte Presidente Costa e Silva, popularmente conhecida como Ponte Rio-Niterói, cuja denominação adotamos neste trabalho. Nossa análise procurou traçar o discurso da revista em relação à construção da ponte e as construtoras da mesma, caso este em que a posição de *Veja* em defesa de algumas empresas pode ficar mais clara. A Ponte Rio-Niterói possui caráter tumultuado em relação à sua construção. Em 1968 foi aprovado o projeto para a construção da ponte, sendo o início das construções em 1969. Para o edital de concorrência de construção da obra, classificaram-se dois consórcios: O Consórcio Construtor Rio-Niterói, formado pelas empresas Construtora Ferraz Cavalcanti, CCBE – Companhia Construtora Brasileira de Estradas, EMEC – Empresa de Melhoramentos e Construções S.A. e Servix Engenharia S.A.; e o Consórcio Construtor Guanabara, formado pelas empresas Camargo Correa, Mendes Júnior, Rabello S.A. e Sérgio Marques de Souza. Tendo em vista os preços estabelecidos pelos consórcios, ganhou a licitação da obra o Consórcio Construtor Rio-Niterói.

A construção da ponte tinha previsão de término em dezembro de 1971. Porém, tendo em vista os atrasos representados pelo consórcio construtor da obra, ocorreu a rescisão do contrato em janeiro de 1971 e a transferência da licitação da obra para o segundo consórcio, formado pelas poderosas empresas de construção civil. Os acontecimentos em torno desta troca de construtoras encontram-se escassos nas bibliografias existentes. Neste sentido, nosso trabalho procurou também trazer o máximo de dados possíveis para que pudéssemos visualizar estes acontecimentos. A obra é finalizada em março de 1974, sendo que atualmente a ponte recebe, em média, 144.000 veículos por dia.

Por fim, o quinto capítulo analisou o discurso e a posição de *Veja* em relação à construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. O início dos trabalhos para construção de Itaipu se deram em fevereiro de 1971. Em 26 de abril de 1973, Brasil e Paraguai assinaram o Tratado de Itaipu, instrumento legal para o aproveitamento hidrelétrico do Rio Paraná pelos dois países. Em 17 de maio de 1974, foi criada a entidade binacional Itaipu, para gerenciar a construção da usina. O período de construção da hidrelétrica de Itaipu, desde os trabalhos preliminares de preparação do local de construção da primeira unidade geradora, foi de oito anos, de 1975 a 1983. A construção ficou a cargo de dois consórcios, um brasileiro e um paraguaio: UNICON (União de Construtoras Ltda), brasileiro, formado pelas empresas Cetenco Engenharia Ltda, CBPO – Cia brasileira de Pavimentação e Obras, Camargo Correa, Andrade Guttierrez e Mendes Junior; e CONEMPA (Consórcio de Empresas Construtoras Paraguaiaias), formado pelas empresas Barrail Hermanos, Cia. General de Construcciones, ECCA. S.A., Ing. Civil

Hermanos Baumam, ECOMIPA – Emp. Const. Min. Paraguaya e Jiménez Gaona & Lima. Ao contrário das demais obras, cujo recorte temporal abrangeu o período de início e conclusão da construção, no caso de Itaipu, nossa análise sistematizou as discussões até a implosão dos dois diques de concreto erguidos para desviar o rio Paraná, em outubro de 1978, marcando a primeira fase de construção da Usina. Porém, para complementar a discussão, selecionamos duas matérias posteriores ao nosso recorte: uma comemorando a cerimônia de abertura das comportas de Itaipu, em novembro de 1982; e outra tratando do início de geração de energia de duas turbinas de Itaipu, em outubro de 1984, quando ocorre a inauguração oficial da usina.

Itaipu fechou o ano de 2010 com geração de 85,9 milhões de MWh, gerando 72% de toda a energia consumida pelo Paraguai e 16,3% do Brasil. Como iremos perceber nas análises de *Veja*, desde sua construção, Itaipu foi vista como a “menina dos olhos” do Brasil, sendo esta caracterização também defendida por *Veja*, cujas discussões em torno das construtoras não merecerão tanto destaque na revista, já que a obra, desde o início, se mostrou uma iniciativa que deu certo.

Enfim, esperamos com este trabalho demonstrar a relação de *Veja* com a ditadura e também com as empresas de construção civil (que cresceram graças às políticas ditatoriais), demonstrando e problematizando estas relações de poder que permeiam a sociedade civil e a posição de *Veja* dentro destas relações.

Estas problematizações resultaram em um trabalho bastante longo, mas que se justifica pelo número de material levantado e pela necessidade de análise que este material suscitou. Neste sentido, optamos por dividir a dissertação em dois volumes, sendo que o primeiro constitui nos dois primeiros capítulos, que trazem um panorama mais geral sobre *Veja* e o contexto ao qual nosso objeto se insere; e o segundo volume, traz o cerne de nossa discussão: a construção das três grandes obras selecionadas e a posição de *Veja* sobre elas e suas construtoras. O segundo volume traz ainda os anexos da dissertação, onde apresentamos uma parte importante de nosso trabalho com as fontes, que foi a editoração de todas as capas de *Veja* durante o período analisado. Esperamos com isto, propiciar um contato ainda maior com o nosso objeto de estudo, apesar de não ser realizado um trabalho sistematizado com as capas.

Tendo em vista que o conhecimento histórico é um processo infinito, reconhecemos todas as limitações deste trabalho. Porém esperamos ter contribuído com “verdades parciais”, responsáveis pela construção do conhecimento. Como demonstra Karel Kosik, o conhecimento histórico, bem como sua construção, acontece a partir do sujeito concreto, ser que estabelece relações com o meio em que vive, a partir de uma ordem historicamente

produzida. Investigação esta que necessariamente passa pela apreensão sensível da realidade concreta, captação do fenômeno, para então mergulhar no íntimo dessa realidade, decompondo-a, indo ao detalhe, analisando suas diferentes formas de desenvolvimento e descobrindo a conexão íntima entre elas, considerando sempre a totalidade das relações históricas constitutivas desse processo, bem como entendendo seus limites. Estas relações como transitórias, geradoras de novas realidades e de novas relações, sem perder a noção de que a realidade em estudo é sempre parte de uma realidade maior e em constante transformação, dentro de uma sociedade historicamente em movimento através das relações de suas forças produtivas.

Este conhecimento uma vez construído, não tem fim em si mesmo, mas é um elemento dialético de possibilidades, de vir a ser gerador de novos conhecimentos, de ampliação e de transformação do próprio conhecimento e das relações concretas constitutivas do entorno dessa realidade pesquisada. Nosso trabalho se insere nesta perspectiva e esperamos contribuir na ampliação desta.

## **CAPÍTULO I – A REVISTA VEJA: DE 23 MIL EXEMPLARES À MARCA DE 300 MIL: Acompanhando a construção editorial da revista**

A revista *Veja* foi lançada no dia 11 de setembro de 1968, pela Editora Abril. No total, 700 mil exemplares, no formato 27 x 21 cm, foram distribuídos para as bancas de todo o país. O preço de capa era de 1 cruzeiro. Tinha 144 páginas, trazia as “notícias” da semana e 63 destas páginas eram marcadas pela publicidade. A revista *Veja* foi, segundo Maria Fernanda Almeida<sup>1</sup>, a primeira semanal de informação a trazer o modelo *Time* ao Brasil.

O projeto de publicar uma semanal começou no início dos anos 1960, entre Victor Civita (dono da Editora Abril) e seu filho Robert Civita, com a idéia de se criar uma revista ilustrada semelhante às norte-americanas *Look* e *Life*, à francesa *Paris Match* ou à italiana *Oggi*, para concorrer com a brasileira *Manchete*. Robert Civita voltava dos Estados Unidos e teria adquirido experiência suficiente para sonhar com o novo projeto. Esta nova revista se chamaria *Veja*, porque se destinava, em primeiro lugar, a ser vista. Teria muitas fotos, várias delas bastante ampliadas. No entanto, o projeto não saiu do papel. Com a crise política do Brasil em 1961, em que houve a renúncia de Jânio Quadros e a saída parlamentarista para a posse do vice-presidente, João Goulart, a decisão da empresa foi adiar o projeto.

Segundo reportagem da revista *Imprensa*<sup>2</sup>, os primeiros anos da Editora Abril (anos 50), foram gastos principalmente com a sobrevivência do grupo. A gráfica exercia também serviços para terceiros, enquanto as revistas em quadrinhos consolidavam suas vendas gradualmente. Entretanto, devemos levar em conta o fato de que a base empresarial da Editora Abril era absolutamente internacionalizada. Carla Silva ao tratar dos padrões externos para a

---

<sup>1</sup> ALMEIDA, Maria Fernanda Lopes. *Veja sob censura: 1968-1976*. São Paulo: Jaboticaba, 2009.

<sup>2</sup> SOUZA, Ulysses Alves de. A história secreta de *Veja*. IN: *Revista Imprensa*. Ano II, nº 13, setembro de 1988.

mídia brasileira e a inserção no sistema transnacional de comunicação que ocorre nos anos 1950, aponta elementos apresentados na obra de Daniel Hertz<sup>3</sup> onde este discute as ligações de Victor Civita com o grupo *Time-Life*. Segundo Silva, “*ele aponta para o crescimento da editora, em consonância como o que ocorria no México e na Argentina, onde a ligação com o grupo Time era ainda mais explícita*”<sup>4</sup>. A Editora Abril, nos anos 50, lançou em pouco tempo, 19 revistas no Brasil, 19 revistas da Argentina e 19 revistas no México. Segundo Carla Silva, “*esses dados confirmariam que o capital externo já sustentava a imprensa brasileira e que foram fortes suas investidas nos anos 1950 e 60, articulados a um projeto mais amplo*”<sup>5</sup>.

Daniella Villalta constatou que o processo de consolidação da Editora Abril, nos anos 50, se deu em um contexto histórico em que o número de alfabetizados brasileiros girava em torno de 70% da população. Segundo ela, com a afirmação da Abril surgiria também,

Uma sugestão de que ali se firmara um fato concreto sobre as modernas ações culturais que se instalariam no país, transformando-o em um lugar exemplar para se empreender negócios na área da cultura, com incentivos e apoio por parte do governo e um mercado que, apesar de pequeno, estava ávido por consumir os resultados de uma empreitada pela modernização nacional<sup>6</sup>.

Para Daniella Villalta, um aspecto que contribuiu de maneira decisiva para a expansão do setor de revistas foi a criação pelo governo, em 1966, de um órgão regulador da indústria gráfica, derrubando barreiras comerciais e possibilitando a importação de novas máquinas para impressão. Segundo a autora, “*isso modernizou o setor e aumentou o volume de produção respaldado na demanda criada pelo acesso ao consumo*”<sup>7</sup>.

Segundo o levantamento histórico empreendido pelo consultor do Projeto Memória Abril, Glauco Carneiro, para sustentar o investimento da Abril, Victor Civita sabia que era preciso ampliar o mercado leitor brasileiro. Segundo Carneiro,

Essa empreitada incluía trabalhar duro para exercer um papel renovador, não somente no panorama editorial, mas também e, sobretudo, na formação de novas atitudes, influenciando hábitos na nação, aguçando a curiosidade, avivando seus

---

<sup>3</sup> HERTZ, Daniel. **A história secreta da REDE GLOBO**. 14ª Ed. Porto Alegre: Ortiz, 1991. P.169.

<sup>4</sup> SILVA, Carla. **Veja: O indispensável partido neoliberal 1989-2002**. Niterói: UFF, Tese de Doutorado. 2005. P.45.

<sup>5</sup> Idem. P.46.

<sup>6</sup> VILLALTA, Daniella. *O surgimento da revista Veja no contexto da modernização brasileira*. **INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**. XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002. Disponível em: [http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2002/congresso2002\\_anais/2002\\_NP2VILLALTA.pdf](http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2002/congresso2002_anais/2002_NP2VILLALTA.pdf). Consulta realizada em 14/5/2010. P.01.

<sup>7</sup> VILLALTA, Daniella. *Reflexos da modernização econômica brasileira no mercado editorial de revistas*. **IN: Comum** – Rio de Janeiro – v.14 – n°31 – p.117 a 143 – julho/dezembro 2008. P.120. Disponível em: <http://www.facha.edu.br/publicacoes/comum/comum31/Artigo7.pdf> . Consulta realizada em 15/5/2010. P.121.

interesses, aprofundando sua cultura e lhe dando verdadeira dimensão do seu papel no mundo<sup>8</sup>.

No início dos anos 60, a Abril contava com uma gráfica instalada e dois blocos de revistas: histórias em quadrinhos e fotonovelas. Posteriormente, a editora vem se especializar em revistas de moda para públicos mais selecionados, além de revistas destinadas ao universo masculino.

Lançada em agosto de 1960, a automotiva *Quatro Rodas* veio para divulgar a implantação das indústrias de automóvel no país. Segundo Daniella Villalta,

De inspiração italiana, tem à sua frente um *expert* em revistas, o também italiano Mino Carta. A resposta ao alerta que Victor Civita recebeu de um amigo sobre o que lançar depois do sexto número da revista, já que o Brasil havia apenas seis grandes estradas, era a de que: “Haverá estradas. A indústria automobilística vai ajudar a aumentar o número de estradas”<sup>9</sup>. E a convicção da família Civita era a de que elas levariam a *belíssimos recantos* do país, tornando-os valorizados turisticamente, e foi nessa direção que expandiram seus negócios, mirando o setor hoteleiro<sup>10</sup>.

Na mesma década, o segmento de revistas técnicas foi atendido pelas publicações da Abril-Tec, empresa associada ao grupo Abril e responsável pelo lançamento de “Transportes Modernos”, em agosto de 1963. Outros títulos do núcleo foram: “Máquinas & Metais”, “Química & Derivados”, “Plásticos & Embalagens”, “Eletricidade”. Em 1976 a Abril Tec foi desmembrada em três pequenas estruturas empresariais que assumiram as revistas técnicas<sup>11</sup>.

Em julho de 1967, surge *Exame*, como um encarte nas revistas técnicas de circulação dirigida. Como demonstra Alberto Dines, a apresentação assinada por Victor Civita, afirmava o intuito de “*fornecer subsídios práticos para solucionar os problemas econômicos, financeiros, fiscais, trabalhistas, e gerenciais*” para empresas, “*focalizando todos os assuntos do ponto de vista do executivo que precisa tomar decisões*”<sup>12</sup>. Em 1970, com a bem sucedida iniciativa de *Veja* de publicar um Caderno de Investimentos – como uma das formas de

---

<sup>8</sup> Glauco Carneiro. Fazendo a cabeça do país. Introdução à história das Editoras Abril e Nova Cultural e do seu papel na difusão de inovações dentro da sociedade brasileira. São Paulo: Dedoc, 1986. n/publicado. P.14. Apud: VILLALTA, Daniella. *Reflexos da modernização econômica brasileira no mercado editorial de revistas*. Op.Cit. p.01.

<sup>9</sup> Glauco Carneiro. Fazendo a cabeça do país. p. 37. Apud: VILLALTA, Daniella. *Reflexos da modernização econômica brasileira no mercado editorial de revistas*. Op. Cit. P.120.

<sup>10</sup> VILLALTA, Daniella. *Reflexos da modernização econômica brasileira no mercado editorial de revistas*. Op. Cit. P.120.

<sup>11</sup> Glauco Carneiro. Fazendo a cabeça do país. p. 14. Apud: VILLALTA, Daniella. *Reflexos da modernização econômica brasileira no mercado editorial de revistas*. Op. Cit. P.120.

<sup>12</sup> Alberto Dines (Org.). 100 anos que fizeram história. Grandes momentos do jornalismo brasileiro nos últimos anos 80. Campinas/São Paulo: Labjor/Observatório da Imprensa/LF&N, 1997. Apud: VILLALTA, Daniella. *Reflexos da modernização econômica brasileira no mercado editorial de revistas*. Op. Cit. P.122.

superar o rombo financeiro que havia se formado (em 1969) –, o caderno se torna uma publicação independente, chamando-se Revista *Exame*.

É interessante destacar os públicos alvos da Editora Abril: não só públicos diferenciados em relação a sexo e idade, mas a setores econômicos específicos. A Abril possui revistas para públicos mais selecionados, inclusive, para setores técnicos específicos, garantindo verbas financeiros de vários segmentos da burguesia.

Com a publicação da revista *Realidade*, que estabilizou as vendas da Abril entre 350 mil e 450 mil exemplares, e a publicação de fascículos, a gráfica e a distribuidora já trabalhava semanalmente com grandes tiragens. Além disso, a solidez empresarial do grupo era favorecida também pelo esquema de distribuição feito por uma de suas empresas: a Dinap S.A. – Distribuidora Nacional de Publicações.

Segundo Daniella Villalta, a experiência com a publicação de *Realidade* gerou um acervo de informações vital para a produção de notícias. Para o lançamento de uma publicação com periodicidade semanal e caráter informativo era imprescindível que fosse organizado todo o material armazenado pela editora, para facilitar a seleção dos mais importantes e úteis aos seus objetivos jornalísticos<sup>13</sup>. O departamento de documentação da Abril, Dedoc, renovou os arquivos editoriais das redações e sistematizou as informações disponíveis<sup>14</sup>. Segundo dados da Epopéia Editorial, os números da Editora Abril vão de 7 títulos entre 1950 e 1959; subindo para 27 no período entre 1960 e 1969 e alcançando 121 títulos entre 1970 e 1979<sup>15</sup>. Com o faturamento de 1967 chegando em 28 milhões de dólares, a Abril decide apostar no projeto *Veja*.

Chamado “Projeto Falcão”<sup>16</sup> e elaborado por Raymond Cohen, o projeto contava com 25 páginas de publicidade. Baseada em dados do “Projeto Falcão” arquivado no Dedoc, Daniella Villalta afirma que,

O *Projeto Falcão* foi preparado por Raymond Cohen que previu um investimento financeiro para 150.000 exemplares semanais com o desembolso de capital estimado

---

<sup>13</sup> Alberto Dines. 100 anos que fizeram história. Op. Cit. Apud: VILLALTA, Daniella. *O surgimento da revista Veja no contexto da modernização brasileira*. Op.Cit. p.4.

<sup>14</sup> VILLALTA, Daniella. *O surgimento da revista Veja no contexto da modernização brasileira*. Op. Cit. P.01.

<sup>15</sup> “Epopéia Editorial: uma história de informação e cultura”. São Paulo: Abril, 1987. Apud Renato Ortiz. **A Moderna Tradição Brasileira. Cultura Brasileira e Indústria Cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1988. p.123.

<sup>16</sup> O Projeto Falcão é o nome dado ao processo de fomento da revista, que incluiu a realização de 14 números zero, pilotos da publicação que serviram de teste ao modelo almejado. Foi iniciado em 1959, época da consolidação da Editora Abril como um complexo gráfico moderno e potente, no contexto do fortalecimento do setor industrial brasileiro. O projeto audacioso talvez tenha recebido esse nome em metáfora com o Falcão, a ave de rapina que se diferencia das demais pelo fato de terem evoluído no sentido de uma especialização no vôo em velocidade. *Veja* teria uma proposta mais audaciosa, orientada para a integração de um país continental através da notícia.

em aproximadamente NCr\$ 2.895.000,00. A esse emprego de capital foram somados “investimentos em móveis, utensílios e instalações, custo complementar de campanha de lançamento, estoque complementar de papel para cobrir aumento de 10 para 18 edições iniciais e tiragem de 180 para 500 mil (nsº 1 e 2) e 350 mil (3 a 18)”, além de custos aleatórios calculados apenas na fase operacional do projeto. O total do investimento financeiro alcançou a casa dos NCr\$ 5.054.000,00<sup>17</sup>.

O jornalista Mino Carta foi convidado para ser o diretor da redação. Luís Carta, irmão de Mino e na época diretor da Abril, o havia indicado para dirigir a revista de automóveis que a empresa pretendia lançar, inspirada da italiana *Quattro Ruote*. Aceito o convite, Mino Carta e Roberto Civita viajaram para a Europa e visitaram as principais redações de revistas semanais de informação. Firmaram contrato com a *Newsweek* para o aproveitamento do material editorial. *Veja* foi lançada nos moldes da *Time* americana e não da *Oggi* italiana, “afinal, os semanários ilustrados já estavam perdendo terreno junto ao público que via suas expectativas iniciais de informação sendo suprimidas pelo telejornalismo, que ganhava espaço e se consolidava no Brasil”<sup>18</sup>. Segundo Daniella Villalta, a escolha do modelo norte-americano em lugar dos modelos europeus foi justificada por Mino Carta porque os modelos de jornalismo norte-americano eram uma boa opção editorial e também financeira. “No aspecto econômico, as vantagens se expressavam em termos de impressão: o modelo era menor e isso barateava seu custo e, do ponto de vista editorial, a escolha se justificava por ser uma tendência mundial no jornalismo, os modelos europeus não estavam mais em voga”<sup>19</sup>.

Aprovado o projeto, teve início a contratação do pessoal. Segundo Ulysses Souza, a diretoria da empresa chegou à conclusão de que não seria possível encontrar no mercado cerca de 150 profissionais sem onerar em demasia os custos do projeto. Como saída, decidiram criar um curso para formação de jornalistas. Na época, a profissão ainda não havia sido regulamentada, o que possibilitou a execução da idéia da Abril. A primeira turma do “Curso Abril de Jornalismo” foi a de 1968, ano de lançamento da revista. O curso chegou a receber cerca de 1800 inscrições. Dentre eles foram escolhidos cerca de 100 jovens. Estes ficaram hospedados por três meses, custeados pela empresa, para serem engajados em uma espécie de aprendizado rápido. Dos 100 jovens, foram aprovados 50. *Veja* fez questão de

---

<sup>17</sup> *Projeto Falcão*: cálculos suplementares. Arquivos do Dedoc, pesquisado em maio de 1999. Apud: VILLALTA, Daniella. *O surgimento da revista Veja no contexto da modernização brasileira*. Op.Cit. p.5.

<sup>18</sup> VILLALTA, Daniella. *Reflexos da modernização econômica brasileira no mercado editorial de revistas*. Op. Cit. P.124.

<sup>19</sup> Idem. P.135.

mostrar seus alunos formados pela Abril ao longo dos editoriais, dando destaque para o ótimo trabalho que estes desempenham junto a revista.

Pedro Cavalcanti, 28 anos, antigo repórter da televisão francesa em Paris, onde morou por quatro anos, fez em 1968 um curso de jornalismo patrocinado pela Editora Abril para selecionar novos profissionais. Trinta e um moços formados pelo curso estão em *Veja* – Pedro é um deles<sup>20</sup>.

O repórter José Carlos Bardawil, da sucursal de Brasília, formado pelo curso de Jornalismo organizado pela Editora Abril em 1968 (...) <sup>21</sup>.

Segundo Maria Almeida, por exigência jurídica de que uma palavra de uso comum não poderia ser registrada sozinha, *Veja* era acompanhada por “Leia”. Mas “Leia” saía pequeno. Para Ulysses Souza, esta expressão complementar ao nome foi uma “*forma encontrada pela editora para contornar o registro internacional da revista americana Look*”<sup>22</sup>, tendo sido suprimida no nº 216 de 1975, quando *Look* deixou de circular. Segundo Daniella Villalta, a expressão complementar ao nome deve-se também ao fato de já haver no Brasil, desde 1955, o registro da marca *Veja* em nome de Rubens P. Mattar, distinguindo: “*jornais, revistas, livros, almanaques, álbuns, folhetos e tudo o mais apontado na classe 32, Diário Oficial de 06/01/1955*”<sup>23</sup>. Já Jorge Freitas, afirmou vinculação do nome da revista com o “olho que vê” e a ligação da intenção da revista de ser vista. Segundo Freitas,

O imperativo afirmativo do verbo VER, utilizada como título da revista VEJA, significa não uma ordem, uma determinação, mas um convite, uma exortação aos leitores para que cumpram a ação indicada, através do olhar, assim eles deverão informar-se sobre o que passa no mundo<sup>24</sup>.

Esta análise é tomada também por Carla Silva em sua análise nos anos 90, que afirma que o olhar de *Veja* é sempre seletivo. Segundo Silva, é tão forte essa imagem que a revista criou um logotipo em que diz ser “os olhos do Brasil”. Com a figura de um olho no centro do círculo da bandeira brasileira, *Veja* reafirma a idéia de que é quem melhor seria capaz de “ver” a realidade nacional<sup>25</sup>. Como constata Silva,

A política e a economia são reduzidos a uma questão de opção de ponto de observação. Como o “olho de *Veja*” veria na “melhor perspectiva”, ela aproveita para retirar atenção dos problemas nacionais, da corrupção, enfim, do pessimismo com relação ao processo político. E, algo recorrente, se coloca como portadora do

<sup>20</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.60 – 29/10/1969.

<sup>21</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.73 – 28/01/1970.

<sup>22</sup> SOUZA, Ulysses Alves de. A história secreta de *Veja*. Op.Cit. p.85.

<sup>23</sup> Documento interno dirigido a Luis Carta e intitulado “Resultado de busca solicitada” de 25/6/59. **Dedoc**. Apud: VILLALTA, Daniella. *O surgimento da revista Veja no contexto da modernização brasileira*. Op.Cit. p.07.

<sup>24</sup> FREITAS, Jorge Roberto Martins. **A entrevista nas Páginas Amarelas da revista *Veja*: a imagem do milagre econômico sob o ponto de vista do primeiro newsmagazine brasileiro**. Dissertação de mestrado, Comunicação, UFRJ, 1989. P.2.

<sup>25</sup> SILVA, Carla. ***Veja: O indispensável partido neoliberal 1989-2002***. Op. Cit. P.94.

que seriam os desejos do grande sujeito “Brasil”. De acordo com esta fala não seriam os homens e mulheres que agem, mas “o país”<sup>26</sup>.

*Veja* priorizaria três adjetivos: ser uma revista semanal, de informação, e caracterizar-se por seu caráter nacional. Para promover a revista, foram organizadas duas festas de lançamento. Foram convidados personalidades, autoridades e os donos das maiores agências de publicidade de São Paulo e do Rio de Janeiro. O lançamento de *Veja* teve uma das maiores campanhas publicitárias da imprensa brasileira, chegando ao custo de 1 milhão na época.

A reação do público à *Veja* não foi favorável ao produto: em 1968, o público consumidor de revistas estava acostumado com dois tipos de publicações: as semanais ilustradas, representadas por *Manchete* e o modelo de revista de economia e política da *Visão*. Como afirma Villalta, *Veja* vinha com uma proposta diferente para os padrões brasileiros, se propondo a interessar-se por tudo, o que não atraía muitas simpatias. Segundo Villalta, “a publicação da Editora Abril situou-se no contexto da organização capitalista da cultura, como um produto cultural em sintonia com o projeto de modernização do Brasil através da implantação definitiva do capitalismo”<sup>27</sup>.

São vários os trabalhos que traçam esse processo de fundação da revista, portanto não pretendemos esgotá-las aqui. Para mais informações sobre estas questões, citamos os trabalhos de Ulysses Souza (já citado), Maria Almeida, Daniella Villalta<sup>28</sup> e Alzira Abreu no Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós 1930<sup>29</sup>, entre outros que trazem muitos dados sobre esse processo de formação e execução de *Veja*.

Além disso, muitas destas questões que reportam ao lançamento da revista e ao seu caráter jornalístico aparecem nos editoriais de *Veja*, que será foco de nosso estudo neste capítulo, já que é através do editorial da revista que poderemos perceber o posicionamento de *Veja* durante o período de estudo. Segundo Carla Silva,

A Carta ao Leitor de *Veja* é o seu editorial. O fato de não chamar de editorial tem a ver com a tentativa permanente de descaracterizar esse texto como um posicionamento político, buscando defini-lo como simples “verdade”, mesmo que o seu sentido original fosse ser uma “carta” ao “leitor”. Parece provável que o sentido de “carta” tenha a ver com o primeiro diretor de redação, que, por ter maior

---

<sup>26</sup> Idem. P.95.

<sup>27</sup> Idem. P.12.

<sup>28</sup> VILLALTA, Daniella. **Artesanato industrial na produção jornalística de 1968**. O surgimento da Revista *Veja* no contexto da modernização brasileira. Dissertação de mestrado em Teoria e Ensino da Comunicação. UESP – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 1999.

<sup>29</sup> ABREU, Alzira Alves de. VEJA. In: **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930**. Ed.rev.atual. RJ, EFGV, CPDOC, 2001.

autonomia editorial com relação à direção da revista criou essa expressão. A intenção parece clara: de (Mino) Carta ao leitor<sup>30</sup>.

Segundo Carla Silva, o principal artifício que *Veja* utiliza para esconder suas intenções próprias e o fato de ser portadora de interesses sociais e de frações de classe, é sua auto-definição enquanto um “sujeito”, escondendo ser interveniente no próprio processo político que é o eixo de sua ação. Segundo a autora,

Os editoriais nos dizem muito sobre a forma com que a revista quer “ser vista”, e contribuem para que ela se constitua em efetivo sujeito político. A Carta ao leitor é um espaço de consolidação desse papel, agregando noções como a de Quarto Poder, responsabilidade social e opinião pública, que permitem naturalizar esse “sujeito/*Veja*”, buscando ocultar seus interesses aos quais a revista se vincula. Esses elementos permitem ocultar a existência da ação partidária da revista. Há que distinguir os reais sujeitos ocultados no uso da expressão *Veja*, mas igualmente importante, esse uso tem um peso enorme para o convencimento da existência desse sujeito, alimentando novamente os preceitos liberais, concepção que o senso comum entende como natureza da imprensa e que a própria revista ajuda a disseminar. Portanto, a revista necessita utilizar noções liberais permanentemente para “criar-se como sujeito”, apagando com isso sua ação partidária<sup>31</sup>.

Neste sentido, neste capítulo procuramos traçar um pouco da trajetória de *Veja*, desde seu lançamento em 1968, até 1978 quando completam 10 anos da revista. Nosso objetivo é demonstrar como a revista foi construindo sua linha editorial através da análise da “Carta ao Leitor”. Neste sentido, nosso trabalho baseou-se na impressão e leitura de todos os editoriais no período de 1968 a 1978, selecionando alguns trechos que evidenciassem o caráter da revista naquele período e como ela foi construindo seu posicionamento de maneira a salvaguardar os objetivos de expansão empresarial da Editora Abril. Optamos por dividir a análise em duas fases que percebemos na revista. Com esta divisão poderemos perceber melhor o período de crescimento e afirmação de *Veja*, que envolve também os primeiros anos da revista, a sua relação com o governo e com a censura, a saída de Mino Carta, e a entrada de José Roberto Guzzo e Sérgio Pompeu, e o relacionamento mais explícito com o governo Geisel. No total, foram 538 editoriais analisados, que constituem a revista durante este período.

Ao contrário da dinâmica de trabalho de Carla Silva que realizou uma divisão temática<sup>32</sup> como forma de caracterizar os editoriais, procurando na leitura de cada um traçar o

---

<sup>30</sup> SILVA, Carla Luciana Souza. *A Carta ao Leitor de Veja: um estudo histórico sobre editoriais*. IN: **Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**. São Paulo, v.32, n.1, p. 89-107, jan./jun. 2009. P.90.

<sup>31</sup> SILVA, Carla. *Veja: O indispensável partido neoliberal 1989-2002*. Op. Cit. P.90.

<sup>32</sup> Carla Silva com sua pesquisa constatou que pode-se dividir os editoriais nos anos 90, *grossa modo* em: “a) aqueles que informam sobre a própria revista, ou seja, que informam mudanças, aumento de tiragem, novas seções, novos colunistas, ressalta o jornalismo. É, em suma, um espaço de auto-elogio permanente; b) aqueles que se referem à sua ação partidária com relação à sociedade política, sejam os governos, o Parlamento, as

seu tema principal, nosso trabalho não andar  pela mesma metodologia. Ao realizarmos a leitura de cada um dos editoriais, percebemos uma divisão nítida de mudança quando a revista já estava firmada no mercado e começou a tratar com mais intensidade os temas políticos. Isto também tem como marco a saída de Mino Carta e a presidência de Ernesto Geisel e os contatos com Golbery. Ainda neste sentido, foi o momento em que se tem a emergência do projeto distensionista como demonstraremos posteriormente.

Desde o lançamento até meados de 1974, com a editoria de Mino Carta, percebemos a preocupa   da revista em auto elogiar-se e em se auto-afirmar, em dar os primeiros passos para se constituir enquanto sujeito e enquanto um órgão que precisava ser lido e aceito por seus leitores. Neste sentido, a primeira fase dos editoriais foi marcada pelo caráter de informa   sobre a própria revista, demonstrando o “jeito de ser *Veja*”.

Destacamos ainda que o editorial não era baseado exclusivamente em “informar sobre a revista”. Em sua maioria eles apresentavam minimamente a temática de capa, porém sem dar muita posição sobre ele. O tema foi apresentado de maneira explicativa, informando o cerne da reportagem e, na maioria das vezes, o trabalho dos jornalistas e editores para realizar a reportagem. Neste sentido, nossa metodologia optou por, nesta primeira parte, dar destaque para a tentativa de estabelecimento de um “sujeito *Veja*”. Um posicionamento da revista nos editoriais sobre a reportagem começa a aparecer apenas na segunda fase, quando os editoriais passam a trazer junto com a apresenta   da matéria de capa, um posicionamento político de *Veja* junto a este. É neste momento então, que demonstraremos o posicionamento de *Veja* sobre estes temas, o que será percebido no decorrer do trabalho.

A seção “Carta ao Leitor”   escrita pelo diretor de redação e em alguns casos, “excepcionais”, pelo presidente do Grupo Abril, quando passa a se chamar “Carta do Editor”. É importante destacar também que no período estudado, os editoriais não possuíam um título específico, ficando apenas a seção “Carta ao Leitor”.

Carla Silva aponta ainda para a necessidade do trabalho com as capas, com os entrevistados nas Páginas Amarelas e a publicidade em *Veja*, para percepção da ação partidária e do programa intelectual da revista. Como isto não nos será possível neste trabalho devido as limitações da investigação, citamos algumas obras que trabalharam com estas questões.

---

associações; c) aqueles em que se apontam caminhos, mostra-se posição, apresentam-se projetos, denotando uma ação enquanto intelectual orgânica e gerenciadora. Esses textos podem ser dirigidos ‘  sociedade’, aos ‘políticos’ ou ainda a outros setores específicos”.

Em relação à análise das capas, citamos o trabalho de Mayra Rodrigues Gomes<sup>33</sup> que trabalhou com a análise das principais capas publicadas por *Veja* durante o período. Gomes analisou as capas da revista, observando a disposição das cores, logos, chamadas, imagens, enfim, o conjunto que forma a capa. Abordou a relação entre chamada e imagem e quando estas se fazem do uso de metáforas, além de fazer um levantamento da predominância de temas em cada período estudado.

Sobre as entrevistas nas “Páginas Amarelas” de *Veja*, citamos o trabalho de Jorge Roberto Martins Freitas<sup>34</sup>, que trabalhou com o período do chamado “milagre econômico brasileiro”. Segundo Freitas,

As páginas amarelas serviram para a revista manifestar seus pontos de vista sobre determinados temas institucionais ou conjunturais através das palavras do entrevistado. Muitas vezes, o entrevistado era menos importante que o tema abordado, porém, para tê-lo editado nas páginas amarelas (espaço privilegiado da revista), era necessário contar com alguns especialistas, capaz de legitimar a situação<sup>35</sup>.

Em sua análise Freitas pode perceber que *Veja* possui pautas politicamente articuladas e que a revista privilegiou em suas entrevistas, representantes de classes econômicas específicas. Segundo o autor, *Veja* recebia verbas generosas das agências de publicidade, e suas pautas manifestavam os pontos de vista de classes econômicas específicas e apoiavam a modernização do País e a especialização de tecnocratas. Segundo Freitas,

As páginas amarelas, dessa maneira, passaram a funcionar para a revista como um editorial, desenvolvido com o objetivo de repetir pela opinião de especialista da construção do imaginário o universo mítico da própria revista e de seu público, no momento em que a sociedade brasileira tentava compatibilizar governo autoritário com modelo econômico e dependente do exterior<sup>36</sup>.

Em relação aos resultados obtidos por Jorge Freitas, transcrevemos seu levantamento que evidencia o privilégio de *Veja* aos representantes da iniciativa privada. Segundo Freitas,

A revista *Veja* publicou 22 entrevistas antes da posse do general Emílio Garrastazu Médici (30/10/1969) na presidência do País. Até o final do governo Médici (15/03/1974), a revista publicou mais 229 entrevistas nas páginas amarelas, no total. Do lançamento da seção até o final do Governo Médici, foram publicadas um total de 251 entrevistas, das quais 145 com brasileiros e 106 com estrangeiros. Deste total, 158 pessoas pertenciam ao setor privado e manifestaram opiniões pessoais. O setor do governo foi representado por 78 entrevistados. Entendeu-se governo como o próprio governo com seus ministérios e órgãos estatais. Igreja e outras instituições,

---

<sup>33</sup> GOMES, Mayra Rodrigues. **Um texto icônico-verbal por semana: vendo/lendo capas de VEJA**. Dissertação ECA/USP, 1992.

<sup>34</sup> FREITAS, Jorge Roberto Martins. **A entrevista nas páginas amarelas da revista *Veja***. Op. Cit.

<sup>35</sup> Idem. P.79.

<sup>36</sup> Idem.

como partidos políticos e organizações políticas e religiosas tiveram 15 representantes entrevistados, no período, pelas páginas amarelas<sup>37</sup>.

Ao trabalhar com as Páginas Amarelas em sua tese, Carla Silva demonstrou também que estas nos permitem perceber o peso efetivo dos capitalistas, seus intelectuais orgânicos e agentes gerenciadores do sistema do capital<sup>38</sup>. Entretanto, como já destacamos anteriormente, esta análise foi apresentada aqui apenas como índice de análise e formas de compreender a atuação de *Veja*. Como demonstramos através da bibliografia citada, alguns estudos específicos já foram realizados neste caminho.

Como demonstrou Carla Silva em sua análise sobre *Veja* no anos 90, “*a revista e o Grupo Abril esmeram-se em produzir a imagem da publicação indispensável, livre e independente*”<sup>39</sup>. Segundo a autora, a publicidade é sempre colocada como um elemento que garante sua alegada independência. Porém, como analisa Silva, o leitor de *Veja* paga por um produto já pago. Como levantou a autora, “*a revista parece chegar nas bancas (ou nas casas dos assinantes) já integralmente paga. Ela vende-se antes de chegar às bancas, muito antes do suposto – e dileto – cliente de sua propaganda institucional: os verdadeiros clientes da revista já a definiram*”<sup>40</sup>.

Em entrevista sobre seu livro<sup>41</sup>, Carla Silva apontou para os interesses defendidos por *Veja*:

Os interesses são os dominantes como um todo, mais especificamente os da burguesia financeira e dos anunciantes multinacionais. Em que pese o discurso de defesa da liberdade de expressão articulado à publicidade, o que importa para a revista são os interesses em torno da reprodução capitalista. A revista busca se mostrar como independente, o que se daria através de sua verba publicitária. É fato que a revista tem uma verba invejável, mas isso não a transforma no Quarto Poder, que vigiaria os demais de forma neutra. Ao mesmo tempo em que ela é portadora de interesses sociais, faz parte da sociedade, a sua vigilância é totalmente delimitada pela conjuntura e correlação de forças específica<sup>42</sup>.

A análise da publicidade entre os anos 1989-2002, realizada por Carla Silva, apontou para três sentidos, segundo a autora:

A criação da marca *Veja* que propõe servir como elemento identitário e reconhecimento do mundo; a proposição da própria revista de que é a publicidade

---

<sup>37</sup> Idem. P.77.

<sup>38</sup> SILVA, Carla. *Veja: O indispensável partido neoliberal 1989-2002*. Op. Cit. P.124.

<sup>39</sup> Idem. P.147.

<sup>40</sup> Idem. PP.149-50.

<sup>41</sup> SILVA, Carla. *Veja: O indispensável partido neoliberal 1989-2002*. Cascavel: Edunioeste, 2009. Coleção Tempos Históricos, vol.7.

<sup>42</sup> Entrevista da Profa. Carla Luciana Silva, relativa ao lançamento do livro *Veja: o indispensável partido neoliberal*. A entrevista foi concedida originalmente ao Observatório do Direito à Comunicação, à Lia Segre, em 11/05/2010, e reproduzida no Observatório da Imprensa (<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=589IMQ006>) e no blog do Azenha e no blog do Rodrigo Vianna, dentre outros.

que garante sua “liberdade”, como de resto, de toda a sociedade; a relação da revista com a publicidade privada, empresarial e, sobretudo, dos setores que incentivaram e levaram adiante o programa neoliberal<sup>43</sup>.

Em relação a análise publicitária, em nosso recorte temporal que se refere aos primeiros dez anos da revista, baseamo-nos nas conclusões apresentadas por Daniella Villalta, sobre o trabalho com o mercado de bens simbólicos e gramática publicitária no contexto de surgimento da revista *Veja*. Segundo Villalta,

O desenvolvimento do mercado de bens simbólicos no Brasil recebeu influência direta do desempenho das agências de publicidade, que serviu para a cristalização e manutenção de um hábito cultural que previa o consumo de produtos culturais que fossem portadores das idéias internacionais, modernizadoras e preferencialmente, norte-americanas<sup>44</sup>.

Segundo a autora, essas empresas jornalísticas, editoriais e televisivas brasileiras publicizavam as idéias necessárias à consolidação do modelo de modernização, através dos produtos estrangeiros que eram veiculados nesses meios e seus conceitos valorativos. Essa aliança era concomitante com a linha editorial favorável à política de idéias que vinha dentro destes produtos anunciados. Segundo Villalta, “*a revista Veja é lançada no contexto da organização da cultura, como um produto cultural em sintonia com o projeto de modernização do Brasil através da implantação definitiva do capitalismo internacional*”<sup>45</sup>. Segundo ela, as páginas de *Veja* não sofreram nenhum tipo de boicote por parte dos anunciantes internacionais. Os problemas enfrentados em relação à publicidade (que discutiremos posteriormente) era resultado de problemas técnicos na produção da revista. “*Isso nunca ocorreu por incompatibilidade entre a linha editorial da revista e as agências norte-americanas e seus anunciantes*”<sup>46</sup>.

Entre os anunciantes internacionais, Villalta afirmou que, destacaram-se nos primeiros quatro números observados empresas e produtos tais como: *Philips, Chrysler do Brasil, Biblioteca Científica Life, Shell, Perkins Motores, Renner* (tecidos sintéticos), *Itamaraty Willys, Johnson & Johnson, Atlantic, Royal Label, Telefunken, Walita, Siemens*. E entre os nacionais destacaram-se: Eletrobrás (Centrais Elétricas Brasileiras), Loteria Federal, Plano Nacional de Habitações, Rede Globo de Televisão (anunciando a novela *Passo dos Ventos e a Gata de Visão*), Banco do Estado de São Paulo, *Viação Cometa*, dentre outros<sup>47</sup>. É

---

<sup>43</sup> SILVA, Carla. ***Veja: O indispensável partido neoliberal 1989-2002***. Op. Cit. PP.157-58.

<sup>44</sup> VILLALTA, Daniella. *Reflexos da modernização econômica brasileira no mercado editorial de revistas*. Op. Cit. P.124.

<sup>45</sup> Idem. P.125.

<sup>46</sup> Idem. P.124.

<sup>47</sup> Idem. PP.124-25.

interessante notar que entre os anunciantes estão os de empresas estatais, o que demonstra a participação do governo também no apoio publicitário propiciado a *Veja*.

Esta análise carece ainda de maiores investigações, o que poderá ser possível em um segundo momento da pesquisa.

### **Os primeiros anos de *Veja*: Mino Carta e a “honestidade” da revista.**

O primeiro editorial de *Veja*, assinado por Victor Civita, apresentou o caráter de elaboração da revista e sua proposta. Vale destacar que Victor Civita assinou todos os editoriais do primeiro ano de *Veja*, passando o papel de editor para Mino Carta, em 1969, como discutiremos posteriormente. O primeiro editorial foi extremamente marcado pela proposta de integração nacional e modernização. *“Onde quer que você esteja, na vastidão do território nacional, você estará lendo estas linhas praticamente ao mesmo tempo que todos os demais leitores do País. Pois Veja quer ser a grande revista semanal de informação de todos os brasileiros”*<sup>48</sup>. A seleção do pessoal, já citado anteriormente, foi relatada por *Veja* em tom de exaltação para demonstrar a força e grandeza do projeto que não pouparia recursos. *“Finalmente, no decorrer dos últimos três meses, preparamos treze edições experimentais completas – com capa, texto, fotos e anúncios –, a fim de treinarmos para a grande jornada que hoje se inicia”*<sup>49</sup>. O editorial narrou todo o processo de contratação do pessoal, trouxe dados sobre os contratos com agências internacionais, procurando destacar a necessidade de uma revista com o caráter de *Veja* para o Brasil.

O Brasil não pode mais ser o velho arquipélago separado pela distância, o espaço geográfico, a ignorância, os preconceitos e os regionalismos: precisa de informação rápida e objetiva a fim de escolher rumos novos. Precisa saber o que está acontecendo nas fronteiras da ciência, da tecnologia e da arte no mundo inteiro. Precisa acompanhar o extraordinário desenvolvimento dos negócios, da educação, do esporte, da religião. Precisa, enfim, estar bem informado. E este é o objetivo de *Veja*<sup>50</sup>.

Ao falar da “necessidade” dos brasileiros, o editorial estaria apresentando a organização dos espaços da revista. Com seções destinadas as notícias nacionais, chamado

---

<sup>48</sup> *Veja. Carta do Editor*. Ed.01 – 11/09/1968.

<sup>49</sup> *Idem*.

<sup>50</sup> *Idem*.

“Brasil”; “Internacional”; “Artes plásticas”; “Ciência”; “Cinema”; “Educação”; “Esporte”; “Livros”; “Medicina”; “Música”; “Negócios”; “Religião”; “Teatro”; “Televisão”; “Vida Moderna”; e “Indicações”. Como se pode perceber, ao contrário das outras publicações da Abril, *Veja* possuía um caráter amplo, de trabalhar assuntos gerais, destinado a uma diversidade maior de público. A revista seria destinada àqueles que precisariam saber o que estaria acontecendo em todas as áreas do saber, do Brasil e do mundo. E é neste sentido que Civita finaliza o editorial:

Devemos esta revista – em primeiro lugar – aos milhões de leitores que através dos anos tem prestigiado nossas publicações. As classes governantes, produtoras, intelectuais que reclamaram da Abril este lançamento. Aos jornalistas, que com dedicação e espírito profissional o tornaram possível. Aos quase mil gráficos que participaram, entusiasticamente, de seu complexo esquema de produção semanal. Aos distribuidores, jornaleiros, transportadores que aceitaram o desafio de vencer as enormes distâncias nacionais na corrida até as bancas toda segunda-feira. E as agências e aos anunciantes que tomaram todo o nosso espaço disponível sem sequer conhecerem o projeto final da revista, numa comovedora prova de confiança. Conscientes da responsabilidade assumida ao editar *Veja*, dedicamos a revista a todas essas pessoas. Ao Brasil de hoje e de amanhã<sup>51</sup>.

Percebe-se aqui a afirmação do “sujeito *Veja*” já ressaltada anteriormente. A revista, em seu primeiro editorial, já passou a idéia de que é capaz de “ver” a realidade nacional, se colocando como portadora do que seriam os desejos do Brasil. Os “olhos do Brasil”, que *Veja* foi construindo constantemente, como já demonstrou Carla Silva.

Daniella Villalta apontou para o elo entre os interesses empresariais da Editora Abril e o discurso do poder vigente que pode ser percebido através dos editoriais assinados por Victor Civita. Em análise da primeira “Carta do Editor” publicado por *Veja*, Villalta demonstrou os objetivos em comum do editorial com o do então presidente Costa e Silva que, conforme discurso na Escola Superior de Guerra, proferido em março de 1968, afirmava: “*Estamos construindo uma grande civilização no hemisfério sul porque recusamos nos curvar ao determinismo geográfico*”. Segundo a autora, “*Veja colabora nessa tarefa ao pretender, através da informação, dirimir as diferenças regionais em nome de uma prática jornalística aglutinadora das diversidades de um país de proporções continentais*”<sup>52</sup>.

Como conclusão, Daniella Villalta afirmou:

O valor comercial da empreitada foi incentivado e favorecido por um modelo econômico que capacitou e fortaleceu a iniciativa privada. Há um elo entre os interesses empresariais da Editora Abril – que fica claro quando se comparam as *Cartas do Editor* assinadas por Victor Civita – e o discurso do poder vigente. Seu objetivo empresarial, de promover a aglutinação de um Brasil grande, potente e

---

<sup>51</sup> Idem.

<sup>52</sup> VILLALTA, Daniella. *Reflexos da modernização econômica brasileira no mercado editorial de revistas*. Op. Cit. P.126.

unido através das publicações de sua Editora, realizou-se plenamente a partir do momento em que os setores médios da sociedade, que detinham uma considerável parcela da mal distribuída renda do país, se encantaram com as revistas que a Abril lançou levando em conta a medida de seu gosto médio e também seus segmentos. Considerando-se que as mídias conversam entre si, as grandes publicações da Editora trouxeram para essas parcelas, através da publicidade de seus anunciantes, outros produtos do ideário modernizador<sup>53</sup>.

Com tiragem de 700 mil exemplares, pode-se perceber a perspectiva de ser uma revista de informação de alcance nacional, que *Veja* se propunha. O lançamento da revista foi marcado com grande pompa e promessas de ser um projeto de sucesso. Entretanto não foi isto que ocorreu. A edição nº 01 de *Veja* fechou com 63 páginas de publicidade vendidas no escuro, sem os anunciantes saberem o que seria a revista. Dos 31 anunciantes programados para o segundo número, 20 desistiram, e dos 500 mil exemplares tirados, 250 mil foram vendidos: uma queda de quase 400 mil exemplares do primeiro para o segundo número. Durante cerca de 20 edições, a revista não vendeu mais do que 16 mil exemplares.

Podemos perceber durante as análises de *Veja* a tentativa da revista em reforçar o papel “liberal” da imprensa enquanto “quarto poder” com a função de vigiar os demais poderes. Carla Silva já realizou esta discussão quando, nos anos 90, discutiu as funções de *Veja* se estabelecendo enquanto sujeito, problematizando a concepção da “missão da imprensa” em rascunhar a história e publicar “apenas” as notícias “dignas de serem publicadas”<sup>54</sup>; a opinião pública como sendo os interesses “do país”, do “Brasil”, “da sociedade”<sup>55</sup>; e nas duas formas de compreender a imprensa e seu papel histórico, quando Silva apresenta a predominância do padrão liberal<sup>56</sup> e contrapõe com a concepção de partido, gerenciamento e ação pedagógica, a qual a autoria se baseia e da qual compartilhamos.

O que procuramos demonstrar neste trabalho é que, como demonstrou Carla Silva, apesar da mídia capitalista se organizar de forma segmentada, ela possui um norte articulado e coerente, que é o projeto hegemônico. Cada instrumento, cada agente tem uma função específica e dialoga com parcelas específicas, produzindo um discurso que traduz a esta parcela o projeto hegemônico. O que queremos demonstrar com a análise dos editoriais de *Veja* é qual o projeto de *Veja* e para quem este projeto pretende tornar-se hegemônico.

Na edição nº 02 de 18/09/1968, *Veja* saiu nas bancas com uma tiragem de 500 mil exemplares e seu editorial trazia consigo a exaltação de um sucesso: “*Os telegramas e telex*

---

<sup>53</sup> Idem. PP.136-37.

<sup>54</sup> SILVA, Carla. *Veja: O indispensável partido neoliberal 1989-2002*. Op. Cit. P.96.

<sup>55</sup> Idem. P.103.

<sup>56</sup> Idem. P.26.

*choveram a semana inteira. E todos contavam a mesma história: Veja era um êxito total*”<sup>57</sup>. Ainda no editorial, era relatado o programa de lançamento da revista, com duração de 15 minutos, transmitido por praticamente todas as emissoras de televisão do país. Segundo *Veja*, “*nunca na história da imprensa brasileira uma publicação foi comprada por tanta gente em tão pouco tempo*”<sup>58</sup>. É curioso neste editorial, o relato de *Veja* sobre um “incidente pitoresco” ocorrido em Curitiba.

O incidente mais pitoresco do lançamento ocorreu em Curitiba. O “Diário do Paraná” relata: “O agente Pedro Menezes, do DOPS, ou é um sujeito muito desatualizado ou agiu de má fé quando, passando na madrugada de segunda-feira por um bar da Avenida República Argentina, avançou contra um dos fregueses. O homem havia cometido um crime: estar lendo uma nova revista cuja capa apresentava uma foice e um martelo. O policial deu voz de prisão ao freqüentador do bar e, à indagação surpresa do homem, deu uma resposta seca: ‘O senhor é subversivo, lendo publicação comunista!’ O nosso leitor protestou, o policial insistiu e, enquanto telefonava para o DOPS pedindo reforços para prender o ‘subversivo’, levou uma pancada na cabeça. A arma foi o próprio telefone. E o agressor, naturalmente, o homem que teve sua sadia leitura interrompida tão inusitadamente.

Com desculpas ao Sr. Menezes, temos o prazer de informar que – até o fim da semana – *Veja* esteve praticamente esgotada em todo o País”<sup>59</sup>.

Em todos os seus editoriais, *Veja* procurou colocar-se como uma revista crítica. Neste trecho transcrito acima fica claro a intenção da revista de apresentar seu caráter político que teria, bizarramente, sido confundido com uma publicação comunista, por trazer na capa da primeira edição a foice e o martelo com o título “O grande duelo no mundo comunista”. Porém, como já demonstramos com outras pesquisas e como pretendemos discutir neste trabalho, este caráter “crítico” que *Veja* se propõe se reduz a mera retórica. A própria matéria de capa da edição nº 01, citada acima, tem um caráter de extrema politização. Segundo Daniella Villalta,

A linha editorial praticada em *Veja* no início de sua trajetória prometia algo mais do que simples matérias sobre generalidades. As primeiras capas indicavam que a nova publicação da Abril estava alinhada às fileiras mais politizadas do país, o que já transparecia em sua primeira capa sobre as divergências entre os comunistas<sup>60</sup>.

Além disto, pode-se perceber a tentativa da revista de justificar a atitude do leitor em agredir o agente do DOPS, já que a leitura de *Veja* seria sadia, não se enquadrando portando, na perspectiva “subversiva” sugerida pelo agente. *Veja* traduz toda a perspectiva liberal capitalista, de aversão ao comunismo e a qualquer atitude de mudança de sistema. Como já

<sup>57</sup> *Veja. Carta do Editor*. Ed.02 – 18/09/1968.

<sup>58</sup> *Idem*.

<sup>59</sup> *Idem*.

<sup>60</sup> VILLALTA, Daniella. *Reflexos da modernização econômica brasileira no mercado editorial de revistas*. Op. Cit. P.126.

afirmou Carla Silva e como pretendemos melhor demonstrar neste trabalho, o liberalismo de *Veja* “convive com a ditadura, não está se colocando contra ela. Os parâmetros principais são o lucro e o crescimento do indivíduo que, na forma colocada, não necessitam da democracia para se realizarem, e sim da ‘livre iniciativa’, ou seja, do mercado”<sup>61</sup>. Isto vai ficar mais explícito no decorrer dos editoriais que demonstraremos posteriormente.

Na edição nº 03, com tiragem de 300 mil exemplares, o editorial explicou como são feitas as edições de *Veja*, legitimando o papel da redação em “escolher” os assuntos que deverão ser lidos por seus leitores. Segundo *Veja*,

Tudo começa na manhã de terça-feira, quando o Diretor, os cinco Editores, o Secretário de Redação e o Chefe do Departamento de Documentação se reúnem para discutir a semana em curso e escolher – das centenas de alternativas apresentadas – as quarenta ou cinquenta matérias que mais interessarão seus leitores na semana seguinte<sup>62</sup>.

Ou seja, *Veja* colocou-se como se tivesse o poder de decidir quais informações devem ser recebidas por seus leitores, advogando seu papel de “quarto poder”, já discutido anteriormente. Além disso, o que pudemos perceber durante a leitura dos editoriais da revista, é que *Veja* procurou se colocar como alguém que apesar de ter que escolher entre os assuntos da semana, ela foi a revista que procurou cobrir a maior quantidade desses acontecimentos. Como exemplo, citamos a edição 120, quando o editorial apresentou:

Como a mulher que vai às compras, o diretor de redação tem largos momentos de indecisão. Mesmo quando os fatos estão bem comportados nas suas prateleiras, perfeitamente visíveis em todos os detalhes e ao alcance da mão para um exame mais minucioso, é difícil escolher: qual é o melhor assunto para a reportagem de capa? (...)  
(...) Para chegar ao fim da pista, a revista teve de sair com um dia de atraso, mas não se arrepende. Mesmo porque, como certas mulheres que vão às compras, *Veja* leva tudo: não há assunto importante da semana passada esquecido por esta edição<sup>63</sup>.

Na edição nº 04, com tiragem de 150 mil exemplares, *Veja* relatou o processo pelo qual seus repórteres tiveram que passar para conseguirem realizar uma entrevista com o líder estudantil foragido pelo polícia, Vladimir Palmeira. A revista procurou demonstrar o quanto sua equipe trabalhou para conseguir levar ao seu leitor um material de alta qualidade. Os principais assuntos discutidos pela edição são caracterizados como fruto de grande esforço e, para concluir o editorial, a fórmula que seria utilizada por *Veja*: “Pegue mais oitenta repórteres e fotógrafos fazendo o mesmo tipo de trabalho em todos os cantos do País,

---

<sup>61</sup> SILVA, Carla. *Veja: O indispensável partido neoliberal 1989-2002*. Op. Cit. P.66.

<sup>62</sup> *Veja*. **Carta do Editor**. Ed.03 – 25/09/1968.

<sup>63</sup> *Veja*. **Carta ao Leitor**. Ed.120 – 23/12/1970.

*acrescente os levantamentos de 23 pesquisadores, filtre tudo isso através de 26 redatores e você tem em suas mãos mais uma edição de Veja*<sup>64</sup>.

A tentativa de demonstrar a quantidade de pessoas envolvidas na confecção das matérias apareceu ao longo dos editoriais. Como exemplo, citamos a edição nº 24, quando a revista trouxe uma matéria de capa sobre o carnaval:

E aí está um assunto que justifica a mobilização de todas as sucursais, o envolvimento do maior número de pessoas que já trabalharam para produzir uma reportagem de *Veja*: cinco em São Paulo, seis no Rio, duas no Recife, duas em Salvador, uma em Brasília, Porto Alegre, Curitiba e Belo Horizonte: mais o editor assistente Carmo Chagas, que reuniu, classificou e analisou as informações e dados apurados por repórteres e pesquisadores e finalmente redigiu o texto final<sup>65</sup>.

As edições posteriores de *Veja* permaneceram em baixa ficando na média de 23 a 24 mil exemplares. A partir do número 04, o único anunciante fixo da revista é a Souza Cruz, que comprou no escuro todas as capas e manteve o contrato.

Na edição nº 09, falando sobre as eleições presidenciais dos EUA, *Veja* trabalhou a influência que teve as discussões em torno da guerra e paz no Vietnã na campanha presidencial. Caricaturando através da moda dos “pôsteres”, a revista tratou o assunto com naturalidade:

Nasceu nos Estados Unidos a mania de colecionar “posters” (postermania; posterófilo é o colecionador e posterista o criador) e logo se espalhou pelo mundo. (...) Neste gênero há um “57eequi” famoso nos Estados Unidos. Apresenta uma cena de guerra no Vietnã e um letreiro: “Nas suas férias venha conhecer o maravilhoso Vietnã”<sup>66</sup>.

Ressaltamos a maneira com que *Veja* fez o jogo entre os elementos: a mania dos pôsteres, a eleição nos EUA e a guerra no Vietnã. Parece até que a revista procurou equilibrar a importância dos assuntos, como se discutir a guerra entre EUA e Vietnã fosse equivalente a saber da nova “mania” que ganhava o mundo. E, para finalizar, mais uma vez *Veja* se colocou como contendo as informações fundamentais que os leitores precisariam adquirir: “*Para uma análise minuciosa de todos os ingredientes e mecanismos das eleições, veja a reportagem que começa na página 28*”<sup>67</sup>. Ou seja, o crivo selecionador da revista teria poder onipotente de decidir o que é informação e o que não é e, lendo *Veja* o leitor obteria a análise necessária para sua reflexão.

---

<sup>64</sup> *Veja. Carta do Editor*. Ed.04 – 02/10/1968.

<sup>65</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.24 – 19/02/1969.

<sup>66</sup> *Veja. Carta do Editor*. Ed.09 - 06/11/1968

<sup>67</sup> Idem.

Para concluir, na próxima edição, após o fim das eleições nos EUA, *Veja* veio confirmar seu papel na cobertura do processo eleitoral:

Na cobertura completa que *Veja* fez das eleições americanas há ainda um destaque: o mapa publicado no número anterior, com as previsões dos resultados da eleição Estado por Estado confirmou-se integralmente, com apenas uma exceção: no Estado de Carolina do Sul, onde prevíamos a vitória de Wallace, venceu Nixon por apertada margem de votos. No mais, tudo exato<sup>68</sup>.

Sem entrar na discussão do caráter pró-Nixon evidenciado no editorial, percebe-se que *Veja* procurou se auto-afirmar como tendo tido a mais acertada cobertura sobre os acontecimentos, chegando até mesmo a prever de maneira praticamente “exata” o resultado das eleições.

Nas edições seguintes, *Veja* discutiu algumas das seções que integram sua revista. Na edição 11, fala sobre as “Cartas” escritas pelos leitores que, segundo *Veja*, são todas lidas e respondidas pela revista, passando a idéia de que “*as cartas publicadas sempre representam uma amostra real daquelas que a revista recebe*”<sup>69</sup>. Na edição 12, a revista relatou o sucesso que a seção “Literatura” estaria trazendo para as livrarias, no sentido que suas matérias instigariam os leitores a procurarem os livros indicados. Segundo o editorial, “*Veja vem dispensando ao setor de livros uma atenção que poucos órgãos de imprensa lhe haviam dado até hoje*”<sup>70</sup>.

Na tentativa de reverter a curva declinante das vendas, *Veja* contratou o humorista Millôr Fernandes e passou a lhe dedicar duas páginas fixas, criando a coluna “Supermercado”. No editorial do nº 13, *Veja* traçou a trajetória do humorista, ocupando toda a coluna. “*Mais: editou revistas por conta própria, traduzia Shakespeare e Molière, fez cenografia e letreiros de cinema – e ainda teve tempo para escrever uma série de roteiros cinematográficos*”<sup>71</sup>.

Ulysses Alves de Souza atribui à Millôr a contribuição no aumento das vendas da revista. Entretanto, segundo Roberto Civita, em entrevista à Maria Almeida, “*A gente achava que o Millôr era importante, e só descobriu que não era quando ele saiu (...) Não aconteceu nada, não deixou de vender um único exemplar, mas a gente não sabia disso, até ele sair*”. Millôr saiu de *Veja* em 1982 e foi substituído por Luís Fernando Veríssimo. Segundo Carla Silva, a relação de *Veja* com Millôr chama atenção em outros fatos. Para Silva, ela apresenta elementos que nos levam a indagar as relações de *Veja* com a ditadura que, segundo a autora, era contraditória. Mesmo *Veja* tendo publicado denúncias de tortura, a saída de Mino Carta

<sup>68</sup> *Veja. Carta do Editor*. Ed.10 – 13/11/1968.

<sup>69</sup> *Veja. Carta do Editor*. Ed.11 – 20/11/1968.

<sup>70</sup> *Veja. Carta do Editor*. Ed.12 – 27/11/1968.

<sup>71</sup> *Veja. Carta do Editor*. Ed.13 – 04/12/1968.

foi solicitada pelo governo militar e Civita ofereceu a demissão de Millôr Fernandes que fora contratado por Carta, em troca de conseguir um empréstimo da Caixa Econômica Federal para saldar dívidas no exterior<sup>72</sup>. Como demonstraremos posteriormente, depois de algumas discussões, Mino Carta pede demissão de *Veja* e a censura sai da revista, o que sugere certa “troca de favores” entre a revista e a ditadura.

Em 13 de dezembro de 1968, o Presidente Costa e Silva anunciou a vigência do Ato Institucional número 05 (AI-5). O Congresso entrou em recesso e a imprensa brasileira começou a viver o período mais intenso da censura. Naquele mesmo dia um censor foi enviado à redação de *Veja*. Neste sentido, o editorial nº 15, relatou o processo de mudanças de capas até a decisão de qual seria o assunto a ser lançado às bancas.

Após examinar uma série de alternativas, concluiu-se que uma foto do ex-Presidente Castelo Branco seria a ilustração indicada para uma reportagem de capa focalizando a retomada do processo revolucionário.

Finalmente, as implicações do Ato Institucional nº5, baixado na noite de sexta-feira, nos levaram – sábado à tarde – a mudar a capa pela quarta vez. O leitor descobrirá por que na reportagem-balanço que começa na página 16<sup>73</sup>.

A capa desta edição trouxe a polêmica foto do Presidente Costa e Silva no Congresso vazio. Não há nenhuma frase nem tarjeta. Segundo Almeida, esta foi a primeira edição de *Veja* apreendida (parcialmente) pela censura nas bancas.



Figura 1 – *Veja* – Ed.15 – 13/12/1968.

<sup>72</sup> Carla Silva traz estas afirmações baseadas em: *Ele não faz parte do Clube*. Entrevista à Victor Civita concedida a Frédi Vasconcelos, Paulo Donexetti e Renato Rovai. **Revista dos Bancários**. Disponível em: [www.nova-e.inf.br/exclusivas/minocarta.htm](http://www.nova-e.inf.br/exclusivas/minocarta.htm), consultado em 20/3/2003. SILVA, Carla. ***Veja: O indispensável partido neoliberal 1989-2002***. Op. Cit. P.62.

<sup>73</sup> *Veja. Carta do Editor*. Ed.15 – 18/12/1968.

De dezembro de 1968 a dezembro de 1971, *Veja* passou pela “Censura Branca”, que se dava através de comunicados e telefonemas do governo federal informando assuntos que não deveriam ser divulgados.

E para concluir 1968, as esperanças de um novo ano “*importante na marcha para o desenvolvimento. Acompanhamos com entusiasmo o progresso já produzido pelas novas rodovias, usinas, indústrias e escolas que brotam no País inteiro*”<sup>74</sup>. Os editoriais de *Veja* deixam claro o apoio da revista ao Governo que estaria levando o Brasil ao desenvolvimento econômico e, muitas vezes a revista chegou a se utilizar dos jargões de desenvolvimento nacional veiculados pelos órgãos oficiais<sup>75</sup>. “*E confiamos em que o trabalho honesto de dezenas de milhões de brasileiros – dentro de um clima de ordem e seriedade – continuará contribuindo para o crescimento da Nação e o bem-estar de todos*”<sup>76</sup>. Percebe-se a reprodução da ideologia de Desenvolvimento e Segurança, onde o progresso só seria atingido dentro da ordem, portanto, todo brasileiro seria responsável de zelar por ela. E, para concluir, “*O mundo espera muito do Brasil e o Brasil, de cada brasileiro. Veja procurará cumprir a sua parte, informando com precisão, rapidez, imparcialidade e entusiasmo*”<sup>77</sup>. Estabelecido o papel dos cidadãos, *Veja* colocou-se como cumprindo também o seu papel de vigiar para que realmente aquilo que se espera para o Brasil seja atingido.

No começo de 1969, a redação de *Veja* passou por cortes em algumas seções. Foi aí que a expressão jornalística “passaralho”, que quer dizer demissão, ganhou força.

A Abril teve um rombo de cerca de seis vezes o investimento previsto no “Projeto Falcão”. Quem bancou a aventura de *Veja* foram as demais publicações, principalmente quadrinhos e fotonovelas. Foram necessários seis anos para que começasse a emplacar. Roberto Civita conta que, nos primeiros anos, o lucro das outras revistas era perdido com os prejuízos da semanal<sup>78</sup>.

Esta afirmação, que constitui quase um “mito de origem” de *Veja*, deve ser problematizada. Não parece que a revista em quadrinho, “Pato Donald”, tenha sustentado *Veja* durante este longo tempo. Como sugerido em nossa banca de qualificação, antes o Tio Patinhas<sup>79</sup>, ironizando especialmente a injeção de dinheiro externo que garantiu que *Veja* não

---

<sup>74</sup> *Veja. Carta do Editor*. Ed.16 – 25/12/1968.

<sup>75</sup> Como exemplo de um estudo sobre a tentativa de legitimação ideológica da ditadura, ver: ALVES, Ronaldo Sávio Paes. **Legitimação, publicidade e dominação ideológica no governo Médici (1969-1974):** a participação da iniciativa privada no esforço de legitimação. Estudos de inserções publicitárias na mídia impressa. Dissertação de Mestrado em História, Niterói, UFF, 2000.

<sup>76</sup> *Veja. Carta do Editor*. Ed.16. Op.Cit.

<sup>77</sup> Idem.

<sup>78</sup> ALMEIDA, Maria Fernanda Lopes. ***Veja sob censura: 1968-1976***. Op. Cit. P.45.

<sup>79</sup> Indicação realizada pelo professor Gilberto Calil, que nos apontou a necessidade de pensar a participação de *Veja* nas publicações do Mobral que garantiu a manutenção econômica da editora.

tivesse falido. Como demonstra Carla Silva, a editora Abril sempre teve suas atividades em várias áreas. O seu parque industrial foi logo aperfeiçoado, permitindo a publicação de listas telefônicas, chegando aos anos 1970 capacitado a receber trabalhos bastante lucrativos, como a publicação dos livros do Mobral. Nos anos 1990, a Abril participou da compra de importantes editoras de livros didáticos, a Ática e Scipione, em parceria com o grupo francês Havas<sup>80</sup>. Atualmente a Abril detém 29% do mercado brasileiro de livros didáticos. Neste sentido, alegar que as demais revistas teriam sustentado *Veja* é mera retórica, já que os investimentos vindos do governo constituem parcela majoritária dos investimentos na Abril.

A partir de 1969 o editorial passou a ser assinado por M.C. (Mino Carta), passando a se chamar “Carta ao Leitor”. O primeiro editorial assinado por Mino Carta relatou a quantidade de trabalho que move uma redação. “*No entanto, na vida real das redações trabalha-se muito, no sentido exato do verbo – e as grandes coberturas jornalísticas são o produto de uma aventura coletiva, do bom entendimento de uma equipe*”<sup>81</sup>. Neste sentido, os próximos números de *Veja* teriam seu editorial utilizado por Mino Carta para explicar a linha editorial da revista. O nº 19 foi mostrado como *Veja* encara os fatos: o nascimento do filho de Carlo Ponti e Sophia Loren, que na maioria das revistas não mereceria mais que um registro, se transforma numa matéria sobre as frustrações de um casal sem filhos. “*O filho de Sophia é um exemplo, para mostrar como Veja encara os fatos*”<sup>82</sup>. Neste sentido, Mino Carta afirma,

Para *Veja*, o fato tem sempre de representar uma situação maior do que ele – e, então, tentaremos explicar as suas razões e antecipar os seus desenvolvimentos. Não é preciso, necessariamente, partir dos acontecimentos, para alcançar verdades cósmicas – basta chegar às verdades do momento em que vivemos<sup>83</sup>.

Ou seja, a revista se utilizaria de eventos isolados apenas como chave para análises sobre conjunturas mais amplas, e, além disso, como já demonstramos anteriormente, através de suas análises, *Veja* afirmou ter o poder de prever o futuro. Esta característica continua presente na revista até os dias atuais, onde *Veja* se utiliza deste estilo de texto, procurando influenciar nos resultados dos acontecimentos.

Na edição seguinte, Mino Carta discorre sobre a questão da objetividade no jornalismo. Segundo o editorial, *Veja* não busca a objetividade, pois ela só poderia ser alcançada na medida em que repórteres e redatores fossem frios, impassíveis como máquinas. “*A objetividade é certamente uma das qualidades de um computador (...) Já entre os*

---

<sup>80</sup> SILVA, Carla (2005). Op. Cit. P.51-52.

<sup>81</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.18 – 08/01/1969.

<sup>82</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.19 – 15/01/1969.

<sup>83</sup> Idem.

*jornalistas a objetividade não existe*”<sup>84</sup>. O editorial transcreve as razões para o jornalista não ser objetivo já que ele participa e se emociona, é condicionado por seus pensamentos, pela posição de quem assistiu ao acontecimento, etc.

O jornalista dá sempre a sua versão. E, ao classificar e ao atribuir uma hierarquia aos elementos que compõem o fato, ao procurar a forma mais justa de comunicação, ao escolher até uma palavra em lugar de outra, ele está fazendo opções, tomando atitudes, revelando pontos de vista, exprimindo-se. Mais ainda – está revivendo o fato, sentindo repulsas ou agrados, simpatias ou antipatias, antes do seu leitor. Pois o jornalista é também um leitor de si próprio<sup>85</sup>.

Falando do recebimento de um prêmio da TV Universitária do Recife por ser a melhor revista brasileira em 1968, relacionado à objetividade, o editorial afirma: “*O prêmio nos honra muito. Preferiríamos porém que, em lugar da objetividade, fosse lembrada a honestidade*”<sup>86</sup>. Reforçando a idéia de que a revista não se limita a descrever os acontecimentos mas procurar os seus significados, como já havia demonstrado na edição anterior, Mino conclui: “*Veja reconhece a sua falibilidade, que é a falibilidade dos homens – mas, certa ou errada, ela é, acima de tudo, honesta*”<sup>87</sup>. Ou seja, Mino procurou traçar o caráter humano da revista, colocando-a como responsável e interessada pela sociedade. E este caráter vai ser firmado pela revista várias vezes, como exemplo a edição 89, quando o editorial conclui: “*sem a pretensão de ser objetiva, Veja contudo está certa da sua honestidade. E não tem porque temer*”<sup>88</sup>, ou então a edição 157, terceiro ano de *Veja*, quando conclui:

Mais uma vez, *Veja* buscou identificar as leis que regulam o fluir dos acontecimentos. Com a humildade daqueles que não se dizem objetivos, pois a objetividade não é uma qualidade humana, é a característica dos robôs. Mas com certeza de ter sido, sempre e acima de tudo, honesta<sup>89</sup>.

Na edição nº 21, foi a vez de explicar o que a revista entende por ilustração. Trazendo como exemplo uma foto da Terra vista da Lua, *Veja* comparou como a escolha da posição certa pode interferir no entendimento. Segundo a revista,

Há órgãos de imprensa que, arrastados pela vontade de surpreender, de emocionar – de vender –, tem mostrado como autênticas imagens falsas ou como novas imagens velhas. É este um gênero de liberdade que um semanário de informação nunca vai conceder-se. Para *Veja*, cada ilustração tem que ficar dentro das intenções e do espírito que compõem o seu norte.

---

<sup>84</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.20 – 22/01/1969.

<sup>85</sup> *Idem*.

<sup>86</sup> *Idem*.

<sup>87</sup> *Idem*.

<sup>88</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.89 – 20/05/1970.

<sup>89</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.157 – 08/09/1971.

Isto é, cada foto, cada mapa, a cada desenho ela atribui um papel definitivamente informativo: a imagem deve informar com rapidez e precisão e, integrada com o texto e as demais ilustrações, deve ajudar o leitor a colher os significados mais profundos dos acontecimentos<sup>90</sup>.

Ainda neste sentido, há o editorial da edição nº 25, onde *Veja* diz que não pretende inovar, muito menos fazer revoluções no setor que os especialistas em comunicações de massa chamam de visual. Segundo o editorial,

*Veja* se preocupa, mais do que com os olhos, com os pensamentos dos seus leitores. Dá valor a uma boa ilustração, desde que possa complementar uma informação ou oferecer suporte a uma idéia. *Veja* pretende analisar e explicar os fatos: por isso vive e por isso acredita em si mesma<sup>91</sup>.

Terminado a explicação de como a revista encara os fatos e como eles são apresentados, a edição nº 22 explicou como acontece a “departamentalização das informações”, ou seja, como se dá a divisão das informações de acordo com o conteúdo de cada uma, pelas seções que compõem a revista. Segundo o editorial,

Trazida por um repórter ou pelo telex, a notícia é imediatamente classificada e entregue ao responsável pela seção a que ela pertence, ou seja, ao especialista no assunto, ao Editor. Começa então, para esse jornalista, o desafio: capturar o significado mais profundo da informação, definir o quanto ela possa ter de sintomático e significativo, alcançar, enfim, o seu coração. Na origem da departamentalização das informações há dois propósitos: assegurar ordem à revista e maior substância e precisão às informações e à sua análise. Transparente o proveito do leitor: ele poderá programar a sua leitura e com tranquilidade confiar no que lê<sup>92</sup>.

Ou seja, além de pessoal especializado para trabalhar com os temas específicos, a departamentalização garantiria a “honestidade” da revista, dando confiança ao leitor que poderia acreditar nas matérias veiculadas pela revista.

Afirmando ter como primeira preocupação seu público leitor, *Veja* demonstrou o seu sistema de distribuição, único no País, que permitia que a revista estivesse nas bancas de 85% dos municípios brasileiros na manhã de segunda-feira (até quarta alcançaria os outros 15%).

É um grande e belo esforço que nos orgulha. É também a primeira razão da existência de *Veja*: de outra forma, sem a garantia dessa distribuição veloz e eficiente, um semanário de informação não se justifica. O propósito é de contribuir para a integração desse nosso País, grande como um continente. Temos de informar bem, rapidamente e sem discriminações: para *Veja*, um leitor é rigorosamente igual a outro, esteja ele onde estiver<sup>93</sup>.

---

<sup>90</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.21 – 29/01/1969.

<sup>91</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.25 – 26/02/1969.

<sup>92</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.22 – 05/02/1969.

<sup>93</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.23 – 12/02/1969.

Por ser uma revista semanal, *Veja* não teria o crédito de noticiar fatos inéditos, comum do jornalismo diário. Neste sentido, o editorial nº 26, caracterizou a função de um semanário de informação e diferenciou o “noticiar” do “informar”: *“Em geral, um semanário de informação não pretende descobrir fatos inéditos – prefere fornecer, a respeito de fatos conhecidos, informações exclusivas e pontos de informação mais avançados (...) Noticiar é registrar acontecimentos, informar é explicá-los”*<sup>94</sup>.

Fica clara a função que *Veja* apregoa para si: não apenas relatar os acontecimentos, o que poderia ser obtidos nos jornais diários. *Veja* se propõe a analisar para os seus leitores estes acontecimentos. Mais uma vez fica clara a função do “sujeito *Veja*”, se colocando como alguém melhor capacitada para “ver” os acontecimentos. Está aí a função do aparelho privado de hegemonia que a revista constitui. Como demonstramos no capítulo referente à nosso referencial teórico, a sociedade civil é espaço de organização da vontade coletiva. Lucia Neves e Ronaldo Sant’Anna demonstram que é na sociedade civil que os sujeitos políticos coletivos se organizam em aparelhos privados de hegemonia, na tentativa de obter do conjunto da sociedade o consentimento passivo e/ou ativo para seus projetos antagônicos de sociabilidade, e a exigir do Estado a criação e/ou ampliação de direitos<sup>95</sup>. Neste sentido, Carla Silva apontou para a necessidade de compreendermos a imprensa como integrante da engrenagem de reprodução do sistema do capital. Baseada em Gramsci, Silva afirmou que *“a organicidade do jornal, dada pelas relações de classe que ele encerra, lhe confere o caráter de atuação partidária, atendendo a objetivos previamente definidos”*<sup>96</sup>. Ainda segundo ela, *“isso se dá porque eles têm a dupla função: informar e opinar. E o tempo todo as duas são misturadas: a necessidade de ser informado faz com que muitas vezes se receba a opinião e programa partidário como sendo mera informação”*<sup>97</sup>. Como demonstrou a autora, as revistas semanais ganham um público mais fiel, na medida em que a escassez de tempo não permite acompanhar os jornais diariamente. Neste sentido, a revista teria o poder de “selecionar” os principais acontecimentos e explicá-los incluindo a sua opinião. Por trás de cada “diálogo” e cada “ação comunicativa”, existe sempre uma luta pela hegemonia. E ela se dá pedagogicamente, semanalmente, através das notícias veiculadas pela revista.

---

<sup>94</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.26 – 05/03/1969.

<sup>95</sup> NEVES, Lucia Maria Wanderley & SANT’ANNA, Ronaldo. *Introdução: Gramsci, o Estado Educador e a Nova Pedagogia da Hegemonia. In: A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005. p.23.

<sup>96</sup> SILVA, Carla. *Veja: O indispensável partido neoliberal 1989-2002*. Op. Cit. P.31.

<sup>97</sup> Idem.

Em associação entre imprensa e partido político, percebemos a atuação da imprensa enquanto intelectual coletivo, com função de formular, organizar e gerenciar. E, como demonstrou Carla Silva, a ação da imprensa é uma ação de direção e de dirigente, e a formulação se dá sempre em conjunto com outros agentes. Segundo Silva, “*para legitimar a sua ação, a imprensa se constitui como sujeito, escondendo seu caráter partidário. Eles atribuem a si mesmos um caráter autônomo, a partir dos preceitos de suposta independência. Eles ‘criam’ a si próprios, e isso facilita encaminhar projetos e propostas concretas*”<sup>98</sup>. Como já demonstrou Carla Silva e como estamos problematizando neste trabalho, *Veja* não traz apenas as notícias. Ela “informa” o seu leitor. Educa para aquilo que segue a linha editorial da revista.

Porém, apesar de os “furos” não se constituírem em prioridade da revista, “*ainda assim, Veja as vezes corre sozinha e noticia e informa ao mesmo tempo*”<sup>99</sup>. E o editorial trabalhou com a matéria sobre a obra póstuma de Guimarães Rosa, publicada pelo editor José Olympio. “*Quem lê Veja esta semana lê em primeira mão uma admirável história do maior escritor brasileiro do século – uma estória mineira e universal. É um furo de Veja*”<sup>100</sup>.

Percebe-se, portanto, com a entrada de Mino Carta para a editoria, este procurou convencer os leitores de *Veja* do “bom” caráter da revista, apresentando as formas que esta utilizaria para fazer jornalismo. Vale lembrar que a revista precisava firmar-se no mercado editorial. Através da “propaganda” do editorial, *Veja* estaria tentando conquistar um público que ainda não parecia satisfeito com a revista.

A edição nº 28 foi marcada pelos depoimentos de alunos e professores de todo o país que se utilizariam de *Veja* para entrarem na faculdade, basearem suas aulas, ou simplesmente manterem-se informados. A revista seria um importante instrumento para temas atuais, auxiliando no quesito “conhecimentos gerais” tão difíceis para os alunos dos cursinhos vestibulares, já que a revista traria temas muitas vezes não trabalhados pela maioria da imprensa diária, citando como exemplo os lançamentos espaciais. Após uma série de citações de professores e alunos de todo o país, *Veja* afirmou:

Há muitas histórias e depoimentos desse gênero. Mostram que *Veja* alcança os jovens e os seus mestres – e que ela é apreciada pela sua capacidade de comunicação. É o melhor elogio para um órgão de imprensa. A nossa primeira preocupação é esta: encontrar o tom, o ritmo, o encadeamento mais exatos para transmitir uma informação, uma idéia ou toda uma linha de pensamento – e assim expor os fatos e explicar as suas razões<sup>101</sup>.

---

<sup>98</sup> Idem. P.33.

<sup>99</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.26. Op.Cit.

<sup>100</sup> Idem.

<sup>101</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.28 – 19/03/1969.

E este exemplo se repetiu em mais edições da revista. Como é o caso da edição 57, quando maior parte do editorial foi dedicado ao relato do “drama” vivenciado por uma família paulista, por causa do sumiço de uma das edições de *Veja* com encarte sobre a conquista da Lua, encarte este que pretendia ser encadernado junto com os demais sobre o assunto e, especialmente pelo sumiço se dar exatamente quando a filha necessitava da mesma para um trabalho escolar. Narrando o “desespero” da família, *Veja* colocou:

E a casa foi vasculhada, desde as gavetas mais remotas até a lata de lixo; a doméstica foi submetida a um impiedoso interrogatório; o pai elaborou uma surtida estratégica à procura de um novo número pelos jornalheiros espalhados ao longo do seu caminho habitual e de outros caminhos. Sem resultado. Afinal, Dona Martha recorreu à redação, conseguiu o exemplar que faltava à sua coleção, a filha tirou uma nota digna das esperanças familiares e o livro de *Veja* ganhou o merecido lugar na estante da sala<sup>102</sup>.

Ou também a edição 97, quando *Veja* colocou a “bem sucedida” opção dos alunos da UFRJ:

Entre o artigo de um ex-ministro, conhecido por suas brilhantes e argutas observações e por sua inesgotável erudição, o artigo de um combativo jornalista carioca, conhecido por sua coragem pessoal e por suas ousadas denúncias, e uma reportagem de *Veja*, a maioria dos alunos da cadeira de Desenvolvimento Econômico da Faculdade de Economia e Finanças da UFRJ escolheu a reportagem como tema de um trabalho escolar sobre o capital estrangeiro no Brasil. O professor da cadeira, Américo Reis, diz: “Atribuo a razão da preferência à maior facilidade que os alunos encontraram em comentar a matéria de *Veja*, escrita num estilo leve e com considerável quantidade e precisão de informações”. E acrescenta: “Eu leio *Veja* com o mesmo prazer que me dá um bom romance”<sup>103</sup>.

E na edição 147, o editorial narrou a campanha promovida por *Veja*, de assinaturas nos cursinhos de oito cidades (São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Goiânia e Campinas) com resultados acima das expectativas. Segundo *Veja*,

O êxito da experiência é simples de explicar: além de presentear cada assinante com um livro sobre a história do século XX, editado pela própria revista, *Veja* prova ser a melhor base para o temível exame de Conhecimentos Gerais. Uma pesquisa realizada depois dos vestibulares deste ano mostrou que as perguntas do teste poderiam ter sido respondidas com facilidade por quem tivesse lido *Veja* em 1970. Ela deu as respostas antes das perguntas<sup>104</sup>.

Victor Civita voltou a aparecer no editorial da edição nº 29, que baseia-se sobre o formulário oficial para a declaração de rendimentos ao Imposto de Renda, distribuído em forma de encarte em uma edição anterior de *Veja*. O editorial narrou o esgotamento dos exemplares da revista, a utilização de *Veja* em associações comerciais, e os agradecimentos de

<sup>102</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.57 – 08/10/1969.

<sup>103</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.97 – 15/07/1970.

<sup>104</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.147 – 30/06/1971.

especialistas em administração fiscal, relacionando a iniciativa de *Veja* com a perspectiva de um passo em direção a um sistema tributário mais justo e razoável no Brasil. A perspectiva de “responsabilidade social” é clara na revista, que procura ainda elogiar o Governo por levar o progresso à nação. Segundo Civita,

Tudo isso nos deixou extremamente satisfeitos. Pois quem acompanha os enormes esforços do Governo no sentido de acelerar o desenvolvimento da Nação em todas as frentes (veja, a este respeito, a reportagem que começa na página 12), sabe que sem a arrecadação de impostos não pode haver os investimentos maciços em infraestrutura de educação, energia, transportes e saúde, tão essenciais para o verdadeiro progresso. Assim, *Veja* se orgulha de ter participado da grande campanha de esclarecimento público, necessária para atingir a meta de 1 milhão de contribuintes do Imposto de Renda e divulgar que “onde todos pagam, todos pagam menos”<sup>105</sup>.

A declaração do Imposto de Renda foi tema da revista também um ano depois, quando *Veja* dedicou ao invés de uma, quatro edições para tratar sobre o assunto. A edição 76 “dividida em duas partes: analítica, a primeira, mostrando como funciona, o que pretende e por que é necessária a máquina fiscal brasileira; didática, a segunda, atualizando os ensinamentos do ano passado, adaptados ao novo formulário”<sup>106</sup>. A edição 77, focalizando a declaração da pessoa física; a edição 78, cuidando da declaração da pessoa jurídica; e a 79 contendo um guia de incentivos fiscais. Segundo *Veja*,

Através deste grande esforço editorial, *Veja* pretende colaborar com o governo, para tornar a declaração um ato espontâneo de todo cidadão que conhece os seus deveres e os seus direitos; e, também, colaborar com o leitor, para que pague exatamente o que deve, nem mais nem menos, e faça do imposto de renda um imposto justo, como convém a todos nós<sup>107</sup>.

O trabalho realizado na edição 76 deu a Emilio Matsumoto o prêmio Esso de Informação Econômica pelo segundo ano consecutivo. O tema do Imposto de Renda foi também tema nos anos consecutivos, já que para *Veja* este seria “um assunto sempre atual”. Na edição 185, *Veja* falou como nascem as tradições:

Desta vez, faltou Emílio Matsumoto. Mas não faltou Guilherme Veloso. Há três anos, nesta época, *Veja* dedica uma reportagem de capa a um assunto sempre atual: imposto de renda. Há três anos, nesta época, para enfrentá-lo, *Veja* forma uma equipe de editores e repórteres – e dela invariavelmente participa Emílio Matsumoto, um dos dois editores de “Economia e Negócios”, e Guilherme Veloso. Assim nascem as tradições<sup>108</sup>.

<sup>105</sup> *Veja. Carta do Editor*. Ed.29 – 26/03/1969.

<sup>106</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.76 – 18/02/1970.

<sup>107</sup> Idem.

<sup>108</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.185 – 22/03/1972.

E mais uma vez, *Veja* ganhou o Premio Esso de jornalismo no setor de informação econômica. “*É o quinto Prêmio Esso que Veja ganha, em quatro anos de vida*”<sup>109</sup>.

Na edição nº 30, *Veja* falou sobre a arte de escrever e a arte de ser sucinto. Além de apresentar uma série de elementos já discutidos anteriormente, a revista colocou-se como sendo portadora da história e de prever o futuro.

Neste seu número 30, *Veja* conseguiu cobrir cinquenta assuntos, sem contar a seção de Indicações – cinema, teatro, livros, discos, calendário, diversões e o nosso P.S. (páginas 4,5,6) –, e a seção de cartas, Antena, Gente e o Supermercado de Millôr Fernandes. Seleccionamos e analisamos os cinquenta acontecimentos que melhor contam a semana que passou e nos preparam para a semana que começa. E, relacionando os fatos de hoje com os de ontem, usando a experiência do passado ao encarar o presente, procuramos antecipar o futuro<sup>110</sup>.

E esta “perspectiva” de *Veja* em prever o futuro aparece mais vezes nos editoriais, como na edição nº 31, ao falar do contato do pessoal da redação com especialistas, administradores, urbanistas e técnicos em planejamento, “*para conhecer o presente e o futuro de cada uma*”<sup>111</sup>, como também na edição 83, quando através das declarações dos entrevistados, da pesquisa de textos de História e Teoria Política e da análise dos pronunciamentos do presidente da República, “*a reportagem de capa desta edição anda pelo passado para chegar ao presente e antever o futuro*”<sup>112</sup>. E é através da previsão do futuro que *Veja* chegou ao seu sucesso junto aos leitores: “*Essa capacidade de pressentir e de antecipar-se ao desenrolar dos fatos foi uma das razões, talvez a principal, do sucesso de Veja, que em 1970 se firmou definitivamente como a revista brasileira de informação*”<sup>113</sup>.

Na edição nº 39 *Veja* apresentaria algumas novidades que viriam reverter a drástica queda de vendas da revista. A primeira, um encarte em oito capítulos sobre a conquista da Lua, escrito por Raimundo e Roberto Pereira. Vale lembrar que a ênfase dada à viagem à Lua apareceu já em outras edições, mostrando toda a preparação e estudo de *Veja* para trazer o máximo de informações ao leitor na redação do texto final. Como exemplo do destaque dado por *Veja*, citamos a edição de número 37, quando a revista afirmou:

Neste número, na reportagem de capa, *Veja* penetra nessa zona densa de riscos para mostrar o tamanho exato da aventura de Stafford, Young e Cernan e medir as suas chances. E o leitor pode cumprir as etapas do vôo antes dos astronautas e voltar à Mãe Terra, azul e segura, enquanto a Apollo 10 continua na noite eterna do espaço<sup>114</sup>.

<sup>109</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.223 – 13/12/1972.

<sup>110</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.30 – 02/04/1969.

<sup>111</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.31 – 09/04/1969.

<sup>112</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.83 – 08/04/1970.

<sup>113</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.121 – 30/12/1970.

<sup>114</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.37 – 21/05/1969.

A revista dedicou nesse período, 4 capas para este assunto, nas edições 37, 45, 46,47 (ver capas em anexo). Esta iniciativa de *Veja* de narrar o trabalho da reportagem prevaleceu em *Veja* até os dias de hoje. Carla Silva constatou em sua análise nos anos 90, que a apresentação desses dados teria dois motivos. Segundo ela,

O primeiro deles, é reforçar o caráter da pesquisa em nome da suposta seriedade da revista, sem no entanto esclarecer que isso tudo é submetido ao grande poder de corte do editor. O segundo é o apagamento dos conflitos entre redação e edição, ou ainda, entre realidade e discurso sobre a realidade. A elaboração do texto inicial e dos relatórios, bem como a própria pesquisa para a realização das matérias é onde existe o maior espaço para os jornalistas se manifestarem. No entanto, o poder do editor é que predomina, selecionando, recortando, citando da forma que lhe convém, dando voz aos sujeitos que ele escolhe, de acordo com as posições que ele quer privilegiar<sup>115</sup>.

Como constatou Carla Silva, analisando a relação entre reportagem e editor e demonstrando através de dados, os números de repórteres e os números de editores, “a defasagem constatada pelo pesquisador, permanece, apesar da afirmação em contrário do responsável pela revista. Isso indica que a preocupação com a homogeneidade do texto prevalece sobre a sua produção”<sup>116</sup>.

Na edição 45 *Veja* preparou um número que chamou de “histórico” sobre a viagem à Lua. Segundo o editorial, “para documentar o momento que temos a sorte de viver, *Veja* entrega aos seus leitores esta Edição Histórica e prepara outra, para o instante em que Neil Armstrong pisará, pela primeira vez, o solo lunar”<sup>117</sup>. Na seção “Brasil”, há um quadro com uma imagem da Terra vista do espaço e os dizeres “A semana na Terra”. Ao lado, o *lide*:

Morrem um poeta e um jornalista, a polícia descobre os pequenos assassinos dos Kubitzky, a alegre visita de Caetano ajuda Brasil e Portugal a ficarem mais perto, o Paraná enfrenta o fantasma da geada e os treinos da Seleção no Norte não tem muito valor. O Papa está cansado, a Itália em crise. A semana da velha Terra<sup>118</sup>.

Como fica claro no trecho citado acima, apesar de *Veja* continuar com as seções fixas em suas páginas tratando das notícias que aconteceram durante a semana, toda a revista foi remodelada para sintonizar com o que *Veja* chama de Edição Histórica.

O mesmo aconteceu na edição seguinte, de número 46, onde o Índice passou a se chamar “A semana na Terra”. A seção Brasil possui o mesmo estilo da anterior e a Carta ao Leitor é narrada no sentido de demonstrar como se deram os repasses das informações sobre a viagem espacial. Segundo *Veja*,

<sup>115</sup> SILVA, Carla. *Veja: O indispensável partido neoliberal 1989-2002*. Op. Cit. P.113.

<sup>116</sup> Idem. P.112.

<sup>117</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.45 – 16/07/1969.

<sup>118</sup> *Veja. Brasil*. Ed.45 – 16/07/1969. P.64.

Há nisso tudo uma lição e muitas esperanças. A lição é a da verdade e nos chega de quem não encobriu os seus planos para torná-los públicos somente na hora do triunfo certo. As esperanças são as de sempre: que o fato do fim da noite de 20 de julho de 1969, a circumspecta caminhada de Neil Armstrong, seja apenas o primeiro passo de uma nova e maior aventura do homem<sup>119</sup>.

A conquista da Lua deu resultados fantásticos para *Veja*. Segundo reportagem da revista *Imprensa*, as vendas pulariam uns 80 mil exemplares, subindo para 228 mil no número 46, que traz a reportagem sobre o pouso da Apollo-11 na Lua e o último encarte da série.

No editorial nº 47, a pergunta: “*Afinal, que representa a Lua, para todos nós?*” e fornece a resposta: “*Neste número, Veja procura oferecer aos seus leitores elementos para uma interpretação do acontecimento e para uma previsão dos caminhos que o futuro vai tomar*”<sup>120</sup>. E ao falar da chegada do homem a Lua, a revista comentou o sucesso da edição histórica:

O número passado de *Veja*, a edição histórica dedicada ao homem na Lua, chegou em primeiro lugar aqui na nossa terra. A redação encerrou o seu trabalho contra o tempo às 3 horas da madrugada de segunda-feira. Nove horas depois *Veja* começava a circular em São Paulo, para alcançar o Rio de tarde e logo se espalhar por todo o Brasil. Na distribuição foram utilizados aviões, trens, caminhões. Na madrugada de terça já estávamos em Brasília, Belo Horizonte, Recife. Para Porto Alegre, voamos em lugar dos passageiros de um Electra 11 da Varig; chegamos na hora do almoço de terça. E interrompemos o jantar de Natal, São Luís e Belém. Para Ponta Grossa, Paraná, como para várias outras cidades, viajamos de caminhão com dois motoristas se revezando na direção. (Saíram às 23 horas de segunda, chegaram em Ponta Grossa na manhã de terça). O esforço valeu: as últimas informações contam que em quase todo o País a edição histórica esgotou<sup>121</sup>.

Terminado a discussão sobre a maneira com que *Veja* se utilizou da viagem espacial à Lua para reverter a queda no mercado e firmar-se, outra novidade trazida junto com o encarte sobre a Lua na edição 39 são as “Páginas Amarelas”, logo nas páginas iniciais da revista, trazendo um assunto relevante, de preferência com uma personalidade. Segundo o editorial, “*a partir deste número, grandes nomes da política, das artes, da ciência, etc. surgirão regularmente nas páginas de Veja, com depoimentos que contam quem são e o que pensam*”<sup>122</sup>. Segundo a já citada reportagem da revista *Imprensa*, elas se tornaram amarelas porque a editora tinha um estoque de papel, de gramatura diferente, dessa cor. A idéia inicial era de que fossem na cor bege ou ocre, mas depois de consagradas não puderam ser mudadas: a tonalidade passou a ser mais forte e aplicada sobre o próprio papel da revista.

<sup>119</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.46 – 23/07/1969.

<sup>120</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.47 – 30/07/1969.

<sup>121</sup> Idem.

<sup>122</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.39 – 04/06/1969.

A edição 39 trazia também um caderno especial dedicado ao investidor. Segundo *Veja*, “queremos que o nosso leitor conheça todos os caminhos da boa aplicação das suas poupanças, pequenas ou grandes, e todas as semanas lhe falaremos das boas ações e dos ritmos do mercado de capitais”<sup>123</sup>. O caderno de Investimentos, também teria a cor amarela.

Como última novidade apresentada, uma mudança na coluna “Indicações”, passando a conter roteiros de diversões para cada cidade. Como conclusão, o editorial afirma: “uma revista muito melhor”<sup>124</sup>.

Na edição 41, *Veja* relatou os resultados de uma pesquisa realizada pela Marplan, para desenhar o perfil do leitor de *Veja*. Segundo dados, teriam sido mais de 7.000 contatos domiciliares e entrevistas e “agora estamos claramente apresentados e podemos dizer que nos conhecemos e entendemos muito bem”<sup>125</sup>. E a revista apresentou as conclusões que a pesquisa teria obtido:

No seu longo e minucioso roteiro, a Marplan anotou que você gosta de *Veja* porque nós lhe damos informação e entretenimento, enquanto nas outras revistas você busca e encontra somente entretenimento. Você diz também: “*Veja* atualiza e completa conhecimentos”; “informa, explica, instrui e facilita a compreensão dos fatos”; “dá mais informações em menos tempo”. E, para qualificar *Veja*, usa adjetivos como “verídica”, “séria”, “imparcial”.

Como recompensa para o nosso trabalho não poderíamos desejar coisa melhor.

P.S. – *Veja* é a revista brasileira com maior índice de leitura: cada exemplar é lido por 3,3 pessoas. A família toda quer ler *Veja*; ainda assim você a leva para casa: é um risco que aceita. Além de tudo, você é um generoso lutador<sup>126</sup>.

A edição 52 de *Veja* teve que ser reformulada de última hora. Os ministros militares estavam assumindo o Poder, usurpando o direito do vice civil Pedro Aleixo. Para acompanhar o assunto da semana, *Veja* modificou toda a revista para atender a demanda. Esse caráter de *Veja* já é discutido por Carla Silva quando esta afirma que *Veja* busca se credenciar como mais qualificada em relação ao restante da grande imprensa pelo fato de ser uma revista semanal. Isso lhe daria maior possibilidade de síntese, especialmente no sentido da seleção dos fatos mais relevantes. Ela teria como função retirar do leitor o incômodo de ter que ler os jornais todos os dias, atribuindo-se o direito de fazer a seleção, como já demonstramos anteriormente. Entretanto, como também demonstra Carla Silva, o caráter fortemente

---

<sup>123</sup> Idem.

<sup>124</sup> Idem.

<sup>125</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.41 – 18/06/1969.

<sup>126</sup> Idem.

comercial da revista faz com que ela publique edições extras especiais não previstas, em disputa com a imprensa diária<sup>127</sup>.

Como já demonstramos no início do capítulo, a criação do Dedoc permitiu a geração de um acervo vital para a produção de notícias. A organização de um material extensivo servia de apoio para melhor circunstanciar o noticiário. Como demonstra Villalta, “*para o lançamento de uma publicação com periodicidade semanal e caráter informativo era imprescindível que fosse organizado todo o material armazenado pela editora, para facilitar a seleção dos mais importantes e úteis aos seus objetivos jornalísticos*”<sup>128</sup>.

Segundo Maria Almeida, *Veja* descobriu seu caráter nacional com a cobertura política. “*Buscaria o furo, teria de ser corajosa e independente. Daria o sentido dos acontecimentos e, com isso, encontrou a fórmula de revista semanal de informação brasileira*”<sup>129</sup>. Segundo ela, a sucessão de Costa e Silva estava tramada dentro dos quartéis e nesse período não teve censura.

Tendo em vista a divisão existente no Alto Comando do Exército, e os rumores sobre a sucessão de Costa e Silva, *Veja* publicou sucessivas entrevistas e perfis de generais. Os nomes mais cotados foram apresentados por *Veja*: chefe do Estado-Maior do Exército, Antonio Carlos da Silva Muricy; comandante do Primeiro Exército, Syzeno Sarmiento; comandante do Terceiro Exército e ex-chefe do SNI, Garrastazu Médici; ministro do Exército, Lyra Tavares e o general Albuquerque Lima. Em trabalho sobre a revista *Veja* e os governo militares, Juliana Gazzotti afirmou que, em relação a sucessão de Costa e Silva, *Veja* levantou algumas questões: que papel teria o Congresso na indicação e no governo do novo presidente, quanto tempo duraria seu mandato e o país teria ou não uma nova Constituição?<sup>130</sup> De setembro a dezembro de 1969, *Veja* trouxe 14 capas com assuntos políticos. E os editoriais, passaram a dar as opiniões de *Veja* sobre a necessidade da escolha de um líder político.

E os acontecimentos da primeira semana de setembro, com o seqüestro do embaixador americano, reforçaram a impressão de que o poder supremo da Nação deveria ficar nas mãos de uma única pessoa<sup>131</sup>.

Na página 26 está o retrato do novo presidente – não o nome, mas como ele deve ser. *Veja* procura responder à interrogação que domina este começo de semana, mas percebe-a maior do que aparenta ser. É possível que a Revolução, no momento

---

<sup>127</sup> SILVA, Carla. *Veja: O indispensável partido neoliberal 1989-2002*. Op. Cit. P.92.

<sup>128</sup> VILLALTA, Daniella. *Reflexos da modernização econômica brasileira no mercado editorial de revistas*. Op. Cit. P.123.

<sup>129</sup> ALMEIDA, Maria Fernanda Lopes. *Veja sob censura: 1968-1976*. Op. Cit. P.51.

<sup>130</sup> GAZZOTTI, Juliana. *Imprensa e ditadura: a revista Veja e os governos militares (1968-1985)*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, 1998. P.68.

<sup>131</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.54 – 17/09/1969.

difícil, tenha encontrado força e motivo para cumprir mais firmemente os seus propósitos e que já se esboça uma revolução dentro da Revolução<sup>132</sup>.

Foi assim que *Veja* pode revelar o plano de consultas que o Alto Comando das Forças Armadas decidiu fazer junto aos oficiais-generais de todo o País e oferecer um panorama completo da situação e do clima em que transcorre o esforço dos chefes militares para resolver, da melhor maneira, o problema da sucessão. Furtando-se a especular, *Veja* escolheu o caminho mais difícil: ouviu os personagens e anotou dados e fatos concretos. Por causa disso, tem certeza de estar cumprindo dignamente o seu papel<sup>133</sup>.

Segundo Juliana Gazzotti, as matérias sobre este processo sucessório foram chefiadas pelo editor Raimundo Pereira e pelos repórteres Armando Salem, Dirceu Brisola e Nelson Silva, além do editor Sebastião Rubens Gomes Pinto e dos editores assistentes Katsuto Matsumoto, Luís Gutemberg e Bernardo Kucinski. Segundo Gazzotti, esta equipe foi responsável pela reportagem de capa desde a doença de Costa e Silva até a posse do general Médici. Com a experiência em torno da sucessão presidencial, *Veja* passou a ter domínio na cobertura política e aí desabrochou, deslanchou e ganhou autonomia<sup>134</sup>.

Em relação a análise de quem a revista “deu voz” durante a crise do processo sucessório, percebida através das entrevistas publicadas por *Veja*, Gazzotti afirma que:

*Veja* percebeu muito bem que, após a doença de Costa e Silva, qualquer tipo de “solução civil” para o processo sucessório estaria vetada. A solução se daria de acordo com as Forças Armadas e seria escolhido um militar que não contestasse o governo do general Costa e Silva e seguisse uma linha de governo que praticasse o fortalecimento da militarização e do controle do país. Esta constatação é facilmente percebida através das entrevistas publicadas pela revista<sup>135</sup>.

Segundo Gazzotti, durante o período da ditadura militar, *Veja* destacou em suas reportagens tudo aquilo que poderia indicar uma abertura do regime. Em relação a sucessão presidencial, *Veja* adotou a posição de não contestar o regime e manter-se numa posição centrista, publicando entrevistas com representantes dos diversos grupos presentes na crise sucessória. “*A estratégia adotada passou a ser, então, a publicação, com uma pretensa neutralidade, das posições dos diferentes grupos que participavam do governo*”<sup>136</sup>. Neste sentido, a autora apontou a localização de pelo menos quatro grupos diferenciados no interior das Forças Armadas, aos quais *Veja* procurou abrir espaço: os castelistas (ligados à Escola Superior de Guerra, representados no governo Costa e Silva pelo ministro do Exército, Lyra Tavares e pelo chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, Orlando Geisel); os duros (grupos

---

<sup>132</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.55 – 24/09/1969.

<sup>133</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.56 – 01/10/1969.

<sup>134</sup> GAZZOTTI, Juliana. *Imprensa e ditadura*. Op. Cit. P.71.

<sup>135</sup> Idem. P.72.

<sup>136</sup> Idem.

de oficiais ligados aos coronéis Boaventura e Ruy Castro, representados pelos ministros das Minas e Energia, o coronel Costa Cavalcanti e pelo importante comando do I Exército, cujo chefe era o general Syzeno Sarmento); os albuquerquistas (ligados ao ministro do interior, Affonso Albuquerque Lima, que era portador de um nacionalismo militar mais articulado que os “duros” e voltado para a crítica dos aspectos centrais da política de desenvolvimento castelista); e o grupo palaciano (colaboradores de Costa e Silva como o general Jayme Portela, chefe do Gabinete Militar; o coronel Mário Andreazza, ministro dos Transportes; o coronel Jarbas Passarinho, do Trabalho; e o general Garrastazu Médici, chefe do SNI), que não possuíam um ideário definido, fazendo da proximidade com Costa e Silva seu maior trunfo<sup>137</sup>.

E como não seria novidade, depois de tantas previsões e indicações sobre o novo Presidente e o infinito trabalho dos jornalistas para levar aos leitores de *Veja* a melhor análise possível, nossa análise dos editoriais constata o argumento da revista: *“depois de ter atuado especialmente na área militar, nas últimas cinco semanas, Veja mostrava agora a sua boa forma e rapidez de reflexos, dirigindo-se, no momento certo, para a área política”*<sup>138</sup>. E *Veja* julgou ter a melhor análise política quando surge o nome do novo Presidente: General Garrastazu Médici. Como demonstrou Juliana Gazzotti, o nome do general Médici foi aceito pela revista com um “mal menor”, ou seja, *Veja* inicialmente preferiu incentivar a continuidade do processo de abertura política supostamente iniciado pelo presidente Costa e Silva<sup>139</sup>.

O editorial da edição 53 foi de caráter comemorativo pelo primeiro ano da revista. *Veja* procurou se colocar como alguém que cumpriu a missão a qual se propôs quando do lançamento. Segundo o editorial, escrito por Victor Civita,

Com esta edição, *Veja* comemora o seu primeiro ano de vida. Foi um ano importante para o leitor e para nós. Em cinquenta e duas curtas semanas o homem chegou à Lua, Nixon foi eleito e De Gaulle afastado, Paulo VI visitou a América Latina, o Brasil ingressou na era do satélite e se classificou para a Copa do Mundo de 1970, o Congresso entrou em recesso e a Bolsa de Valores decolou, apareceram os terroristas, o Presidente Costa e Silva adoeceu e o embaixador americano Burke Elbrick foi raptado. Foi um ano em que a jovem equipe redacional de *Veja* – dirigida por Mino Carta, José Roberto Guzzo e Sérgio Pompeu – foi forjada e temperada no esforço diário de captar, destilar e analisar estes e milhares de outros acontecimentos. Foi um ano em que um pequeno grupo de gráficos, transportadores e distribuidores demonstraram que era possível vencer as barreiras do tempo e da distância, a fim de colocar uma revista semanal de informação em praticamente todas as bancas deste País que tem o tamanho de um continente – todas as segundas-feiras. Também foi o ano em que centenas de milhares de brasileiros passaram a ler

---

<sup>137</sup> Idem. P.71.

<sup>138</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.58 – 15/10/1969.

<sup>139</sup> GAZZOTTI, Juliana. *Imprensa e ditadura*. Op. Cit. P.72.

*Veja* regularmente, confirmando aquilo que dissemos no nosso primeiro número (...) <sup>140</sup>.

Em dezembro de 1969, *Veja* publicou duas edições seguidas (03/12/1969 e 10/12/1969) sobre o problema da tortura praticada no Brasil, elaboradas pelo jornalista Raimundo Pereira. Entretanto, apesar de *Veja* publicar as duas matérias altamente críticas ao regime, é interessante notar que algumas edições depois o jornalista foi envolvido em duras críticas por parte do governo <sup>141</sup>, que sugeriu que o mesmo seja retirado de *Veja*, o que é atendido pela diretoria da revista. Segundo Daniella Villalta,

Pode-se então perguntar: não seria uma contradição que o próprio diretor da Editora Abril estivesse envolvido de perto com o problema da tortura levantado por seus colaboradores e, ao mesmo tempo, sua diretoria tivesse cedido às pressões do ministro do Planejamento da ditadura? Sim, as contradições, como já foi dito, permearam todas as relações políticas do período. Ora por questões puramente políticas, ora por interesses financeiros, ora por uma questão de oportunidade empresarial. No caso da Editora Abril, especificamente com relação ao tratamento dado por *Veja* aos acontecimentos políticos nacionais em seus primeiros anos, ou enquanto teve Mino Carta como editor-chefe, o problema das baixas em sua redação e da censura sofrida por alguns de seus números esbarrou nas relações políticas que, por sua vez, estavam estreitamente ligadas ao aspecto financeiro <sup>142</sup>.

Acontecimentos semelhantes se dariam com o editor Mino Carta, levando a sua demissão, como demonstraremos posteriormente.

E, para concluir 1969, um editorial de auto exaltação da revista, mostrando as repercussões desta junto aos leitores dos artigos, com trechos de cartas dos leitores. Com citação de um leitor que *Veja* diz ser de São Luís do Maranhão, afirmou:

“Nossa revista está cada vez mais mais. Há um novo hábito no Maranhão: ler *Veja* na segunda-feira. Esta semana o avião atrasou. Várias pessoas acordaram mal na terça, estavam com uma cara diferente. Eu já sabia. Estavam sofrendo de vejite, isto é, não tinham lido *Veja* na segunda. *Veja* está trabalhando pela unidade nacional” <sup>143</sup>.

O interessante é saber quem escreve a carta. Após a citação, *Veja* o identifica dizendo que “*quem escreve é um leitor ilustre: o governador do Estado do Maranhão, José*

---

<sup>140</sup> *Veja. Carta do Editor*. Ed.53 – 10/09/1969.

<sup>141</sup> O episódio refere-se há uma matéria intitulada “Velloso e seus ‘grandes impactos’”, onde o tema central eram as diretrizes para o Governo Médici enfrentar o ano de 1970. Raimundo Pereira se utiliza de um tom bastante irônico para interpretar os fatos, o que desagradou profundamente o ministro e levou a publicação de uma carta deste desqualificando as informações de Raimundo Pereira. Apesar de Raimundo Pereira insistir que a carta devesse sair na seção de cartas, a direção decidiu publicá-la na seção de Política, como sugeria o ministro Velloso. Nesta ocasião, Raimundo Pereira pediu dispensa da editoria. Em comunicação interna, Edgard de Silvio Farias (um dos sócios da Abril) escreve para Roberto Civita pedindo a transferência de Raimundo Pereira já que este teria inspirado um novo endurecimento censório do governo em *Veja*. Pereira saiu do quadro da Abril em julho de 1970.

<sup>142</sup> VILLALTA, Daniella. **Artesanato Industrial na produção jornalística de 1968**. Op. Cit. PP.102-103.

<sup>143</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.68 – 24/12/1969.

*Sarney*”<sup>144</sup>. É interessante que José Sarney foi um dos palestrantes nos cursos de formação de jornalistas para *Veja*, mas isso não é identificado no editorial. A revista apenas faz uma exaltação do governador e no final afirma: “*um administrador exemplar da coisa pública, o renovador do seu Estado. Por isso o elogio vale muito e eu me permito transcrevê-lo*”<sup>145</sup>.

No ano de 1970 os editoriais se caracterizaram por apresentar os assuntos da semana, sem mostrar muito posicionamento ou auto-afirmação. Alguns dos elementos encontrados já foram elencadas nas análises anteriores por terem em comum os mesmos aspectos de afirmação ou exaltação.

As relações “amistosas” da Editora com o Governo começaram a aparecer de forma mais nítida, como o caso da edição 103, quando o editorial trouxe uma foto do então ministro Delfim Netto recebendo uma placa das mãos do editor Victor Civita. A legenda explica: “*O Ministro Delfim Netto, em visita à Editora Abril na semana passada, recebeu de Victor Civita, editor e diretor, o medalhão com sua efígie que foi capa do nº 70 de Veja*”<sup>146</sup>.

Como já demonstramos anteriormente, a tentativa de se firmar enquanto “sujeito” foi construído pedagogicamente por *Veja*. Em todo o recorte temporal analisado, *Veja* não deixou de tentar se firmar enquanto um órgão crítico e que se diferenciava dos demais órgãos comunicativos. Como já apontamos anteriormente, esta é a fase de afirmação da revista e ela foi marcada pela “experiência adquirida a cada edição” para que se consolidasse o “estilo *Veja*”<sup>147</sup>. O processo de experimentação do modelo adotado por *Veja* demonstraria seus problemas na prática, só podendo ser corrigido a cada edição. Além disso, o público estava acostumado com revistas ilustradas, portando *Veja* deveria convencê-los da qualidade de seu material e da utilidade dos modelos de jornalismo interpretativo que a revista procurava implementar no Brasil.

Em comemoração ao terceiro aniversário de *Veja*, Mino Carta elaborou o editorial baseado nos conhecimentos que ele teria recebido do seu primeiro professor de jornalismo: seu pai. Segundo Carta,

---

<sup>144</sup> Idem.

<sup>145</sup> Idem.

<sup>146</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.103 – 26/08/1970.

<sup>147</sup> Em entrevista à Daniella Villalta, Raimundo Pereira ressalta para o processo de aprendizado, de moldar o estilo de redação que foi necessário para a consolidação de um estilo de revista semanal de informação. Para Pereira, o aprendizado junto à *Time* foi de fundamental importância para que a revista adquirisse o estilo de texto como se tivesse sido escrito por uma só pessoa, transformando a linguagem de maneira padronizada. Segundo ela: “*you aprender o modelo e fazer um tipo de jornalismo que não é noticioso, ele busca dar uma perspectiva, traçar um panorama, não é editorial também, não é editorializado no sentido de ser explícito no que está recomendando, mas ao mesmo tempo tem uma opinião, um ponto de vista, que é o ponto de vista da empresa*”. PEREIRA, Raimundo. Entrevista concedida à autora em 1999. Apud: VILLALTA, Daniella. *Reflexos da modernização econômica brasileira no mercado editorial de revistas*. Op. Cit. P.131.

E então dizia que a obrigação do jornalista é informar e ao mesmo tempo oferecer ao leitor a possibilidade plena de entender a informação em todos os seus significados, não apenas por obra de um texto claro, mas também relacionando-a com outras que com ela tivessem a ver e extraíndo-lhe as causas e antecipando-lhe os desenvolvimentos<sup>148</sup>.

Seguindo o editorial, Mino Carta descreveu a emoção de poder colocar estes ensinamentos em prática, quando convidado para trabalhar em *Veja*. Segundo Carta, “*aceitei o convite, pronto a saborear a oportunidade. Mas o gosto dela, no principio, não foi agradável, para mim e para todo o pessoal de Veja*”<sup>149</sup>. E Mino Carta relatou as dificuldades em encontrar a “fórmula brasileira” para o gênero de semanário pretendido por *Veja*. Segundo Mino, “*logo, ao ser lançada exatamente há três anos, Veja revelou-se uma tarefa muito mais imponente do que supunham mesmo aqueles, entre nós, que vinham de longos anos de profissão*”<sup>150</sup>. Mas segundo o editorial, *Veja* seguiu seu propósito de não se satisfazer apenas com a simples descrição dos fatos, mas sim, um jornalismo voltado para as razões e as conseqüências desses fatores. Segundo o editorial, “*hoje sabemos o que Veja é e o que dela queremos: descobrimos a nossa receita e se, de quando em quando, não podemos usar todos os temperos, mesmo assim mantemos um cardápio variado, capaz de agradar a diversos paladares*”<sup>151</sup>.

Em outubro de 1971 *Veja* iniciou uma campanha de assinaturas, através de convenio com alguns Serviços Especiais de Entrega de Documento da Empresa dos Correios e Telégrafos e através de contratos com empresas particulares especializadas em entregar protocolos. A campanha utilizou-se de 3 canais: porta a porta, mala direta e cupons publicados em anúncios.

O ano de 1972 pareceu ser mais tranqüilo em *Veja*. A revista tinha conseguido firmar-se no mercado, portanto não precisava mais mostrar com tanta freqüência o que dizia ser a sua maneira de fazer jornalismo. Os editoriais contendo auto-afirmações da revista vão se tornando mais escassos, apesar de a revista sempre deixar claro seu caráter editorial já demonstrado anteriormente. Na edição 205, o editorial deixou claro qual seria a forma de fazer jornalismo de *Veja*: “*uma revista que pretende manter uma rigorosa unidade de texto, a ponto de parecer escrita por uma pessoa*”<sup>152</sup>. E segundo a revista, “*essa procura sofrida de*

---

<sup>148</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.157 – 08/09/1971.

<sup>149</sup> *Idem*.

<sup>150</sup> *Idem*.

<sup>151</sup> *Idem*.

<sup>152</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.205 – 09/08/1972.

*uma afinação cada vez mais exata não terminou e dificilmente terminará enquanto Veja existir*”<sup>153</sup>.

Esta aparente “tranqüilidade” de *Veja* foi utilizada até mesmo para rebater os ataques de outros órgãos de imprensa, como é o caso do editorial da edição 195, quando *Veja* afirmou que “às vezes, a imprensa brasileira mostra-se mais desumana e egoísta do que um grupo de náufragos lutando por um salva-vidas”<sup>154</sup>. O editorial se refere a uma das “afrontas” realizada pelo “Estado”, quando este divulgou a notícia de que certa personalidade política negava ter dado a entrevista que *Veja* afirmava ter recebido. Mas apesar de afirmar que a imprensa brasileira é humana e egoísta, *Veja* colocou-se diferente desta grande maioria. Segundo o editorial, apesar da “afronta” do “Estado”, *Veja* não receia citar esses veículos, como o “Estado” e o “Jornal da Tarde” pelos importantes feitos, citando até mesmo um repórter desses jornais em uma matéria daquela edição. Segundo o editorial, a iniciativa de *Veja*,

Não é um gesto generoso. Nasce apenas da consciência e da tranqüila aceitação das regras de uma prática proposta pelo tipo de sociedade em que vivemos e que nos empenhamos em defender: a concorrência livre e leal. Infelizmente, a nossa esperança de ver unida a imprensa brasileira pelo menos nos momentos em que o risco ou o êxito de um são o risco ou o êxito de todos é tênue e leve como um sonho. Mas os gestos nascidos da consciência têm de ser feitos, quaisquer sejam as suas conseqüências<sup>155</sup>.

E essa “resposta” às afrontas recebidas, foi alvo de mais editoriais, como o caso da edição 267, quando *Veja* tratou das afirmações da cantora Maria Bethânia Viana Telles Veloso, que afirmava em outros jornais, não ter cedido entrevista ao editor de *Veja*, Leo Gilson Ribeiro. E como resposta aos ataques de Maria Bethânia, o editorial esclareceu:

Mas o acusado, além de usar a generosa oportunidade que lhe foi dada pelo “Monte Alegre”, acaba de enviar à acusadora duas dúzias de rosas vermelhas, acompanhadas pela fita magnética de gravação da entrevista de duas horas que ela delicadamente lhe concedeu. E põe à disposição da cantora e de qualquer interessado as numerosas anotações que fez em sua presença, no decurso dos dois dias em que “A Divina” delicadamente lhe permitiu freqüentar seu secreto templo<sup>156</sup>.

Em outubro de 1972, *Veja* já tinha 45 mil assinaturas, que, com mais 62 mil compradores em banca, dão, para o último trimestre daquele ano, uma média de 107 mil exemplares vendidos por edição. A edição 222 foi comemorativa para *Veja* tendo em vista o recorde de suas páginas. Segundo o editorial,

Esta edição assinala um recorde: *Veja* chega a 148 páginas, num número de linha, isto é, não enriquecido por qualquer caderno ou encarte especial. Dessas páginas

---

<sup>153</sup> Idem.

<sup>154</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.195 – 31/05/1972.

<sup>155</sup> Idem.

<sup>156</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.267 – 17/10/1973.

todas, 82,5 são ocupadas por material editorial, e jamais houve tantas – e as demais, 65,5, por anúncios, o que também é recorde. Esses números contam com a rara força que eles costumam ter, a confiança que *Veja* conseguiu conquistar de leitores e anunciantes<sup>157</sup>.

O editorial apresentou ainda um gráfico, contendo as páginas de publicidade que ocuparam *Veja* no decorrer dos anos de vida da revista:



Figura 2 – Gráfico de Publicidade de *Veja* – (*Veja*. Carta ao Leitor. Ed.222 – 06/12/1972.)

Pode-se perceber através do gráfico apresentado no editorial, o aumento das páginas em publicidade da revista. De 656,5 páginas de publicidade em 1969 (já que o ano de 1968 passa a contar só a partir de setembro), *Veja* passou à 1571 páginas em 1972. Um aumento de 139,3% desde o primeiro ano da revista, o que representa a afirmação de *Veja* e a conquista de um mercado cada vez mais amplo.

Além do poder de prever o futuro já demonstrado anteriormente, *Veja* procurou alegar uma relação íntima com a História, se colocando como “rascunho da história”: “*Veja, apenas um modesto rascunho da história, pretende lembrar*”<sup>158</sup>. Na edição 168, ao falar das pesquisas sobre o Brasil realizadas pelos Estados Unidos, *Veja* afirmou, “*tanto quanto os historiadores costumam pesquisar os arquivos da imprensa, Veja pesquisou os arquivos dos historiadores*”<sup>159</sup>. E as reportagens “históricas” realizadas pela revista enfatizam essa questão:

A reportagem de capa desta edição é histórica, sem a pretensão de ficar para a História. Num laborioso trabalho de pesquisa, *Veja* vasculhou no passado, do remoto ao próximo, em documentos conhecidos ou quase nada, em cartas e rascunhos de discursos, em livros de alta linhagem e coletâneas de anedotas, os indícios e depois as provas do nascimento de uma nação. E, sem especiais esforços de garimpagem, localizou, como se fosse à flor da terra, e de uma evidência cheia de faíscas, o filão da tolerância. Ao longo dos séculos, alinham-se os fatos e personagens que os provocaram – e o que os une, como perene denominador, é a qualidade mais nítida e

<sup>157</sup> *Veja*. Carta ao Leitor. Ed.222 – 06/12/1972.

<sup>158</sup> *Veja*. Carta ao Leitor. Ed.210 – 13/09/1972.

<sup>159</sup> *Veja*. Carta ao Leitor. Ed.168 – 24/11/1971.

mais notável da cordial nação brasileira, e tão presente hoje, no momento mais intenso das celebrações do sesquicentenário da Independência<sup>160</sup>.

Esta característica continuou sendo reafirmada por *Veja* como demonstrou Carla Silva em sua análise das páginas da revista nos anos 90. Ao falar das funções de *Veja*, onde a revista tenta se estabelecer enquanto “sujeito”, Carla Silva discutiu a apregoada missão da imprensa em rascunhar a história. Como demonstrou a autora, a imprensa busca se colocar como quem presta um serviço ao conjunto da nação, se colocando na posição de sempre “contar” o que está acontecendo, como um sujeito externo e neutro, que simplesmente observa. Segundo Carla Silva,

*Veja* diz estar selecionando “o que realmente importa lembrar”. O que não é selecionado é levado para o lugar do esquecimento, e só aparecerá quando ela o trouxer, da forma que considerar melhor. É a dimensão pedagógica de seu discurso, na medida em que está consciente de que diferentemente das páginas dos jornais, as suas tem vida longa, circulam por salas de aula e consultórios médicos. E aqui o que está escrito quer ser sinônimo de verdade histórica. É por isso que à *Veja* se aplicaria o slogan do *New York Times*: Todas as notícias dignas de serem publicadas, ficando como um simples detalhe a decisão do que é ou não “digno de ser publicado”<sup>161</sup>.

Silva demonstrou a tentativa sempre reiterada de *Veja* de construir-se enquanto sujeito. Segundo a autora, “*isso é feito para escondê-la enquanto lugar de expressão de sujeitos reais, ou seja, um instrumento constituído para a defesa dos interesses de classe*”<sup>162</sup>. Ao se credenciar como portadora da verdade, *Veja* consegue afirmar uma suposta credibilidade. E, como procuramos demonstrar com os editoriais, esta tentativa já vinha com *Veja* desde seu nascimento.

Quando do sigilo em torno de quem seria o sucessor do Presidente Emílio Garrastazu Médici, *Veja* publicou dois editoriais ironizando a necessidade do silêncio. Utilizando-se da metáfora da “sucessão secretarial”, o editorial 250 afirma:

A mudança dos secretários, também chamada de sucessão secretarial com a criação de um neologismo de gosto duvidoso, poderia na redação de *Veja* processar-se tranquilamente não fossem certas circunstâncias, consideradas excepcionais. É o caso que se configura com a saída do secretário Ulysses Alves de Souza, chamado pela Editora Abril para mais altas tarefas. Para substituí-lo, vários nomes foram examinados, recaindo finalmente a escolha sobre aquele que reunia em sua pessoa maiores virtudes. No entanto, o receio de que pudessem surgir divergências dentro da redação, um receio que reputo exagerado valendo-me da lembrança de exaltantes momentos de união em torno dos ideais comuns em instantes de perigo, fez com que o nome fosse mantido em rigoroso sigilo<sup>163</sup>.

<sup>160</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.209 – 06/09/1972.

<sup>161</sup> SILVA, Carla. *Veja: O indispensável partido neoliberal 1989-2002*. Op. Cit. P.101.

<sup>162</sup> Idem. P.113.

<sup>163</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.250 – 20/06/1973.

O editorial não faz menção à conjuntura política em nenhum momento, mas a associação em torno da sucessão presidencial ficou mais clara na edição seguinte, quando, junto com o nome do sucessor de Ulysses Souza na editoria de *Veja*, chegou o nome do general Ernesto Geisel como sucessor do presidente Emílio Garrastazu Médici. *Veja* chegou até mesmo a preparar uma “edição extra” sobre o futuro presidente, que segundo o editorial, vinha sendo trabalhado anteriormente, comprovando a hipótese de *Veja* de ter capacidade de prever o futuro – que na verdade não passam de possibilidades adquiridas pela revista quando da montagem do Arquivo do Dedoc. A relação entre a “sucessão secretarial” e a sucessão presidencial, foi esclarecida com o anúncio do novo secretário no início do editorial:

Tenho o prazer de anunciar aos leitores de *Veja* e aos colegas da redação o nome do sucessor de Ulysses Alves de Souza, o secretário chamado pela direção da Editora Abril para mais altas funções (a serem oportunamente reveladas). Trata-se de Edgard Catoira, que a partir desta edição passa a figurar no expediente ao lado como chefe do Departamento de Informações, posto no qual já foi empossado sem maiores cerimônias e, segundo me parece, com agrado geral dos superiores e dos subordinados. Edgard, de maneira convincente, exhibe as qualidades pretendidas para a função, de tal sorte que fica assim resolvido, na mais santa das pazes, o momentoso problema da sucessão secretarial, que, não sem sólidas embora aparentemente nebulosas razões, tive de envolver por algum tempo no manto do sigilo<sup>164</sup>.

Percebe-se que *Veja* passou a se utilizar nesse momento, de novos padrões de linguagem para expressar seu posicionamento. Os editoriais passavam aos poucos a trazer o posicionamento da revista frente aos acontecimentos políticos do país.

O editorial da edição 262 foi comemorativo dos cinco anos da revista. Composto de duas páginas, Mino Carta se deu ao trabalho de relatar o mecanismo de *Veja* e como ele foi atendido. Segundo Carta, “*enfim, este era o mecanismo: colher o presente e analisá-lo à luz do passado para imaginar o futuro, pressenti-lo, antecipá-lo*”<sup>165</sup>. Segundo o editorial, esse mecanismo não se basearia em profecias e sim no “correto exercício do raciocínio”, ou seja, através da inteligência. Segundo Mino,

No caso de revistas do tipo de *Veja*, ao contrário de vários outros gêneros de imprensa, o simples estar de antenas ligadas não basta, tudo depende da maior ou menor capacidade de processar as informações para chegar ao porque dos acontecimentos e fazer deles os elos de uma cadeia que é a própria vida<sup>166</sup>.

E *Veja* teria atingido a capacidade máxima de processar as informações, chegando ao ápice de dizer poder antecipar-se aos acontecimentos como já demonstramos anteriormente.

---

<sup>164</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.251 – 27/06/1973.

<sup>165</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.262 – 12/09/1973.

<sup>166</sup> Idem.

Ao cabo de cinco anos de trabalho, dificultado pelas limitações de especial momento político e pelo natural despreparo dos inexperientes, que no começo somente exibiam um temperamento inquieto, pode-se dizer que, em mais de uma ocasião, *Veja* conseguiu traçar um esboço razoavelmente vivo de uma história interminável: o tempo mostrou que ela, nestas ocasiões, soube antecipar-se<sup>167</sup>.

Ao longo do editorial são citados os casos em que a revista teria se antecipado em fazer as afirmações e prever os acontecimentos. As limitações do momento político, podem se referir à censura que a revista sofreu e sofria durante esse período. De janeiro a setembro de 1972, *Veja* passou pela censura prévia; de outubro de 1972 a fevereiro de 1973 pela censura branca (comunicados e telefonemas do governo federal informando assuntos que não deveriam ser divulgados); e de março de 1973 a janeiro de 1974, pela censura prévia para as matérias sobre sucessão presidencial. E finalizando o editorial, Mino Carta afirmou:

Hoje, ao completar cinco anos de vida, *Veja* poderia tentar o esboço de seu próprio futuro, manipulando os dados do passado e do presente. O passado foi difícil, tateante a princípio, na procura do ajuste de uma fórmula desconhecida do público brasileiro. O presente diz que a fórmula foi encontrada – embora possa ser aprimorada. Esta edição mantém a tiragem, normal de uns meses para cá, de 170 000 exemplares e, por obra de uma feliz coincidência, chega a um número de páginas jamais alcançado, 164, das quais 75 de anúncios – e também este é para ela um recorde. São dados que comprovam a confiança dos leitores e dos anunciantes e, somados à disposição revelada nestes cinco anos, permitem antecipar um futuro de razoável luminosidade.

Em todo caso, *Veja*, não esquece que a intensidade da luz, por mais generosa que sejam os números, depende de outros fatores, além do seu temperamento, do seu caráter e da sua capacidade de raciocínio. Na análise das probabilidades, não podem deixar de ter um papel relevante os rumos da vida política do Brasil, de cujos rumores tão definitivamente depende o destino de qualquer órgão de imprensa que, acima de tudo, preza a verdade e pretende, como fim último, dizê-la<sup>168</sup>.

Como ficou claro no editorial, Mino Carta pareceu bater de frente contra o governo que, através da censura, impediria a imprensa brasileira de cumprir com a sua função de “dizer a verdade”. A imposição de “sujeito” também ficou claro na tentativa de personificação da revista, afirmando ter “temperamento, caráter e raciocínio”. *Veja* em vários momentos bateu de frente contra a censura oficial, como demonstra Maria Fernanda Lopes Almeida, na obra “*Veja sob censura*”, já citado anteriormente. Entretanto, devemos ter claro que *Veja* criticou o governo militar quando foi de seu interesse. Entretanto, este interesse não é demonstrado de forma clara nas páginas da revista. Como estamos demonstrando através do acompanhamento dos editoriais, *Veja* procurou colocar-se sempre como estando a serviço da sociedade. E é esta questão que justifica a nossa pesquisa.

---

<sup>167</sup> Idem.

<sup>168</sup> Idem.

Na edição 263 o editorial narrou a coragem e determinação de uma de suas jornalistas, para levar o máximo possível de informações ao leitor de *Veja*. Tratava-se de Dorrit Harazim, editora de *Veja*, que teria ido para Santiago, no Chile, cobrir a queda de Salvador Allende e a sangrenta reviravolta nos rumos políticos chilenos. O editorial foi caracterizado pelo tom dramático, marcado pelo suspense de a revista não receber notícias de Dorrit, pelo fato das comunicações estarem cortadas. “*Mas 24 horas depois ela conseguia comunicar-se com Veja e garantir a sua decisiva participação da reportagem que começa na página 38*”<sup>169</sup>.

O editorial seguinte foi baseado nos relatos da jornalista que teria conseguido retornar do Chile. Frases como “*Dorrit conheceu a situação mais arriscada da sua vida*”, ou “*Dorrit contou sete ocasiões em que atiraram contra ela*”<sup>170</sup>, marcam o editorial. Mais uma vez, *Veja* estava se colocando como uma revista que daria seu sangue para levar a informação aos seus leitores, como se *Veja* existisse em prol da sociedade.

E, para concluir o ano de 1973, que como mostramos foi marcado pelas demonstrações de sucesso da revista, mais um editorial, demonstrando esta posição:

Somente para mães italianas, gordura é sinônimo de saúde. No entanto, no caso de revistas que engordam ao sabor de um volume cada vez maior de publicidade, tem-se aí um dos sintomas mais eloqüentes do sucesso. Pois, como é fácil compreender, páginas de anúncios significam confiança dos anunciantes, inevitavelmente motivada por uma comprovada confiança dos leitores.

Nesta edição *Veja* supera, com 82 páginas ocupadas por anúncios, o recorde de 74 atingido no número de 12 de setembro passado. Ao longo dos anos de substancial competição, *Veja* vem mantendo um ritmo muito intenso, numa evolução digna de um nadador da Alemanha Oriental. Assim, em 1969 obteve um total de 656 páginas de publicidade; em 1970, 1227; em 1971, 1350; em 1972, 1700. Para este ano, a previsão é de 2100. (Sem prejuízo para a parte editorial: por obra de uma salutar regra da casa, o número de páginas confiadas à redação é sempre superior ao das páginas de anúncios.)<sup>171</sup>

Juliana Gazzotti, ao tratar da relação entre *Veja* e a consolidação da indústria cultural no Brasil, demonstrou a “relação necessária” da revista: a maior qualidade na produção do semanário implicaria num maior número de leitores e na confiança dos anunciantes em promover sua propaganda em *Veja*. Segundo Gazzotti,

Isso nos leva a perceber outra face do desenvolvimento da indústria cultural no Brasil: produtos tendo a venda de informação e as propagandas como fonte de lucro objetivavam uma maior “qualidade” daquilo que era oferecido ao leitor. No entanto, não questionavam o andamento dos acontecimentos da sociedade sem a participação popular e realizavam críticas ao governo seguindo seus princípios, quando não eram impedidos pela censura<sup>172</sup>.

<sup>169</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.263 – 19/09/1973.

<sup>170</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.264 – 26/09/1973.

<sup>171</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.266 – 10/10/1973.

<sup>172</sup> GAZZOTTI, Juliana. *Imprensa e ditadura*. Op. Cit. P.51.

Segundo a autora, o “sucesso compartilhado” por *Veja* através de seus editoriais, implicava para a revista uma maior aceitação por parte de seus leitores e seus anunciantes. Segundo Gazzotti, “*esta questão é típica no desenvolvimento da indústria cultural para um órgão de grande imprensa: o aumento do número de vendas possibilitava a sua consolidação no mercado*”<sup>173</sup>. A confiança dos leitores levaria à revista, a confiança dos anunciantes e isso lhe garantiria outro título: o da independência econômica, essencial para toda publicação que pretende ser livre.

Esta questão de “liberdade” e de independência econômica foi problematizada por Carla Silva. Como demonstrou a autora,

A noção de liberdade tem um sentido fundamental para um veículo de comunicação. Em tese, seria em nome da liberdade de expressão e de informação que existiria a imprensa, cumprindo uma função social. No entanto, imprensa e publicidade no contexto capitalista estão indissolivelmente vinculados a interesses de classe. Portanto, se eles têm liberdade, esta é delimitada pelos seus posicionamentos diante da realidade, ou seja, dos interesses que defende. Mas *Veja* sempre se mantém como guardiã desta suposta liberdade que é sempre restritiva, pois está demarcada pelo mercado<sup>174</sup>.

O mesmo se repetiu no primeiro editorial de 1974. Falando de 1973, *Veja* conclui que este foi um ano feliz:

Mas, para *Veja*, 1973 foi dadivoso em todos os sentidos. Ela firmou-se como um importante órgão formador de opinião, penetrou em todos os setores da vida política e cultural do país, aumentou em mais de 30% o volume dos seus anúncios e em 40% a sua tiragem, atingindo nos últimos três meses do ano uma venda média de 140 000 exemplares por edição<sup>175</sup>.

Entretanto, apesar do caráter “dadivoso” que 1973 representou para a revista, o editorial previa um ano difícil para o Brasil na área econômica em 1974:

Para o Brasil, onde o argumento do desenvolvimento é uma bandeira, foi um ano de PNB alto e largas exportações, graças também a fatores políticos capazes de manter agradável a temperatura e esperançosos os ânimos. Assim, o sóbrio e tranqüilo encaminhamento da sucessão presidencial, um episódio que no passado, em freqüentíssimas ocasiões, produziu abalos de escaladas agitadas, foi certamente decisivo. Em todo caso, o começo de 1974 traz para a área econômica, aquela sempre e sempre saudável nos últimos anos, algumas e graves preocupações<sup>176</sup>.

Através da afirmação de uma economia “sempre e sempre saudável nos últimos anos”, a revista demonstrou sua preocupação com os rumos que a mesma tomaria após a troca de presidente. O editorial remeteu-se à crise do petróleo, explicando sua reportagem de capa e

---

<sup>173</sup> Idem. P.53.

<sup>174</sup> SILVA, Carla. *Veja: O indispensável partido neoliberal 1989-2002*. Op. Cit. P.146.

<sup>175</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.278 – 02/01/1974.

<sup>176</sup> Idem.

afirmando que “*sem cair no exercício fácil das previsões exotéricas a que se dedicam videntes e cartomantes, detectar as possíveis implicações que a crise pode ter no comportamento da economia brasileira*”<sup>177</sup>. E, juntando-se aos editoriais anteriores, quando a revista falava da sua capacidade de prever o futuro, *Veja* colocou todo o trabalho realizado por seus jornalistas, junto com as entrevistas realizadas com personalidades políticas, econômicas e empresariais, para chegar a um veredito sobre as perspectivas brasileiras em 1974. Mas *Veja* foi otimista:

E, se há nessas manifestações os temores de consequências desagradáveis, nem por isso elas estão destituídas de otimismo. Porque nos eventos econômicos, que não são regidos pelas leis inflexíveis do mundo físico, sempre se pode fazer algo pela ação eficiente do engenho e arte do homem<sup>178</sup>.

Na sucessão presidencial, *Veja* se colocou ao lado de Geisel, elaborando matérias de caráter abertamente geiselista. Entretanto, o suspense em torno das decisões e dos nomes dos futuros ministros, são fartamente criticados pela revista:

Uma nação que confia cegamente nos seus chefes e nos processos que conduzem as suas substituições, dentro do salutar princípio de que, acima dos nomes, importa uma linha de conduta, um estilo de governo, a crença num precioso acervo de ideais e a determinação de atingir grandes objetivos – e talvez esta fosse a marca do destino superior de um povo. Mas desejar a todo custo situações perfeitas pode ser o sintoma de um certo distanciamento da realidade e a fonte de algumas desilusões. Assim, preservar o sigilo em torno dos nomes dos futuros ministros do governo do general Ernesto Geisel somente atiza as especulações que se pretendiam evitar, embora seja ao mesmo tempo uma demonstração de notável lisura em relação aos que se preparam a sair. O excesso de precauções, o vaivém das confirmações veladas e dos desmentidos apressados e pouco convincentes acabam empurrando para a ribalta uma onda de rumores capazes de encobrir os próprios fatos e de causar um clima propício ao desassossego, além de favorecer a impressão de que a divulgação da lista oficial acabará revelando algumas mentiras (...)<sup>179</sup>.

Segundo o editorial, a revista teria varias vezes “engatilhado” uma reportagem de capa sobre os novos ministros e sempre teve de recuar por falta de provas. Neste sentido, por várias vezes *Veja* reclamou em seus editoriais o mistério que envolvia a política ditatorial. Estas reclamações eram apoiadas na justificativa da responsabilidade social de *Veja* de informar o seu leitor, reforçando sua pretensão de quarto poder, como já discutimos anteriormente.

Na edição 284, o editorial assinado por Victor Civita, relembra sobre o projeto de lançar *Veja*. Victor Civita narrou o processo de elaboração, o contato com Mino Carta e os inúmeros desafios enfrentados por eles até o alcance da fórmula certa. Segundo Civita,

Quanto caminho percorrido desde aquela data! Da revista adolescente e – agora podemos admiti-lo com espírito até nostálgico – um pouco insegura, à publicação

---

<sup>177</sup> Idem.

<sup>178</sup> Idem.

<sup>179</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.283 – 06/02/1974.

corajosa, independente, bem informada, obcecada pela contínua superação de níveis de qualidade, que chega nas segundas-feiras aos mais distantes recantos do Brasil (...).

(...) Estão no passado os anos difíceis, de inversões maciças, de perdas que jamais divulgamos porque a certeza do sucesso era maior. Chegou-nos o reconhecimento do público, confortou-nos a confiança das agências de propaganda e dos anunciantes (...)

(...) E tudo isso é somente um preâmbulo para informar aos leitores que, em recente reunião da diretoria da Abril, Mino foi convocado para lutas mais árduas. Além de continuar na direção de *Veja*, passa a integrar a diretoria da Editora. É um reconhecimento merecido, que vem acompanhado pelo aplauso unânime da empresa e pelo abraço pessoal de que invadiu este espaço privativo para saudar um excelente jornalista e querido amigo<sup>180</sup>.

Pouco antes da posse de Ernesto Geisel, em 15 de março de 1974, e durante os primeiros anos de seu governo, *Veja* passou a sofrer cortes sistemáticos em suas páginas. A partir deste momento, a revista passou a se utilizar de estratégias para denunciar a censura. Na edição 285, *Veja* mostra gravuras de diabos e anjos nos espaços censurados; Na edição 286, Mino Carta lança uma seção “Diversos”, com gozações sobre o Ministro da Justiça, Armando Falcão: textos com um suposto Padre Sean Mc Intosh e sobre um misterioso Monge Falcus. Apesar da evidência (Falcus/Falcão), a censura nunca percebeu nada; Na edição 287, *Veja* trouxe cartas de nove redatores da própria *Veja* falando sobre a matéria “O longo drama chileno”, que teria saído no número anterior, mas que na verdade foi totalmente vetada, não sendo publicada; Na edição 288, gravuras de anjos e demônios obrigam Mino e Guzzo a uma visita à Polícia Federal; Na edição 289, *Veja* trouxe na Carta ao Leitor, uma entrevista com o personagem da seção “Diversos”, padre Sean Mc Intosh, que seria um teólogo defensor da tese sobre a volta dos anjos; A edição 290, também fez menção ao monge Falcus e de astrólogos e demônios; E, por fim, na edição 291, Mino Carta se despediu do personagem Padre Sean, na Carta ao Leitor. A justificativa:

A partir desta edição, todos desaparecem das páginas de *Veja*, onde a redação se orgulhou em mantê-los tanto quanto hoje se alegra em despedi-los, pois não há nada pior, para um jornalista, que usar uma linguagem simbólica para contar os fatos. Talvez os leitores se alegrem conosco, ao detectar a boa qualidade de uma mudança que, no caso, desobriga *Veja* de incursões pela ficção. Entristece-me, porém, dar o adeus a padre Sean, mesmo porque, além de apreciar-lhe a serenidade, a sabedoria, a opulenta doméstica e o gosto pelos assados, sei das dificuldades de outros Conselhos dos Astrólogos e gostaria que pudessem gozar da confortadora proximidade do teólogo do Aberdeenshire ou de alguém como ele. E já a esta altura me convenço da conveniência de não matar padre Sean: vou propor-lhe que descanse apenas, pronto a ressurgir da sua bergère forrada de chintz, se for preciso<sup>181</sup>.

---

<sup>180</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.284 – 13/02/1974.

<sup>181</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.291 – 03/04/1974.

Entretanto, segundo Maria Almeida em sua obra “*Veja sob censura*”, a decisão de não fazer mais uso da estratégia dos anjos, demônios, astros e padres, não foi apenas pelo fato de a censura proibir que a semanal evidenciasse os vetos. A equipe de *Veja* sempre teve em mente que os leitores compravam a revista para ler matérias. A estratégia de imprimir com espaços em branco, por exemplo, acreditavam, poderia até fazer com que alguns leitores ficassem solidários por algum momento, mas não por muito tempo. Em algum momento eles deixariam de ler e comprar a revista em branco. Por isso *Veja* resolveu preencher os espaços vetados.

Essa estratégia foi utilizada durante os primeiros meses de 1974, até que em abril os entendimentos com o novo governo, através do Ministério da Justiça, resultaram no relaxamento da censura prévia, passando a censura branca a conviver com a revista. Segundo Alzira Alves de Abreu,

A censura à *Veja* refletia a tensão existente entre o grupo mais próximo a Geisel, favorável ao relaxamento progressivo das regras de exceção, e a chamada “linha dura”, que defendia a manutenção da censura à imprensa como um dos instrumentos básicos de controle político (...)

Esse enquadramento da ala mais dura das Forças Armadas foi acompanhado, no caso de *Veja*, por uma pressão mais direta sobre a direção da revista e do Grupo Abril no sentido de um abandono da linha jornalística crítica e de uma aproximação com a orientação do regime. A pressão culminou, em fevereiro de 1976, com a saída do jornalista Mino Carta da direção de redação por pressão direta do Ministério da Justiça. A revista ficou entregue aos redatores chefes José Roberto Guzzo e Sérgio Pompeu<sup>182</sup>.

Entretanto, apesar da opção de não evidenciar as matérias vetadas, o editorial passou cada vez mais a atacar o silêncio que envolvia as decisões governamentais. Na edição seguinte a despedida do Padre Sean, *Veja* realizou um editorial baseado na “*perplexidade de Veja diante da irritação ministerial*”. A revista estaria se referindo a um fato ocorrido entre o repórter de *Veja* e o ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, em uma reunião no Chile do BID, quando o jornalista teria reclamado da falta de papel higiênico, e o ministro teria demonstrado irritação pelo fato. Segundo a revista, o ocorrido em relação ao papel higiênico e a entrevista em torno de questões vitais como a falta de gêneros de primeira necessidade,

Seja reveladora de algo maior, isto é, da desconfiança que o poder público costuma alimentar com relação à imprensa.

Trata-se, no fundo, de uma incompreensão, em graus variáveis, da tarefa que cabe a jornais e revistas e de uma estranha preferência pelo silêncio total. Diga-se que *Veja* concorda plenamente com uma afirmação do ministro da Fazenda, temeroso de uma onda pânica desencadeada pelos consumidores: “Se o zelador do prédio avisa que talvez vá faltar água, todo mundo enche a banheira e a água falta mesmo”. No entanto, órgãos de imprensa honestos, em situações como a focalizada pela

---

<sup>182</sup> ABREU, Alzira Alves de. VEJA. In: **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930**. Coordenação: Alzira Alves de Abreu. Ed.rev.atual. RJ, EFGV, CPDOC, 2001. P.6002.

reportagem que começa na página 80, contam os problemas para explicá-los e orientar os leitores em proveito de uma exata e possivelmente tranquilizadora medição das suas proporções. E, em certas ocasiões, podem ir mais longe, até o benéfico ponto de colaborar com as autoridades, oferecendo-lhes, além de informações sobre o estado de espírito da opinião pública, idéias, sugestões, propostas<sup>183</sup>.

O mesmo tom de crítica se repetiu na edição 293 quando, ao falar dos dez anos da “Revolução brasileira”, *Veja* discutiu a possibilidade do fim do prazo de suspensão dos direitos políticos daqueles “*inimigos conhecidos na época, protagonistas da velha ordem que o movimento viera a derrubar*”<sup>184</sup>. Segundo a revista, as “vagas suposições” de que isso pudesse vir a acontecer, teriam sido soterradas por uma nota à imprensa distribuída pelo gabinete do ministro da Justiça, Armando Falcão, que garantiu que elas se mantivessem “*soterradas numa vala anônima da história*”<sup>185</sup>. A crítica da revista veio logo em seguida, quando *Veja* afirmou:

Mais que a sua índole benfazeja, talvez o que transpareça mais claramente dessa lição política seja a própria fraqueza dos nomes que pretendiam estar fazendo a história, em 1964, e cuja eventual oposição em 1974 decerto não ofereceria abastecimento suficiente para longos processos de criação política. Pois, se há dez anos sua presença na administração do país bastava para justificar um movimento militar, hoje sequer merecem citação nominal na nota com que o ministro os condenou, indistintamente, aos limites exclusivos da iniciativa privada e da vida familiar<sup>186</sup>.

Segundo a revista, entre os nomes “*havia vários ministros de Estado, parlamentares outrora todo-poderosos e, sobretudo, dois ex-presidentes*”<sup>187</sup>. Entre eles, *Veja* destacou o nome dos ex-presidentes Jânio Quadros e João Goulart. Segundo a revista,

Os demais, personagens maiores e menores, espalham-se por lucrativos empreendimentos no Brasil, cátedras no exterior ou exílios forçados e voluntários. Todos parecem igualmente distantes de oferecer à Revolução, mesmo pela contestação, o material indispensável para alimentar um corpo permanente e útil de idéias políticas<sup>188</sup>.

Com a continuação das críticas de *Veja*, voltou em maio de 1974 a censura prévia na revista, permanecendo até 1976. Junto com a censura prévia, diminuem os editoriais de crítica ao governo ditatorial e continuam os de exaltação dos números de exemplares vendidos, das páginas em publicidade e do sucesso do “jornalismo interpretativo” de *Veja*. Segundo Mino Carta, ao lembrar os vários “números 0” realizados antes do lançamento da revista e chegando

<sup>183</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.292 – 10/04/1974.

<sup>184</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.293 – 17/04/1974.

<sup>185</sup> Idem.

<sup>186</sup> Idem.

<sup>187</sup> Idem.

<sup>188</sup> Idem.

ao recorde de vendas de 160.000 exemplares semanais, “em todo caso, mais que as cifras, é consoladora a certeza de sempre e sempre ter agido com honestidade, segundo um compromisso que *Veja* assumiu consigo mesma no eufórico maio que subitamente hoje recordo”<sup>189</sup>.

No editorial da edição 304, *Veja* vangloriou-se da cobertura do jogo entre Brasil e Argentina, disputado no domingo e publicado como matéria de capa por *Veja* já na segunda. Segundo o editorial,

Foi um belo espetáculo, o de domingo, de intacto fascínio mesmo para calejados fazedores de revistas. A possibilidade de oferecer aos leitores a atualidade mais próxima, a informação mais imediata, ilumina de uma claridade perenemente radiosa as redações, onde a crença resiste, e as imensas salas das gráficas, tocas de monstros faiscantes capazes de realizar o milagre da multiplicação da notícia. É invariavelmente um momento arrebatado, que faz sentir a cada homem envolvido na larga operação insuperável de uma santa plenitude. (...) Trata-se de alguns exemplos apenas de uma nunca traída disposição de *Veja* de manter seu leitor realmente atualizado, e jamais desligada de outro propósito, acalentado com empenho igual, de sempre procurar as razões dos acontecimentos, pois a missão somente se completa quando o jornalismo é, ao mesmo tempo, informativo e formativo<sup>190</sup>.

No aniversário de seis anos de *Veja*, a comemoração veio acompanhada do orgulho da revista em alguns de seus exemplares publicados nos últimos dois anos, expostos no Museu de História e Tecnologia da Smitsonian Institution em Washington, juntamente com as principais revistas mundiais. O tema da comemoração do aniversário são os vinhos borbulhantes, onde Mino Carta afirmou,

Sendo assim, permito-me lembrar aos leitores, sem espocar de rolhas ou pique-piques, que exatamente há seis anos, numa segunda-feira dia 9 de setembro e com data de capa de 11 do mesmo mês, *Veja* nascia com o propósito de se tornar a primeira revista brasileira de informação, aberta para todos os assuntos e disposta a circular em todo o país, com uma pontualidade e um alcance jamais atingidos por nenhum outro órgão de imprensa. Reconforta-nos hoje a certeza de ter cumprido honestamente a tarefa, apesar de muitos erros iniciais e de dificuldades que há seis anos não podíamos prever. *Veja* tem agora uma venda média de 160.000 exemplares, praticamente igual à do maior ilustrado semanal, e um volume de publicidade sem par entre as revistas nacionais – e são estas as provas mais concludentes da confiança que obteve do público e dos anunciantes<sup>191</sup>.

O ano de 1975 era previsto por *Veja* como um ano determinante para as “finanças da aldeia global”, com perspectivas de investimentos estrangeiros. O tema foi discutido já na edição 358, de dezembro de 1974, quando na matéria de capa, repórteres de *Veja* entrevistaram especialistas de política e economia mundiais, que falaram a respeito do Brasil.

---

<sup>189</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.297 – 15/05/1974.

<sup>190</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.304 – 03/07/1974.

<sup>191</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.314 – 11/09/1974.

Na primeira edição de 1975 *Veja* rememorou a primeira edição do ano de 1974, cuja matéria de capa trabalhava com a crise do petróleo e os efeitos para a economia brasileira, como já demonstramos anteriormente. Isto porque o mesmo assunto seria tratado na primeira edição de 1975, “*com a cooperação de novos depoimentos, esboçar os lances previsíveis no tabuleiro da economia brasileira*”<sup>192</sup>. Segundo o editorial, este seria um trabalho útil e compensador e para isto, *Veja* não se utilizaria de “exercícios de futurologia”.

De mais a mais, porque não é tempo de exercícios desse gênero: 1975 é um ano-chave para o definitivo e tão esperado encaminhamento de uma fórmula política destinada a restabelecer gradualmente no Brasil plenas liberdades democráticas, segundo os propósitos do governo do general Ernesto Geisel. Para uma operação tão complexa e vital, recomenda-se imaginação, certamente; a fantasia dos videntes, jamais. E pede-se tranquilidade nas águas da economia – e a confiança dos que nelas navegam, em grandes ou pequenos barcos<sup>193</sup>.

Mas, ao contrário de 1974, onde *Veja* dedicou partes de vários editoriais ao assunto econômico, em 1975 a revista foi diminuindo a frequência dessas matérias, tratando de temas mais diversos que fizeram parte de suas capas. É possível perceber também através dos editoriais, o período de “desanimo” do editor Mino Carta, que culmina com sua saída de férias em dezembro. Chega a ser interessante o confronto dos editoriais durante este ano. Até agosto, permaneceu o mesmo tom nos editoriais, com frases que demonstram o dito “caráter” da revista. Após esse período, começaram as “reflexões” de Mino Carta em torno da “fraqueza” do jornalismo brasileiro e do seu próprio papel dentro de *Veja*. Isto ocorre em concomitância com uma série de acontecimentos em torno da censura na revista, que demonstraremos durante nossas análises.

No editorial da edição 338, o editorial procurou afirmar que “*a imprensa brasileira sabe como mostrar a que veio*”<sup>194</sup>. O editorial é composto de exemplos que mostram a imprensa como auxiliar no desfecho de acontecimentos e até mesmo de casos políticos que ganham uma rápida solução graças ao trabalho da imprensa. Segundo *Veja*, isto aconteceria porque “*vai pela alma do jornalista um amor pela investigação capaz de encaminhá-lo por sendas sherlockianas*”<sup>195</sup>. Além de citar casos da imprensa no geral, o editorial citou exemplos em que *Veja* teria exercido esta função “auxiliar”, chegando até mesmo a “*servir para trazer à tona as verdadeiras razões de um escabroso assassinio*”<sup>196</sup>. E a conclusão em torno do assunto não vem em menor tom: “*Trata-se de episódios exemplares, que Veja faz*

---

<sup>192</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.330 – 01/01/1975.

<sup>193</sup> Idem.

<sup>194</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.338 – 26/02/1975.

<sup>195</sup> Idem.

<sup>196</sup> Idem.

*questão de registrar para a meditação de quantos revelam a compulsiva inclinação a não reconhecer os méritos da imprensa e a importância de seu papel”*<sup>197</sup>.

Em abril, sem muitas explicações, a censura prévia terminou em *Veja*, mas continuam as proibições por telex e telefone. Neste mesmo mês, *Veja* publicou um editorial em que inicia afirmando que “às vezes, quem sabe sempre, seria o caso de dar ouvidos à imprensa”. O editorial relatou uma série de casos em que a imprensa teria previsto alguns acontecimentos, mas que não teriam sido acatados por entidades dirigentes. E terminou com uma afirmação direcionada à censura e ao governo:

Como o próprio matutino carioca acentua, os dados atuais confirmam muitas das tendências detectadas há três anos e meio. E apresentam uma revelação: 48,8% dos ex-arenistas, hoje renovadores, são favoráveis à censura à imprensa. No entanto, a censura sempre serviu apenas à conservação do otimismo da propaganda oficial. Que, como ficou provado, foi fatal à ex-Arena, hoje Aliança Renovadora: se tivesse dado ouvidos à imprensa, em 1971, o partido talvez tivesse conseguido vencer a distância que se aprofundava entre ele e os verdadeiros sentimentos nacionais, mantendo-se inclusive alerta para mostrar reflexos rápidos diante de turbulências repentinas na meteorologia internacional, de inevitáveis repercussões por aqui. Sem se esquecer de que o voto é a única maneira de aproximar partidos majoritários dos governos<sup>198</sup>.

Em maio, uma charge de um prisioneiro a ferros e um carcereiro dizendo “Nada consta”, feita por Millôr Fernandes, trouxe a censura prévia de volta à *Veja*. No dia 13 de maio, Armando Falcão determinou que *Veja* seja censurada em Brasília, com o material mandado para lá até terça-feira à noite. A direção entrou em contato com o general Golbery do Couto e Silva, ministro-chefe da Casa Militar, e lhe mostrou que isto significaria tirar *Veja* de circulação. A exigência foi suspensa dois dias depois e voltou o esquema da censura prévia<sup>199</sup>.

O general Golbery do Couto e Silva foi peça importante em relação à revista *Veja*. Jorge Freitas em sua dissertação sobre as entrevistas nas páginas amarelas de *Veja*<sup>200</sup>, afirmou que Golbery do Couto e Silva constituía-se em fonte de informação do governo para a revista *Veja*, além de ser contato que proporcionava vantagens para o Grupo Abril. Neste sentido, apontamos para a presença de Élio Gaspari que teria ligações estreitas com Golbery.

Ao pesquisarmos sobre a “biografia” de Élio Gaspari, percebemos que ele esteve presente em *Veja* desde os primeiros anos de sua publicação. Isabela Bessa ao apresentar o

---

<sup>197</sup> Idem.

<sup>198</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.346 – 23/04/1975.

<sup>199</sup> ALMEIDA, Maria Fernanda Lopes. *Veja sob censura: 1968-1976*. Op. Cit.

<sup>200</sup> FREITAS, Jorge Roberto Martins. *A entrevista nas páginas amarelas da revista Veja*. Op. Cit.

jornalista, na “Gazeta Online”<sup>201</sup>, afirma que Élio Gaspari começou sua carreira em 1963, num semanário chamado “Novos Rumos”. Depois, trabalhou como auxiliar do colunista social Ibrahim Sued, que alternava suas notas com fatos sociais e políticos. Entre 1969 e 1973, trabalhou na revista *Veja*, como repórter e editor político. Passou ainda pelo “Jornal do Brasil” antes de seguir para uma temporada de seis meses, em 1979, nos Estados Unidos. Ao retornar, atuou como diretor adjunto da revista *Veja* e, em 1988, voltou aos Estados Unidos como correspondente da publicação. Élio Gáspari é autor de uma série de quatro livros sobre a ditadura militar no Brasil: “A Ditadura Envergonhada”; “A Ditadura Escancarada”; “A Ditadura Derrotada”; e “A Ditadura Encurralada”. As obras são uma narrativa historiográfica de “coroação biográfica” de Ernesto Geisel e Golbery do Couto e Silva. Segundo Gaspari, Geisel e Golbery, “fizeram a ditadura e acabaram com ela”<sup>202</sup>. Gaspari naturaliza as ligações ideológicas e organizacionais de Geisel e Golbery com as classes empresariais transnacionais. Segundo João Amado, “*Gaspari conta a versão da história que interessa ao ‘andar de cima’, ou seja, às grandes empresas multinacionais e nacionais, à ‘máquina de informação americana’ e aos poderosos em geral*”<sup>203</sup>. Neste sentido também, Mário Maestri e Mário Augusto Jakobskind afirmam:

Gaspari praticamente absolve o empresariado nacional da responsabilidade política da consolidação da ditadura transformada em um sucesso essencialmente militar. Perfilhando a velha apologia golpista, a ditadura de 64 é apresentada como resposta preventiva ao golpe esquerdista em preparação<sup>204</sup>.

Como demonstrou Carla Silva, quando José Roberto Guzzo se tornou editor da revista (como demonstraremos posteriormente), trouxe para a direção adjunta Elio Gaspari. De 1979 e 1983, Gaspari foi diretor adjunto “*determinando mudanças decisivas nos rumos editoriais de Veja*”<sup>205</sup>. Baseando-se em Mário Sérgio Conti<sup>206</sup>, Carla Silva afirmou:

<sup>201</sup> BESSA, Isabela. Colunista Élio Gáspari estréia amanhã. In: **Gazeta Online**. 17/04/2010. Disponível em: [http://gazetaonline.globo.com/\\_conteudo/2010/04/626707-colunista+elio+gaspari+estrela+amanha.html](http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2010/04/626707-colunista+elio+gaspari+estrela+amanha.html). Consulta realizada em 19/5/2010.

<sup>202</sup> GASPARI, Élio. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 417 pp. P.20.

<sup>203</sup> João Amado demonstra como a grande imprensa, como um partido único, fez resenhas laudatórias, num formidável trabalho de preparação do leitor para considerar as obras de Gaspari, as obras máximas da historiografia sobre a ditadura. O artigo demonstra também como essa versão recebeu acolhida em importante parte da historiografia brasileira. AMADO, João. A Ditadura de Gaspari. IN: **O Lobo**. O pasquim de Fausto Wolff e amigos na web. Disponível em: <http://www.olobo.net/index.php?pg=colunistas&id=51>. Consulta realizada em 19/5/2010.

<sup>204</sup> MAESTRI, Mário; JAKOBSKIND, Mário. A historiografia envergonhada. In: **CMI BRASIL**. Centro de mídia independente. 4/5/2003. Disponível em: <http://brasil.indymedia.org/pt/blue/2003/05/253866.shtml>. consulta realizada em 19/5/2010.

<sup>205</sup> SOUZA, Ulysses Alves de. Op. Cit. P.101. Apud: SILVA, Carla. **Veja: O indispensável partido neoliberal 1989-2002**. Op. Cit. P.63.

<sup>206</sup> CONTI, Mario Sergio. **Notícias do Planalto: a imprensa e Fernando Collor**. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.

Segundo Conti, ele [Gaspari] trocou nesse período mais de 90% da redação de *Veja*, de forma a que ela se adaptasse ao seu modelo de revista. Conti diz que Gaspari era visto com restrições por parte da redação, porque “*era visto por alguns como aliado da ditadura, um agente do general Golbery do Couto e Silva na imprensa*”. Em 30/1/1991 Gaspari assumiu uma coluna quinzenal na revista, também escrevendo algumas reportagens especiais. Foi, pelo menos até 1994, um editor chave para a revista, cumprindo o papel de resolver tarefas difíceis como, por exemplo, entrevistar Delfim Netto ou acompanhar a caravana eleitoral de Lula<sup>207</sup>.

A “admiração” de *Veja* pelo general Golbery do Couto e Silva ficou clara na revista, como exemplo o editorial de 18 de junho de 1975, quando a revista fez dele personagem central da reportagem de capa. Frases como “*a serenidade está presente em todas as atitudes do general*”; “*são qualidades que, aliadas ao bom uso da razão*”; “*vivaz senhor de sorriso arguto e olhos brilhantes diante de raciocínios límpidos e conseqüentes*”; “*o general Golbery dificilmente pode ser surpreendido por novidades talvez porque nunca deixe de procurá-las*”<sup>208</sup>; etc. fazem parte dos vastos adjetivos que são utilizados para elogiar o general. E a relação entre Golbery e a imprensa, também são apresentados no editorial. Falando do fato de que o general jamais teria se recusado a receber jornalistas “*merecedores da sua confiança, conquistada por razões morais acima de tudo, para informá-los e ser informado, mesmo sobre fatos e tendências contrário ao governo*”<sup>209</sup>, *Veja* afirmou:

Este hábito foi renovado pelo general Golbery no governo Geisel, o que faz dele uma fonte preciosa para o claro e livre entendimento do governo – e dos jornalistas, intérpretes dos humores da opinião pública junto ao Gabinete Civil da Presidência. Num momento em que a imprensa, ou pelo menos parte dela, continua sob suspeita, este salutar intercâmbio soa como animador sinal de respeito recíproco<sup>210</sup>.

Parecem evidentes as ligações de Golbery com a imprensa brasileira e seu especial contato com *Veja*, como já discutimos anteriormente. A posição de sintonia com a ditadura e seus eixos programáticos, podem ser percebidas nesse momento, como demonstra Carla Silva: abertura ao capital externo e os preceitos do mercado como sendo a própria natureza da história<sup>211</sup>. Com as influências de Gaspari na redação de *Veja* e sua relação com membros do governo que lhe permitiam acesso a fontes privilegiadas, a revista reproduziu muitas vezes o posicionamento do governo. É importante destacar também que a revista se consolidou neste período (1973-1974), exatamente no momento que embarca na candidatura de Geisel.

Na edição de 14 de maio, nada de temas políticos ou econômicos no editorial. A Carta ao Leitor destinou-se exclusivamente para relatar os dados do Instituto Verificador de

<sup>207</sup> SILVA, Carla. *Veja: O indispensável partido neoliberal 1989-2002*. Op. Cit. P.63.

<sup>208</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.354 – 18/06/1975.

<sup>209</sup> Idem.

<sup>210</sup> Idem.

<sup>211</sup> SILVA, Carla. *Veja: O indispensável partido neoliberal 1989-2002*. Op. Cit. P.69.

Circulação (IVC), que constatou que *Veja* teria alcançado a maior circulação paga do país entre as revistas semanais de interesse geral. A venda média no período foi de 153.830 exemplares por edição, com uma vantagem de 1519 exemplares sobre *Manchete*. Segundo *Veja*,

Em todo caso, já próxima do seu sétimo aniversário, e no vigésimo quinto da Editora que confiou nela e no público, *Veja* apenas encontra nos dados divulgados pelo IVC a enésima prova do acerto do gesto inicial, que lhe deu vida. E se alegra ao verificar, ainda uma vez, que o apetite de conhecimento e entendimento do leitor brasileiro se dirige para cardápios bem mais substanciosos do que muitos imaginam<sup>212</sup>.

O editorial de 20/08/1975 deixou os leitores de *Veja* um tanto confusos. Já no início, Mino Carta explicou aos seus leitores para que serve a “carta aos leitores”:

Revistas de vários calibres e importância costumam ter a sua carta aos leitores. É provável que os inventores da prática tenham sido americanos, celebrados inovadores no campo da imprensa. De minha parte, se não posso indicar a paternidade da primeira carta aos leitores, mesmo porque, confesso, os meus conhecimentos de história do jornalismo são medíocres, ao menos permito-me manter semanalmente esta seção (...)<sup>213</sup>.

E Mino Carta seguiu discorrendo sobre a função da Carta ao Leitor: “*uma matéria jornalística deveria ter informações, penso eu, notícias*”<sup>214</sup>. Segundo o autor, a carta do *Time* forneceria dados, episódios curiosos, notáveis feitos, frases, tudo isso tirado das experiências dos repórteres envolvidos na reportagem de capa de cada edição. E Mino reclamou da falta desses profissionais em *Veja* que, segundo ele, seriam todos arredios e cheios de pudores. Segundo Mino Carta,

Faço questão de dizer que largos esforços empreendi, nos quase sete anos de existência de *Veja* – completa-os dia 8 de setembro próximo –, no sentido de convencer os repórteres desta revista a me abastecerem com relatos das suas façanhas, quando não a posar para o público em poses adequadas, talvez – ou seria sonhar de mais? – em trajes convenientes ao assunto e ao tom das suas reportagens. (...) Mas os profissionais patricios são arredios, cheios de pudores, tímidos e envergonhados como crianças. Na maioria dos casos, eles se recusam a ser citados – e, mais ainda, a se deixar fotografar. Assim, na falta de mirabolâncias jornalísticas, tantas vezes tenho sido obrigado a expor aos leitores opiniões minhas, rigorosamente minhas, sobre os fatos da vida. Conto com a compreensão dos destinatários. Cordialmente, M.C.<sup>215</sup>

E a resposta aos apelos de Mino já chegam na próxima edição, quando o editorial falou da repercussão do editorial anterior dentro da redação, levando os repórteres a se desinibirem perante as câmeras. Na edição 372, uma foto de Fernando Sandoval, repórter de

---

<sup>212</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.349 – 14/05/1975.

<sup>213</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.363 – 20/08/1975.

<sup>214</sup> *Idem*.

<sup>215</sup> *Idem*.

*Veja*, foi publicada no editorial com a legenda “*Esta foto daria inveja no ‘publisher’ do ‘Time’*”<sup>216</sup>. Tudo porque o jornalista teria tirado uma foto de dentro da piscina olímpica dos Jogos Pan-Americanos que estariam em andamento no México.

Também na edição 377 a história se repete. Nesta, entretanto, Mino vem firmar a primeira carta de reclame, afirmando a pobreza dos jornalistas:

Pois é, fiz uma pesquisa na redação para colher histórias de repórteres envolvidos em aventuras teoricamente dignas de serem contadas aqui. Jamais a pescaria foi tão pobre: de fato, a semana não registrou, ao longo das rotas do chamado reportariado, um único episódio emocionante, lance pitoresco, momento capaz de suscitar meditações, sobressalto extra. Nada<sup>217</sup>.

Estes editoriais parecem refletir um pouco as divergências ocorridas dentro da redação de *Veja*. Como editor da revista desde 1969, Mino Carta tinham alguma liberdade editorial, devido à necessidade da revista em se firmar jornalisticamente, como demonstrou Carla Silva<sup>218</sup>. Segundo Almeida, Mino Carta tinha independência para fazer a revista, mas não autonomia editorial<sup>219</sup>. Como já demonstramos anteriormente, Victor Civita vinha enfrentando problemas com a censura e com as verbas governamentais devido ao posicionamento de Mino Carta. As discussões entre Civita e Carta são objeto de várias análises sobre a revista<sup>220</sup>, além da obra do próprio Mino Carta<sup>221</sup>, apresentando muitas contradições que não nos cabe esgotar aqui. Interessa-nos destacar à relação entre a saída de Carta e a relação com a ditadura, que, como apontamos anteriormente, possui uma ligação intrínseca. Mino Carta tinha liberdade editorial determinada por contrato. Seu posicionamento político de denúncia a censura, a tortura e às medidas ditatoriais desagradavam o regime. Como demonstra Nilton Hernandes<sup>222</sup>, quatro ministros do presidente Geisel exigiram a saída de Mino Carta da direção da revista. Segundo Hernandes, nessa época Victor Civita queria construir hotéis e os pedidos de empréstimos encalhavam na mesa dos ministros. Em dezembro de 1975, Mino Carta foi demitido. Em 1976, Civita obteve o empréstimo.

---

<sup>216</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.372 – 22/10/1975.

<sup>217</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.377 – 26/11/1975.

<sup>218</sup> SILVA, Carla. *Veja: O indispensável partido neoliberal 1989-2002*. Op. Cit. P.69.

<sup>219</sup> ALMEIDA, Maria Fernanda Lopes. *Veja sob censura: 1968-1976*. Op. Cit. P.26.

<sup>220</sup> Como as já citadas anteriormente, em especial à obra de Maria Almeida (Op. Cit.) em que a autora confronta o discurso de Mino Carta com o do Roberto Civita, quando ambos falam sobre os motivos da demissão de Mino Carta.

<sup>221</sup> Mino Carta. *Castelo de Âmbar*. 2 ed. Rio de Janeiro : Record, 2000.

<sup>222</sup> HERNANDES, Nilton. *A revista Veja e o discurso do emprego na globalização: uma análise semiótica*. Salvador: Edufba; Maceió, Edufal, 2004.

Neste sentido, os editoriais do segundo semestre de 1975 refletem um pouco da tentativa de Mino Carta de contornar as exigências que requeriam a sua retirada da revista. Segundo Juliana Gazzotti,

Mino Carta contou que após várias negociações com Victor Civita e conversações com o ministro Armando Falcão ele decidiu que ‘continuar a fazê-la (Veja) como estava sendo feita, lutando para que sua interferência fosse a mínima possível’. Como isso não era possível, pois o governo queria uma revista menos agressiva, ele decidiu sair da Editora Abril e da direção do semanário. Depois desse ocorrido, o empréstimo acabou saindo para a Abril e a censura também<sup>223</sup>.

Carla Silva apontou para a necessidade de percebermos a relação contraditória de *Veja* com a ditadura. A revista foi censurada, como demonstramos no decorrer deste trabalho. Mas manifestações que reivindicavam a necessidade da ditadura também estavam presentes como estamos demonstrando. Em relação a Mino Carta, Silva afirma:

Parece claro ter havido uma identificação entre o período dirigido por Mino Carta e a censura à revista, pois em dezembro de 1975 Mino Carta deixou a redação da revista e em abril de 1976 a censura prévia da revista acabou. Esse fato torna instigante a forma que a editoria apresentou o governo Geisel, como o seu grande benfeitor, retirando todos os conflitos daqueles momentos de ditadura. As relações de *Veja* com os governos ditatoriais tiveram, portanto, importante marco na saída de Mino Carta da direção. E, por outro lado, as influências de Gaspari, que tinha relações com membros do governo que lhe permitiram acesso a fontes privilegiadas<sup>224</sup>.

Como demonstra Carlos Fico, a censura sempre esteve ativa no Brasil, e formas diferenciadas dela persistem até hoje, quando está formalmente abolida. Porém, é certo que, a partir de dezembro de 1968, com a edição do AI-5, houve uma intensificação da censura da imprensa. Desde então, a censura da imprensa sistematizou-se, tornou-se rotineira e passou a obedecer a instruções especificamente emanadas dos altos escalões do poder.

Segundo Fico, a censura política da imprensa foi apenas mais um instrumento repressivo. Tal como a instituição do Sistema Codi-Doi, a censura da imprensa foi implantada através de diretrizes sigilosas, escritas ou não. Segundo Fico, “*evidentemente, para um regime que afirmava que ‘a revolução vitoriosa, como Poder Constituinte, se legitima por si mesma’*, a questão da constitucionalidade da censura da imprensa era um simples detalhe”<sup>225</sup>. A censura foi implantada porque era indispensável à “utopia autoritária” dos radicais vitoriosos em 1968.

---

<sup>223</sup> GAZZOTTI, Juliana. **Imprensa e ditadura**. Op. Cit. P.61.

<sup>224</sup> SILVA, Carla. **Veja: O indispensável partido neoliberal 1989-2002**. Op. Cit. Pp. 63-4.

<sup>225</sup> FICO, Carlos. Censuras: permanências e rupturas. In: **Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro, Record, 2004. P.90.

Neste sentido, não podemos negar que houve censura à imprensa durante o período estudado<sup>226</sup>. Entretanto, não podemos esquecer a existência da auto-censura, ou seja, a obediência às proibições nas redações. Exemplo disso é a análise de Beatriz Kushnir, que analisou os procedimentos censórios no Brasil, do AI-5 à Constituição de 1988, abordando a relação entre censores e jornalistas sob a perspectiva do colaboracionismo, ou da não oposição às medidas repressivas<sup>227</sup>.

Quando assume a presidência o general Ernesto Geisel com seu projeto de abertura “lenta, gradual e segura”, a censura começou a ser retirada da imprensa. Alguns jornais mais coniventes com a ditadura, receberam isenção logo em 1975. *Veja*, com a editoria de Mino Carta teve a censura retirada em 1976. Outros, como o jornal “Tribuna da Imprensa” e os semanários “O São Paulo” e “Movimento”, viram extinta a censura somente em 1978.

A posição de *Veja* favorável ao governo Geisel ficou clara no editorial da edição 371. Falando dos pronunciamentos de Ernesto Geisel à nação, logo depois da sua posse em 1974, o editorial elogia a sinceridade do presidente em anunciar a crise da economia. Segundo *Veja*,

Difícil destino o deste governo, chamado a enfrentar imponentes problemas econômicos depois de um longo período tingido de ufanismo e alimentado pela fé desenvolvimentista e que passará à história como o do “milagre brasileiro”. No entanto, jamais se poderá dizer que faltaram avisos da chegada inevitável deste severo hoje. Até se poderia afirmar que ele estava nitidamente fincado, como marco inescapável, nas perspectivas presidenciais – e que Geisel não sonou à nação as suas previsões<sup>228</sup>.

E segue falando da coragem que faria parte da postura de Geisel, quando este determinou naquela semana (outubro de 1975), uma “complexa série de medidas econômicas que correspondem a profundas e graves opções políticas” que seriam analisadas na reportagem de capa daquela edição. Segundo Carta,

Permito-me uma última observação: falar com franqueza à nação, mostrar-lhe sem rodeios, ainda que serenamente, a gravidade da situação, significa reconhecer-lhe a maturidade – de resto, declarada pelo próprio Geisel. De fato, o discurso presidencial não provocou ondas de pânico ou crises coletivas de desalento e medo – nada além de alguma aglomeração em supermercados de bairros finos, nas grandes cidades, em torno das gôndolas das mercadorias supérfluas. Talvez fosse oportuno meditar sobre a conveniência de sempre tratá-la como nação madura, em todas as situações<sup>229</sup>.

---

<sup>226</sup> Existem vários trabalhos que se detêm sobre análise da censura à imprensa escrita nesse período. Como exemplo citamos Paolo Marconi (1980), Gláucio Ary Dillon Soares (1989), Carlos Fico (2004), Maria Aparecida Aquino (1990), etc.

<sup>227</sup> KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988**. Campinas: UNICAMP, 2001.

<sup>228</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.371 – 15/10/1975.

<sup>229</sup> Idem.

Na edição 375, *Veja* falou sobre o uso das metáforas. Com reportagem de capa sobre o idioma português, “uma personagem bastante humilhada”, o editorial defendeu a imprensa brasileira que, segundo *Veja*, deveria contribuir para a cultura de um povo em lugar de secundar as suas limitações. Ao falar do vocabulário utilizado por *Veja*, o editorial afirmou tentar evitar a retórica. E se defende contra a acusação de que *Veja* se utilizaria exageradamente das metáforas:

De qualquer forma, mais do que certas palavras, hão de ser temidos os malabarismos literários. *Veja* tem sido às vezes acusada de usar uma linguagem metafórica. Embora ela aspire a produzir imagens de boa feitura, raramente considera a metáfora a fórmula que mais lhe convém. Mas, havendo ameaça de chuva, recomenda-se sair de casa de guarda-chuva, ainda que se trate de objeto cômodo somente na hora em que o céu desaba. Não é mesmo?

Às vezes é penoso ter de usar de metáforas. E até arriscado: ao usuário podem ser atribuídas intenções que não tem e ele pode acostumar-se com uma linguagem oblíqua a ponto de torná-la hábito arraigado, definitivo. Isto chega quase a ser uma tragédia<sup>230</sup>.

Na edição 381, Mino Carta pareceu admirado com a capacidade de trabalho da redação de *Veja* que, quando da necessidade de mudança de capa em cima da hora, realiza um trabalho excelente. Segundo o editorial,

(...) um confortador sentimento de satisfação pela rapidez de reflexos que *Veja* é capaz. Comovo-me, confesso, ao perceber a enérgica euforia dos homens que a fazem, desde o jornalista até o operário, envolvidos numa operação destinada a melhorar um órgão da imprensa, a por à prova sua vocação e a demonstrar, em última análise, o alcance e a solidez da sua fé. Enfim, por mais rotineiro que seja o episódio, ele não deixa de ser edificante, mesmo para quem viveu inúmeras vezes situações semelhantes.

Pois jornalismo é isto, como que uma febre de informar corretamente, dignamente, rapidamente. Quando penso “informar”, penso formar, elevar o nível de conhecimento do leitor, agir a favor da verdade – o maior bem a ser preservado –, iluminar os fatos com senso crítico e de responsabilidade. Sempre que participo de um momento como este, embora comum na vida de *Veja*, de improviso volto a entender, em toda a sua extensão, o papel do jornalista. E esse entendimento tem o salutar poder de clarear a minha zona miasmática, situada entre o fígado e a alma, de uns tempos para cá bastante entenebrecida<sup>231</sup>.

O editorial seguinte, de 31/12/1975, foi de despedida de Mino Carta de *Veja* para, segundo ele, três meses de férias. Mino começou o editorial contando de sua entrada em *Veja*, seu crescimento junto com o da revista, e o sofrimento que em *Veja* revelou fantasmas que ele ainda não conhecia. E concluiu:

Oito anos depois daquele remoto dezembro, pela primeira vez decido tirar férias: por três meses estarei ausente de *Veja*. Deixo-a sofrida no espírito, porém ainda e sempre esperançosa – e sadia fisicamente, com sua circulação média de 165.000 exemplares (...)

---

<sup>230</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.375 – 12/11/1975.

<sup>231</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.381 – 24/12/1975.

A quem me leu até hoje, peço perdão por certos momentos de desalento que infelizmente me permiti nos últimos anos. Foram os mais árduos e complexos e, diria por causa disso, os melhores anos da minha vida profissional. Portanto, não tenho do que me queixar<sup>232</sup>.

E junto com sua despedida, o ano de 1975 foi fechado com a previsão de um 1976 “como um ano especialmente difícil”<sup>233</sup>. Mas Mino Carta foi otimista:

Conheço a previsão de adversidades econômicas, no entanto fascina-me a idéia de um debate nacional em torno daquilo que se convencionou chamar de modelo político brasileiro, um padrão de vida afinado com as nossas tradições, necessidades e anseios. Se for um debate verdadeiro, tenho certeza de que o Brasil não vai faltar ao encontro com a sua própria consciência<sup>234</sup>.

Neste sentido, *Veja* evidenciava que, a fim de suportar as agruras de um ano difícil, de resto agravadas por se tratar de um ano eleitoral, as autoridades acenavam com as esperanças no comportamento da agricultura e com as promessas do setor de bens de capital de se tornar o carro-chefe da economia nacional.

### ***Veja* estabilizada no mercado: Guzzo e Pompeu – posição de sintonia com a ditadura e seus eixos programáticos**

Com a saída de Mino Carta, ele foi substituído pelos redatores-chefes José Roberto Guzzo e Sérgio Pompeu, passando estes a assinar a Carta ao Leitor, intercalando entre um e outro nos editoriais. Como já demonstramos anteriormente, a partir de Guzzo, com as influências diretas de Elio Gaspari, a posição de sintonia com a ditadura e seus eixos programáticos estavam mais claros. O embarque na candidatura de Geisel já tinha sido realizado e a revista já havia se estabilizado no mercado, não precisando mais camuflar seu posicionamento político visando conquistar um público.

Como demonstrou Daniella Villalta, em 1976 *Veja* estabilizou-se definitivamente e passou a operar um número médio de 170.000 exemplares por semana. Dois anos mais tarde passou por uma reforma gráfica, introduzindo maciça e definitivamente o uso da cor em todas

---

<sup>232</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.382 – 31/12/1975.

<sup>233</sup> Idem.

<sup>234</sup> Idem.

as suas imagens; sua circulação manteve uma média de 250.000 exemplares/semana, das quais 200.000 faziam parte do *mailing* de assinantes<sup>235</sup>.

O primeiro editorial de 1976, assinado por José Roberto Guzzo (J.R.G.), traçou as perspectivas para o ano que se inicia: “o recém inaugurado 1976 é ano de eleições municipais vistas como especialmente importantes, e o balanço de 1975 poderia fornecer pistas sobre o que vem pela frente”<sup>236</sup>. O editorial foi baseado nos relatos da tentativa de *Veja* em trazer entrevistas com os políticos brasileiros, entretanto, estes ainda não haviam voltado das festas de final de ano. Guzzo procurou mostrar que, apesar de as autoridades estarem espalhadas pelo Brasil, os repórteres de *Veja* conseguiram chegar até eles e realizaram o trabalho, sendo o resultado publicado na reportagem de capa. Ou seja, apesar das festas de final de ano, *Veja* não teria deixado de cumprir sua tarefa de levar a informação ao leitor:

E, além de sua natural função de informar, mostram que em períodos como esse, quando os espíritos estão sobretudo sintonizados nas festas e as reações aos fatos são inevitavelmente mais lentas, cabe à imprensa o papel de manter os acontecimentos saudavelmente vivos<sup>237</sup>.

A edição 389, de 18/2/1976, foi marcada por dois editoriais: Uma Carta do Editor, assinada por Victor Civita; e uma Carta ao Leitor, assinada por José Roberto Guzzo e Sérgio Pompeu. Apesar de serem dois editoriais, os dois são dedicados a Mino Carta que pedira demissão definitiva de *Veja*.

A Carta do Editor apesar de breve, aponta a trajetória de Mino na Abril e em *Veja*, desde o projeto até o sucesso dos 700.000 leitores por semana<sup>238</sup>. Segundo Victor Civita,

Agora, Mino decidiu seguir outros caminhos, deixando não só a direção de *Veja* mas também o cargo de diretor da Editora Abril, para o qual, por seus conhecidos méritos, foi guindado em fevereiro de 1974. Conseqüentemente, cabem-me três coisas: registrar o nosso pesar pela perda do amigo e velho colaborador, fazendo votos para que ele acrescente à sua carreira jornalística outros êxitos; passar o comando da revista aos seus dois atuais redatores-chefes, que a acompanham desde sua primeira hora, José Roberto Guzzo e Sérgio Pompeu; e garantir ao leitor que *Veja* continuará fiel ao nosso propósito inicial de mantê-lo bem informado – com rapidez, precisão e imparcialidade<sup>239</sup>.

José Roberto Guzzo e Sérgio Pompeu assinam a Carta ao Leitor que é marcada pela lembrança do “amigo” na redação. Ao contrário da Carta assinada por Civita, a Carta ao Leitor revela os desentendimentos entre Civita e Mino Carta:

---

<sup>235</sup> VILLALTA, Daniella. *Reflexos da modernização econômica brasileira no mercado editorial de revistas*. Op. Cit. P.13.

<sup>236</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.383 – 07/01/1976.

<sup>237</sup> Idem.

<sup>238</sup> Devemos lembrar que o número de leitores não é igual ao número de tiragem que, logicamente, é quantitativamente inferior.

<sup>239</sup> *Veja. Carta do Editor*. Ed.389 – 18/02/1976.

Por divergências surgidas com a direção da empresa durante suas férias, Mino se sentiu na obrigação de apresentar sua demissão no dia 22 de janeiro ultimo, e, durante uma semana – a do número 386 da revista –, seu cargo esteve vago, seu nome não apareceu no expediente e esta carta não foi assinada. Depois, tais divergências foram resolvidas e Mino se reencontrou na situação na qual trabalhou durante os últimos oito anos; pôde, assim, voltar ao cargo, embora continuasse de férias, e seu nome retornou ao expediente de *a\Veja*. Na quarta-feira passada, enfim – e uma vez que, com a superação das divergências, os redatores-chefes se sentiram a vontade com suas consciências para substituí-lo –, Mino decidiu demitir-se do cargo e desligar-se da Editora Abril<sup>240</sup>.

Segundo os editores, Mino Carta teria deixado em sua herança lições fundamentais para a redação de *Veja* como a honestidade, a dignidade e a coragem. E os editores reafirmam a sua posição perante o cargo de assinantes da seção: *“Agora, no momento em que assumimos a direção da redação de Veja, queremos deixar igualmente claro para os leitores que os princípios continuam os mesmos”*<sup>241</sup>. Percebe-se que os editores procuraram reafirmar a continuidade do “sujeito” *Veja* elaborado e pregado desde as primeiras edições da revista. Além disso, procurou conquistar os leitores afirmando que a revista manteria o caráter político “crítico” estabelecido por Mino Carta.

A edição 392 lembrou a primeira campanha de assinaturas realizadas pela revista em 1971, e exibiu o marco atingido em 1976: *“Pela primeira vez se superou a casa das 100 000 assinaturas – mais precisamente, 100.152, segundo a contagem encerrada na tarde da última sexta-feira, o que dá a Veja, com as vendas em banca, uma circulação paga de 180.000 exemplares semanais”*<sup>242</sup>.

O editorial 402 foi marcado pelo assunto da reportagem de capa da revista que merece ser situada para percebermos a posição de *Veja*. O assunto foi a estatização e o editorial começou com a seguinte afirmação:

No início eram apenas algumas advertências mais ou menos esparsas, lançadas aqui e ali: o Estado estaria ganhando um peso cada vez maior na estrutura econômica do país, as empresas estatais estariam mais numerosas e mais influentes que o desejável, o livre jogo das forças econômicas poderia, dentro de algum tempo, se ver atropelado por leis demais (...) <sup>243</sup>.

Segundo o editorial, com o tempo começaram a surgir as primeiras queixas e estas foram ganhando corpo, se transformando num debate e esse debate passou a ser um dos ingredientes básicos no rol das preocupações nacionais. No Congresso Nacional eram inúmeros os debates que colocavam os gabinetes dos ministérios *“submetidos a acurados,*

---

<sup>240</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.389 – 18/02/1976.

<sup>241</sup> Idem.

<sup>242</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.392 – 10/03/1976.

<sup>243</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.402 – 19/05/1976.

*meticulosos interrogatórios*”<sup>244</sup>. Segundo a revista, as especulações em torno da estatização tinha resvalado “*para uma cacofonia estéril e fútil, com copiosa troca de palpites e de declarações rigorosamente desprovidos de qualquer serenidade*”<sup>245</sup>. Neste sentido, a reportagem de *Veja* estaria tratando dessas preocupações, cumprindo com sua “função” de esclarecer os leitores. Segundo José Roberto Guzzo,

*Veja* relata, com texto final dos editores Almyr Gajardoni e Geraldo Mayrink, os acontecimentos da semana passada no front das relações entre Estado e economia – tentando também, a seu modo, contribuir para que o tema fique circunscrito ao terreno do bom senso. A discussão, de qualquer maneira, é sempre oportuna. Ela faz lembrar que, sem a livre iniciativa dos indivíduos, não se pode pretender uma sociedade aberta e democrática. E que, num sistema onde as razões de Estado se sobreponham a tudo e a todos, nenhuma economia liberal pode florescer<sup>246</sup>.

Devemos situar o ano do editorial (1976) nos acontecimentos deste período. Com a crise do “milagre”, o Estado atuou no sentido de compensar a queda dos investimentos privados através da sustentação dos gastos públicos. Segundo Virginia Fontes e Sonia Mendonça, a política econômica do Estado tentaria comprimir o déficit do Balanço de Pagamentos mediante a diminuição das importações dos caríssimos bens de capital. Implementou-se sua produção interna, a partir de novo pacote de investimentos estatais neste setor. E entre 1975 e 1976, o governo empreenderia um esforço de reordenação das prioridades do desenvolvimento brasileiro, através do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). Segundo Fontes e Mendonça,

O II PND, iniciado com a gestão Geisel, estabeleceu como meta para a economia a substituição do que fora, até então, o “carro-chefe” da acumulação brasileira. O setor de bens de consumo duráveis deveria ser “desbancado” pelo de bens de produção, enquanto prioridade da política econômica do governo. Os agentes de tal transformação seriam, evidentemente, as empresas produtivas estatais<sup>247</sup>.

Segundo Carlos Lessa, o acompanhamento do II PND permite ordenar a história do descolamento do Estado de suas bases de sustentação na economia e na sociedade identificando algumas das específicas articulações político-econômicas que têm presidido o desenvolvimento recente da economia brasileira. Segundo o autor, a Estratégia proposta é integrada por duas diretivas mutuamente articuladas:

A primeira indica a montagem de um novo Padrão de Industrialização, no qual o comando da dinâmica da economia localizar-se-ia na indústria de base. A transferência do núcleo dinâmico de certos setores de bens de consumo para a indústria de base e as conseqüentes redefinições da infra-estrutura de suporte e do

---

<sup>244</sup> Idem.

<sup>245</sup> Idem.

<sup>246</sup> Idem.

<sup>247</sup> MENDONÇA, Sonia Regina; FONTES, Virginia Maria. **História do Brasil recente. 1964-1992**. São Paulo: Editora Ática, 2004. P.57.

processo de integração nacional compõem a primeira diretiva central da Estratégia. A segunda privilegia a correção dos desbalanceamentos da Organização Industrial mediante o fortalecimento progressivo do capital privado nacional, de molde a inicialmente “reequilibrar” o tripé para posteriormente constituir sua hegemonia. Esta diretiva de fortalecimento do capital nacional é qualificada e não pretende se esgotar no mero robustecer da “perna fraca”. Aponta para um “capitalismo social” ou “neocapitalismo” cuja consecução impõe a indução progressiva de certas práticas e pautas de comportamento empresarial que “socializariam” os benefícios da industrialização<sup>248</sup>.

Os setores de bens de produção passariam a ser os setores líderes da expansão industrial da economia brasileira, presidindo e dando o sentido de seu movimento dinâmico. Segundo Lessa, o II PND declara que a viabilidade do modelo depende do “equilíbrio” entre a empresa nacional e a empresa estrangeira. Isto desvelaria as razões estratégicas da imprescindibilidade do fortalecimento do capital privado nacional para consolidar o neocapitalismo em construção no Brasil. O “equilíbrio” seria obtido da convergência de três orientações: Contenção da “estatização” pela delimitação de seu campo de atuação<sup>249</sup>; Fortalecimento da empresa privada nacional<sup>250</sup>; e Enquadramento da Empresa Estrangeira<sup>251</sup>.

---

<sup>248</sup> LESSA, Carlos. **A estratégia do desenvolvimento. 1974/1976**; Sonho e fracasso. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1998. (30 Anos de Economia – UNICAMP, 5). P.19.

<sup>249</sup> Segundo Carlos Lessa, o II PND indica como campo do Estado:

- a) Responsabilidade pela Estratégia;
- b) Pelas funções públicas propriamente ditas (segurança, justiça);
- c) Pelos setores de infra-estrutura econômica (Energia, Transportes e Comunicações);
- d) Pelas áreas de Desenvolvimento Social (Educação, Saúde, Previdência Social). Porém, mesmo nestas áreas, o setor privado teria seu papel: as indústrias produtoras de equipamentos e materiais para c são da área privada; o setor privado poderá complementar o setor público em c mediante concessões; as áreas de desenvolvimento social são objeto de ação conjunta com a iniciativa privada: a habitação é parcialmente campo da ação executiva do setor privado.

Idem. P.30.

<sup>250</sup> A diretiva do II PND, segundo Lessa, assegura à empresa nacional (privada) importante papel na estrutura industrial moderna e poderosa que se deseja consolidar no país. A diretiva privilegia a “utilização, para a aceleração do desenvolvimento de certos setores, de estruturas empresariais poderosas, como a criação de grandes empresas, através da política de fusões e incorporações – na indústria, na infra-estrutura, na comercialização urbana, no sistema financeiro (inclusive na área imobiliária) – ou a formação de conglomerados financeiros ou industriais-financeiros. Há necessidade de compatibilizar tal orientação com a política de distribuição de renda” (II PND, p.47). Reis Velloso (1978) esclarece: “Trata-se de dotar o empresário brasileiro das condições essenciais a uma ativa participação no programa de industrialização do país. Uma classe empresarial nacional vigorosa, dinâmica e tecnicamente atualizada não só garante a continuidade do desenvolvimento como constitui componente indispensável de um processo politicamente viável em que se aceite a colaboração da empresa estrangeira” (p.86).

Apud: LESSA, Carlos. **A estratégia do desenvolvimento. 1974/1976**. Op. Cit. Pp.30-31.

<sup>251</sup> “A empresa estrangeira já mostrou, no Brasil, que pode trazer contribuição relevante ao crescimento. A presença mais operante, aqui e na economia mundial, das empresas multinacionais torna ainda mais importante a necessidade de definir nitidamente como se deve situar a empresa estrangeira na estratégia nacional de desenvolvimento, e de dispor de instrumentos para implementar a orientação definida. O Brasil adota no assunto, posição madura, pragmática e realista”: isto supõe a “explicitação de forma dinâmica e continuamente atualizada, das prioridades para a atuação da empresa estrangeira no país, em termos de funções a desempenhar e de setores para onde destinar-se preferencialmente” (II PND, p.53).

Apud: LESSA, Carlos. **A estratégia do desenvolvimento. 1974/1976**. Op. Cit. P.31.

O II PND supôs a empresa estatal como o agente líder da mudança do Padrão de Industrialização e de “104eequilíbrio” da Organização Industrial.

Como demonstrou Bernardo Kucinski, os grandes empresários, especialmente as corporações multinacionais, logo perceberam que as condições econômicas (altas taxas de lucro e crescimento acelerado) que deram sustentação à sua aliança com os militares havia se alterado profundamente. A margem de lucro de todo o sistema teria de cair drasticamente e a tendência era a de as estatais ditarem as novas regras do jogo, mesmo porque cada uma delas detinha o monopólio de algum insumo básico. Segundo Kucinski, os grandes grupos privados reagiram à altura desse diagnóstico, desencadeando uma formidável campanha ideológica contra o que chamaram de estatização da economia. Essa campanha ideológica levaria à desintegração do pacto entre a burguesia industrial e financeira e os militares. Os temas centrais da campanha eram o predomínio do Estado sobre o capital privado no processo de produção, e a influência dos militares na definição das políticas econômicas. Segundo Kucinski, *“a campanha contra a estatização da economia colocava os militares na defensiva e devolvia à burguesia a iniciativa do debate em relação a outros setores da sociedade, restringindo a discussão da crise aos aspectos de maior interesse do grande capital”*<sup>252</sup>.

Segundo Bernardo Kucinski, a campanha contra a estatização da economia não agredia Geisel nem os castelistas que tinham muita afinidade com o capital estrangeiro. Mas foi acirrada com o II PND. Segundo Kucinski,

Os enormes investimentos na indústria de bens de capital e bens intermediários, propostos pelo II PND, teriam de ser feitos predominantemente com dinheiro do Tesouro, e usando como agentes da expansão as gigantescas empresas estatais, como a Petrobrás e a Vale do Rio Doce. Isso significava tirar recursos cobiçados por grupos privados poderosos, e consolidar o domínio das estatais em setores estratégicos da economia. Como a crise era também de balanço de pagamentos, ou seja, falta de dólares para pagar os juros da dívida, os royalties da tecnologia estrangeira, os lucros desse capital e as importações de petróleo e matérias-primas, seria natural que o Estado restringisse as importações e as remessas de lucros e – quem sabe – renegociasse a dívida externa<sup>253</sup>.

Como demonstrou Carlos Lessa, para a maioria dos empresários, o Regime, perseguindo interesses abstratos, aparecia-lhes como um Estado escapando das mãos<sup>254</sup>. Entretanto, deve-se ressaltar o fato de que o setor público assumia, neste período, o ônus maior dos setores que demandam investimentos gigantes com longos prazos de maturação e, em geral, mais baixa rentabilidade direta. Segundo levantamento realizado por Lessa, em

---

<sup>252</sup> KUCINSKI, Bernardo. **O fim da ditadura militar**. São Paulo: Contexto, 2001. p.19.

<sup>253</sup> KUCINSKI, Bernardo. Op. Cit. P.20.

<sup>254</sup> LESSA, Carlos. **A estratégia do desenvolvimento. 1974/1976**. Op. Cit. P.158.

1974, de cerca de 1000 empresas grandes e médias no Brasil, as empresas estatais, em número de 122, representavam apenas 23% do faturamento total, embora sua participação nos investimentos fosse mais do dobro desse percentual. Segundo Lessa,

O setor público ocupa-se de áreas complementares e viabilizadoras da ação do setor privado, ao invés de envolver-se em atividades competitivas às deste último, que pode, então, responsabilizar-se por campos que demandam menor volume de investimentos, têm mais curto prazo de maturação e mais alta rentabilidade direta<sup>255</sup>.

Gostaríamos de enfatizar ainda aquilo que Bernardo Kucinski demonstrou, afirmando que as empresas estatais já negociavam com as multinacionais a partir de uma posição duplamente vantajosa: em primeiro lugar porque operavam, em geral, nos setores de base, fornecendo insumos ou serviços essenciais em regime de monopólio total; em segundo lugar, porque eram empresas dirigidas pela mesma tecnocracia que comandava, nos departamentos normativos do Estado, aqueles que definiam prioridades de investimento, preços, políticas de favorecimento regional ou setorial. Segundo Kucinski,

Como de agora em diante haveria uma intensa queda de braço entre as estatais que forneciam os insumos básicos e os grupos monopolistas privados, que os compravam para transformá-los em bens de consumo, seria preciso forçar as estatais a ceder e operar com lucro próximo de zero, com argumentos ideológicos irresponsáveis. Unidas, agora, num bloco, a grande burguesia nacional e estrangeira não hesitaram em por fim ao pacto político com os militares. A pressa da burguesia, normalmente tão cautelosa nas suas relações com o Estado e com o governo do dia, explicava-se pela dramática situação em que se viu, de repente, em decorrência da redução substancial de todas as previsões de crescimento a longo prazo. A crise econômica brasileira, naquele momento, era muito mais profunda do que uma rotineira recessão econômica, que se esgota em alguns meses<sup>256</sup>.

Como ressaltou Lessa, apesar de as estatais, na maioria dos casos, não poderem transformar seu poder “monopólico virtual” em elevadas margens de lucros, elas exercem seu “poder monopsônico” em relação a fornecedores de máquinas e equipamentos. *“Para o II PND, seria necessária uma inversão dessa assimetria – exercício de seu poder monopólico contra seus compradores e renúncia do poder monopsônico a favor dos bens de capital”*<sup>257</sup>.

Segundo Lessa, o serviço da dívida externa acumulada contribuiu poderosamente para o “desequilíbrio” das metas traçadas pelo II PND. Como demonstrou o autor, começando por medidas quase inócuas e de cunho moralista do tipo elevação das tarifas aduaneiras sobre os “supérfluos”, *“ao longo do triênio 1974/76 se assiste a uma escalada de medidas de contenção de importações que culmina com o estabelecimento dos depósitos prévios por 360 dias às importações em 1976. Em paralelo são ativadas as medidas de “atração” de*

---

<sup>255</sup> Idem. P.158.

<sup>256</sup> KUCINSKI, Bernardo. Op. Cit. P.21.

<sup>257</sup> LESSA, Carlos. **A estratégia do desenvolvimento. 1974/1976.** Op. Cit. P.165.

*empréstimos externos*”<sup>258</sup>. Segundo Lessa, a busca do “reequilíbrio” das contas externas repercutiu sobre as empresas estatais. Adotam-se a partir de 1976 limites cada vez mais estritos às importações do setor público e as estatais são estimuladas a buscar cada vez mais créditos de fornecedores e/ou empréstimos em moeda para cobertura de seus projetos. São comprimidas todas as compras de máquinas e equipamentos pelas estatais e a partir deste nível comprimido são estimuladas as importações financiadas.

Ao longo do 2º semestre de 1976 se avolumaram indícios de sérios problemas para a continuidade dos programas do II PND. Segundo Lessa,

Em setembro, decisão do Conselho Monetário Nacional e declarações dos Ministros Simonsen e Reis Velloso não deixavam margem de dúvida quanto à redução dos programas de setor público e a conseqüente revisão de suas prioridades. Abria-se uma fase de suspense: como seriam distribuídos os cortes? Este foram decididos ao longo de fechadas reuniões palacianas que se arrastaram por um bimestre<sup>259</sup>.

O prolongado período de suspense engendrou as mais distintas declarações empresariais. Segundo Lessa, *“a tônica maior das declarações vai ao próprio modus operandi do Governo e ao grau de incerteza introduzido nas regras do jogo pela confissão de um erro do II PND”*<sup>260</sup>. Em nota dos cortes divulgada em fins de novembro de 1976, havia a declaração de obter em 1977 resultados significativos no balanço de pagamentos e da inflação sem prescindir da obtenção de uma razoável taxa de crescimento. *“Alguns interesses arranhados, os de maior peso defendidos no principal. Por que tanta celeuma?”*<sup>261</sup>. Segundo Carlos Lessa, a preocupação dos empresários evidenciava a desconfiança do empresariado em torno da política econômica ditatorial. Segundo o autor,

Estamos em 1976 e não em 1974; desaquecida a euforia do milagre, a confiança na Estratégia para o pleno desenvolvimento desgastada pelo cotidiano de projetos proclamados e sucessivamente procrastinados pelas oscilações táticas da política econômica impotente ante a aceleração inflacionária, e desequilíbrios das contas externas, pela descoberta de menor raio de manobra para negociações externas, pela frustração de empresas que ampliaram a capacidade na suposição da preservação do milagre reforçada pelo II PND, pela crescente percepção do autoritarismo do Estado descolado da Sociedade e da Economia. Neste contexto o anúncio de uma segunda edição do II PND não tem o mesmo êxito editorial da primeira. Obra de momento, não mais conquista leitores crédulos, pelo contrário, sua sobreimposição reforça a desconfiança<sup>262</sup>.

Como demonstrou Lessa, apesar de as taxas de crescimento da produção manter-se em taxas positivas, o sonho de chegar ao Brasil Potencia nos anos 80 foi cortado. Segundo o

---

<sup>258</sup> Idem. P.167.

<sup>259</sup> Idem. P.169.

<sup>260</sup> Idem. P.171.

<sup>261</sup> Idem. P.172.

<sup>262</sup> Idem. P.173.

autor, isto demonstra duas ambigüidades: A primeira reside na ligação dos cortes com a grita contra a estatização. *“A visão ingênua de estatização que a reduz ao peso do Estado na formação interna de capital fixo estaria sendo pois considerada; por aí certas frações empresariais estariam sendo atendidas em seus reclamos contra a estatização”*<sup>263</sup>. Para as restrições da política creditícia que recaem sobre o setor privado, agregar-se-iam as restrições fiscais que recaem sobre o setor público. Entretanto, fantasmas como desemprego, recessão, desnacionalização absoluta de empresas que prosseguiram ao mesmo deslancharam ampliações de capacidade em 1974/75 animadas pelo horizonte do II PND reapareceram.

A segunda ambigüidade, segundo Lessa, é produto da prática autoritária de se atribuir todos os êxitos, todas as certezas. A performance econômica 1976/78 irá ser vista como um fracasso da prática autoritária. Segundo Carlos Lessa,

Convenhamos que para um descenso cíclico interno num marco internacional de crise até que a economia brasileira nesse período se saiu bem, medida pelos indicadores das frações dominantes da sociedade e na economia. Porém os debates sobre os cortes, os cortes do sonho, dissolveram a confiança na certeza autoritária<sup>264</sup>.

Dissolvida a certeza do crescimento industrial prometido pelo II PND, o debate se ampliou em dimensões insuspeitadas. As associações empresariais intensificaram suas críticas em torno da diretiva estratégica. A alta prioridade conferida à Petrobrás já não era mais uma certeza. Segundo Carlos Lessa,

Convergem, pois, os efeitos do padrão de financiamento das estatais e o primado das prioridades táticas da política econômica para a configuração de um quadro que, no nível de cada produtor nacional de máquinas e equipamentos, é o que se segue. Tendo ampliado substancialmente sua capacidade, ao invés de uma procura firme e em ampliação para suas produções, encontra pós-1975 uma demanda instável e indefinida e uma competição em preços acirrada e ampliada pela presença de filiais estrangeiras instaladas no setor com maior poder de resistência. Endividados com a ampliação de suas plantas, recebendo o impacto das elevações de custos financeiros e não podendo se “especializar”, vêm na queda de sua taxa de rentabilidade e em alguns casos com queda das massas de lucros, um quadro no qual podem ser engolidos<sup>265</sup>.

Segundo David Maciel, desde 1974 o Brasil estaria enfrentando uma mudança de Estado onde ele utiliza o conceito gramsciano de “revolução passiva”. Esse período caracterizaria a substituição da institucionalidade autoritária para uma institucionalidade democrática, com medidas jurídicas e práticas, caracterizando o “cesarismo militar”, ou seja, a capacidade que as forças armadas assumiram de dirigir o bloco no poder, através da supremacia do setor executivo sobre os outros poderes. Porém, como vimos, estas medidas

---

<sup>263</sup> Idem. P.175.

<sup>264</sup> Idem. P.176.

<sup>265</sup> Idem. P.177.

acirraram as contradições entre diversas frações do bloco no poder e o governo, manifestadas através de dissidências civis e militares no campo governista e da campanha oposicionista pela Assembléia Nacional Constituinte. O processo de transição da forma ditatorial à forma democrática do Estado burguês se deu sem que tivesse ocorrido a desmontagem da institucionalidade autoritária.

Esta, ao contrário, foi mantida, e alguns de seus aspectos fundamentais, como o cesarismo militar, foram reforçados. A novidade dessa etapa que configurou o início da transição foi a dinamização dos mecanismos de representação política previstos pela própria institucionalidade autoritária, como eleições parlamentares, os partidos e o Poder Legislativo<sup>266</sup>.

A transição foi determinada, segundo Maciel, pelo caráter de crise que se instalou no bloco no poder. Esta crise, como já demonstramos anteriormente, foi expressa pela ocorrência de fissuras entre as classes e as frações componentes do bloco no poder, a começar pelas frações vinculadas ao capital monopolista, e destas com o governo, definidas pelo acirramento das contradições do padrão de acumulação do capital. Esta crise estabeleceu, segundo Maciel, uma “acomodação conflituosa” entre os interesses das diversas frações do capital no interior do Estado. *“Essa acomodação foi ineficaz para debelar a crise e impediu a superação do padrão de acumulação em crise por um novo padrão, o que dificultou a unidade das frações do bloco no poder, potencializando a perspectiva de uma crise de hegemonia”*<sup>267</sup>. Segundo Maciel,

Tal perspectiva polarizou as iniciativas do Estado e das classes dominantes nessa etapa da transição, pois o estabelecimento de limites e das chamadas “salvaguardas” que evitariam a eclosão de uma crise de hegemonia tronou-se ao mesmo tempo o impulso e o limite da distensão. Daí a articulação entre as fissuras no bloco no poder e o padrão de transição nessa etapa. Estes dois elementos estão imbricados, pois, se por um lado, a ocorrência de contradições internas ao bloco no poder pressionava o governo no sentido da transição, por outro, a perspectiva de que o conflito intramuros se desdobrasse numa crise de hegemonia, com a inevitável mobilização política das classes subalternas, determinava que as classes dominantes se contentassem em limitar a transição à direção do governo militar, reforçando o cesarismo e os aspectos transformistas (GRAMSCI, 1976, P.75-81) dos mecanismos de representação política. Daí a sua reativação política nos marcos da institucionalidade autoritária, e não sob uma nova institucionalidade de tipo democrático-liberal<sup>268</sup>.

Como demonstrou Maciel, a manutenção do cesarismo militar foi decisiva, funcionando como condição da reacomodação entre as classes e frações burguesas na

---

<sup>266</sup> MACIEL, David. **A argamassa da ordem**: da ditadura militar à Nova República (1974-1985). São Paulo: Xamã, 2004. P.85.

<sup>267</sup> Idem. PP.85-6.

<sup>268</sup> Idem.p.86.

transição à democracia, pois ao mesmo tempo que representava uma reserva de poder, sempre ativada quando necessário, conduzia a distensão, ditando-lhe o ritmo e o alcance.

As perspectivas do II PND acirraram as contradições entre as frações do capital monopolista e levou a burguesia de bens de capital a explicitar de modo mais contundente o seu descontentamento na conjuntura pós-Pacote. Isto já havia ficado claro nas posturas externadas pelos empresários no IV Congresso Nacional das Classes Produtores (IV Conclap), realizado entre outubro e novembro de 1977. Segundo Maciel,

A mudança da correlação de forças dentro do governo levou a burguesia nacional de bens de capital a intensificar e ampliar sua crítica ao modelo econômico e ao centralismo decisório do governo, buscando novos interlocutores (partidos, imprensa, opinião pública e entidades da sociedade civil) ao invés e limitar sua interlocução exclusivamente ao governo por meio da esfera de representação burocrática. Essa mudança de estratégia teria como óbvia consequência a defesa do processo de ampliação e democratização da participação política, na medida em que os novos interlocutores teriam de ter alguma força decisória na estrutura política. Em outras palavras, a burguesia nacional de bens de capital necessitava ampliar os canais de representação de seus interesses junto ao Estado, particularmente pela via da representação política<sup>269</sup>.

Dentro desta conjuntura, a escolha do general Figueiredo revelou a crise do modelo político ditatorial, bem como as divergências entre as alas do governo, com a demissão de Sylvio Frota e os embates em torno da linha dura. Neste sentido, Figueiredo reunia os requisitos para suceder Geisel nas condições do cesarismo militar e do processo de distensão. Segundo Maciel, Figueiredo não só compunha o restrito “grupo palaciano”, gozando de intimidade junto a Geisel, como tinha articulações na área dos chamados “órgãos de segurança” e em setores de linha dura que serviram no governo Médici, o que poderia servir para atenuar futuras contradições.

Como podemos perceber, *Veja* reproduziu a preocupação dos empresários em relação às direções tomadas pelo II PND. Na edição 419, a revista voltou ao assunto da estatização, tratando da Companhia Siderúrgica Nacional e dos problemas técnicos e administrativos da empresa que, segundo a revista, seriam “certamente relevantes” e que estariam sendo encobertos pelo governo. Segundo *Veja*,

Vai se criando, hoje em dia, o conceito de que as empresas estatais possuem o dom da infalibilidade, e qualquer crítica a seu respeito é logo identificada como uma conspiração contra o Brasil. Seus administradores estariam vacinados contra o erro. E quem achar que algo não vai bem numa empresa pública é, automaticamente, um inimigo do bem comum ou um agente de interesses estrangeiros. Como patrimônio de todos, as companhias estatais merecem, sem dúvida, apoio e compreensão. Mas essa visão sacralizante de seu papel é prejudicial, em primeiro lugar, a elas próprias.

---

<sup>269</sup> Idem. P.158.

Como se sabe, não há convite melhor para a complacência do que tirar um assunto do debate<sup>270</sup>.

Percebe-se a tentativa de *Veja* de demonstrar a preocupação dos empresários com os rumos das empresas estatais. A revista explicitou especialmente os mecanismos autoritários de manter as discussões em torno do II PND fechadas nas discussões do Congresso. O governo deveria de aceitar as sugestões e críticas dos empresários que, como demonstra a revista, estariam prejudicando as empresas estatais devido a sua “visão sacralizante”.

Em 02 de junho de 1976, um telefonema à *Veja* informa: não é mais preciso mandar o material da revista para a Polícia. Acabara a censura em *Veja*, como já problematizamos anteriormente. No editorial, a satisfação pelo obtido, merece a assinatura de seus dois editores:

Pela primeira vez em mais de dois anos, *Veja* chega às mãos de seus leitores, neste número 405, como sempre deveria ter chegado: sem censura prévia por parte das autoridades. Aplicada desde 15 de maio de 1974, na edição de número 297, a censura foi levantada na noite da última quarta-feira, dia 02 de junho, através de uma comunicação verbal feita à diretoria da redação. *Veja* volta a fazer parte, assim, da comunidade de jornais e revistas sem censura deste país – uma situação que, na verdade, nunca chegou a viver plenamente, ou por largos períodos de tempo. Estes dois últimos anos, de fato, foram apenas a fase mais recente da longa história de restrições à liberdade de expressão que *Veja* vem suportando praticamente desde seu aparecimento, em setembro de 1968<sup>271</sup>.

Segundo o editorial, teriam sido cortadas mais de 10.000 linhas de textos de *Veja* e sessenta reportagens desapareceram cortadas na íntegra, bem como 64 ilustrações<sup>272</sup>. Em seu lugar, *Veja* teria publicado o anúncio com a árvore de onze folhas da Editora Abril, como forma de expressar o que lhe ocorria. E, a partir de agora, as árvores ficariam de fora, e perduraria enquanto a revista estivesse sem censura prévia.

Esta deveria, naturalmente, ser uma situação permanente, e aplicada a todos os órgãos de imprensa ainda sob censura. Afinal, a livre circulação de informações e de idéias é, obrigatoriamente, um dos pressupostos para uma sociedade mais justa – e se é esse o grande projeto nacional, se o superior objetivo do país é **aperfeiçoar progressivamente suas relações sociais**, então a liberdade de expressão não pode ser considerada um bem acessório nem um prêmio que se dá ou que se tira<sup>273</sup>.

*Veja* seguiu afirmando que, apesar da censura, a revista teria sido sempre responsável em cada uma das suas 405 semanas e continuaria sendo assim, tendo como referencia a qualidade profissional e a honestidade ao apresentar os fatos. Segundo os editores,

---

<sup>270</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.419 – 15/09/1976.

<sup>271</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.405 – 09/06/1976.

<sup>272</sup> Estes elementos são levantados também por Maria Fernanda Almeida que trabalhou diretamente nos arquivos do Dedoc. ALMEIDA, Maria Fernanda Lopes. ***Veja sob censura: 1968-1976***. Op. Cit.

<sup>273</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.405. Op. Cit. (grifos meus).

*Veja*, agora como antes, não é um órgão de oposição ou interessado em contestar nem se considera portadora de qualquer missão ideológica, e tampouco é um escritório de relações públicas. Estamos aqui apenas para fazer jornalismo, e só entendemos jornalismo como uma atividade responsável, decente e profissional. Isso é tudo, e não há nada além disso<sup>274</sup>.

Percebemos elementos interessantes que caracterizaram a ditadura militar, que se utilizou da coação até para quem a apoiava. Cabe aqui também problematizar os números apresentados pela revista: 10.000 linhas cortadas pela censura. Se calcularmos a dimensão de 60 matérias censuradas em 400 edições – sendo que a revista afirmava trazer 50 matérias por edição – teremos um percentual de 0,3% de linhas por edição durante o período em que *Veja* foi censurada, o que é praticamente insignificante. Percebemos assim que a censura foi usada muitas vezes como justificativa para a revista se defender dos ataques da não-publicação de alguns temas, sendo utilizada quase como um atestado de independência, porém, a porcentagem de censura na revista demonstra seu caráter extremamente favorável à ditadura militar.

Como não podia faltar também em 1976, a exaltação por atingir o número máximo de vendas de *Veja*. A edição 415 trouxe o editorial todo dedicado às vendas da revista, e marcou uma alteração na mesma, que passou a ter um quadrinho logo abaixo do índice com a tiragem de cada edição. Falando da edição de *Veja*, esgotada, que tratava das “desventuras” do ex-governador do Estado Cortez Pereira, cassado pelo AI-5, o editorial relatou as disputas dos leitores em torno de algum exemplar ainda disponível. Segundo *Veja*,

O episódio se encaixava adequadamente no clima que vem marcando a circulação de *Veja* nos últimos tempos. Seis semanas atrás, no número 409, a revista vendeu 200.600 exemplares, entre bancas e assinaturas – vencendo pela primeira vez, numa edição rigorosamente de linha, a barreira dos 200.000. Nas edições seguintes, que cobriram todo o mês de julho e esta primeira de agosto, as vendas foram sempre superiores àquela cifra, firmando-se nesse período numa média de 204.000 exemplares de circulação paga – das quais mais de 120.000 se destinam a assinantes<sup>275</sup>.

Segundo o editorial, de 1º de abril (início do ano fiscal da empresa) até 31 de julho haviam sido vendidas 801 páginas de publicidade, um total 34% superior ao de igual período no ano anterior, sendo que em 1975 *Veja* foi a revista que recebeu o maior volume de anúncios no Brasil. Segundo José Roberto Guzzo,

Esses resultados garantem um outro título precioso – o da independência econômica, essencial para toda publicação que pretende ser livre (...) Num momento em que a liberdade de imprensa no Brasil, mais uma vez, **navega em águas agitadas**, é

---

<sup>274</sup> Idem.

<sup>275</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.415 – 18/08/1976.

importante estar convencido, pelo menos, de que do ponto de vista profissional se vem fazendo aquilo que se deve fazer<sup>276</sup>.

A questão da independência econômica afirmada por *Veja* através do aumento da publicidade, já foi discutida anteriormente. É interessante destacar também a expressão utilizada para a expressão utilizada pela revista de que a liberdade de imprensa no Brasil “navegaria em águas agitadas”, expressões estas analisadas por Carla Silva, quando trabalhou com a personificação do capital em *Veja* nos anos 90<sup>277</sup>.

O editorial seguinte, de número 416, voltou a falar das reclamações contra a imprensa. As acusações girariam em torno da ligação da imprensa com os grupos de esquerda. Segundo *Veja*,

Ocorre que, nos últimos dias, essas táticas de abolir a realidade têm ganhado as cores de uma manobra cada vez mais veemente de intimidação à imprensa – que, além de todos os pecados, ainda estaria infiltrada de subversivos marxistas e a serviço de seus interesses. Naturalmente, não há a menor preocupação em se provar coisa alguma nessas acusações, e nem em se lembrar que os interesses da imprensa e da subversão são exatamente opostos. Na prática, uma imprensa livre é justamente um dos efetivos antídotos contra os dogmas comunizantes – a começar pelo exercício em si da liberdade de expressão individual, algo que, como se sabe, não tem lugar em nenhum regime marxista. Na barulheira antiimprensa, porém, nada disso parece interessar. Importa, apenas, achar culpados, e sobretudo desviar a discussão dos problemas do país para longe de seu campo correto, ou seja, o campo do raciocínio e do debate civilizado<sup>278</sup>.

A revista tentou de todas as formas se mostrar distante desses “vínculos marxistas”, e se utiliza do caso do atentado a bomba na sede de Associação Brasileira de Imprensa do Rio de Janeiro, ocorrida naquela semana, com suspeita de “subversão terrorista”, para provar que a imprensa era vítima desses grupos e não cúmplice, como muitas vezes apontava o governo.

O editorial da edição 418 relembrou a última matéria de capa do ano de 1975, que trouxe para os leitores de *Veja* as perspectivas econômicas para o ano de 1976. Segundo a revista, desde então, *Veja* veio acompanhando com atenção os diversos momentos de uma conjuntura econômica efetivamente penosa, e a avaliação da revista sobre a situação seria o tema da reportagem de capa da edição 418. Segundo a revista,

(...) E tem constatado, a par das tentativas do governo de promover os reabertos em seu modelo, o insondável desafio lançado pelos problemas em não se curvar às soluções ditas pelo que se convencionou chamar de racionalismo econômico (...) Mesmo porque, na semana passada, a partir da própria capital federal, assumia contornos mais nítidos uma conjugação de esforços do governo para que se consiga efetivamente superar esse período de dificuldades – na tranquilizadora linguagem econômica, considerado como uma “fase de transição”, ou até, animadoramente,

---

<sup>276</sup> Idem. Grifos meus.

<sup>277</sup> Carla. *Veja: O indispensável partido neoliberal 1989-2002*. Op. Cit.

<sup>278</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.416 – 25/08/1976.

como um “período de plantio”. Prioritariamente, a grande batalha dos ministros na área econômica se concentra nas frentes da inflação, do custo de vida e do balanço de pagamentos. Para que se possam preparar, em seguida, as bases de um desenvolvimento delineado, na essência, no II PND, que se volta para o fortalecimento do mercado interno e abandona a idéia de que, para se pensar em uma melhor distribuição de renda, é preciso esperar que o bolo do crescimento atinja determinadas proporções<sup>279</sup>.

Percebe-se que a revista, apesar de defender o posicionamento dos empresários de criticar as medidas tomadas pelo governo, especialmente no que confere as medidas de reformulação do II PND, a mesma defendeu o governo no sentido de suas orientações políticas e econômicas. Apesar dos “reapertos em seu modelo”, o governo estaria se esforçando para superar esse período de dificuldades, como afirmou a revista. *Veja* parece se dirigir diretamente aos empresários descontentes, pedindo que estes se acalmassem, já que o governo estaria em um “período de plantio”, e a revista reproduz e defende o argumento do governo de que seria “preciso esperar que o bolo do crescimento atinja determinadas proporções”.

Em 1977 o posicionamento de *Veja* foi se tornando cada vez mais claro no decurso dos acontecimentos. Apesar de o governo Geisel promover a distensão, marcando a terceira fase da institucionalização do Estado<sup>280</sup>, o ano de 1977 revelou que o programa esboçado estava longe de ser um processo de transição de fato. O Senado era a casa fundamental no quadro de uma “distensão controlada”, posto que dele dependia, em última instância, qualquer iniciativa do Legislativo. Por isto foi decretado em abril o recesso temporário do Congresso e, logo após, editou-se um “pacote” de medidas de alteração do regime político. Em 1977 *Veja* atacou mais abertamente os retrocessos do governo, o que demonstraremos a seguir.

A tentativa de mostrar a necessidade de abertura foi ficando cada vez mais explícita como forma de solucionar os problemas do país. Em editorial de 16/03/1977, ao falar sobre a decisão brasileira de renunciar à ajuda militar americana, diante das disposições legais que preservem, nos EUA, um exame pelo seu Congresso da situação dos direitos humanos nos países receptores de tais ajudas, *Veja* falou sobre o “fervor nacionalista” que o Brasil tinha visto crescer diante daquela atitude. Segundo *Veja*,

Seriam tais sobressaltos necessários? A onda de fervor nacionalista vivida pelo Brasil na semana passada freqüentemente esqueceu de lembrar, como apontaram os espíritos mais lúcidos, os problemas causados ao país pela permanência de

---

<sup>279</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.418 – 08/08/1976.

<sup>280</sup> A primeira fase (1964-67) lançou as bases do Estado de Segurança Nacional; A segunda fase (1969-73) baseou-se na vinculação entre modelo econômico e aparato repressivo; E a terceira fase (1974-78), buscava criar uma representação política mais estável, lançando mão de mecanismos mais flexíveis. Ver: MENDONÇA, Sonia Regina; FONTES, Virginia Maria. Op. Cit.

instrumentos de exceção – problemas que, claramente, não são mais internos. É óbvio que o Brasil não necessita que seus erros lhe sejam apontados de fora, e nem que lhe determinem o que pode e o que não pode fazer. Mas é certo, também, que toda essa discussão sequer seria iniciada se o país vivesse dentro de instituições plenamente democráticas<sup>281</sup>.

Como demonstrou Bernardo Kucinski, o ano de 1975 revelou também a crise institucional pela qual estava passando o governo militar. Com a liquidação das oposições clandestinas e a intensificação da política de desaparecimentos, iniciou-se em 1974, protestos convergindo e assumindo a forma coletiva. Com o apoio da Igreja Católica, iniciou-se a luta aberta em defesa dos direitos humanos. Com promessas de esclarecimento dos desaparecimentos, o governo Geisel tentou amenizar a situação. Entretanto, a rearticulação dos “duros” crescia com o andamento das investigações. Neste sentido, como demonstrou Kucinski, o ano de 1975 visualizou o período crítico em que o Exército estava sendo acuado pela opinião pública. Entretanto, com a morte do jornalista Vladimir Herzog (em 25 de outubro de 1975) e do metalúrgico Manoel Fiel Filho (em 17 de janeiro de 1976), Geisel encontrou artifícios suficientes para demitir o general Ednardo D’Avilla Mello do Comando do II Exército e nomeou em seu lugar o general Dilermando Gomes Monteiro. Segundo Kucinski, *“o Alto Comando do Exército curvou-se à decisão de Geisel, que violava uma das leis não escritas do Exército, a de que o comandante é soberano dentro dos limites de sua região. Estava desmontada a articulação da linha dura”*<sup>282</sup>.

Com os duros momentaneamente paralisados, o general Geisel voltou a se dedicar ao projeto político, iniciado com as cassações de 1975, visando não apenas reduzir a maioria do MDB no Congresso, mas garantir a continuidade do regime autoritário, o que culminou com o fechamento do Congresso em 02 de abril de 1977, como demonstrou Kucinski.

Em junho de 1976, em meio ao terror político instaurado pelo novo ciclo de cassações, o governo decretou o fim do sistema de horário livre na televisão para os candidatos as eleições municipais, através de um decreto conhecido como Lei Falcão. Com auxílio dessas medidas, o governo conseguiu eleger a maioria dos prefeitos e vereadores. Em 02 de abril de 1977, alegando que as oposições exerciam a ditadura da minoria, Geisel fechou o Congresso com base nos atos institucionais. Segundo Kucinski, o Pacote de Abril, formado por 14 emendas a artigos da Constituição de 1969, três artigos novos e seis decretos-leis, modificava o regime político nas seguintes esferas: Controle do processo legislativo; Controle do

---

<sup>281</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.445 – 16/03/1977.

<sup>282</sup> KUCINSKI, Bernardo. *O fim da ditadura militar*. Op. Cit. P. 36.

Executivo federal; Controle dos executivos estaduais; Restringindo as campanhas eleitorais; e Restringindo o peso do voto urbano<sup>283</sup>.

Segundo David Maciel, a edição do Pacote de Abril foi resultado direto das contradições inerentes ao projeto distensionista, de permitir a reativação da esfera de representação política, porém limitando-a às pressões dentro da ordem. Segundo Maciel,

Por alterar d tal modo as condições da reativação da representação política, o Pacote de Abril marcou o fim de uma etapa no processo de transição à democracia, pois prorrogou o projeto distensionista sob o reforço do cesarismo militar para o próximo governo. Ou seja, a intervenção seletiva promovida pelo governo através do “pacote” manteve em suas mãos o processo sucessório e impediu que a reativação da representação política invertesse a supremacia da representação burocrática no interior da sociedade política (...). O Pacote de Abril não foi um ato de reversão dos propósitos distensionistas do governo, mas um ato de afirmação da capacidade do governo de conduzi-lo, mesmo que sob o acirramento das contradições civis e militares do bloco no poder. Diante disso, o estabelecimento da democracia e o desmonte da institucionalidade autoritária só se realizariam, na melhor hipótese, a partir do próximo governo militar<sup>284</sup>.

Quando do fechamento do Congresso em abril, *Veja* dedicou o editorial para falar do “fim de semana mal-assombrado” que teria ocorrido no Brasil. A revista procurou deixar claro os temores da sociedade em geral em torno dos resultados de mais uma atitude baseada no AI-5. Segundo o editorial,

E, a partir do momento em que faleceram as esperanças de qualquer acordo, fantasmas dos mais diferentes quilates passaram a desfilar nos espíritos políticos. Quilométricas listas de cassações, fechamento do Congresso, censura à imprensa, incontáveis e severíssimos atos institucionais – tudo se temeu, e sobre tudo se especulou<sup>285</sup>.

Entretanto, apesar dos temores, a semana se encerraria, segundo *Veja*, com muitas das assombrações contidas. A revista depositou a confiança nas perspectivas do governo, entretanto se colocou apreensiva com as atitudes a serem tomadas. Segundo *Veja*,

E uma intensa carga de expectativas e ansiedades a respeito da forma que tomará, exatamente, a ação revolucionária com a qual o governo reagiu à crise. Com o Congresso colocado em recesso e com a decisão de se editar **revolucionariamente** a reforma judiciária barrada no Poder Legislativo, o país passou a esperar pelas novas regras do jogo que lhe serão fornecidas pelo Executivo, possivelmente já no decorrer desta semana. E, se os rigores mais explosivos permaneciam em suspenso, não havia dúvidas de que essas novas regras – uma coleção completa de reformas – vão colocar a vida política brasileira em seu quadro mais duro desde a reabertura do Congresso em 1969, após a longa hibernação gerada pela edição do AI-5<sup>286</sup>.

<sup>283</sup> Para uma visualização da caracterização das cinco esferas ver: KUCINSKI, Bernardo. Op. Cit. Pgs. 45-48.

<sup>284</sup> MACIEL, David. **A argamassa da ordem**. Op. Cit. P.150.

<sup>285</sup> *Veja*. **Carta ao Leitor**. Ed.448 – 06/04/1977.

<sup>286</sup> Idem. Grifos meus.

O veredicto de *Veja* em torno da atitude do governo na procura de uma saída para a crise econômica ficou claro também no editorial: “*Talvez mais que isso, no entanto, chamava a atenção o fato de que a procura de um modelo político através de negociações veio, outra vez, dar num beco sem saída*”<sup>287</sup>. E a revista conclui em torno do desapontamento pelo silêncio – tanto do governo quanto da oposição – em torno das decisões.

Esse silêncio é repetido no editorial seguinte, considerando as especulações em torno das reformas como o “mais espesso muro de silêncio”: “*Toda a imprensa brasileira esteve, na semana passada, tentando furar um dos mais espessos muros de silêncio jamais erguidos em torno de uma decisão do governo – o elenco de reformas políticas então em processo de elaboração final*”<sup>288</sup>.

E o silêncio ia ser quebrado, duas semanas após o fechamento do Congresso, com a reabertura do mesmo e a “*amargura de um projeto democrático novamente postergado*”<sup>289</sup>. O tom de desapontamento de *Veja* se fez forte em todo o editorial, que inicia com a notícia da revista:

Tudo está, afinal, consumado. Duas semanas atrás, ao ser o Congresso Nacional colocado em recesso, todos os que defendem para seu país um ordenamento genuinamente democrático já não tinham muito o que esperar – a não ser, talvez, a atenuante de que o poder integral assumido então pelo chefe do Executivo fosse utilizado com moderação e parcimônia. Anunciados enfim os novos limites dentro dos quais se autoriza doravante o exercício da vida política no Brasil, não há motivo para achar que se tenha aperfeiçoado o que quer que seja, no rumo das instituições democráticas<sup>290</sup>.

Percebemos que neste momento, a posição da revista foi clara em relação às decisões governamentais: o retrocesso causado pelo Pacote de Abril foi intensificado nas críticas da revista. Como demonstrou David Maciel, “*o período posterior ao Pacote de Abril caracterizou-se pelo aprofundamento da crise conjuntural no bloco no poder e pelo relativo isolamento político do governo militar, apesar deste ter reforçado sua capacidade de controle da transição com o ‘pacote’*”<sup>291</sup>. As reações ao Pacote de Abril manifestaram-se imediatamente no campo da oposição democrática, configurando tanto o avanço das posições oposicionistas no bloco no poder quanto à pluralização e o crescimento do movimento das classes subalternas.

---

<sup>287</sup> Idem.

<sup>288</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.449 – 13/04/1977.

<sup>289</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.450 – 20/04/1977.

<sup>290</sup> Idem.

<sup>291</sup> MACIEL, David. *A argamassa da ordem*. Op. Cit. P.154.

*Veja* deixou clara sua posição de repulsa às reformas realizadas pelo governo. Apesar de não ocorrerem às cassações e as operações comuns a ocasiões como estas em que o AI-5 era utilizado para resolver casos conturbados, a revista procurou deixar claro que as reformas não resolveriam a situação política e econômica do país. Segundo *Veja*,

Sobretudo, restou o sentimento de que não se fez uma reforma real. Apenas se tentou, mais uma vez, cobrir todas as brechas imediatas por onde a oposição, por via das eleições e de outros meios legais, poderia eventualmente ganhar participação na estrutura do poder nacional.

(...) Esse perene remendar das instituições, porém, não é o que o país precisa, nem o que deseja, nem o que pode suportar indefinidamente. Após exatos 154 anos, sete meses e oito dias do nascimento do Brasil como nação independente, continuava em vigor, na última sexta-feira, o conceito de que o povo brasileiro ainda não está pronto para se governar. Quando estará? Com a vida política fechada e sem um texto constitucional que fique em pé de uma vez por todas, será impossível saber<sup>292</sup>.

Na edição 451, *Veja* bateu o recorde de transposição da cifra dos 150.000 assinantes, o que conferiu à revista, com sua venda em bancas, uma circulação paga de 240.000 exemplares semanais.

Após as críticas em torno do “pacote de abril”, começaram a ganhar destaques nos editoriais da revista as manifestações políticas contra a ditadura imposta. No editorial da edição 453, ganharam destaque as manifestações estudantis:

Na semana passada, após um período em que vinham confinando suas manifestações a temas especificamente estudantis, alunos das universidades paulistas saíram à rua para uma concentração e passeata puramente políticas – o primeiro episódio do gênero a ocorrer no Brasil durante os últimos nove anos<sup>293</sup>.

O tema teria se tornado reportagem de capa pela hierarquia dos acontecimentos, já que ele revelaria um dado importante dentro dos acontecimentos do país.

A presença dos estudantes em manifestações públicas, inevitavelmente, despertou reflexões importantes para a vida do país. Os acontecimentos no meio estudantil, tratados com moderação e prudência pelas autoridades, tem decorrido de forma específica – destacando-se, em São Paulo, a preocupação do governo em manter a questão num clima de serenidade. Há o justo receio, porém, de que as manifestações estudantis possam evoluir para níveis indesejáveis e de que o anseio dos universitários por mais participação na vida política tome rumos errados – algo que as próximas semanas deverão definir<sup>294</sup>.

Ou seja, apesar de *Veja* ver a movimentação dos estudantes como causa necessária para o Brasil, a revista temia que a exacerbação de suas reivindicações tornasse a transição para a abertura ainda mais difícil e conturbada. *Veja* apoiou as manifestações, desde que ocorressem dentro da ordem. Estas questões foram analisadas por Juliana Tezini que

<sup>292</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.450 – 20/04/1977.

<sup>293</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.453 – 11/05/1977.

<sup>294</sup> Idem.

trabalhou com o posicionamento de *Veja* em relação aos estudantes neste período<sup>295</sup>. Em um editorial um pouco posterior, mas ainda de 1977, quando os indícios da possibilidade de um oficial ser o sucessor da presidência da República, *Veja* condenou radicalmente as manifestações estudantis. Iniciando o editorial com a pergunta “*O que podem e o que não podem fazer os estudantes brasileiros?*”, a resposta é clara sem rodeios: “*Aos estudantes, repete-se, compete antes de tudo estudar, e se quiserem fazer política, aí estão os partidos aos quais qualquer cidadão pode se filiar*”<sup>296</sup>. Referindo-se aos conflitos envolvendo os estudantes da Universidade de Brasília, mais uma vez *Veja* repetiu: “*o prolongado confronto com o meio estudantil traz considerável carga de desgaste e nenhum lucro. E para o país? Para o país seria extremamente útil um esforço destinado a colocar um pouco de ordem na malversação de idéias que tem cercado o tema*”<sup>297</sup>. Percebe-se a condenação da revista às manifestações estudantis, especialmente na cautela que o momento de agosto requeria, com a possibilidade da sucessão presidencial e, como a revista foi demonstrando ao longo dos editoriais, qualquer atitude brusca poderia representar uma volta no recrudescimento político.

Segundo Maciel, no plano político, a resposta imediata do campo da oposição democrática às alterações operadas pelo Pacote de Abril foi a proposta de realização de uma Assembléia Nacional Constituinte.

Em linhas gerais, para os diversos setores de oposição a proposta da Assembléia Constituinte implicava a ruptura com a institucionalidade autoritária em termos legais e políticos, pois requeria tanto a anulação da Constituição de 1967 e dos atos institucionais (principalmente o AI-5) quanto a saída dos militares do governo. Além disso, a convocação da Assembléia Constituinte era contrária à lógica “lenta e gradual” dada pelo governo à distensão e reforçada pelo “pacote”<sup>298</sup>.

Como demonstrou Maciel, a posição de independência assumida pelo MDB na votação da reforma do Judiciário suscitou o apoio de diversos setores e movimentos sociais e dos partidos. Com base nisso, o MDB retomou a proposta da Assembléia Constituinte como principal bandeira de luta para um processo de ampla mobilização popular.

A proposta também era defendida pela OAB, que passou a propor a Assembléia Constituinte como instrumento para a reformulação da ordem política e constitucional do país. A entidade defendia a revogação do AI-5 como condição para a reformulação constitucional a

---

<sup>295</sup> TEZINI, Juliana Caetano Vaccari. O movimento estudantil em 1977 e a atuação política da Revista *Veja*. IN: **Tempos Históricos**. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Campus de Marechal Cândido Rondon. CCHEL, Colegiado do Curso de História. V.10, 1º semestre. Marechal Cândido Rondon: EDUNIOESTE, 2007. PP.171-205.

<sup>296</sup> *Veja*. **Carta ao Leitor**. Ed.465 – 03/08/1977.

<sup>297</sup> Idem.

<sup>298</sup> MACIEL, David. **A argamassa da ordem**. Op. Cit. PP.154-5.

ser realizada por uma assembléia livremente eleita pelo voto popular, direto e secreto, superando a polaridade entre a ordem constitucional e os atos institucionais.

Houve também uma articulação de advogados, políticos de oposição e intelectuais que passaram a criticar a Ditadura Militar, acusando o lema “Segurança e desenvolvimento” e defendendo a volta do “Estado de Direito”. No campo da oposição antiautocrática, diversas organizações da esquerda marxista também defendiam a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, reforçando a mobilização em torno da proposta.

Segundo Maciel, *“paralelamente ao avanço do campo de oposição, as contradições no bloco no poder adquiriram novas feições e se desdobraram em diversas áreas, radicalizando a crise conjuntural”*<sup>299</sup>. Como já demonstramos anteriormente, entre as frações hegemônicas do bloco no poder, as críticas ao governo e à sua política econômica se aprofundaram, aproximando alguns setores, como a burguesia nacional de bens de capital, de uma postura de oposição.

Todo esse processo de desenvolvimento das contradições no bloco no poder, a postura mais incisiva do movimento de oposição e o isolamento político relativo do governo acirraram as dissensões militares. Segundo Maciel, *“todo esse processo de acirramento no interior do bloco no poder, com o avanço da oposição e das dissensões militares, levou o governo Geisel a dar continuidade à estratégia distensionista através do prosseguimento da chamada “Missão Portela” e do controle da sucessão presidencial”*<sup>300</sup>. A “Missão Portela” consistia na tentativa de negociação de reformas políticas pelo governo junto ao partido da oposição e às entidades da sociedade civil vinculadas à oposição burguesa (anticesarista). Segundo Maciel, *“a perspectiva da ‘Missão Portela’ era contraditória à proposta de convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, pois implicava negociar alterações significativas na institucionalidade autoritária sem eliminá-la em sua essência”*<sup>301</sup>. Como explica o autor, as chamadas “reformas institucionais”, dariam continuidade às modificações na institucionalidade autoritária, iniciadas com o Pacote de Abril. Segundo Maciel:

A principal alteração seria a “constitucionalização do AI-5”, ou seja, a inclusão de medidas de “salvaguarda e defesa do Estado” na Constituição que poderiam ser acionadas sempre que necessário pelo Poder Executivo, com a aprovação do Poder Legislativo. Além disso, esse processo implicaria transferir para os Poderes Judiciário e Legislativo e para outras esferas da sociedade política (partidos, legislação eleitoral etc.) as atribuições autocráticas de controle e seletividade do conflito político concentrado basicamente no Poder Executivo e, em especial, na Presidência da República. Um passo nesse sentido foi dado pela reforma no Judiciário outorgada pelo governo, ao transferir para os próprios magistrados o

---

<sup>299</sup> Idem. P.157.

<sup>300</sup> Idem. P.161.

<sup>301</sup> Idem. P.162.

poder de fiscalizar e punir a ação de juízes e advogados. Tratava-se agora de dar continuidade a esse processo promovendo alterações nas atribuições legais da Presidência, na estrutura partidária e na arena da disputa política em geral. No entanto, elementos essenciais da institucionalidade autoritária seriam mantidos, como os órgãos de informação e repressão (...) As reformas apenas significariam uma atualização dos métodos de combate ao comunismo. Em suma, o conteúdo autocrático da institucionalidade política não só seria mantido como “aperfeiçoado”<sup>302</sup>.

O aperfeiçoamento do conteúdo autocrático foi percebido por *Veja*. Quando começaram a se intensificar os ataques contra a condução que o governo tinha dado aos negócios do país, *Veja* noticiou a razão das manifestações em torno das mudanças, mas alertou para a possibilidade de uma contra-ofensiva:

Na semana passada, após um rápido encadeamento de fatos, pareciam estar em marcha movimentos muito claros em favor de mudanças. De um lado, ataques cada vez mais veementes eram disparados contra a condução que o governo tem dado aos negócios do país, pedia-se a renúncia dos ministros e a oposição se articulava para novas ofensivas políticas – enquanto parecia tomar corpo, já fora e além do MDB, uma massa de idéias tendentes a reformas políticas de substância. De outro lado, o próprio governo dava mostras de se lançar a uma ambiciosa contra-ofensiva<sup>303</sup>.

Percebe-se que a revista defendeu os “movimentos em favor de mudanças”, como já mostramos anteriormente. Isto ficou evidenciado também pelas afirmações de *Veja* de que as mudanças propostas pela “oposição” versariam em “reformas políticas de substância”, dando a entender que antes as manifestações eram esvaziadas de conteúdo, portanto não mereceriam apoio. Percebemos também que o apoio da revista ficou mais evidente quando da radicalização da crise conjuntural e quando os setores da burguesia nacional de bens de capital passaram a adotar também uma postura de oposição, como demonstramos anteriormente. Como vimos, a revista não dependia mais do governo. Já estava liberada da censura e sua demanda publicitária já lhe garantia uma sustentação financeira. Neste sentido, as críticas poderiam tornar-se mais contundentes. Entretanto, a demonstração de endurecimento do governo levou *Veja* à uma posição de cautela. As dissensões militares e a articulação de setores de linha-dura em torno da candidatura do ministro do Exército, Sílvio Frota, como alternativa político-militar ao comando dos moderados no governo, levou a revista a uma posição de cautela em torno das críticas ao governo Geisel. Neste sentido, apesar de reivindicar a necessidade de “reformas políticas de substância”, a revista defendeu a forma tomada pelo governo de conduzir o projeto distensionista.

---

<sup>302</sup> Idem. P.162.

<sup>303</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.455 – 25/05/1977.

A partir das medidas tomadas pelo governo, o ministro Mário Henrique Simonsen adquiriu a primazia na máquina econômica do Estado, o que segundo *Veja*, iniciaria um processo de centralização da gerência longamente reclamado pelo país. O assunto foi abordado com mais precisão na edição 456, quando o editorial deu indícios do que seria a reportagem dedicada ao ministro da Fazenda, Mario Henrique Simonsen. Segundo *Veja*,

O que pensaria, nas atuais circunstâncias inflacionárias, o ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, súbita e finalmente guindado à posição de comando no encaminhamento de toda a política monetária do governo? Alguns dias depois de tal ascensão, no começo da semana passada, no Rio, Simonsen procuraria, inclusive para contrapor à aura de superministro que ameaçava se formar em torno de sua figura, exercitar o seu novo papel com indisfarçada humildade. Aos empresários, manifestou o desejo de ter a sua mão engessada para não poder assinar aumento de preços. No dia seguinte, num rápido reforço de imagem, chegou a falar em mão de ferro. Na reportagem que começa na página 88, discute-se esse empenho ministerial de obter o apoio e a adesão da população e, sobretudo, da classe empresarial – tão refratária em tempos recentes à política econômica oficial – nesta nova fase da batalha antiinflacionária, de perspectivas ainda nebulosas<sup>304</sup>.

Como demonstrou Maciel, inicialmente a proposta de substituir o AI-5 por mecanismos constitucionais de salvaguarda e defesa do Estado foi bem aceita pela oposição. Em junho de 1977, Geisel orientava os líderes da Arena a procurarem o MDB para dar início às discussões. Segundo Maciel, “*essa estratégia do governo consistia em atrair os diversos setores da oposição para uma conclusão negociada do processo de distensão, esvaziando a proposta da Assembléia Nacional Constituinte*”<sup>305</sup>. No MDB essa estratégia teve peso fundamental no recuo do partido na questão da Assembléia Constituinte. Entretanto, as relações e negociações com o governo começaram a se deteriorar no final de junho, quando o MDB apresentou um programa em rede nacional de rádio e TV, com respaldo na própria Lei Falcão. Segundo Maciel,

Os pronunciamentos versaram sobre aspectos do programa partidário, como a crítica à violação dos direitos humanos, a denúncia da política de endividamento externo e de arrocho salarial, e a defesa da democratização. No entanto, as reações do governo e de lideranças arenistas foram violentas, acusando o MDB de oportunismo, demagogia e subversão e de recusa à continuidade do diálogo (...) Na sequência, vieram a cassação do líder Alencar Furtado e a proibição da apresentação na TV do programa do MDB paulista através do Ato Complementar nº 104<sup>306</sup>.

Este acontecimento foi criticado por *Veja*, apresentando a iniciativa do MDB como “uma oportunidade perdida para a distensão”, já que este teria perdido a oportunidade do país nas negociações em torno da “conclusão negociada do processo de distensão”. Segundo *Veja*,

<sup>304</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.456 – 01/06/1977.

<sup>305</sup> MACIEL, David. *A argamassa da ordem*. Op. Cit. P.163.

<sup>306</sup> Idem. P.164.

Depois da pontual digestão dos pacotes de abril (e louve-se, no caso, a capacidade digestiva da classe política, pois não se tratava de coisa pouca), os entendimentos haviam recomeçado como tantas outras vezes, e já se imaginava o país avançando rumo a conselhos de Estado, senadores novamente não-biônicos, constituintes. Faltava, apenas, desandar a receita – e, mais uma vez, ela desandou, agora com o programa de televisão no qual quatro chefes oposicionistas, entre eles o infeliz Furtado, trançaram uma áspera teia de críticas ao poder. Foi mais uma oportunidade perdida para a distensão, em sua trajetória de vai e vem<sup>307</sup>.

Percebe-se a crítica da revista a atitude tomada pelo MDB, como se o retrocesso seria culpa apenas do MDB que levaram ao “desande da receita”. Ficou claro o posicionamento de *Veja* neste momento: a defesa do projeto distensionista adotada pelo governo, sem interferência da oposição.

E, quando começaram os rumores da possibilidade de ascensão de mais um oficial ao posto supremo do regime, *Veja* realizou um editorial aclamativo:

Assinantes de *Veja*, no domingo passado, foram informados no primeiro artigo da seção “Brasil” de algo que se tornaria manchete na imprensa brasileira dois dias depois, terça-feira: o apoio do presidente da Caixa Econômica Federal, Humberto Barreto, ao general João Baptista Figueiredo, no momento em que o processo sucessório for aberto pelo presidente da República<sup>308</sup>.

Destacando o fato de a reportagem ser o resultado de um paciente trabalho desenvolvido nos últimos meses pela equipe de *Veja*, já que este tipo de informação permanecia em sigilo, a revista afirmou a constituição desta em “peça rara”: *“No clima de informação rarefeita que envolve determinados temas políticos, uma notícia em estado puro como a configurada pela declaração de Barreto ganha o valor de peça rara – e de certa forma passa a ser, ela própria, um fato político”*<sup>309</sup>. E o editorial seguiu demonstrando o que significaria esta informação:

Do ponto de vista profissional o episódio é reconfortante, ao evidenciar mais uma vez a segurança e riqueza do noticiário político de *Veja*. Do ponto de vista das repercussões levantadas a partir da definição de Barreto, ele mostra o quanto a vida política do país anseia por um debate mais aberto<sup>310</sup>.

Ao se referir a figura do general Figueiredo, *Veja* o tratou como uma pessoa discreta e que *“age, certamente, como membro disciplinado do governo e como cidadão pessoalmente avesso à notoriedade”*<sup>311</sup>. Ao falar da chegada do nome de Figueiredo aos ouvidos da imprensa, *Veja* afirmou:

---

<sup>307</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.461 – 06/07/1977.

<sup>308</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.463 – 20/07/1977.

<sup>309</sup> Idem.

<sup>310</sup> Idem.

<sup>311</sup> Idem.

A opinião pública, cada vez mais claramente, quer saber que formas pode tomar o futuro político do país – e dificilmente se lhe poderia negar, pelo menos, o direito à curiosidade. Além disso, estando ou não aberto oficialmente o debate sucessório, a sucessão continua a existir como um fato concreto. E se o nome do general Figueiredo é constantemente lembrado por muitos, não há como evitar sua transformação em notícia. Na verdade, ao perder seu caráter sigiloso e inacessível, como começou a ocorrer na semana passada, a discussão sucessória ganha uma normalidade<sup>312</sup>.

Após a cogitação da possibilidade de João Baptista Figueiredo ocupar o cargo da Presidência da República em março de 1979, *Veja* passou a trabalhar com essa possibilidade. O general Figueiredo tinha identidade com o projeto distensionista de Geisel e neste sentido, a indicação de Figueiredo como candidato do governo à sucessão presidencial reforçava a estratégia distensionista de reformar a institucionalidade autoritária, preservando seu caráter autocrático, como demonstra Maciel. Com o sucessor escolhido, o governo poderia avançar na implementação das reformas políticas, pois o próximo presidente não retrocederia e garantiria sua consolidação. Neste sentido, no editorial 467 – que tratou sobre os 150 anos de fundação dos cursos jurídicos no Brasil – *Veja* afirmou:

Do início ao fim, e dando seqüência a uma discussão que tem aflorado de maneira cada vez mais clara nos últimos tempos, o tema foi um só: a necessidade de a nação ingressar de vez no Estado de Direito, abrir-se para as manifestações de toda a sua sociedade e, a partir daí, lançar-se à tarefa de construir uma democracia real e duradoura<sup>313</sup>.

E, para concluir 1977, o editorial da primeira semana de dezembro, fazendo o balanço do ano que findava:

Para um ano tão carregado de notícias decepcionantes na frente política, 1977 talvez acabe saindo melhor que a encomenda – acaba, em todo caso, com o comunicado mais estimulante desde que, em 1974, se anunciou que um projeto de distensão seria colocado em curso, levantando as melhores esperanças no país, de lá para cá mudou o projeto, mudaram as esperanças, mudou o país. E, após sucessivos sepultamentos e ressurreições daquilo que se convencionou chamar de abertura política, a nação chegou à semana passada sem saber, realmente, se estava mais perto ou mais longe da democracia do que há três anos e meio<sup>314</sup>.

E a afirmação de *Veja* advinha de um pronunciamento do presidente da República, e dos desencadeamentos que estariam levando ao processo de liquidação do AI-5 e, “*independente de qualquer coisa, essa é uma boa notícia*”<sup>315</sup>.

Como demonstrou David Maciel, a implantação das chamadas “reformas institucionais” era condição fundamental para a passagem definitiva da distensão para a

---

<sup>312</sup> Idem.

<sup>313</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.467 – 17/08/1977.

<sup>314</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.483 – 07/12/1977.

<sup>315</sup> Idem.

abertura. A orientação geral era a transferência da capacidade institucional de controle do conflito político para outras esferas do Estado e da sociedade política além da Presidência da República. Com o AI-5, a capacidade de controle seletivo da arena da disputa política ficou essencialmente concentrada no Poder Executivo, especialmente na Presidência da República, tornando-se um elemento decisivo na constituição do cesarismo militar. Neste sentido a estratégia autocrática presente no projeto distensionista do governo Geisel previa que estas atribuições se disseminassem por diversos *loci* do Estado e da sociedade política, permitindo que a própria dinâmica da institucionalidade política cumprisse essa função seletiva. Segundo Maciel,

A passagem da distensão para a abertura significou o fim do AI-5 e um processo de ampliação e pluralização da esfera da representação política, mas com a preservação dos mecanismos de autodefesa da ordem e do tratamento estigmatizado de toda e qualquer manifestação de conteúdo popular e antiautocrático, através dos valores do anticomunismo e da contraposição entre oposição e contestação. O acirramento das contradições no interior do bloco no poder e a emergência do protesto popular com os movimentos de oposição de caráter antiautocrático levaram o governo a apostar mais ainda nas “reformas institucionais” como instrumento de contenção e passivização do conflito político, conforme uma estratégia de revolução passiva (GRAMSCI, 1976, p.75-81), e aprofundar sua abrangência com uma nova Lei de Segurança Nacional<sup>316</sup>.

Como pudemos perceber, *Veja* apostou nesta perspectiva de defender a estratégia distensionista de reformar a institucionalidade autoritária. Neste sentido, o ano de 1978 foi marcado ainda mais pelos editoriais baseados em assuntos políticos. Com o nome do general Baptista Figueiredo pra assumir a Presidência da República, *Veja* baseou seus editoriais em assuntos sobre as propostas do general, e especialmente com discussões sobre o caráter da democracia proposta pelo governo da distensão. Sem censura desde o final de 1976, *Veja* comemorou seu primeiro editorial de 1978 com um balanço de 1977, que teria sido percorrido sem qualquer modalidade de censura.

No editorial da edição 488, *Veja* informou o anúncio oficial de Figueiredo como próximo presidente. Segundo a revista,

Ao entrar em seu décimo ano, esta é a terceira vez que *Veja* cobre a sucessão presidencial. A esperança, agora, é que na quarta cobertura se consiga enfim estreitar num gênero ainda não praticado nesses dez anos: o de informar sobre uma sucessão presidencial aberta e da qual possam participar todas as forças da sociedade<sup>317</sup>.

Segundo Maciel, Figueiredo reunia os requisitos para suceder Geisel nas condições do cesarismo militar e do processo de distensão. Não só compunha o restrito “grupo palaciano”,

---

<sup>316</sup> MACIEL, David. **A argamassa da ordem**. Op. Cit. P.190.

<sup>317</sup> *Veja*. **Carta ao Leitor**. Ed.488 – 11/01/1978.

gozando de intimidade junto a Geisel, como tinha articulações na área dos chamados “órgãos de segurança” e em setores de linha-dura que serviram no governo Médici, o que poderia servir para atenuar futuras contradições. *“Sua trajetória como membro da alta cúpula do Estado (e o seu próprio governo, posteriormente) foi o resultado típico da composição entre moderados e duros em todos os governos militares”*<sup>318</sup>.

Como demonstrou Bernardo Kucinski ao debater sobre o processo de distensão, a súbita ascensão de um oficial relativamente obscuro ao posto supremo do regime é característica das sucessões negociadas, nas quais é preciso somar o apoio das diversas facções em torno de uma personalidade não conflituosa, de temperamento ameno, com amigos em todos os grupos e, se possível, sem inimigos. Entretanto, o caráter centralizado do processo de escolha de Figueiredo e a movimentação política do grupo que o apoiava geraram novas contradições dentro do próprio governo e alimentaram as dissidências civis e militares.

Em janeiro de 1978, *Veja* publicou 04 capas com a temática da eleição presidencial:



Figura 3 – Capas de *Veja* sobre a sucessão presidencial (janeiro de 1978)

<sup>318</sup> MACIEL, David. *A argamassa da ordem*. Op. Cit. P.168.

Em editorial de 18 de janeiro de 1978, logo após o anúncio oficial do novo Presidente, *Veja* criticou uma série de acontecimentos que teriam obrigado o governo a

desmanchar o que havia costurado com tanto zelo e certeza: antecipou-se a convenção nacional da Arena para abreviar a incomoda campanha do candidato Magalhães Pinto; adiaram-se as escolhas nos Estados para depois da convenção por temor de que as ambições preteridas convertessem sua frustração em votos indesejáveis<sup>319</sup>.

Tudo decorreria do anúncio de Severo Gomes (ex-ministro da Indústria e do Comércio e empresário) e José de Magalhães Pinto na concorrência ao cargo supremo do País. Segundo a revista,

Enfim, continuou-se a mexer – e ficou claro que, após a indicação do candidato oficial à Presidência, ainda há muita coisa a fazer para que o projeto do governo se cumpra. Tudo isso vem exprimir, no fundo, a extrema dificuldade do regime em lidar com as manifestações políticas espontâneas do organismo social, ou de parte dele. E revela a indefinição a que está submetido o país neste começo de ano tanto apresentado como promissor – não mais o absolutismo das decisões incontestáveis, nem ainda o florescimento do livre confronto. É a democracia relativa<sup>320</sup>.

Como demonstramos anteriormente, a “democracia relativa” concebida pelo general Geisel era um regime onde uma série de avanços seriam concedidos à sociedade civil, ao tempo em que garantia mecanismos que impedissem, na prática, que a oposição ao regime viesse algum dia vencer as eleições e derrubar o governo pelo voto. A existência de uma democracia “relativa” era justificada pela impossibilidade naquele momento, de uma democracia plena para o Brasil. Esta “democracia relativa” seria tema de muitas matérias e editoriais da revista. Como na edição 490, quando ao falar das eleições para governadores, *Veja* afirmou:

Muito se tem falado, também, sobre a excelência dos processos indiretos de eleição nesta ou naquela democracia. Mas como comparar a perfeita ordem e sobretudo a absoluta liberdade vigentes em tais processos com o jogo fechado das sucessões brasileiras em que não se permite sequer uma disputa aberta dentro do próprio partido governista, quanto mais um embate entre situação e oposição? Todos, aparentemente, estão convencidos de que assim não dá. É fundamental, portanto, criar de uma vez, a partir de agora, as condições para que esta seja a última eleição sem eleitores<sup>321</sup>.

Percebe-se que apesar de *Veja* defender as propostas do governo em caminhar “lentamente” em direção à distensão, a revista reforçou a necessidade das críticas como forma de reativar o funcionamento dos debates políticos. *Veja* apoiou o projeto distensionista proposto por Geisel, mas reafirmou sua posição de “vigiar” para que esta proposta fosse

---

<sup>319</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.489 – 18/01/1978.

<sup>320</sup> *Idem*.

<sup>321</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.490 – 25/01/1978.

cumprida. Como demonstrou Gazzotti, o posicionamento de *Veja* neste período é ambíguo: ela critica as reformas feitas autoritariamente pelo governo e ao mesmo tempo elogia as reformas dizendo para não condenar o comportamento do governo devido aos benefícios oferecidos por ele<sup>322</sup>.

Quando do exame no quadro das reformas institucionais e a revisão das punições visando à anistia, o assunto da anistia ganhou destaque de reportagem de capa de *Veja*. Entretanto, segundo a revista, este não seria um tema que mereceria tanto destaque, quanto estava tendo perante as autoridades governamentais: *“Não se trata, é certo, do problema principal do país, nem do mais urgente. É igualmente certo, no entanto, que ele se inclui entre a meia dúzia de questões básicas a serem geridas no futuro mais próximo da vida política brasileira”*<sup>323</sup>. Percebe-se que a questão da anistia não foi vista como de importância prioritária para a revista, afirmando que este se enquadraria na “meia dúzia de questões básicas”. Ao analisar as punições aplicadas nos últimos quatorze anos, levando muitas pessoas ao exílio, *Veja* considerou que tenham havido injustiças mas que, nas punições aplicadas quando sancionado o erro, o punido já teria pago o que devia. Neste sentido, *Veja* deu a sua opinião:

A partir dessas proposições, é possível começar a se trabalhar de maneira construtiva. Pois é exatamente disso, e apenas disso, que se trata: corrigir o que há para ser corrigido, pela excelente razão de que nenhuma sociedade pode ter entre seus objetivos, ou entre seus pressupostos, a manutenção do erro. É particularmente fútil, assim, falar no “imperativo” da anistia, ou exigi-la de maneira “incondicional” – imperativo não é, e cobrar algo sem condições equivale a reivindicar uma capitulação política do governo, quando o problema, aqui, é simplesmente outro<sup>324</sup>.

Percebe-se que a revista procurou deixar claro que a anistia de nada adiantaria se não fossem avaliadas as reformas institucionais, de transferência da capacidade institucional de controle do conflito político para outras esferas do Estado e da sociedade política além da Presidência da República, propostas por Geisel. Segundo *Veja*, a *“anistia não valerá um centavo se não forem reformados os instrumentos que, justamente, possibilitaram as punições”*<sup>325</sup>. Segundo a revista, seria necessária uma revisão do conteúdo autocrático da institucionalidade política, visando que este tipo de medida não viesse mais a ocorrer.

Como demonstrou Maciel, a estratégia autocrática do governo militar nessa conjuntura passava pela realização de duas tarefas: a vitória do candidato oficial na sucessão presidencial e a aprovação das reformas institucionais. *“Ambas requeriam a manutenção do cesarismo*

<sup>322</sup> GAZZOTTI, Juliana. **Imprensa e ditadura**. Op. Cit. P.38.

<sup>323</sup> *Veja*. **Carta ao Leitor**. Ed.495 – 01/03/1978. Grifos meus.

<sup>324</sup> Idem.

<sup>325</sup> Idem.

*militar nesse momento, e para tal o governo Geisel movimentou-se para preservar sua capacidade de direção política e para transferi-la para o governo seguinte*”<sup>326</sup>. A primeira tarefa, segundo Maciel, implicava a viabilização da candidatura oficial, superando as contradições geradas no bloco no poder, recompondo sua unidade e esvaziando as dissidências civil e militares e a candidatura oposicionista de Euler Bentes. Às dissidências militares, o governo Geisel respondeu com o uso de punições regulamentares sobre os descontentes e com o reforço da hierarquia. Além das medidas punitivas aos militares dissidentes, o governo promoveu um verdadeiro “cerco” à candidatura Euler Bentes nas Forças Armadas, enquadrando o conjunto da oficialidade, através do reforço da hierarquia e das ameaças ao retrocesso político, como já demonstramos anteriormente.

Apesar de certa crítica aos debates em torno do modelo institucional, *Veja* continuou defendendo a distensão proposta pelo presidente Ernesto Geisel. Na edição 496, *Veja* trouxe uma matéria referindo-se à “nota presidencial” proferida por Geisel, que assinalaria a abertura do ano legislativo. Na mensagem presidencial havia exposições sobre cada área da administração federal. Na solenidade de leitura da nota, 25 deputados oposicionistas teriam abandonado o plenário em meio à leitura da mensagem. Segundo a matéria, “*com esse gesto, os rebeldes imaginavam manifestar seu desacordo quanto a determinadas passagens do texto presidencial – mas acabaram simplesmente enriquecendo os anais que registraram os deslizos ao protocolo parlamentar e atos de incompetência política*”<sup>327</sup>. Sobre o conteúdo da nota presidencial, *Veja* esclareceu:

Na introdução lida por Canale, marcada por longos períodos compostos por orações intercaladas que traíam o estilo inconfundível de Geisel, o presidente empreendeu – para desencanto sobretudo dos emedebistas – uma apaixonada defesa do “pacote de abril”. As primeiras linhas da parte política, dedicadas aos objetivos para 1978 – “institucionalização dos ideais da Revolução de 1964, democratização e liberalização maiores dos costumes políticos, maior grau de participação das comunidades nas decisões partidárias e do Estado” –, foram recebidas com discreta satisfação pela maioria da platéia. Mas, ao se voltar a mensagem para um balanço de 1977, o que parecia ser uma reafirmação das promessas de abertura vislumbradas no discurso de 1º de dezembro acabou se transformando num prenúncio de que o rigor continua na ordem do dia – e que não haverá nenhum decreto presidencial restabelecendo a democracia plena<sup>328</sup>.

Na Carta ao Leitor, ao se referir à nota presidencial recebida com condenações, *Veja* deixou mais clara a sua posição:

Na realidade, a nota presidencial da semana passada esfriou mais de um espírito entusiasmado. Mas, ao condená-la, os políticos poderiam se recordar que em 12 de

<sup>326</sup> MACIEL, David. **A argamassa da ordem**. Op. Cit. P.186.

<sup>327</sup> *Veja*. CONGRESSO. **O duro recado de Geisel**. (Seção Brasil). Ed.496 – 08/03/1978. P.20.

<sup>328</sup> Idem. P.21.

outubro do ano passado, quando o presidente demitiu com um gesto igualmente seco o então ministro da Guerra, general Sylvio Frota, todos puseram a homenagear sua fidelidade aos compromissos democráticos. Talvez fosse mais prático, ou menos frustrante, lembrar que o presidente, queira-se ou não, vai moldar as chamadas reformas políticas – e este é, pelo menos por enquanto, o que se poderia chamar um fato da vida<sup>329</sup>.

Segundo *Veja*, discordar, raciocinar ou criticar continuam sendo atitudes para o exercício da política. Entretanto, apesar de a mensagem do presidente “*ter sido uma das menos inspiradas que a atual administração já produziu*”<sup>330</sup>, não havia motivos para tantas reclamações já que “*não ajudou nem atrapalhou no essencial, que é inegavelmente a ampliação para o espaço das manifestações políticas da sociedade brasileira. Quem pensar o contrário não terá compreendido o que aconteceu no país nos últimos quatro anos*”<sup>331</sup>.

Na matéria, tentando esclarecer os motivos do endurecimento presidencial, a revista afirmou que esta dever-se-ia devido à uma série de equívocos que acabaram criando uma expectativa de abertura alarmante para o espírito lento, gradual e seguro do Planalto. Da revisão das punições, segundo *Veja*, passou-se a contar como certa a concessão de uma ampla, irrestrita e recíproca anistia. Segundo a revista,

Diante do volume crescente de reivindicações liberais, setores mais conservadores do Exército, estimulados pelas áreas ligadas aos organismos de segurança, estariam pressionando o governo para que sejam imediatamente revistas as promessas de abertura política (...) Em vez de “retrocesso do Planalto”, assim, talvez seja mais apropriado falar em retrocesso de esperanças – para cuja construção tem contribuído, sobretudo, a imaginação dos esperançosos<sup>332</sup>.

Como pudemos perceber, *Veja* deu todo o seu apoio as reformas políticas propostas por Geisel. E, apesar do endurecimento do presidente, a revista procurou demonstrar que ele estaria ampliando o espaço de participação política, revelando mudanças significativas que vinham ocorrendo a quatro anos no país. Em relação às manifestações “oficiais” pressionando o governo, percebemos que elas são defendidas pela revista até o momento em que não contestassem e nem criticassem rigorosamente o processo de abertura do regime militar proposto por Geisel. A partir do momento que elas ultrapassassem estes limites, elas se tornariam prejudiciais, como exemplificou a revista com o caso da anistia.

No editorial da edição 499, *Veja* debateu sobre o papel da imprensa em fazer História, especialmente, em fazer História política e recente. Segundo a revista, a imprensa teria estado ativa na busca de episódios e situações confortavelmente arquivados, “*em vez de deixar que o*

<sup>329</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.496 – 08/03/1978.

<sup>330</sup> *Idem*.

<sup>331</sup> *Idem*.

<sup>332</sup> *Veja. CONGRESSO. O duro recado de Geisel*. Op. Cit. P.22.

*passado se perca, para algum dia chegar aos livros em versões fechadas e insípidas, melhor é ir vê-lo de frente – e procurar trazê-lo para o presente*”<sup>333</sup>. Neste sentido, a reportagem especial de *Veja* naquela edição seria uma “*viagem até 1968 – o dramático ano que culminou com a promulgação do Ato Institucional nº 5*”<sup>334</sup>, analisando os fatores que levaram 1968 a ser o ano da “tentação radical”. Segundo a revista, “*começou-se pedindo vagas para excedentes universitários e abonos salariais – no fim, havia um lado falando em guerrilha urbana e outro baixando o AI-5*”<sup>335</sup>.

Por que 1968? Porque é importante, neste momento em que o país busca encontrar formas mais adequadas de representação política, já cansado de um modelo que se esgota, lembrar o que ocorreu naquela época. Reconstituir 1968, na verdade, é robustecer o debate que ora se faz – sobre outros temas e em outro clima, decerto, mas com tanta coisa em comum<sup>336</sup>.

Como já discutimos anteriormente, a transição da forma ditatorial à forma democrática do Estado burguês necessitava de alterações substanciais na institucionalidade autoritário, no fim do AI-5 e sua substituição pelas chamadas “salvaguardas do Estado”, a anistia política, a reforma partidária e a eleição direta. Neste momento, através das reformas institucionais, Geisel estava em vias de substituir o AI-5. Nada mais propício para a revista do que discutir esta questão, evidenciando o fato de que teria sido a oposição exacerbada que teria levado à um recrudescimento da ditadura. Segundo *Veja*,

Hoje, o país se encontra num processo de travessia, e se fala na substituição do arbítrio pelas leis. Mas, outra vez, há os que querem um regime novo em folha e os que não querem nem ouvir falar do assunto. As duas espécies acham que sabem tudo, automeiam-se intérpretes das necessidades do país e têm, no fundo, o mesmo e feio traço totalitário. Evitar que o jogo das decisões seja conduzido por eles será evitar os erros de 1968 – erros que podem ter efeitos bem mais duradouros do que se pensa. Nas inflamadas proclamações de 1968, havia quem considerasse o AI-5 um mero ato de desespero de um governo acuado. De lá para cá já vão se passando dez anos<sup>337</sup>.

Percebe-se que a revista procurou demonstrar quais são os caminhos que devem ser seguidos através da exemplificação daqueles que não devem. Além disso, *Veja* reforçou a necessidade de não permitir que o “traço totalitário” voltasse a tomar conta das decisões políticas, associando as divergências existentes dentro da própria cúpula militar e da candidatura Frota (procurando aglutinar militares duros, formando uma imposição militar ao presidente e procurando obter o apoio do Alto Comando do Exército para incompatibilizá-lo

---

<sup>333</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.499 – 29/03/1978.

<sup>334</sup> *Idem*.

<sup>335</sup> *Idem*.

<sup>336</sup> *Idem*.

<sup>337</sup> *Idem*.

com Geisel). O caráter centralizado do processo de escolha de Figueiredo e a movimentação política do grupo que o apoiava geraram novas contradições dentro do próprio governo e alimentaram as dissidências civis e militares, como já demonstramos anteriormente. Além de Figueiredo e Frota, já desqualificado, cogitavam-se os nomes dos generais Euler Bentes Monteiro, Dilermando Monteiro e Reinaldo de Melo Almeida, e do senador Magalhães Pinto.

Percebemos a preocupação sempre presente da revista em defender as posições de Geisel, tendo em vista especialmente, o temor de um fechamento do processo de distensão já em curso. A inviabilização da candidatura de Figueiredo significaria uma perda considerável da capacidade de direção política de Geisel e um recuo no projeto distensionista, pois uma nova quebra nas regras do jogo debilitaria a institucionalidade autoritária em sua função de canalização do conflito político.

Em 05 de abril de 1978, *Veja* chegou ao seu 500º número, com cerca de 175.000 assinantes em todo o Brasil, os quais, somados aos leitores que compram a revista nas bancas, fazem a tiragem de aproximar dos 300.000 exemplares semanais.

Na edição 501, mais uma vez *Veja* deixou explícita sua defesa ao futuro presidente do país. Devido a uma série de entrevistas cedidas por Figueiredo à imprensa, *Veja* o considerou como um presidente que, antes mesmo de empossado, já representaria um “avanço notável nos destinos do país”. Segundo a revista,

Já o fato de que tenha ocorrido a um futuro presidente dar algum tipo de satisfação à opinião pública é, nos atuais usos e costumes políticos do Brasil, um avanço notável. Que ele tenha tido a coragem de dizer francamente o que pensa e, portanto, de expor-se à crítica torna sua postura da semana passada ainda mais valiosa. O país, no fim das contas, pode ficar decepcionado com a idéia que o general Figueiredo faz do futuro próximo de todos. Mas ele mostrou, com seu ciclo de entrevistas, que pode aceitar uma das mais vitais regras do jogo democrático – e isso é um progresso substantivo<sup>338</sup>.

Como já demonstramos anteriormente, quando do lançamento oficial da candidatura do general Figueiredo, *Veja* afirmou ser esta a sucessão presidencial mais peculiar desde 1964: teria sido a sucessão mais aberta, porque a imprensa, livre de censura, pode anunciar o resultado antes mesmo da votação<sup>339</sup>. Segundo a revista, ao contrário da sucessão de Médici e Geisel, onde a imprensa se viu impossibilitada de divulgar notícias em torno das articulações, o general Figueiredo há meses vinha recebendo jornalistas em seu gabinete. Isto segundo a revista demonstraria a necessidade urgente de reformar o cerne de seu regime. Mas também, de que Geisel seria o primeiro líder pós-64 a colocar o país efetivamente no rumo da

---

<sup>338</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.501 – 12/04/1978.

<sup>339</sup> *Veja*. Ed. 488 – 11/01/1978. Op. Cit.

democracia, como discutimos anteriormente. Já na edição 488, o general Figueiredo concedeu uma entrevista à *Veja* feita pelo chefe de redação em Brasília. O que evidenciava para a revista, que o futuro presidente já aceitava uma das “mais vitais regras do jogo democrático”.

Quando da nomeação dos governadores, *Veja* demonstrou seu desapontamento. Ao invés do jogo esperado de saírem os governadores biônicos e entrar a distensão, o que teria se visto, segundo a revista, teria sido um desastre jamais imaginado. Segundo *Veja*:

Seria difícil, como sempre se soube e se disse, imaginar um processo de escolha de governadores que pudesse rivalizar com este. E, realmente, é necessário um poderoso esforço mental para se visualizar **alguma coisa tão ruim quanto o que se viu** nos últimos meses e semanas em Brasília e nas capitais dos Estados, com nomes sendo **disparados** aqui e ali sem ninguém entender praticamente coisa alguma a respeito do que estava acontecendo, nem como e nem por quê. Já tinha sido **suficientemente desastroso** para o processo, um ano atrás, **expropriar** dos eleitores o direito de escolher seus governadores estaduais. Mas o **desastre foi ainda aprimorado** com a exclusão, também, das forças políticas dos Estados, mesmo as forças políticas que apóiam o governo – e o processo acabou se transformando num **solitário, inacessível jogo de vontades** desenvolvido entre pouquíssimos jogadores, quase sempre só dois, ou mesmo um, dentro do Palácio do Planalto. **Ao país foi reservado o direito de esperar, em boa ordem, enquanto o Palácio ia pensando** – e destacando do seu bloco de notas, nos momentos devidos, faturas com os nomes deste ou daquele adquirente de um governo, Ponto final<sup>340</sup>.

Parece evidente a natureza das críticas de *Veja*, quando reclama da exclusão mesmo de “forças políticas que apóiam o governo”. Somada a afirmação anterior de que é a maior inimiga da subversão, *Veja* deixa claro não apenas sua cumplicidade/apoio à ditadura, mas (mais importante), explicita por que se colocou muitas vezes contra: eram seus os aliados, mesmo sendo apoiadores do governo (portanto, da ditadura). Percebemos mais uma vez que, em determinados momentos, também os aliados da ditadura foram aliados. Porém, as críticas não significam que *Veja* estivesse se posicionando contrariamente a ditadura. Ela esteve sempre buscando seus interesses.

Na citação percebe também o quanto são claras as críticas de *Veja* aos rumos tomados pela política de Geisel. Como viemos demonstrando, a revista vinha apoiando e demonstrando que apesar de toda a visão elitista e conservadora de democracia, o Governo caminhava cada vez mais no sentido da distensão, adotando medidas que nenhum presidente teria tomado durante o governo militar, representando um progresso. Entretanto, como pudemos perceber neste editorial, a eleição governamental vem a demonstrar a manutenção do caráter autoritário e fechado do regime, não atendendo mais as expectativas da revista. Em março, Figueiredo foi promovido demonstrando que a decisão final ainda cabia ao presidente da República, numa demonstração da vitalidade do cesarismo militar, mesmo com todos os percalços da distensão.

---

<sup>340</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.504 – 03/05/1978. Grifos meus.

Em abril, a Arena homologou a chapa Figueiredo-Aureliano Chaves, inviabilizando as pretensões de Magalhães Pinto de conquistar o apoio do partido governista. Em maio, as eleições governamentais continuam centralizadas. E o posicionamento de *Veja* foi o de exacerbar suas críticas que constituíram um agressivo editorial. Segundo a revista,

Ponto final? Não, porque além do processo há os resultados práticos que ele produziu – e, quando se olha para a **coleção de governadores cuja fabricação foi encerrada** na última semana, surge, freqüentemente, a impressão de que se está diante de algum **conto de horror político**. Se o processo tivesse resultado, na indicação de 22 **sábios** sempre seria possível, **com certa boa vontade**, esculpir alguma argumentação que justificasse a ação do poder central. Mas não foi isso, obviamente, o que ocorreu – como não ocorreu em 1966, nem em 1970, nem em 1974 e **nem ocorrerá jamais**, pela excelente razão de que não há homens bons de conhecimento exclusivo e patenteado do Palácio do Planalto<sup>341</sup>.

Na capa, a revista trouxe a imagem de um fantoche, como o título estampado: “Depois dos governadores a submissão dos Estados”. Na tarjeta, a pergunta “E agora, como ganhar as eleições?”. Abaixo, a reprodução da capa da edição 504:



Figura 4 – *Veja*. Ed.504 – 03/05/1978.

Em relação aos nomes nomeados de maneira centralizada, *Veja* defendeu que não havia nada contra as indicações. O problema apresentado é a centralidade da decisão, o que evidenciaria que a distensão proposta por Geisel estaria retrocedendo ao invés de progredir. Segundo *Veja*,

Não que os nomes escolhidos sejam, pessoalmente, inimigos públicos – **pode até ser que haja, entre eles, alguns ótimos sujeitos**. Mas poucas vezes se pode notar, como na semana passada, tanto desagrado, tanta irritação, tanto cansaço com um pacote de decisões de Brasília (...) Há, sobretudo, a completa submissão dos Estados à vontade do poder central – e o extenso, **invencível medo** das forças políticas e sociais que ali se movimentam, medo de sua imaginação, de sua competência e,

<sup>341</sup> Idem.

possivelmente, de seu potencial de independência. Nada disso prenuncia boas notícias pela frente<sup>342</sup>.

Na edição seguinte, *Veja* iniciou o editorial no mesmo tom de desafio: “*Saem governadores biônicos, entra a distensão. Depois do espetáculo que nos foi oferecido nas últimas semanas, o ritual político prevê, agora, dois meses para os debates – e aprovação, claro – das reformas institucionais concebidas no Palácio do Planalto. O que será desta vez?*”<sup>343</sup>. Segundo a revista, alguns “interlocutores presidenciais” já teriam se encarregado de fazer chegar ao domínio público os contornos gerais das propostas de modo a reanimar os espíritos desalentados pela recente intervenção federal na seleção dos futuros governadores. Segundo *Veja*,

O plano não é equivocado: afinal, não se pode recusar de boa fé o apelo à moderação que acompanha, implicitamente, essa nova tentativa de liberalização. Mas não se pode esquecer que o índice de confiança no governo baixou notavelmente nas últimas semanas – e, por isso mesmo, é indispensável que os entendimentos sobre a reforma política incluam respostas de verdade para questões de verdade. É uma tarefa que cabe ao próprio governo, não aos que estão fora dele<sup>344</sup>.

Percebe-se que a revista deu um tom de credibilidade para o governo, mas apontou para a vigilância que continuara mantendo para que as propostas se realizassem. Quando estas reformas começam a parecer mais distantes de se tornarem realidade, *Veja* protestou o seu “*desencanto com toda espécie de fórmulas arquitetadas em Brasília*”<sup>345</sup>. Segundo a revista, este desencanto com as reformas estaria levando à resistências ao governo através da erupção de greves espontâneas de operários da indústria automobilística e eletrônica, dois dos setores econômicos que se notabilizaram nas últimas duas décadas por remunerar seus trabalhadores a níveis bem superiores à média nacional. Segundo *Veja*,

Candidatura militar, soma das oposições, pré-conspiração em São Paulo? Que continuem. Greves nas fábricas do ABC? Que continuem – mesmo porque elas mereceram a tolerância de políticos e até dos expoentes das que nos anos 50 eram chamadas de “classes conservadoras”. O governo, talvez exageradamente preocupado com a intrincada montagem do calendário que no seu modelo deve envolver as reformas, dedicou a essas manifestações de inconformismo um silêncio constrangedor. Em tempos normais, esse aparente pouco caso bastaria para absorver a erupção dos descontentes. Porém, como já não se vive na rotina do imobilismo político, o gesto oficial de subestimação pode custar mais caro. É necessário indagar se a receita das reformas não desandou. E a resposta precisa vir o quanto antes<sup>346</sup>.

---

<sup>342</sup> Idem.

<sup>343</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.505 – 10/05/1978.

<sup>344</sup> Idem.

<sup>345</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.507 – 24/05/1978.

<sup>346</sup> Idem.

Percebe-se a preocupação da revista não é tanto indagar o governo sobre o “desandar da receita” da abertura, mas sim, pedir mais repressão contra os trabalhadores, ao criticar o “silêncio constrangedor do governo” frente às greves do ABC. Como demonstra David Maciel, a emergência do protesto popular nessa etapa foi resultado da crise do modelo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, que colocou a rebeldia popular como uma necessidade inerente à existência das classes subalternas, levando a evolução desta de uma posição de resistência para a de enfrentamento. Em 1978, as contradições do processo distensionista sob o cesarismo militar, o que levou as classes subalternas a transporem os limites econômico-corporativos de sua ação e assumirem uma perspectiva ético-política claramente definida. Segundo Maciel,

A referida perspectiva ético-política manifestava-se na afirmação de uma ação claramente antiautocrática, em que o conjunto das classes subalternas buscava não só fortalecer sua participação política, mas garantir sua autonomia político-organizativa, através da auto-organização e da auto-representação. Tal perspectiva se contrapunha claramente à estratégia distensionista patrocinada pelo bloco no poder e operada pelo governo militar, mas também suscitava contradições profundas no campo de oposição democrática, particularmente em relação à oposição burguesa, de conteúdo anticesarista, e a seus instrumentos de mobilização e representação<sup>347</sup>.

Tendo em vista o avanço do movimento operário e uma evidencia dos limites do instrumental a disposição do Estado e das classes dominantes para tratar a questão, a movimentação das lideranças empresariais do setor de bens de capital, demarcando suas posições diante do governo e tornando-as públicas, evoluiu para a elaboração e divulgação do “Primeiro documento dos empresários”, em junho de 1978. O documento foi assinado por oito dos dez empresários reconhecidos como as maiores lideranças nacionais do empresariado, entre eles: Severo Gomes (ex-ministro da Indústria e Comércio e presidente do Grupo Parahyba), Cláudio Bardella (Abdib e Grupo Bardella), José Mindlin (Fiesp e Grupo Metal Leve) e Paulo Villares (Abdib e Grupo Villares), além de Antonio Ermírio de Moraes (Grupo Votorantim), Paulo Vellinho (Abinee e Grupo Springer-Admiral), Laerte Setúbal (Grupo Duratex) e Jorge Gerdau (Grupo Gerdau). Segundo David Maciel, os eixos principais do documento giravam em torno da mudança da política econômica e da defesa da democracia liberal.

Tal modelo econômico fortaleceria a livre iniciativa e a economia de mercado e, por isso, deveria combinar-se com o estabelecimento do regime democrático, o único flexível o suficiente para evitar que as tensões sociais se transformassem num “indesejável conflito de classes”. Daí a defesa da liberdade sindical, tanto para os

---

<sup>347</sup> MACIEL, David. **A argamassa da ordem**. Op. Cit. P.178.

sindicatos patronais quanto para os trabalhistas, e da negociação entre empresários e trabalhadores, dentro da modernização da estrutura sindical<sup>348</sup>.

O documento inseria a proposta de redução do intervencionismo do Estado e sua concepção de democracia era determinada pela necessidade de contenção do conflito político. Segundo Maciel, *“mais do que isso, tal posição era expressiva das contradições que setores hegemônicos do bloco no poder tinham com o governo militar naquele momento, seja devido à condução da política econômica, seja devido à instabilidade política evidenciada nessa fase da distensão”*<sup>349</sup>.

E, assim que as reformas políticas estiveram prontas, mais uma vez a revista apoiou e defendeu a atitude do governo:

Há quem goste, há quem não goste e, sempre é bom lembrar, há quem esteja pouco ligando – provavelmente, estes últimos até sejam a maioria. Mas não importa: o governo, enfim, aprontou o seu projeto de reformas políticas; elas são, enfim, o primeiro grande passo concreto que se dá para sanear as instituições do país depois de 1968, e com sua aprovação, por disciplina ou por consenso, estará iniciada, enfim, a mudança efetiva do regime. Seria excelente, para o bem geral, que todas as forças capazes de influir de alguma forma na vida política do país soubessem, neste momento, separar direito as coisas. A saber: uma coisa é o governo, do qual cada um tem o direito de achar o que bem entender; outra, muito diferente, é o que o governo faz – e, aí, é preciso julgar objetivamente se o que ele está fazendo é bom ou ruim<sup>350</sup>.

E segundo *Veja*, as reformas políticas cairiam, indiscutivelmente, na categoria do bem. Tanto que, na edição seguinte, *Veja* tratou no editorial, os passos no sentido de acertar o fim do autoritarismo, a partir do banimento dos atos institucionais e da restauração das imunidades parlamentares. Segundo o editorial,

Nas circunstâncias objetivas de hoje, importa menos qual o nome que ocupará a cadeira presidencial e mais, muito mais, as leis pelas quais ele terá de pautar seu comportamento político. E que leis são essas? São leis que, como todos sabem, não devolvem ao país uma democracia digna desse nome – mas que, pela primeira vez em dez anos, fornecem uma base suficientemente ampla e segura para se reivindicar em liberdade tudo o que está faltando<sup>351</sup>.

O projeto de reformas institucionais do governo foi aprovado na íntegra em setembro de 1978 pelo Congresso Nacional e incorporado à Constituição pela Emenda Constitucional nº11. Segundo Maciel,

As principais mudanças foram o fim do AI-5 e de todas as atribuições que este garantia ao presidente da República, como o direito de colocar o Congresso Nacional em recesso, de cassar mandatos parlamentares e os direitos políticos dos indivíduos, de definir as atribuições dos tribunais e violar as garantias do exercício

---

<sup>348</sup> Idem. P.176.

<sup>349</sup> Idem.

<sup>350</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.511 – 21/06/1978.

<sup>351</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.512 – 28/06/1978.

da magistratura com a remoção de juízes. Além disso, o *habeas corpus* para prisões por motivos políticos foi restaurado, a censura prévia aos meios de comunicação foi suspensa, as penas de morte, prisão perpétua e banimento foram abolidas (na verdade, só a última foi aplicada desde o AI-5). No entanto, é importante levar em consideração que estas medidas significaram, em contrapartida, o estabelecimento de mecanismos de “salvaguarda do Estado” que preservaram a institucionalidade autoritária em sua essência. Entre eles, o principal era o “estado de emergência”, voltado especificamente para questões internas, pois o “estado de sítio” valia para o caso de guerra externa<sup>352</sup>.

Em outubro de 1978 o governo aprovou por decurso de prazo a nova LSN. Na reformulação, a aplicação da lei foi ampliada, pois tornou-se crime qualquer ato que diminuísse o ritmo normal de trabalho. Segundo Maciel, “o princípio norteador da reformulação da lei foi o da ampliação da sua aplicabilidade, pois, afinal, o chamado ‘inimigo interno’ não se resumia mais aos grupos da esquerda armada, mas abrangia movimentos de massa, como o operário, o popular e o estudantil”<sup>353</sup>. Percebemos então que Geisel pôs fim ao AI-5, mas garantiu a preservação da institucionalidade autoritária.

Quando se trata da oposição, representado pela candidato general Euler Bentes Monteiro, *Veja* procurou demonstrar certa irracionalidade do MDB. Entretanto, a revista procurou a todo momento, colocá-lo como necessário por “estar participando, a seu modo e dentro de suas possibilidades, de um esforço coletivo para redemocratizar o país”<sup>354</sup>. Restaria à população deixar as coisas acontecerem: “o que importa, agora, é fazer a passagem – e deixar que as coisas desimportantes caiam sozinhas, quietamente liquidadas por sua própria desimportância”<sup>355</sup>. Ou, “fazer a passagem – eis aí o que interessa. O problema essencial da política brasileira, hoje, é defender a democracia. Ou seja: o que importa é preservar os avanços feitos até agora, dar substância às liberdades que existem e montar um terreno firme para o futuro”<sup>356</sup>.

E quando o general Figueiredo chegou à sua inevitável eleição pelo Colégio Eleitoral, *Veja* afirmou:

Com vencedor marcado a eleição sempre esteve, desde que o candidato oficial foi lançado pelo presidente da República em janeiro último. E com participação dos eleitores ela jamais chegou a ser cogitada. O que mudou, isso sim, foi a retórica da oposição: ao constatar, como o resto do país já havia constatado diversos meses atrás, que sua candidatura à Presidência era uma miragem, o MDB e seus sócios militares subitamente redescobrem os vícios de nossa democracia relativa. No entanto, a vitória do general Figueiredo neste domingo será tecnicamente tão boa quanto teria sido a fantasiosa vitória imaginada pela ala radical da oposição para o

<sup>352</sup> MACIEL, David. **A argamassa da ordem**. Op. Cit. P.190-1.

<sup>353</sup> Idem.p.191.

<sup>354</sup> *Veja*. **Carta ao Leitor**. Ed.524 – 20/09/1978.

<sup>355</sup> *Veja*. **Carta ao Leitor**. Ed.513 – 05/07/1978.

<sup>356</sup> *Veja*. **Carta ao Leitor**. Ed.520 – 23/08/1978.

seu general Euler Bentes – é isso, no fundo, o que sobra da barulheira levantada pela candidatura alternativa<sup>357</sup>.

Por fim, quando da eleição de 15 de novembro e após a abertura das urnas, *Veja* afirmou:

As eleições da semana passada deixaram patente, mais uma vez, o quanto de descontentamento, de reprovação e de divergência existe na nação. No entanto, todos esses brasileiros que manifestaram seu desagrado nas urnas continuam a viver e a trabalhar na mais perfeita normalidade. O país está em ordem, não há sequer vestígio de distúrbios, ninguém está atirando pedras. Esta extraordinária paciência é um dado sobre o qual o poder central precisa meditar. A sociedade brasileira está se comportando de forma civilizada. O governo precisa fazer o mesmo<sup>358</sup>.

E os resultados começariam a vir ainda em 1978, quando no editorial de dezembro, *Veja* anunciou o fim do AI-5. Segundo a revista, o AI-5 representou durante os dez anos que esteve em ação, o mito de que os políticos eram incapazes de administrar o país e que por isso, necessitavam separar os bons dos maus cidadãos através de instrumentos de coação. E com o fim do AI-5, expõe-se o desafio de estabelecer regras de convivência estáveis, de forma que todos possam dar sua opinião através do Congresso e que a maioria tenha as condições jurídicas para governar de acordo com seus planos. Segundo *Veja*,

Ao editar o Ato, o governo do marechal Arthur da Costa e Silva imaginava possível resolver essa difícil equação através de uma autoproclamação quase ilimitada de poderes. Agora, o ciclo encerra-se sem deixar saudade. Em seu lugar, recompõe-se gradativamente a arena onde os políticos buscarão ajustar as diferenças da sociedade segundo o espírito e a forma da lei. Ainda não estamos num paraíso democrático. Mas o mundo civilizado das regras duradouras está ao alcance da competência de quem representa a nação<sup>359</sup>.

Como vimos, os editoriais do ano de 1978 foram marcados por grande quantidade de temas políticos, voltados especialmente à nomeação do novo presidente e de discussões em torno das reformas institucionais e da “democracia relativa”. Para finalizarmos o acompanhamento dos editoriais, gostaríamos ainda de demonstrar a “reafirmação de princípios” realizada por *Veja* quando esta completa dez anos de vida.

Em editorial, assinado por Victor Civita, a Carta do Editor traz um título (o único durante o período levantado): “Nos dez anos de *Veja*, uma reafirmação de princípios”. Como nas outras edições em que a revista comemorava aniversário, o editorial começou falando do início de *Veja* e da repercussão que a revista foi adquirindo com o decorrer dos anos.

---

<sup>357</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.528 – 18/10/1978.

<sup>358</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.533 – 22/11/1978.

<sup>359</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.536 – 13/12/1978.

Entretanto, quando dos dez anos, Victor Civita, parece seguro para declarar de forma aberta e sem rodeios, os princípios e objetivos que perfazem *Veja*. Segundo o editorial:

Se tudo isso é motivo de justificado orgulho, é também de responsabilidade e, sobretudo neste momento, de reflexão. Pois o décimo aniversário de *Veja* coincide com um momento particularmente importante na vida do país, quando a abertura política propicia uma metamorfose não apenas no regime mas também nas próprias relações entre os diversos setores da sociedade brasileira. *Veja*, sempre o recordamos, nasceu praticamente junto com o AI-5, com ele sofreu, apesar dele floresceu a ele, finalmente, sobreviverá. De fato, ao completarmos dez anos, o governo do presidente Ernesto Geisel – **cuja estratégia de aperfeiçoamento democrático jamais deixaremos de apoiar** – se preparar para extinguir esta *célula mater* do arbítrio que é o AI-5 e, a partir daí, permitir que o país avance no rumo das instituições democráticas. Estamos portanto numa hora de abertura – e quem diz abertura diz também efervescência, dúvida, conflito de opiniões, de tendências, de idéias<sup>360</sup>.

E, segundo Civita, em momentos como estes em que vive o país, expor com clareza as próprias posições, torna-se tarefa de crescente premência. E o editorial vai começando a demonstrar o que *Veja* pensava e acreditava:

Para começar, queremos afirmar que nos consideramos liberais. Muito se tem discutido, com variados graus de sofisticação, sobre se estas velhas e tradicionais definições ainda são válidas. Para nós são. E ser liberal, para nós, é querer o progresso com ordem, a mudança pela evolução, e a manutenção da liberdade e da iniciativa individuais como pedra angular do funcionamento da sociedade. Acreditamos, assim, no capitalismo democrático e estamos convencidos de que a livre iniciativa é o meio mais eficiente para se promover o progresso social. Isto porque consideramos a livre iniciativa o único sistema compatível ao mesmo tempo com uma sociedade pluralista, com as liberdades fundamentais do indivíduo, com a eficiência, com o dinamismo, com a inovação. E o lucro não é apenas legítimo: é essencial como motivador, aferidor de eficiência e fonte de recursos para os investimentos inadiáveis de amanhã<sup>361</sup>.

O editorial afirmou que é contra o capitalismo estático e excludente, afirmando a necessidade de o capitalismo brasileiro se modernizar e democratizar, cabendo às empresas assumirem, cada vez mais, suas responsabilidades sociais. *Veja* traçou também o papel do Estado neste sentido, redefinindo seus valores:

Na mesma linha de raciocínio, estamos convencidos de que cabe ao Estado criar e desenvolver a infra-estrutura econômica bem como exercer atividades regulatórias, disciplinadoras e coordenadoras. Mas não admitimos a entrada do Estado em setores nos quais a livre iniciativa pode desincumbir-se sozinha, suprindo-se, quando necessário, num mercado de capitais aberto, amplo e vigoroso<sup>362</sup>.

Também o capital estrangeiro tem sua função traçada nos princípios de *Veja*:

Consideramos o capital estrangeiro um fator positivo para o progresso do país e cremos que, em seu atual estágio de desenvolvimento, o Brasil necessita de mais,

---

<sup>360</sup> *Veja. Carta do Editor*. Ed.523 – 13/09/1978. Grifos meus.

<sup>361</sup> Idem.

<sup>362</sup> Idem.

não menos, investimentos vindos do exterior – sempre que acompanhados por modernas técnicas de gestão e por tecnologia avançada, que deite raízes locais<sup>363</sup>.

Em relação às questões sociais, *Veja* afirmou que a injustiça é sinônimo de instabilidade, sendo que o progresso social envolve a inevitável questão de alocação de recursos. “*O custo do progresso social, assim, tem de ser negociado, e de uma maneira que leve em conta, com muito realismo, as possibilidades concretas do país. Nossa convicção é a de que a democracia é a forma mais justa de conciliar a escassez de recursos com a multiplicidade de reivindicações*”<sup>364</sup>. Neste sentido, para *Veja*, os sindicatos deviam existir e negociar livremente, já que sua atuação seria peça importante para ajudar a compor o avanço social. “*A greve deve ser o último recurso, não o primeiro instrumento de pressão*”<sup>365</sup>. Sendo que, segundo a revista, o prejuízo da paralisação seria pago por toda a comunidade. Segundo *Veja*,

Neste momento crucial dos destinos nacionais, não hesitamos em afirmar que a caminhada para a democracia tem, como condição vital para seu êxito, a manutenção da ordem pública. E justamente por considerarmos inseparáveis a ordem e a liberdade é que estaremos permanentemente contra a agitação, o desrespeito à propriedade pública e privada, e a baderna (...) Somos a favor da tolerância e da conciliação nacional, mas não vemos razão para se anistiar pessoas que infringiram o Código Penal alegando razões políticas, nem para incentivar a reorganização de grupos políticos que não aceitam a convivência democrática<sup>366</sup>.

É importante notar como *Veja* se coloca de maneira explícita contra a Anistia e também contra a liberdade de organização partidária plena. Bandeiras estas que posteriormente vai se utilizar para afirmar sua posição de defesa desde a ditadura militar e o que provamos ser incabível.

Por fim, o editorial conclui afirmando que os princípios de *Veja* seriam mantidos, pois eles seriam o melhor para o país. “*Confiemos em que, aqui, coincidimos com a maioria da sociedade brasileira*”<sup>367</sup>. Ou seja, apesar de ser a opinião da revista, o editorial procurou mostrar como sendo formado tendo em conta as preocupações com a sociedade brasileira.

### Conclusões parciais

---

<sup>363</sup> Idem.

<sup>364</sup> Idem.

<sup>365</sup> Idem.

<sup>366</sup> Idem.

<sup>367</sup> Idem.

Apesar de parecer cansativo, terminamos este capítulo com a sensação de dever cumprido. Apesar de ele fugir um pouco dos objetivos da dissertação, de perceber o discurso de *Veja* em relação às empreiteiras de construção civil, ele nos faltava dentro dos objetivos de perceber o posicionamento “geral” da revista neste período ditatorial.

Como pudemos perceber e demonstrar neste levantamento, *Veja* passou seus primeiros anos procurando demarcar a linha editorial da revista, apresentando sua forma de encarar a notícia e sua “honestidade” junto ao público leitor. Como demonstramos, a revista procurar colocar os seus interesses como interesses da nação, afirmando interpretar os fatos no sentido de informar a população de maneira mais completa e jamais demonstrando seus interesses econômicos específicos.

Apesar de os primeiros anos serem de crise, *Veja* procurou sempre esconder isto, afirmando nos seus editoriais os espaços conquistados, cada vez mais amplos junto a sociedade. E, em cada marco superado, a revista não mediu espaço para vangloriar-se da conquista, tanto junto aos anunciantes, quanto aos compradores de banca.

Os primeiros editoriais de *Veja* tiveram uma conotação menos “política” como procuramos demonstrar. O convívio com a censura torna-se um elemento importante, entretanto, parece que *Veja* estava mais interessada em firmar-se no mercado do que discutir os acontecimentos políticos que envolviam o governo militar. Neste sentido, eram poucos os editoriais que tratavam sobre os acontecimentos políticos e econômicos ocorridos na semana e trabalhados nas páginas internas da revista. Parece que *Veja* procurou não demonstrar muito sua opinião sobre o tema, talvez por isto esta ausência nos editoriais.

A partir de 1975, com a revista já consolidada no mercado editorial e com o governo Geisel no poder, *Veja* começou a intensificar seus editoriais com temas de assuntos relacionados ao governo. É um período em que se iniciam as propostas de distensão, e *Veja* não dependia mais tanto dos “benefícios econômicos” do governo. O ano foi marcado então pelos ataques de Mino Carta ao governo e as brigas em torno da censura, que levaram o editor ao desânimo e afastamento da revista.

Quando da entrada de Roberto Guzzo e Sérgio Pompeu, *Veja* já havia se estabelecido no mercado, não precisando mais camuflar seu posicionamento político visando conquistar o público e defender seus financiadores. O embarque na candidatura de Geisel já havia sido realizado e, com as influências diretas de Elio Gaspari, a posição de sintonia com a ditadura e seus eixos programáticos já estavam mais claros.

Como vimos, *Veja* reproduziu a preocupação dos empresários em relação às direções tomadas pelo II PND. Entretanto, a mesma defendeu o governo no sentido de suas orientações políticas e econômicas. Apesar dos “reapertos em seu modelo”, o governo estaria se “esforçando” para superar esse período de dificuldades (1976).

*Veja* defendeu a forma tomada por Geisel de conduzir o projeto distensionista e portanto, as reformas institucionais foram apoiadas pela revista. Reformas estas consideradas condição fundamental para a passagem definitiva da distensão para a abertura. Neste sentido, João Figueiredo como candidato à sucessão presidencial reforçava a estratégia distensionista de reformar a institucionalidade autoritária, preservando seu caráter autoritário. Figueiredo não representava a abertura, mas era uma garantia de que ela continuaria caminhando, mesmo que “lenta e gradualmente”. Vale ressaltar, que o general Golbery do Couto e Silva permaneceu na Casa Civil após a troca de governo, garantindo, dessa forma, a continuidade da transição

A revista defendeu as propostas do governo em caminhar “lentamente” em direção à distensão, mas se utilizou da oposição e das críticas como forma de manter ativo o funcionamento dos debates políticos. *Veja* apóia o projeto distensionista proposto por Geisel, mas reafirma sua posição de “vigiar” para que esta proposta fosse cumprida. Mesmo quando do endurecimento do Presidente tomando decisões arbitrárias e centralizadas, a revista procura demonstrar que ele estaria ampliando o espaço de participação política, revelando mudanças significativas que vinham ocorrendo a quatro anos no país (período de presidência de Geisel). Percebemos a sempre preocupação da revista com um fechamento do processo de distensão já em curso, o que levaria à um retrocesso, neste sentido a posição da revista de apoiar e preservar aquilo que já havia se obtido. Neste sentido, este capítulo procurou demonstrar como a revista foi acompanhando as medidas políticas de Geisel, de maneira a garantir que as reformas institucionais viessem a acontecer, garantindo o processo de distensão já em curso e reforçando a existência da abertura.

Para finalizar, demonstramos a “reafirmação de princípios” de *Veja* vem a confirmar aquilo que já demonstrávamos ao longo dos editoriais. O caráter liberal da revista, de defesa ao capital privado e estrangeiro e por isso, a exigência de uma abertura política para que permitisse a concretização destes interesses.

Esperamos ter contribuído para a compreensão do processo de formação da linha editorial da revista. Não no caráter bibliográfico – que como já demonstramos, existe em

abundância –, mas sim no sentido de entender como a revista foi construindo sua linha editorial, afirmando estar cumprindo um papel de serviço à sociedade.

Percebemos que os primeiros anos de *Veja* foram marcados por um posicionamento mais político da revista. Em 1969, Mino Carta e Raimundo Pereira descobrem a cobertura política como eixo da revista. Com a entrada de Guzzo e Pompeu, a posição de sintonia com Geisel ficou ainda mais evidente, como demonstramos no decorrer do trabalho. A partir dos anos 90, a revista cede mais espaço na pauta para assuntos referentes a comportamento, minorias e saúde. Segundo Alexandre Rossato Augusti, *“isso ocorre devido ao fato de estar crescendo o número de pessoas incorporadas à sociedade de consumo. A realidade de uma revista voltada basicamente à política, como era até meados dos anos 80, não corresponde mais ao enfoque de Veja”*<sup>368</sup>. Baseado em depoimentos de editores da revista, Augusti afirma que era necessário abrir mão do enfoque político e econômico mais profundo para conservar a tiragem da revista. *“Era necessário ceder às exigências do mercado para sustentar esse padrão”*<sup>369</sup>.

---

<sup>368</sup> AUGUSTI, Alexandre Rossato. **Jornalismo e Comportamento**: os valores presentes no discurso da revista *Veja*. Dissertação de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2005. P.78.

<sup>369</sup> Idem.

## CAPÍTULO II – ESTADO, CAPITALISMO NO BRASIL E EMPREITEIRAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL

Este capítulo possui caráter bibliográfico, procurando fazer uma discussão sobre Estado, capitalismo no Brasil e empresas de construção civil, visando, por fim, entender a sociedade civil e o papel de *Veja* na construção/busca do consenso durante o período da ditadura militar brasileira.

Para melhor contextualizar nosso período de estudo e compreender a complexidade que envolve as relações capitalistas, acreditamos ser necessário retroceder um pouco o nosso recorte temporal para visualizar como o capitalismo no Brasil foi se constituindo e quais as relações que o envolveram. Neste sentido, foram realizadas leituras bibliográficas que abrangeram o período pós-1930 até fins da ditadura militar<sup>1</sup>. A escolha dos autores não significa que eles resolvam todos os problemas. A opção tomou como seleção a bibliografia acessível e conhecida sobre o tema. Apesar da importância, não nos deteremos a contextualizar a historiografia citada e trabalhada. Porém, temos ciência de que muitos outros autores abordaram o tema, havendo muitas diferenças entre os recortes e aspectos privilegiados por eles<sup>2</sup>. Nosso objetivo é traçar, através da bibliografia pesquisada, as relações entre Estado e capitalismo no Brasil e a formação da burguesia brasileira, para assim adentrar no posicionamento e discurso da revista *Veja*.

---

<sup>1</sup> Estas discussões bibliográficas foram apresentadas na disciplina Instituições e Relações de Poder, ministrada pelo professor Drº. Paulo Kolling, realizada no segundo semestre de 2009, como cumprimento dos créditos do mestrado.

<sup>2</sup> Para maiores discussões sobre bibliografia ver: FICO, Carlos. **Além do Golpe**: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. RJ: Record, 2004.  
MATTOS, Marcelo Badaró. O governo João Goulart: Novos rumos da produção historiográfica. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.28, nº55, p.245-263- 2008.

Tendo em vista a inter-relação e a dependência, muitas vezes contraditória, de alguns setores empresariais em relação ao Estado, optamos também por discutir, de maneira geral, a constituição da burguesia brasileira. Partimos da obra de Armando Boito Júnior sobre o “Golpe de 1954”, para visualizar as especificidades na constituição da burguesia, tentando estender as discussões até nosso recorte temporal, tomando para isso o auxílio de outras bibliografias importantes.

Terminadas estas discussões, entraremos na questão da construção civil, procurando situar uma das características marcantes do desenvolvimento do capitalismo no Brasil que foi o papel do Estado no impulso à industrialização no que tange a sua função na criação da infraestrutura necessária à indústria pesada, e também no impulso às obras públicas para ampliar e melhorar o raio de ação do capital. A partir deste ponto, entraremos na bibliografia específica a respeito das empreiteiras do ramo da construção civil pesada, ponto específico de nosso trabalho, fechando a parte bibliográfica, que nos dará base à discussão e argumentação na análise das fontes realizadas neste e nos demais capítulos.

Por fim, o trabalho aponta a defesa por *Veja* do capital financeiro, através do acompanhamento das capas e editoriais da revista de cobertura da Bolsa de Valores e do mercado de ações. A análise decorreu de elementos encontrados em nosso levantamento de fontes que nos inquietaram especialmente devido à criação de um caderno especial, situado no final da revista, dedicado especialmente aos “investidores”, cuja participação das empresas de construção civil se fez constante, anunciando seus capitais. Neste sentido, nosso trabalho se pautou em acompanhar, mesmo que de maneira mais demonstrativa, a posição de *Veja* nesta questão.

## **Estado e constituição do capitalismo industrial no Brasil**

Sônia Mendonça em “*Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*”, demonstrou que a principal especificidade do capitalismo no Brasil é a profunda interferência do Estado na sua constituição. Fazendo um balanço sobre a relação que houve entre o Estado e a economia no período 1930-1955, Mendonça afirma que

Foi aí que se produziu uma primeira ruptura no que diz respeito ao avanço da acumulação capitalista no país, no sentido da implantação de um núcleo básico de indústrias de bens de produção, bem como no da redefinição do papel do Estado em

matéria econômica, visando tornar o pólo urbano-industrial o eixo dinâmico da economia<sup>3</sup>.

Segundo Mendonça, a participação da burguesia industrial na defesa e organização de seus interesses específicos já vinha se desenvolvendo desde os anos vinte, tendo como consequência a criação da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), em 1928. Para a autora, a partir da década de 30, o empresariado industrial definiu três frentes básicas para a sua atuação: a luta pela participação efetiva no aparelho de Estado (em Conselhos Técnicos e Comissões); a construção de um discurso próprio que o igualasse às demais “classes produtoras” e, por fim, a elaboração preliminar de um verdadeiro programa industrialista.

A burguesia industrial brasileira se destacou também nesse período, por um esforço no sentido da construção de um discurso que lhe fosse próprio, uma autêntica ideologia industrialista. Segundo Mendonça,

Mas o que a produção ideológica das lideranças industriais revelava era, sobretudo, a visão que tinham os empresários de suas relações com os demais grupos sociais e com o próprio Estado, visão que se plasmava na afirmação do desenvolvimento industrial como a única saída para a superação da fragilidade da economia nacional enquanto fosse baseada na agroexportação<sup>4</sup>.

A ação do Estado, nesse sentido, residiu no esforço em transformar o núcleo urbano-industrial no pólo dinâmico da economia brasileira, através de três frentes enumeradas por Mendonça: a regulamentação da quase totalidade dos fatores produtivos, estabelecendo os chamados preços sociais; a redefinição do próprio papel da agricultura; e a sua própria transformação em investidor nos empreendimentos produtivos de infra-estrutura. Segundo Mendonça, “*em síntese, o papel do Estado no período 1930-55 foi o de criar as bases para que a acumulação capitalista industrial, ao nível das empresas, pudesse se reproduzir*”<sup>5</sup>. Em relação ao papel do Estado enquanto investidor direto em atividades produtivas industriais, Mendonça afirma que, inexistindo o grande capital nacional privado em proporções compatíveis com o vulto da obra econômica a ser realizada, “*o Estado se viu pressionado a atuar muito além do papel de um mero coordenador da economia, transformando-se em investidor*”<sup>6</sup>.

---

<sup>3</sup> MENDONÇA, Sonia Regina de. **Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Graal, 1985. p.13.

<sup>4</sup> Idem. p.20.

<sup>5</sup> Idem. p.28.

<sup>6</sup> Idem. p.31.

Entretanto, como demonstra Armando Boito Jr. no trabalho *“O golpe de 1954: a burguesia contra o populismo”*, não podemos encarar o golpe de Estado de agosto de 1954 como a vitória de um “projeto de desenvolvimento dependente” sobre o “projeto de desenvolvimento autônomo” de Vargas. Segundo Boito, essa concepção em primeiro lugar:

Apresenta uma compreensão errônea dos conflitos existentes no interior da burguesia brasileira. O principal núcleo da burguesia industrial brasileira, longe de pleitear um suposto “projeto de desenvolvimento autônomo”, procurava atrair o capital imperialista para os setores de ponta da indústria de transformação, como no caso da indústria automobilística. E, de outro lado, o setor burguês representado pela UDN quanto o imperialismo norte-americano eram contra a política econômica de desenvolvimento industrial, e era exatamente por isso que se opunham ao governo Vargas<sup>7</sup>.

Armando Boito ressalta ainda que o “sentido histórico fundamental de agosto de 1954” não foi a vitória de uma fração burguesa sobre outra fração da classe dominante. *“Seu aspecto fundamental foi o fato de o conjunto da burguesia ter-se unido, em bloco, para rechaçar a política de Vargas, por entender que ela se mostrava ineficaz para controlar o ascenso do movimento popular a partir da grande greve de março de 1953”*<sup>8</sup>.

Segundo Boito, o governo Vargas não era o representante, em sentido estrito, da burguesia industrial nacional. *“Quem define, em última instância, a política de desenvolvimento, isto é, a política econômica e a política social no decorrer do período 1930-1964 é a burocracia de Estado – as cúpulas da burocracia civil e das Forças Armadas”*<sup>9</sup>. É nesse sentido que Boito define a política populista, que marca todo o período de 1930-64, que foi a política de industrialização capitalista dirigida pela burocracia de Estado, apoiada em amplos setores das classes populares e que se encontra fora do controle das frações burguesas que integram o bloco no poder.

A Revolução de 1930 marca, segundo Francisco Oliveira, o fim de um ciclo e o início de outro na economia brasileira: o fim da hegemonia agrário-exportadora e o início da predominância da estrutura produtiva de base urbana industrial. *“Trata-se, em suma, de introduzir um novo modelo de acumulação, qualitativa e quantitativamente distinto, que dependerá substantivamente de uma realização parcial interna crescente”*<sup>10</sup>.

Neste contexto, alguns aspectos passaram a desempenhar um papel de enorme significação. Segundo Francisco Oliveira, *“a esse respeito, a regulamentação das leis de*

---

<sup>7</sup> BOITO Jr., Armando. O golpe de 1954: a burguesia contra o populismo. 2ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1984. p.15.

<sup>8</sup> Idem. p.16.

<sup>9</sup> Idem. p.18.

<sup>10</sup> OLIVEIRA, Francisco. Op.Cit. p.35.

*relação entre o trabalho e o capital é um dos mais importantes, se não o mais importante”<sup>11</sup>.*

As leis trabalhistas fazem parte de um conjunto de medidas destinadas a instaurar um novo modo de acumulação. Segundo Oliveira,

Para tanto, a população em geral, e especificamente a população que afluía às cidades, necessitava ser transformada em “exército de reserva”. Essa conversão de enormes contingentes populacionais em “exército de reserva”, adequado à reprodução do capital, era pertinente e necessária do ponto de vista do modo de acumulação que se iniciava ou que se buscava reforçar, por duas razões principais: de um lado, propiciava o horizonte médio para o cálculo econômico empresarial, liberto do pesadelo de um mercado de concorrência perfeita, no qual ele devesse competir pelo uso dos fatores; de outro lado, a legislação trabalhista *igualava reduzindo* – antes que incrementando – o preço da força de trabalho. Essa operação de *igualar pela base* reconvertia inclusive trabalhadores especializados à situação de não-qualificados, e impedia – ao contrário do que pensam muitos – a formação precoce de um mercado dual de força de trabalho<sup>12</sup>.

O segundo aspecto apontado por Oliveira refere-se à intervenção do Estado na esfera econômica, operando na regulamentação dos demais fatores, além do trabalho: operando na fixação de preços, na distribuição de ganhos e perdas entre os diversos estratos ou grupos das classes capitalistas, no gasto fiscal com fins direta ou indiretamente reprodutivos, na esfera da produção com fins de subsídio a outras atividades produtivas. Segundo Oliveira, *“aqui o seu papel é o de criar as bases para que a acumulação capitalista industrial, no nível das empresas, possa se reproduzir”<sup>13</sup>*. O Estado opera continuamente transferindo recursos e ganhos para a empresa industrial, fazendo dela o centro do sistema.

O terceiro aspecto a ganhar relevo dentro do processo da nova articulação refere-se ao papel da agricultura. Esta tem, segundo Oliveira, uma nova e importante função, não tão importante por ser nova, mas por ser qualitativamente distinta. Segundo o autor,

Assim, não é simplesmente o fato de que, em termos de produtividade, os dois setores – agricultura e indústria – estejam distanciando-se, que autoriza a construção do modelo dual; por detrás dessa aparente dualidade, existe uma integração dialética. A agricultura, nesse modelo, cumpre um papel vital para as virtualidades de expansão do sistema: seja fornecendo os contingentes de força de trabalho, seja fornecendo os alimentos no esquema já descrito, ela tem uma contribuição importante na compatibilização do processo de acumulação global da economia<sup>14</sup>.

Ao trabalhar a proliferação dos estudos que dizem respeito ao tratamento dado ao capital estrangeiro nos anos 1930-55, Sonia Mendonça assinala a valorização positiva que estes têm dado ao caráter nacionalista da política do novo Estado, afirmando a inexistência de uma penetração maciça dos investimentos externos na economia brasileira, interpretada como

---

<sup>11</sup> Idem. P.36.

<sup>12</sup> Idem. P.38.

<sup>13</sup> Idem.p.40.

<sup>14</sup> Idem. P.47.

fruto de uma “opção” política, conscientemente ditada pela tentativa de se implantar um capitalismo nacional autônomo. Segundo Mendonça,

Em primeiro lugar, devemos deixar de lado qualquer ligação imediata entre o nacionalismo e a fraca penetração do capital estrangeiro. Em verdade, uma vez que se processava uma redefinição do capitalismo internacional desde a crise de 1929, mais correto seria falarmos da não-disponibilidade de recursos e tecnologia no mercado mundial. As economias centrais, preocupadas com sua recuperação da crise, optaram por centralizar investimentos e técnicas em suas próprias fronteiras. Em seguida, a Segunda Grande Guerra continuaria dificultando a articulação entre os centros e a “periferia”<sup>15</sup>.

Segundo a autora, dentro desta caracterização da divisão internacional do trabalho, continuava cabendo aos países do Terceiro Mundo o papel de produtores de matérias primas e produtos agrícolas. *“A ‘opção’ nacionalista pode, assim, ser retraduzida como fruto de uma circunstância de escassez de recursos disponíveis internacionalmente”*<sup>16</sup>.

O cunho nacionalista do novo Estado foi importante dentro do projeto corporativista operando a transfiguração do que era privado em público, do que era individual em coletivo, sendo considerados importantes e legítimos os interesses que construíssem o “bem estar nacional”. Segundo Mendonça, a mística do nacionalismo era expressiva enquanto instrumento de legitimação do novo Estado, sendo necessário, portanto, observar a ênfase no caráter nacionalista da política do Estado como uma apropriação ideológica. A intervenção estatal deve ser observada como forma de tentar superar os pontos frágeis da economia brasileira.

Conforme demonstram Antonio Augusto da Costa Faria e Edgar Luiz de Barros, as relações entre Brasil e Estados Unidos adquiriram novas colorações após a II Guerra. Através das primeiras atividades de João Neves da Fontoura, Ministro das Relações Exteriores, Vargas procurou fazer valer certa “reciprocidade econômica” aos estadunidenses. Segundo os autores,

Na verdade ele manobrava entre duas concepções básicas sobre o desenvolvimento econômico: aquela que defendia uma posição ligada ao desenvolvimento autônomo e preservador das riquezas nacionais e a que advogava a causa do desenvolvimento associado ao capital externo, mesmo nos aspectos respeitantes à produção de caráter estratégico, como o caso do petróleo e minerais atômicos. A primeira atraía não só a simpatia das massas urbanas e militares nacionalistas, como dos comunistas, da maioria do PTB e até mesmo setores do PSD. Em compensação, a idéia de um desenvolvimento intrinsecamente associado com o capital internacional era uma das crenças vitais da UDN, aferrada a uma fórmula capitalista liberal entreguista<sup>17</sup>.

---

<sup>15</sup> MENDONÇA, Sonia Regina de. Op. Cit. P.35.

<sup>16</sup> Idem.

<sup>17</sup> FARIA, Antonio Augusto da Costa; BARROS, Edgar Luiz de. *“Nos braços do povo”*. IN: MENDES JR, Antonio e MARANHÃO, Ricardo (Org.). **Brasil História: texto e consulta**. Era de Vargas. São Paulo, Hucitec, 4ª Ed. 1991. P.249.

A política de Vargas caracterizou-se portanto, por uma política econômica bifurcada, procurando não deflagrar um combate com as forças políticas externas e internas defensoras da penetração imperialista. Segundo Faria e Barros,

Getúlio incentivava as ótimas relações estabelecidas com a Comissão Mista Brasil-EUA, cujos trabalhos se desenvolveram no correr do primeiro ano de seu mandato presidencial e dos quais resultaram empréstimos provenientes do EXIMBANK e do BIRD (Bank for International Reconstruction and Development). Também a promessa de facilitar os investimentos privados e externos, desde que associados aos capitais nacionais e a adoção de uma política cambial flexível – sistema de taxas múltiplas de câmbio – foram fatos reveladores da primeira tendência na política do governo, orquestrada por Horácio Lafer, Ministro da Fazenda e um dos idealizadores do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE)<sup>18</sup>.

Ao longo da Primeira República (1889-1930), a grande burguesia comercial exportadora e importadora detinha a hegemonia política no seio do bloco no poder. A hegemonia política da burguesia comercial é destruída em 1930. Porém isso não representa a afirmação de uma nova fração burguesa hegemônica em seu lugar. *“A dependência da burguesia industrial frente ao imperialismo e à burguesia comercial impede-a de assumir a direção do Estado, embora a política de desenvolvimento pós-30 fortaleça, progressivamente, a posição política da indústria no interior do bloco no poder”*<sup>19</sup>. Segundo Boito, havia até 1964, uma certa situação de equilíbrio, na correlação política de forças entre as classes e forças dominantes. Nenhuma dessas classes e frações possui condições de definir a política de desenvolvimento.

Nós dizemos, então, que se instaura uma crise de hegemonia no interior do bloco no poder. Nessas condições, a burocracia de Estado, apoiada em amplos setores das classes populares, pode manobrar entre os interesses conflitantes das diversas frações burguesas, adquirindo, desse modo, a condição de definir, em última instância a política de desenvolvimento do Estado<sup>20</sup>.

A grande burguesia comercial exportadora e importadora, aliada ao imperialismo estadunidense, se opõe à política econômica industrialista que começou a tomar corpo a partir de 1930. Entretanto, não se pode pensar que a burguesia comercial e o imperialismo estadunidense se opunham à expansão da indústria. Pelo contrário, Boito demonstra que elas contribuem para a criação das condições indispensáveis ao desenvolvimento da indústria capitalista (formação de um mercado de trabalho assalariado e de capitais). O sentido de oposição manifestado pela burguesia comercial e pelo imperialismo é na política econômica

---

<sup>18</sup> Idem.

<sup>19</sup> BOITO Jr., Armando. Op. Cit. p.27.

<sup>20</sup> Idem. p.28.

industrialista, isto é, a uma política econômica que rompesse com a antiga divisão internacional do trabalho, através da industrialização capitalista do país.

Os motivos dessa oposição se deve ao fato da fração comercial da burguesia brasileira constituir-se como burguesia compradora, encontrando-se politicamente atrelada ao capital imperialista. Era formada pelas firmas exportadoras que financiavam, adquiriam e exportavam a produção agrícola do país e pelas firmas importadoras que adquiriam no exterior, para a revenda no mercado brasileiro, os bens de consumo manufaturados que o país importava em função do baixo nível de desenvolvimento do seu parque industrial<sup>21</sup>.

O golpe de Estado de agosto de 1954, embora seja, no fundamental, o resultado de uma ação conjunta das diferentes frações burguesas contra a política populista, representa, também, uma tentativa da burguesia compradora restaurar, como indicou Décio Saes, a sua hegemonia política no interior do bloco no poder. Na verdade, a burguesia compradora foi a força dirigente do golpe de 1954<sup>22</sup>.

A burguesia comercial antiindustrialista encontrava-se organizada, ao nível econômico-corporativo, na Federação das Associações Comerciais do Brasil. Já a FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), constituía-se no principal grupo de pressão da burguesia industrial brasileira.

Em 22 de fevereiro de 1954, a burguesia industrial consumou o seu rompimento com a política populista e se aliou à burguesia comercial e ao imperialismo para combater o governo Vargas. Segundo Boito,

O desfecho da crise de 1953-1954 foi determinado, em última instância, pela contradição que opunha o conjunto da burguesia e o imperialismo às classes populares e, não, pelas contradições existentes no interior das classes dominantes<sup>23</sup>.

Tentando dar uma “sobrevida” ao padrão de industrialização restringida, Vargas iria exacerbar sua feição nacionalista, levando ao primeiro plano dos debates da época as questões do intervencionismo estatal e da recusa do capital estrangeiro no país. Segundo Mendonça, a criação da Petrobrás e do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE), geraram intensa polêmica entre os dois projetos conflitantes de desenvolvimento econômico do país: Um que apontava para a associação com o capital estrangeiro como única forma possível de promover a modernização da economia industrial brasileira; e outro (congregando setores de classe média, pequena burguesia industrial, além de setores do Exército do proletariado e

---

<sup>21</sup> Foi a burguesia compradora quem dirigiu, no final da ditadura do Estado Novo, a construção da União Democrática Nacional.

<sup>22</sup> BOITO Jr., Armando. Op. Cit. p.37.

<sup>23</sup> BOITO Jr., Armando. Op. Cit. p.96-7.

intelectuais) continuava a bater-se pela promoção de um capitalismo nacional, na base de sérias restrições à entrada de tecnologia e capitais externos.

Segundo Mendonça, na prática, a postura nacionalista se inviabilizava e tornava-se insustentável.

Se a expansão industrial dependia, quantitativa e qualitativamente, da capacidade de importar gerada pelo setor agrário-exportador, era evidente que uma modernização tecnológica ficaria confinada à “estagnação” enquanto contida nos limites da “substituição de importações”<sup>24</sup>.

Nesse sentido, a abertura da economia ao capital estrangeiro se colocou como solução para o impasse da “substituição de importações” que se esgotava: *“O reverso da medalha seria a implantação de um novo modelo de acumulação que, consolidando o capitalismo brasileiro, iria redefinir e aprofundar a dependência econômica do país”*<sup>25</sup>.

O governo de Café Filho, representou a preponderância da burguesia compradora frente à burguesia industrial. *“A indústria, ao romper com o populismo, liquidou as condições políticas que viabilizavam a política de industrialização, e permitiu que a correlação de forças no interior do bloco no poder se invertesse em benefício da burguesia comercial”*<sup>26</sup>.

A posse de Juscelino Kubitschek foi, segundo Mendonça, o marco na reorientação dos rumos da economia brasileira, redefinindo o novo setor industrial a ser privilegiado pelo Estado (o setor produtivo de bens de consumo duráveis como o setor de ponta da acumulação) e estabelecendo as novas estratégias para o financiamento da industrialização brasileira. Além disso, através do compromisso populista, o Estado não poderia abrir mão de sua política tributária ortodoxa, deixando de taxar as classes proprietárias em geral.

Disto beneficiava-se a burguesia industrial, o mais novo parceiro do poder, que não sofreu pressões sobre seu lucro fomentado, aliás, pelo próprio governo. Somados todos esses fatores, tinha-se em gestação, mesmo antes de 1955, o processo de concentração de capitais e empresas que deu suporte às alterações do modelo econômico, independentemente de qualquer “conspiração de gabinetes” ou “maquiavelismo político”<sup>27</sup>.

Em relação às formas associativas que penetram no aparelho de Estado e atuam de dentro do aparelho do Estado como formadores da vontade nacional, Virginia Fontes afirma que o período Kubitschek, *“é um dos casos mais interessantes, em que os grupos executivos*

---

<sup>24</sup> MENDONÇA, Sonia Regina de. Op. Cit. p.44.

<sup>25</sup> Idem. p.45.

<sup>26</sup> BOITO Jr., Armando. Op. Cit. p.97.

<sup>27</sup> MENDONÇA, Sonia Regina de. Op. Cit. p.46.

vão penetrar no Estado, definir a política de Estado e não sairão jamais. Eles se dissolvem como grupo executivo, mas se manterão como conselhos no interior do Estado brasileiro”<sup>28</sup>.

Destacam-se também as transformações sofridas pelo mercado interno nacional. Os altos índices de crescimento do pólo urbano-industrial atraíram para as cidades um expressivo contingente populacional do campo, ampliando a massa total de poder aquisitivo. Além disso, o crescimento do setor terciário urbano, fazendo-os profissionais bem remunerados, ampliava o setor de consumo.

Também a conjuntura internacional, concluídos os planos de reconstrução do pós-guerra, os centros capitalistas adquiriram certo grau de estabilidade econômica que os levou a buscar novas oportunidades lucrativas de exportação de capitais. “*Optou-se pela internacionalização da economia brasileira, abrindo-a ao capital estrangeiro sob a dupla forma de empréstimos e investimentos diretos. Implantava-se aí o que alguns denominam ‘modelo do capitalismo dependente-associado’*”<sup>29</sup>. Estavam lançadas as bases do conhecido “tripé” da indústria brasileira, dividida entre o capital privado nacional (responsável pelas empresas produtoras de bens de consumo); o capital estrangeiro (ligado ao setor de duráveis); e o capital estatal (alocado no setor de bens de produção).

Em relação ao “extraordinário período expansivo” de 1956-1962, Luciano Coutinho e Henri-Philippe Reichstul, apontam como condições peculiares alguns pontos:

De um lado a concorrência internacional entre os grandes oligopólios estrangeiros estimularia o estabelecimento das grandes empresas européias nos mercados latino-americanos, tradicionalmente considerados como “campo americano”, em retaliação à agressiva penetração das subsidiárias norte-americanas na Europa. Esta circunstância permitiu à política econômica do período Kubitschek oferecer, de forma bem sucedida, uma generosa série de incentivos especiais ao investimento direto, flexivelmente administrados por Grupos Executivos Setoriais, envolvendo desde a concessão de terreno industrial, facilidades e isenções na importação do equipamento fixo, financiamentos especiais, etc. Por outro lado, a entrada das empresas estrangeiras era apoiada pelos maciços investimentos no setor produtivo estatal e pelas inversões públicas em infra-estrutura (viária e serviços de utilidade pública). Paralelamente, viabilizou-se com o apoio financeiro do Estado, a montagem de vários subsectores fornecedores, através da iniciativa privada nacional. Foi tarefa explícita da política econômica a de procurar fundir os interesses desses três protagonistas dentro do novo pacote de inversões, protegendo notoriamente o elo mais fraco – o capital nacional – nas negociações pertinentes a cada setor<sup>30</sup>.

---

<sup>28</sup> FONTES, Virginia. *A sociedade civil no Brasil contemporâneo: lutas sociais e luta teórica na década de 1980*. IN: NEVES, Lucia e LIMA, Julio. **Fundamentos da educação escolar no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2006. p.101.

<sup>29</sup> MENDONÇA, Sonia Regina de. Op. Cit. p.48.

<sup>30</sup> COUTINHO, Luciano; REICHSTUL, Henri-Philippe. *O setor produtivo estatal e o ciclo*. IN: MARTINS, Carlos Estevam (Org.). **Estado e capitalismo no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 1977. p.66.

A definição das bases da associação com a grande empresa estrangeira oligopolista coube ao Estado que executou uma ambiciosa experiência de planejamento integrado: o Programa de Metas, formado em 1955, com integrantes da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). O Plano de Metas tinha com objetivo "crescer cinquenta anos em cinco", desenvolvendo a indústria de base, investindo na construção de estradas e de hidrelétricas e fazendo crescer a extração de petróleo, tudo com o objetivo de arrancar o Brasil de seu "subdesenvolvimento" e "transformá-lo num país industrializado". Para manter o ritmo previsto, era necessário um investimento monetário importante nas obras públicas e na construção civil. Os industriais brasileiros continuavam investindo nos setores tradicionais (tecido, móveis, alimentos, roupas e construção civil), e as multinacionais entravam no Brasil para a produção de bens de consumo. O Plano de Metas dividiu-se em 31 metas que privilegiavam 5 setores da economia brasileira: energia, transporte, indústrias de base, alimentação e educação. As metas deveriam ser definidas e implementadas em estreita harmonia entre si, para que os investimentos em determinados setores pudessem refletir-se positivamente na dinâmica de outros. O crescimento ocorreria em cadeia. Segundo Sonia Mendonça, através do Plano de Metas, "*o Estado adquiria novas funções e esferas de atuação econômica que passavam desde a sua definição como banqueiro do capital privado (através das agências públicas de financiamento do crédito industrial), até o seu papel de proprietário*"<sup>31</sup>.

Em relação ao nacional-desenvolvimentismo, Mendonça demonstra que o principal responsável pela elaboração de seu discurso foi o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Criado em 1955, sob o "patrocínio" do Ministério de Educação e Cultura, o ISEB teria por objetivo pensar o desenvolvimento do país, seus problemas e alternativas de superação. Segundo Mendonça, embora apresentando diferenças internas marcantes, o pensamento isebiano possui pontos em comum no tocante a, pelo menos, dois aspectos: uma visão dualista da sociedade brasileira; e a "eleição" da burguesia industrial como a vanguarda da "revolução" possível no país<sup>32</sup>.

Segundo Luciano Coutinho e Henri-Philippe Reichstul,

Em linhas gerais, o ciclo expansivo 1956-62 representou um *momento fundamental* no desenvolvimento do capitalismo no País, caracterizado pela criação da base produtiva pesada de bens de capital circulante (através do SPE), acompanhada de uma drástica mudança na estrutura produtiva do setor de bens de consumo,

---

<sup>31</sup> MENDONÇA, Sonia Regina de. Op. Cit. p.50.

<sup>32</sup> Para um maior aprofundamento ver: TOLEDO, Caio Navarro de. **ISEB: Fábrica de Ideologias**. 2ª Ed. São Paulo: Ática, 1982.

concretizada pela introdução de blocos de bens duráveis (através de empresas internacionais) e, ademais, pelo lançamento das bases do setor de bens de capital fixo. Estas profundas mudanças na configuração do sistema industrial, expressas pelas novas dimensões funcionais e pelo considerável peso adquirido pelo departamento de bens de capital, marcariam, daí em diante, um *novo padrão* de acumulação de capital<sup>33</sup>.

A autonomia das empresas públicas depende, segundo Sulamis Dain, em grande medida, do grau de controle exercido sobre seu potencial de acumulação via preços, que por sua vez está em relação direta com a maior ou menor articulação destes setores produtivos com os segmentos industriais dinâmicos da industrialização que se inicia com o Plano de Metas. Depende também da participação dos insumos de origem pública nos custos industriais, e da capacidade das empresas estatais de compensar os preços subsidiados aos quais está obrigada a fornecer sua produção em certas áreas de atuação, por meio de seu poder de “mark-up” sobre outros setores. Sulamis Dain aponta como exemplos dentro do “capital produtivo estatal”, os serviços industriais de energia elétrica e a indústria siderúrgica. Segundo Sulamis Dain, a realização do potencial de acumulação do setor público empresarial, bem como a apropriação dos recursos nele gerado, depende fundamentalmente dos papéis que foram sendo definidos para estas empresas, face às necessidades de acumulação e às demandas do setor privado. Segundo Dain,

Portanto, por mais eficiente que possa ser uma empresa pública, se a ela se agrega uma função implícita de reforço à acumulação privada, a qual necessariamente reduz sua capacidade de autofinanciamento, a mesma empresa está obrigada a recorrer a fontes externas de recursos, acrescentando novas etapas à cadeia de operações entre setor público e setor privado<sup>34</sup>.

Segundo Sulamis Dain, ao analisar a dicotomia entre a empresa estatal como unidade produtiva e eventual subsistema de poder e como instrumento da política econômica, afirma que as iniciativas resultando no controle de alguns setores produtivos serviram para reforçar um modelo de capitalismo em que estado e capital estrangeiro dividiram entre si as novas áreas de atuação, e no qual os blocos de investimento público nos setores básicos constituíram uma garantia para a entrada do capital estrangeiro nos setores da demanda final, notadamente no de bens de consumo duráveis. “*Não há que se perder de vista que só então se define o padrão de industrialização brasileiro e se estabelece a articulação mais estreita entre estado e capital estrangeiro*”<sup>35</sup>.

---

<sup>33</sup> COUTINHO, Luciano; REICHSTUL, Henri-Philippe. Op. Cit. p.67.

<sup>34</sup> DAIN, Sulamis. *Empresa Estatal e a política econômica no Brasil*. . IN: MARTINS, Carlos Estevam (Org.). **Estado e capitalismo no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 1977. p.151.

<sup>35</sup> Idem. p.145.

Segundo Ruy Mauro Marini, por volta de 1960 a expansão industrial brasileira se verá contida de duas maneiras: pelo exterior, através da crise da balança de pagamentos, dando duas alternativas: desvalorização da moeda (dificultando a importação) ou conter a exportação de lucros ampliando o mercado internacional para os produtos brasileiros; e pelo interior, através do esgotamento do mercado para os produtos industriais, que só podia ampliar-se através da reforma da estrutura agrária. É nisso que se fundamenta o que Marini chama de *“binômio política externa independente versus reforma agrária, que dominará o debate político a partir de 1960”*<sup>36</sup>.

Marini aponta também para a cisão horizontal, onde o desemprego no campo ocasionou migração para as cidades, ocasionando lutas pela posse da terra e elevação do custo de vida nas cidades.

A cisão vertical que opunha a burguesia industrial ao setor agroexportador e aos grupos estrangeiros, em 1954, somava-se, agora, horizontalmente, a oposição entre as classes dominantes como um todo e as massas trabalhadoras da cidade e do campo<sup>37</sup>.

Francisco Paulo Cipolla usa a denominação “Estado como Empresário” para caracterizar as transformações ocorridas a partir da crise de 1962-1967.

Ocorre que, de empresas eminentemente propiciadoras de condições à acumulação privada, as Empresas Governamentais estão se metaforseando em empresas lucrativas, sem, no entanto, terem completado ainda, de todo, o ciclo do capital como nas empresas privadas, pois persistem em sua função de transferidoras de mais-valia àquelas<sup>38</sup>.

Segundo Mauro Marini, de janeiro de 1961 a abril de 1964, o país presenciou três tentativas de implantar um governo forte, *“tentativas que se basearam em diferentes coalizões de classe e que refletiram, em última instância, na correlação real de forças na sociedade brasileira”*<sup>39</sup>. A primeira, teria se concretizado no governo de Jânio Quadros,

Representando um ensaio de bonapartismo carismático, ungido de legalidade e com uma marca de progressismo em grau suficiente para obter a adesão das massas, ao mesmo tempo que suficientemente liberado de compromissos partidários para que, em nome do interesse nacional, pudesse arbitrar os conflitos de classe<sup>40</sup>.

---

<sup>36</sup> MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000. P.24.

<sup>37</sup> Idem. P.29.

<sup>38</sup> CIPOLLA, Francisco Paulo. *A estatização segundo Wilson Suzigan*. IN: MARTINS, Carlos Estevam (Org.). **Estado e capitalismo no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 1977. p.108.

<sup>39</sup> MARINI, Ruy Mauro. Op. Cit. P.29.

<sup>40</sup> Idem. P.29.

Através da reformulação geral do esquema cambial, de um “maior liberalismo econômico”, de uma política externa com posição de autonomia no plano internacional e a política de preços mínimos, Jânio Quadros feria profundamente a estrutura do domínio dos latifundiários e especuladores comerciais sobre os camponeses, estrutura que se apoiava principalmente na fixação de preços à produção e no ágio. Neste sentido, Jânio Quadros tenta voltar ao poder através da renúncia. Segundo Marini, *“a resposta de Jânio Quadros, através de sua renúncia, era também de um gesto ‘golpista’, inscrevendo-se ambas na tendência para um governo de força que caracterizava a política brasileira”*<sup>41</sup>.

Com a renúncia de Jânio, o povo saiu às ruas para enfrentar a direita, mas não tomou o nome de Jânio Quadros como bandeira e sim o de João Goulart, muito mais ligado às diretivas das massas. João Goulart assumiu a presidência, através de um regime parlamentarista. Segundo Marini,

A força de João Goulart no movimento sindical levou a burguesia a depositar nele suas esperanças de contê-lo e utilizá-lo em sua tentativa de constituir um governo forte, capaz de atacar aos dois fatores determinantes da crise econômica (o setor externo e a questão agrária), abrindo à economia novas perspectivas de expansão<sup>42</sup>.

Entretanto, ocorreu nesse período uma proliferação de organizações de esquerda e também um aumento das organizações de direita. Tendo em vista tudo isso, a intervenção norte-americana não tardou em se revelar. Segundo Marini, o embaixador Lincon Gordon desenvolvia uma atividade imensa junto às classes empresariais.

E um organismo diretamente financiado por grupos estrangeiros e – como denunciou o governo de João Goulart – pela Embaixada dos Estados Unidos, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) interferiu diretamente na vida política, apoiando um grupo parlamentar (Ação Democrática Parlamentar) e financiando, nas eleições, aos candidatos de sua preferência<sup>43</sup>.

A burguesia retirava cada vez mais seu apoio a João Goulart e se deixava ganhar pelo pânico difundido pelos grupos reacionários. Classes médias tornavam-se cada vez mais permeáveis à propaganda que lhes apresentavam as reivindicações operárias como elemento determinante da alta do custo de vida. Greves pareciam uma confirmação de que o país encontrava-se ao bordo do caos e as levaram a aceitar a tese da direita de que tudo aquilo era apenas um plano comunista. Além disso, a contribuição da Igreja Católica com as “marchas da família, com Deus, pela liberdade”, veio a aumentar essa impressão.

---

<sup>41</sup> Idem. P.35.

<sup>42</sup> Idem. P.36.

<sup>43</sup> Idem. P.41.

Acuado, João Goulart tentou voltar-se para a esquerda, aprovando as reformas de base (1964), em um comício com cerca de 500 mil pessoas. Entretanto, Goulart não recebeu o apoio da fração militar que, pelo contrário, o pressionou para que dissolvesse a CGT e liquidasse as organizações de esquerda. Para completar, uma agitação no setor militar, com a rebelião dos marinheiros em março de 1964. Segundo Marini, foi no governo de Goulart que as tensões sociais chegaram a um ponto crítico. O autor demonstra que, desde o momento em que João Goulart se mostrou incapaz de realizar essa aliança (burguesia com as classes populares), a burguesia, necessitando sempre de um governo forte, tinha que contar com a direita. Por outro lado, a mudança que se efetua no interior da classe burguesa, desde 1955, com o aumento do setor vinculado ao capital estrangeiro, fazia cada vez mais possível esse acordo entre os grupos dominantes. Segundo Marini,

O regime militar que se implanta em abril de 1964 inaugura um novo estilo na política externa do Brasil, cujo principal objetivo parece ser o de conseguir uma perfeita adequação entre os interesses nacionais do país e a política de hegemonia mundial levada a cabo pelos Estados Unidos<sup>44</sup>.

Mendonça afirma que “o *panorama da sociedade brasileira em inícios dos anos 1960 revelou, de forma inusitada, o emaranhado de contradições acumuladas ao longo das décadas precedentes*”<sup>45</sup>. Além de entrar numa fase descendente do ciclo econômico, a acumulação capitalista no Brasil era obstaculizada por dois outros fatores em inícios dos anos 60: a impossibilidade momentânea do Estado realizar novos investimentos e as manifestações políticas do colapso populista. Já o capital estrangeiro passou a evitar o mercado brasileiro, temendo a desestabilização política do regime.

O golpe de 1964 correspondeu, portanto, à redefinição do pacto do poder no país. Sua articulação originou-se numa primorosa composição entre dois segmentos básicos – os militares e o empresariado industrial – manifestada institucionalmente no “complexo” Escola Superior de Guerra (ESG) – Instituto de Pesquisas Econômico-Sociais (IPES) e Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD)<sup>46</sup>.

Ainda em relação às organizações empresariais IPES e IBAD, é de suma importância destacar a obra do cientista político uruguaio, René Armand Dreifuss, “*1964: a conquista do Estado*”<sup>47</sup>. Nesta obra, Dreifuss demonstra como o complexo IPES/IBAD funcionou como

---

<sup>44</sup> Idem. P.49.

<sup>45</sup> MENDONÇA, Sonia Regina de. Op. Cit. p.69.

<sup>46</sup> Idem. p.74.

<sup>47</sup> DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado**. Ação política, poder e Golpe de Classe. 6ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

um “Estado Maior” da burguesia multinacional – associada, que desenvolveu uma ação medida, planejada e calculada que a conduziu ao poder. Segundo Dreifuss,

O que ocorreu em abril de 1964 não foi um golpe militar conspiratório, mas sim o resultado de uma campanha política, ideológica e militar travada pela elite centrada no complexo IPES/IBAD. Tal campanha culminou em abril de 1964 com a ação militar, que se fez necessária para derrubar o Executivo e conter daí para a frente a participação da massa<sup>48</sup>.

Dreifuss demonstrou que o “complexo IPES/IBAD atuava de maneira bastante variada, amparando-se em recursos e financiamentos razoavelmente abundantes. Segundo Dreifuss, a ação ideológica e social baseava-se em duas modalidades. Na Doutrinação Geral: apresentando as abordagens da elite orgânica aos responsáveis por tomadas de decisão políticas e ao público em geral, assim como causar um impacto ideológico em públicos selecionados e no aparelho de Estado, com o objetivo de difundir ou fortalecer atitudes e pontos de vista tradicionais de direita e estimular percepções negativas do bloco popular nacional-reformista; e a Doutrinação Específica: onde a elite orgânica tencionava moldar a consciência e a organização dos setores dominantes e envolvê-los na ação como uma “classe para si” enquanto consolidava a liderança política das frações multinacionais e associadas dentro da classe dominante. Segundo Dreifuss,

A partir de suas diretrizes políticas e de sua ação, a elite orgânica centrada no complexo IPES/IBAD sentia a necessidade de uma atividade ideológica que levasse ao poder. A formação de um bloco burguês militante, como um meio de subir ao poder. A formação de um bloco burguês militante e sua liderança político-militar pela elite orgânica mostrava-se uma condição necessária na luta do emergente bloco de poder para harmonizar sua predominância no campo econômico com a sua autoridade política e a sua influência no aparelho do Estado. A formação de um bloco burguês militante sob a liderança da elite orgânica era também necessária para alcançar a contenção das classes subordinadas e a exclusão dos interesses tradicionais<sup>49</sup>.

E o autor ressalta,

Porém, a contenção ideológica das classes populares e a mobilização ideológica das classes médias por si próprias não eram suficientes para levar a uma troca de regime. A contenção ideológica era suplementada e coordenada com outras atividades nos campos políticos e militares<sup>50</sup>.

René Dreifuss e Otávio Dulci ao caracterizar as Forças Armadas antes de 1964, afirma que, sob a constatação do divisionismo ideológico no interior da corporação militar, procurou-se incrementar a homogeneidade ideológica entre setores sociais estratégicos. “*A sociedade*

---

<sup>48</sup> Idem. P.247.

<sup>49</sup> Idem. P.278.

<sup>50</sup> Idem. P.278.

civil, em sua pluralidade, continha aliados potenciais a serem articulados ao projeto em esboço na área militar”<sup>51</sup>. Neste sentido desenvolve-se a percepção da necessidade e legitimidade da interação orgânica de militares e empresários que conferiu a marca política da Escola Superior de Guerra.

Segundo Dreifuss e Dulci, após 1964, com o AI-5 as Forças Armadas se tornaram um ator político reformulado, desdobrando-se para desempenhar uma multiplicidade de papéis políticos e ao mesmo tempo pressionado por um conjunto de reivindicações e interesses freqüentemente contraditórios, enfim, se tornado, segundo os autores, num poder dirigente sobre a nação. Elas assumiram a promoção do Desenvolvimento pela garantia da Segurança, na forma definida pelos ideólogos da Escola Superior de Guerra e dentro das condições da lógica da coerção. Segundo Dreifuss e Dulci, *“da perspectiva da congruência de valores e da relação entre o empresariado e as Forças Armadas, o binômio Segurança e Desenvolvimento só poderia ser a segurança e o desenvolvimento dos componentes dessa relação, para que esta se mantivesse”*<sup>52</sup>.

Segundo Mendonça e Fontes, o golpe de 1964 não correspondeu a nenhum marco no sentido da definição de um novo modelo de acumulação. Pelo contrário, seu papel foi apenas o de garantir a consolidação definitiva do modelo implantado nos anos 50, aprimorando-o. Segundo as autoras, para que ocorresse esse “aprimoramento” bastava recriar as bases do financiamento das inversões necessárias à retomada da expansão e institucionalizar o processo da concentração oligopolística que já vinha ocorrendo. *“Dentro deste quadro, o favorecimento da grande empresa era o seu objetivo. O arrocho salarial, sua estratégia. O combate à inflação, sua justificativa legitimadora. O ‘milagre’ econômico veio a ser seu resultado”*<sup>53</sup>.

Portanto, o período compreendido entre 1962 e 1967 foi todo ele de crise econômica, sendo que, a partir da inflexão produzida em 1964, se praticou uma recessão calculada, tida como necessária para o restabelecimento do ciclo econômico. Seu resultado seria – entre 1968 e 1974 – o conhecido “milagre brasileiro”, cuja essência nada mais significou senão a garantia de lucros faraônicos às empresas monopolistas (nacionais e estrangeiras)<sup>54</sup>.

---

<sup>51</sup> DREIFUSS, René Armand; DULCI, Otávio Soares. As forças armadas e a política. IN: SORJ, Bernardo; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. **Sociedade e política no Brasil pós-64**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983. P.91.

<sup>52</sup> Idem. P.96.

<sup>53</sup> MENDONÇA, Sonia Regina de. FONTES, Virginia Maria. **História do Brasil recente**. 1964-1992. 4ª Ed. São Paulo: Ática, 2004. P.21.

<sup>54</sup> MENDONÇA, Sonia Regina de. Op. Cit. p.75.

As funções econômicas do Estado foram redefinidas em três outras direções, como demonstra Sonia Mendonça: a) como captador da poupança interna nacional; b) como produtor e redistribuidor desses recursos; e c) como gerente dos ativos financeiros. Para dar o salto qualitativo necessário à manutenção do ritmo da acumulação eram necessários, ainda, elevados investimentos em ramos industriais estratégicos (como a siderurgia, química básica e energia). Pelo seu vulto e longo período de maturação, essas inversões não se tornavam atraentes ao capital privado, tornando-se “tarefa” do Estado. *“Internacionalização e desnacionalização são categorias que definem o estado da economia no período”*<sup>55</sup>.

Também Francisco Oliveira demonstra que a política econômica pós-64 tem todas as marcas de uma estratégia “A la multinacional” e, não por acaso, tem todos os seus resultados. Segundo o autor:

O crescimento dos setores produtivos comandados pelos grandes trustes – eufemisticamente chamados empresas multinacionais – a concentração da renda, a realimentação do processo inflacionário com o intuito da correção monetária, uma política de salários que quer ter como parâmetro de sua fixação a produtividade global da economia e não a produtividade de cada setor e até de cada indústria. Seu resultado mais geral, no entanto, é criar as condições para que a empresa monopolista se desempenhe bem. Alguns tolos podem retrucar dizendo que rigorosamente não há empresa monopolística no Brasil, pois nenhuma detém sozinha o controle de algum setor produtivo, mas isso é um argumento que somente satisfaz a própria tolice de quem assim entende a questão. O Conselho Interministerial de Preços é bem a marca dessa política econômica: as empresas manipulam os preços, que são endossados pelo Conselho e no fundo o CIP é a expressão daquilo em que se transformou a economia brasileira: algumas dezenas de empresas ditam os caminhos da economia nacional<sup>56</sup>.

Neste sentido, Francisco Oliveira fez uma tabela comparando os 100 PNBs mais altos do mundo em 1969 – levantados por Levinson – , alinhando entre eles alguns países e grandes empresas internacionais, com as empresas consideradas como as maiores do Brasil, segundo o “Quem é Quem na Economia Brasileira”, da Revista Visão, 14/28 de agosto de 1972. A tabela realizada por Oliveira reproduzimos abaixo:

| <b>PRINCIPAIS EMPRESAS INTERNACIONAIS E SUA EXISTÊNCIA NO BRASIL</b> |                        |                             |                                               |
|----------------------------------------------------------------------|------------------------|-----------------------------|-----------------------------------------------|
| <b>Nº que expressa sua importância na lista de Levinson</b>          | <b>Nome da empresa</b> | <b>Existência no Brasil</b> | <b>Posição entre as 200 maiores do Brasil</b> |
| 15                                                                   | General Motors         | Sim                         | 28º                                           |
| 20                                                                   | Standar Oil New Jersey | Sim                         | 43º                                           |

<sup>55</sup> Idem. p.82.

<sup>56</sup> OLIVEIRA, Francisco de. **Capital, inflação e empresas multinacionais**, de Charles Levinson. Rio, GB: Editora Civilização Brasileira, 1972. P.180.

|     |                                  |          |      |
|-----|----------------------------------|----------|------|
| 21  | Ford Motor                       | Sim      | 29°  |
| 26  | Royal Dutch/Shell                | Sim      | 41°  |
| 32  | General Electric                 | Sim      | 32°  |
| 34  | IBM                              | Sim      |      |
| 37  | Mobile Oil                       | Sim      |      |
| 41  | Unilever                         | Sim      | 154° |
| 42  | Texaco                           | Sim      | 73°  |
| 45  | ITT (+ Grinnel)                  | Sim      |      |
| 49  | Gulf Oil                         |          |      |
| 50  | Western Electric                 | Sim      |      |
| 51  | U. S. Steel                      | Sim (*)  |      |
| 54  | Standard Oil of California       | Sim      | 43°  |
| 56  | Ling-Temco-Vought                |          |      |
| 57  | Du Pont                          | Sim      |      |
| 58  | Philips                          | Sim      | 76°  |
| 59  | Shell Oil                        | Sim      | 41°  |
| 60  | Volkswagenwerk                   | Sim      | 15°  |
| 61  | Wstinghouse Electric             | Sim      |      |
| 62  | Standard Oil Indiana             | Sim      | 43°  |
| 63  | British Petroleum                |          |      |
| 65  | General Telephonic & Electronics | Sim      |      |
| 66  | Imperial Chemical                | Sim      |      |
| 67  | Goodyear Tyre & Rubber           | Sim      | 62°  |
| 68  | RCA Victor                       | Sim      |      |
| 71  | Swift                            | Sim      | 132° |
| 73  | McDonnell-Douglas                |          |      |
| 74  | Union Carbide                    | Sim      | 60°  |
| 75  | Bethlehem Steel                  | Sim (**) | 47°  |
| 76  | British Steel                    |          |      |
| 77  | Hitachi                          |          |      |
| 78  | Boeing                           |          |      |
| 80  | Eastman Kodak                    | Sim      |      |
| 81  | Procter & Gamble                 | Sim      |      |
| 82  | Atlantic Richfield               | Sim      | 79°  |
| 83  | North America Rockwell           | Sim      | 90°  |
| 84  | International Harvester          | Sim      |      |
| 85  | Kraftco                          |          |      |
| 86  | General Dynamics                 |          |      |
| 87  | Montecatini Edison               | Sim      |      |
| 88  | Tenneco                          |          |      |
| 89  | Siemens                          | Sim      |      |
| 90  | Continental Oil                  |          |      |
| 91  | United Aircraft                  |          |      |
| 92  | British Leyland                  |          |      |
| 94  | Daimier-Benz                     | Sim      | 35°  |
| 95  | Fiat                             | Sim      |      |
| 96  | Firestone                        | Sim      | 67°  |
| 97  | August Thyssen-Hutte             |          |      |
| 98  | Toyota                           | Sim      |      |
| 99  | Farbwerk Hoechst                 | Sim      | 179° |
| 100 | BASF                             | Sim      |      |

Quadro 1 - Comparação entre os 100 PNBs mais altos do mundo em 1969 e as empresas consideradas as maiores do Brasil em 1972 – Francisco Oliveira

(\*) Associada no Brasil à Vale do Rio Doce, na meridional de Mineração

(\*\*) Associada no Brasil ao Grupo Antunes.

Como demonstra e afirma Francisco Oliveira, das 53 empresas “multinacionais” constantes na relação do livro de Charles Levinson, como membros do seletto grupo de corporações que controlam a produção e as finanças internacionais (excluindo os Bancos que não constam na lista de Levinson) pelo menos 38 delas têm negócios no Brasil, tendo aqui instaladas filiais. E, 21 delas estão no seletto clube de grandes empresas com atividades no Brasil. Segundo Francisco Oliveira,

Assim, no “milagre” brasileiro estão presentes todos os ‘santos’ da corte internacional. Seria estranho, portanto, que os rumos da economia brasileira não tivessem sido, nos últimos anos, aqueles apontados nos parágrafos anteriores, e mais estranho que a política econômica não os tivesse beneficiado direta e indiretamente<sup>57</sup>.

O Governo Castelo Branco, em meio à estagnação e crise agonizada pela tentativa de estabilização da inflação, implementou um elenco de reformas institucionais incisivas, reestruturando todo o *modus operandi* do sistema de política econômica governamental. Segundo Luciano Coutinho e Henri-Philippe Reichstul,

O conjunto de reformas do período 64/66 ensejou uma marcada reorganização da estrutura industrial, no sentido de aumentar a centralização do capital, permitindo a desnacionalização com concentração relativa em alguns setores de bens de consumo não-duráveis e a desnacionalização com concentração vertical nos subsetores fornecedores dos blocos produtores de bens duráveis, sob o domínio das empresas estrangeiras<sup>58</sup>.

É nesse sentido também que Luciano Coutinho e Henri-Philippe Reichstul, propõem a hipótese de que foram as empresas do setor produtivo estatal (especialmente no setor elétrico), o primeiro elemento a romper o ciclo estagnante, pelo lado das inversões, reacionando a retomada da acumulação de capital produtivo. Segundo os autores, os investimentos privados somente recuperar-se-iam com vigor, após 1970, depois de mais de dois anos de expansão acelerada: “*Em suma, fica patente que o investimento privado não exerceu papel positivo para a retomada – se na verdade teve um papel, este foi recessivo*”<sup>59</sup>.

Para Sulamis Dain, com o Plano de Metas de JK, a criação e ativação da atividade empresarial do setor público foi exigida pelo setor privado, e representou fator essencial à realização de um projeto de industrialização baseado em maiores escalas produtivas e em blocos concentrados de investimento. “*No entanto, a concepção de uma ação estatal*

---

<sup>57</sup> Idem. P.183.

<sup>58</sup> COUTINHO, Luciano; REICHSTUL, Henri-Philippe. Op. Cit. p.71.

<sup>59</sup> COUTINHO, Luciano; REICHSTUL, Henri-Philippe. Op. Cit. p.74.

*diretamente produtiva sem uma contrapartida em termos de esquema de financiamento foi um dos principais obstáculos com que se defrontou o setor público brasileiro no ciclo de expansão, que se inicia em 1957*”<sup>60</sup>. Neste sentido, a reformulação institucional que se configurou no período pós-1964 representou, segundo Dain, uma ampliação do raio de ação estatal, desde então cada vez mais centrado na dimensão produtiva de suas empresas.

O estado autoritário que então se implantou favoreceu, do ponto de vista institucional, a centralização normativa, de comando e de recursos que, de certa maneira, complementaram e reforçaram a política de investimentos públicos diretos iniciada no período anterior. Mais que isso, elevou-se a esfera da influência do estado sobre a vida econômica do país.

A reforma fiscal, monetária e creditícia ampliaram, de imediato, apenas o potencial de ação do setor público, uma vez que se iniciaram em plena recessão econômica. Na recuperação, no entanto, o conjunto de novos instrumentos de captação de recursos à disposição do setor público possibilitou a efetiva elevação dos recursos canalizados através da poupança institucional, que tem sido repassada, de várias formas, às esferas pública e privada da economia<sup>61</sup>.

O ano de 1968 constituiu um marco na história da acumulação capitalista no Brasil, como demonstra Guido Mantega. Iniciava-se o “milagre brasileiro” que, sob o escudo de um vigoroso autoritarismo militar, iria propiciar lucros faraônicos para os monopólios nacionais e estrangeiros. *“A desarticulação das forças populares e o alijamento dos setores mais atrasados das classes dominantes dos centros de poder, deixava o caminho livre para a consolidação dos grandes grupos econômicos e dava lugar a um dos períodos mais rendosos da acumulação capitalista no país*”<sup>62</sup>. Segundo Mantega,

Nesse período, aceleraram-se as taxas de acumulação à custa de concentração de renda, do incremento das exportações, da rearticulação e concentração do sistema financeiro, da maciça intervenção estatal na economia e, finalmente, a ampla generosidade governamental de um Estado que extorquia o que podia da grande maioria da sociedade, para dar o que tinha e o que não tinha aos grandes monopólios<sup>63</sup>.

Em setembro de 1970, Delfim Netto<sup>64</sup> e João Paulo dos Reis Velloso<sup>65</sup>, definem a política econômica através de dois planos: I PND e “Metas e bases para a Ação do governo”, sendo que o último apresentava que *“o Brasil precisaria crescer pelo menos 7% ao ano,*

---

<sup>60</sup> DAIN, Sulamis. Op. Cit. P.163-4.

<sup>61</sup> Idem. P.164.

<sup>62</sup> MANTEGA, Guido. *Acumulação de capital, crise e capital estrangeiro*. IN: MANTEGA, Guido e MORAES, Maria. **Acumulação monopolista e crises no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. P.51.

<sup>63</sup> Idem.

<sup>64</sup> Delfim Netto foi Ministro da Fazenda entre os anos de 1967 e 1974.

<sup>65</sup> João Paulo dos Reis Velloso foi Ministro do Planejamento durante o governo de Médici e Geisel. Tanto Delfim Netto quanto Velloso são considerados importantes articuladores dos planos que levaram o Brasil ao “crescimento econômico”. Velloso participou também da criação do Instituto Nacional de Altos Estudos, organizador do Fórum Nacional, em 1988, como demonstraremos adiante.

*incorporar as tecnologias mais modernas aos segmentos mais dinâmicos da sociedade e integrar segmentos e regiões atrasados ao núcleo mais moderno da economia”*<sup>66</sup>.

O I Plano Nacional de Desenvolvimento, publicado em dezembro de 1971, prometia transformar o Brasil em “nação desenvolvida”. Segundo Prado e Earp, o I PND pretendia elevar a taxa de investimento bruto para 19% ao ano. Para isto, deveria dar-se prioridade a grandes programas de investimento: siderúrgico, petroquímico, corredores de transportes, construção naval, energia elétrica (inclusive nuclear), comunicações e mineração.

Entre as medidas tomadas para a concretização do “boom”, destaca-se a mudança de ênfase da política econômica. Mudou-se a política antiinflacionária, amenizando a contenção salarial; o combate à inflação deixou de ser feito através da contenção creditícia e passou para a esfera do controle de preços dos segmentos não competitivos da economia; o sistema financeiro foi reformulado, incentivando a centralização dos capitais bancários; ampliou-se o crédito à disposição dos consumidores em geral, etc<sup>67</sup>.

A redução absoluta dos salários foi um importante mecanismo para financiar o crescimento econômico brasileiro, como também afirma Dreifuss. Deve-se também levar em conta o papel desempenhado pelos ativistas do IPES na desestabilização da organização política dos trabalhadores e no Ministério do Trabalho e Previdência Social. Segundo Dreifuss,

Os Grupos de Estudo e Doutrina do IPES, em colaboração com outros membros que haviam trabalhado no Setor Sindical do IPES, prepararam uma série de reformas destinadas a conter o movimento da classe trabalhadora, bem como a quebrar a manipulação populista que fora tradicionalmente estabelecida através do Ministério do Trabalho. Essas reformas foram incorporadas ao Ministério, moldando, assim, os acontecimentos dos anos seguintes, refinando e complementando as técnicas do Estado Novo. A nova legislação trabalhista do governo serviu a três finalidades principais. Primeiramente, aumentou o controle direto dos sindicatos, impedindo-os de fornecer uma base organizacional para ataques da classe trabalhadora a políticas governamentais específicas, ao novo sistema político e contra as condições sociais que o sistema veio a preservar. A nova legislação trabalhista também procurou fortalecer os aspectos corporativos da estrutura sindicalista pelo seu papel na construção nacional e na manutenção da coesão social. Finalmente, sob o pretexto do controle da inflação, tentou transferir recursos para a indústria submetendo a classe trabalhadora a diversos tipos de programas de poupança forçada<sup>68</sup>.

Os associados do IPES também foram úteis no estabelecimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS. Segundo Dreifuss, um dos maiores benefícios para os

---

<sup>66</sup> PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). IN: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilda de Almeida Neves (Org.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. RJ: Civilização Brasileira, 2003. p.221.

<sup>67</sup> Idem.

<sup>68</sup> DREIFUSS, René. **1964: a conquista do Estado**. Op. Cit. P.460.

trabalhadores brasileiros, anterior à deposição de João Goulart, havia sido a estabilidade por tempo de serviço, isto é, a garantia contra a demissão. *“Os investidores estrangeiros faziam forte objeção à lei da estabilidade, e a nova administração aquiesceu a essas objeções”*<sup>69</sup>. Em 1966 foi submetido ao presidente um anteprojeto de lei abolindo a forma anterior de estabilidade, substituindo-a por um fundo para pagamento de rescisão de contrato, o FGTS. A lei que criou o FGTS exigia que os empregadores abrissem uma conta bancária em nome de cada empregado e que nela depositassem todo mês o equivalente a 8% do salário do empregado – o Crédito por Tempo de Serviço. Os empregados poderiam retirar o seu saldo apenas em caso de demissão, aposentadoria ou sob outras condições especificadas.

Como demonstra Guido Mantega, esse grande número de subvenções, isenções, financiamentos e outras regalias, que *“esvaziavam as burras do Estado, não poderiam sustentar indefinidamente a ascensão meteórica das taxas de lucro, pois eram acompanhados pelo endividamento estatal e pela evasão de divisas promovida pelas empresas estrangeiras, enviando seus polpudos lucros para o exterior”*<sup>70</sup>. Em meados dos anos 70, o ciclo expansivo começa a tropeçar nas contradições tecidas pelo nexos econômico-financeiro com o capitalismo internacional. Daí para a frente, as taxas de lucro começam a claudicar, anunciando o fim de mais um ciclo expansivo.

A crise do “milagre” foi marcada por duas peculiaridades, segundo Mendonça: tratou-se de uma crise de endividamento e de uma crise de esgotamento do fôlego do Estado na manutenção do ritmo do crescimento. A existência de empresas estrangeiras ocupando lugar de relevo na economia do país criara um nexos com o exterior de grande peso na formação desta crise.

O Estado, nesse sentido, buscou reordenar as prioridades do desenvolvimento econômico nacional através do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), já aprofundado no primeiro capítulo. Lançado no início da gestão Geisel, o II PND tinha como meta para a economia brasileira promover a “substituição” do carro chefe da acumulação – o setor de bens de consumo duráveis – por um outro – o setor de bens de produção. O agente desta reorientação seria, segundo Mendonça, a empresa produtiva estatal.

Luciano Coutinho e Henri-Philippe Reichstul identificam quatro tipos de “pacotes”, dentro do bolo de novas inversões planejadas, onde os interesses alinham-se de forma específica:

---

<sup>69</sup> Idem. p.461.

<sup>70</sup> MANTEGA, Guido. *Acumulação de capital, crise e capital estrangeiro*. Op. Cit. P.52.

- 1) Em primeiro lugar mencionamos os grandes projetos de expansão do próprio SPE, tais como o III Estágio do Plano Siderúrgico, os novos projetos energéticos de grande porte (Itaipu e Centrais Atômicas), o extenso programa de perfurações na plataforma continental pela Petrobrás, a Ferrovia do Aço, o ambicioso plano de expansão da Vale do Rio Doce, o plano de expansão de telecomunicações. Mesmo considerando, que uma parcela razoável destes projetos vem sendo postergada, percebe-se que eles beneficiam diretamente importantes segmentos do capital estrangeiro na área de material elétrico e de bens de capital, o setor doméstico de bens de capital sob encomenda e as grandes empresas nacionais de construção civil pesada.
- 2) Outro elenco de grandes projetos (alguns suplementam parte dos mencionados acima) são os empreendimentos para exportação de minerais e produtos metalúrgicos na base de joint-ventures. Nestes o estado se articula diretamente com grandes empresas internacionais, beneficiando parcialmente o setor doméstico de bens de capital. Na negociação destes projetos os oligopólios alienígenas levam grandes vantagens de barganha em função da situação crítica do endividamento externo, podendo impor melhores condições de participação e vinculando os financiamentos em moeda estrangeira à compra de equipamentos no exterior. A maior parte destes projetos tem tido encaminhamento frustrado.
- 3) Um grande número de projetos privados de expansão de insumos básico para suprir o mercado interno (fertilizantes, papel, produção de álcool, não-ferrosos) que também beneficiam diretamente setores privados nacionais e estrangeiros de bens de capital. Neste campo os empresários nacionais têm recebido substancial apoio do BNDE.
- 4) Finalmente vários projetos de expansão na área de bens de capital fixo sob encomenda que tendem a ser repartidos entre setores nacionais e estrangeiros. Note-se que a viabilidade destes projetos repousa na materialização dos projetos dos itens 1, 2 e 3 dependendo especialmente do direcionamento das compras e encomendas de bens de capital por parte das empresas estatais<sup>71</sup>.

Por volta de 1976, o pacto de dominação vitorioso com o golpe dava sinais de ruptura. Por um lado, esboçava-se o divórcio entre os interesses do capital bancário e os do capital industrial. Por outro lado, situava-se a dissidência no próprio seio da burguesia industrial, originada da disputa pelos excedentes numa conjuntura de recessão crônica.

Enquanto para o capital estrangeiro era fundamental drenar recursos e facilidades para o setor de bens de consumo duráveis e para a importação de equipamentos, o capital privado nativo tinha interesses opostos. Sua reivindicação consistia no bloqueio aos competidores externos e no estabelecimento de garantias de mercado, além da readequação dos gastos públicos. Já o setor agrário pleiteava a manutenção dos subsídios do Estado para financiar suas exportações<sup>72</sup>.

Apesar de sua dependência contraditória com relação ao Estado, alguns setores empresariais passaram a se interessar em propor outras formas políticas de dominação.

---

<sup>71</sup> COUTINHO, Luciano; REICHSTUL, Henri-Philippe. Op. Cit. pgs. 92-93.

<sup>72</sup> MENDONÇA, Sonia Regina de. Op. Cit. p.90.

A busca da ampliação dos espaços de discussão e encaminhamento das demandas e decisões dos empresários bem como o fato de desejarem maior consenso diante das classes trabalhadoras explicam sua acalorada defesa do projeto de “abertura”, bem como a dianteira política que tomaram ao proporem saídas alternativas para a crise econômica e política do país. A capacidade destes setores se articularem no combate ao regime autoritário materializou-se em projetos políticos que privilegiam o consenso à repressão<sup>73</sup>.

Porém, como ressalta Mendonça, a reivindicação desses setores empresariais é essencialmente política, *“no sentido de redefinir um pacto de dominação que ‘supere’ o caráter ‘selvagem’ do capitalismo, mas sem movimentos traumáticos à dominação do capital – em especial diante da reanimação do movimento operário”*<sup>74</sup>.

## **A constituição da burguesia brasileira**

Partindo desta caracterização mais geral sobre o papel do Estado e a constituição do capitalismo no Brasil, de 1930 até quase fins da ditadura militar, passaremos a uma breve discussão sobre a constituição da burguesia brasileira. Como bem demonstrou Armando Boito Jr., não devemos entender a burguesia brasileira como um todo homogêneo, mas sim, com interesses diversos, que em determinados períodos se unem em prol de um objetivo comum. Neste sentido, nosso trabalho visa perceber esta luta intra-classe da burguesia brasileira, sempre levando em consideração que a “setorialização”, tão funcional para a sustentação da ordem burguesa, tende a desaparecer dependendo da conjuntura em que se encontra.

Eli Diniz Cerqueira e Renato Boschi defendem a tese de que a burguesia industrial nos países de capitalismo periférico não é hegemônica. Segundo os autores, a burguesia industrial brasileira deve ser percebida enquanto possuidora de uma heterogeneidade interna do grupo, na medida em que o recrutamento do empresariado industrial se fez a partir de vários setores da atividade econômica (comércio, serviços, bancos e setor rural), quanto em termos de diferenças setoriais e regionais. Segundo Diniz e Boschi,

Com a progressiva diferenciação do aparelho estatal e a fragmentação da burguesia, ao mesmo tempo em que a última não atua em moldes coesos, tem por outro lado, maiores oportunidades e canais de acesso ao Estado na implementação de aspectos específicos de seus interesses.<sup>75</sup>

---

<sup>73</sup> Idem. p.99.

<sup>74</sup> Idem. p.99.

<sup>75</sup> CERQUEIRA, Eli Diniz; BOSCHI, Renato Raul. *Elite Industrial e Estado: uma análise da ideologia do empresariado nacional nos anos 70*. IN: MARTINS, Carlos Estevam (Org.). **Estado e capitalismo no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 1977. P.171.

Eli Diniz e Renato Boschi afirmam que a principal reivindicação do grupo da classe empresarial é essencialmente de ordem política. A burguesia se coloca, segundo os autores, como alternativa à conquista de um espaço político dentro do atual sistema.

É neste sentido também que Diniz e Boschi demonstram que, segundo a sua pesquisa, a elite industrial não se coloca contrária à intervenção do estado na economia. Baseados em entrevistas, os autores afirmam que em alguns casos, observou-se mesmo a justificativa desta intervenção pela necessidade de preencher espaços vazios que o setor privado não tinha condições de ocupar. Entretanto, a ação do estado produtor só seria legítima para estes empresários, dentro de limites bem específicos, ou seja, os parâmetros de não competitividade com a empresa privada.

Os autores caracterizam a atuação do empresariado industrial face ao Estado em dois momentos distintos no processo de industrialização no Brasil: O primeiro período, que se estende de 1930 a 1945, refere-se a uma fase crucial correspondente à implantação do capitalismo industrial no país, observando-se nesse momento o deslocamento progressivo do eixo da economia do setor agrário-exportador para o setor urbano-industrial, processo esse que colocaria em primeiro plano a oposição indústria/agricultura, com todas as implicações daí derivadas<sup>76</sup>.

O segundo período analisado por Diniz e Boschi, de 1964 a 1976<sup>77</sup>, avaliou o impacto da mudança do modelo político instaurado a partir de 64 no processo econômico, detectando a nova correlação de forças responsável pelo conjunto das mudanças verificadas e a maneira pela qual o empresariado nacional aí se inseriu. Segundo os autores:

Assim como em 30, a discussão atual se volta para o papel representado pelo empresário em vista da emergência de um novo ator, os grupos multinacionais, que imprimem ao processo econômico o seu caráter internacionalizado. Atualmente, o empresariado nacional tem sua posição consolidada no cenário econômico, diversificando suas áreas de atuação, paralelamente à expansão crescente das empresas estatais e estrangeiras, contrariando, em alguns sentidos, a expectativa de análises que previam a redução progressiva do espaço econômico por ele ocupado. Também neste caso, a existência de um regime autoritário caracterizado pela presença marcante do Estado, num modelo de tipo excludente, leva a interpretações, por vezes errôneas, sobre o real significado da atuação política do empresariado. Nosso ponto a esse respeito é o de demonstrar o papel, novamente ativo, que esse mesmo empresariado teve na constituição do chamado modelo burocrático-autoritário<sup>78</sup>.

---

<sup>76</sup> DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato. **Empresariado nacional e Estado no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.

<sup>77</sup> História do tempo presente, portanto para os autores, que escrevem o livro em 1976.

<sup>78</sup> DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato. **Empresariado nacional e Estado no Brasil**. Op.Cit. p.18.

Dentro desse pressuposto de penetração do capital estrangeiro, os autores afirmam que:

A tendência crescente parece ser a de simbiose ou associação em determinadas áreas da indústria, como se pode observar pelo próprio padrão de crescente expansão do setor internacionalizado da economia. O fato de ser necessária a mediação do estado e da sua atuação no que diz respeito aos estatutos legais disciplinando o capital estrangeiro ser efetivamente bastante exigente, demonstra que a necessidade de manutenção de um espaço nacional é importante, tanto para a burguesia, quanto para o próprio estado, em termos de sua identidade como atores políticos. Não é outra a razão dos constantes debates em torno da presença do capital estrangeiro, com freqüente abono de setores da burocracia, incorporando a defesa da empresa privada nacional<sup>79</sup>.

O papel do Estado frente a entrada das multinacionais passou a ser de elemento estratégico que, segundo Fernando Henrique Cardoso, funciona como uma dobradiça, para permitir que se abram as portas pelas quais passa a história do capitalismo nas economias periféricas que se industrializam. Segundo Fernando Henrique,

A própria penetração das multinacionais requer um estado capaz de ordenar o espaço econômico e de proporcionar-lhes os supostos para a acumulação; estes levam a transformar a riqueza nacional em pré-condição para a acumulação privada estrangeira<sup>80</sup>.

Neste sentido não há, por parte dos empresários, uma luta contra a perpetuação de um sistema político fechado. O estado continuaria a ser o “campo privado das elites”, porém, aí incluídos os grupos empresariais de peso, tal como se pode depreender da defesa, pelo empresário, de um modelo no qual as franquias políticas não são extensivas ao operariado. Segundo Diniz e Boschi,

Portanto, embora no momento atual a ideologia da burguesia industrial, em seus contornos, possa apresentar traços liberais, implícita na sua proposta política de liberalização do regime, está contida a idéia da perpetuação de um sistema político fechado, ampliando-se, porém, em seu benefício, os canais de acesso aos centros de decisão<sup>81</sup>.

Os autores destacam para o papel da burguesia enquanto ator político relevante do sistema de alianças que, em cada momento histórico, conduziria o processo de mudança política. Percebemos estas características na participação dos empresários na constituição de um modelo crescentemente caracterizado pela expansão e diversificação das responsabilidades e áreas de controle do estado sobre diversas esferas, como sejam, por exemplo, o controle da classe operária, previdência social, mecanismos de captação de recursos e normativização da economia. Segundo Diniz e Boschi, encontramos-nos em um

<sup>79</sup> CERQUEIRA, Eli Diniz; BOSCHI, Renato Raul. *Elite Industrial e Estado*. Op. Cit. P.182.

<sup>80</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. *Desenvolvimento capitalista e Estado: bases e alternativas*. IN: MARTINS, Carlos Estevam (Org.). **Estado e capitalismo no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 1977. P.208.

<sup>81</sup> CERQUEIRA, Eli Diniz; BOSCHI, Renato Raul. Op. Cit. P.183.

momento em que a burguesia cada vez mais faz o governo governar por ela. Para isto, não basta articular interesses econômicos gerais, que independem de regime político. É necessário transformar interesses políticos em instituições públicas. Segundo Diniz e Boschi,

Se é verdade que não se pode identificar na burguesia brasileira uma elite capaz de exercer hegemonia, por outro lado é possível detectar a existência de uma elite industrial consolidada, com suficiente capacidade de articulação para defender seus interesses econômicos imediatos e, mais ainda, para defender a sobrevivência de certos princípios básicos para a manutenção da identidade do grupo. Se essa elite não foi capaz de definir um projeto de dominação política, por outro lado, a defesa de alguma forma de participação no processo político, bem como do delineamento das prioridades econômicas, vem à tona toda vez que o grupo sente que está perdendo o controle dos rumos impressos pelo estado ao processo econômico (...). O poder de mobilização revelado por essa elite se acentua, quando o controle do Estado se torna um empecilho à plena consecução dos interesses privados, observando que em tais movimentos, as setorializações da classe tendem a desaparecer em prol de um projeto comum<sup>82</sup>.

Tratando do capital-imperialismo do mundo contemporâneo, Virginia Fontes explica que este não se limita às expropriações primárias e secundárias, mas envolve uma enorme expansão de formas associativas voltadas para a sua dominação, frentes móveis de sua expansão internacional, profundamente cosmopolitas e abarcando enormes contradições. Segundo Fontes,

A dominação burguesa ocorre simultaneamente em múltiplos níveis, desde a produção do mais-valor até o Estado, passando pela cultura, pelas formas de estar no e de sentir o mundo e pelas modalidades de participação política. Sob o capital-imperialismo, essa enorme abrangência da dominação é ainda reforçada pela disponibilização de trabalhadores que fomenta, pela atuação das frentes móveis internacionais, pela aglutinação concentrada e proprietária dos meios de comunicação e informação. O papel dos intelectuais torna-se crucial nesse processo, razão pela qual procuramos apresentar simultaneamente processos históricos mais amplos e algumas das mais amplas e algumas das mais difundidas formas de sua elaboração intelectual, tanto no sentido acadêmico, quanto no sentido diretamente organizativo, uns e outros reelaborando o papel dos intelectuais orgânicos no Brasil contemporâneo<sup>83</sup>.

Neste sentido, a autora trabalha com o papel da organização política e cultural das diferentes frações das classes dominantes e sua penetração no Estado, no processo mesmo de intensas lutas sociais que atravessavam o Brasil nos anos 1970 e 1980. Segundo Fontes, a modernização capitalista acelerada sob a ditadura militar aprofundaria as formas associativas preexistentes – aparelhos privados de hegemonia – em grande parte ligados aos próprios interesses dominantes e expressando interesses corporativos empresariais, uma vez que

---

<sup>82</sup> Idem. P.186.

<sup>83</sup> FONTES, Virginia. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ 2010. P.218.

seletividade repressiva e autocrática estrangulava as vias de crescimento das entidades organizativas populares. Segundo Fontes,

Após o golpe de Estado civil-militar de 1964, houve uma importante expansão de associações empresariais por setores e ramos de produção a partir da década de 1970, as chamadas ‘associações paralelas’, que duplicavam a estrutura de representação empresarial oficial, de cunho corporativo-estatal.<sup>84</sup>

Uma consistente pesquisa documentada da articulação da sociedade civil no Brasil foi realizada por René Dreifuss no livro “1964 – A conquista do Estado”, já citado. Dreifuss demonstrou a extensa rede de organizações empresariais reunidas em torno do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) que, articulados no âmbito do Estado, especificamente no terreno militar através da Escola Superior de Guerra, exerceram intenso trabalho de preparação ideológica e cultural e aparelharam-se para a efetiva conquista do Estado.

Ao falar sobre o poder, Dreifuss afirma que este, no âmbito da ação social, é “*a capacidade de planejar e conduzir a ação política*”<sup>85</sup>. A ação política pode, segundo Dreifuss, ser realizada por meio de mecanismos repressivos, recursos de comunicação, meios de pressão política, recursos de coação econômica e canais de mobilização participante, espelhando e constituindo o poder de uma classe, organização, estrutura de ação ou grupo ativista. Neste sentido, quem exerce o poder, segundo Dreifuss são as Forças Armadas, pois elas têm e utilizam ‘naturalmente’ os recursos informativos, analíticos e avaliatórios e os métodos de planejamento e imposição de vontades sobre a estrutura e o comportamento social, na conjuntura e situação política, tendo em vista o processo e as perspectivas político-ideológicas; O governo, que por sua absorção do Estado e dos recursos de ação da máquina gerencial, se perfila como um *sistema de atuação estatal*; e o empresariado que, segundo Dreifuss,

O empresariado, por seu caráter de classe, isto é, por sua autoconsciência coletiva, pelo discernimento claro dos seus interesses de conjunto não-negociáveis e de suas necessidades fundamentais. A expressão concreta disto, enquanto estrutura e atuação, se dá através do processo de formação e de exercício de: a) organicidade corporativa; b) consensualização solidária de interesses; c) articulação e estruturação (preparo) político-operacional; e d) predisposição para a ação de Estado, organizada de forma regular, com abrangência e escopo nacional, dando assim uma forma geral a seus interesses particulares, isto é, apresentados como sendo de interesse do país como um todo. Isto se expressa nas múltiplas organizações táticas e operacionais, de cunho político e cultural que o empresariado constitui, e em sua constante e laboriosa atualização funcional. Nesse contexto, pode-se falar do empresariado como sendo uma verdadeira estrutura de poder, uma associação para a ação, uma

---

<sup>84</sup> Idem. P.225.

<sup>85</sup> DREIFUSS, René. **O Jogo da Direita**. Petrópolis: Vozes, 1989. P.20.

coletividade societária referenciada politicamente para a conformação estatal – enfim, uma *Sociedade Política Empresarial*<sup>86</sup>.

Em relação à Sociedade Política Empresarial, Dreifuss afirma que em 1964 deu-se a recomposição do sistema de dominação através de um golpe de classe, pela via da intervenção militar-empresarial, após mais um suposto fracasso dos partidos. Segundo Dreifuss, “*uma nova composição empresarial, desenvolvida na década de 50, chega a controlar as rédeas da máquina gerencial-estatal, formando um novo bloco de poder, através de ‘elites orgânicas’ nacionais e internacionais. A Sociedade Política Empresarial consolida suas posições*”<sup>87</sup>.

Utilizando-se da pesquisa de Dreiffus, Virginia Fontes afirma que:

O trabalho de Dreifuss deixa entrever uma característica peculiar dos processos políticos brasileiros – a repressão seletiva havia favorecido a expansão de entidades de aglutinação de interesses e de convencimento social de cunho empresarial, ao mesmo tempo em que havia dramaticamente constrangido e jugulado as iniciativas organizativas de cunho popular. Dreifuss, ao mostrar o crescimento da sociedade civil no Brasil – como forma de organizar o convencimento social – mostra que esta era majoritariamente composta de setores das classes dominantes e não hesitava na utilização aberta da coerção de classe<sup>88</sup>.

Neste sentido, Fontes afirma que as décadas de 1970 e 1980 foram especialmente ricas no que concerne à constituição de organizações, tanto de base empresarial quanto sindicais e populares, que afrontavam em sua multiplicidade a seletividade repressiva dominante. As lutas populares foram intensas, complexificando efetivamente os processos de direção e construção de hegemonia.

Virginia Fontes ressalta que o empresariado brasileiro não era homogêneo nem tinha posições políticas idênticas. Nos anos 1980, os embates foram importantes também no interior das entidades patronais. Suas entidades, corporativas ou associativas (aparelhos privados de hegemonia), seriam especialmente agressivas ao longo do processo constituinte (entre 1985 e 1988), tanto no sentido da reafirmação de seu papel, quanto no de impedir ou reduzir as conquistas de cunho universalizante no âmbito da nova Constituição. Conforme afirma Dreifuss, as principais organizações empresariais, que atuaram como “pivôs político-ideológicos” nesse período foram a Câmara de Estudos e Debates Econômicos e Sociais (Cedes), o Instituto Liberal (IL), a Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF), a União Brasileira dos Empresários (UB), a União Democrática Ruralista (UDR) e a Associação Brasileira de Defesa da Democracia (ABDD). Ainda segundo Fontes,

---

<sup>86</sup> Idem. P.26.

<sup>87</sup> Idem. P.40.

<sup>88</sup> FONTES, Virginia. **O Brasil e o capital imperialismo**. Op. Cit. P.226.

Em 1987 se constituiria, por importantes empresários, o Movimento Cívico de Recuperação Nacional (MCRN), reunindo membros das associações anteriores, mas compondo-as com auxiliares externos como Antonio Magaldi da USI (União Sindical Independente) e diversos militares de alta patente. Nele estava Herbert Levy (empresário e dono da Gazeta Mercantil, então principal jornal voltado exclusivamente para o empresariado), e a entidade contaria ainda com o apoio de Roberto Marinho, proprietário da Rede Globo, de Victor Civita (Grupo Abril), assim como contribuições oriundas de grande quantidade de entidades empresariais. Sua diferença para as demais associações residia em que sua composição incluía grandes empresários, políticos e militares de alta patente, levando Dreifuss a defini-la como eixo de poder empresarial-militar<sup>89</sup>.

Segundo Dreifuss, o Movimento Cívico de Recuperação Nacional é singular por diversas razões: Nasce com o intuito de agir como pivô e para desenvolver a função de *ponte fixa operacional*, mas se estabelece como *alinhamento* civil-militar e consolida-se como *eixo de poder* empresarial-militar. O MCRN também se diferencia por ter se posicionado como *frente móvel de ação*, composta por ativistas e não por associações classistas. Segundo Dreifuss, “*apresentava-se como bloco de poder, mas se estruturava, desde a primeira hora, como organização estratégica e estado-maior combinado, recrutando para suas fileiras, inclusive na coordenação, ativistas do mais variados setores políticos*”<sup>90</sup>. Dreifuss assemelha a atuação do MCRN com a do IPES, evidenciando ainda que muitos dos participantes integraram o instituto. Isto fica também evidente nos objetivos do MCRN, “*uma articulação suprapartidária, para influenciar nas eleições municipais e presidenciais vindouras, tendo como tarefa primordial ‘mobilizar a maioria silenciosa que até agora tem tido pouca influência na política e na administração pública’*”<sup>91</sup>.

Para percebermos a abrangência política e ideológica e da força econômica desta frente móvel, Dreifuss apresenta a composição do Conselho Estadual provisório do MCRN em São Paulo: Herbert Levy (Gazeta Mercantil; ex-colaborador do Ipes); Pedro Conde (Banco de Crédito Nacional); Mário Amato (Grupo Springer; presidente da Fiesp; membro do Conselho de Economia, Sociedade e Política da Federação do Comércio de São Paulo; dirigente do Fórum Informal; Instituto Liberal); José Ermirio de Moraes Filho (Grupo Votorantim; ex-dirigente do Ipes); Lázaro de Mello Brandão (Bradesco); Flávio Telles de Menezes (Sociedade Rural Brasileira; Cedes; Fórum Informal); Antônio Pádua Diniz (Banco Nacional; Febraban); Rubem Ludwig (general, ex-ministro da Educação no Governo Figueiredo e ex-chefe da Casa Militar, além de membro do Conselho de Administração da Matel Tecnologia de Teleinformática S.A. (Matec); diretor da Ericksson); Peri Igel (Grupo

---

<sup>89</sup> Idem. PP.241-242.

<sup>90</sup> DREIFUSS, René. **O Jogo da Direita**. Op. Cit. P.156.

<sup>91</sup> Idem. P.157. Para estas afirmações, Dreifuss baseia-se em matérias publicadas no Jornal do Brasil em 1987.

Ultra); Paulo Villares (Aço Villares, ex-dirigente do Ipes); Jorge Gerdau Johannpeter (Metalúrgica Gerdau S.A., Siderúrgica Riograndense S.A., Siderúrgica Aço Norte S.A., Cosigua, Siderúrgica Guaíra S.A., Cedes; Instituto Liberal); Victor Civita (Editora Abril); entre outros<sup>92</sup>. Segundo Fontes,

Atuavam corporativa e politicamente, como sociedade civil – no sentido gramsciano, como aparelhos privados de hegemonia e participavam intimamente do Estado, inclusive no período ditatorial – mas apresentavam-se como *sociedade* no sentido liberal, contrapondo-se ao Estado. Deslizavam facilmente de um a outro sentido, controlando passo a passo o processo constituinte através do Centrão, força política interpartidária que lhe dava suporte<sup>93</sup>.

Entramos nesta discussão para demonstrar a participação do dono e editor da revista *Veja*, Victor Civita, na articulação do MCRN, que envolvia tanto empresários quanto militares e ex-integrantes do Ipes, importante na articulação do golpe de 1964. Não nos cabe aqui investigar a atuação de Victor Civita enquanto possível intelectual orgânico do MCRN, mas é interessante cogitar a possibilidade de alguma participação do mesmo em alguma articulação com o governo civil-militar do pós-1964.

Carla Silva ao trabalhar com a revista *Veja* nos anos 1990, afirma que o gerenciamento, a ação partidária e pedagógica são os eixos da atuação de *Veja* e da Abril ao longo dos anos 1990. Segundo a autora,

Mas ela não se pauta por si própria, nem é portadora de um programa para toda a burguesia, sequer que defina todos os meandros da dominação. Ela atinge uma fração mais ou menos definida do que seria a “elite do país”, e mesmo assim, com consonância com outras organizações de classe<sup>94</sup>.

Por isso a autora avançou em apreender como de deu a organicidade de programa e projeto entre a revista e os setores que propõem a abertura da economia, procurando seus intelectuais orgânicos, *tink tanks* e partidos. Neste sentido, Carla Silva chegou as formulações do Fórum Nacional, demonstrando como *Veja* além de elogiar a iniciativa e dar cobertura aos integrantes do Instituto, abriu diretamente suas páginas para que propusessem o seu “projeto nacional”, indiciando a existência de ligações orgânicas em termos de projeto político e de elaboração ideológica.

---

<sup>92</sup> A lista completa com os integrantes do Conselho Estadual do MCRN pode ser encontrada em DREIFUSS, René. **O Jogo da Direita**. Op. Cit. P.158 a 162.

<sup>93</sup> FONTES, Virginia. *A sociedade civil no Brasil contemporâneo: lutas sociais e luta teórica na década de 1980*. Op. Cit. P.22.

<sup>94</sup> SILVA, Carla. ***Veja: O indispensável partido neoliberal 1989-2002***. Niterói: UFF, Tese de Doutorado. 2005. P.70.

Segundo Silva, a criação do Instituto Nacional de Altos Estudos, organizador do Fórum Nacional, em 1988, buscou pautar, organizar e gerenciar o sistema do capital no Brasil e suas transformações. Segundo a autora,

A editora Abril, especialmente a revista *Veja*, tomou para si a disseminação desses ideais e práticas, tornando-os compreensíveis aos diversos setores sociais (através de sua ação pedagógica) e influenciando diretamente nas ações políticas por sua atuação partidária (junto ao Congresso Nacional e Poder Executivo), utilizando-se a justificação de sua “independência” e de ser portadora da “opinião pública”. Essa ação não exclui a de outras entidades associativas, trata-se de uma ação em conjunto, de acordo com as especificidades dos diferentes segmentos de classe. Também não implica em que o Fórum tenha apenas a revista como alvo de ação. Ele parece dar continuidade a ligações orgânicas de longa data. Muitos de seus intelectuais atuaram como técnicos de alto nível durante o regime militar, em acordo com definições de organizações como IPES, APEC, CONSULTEC, e outros. As atividades do Fórum parecem se assemelhar a estas atuantes no âmbito da Ditadura em termos de formulação e poder organizativo<sup>95</sup>.

O Fórum Nacional foi fundado pelas seguintes figuras: Octávio Gouveia de Bulhões (ex-ministro da Fazenda do primeiro governo militar); Affonso Celso Pastore (ex-presidente do Banco Central); Ernane Galveas (ex-ministro da Fazenda); Ives Granda Martins (jurista); João Havelange (presidente da Fifa); José Olympio (editor); Mário Henrique Simonsen (ex-ministro da Fazenda); Miguel Reale (jurista); Sérgio Quintella (presidente da Internacional de Engenharia). Como demonstra Dreifuss, vários destes personagens eram vinculados aos IPES<sup>96</sup>.

Como demonstrou Carla Silva, caberia ao Fórum apenas propor idéias para o projeto nacional e não de ele próprio tentar elaborar um projeto, função destinada aos partidos políticos. Reserva-se a função de apontar rumos a serem seguidas pelas demais organizações políticas, pelo Congresso Nacional e pelo Poder Executivo. É neste sentido que entraria *Veja* com sua atuação partidária, buscando produzir os elementos de direção consensual objetivando hegemonizar o conjunto da política, como demonstrou Silva<sup>97</sup>.

Neste sentido, procuramos demonstrar como a burguesia brasileira foi se articulando em determinados períodos em prol de um objetivo em comum. O traçado destas discussões nos permite avançar para nosso objetivo mais específico que é a posição das empresas da construção civil neste período.

---

<sup>95</sup> Idem. P.70.

<sup>96</sup> DREIFUSS, René. **1964: a conquista do Estado**. Op. Cit.

<sup>97</sup> SILVA, Carla. *Veja: O indispensável partido neoliberal 1989-2002*. Op. Cit. P.76.

## Criação de infra-estrutura, obras públicas e empreiteiras da construção civil

Como discutimos anteriormente, uma das características marcantes do desenvolvimento do capitalismo no Brasil diz respeito ao papel do Estado como fator de impulso à industrialização. Como demonstra José Serra<sup>98</sup>, esse papel foi exercido não apenas através de suas funções fiscais e monetárias e de controle do mercado de trabalho ou de sua função de provedor dos chamados bens públicos mas sobretudo pela definição, articulação e sustentação financeira dos grandes blocos de investimento que determinaram as principais modificações estruturais da economia no pós-guerra; e pela criação da infra-estrutura e produção direta de insumos intermediários indispensáveis à industrialização pesada.

Neste sentido, como vimos anteriormente, adotou-se políticas destinadas a incrementar as funções produtivas do aparato estatal através das intervenções fundamentais: a promoção de certos ramos da indústria considerados estratégicos para o funcionamento do modelo de acumulação e o impulso às obras públicas para ampliar e melhorar o raio de ação do capital. A época do chamado “milagre econômico” foi marcada pela proliferação dos grandes projetos de infra-estrutura, reforçando o slogan político de “Brasil Potência”.

Dreifuss demonstra que os associados e colaboradores do IPES, na maioria empresários, foram colocados em posições-chave nos ministérios no pós-1964. Segundo Dreifuss,

Para assegurar a continuidade da elite orgânica foi elaborado um plano no IPES visando a colocar seus membros e colaboradores permanentemente em certas empresas públicas. Eles também assumiram cargos de comando dentro das autarquias e órgãos administrativos, alguns dos quais até criados com base em propostas inspiradas ou preparadas pelo IPES<sup>99</sup>.

Um desses órgão foi o Banco Nacional de Habitação – BNH, que viria a desempenhar um papel crucial na indústria de construção. O BNH estava encarregado de implementar políticas governamentais de habitação e de regular e refinanciar o crédito habitacional. Foi importante em decorrência dos imensos recursos financeiros ao seu dispor, grande parte deles vindos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Segundo Dreifuss,

Sendo uma fonte de poupanças e um fator determinante de investimentos, o Banco, em seus estágios iniciais, foi fundamental por sua contribuição para cobrir o déficit orçamentário federal, através da compra de títulos do governo. A importância do BNH também estava nas implicações sociais de suas diretrizes porque, apesar de ter

---

<sup>98</sup> SERRA, José. *Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira do Pós-Guerra*. IN: BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello; COUTINHO, Renata (Org.). **Desenvolvimento Capitalista no Brasil**. Ensaio sobre a crise. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

<sup>99</sup> DREIFUSS, René. **1964: A Conquista do Estado**. Op. Cit. p.469.

sido criado com a pretensa finalidade de proporcionar habitação e crédito para a grande população sem casa própria e mal abrigada, acabou sendo um instrumento para financiar a construção de casas para a classe média, que reagiu favoravelmente aos recursos oferecidos. O BNH também desempenhou um papel significativo no fomento da indústria de construção, onde tantos associados e contribuintes do IPES tinham interesses. Finalmente, o BNH também se transformou em uma fonte influente de patronato político. Juntamente com ele foram instituídos o Serviço Federal de Habitação e Urbanização – SERFHAU, e o Plano Nacional de Habitação, todos baseados em projetos do IPES elaborados anteriormente<sup>100</sup>.

Entre os “interesses” dos contribuintes do IPES, Dreifuss cita o exemplo da conferencista do IPES Sandra Cavalcanti, que estivera ligada à unidade de Reforma Habitacional (Estudo Econômico e Legal sobre Casas Populares) e tendo conhecimento, de primeira mão, do assunto, uma vez que ela própria estava ligada a importante empresa construtora, tornou-se a primeira presidente do BNH. O empresário Harry J. Cole foi para o SERFHAU, e o associado do IPES Carlos Moacyr de Almeida, proprietário de uma gigantesca construtora, foi colocado à frente do Programa de Cooperativa Habitacional do Estado da Guanabara – um projeto-piloto desenvolvido pelo BNH, para tentar resolver a falta de casas, atribuindo um papel ativo à empresa privada na construção de habitações – em detrimento do governo.

Luiz Carlos Delorme Prado e Fábio Sá Earp, ao explicarem as políticas que levaram ao período expansivo da economia brasileira entre os anos de 1968-1973, colocam a importância da política de alavancagem da construção civil. Segundo os autores,

Este setor é o maior empregador de mão-de-obra de baixa qualificação profissional, e divide-se em dois ramos, o da construção residencial e o da construção pesada. O primeiro continuou a ser alimentado pelo Banco Nacional da Habitação, com os recursos das cadernetas de poupança indexadas e, sobretudo, com a poupança compulsória reunida no FGTS. Assim foi possível financiar não apenas o construtor civil, mas também o comprador do imóvel; enquanto durou, o BNH foi o mais importante instrumento de política que este país conheceu capaz de enfrentar a demanda por moradias. Por seu lado, o ramo da construção pesada foi bastante beneficiado pelo grande aumento da demanda estatal por obras de infra-estrutura. Aqui ganham importância a ação de autarquias já existentes, como o DNER, e as encomendas das empresas estatais. Estas foram criadas a partir de regulamentação expressa no Decreto-Lei nº 200, de 1967, com vistas a produzir aquilo que o setor privado não desejava ou que estava além de sua capacidade financeira, bem como fornecer a este mesmo setor privado insumos essenciais a baixo preço. Entre as estatais destacam-se naturalmente, as *holdings* setoriais nas áreas de energia e telecomunicações<sup>101</sup>.

---

<sup>100</sup> Idem. p.469.

<sup>101</sup> PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). IN: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilda de Almeida Neves (Org.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. RJ: Civilização Brasileira, 2003. P.225.

Diversos estudos econômicos sobre a Indústria da Construção destacam o papel influente da construção como vetor impulsionador do crescimento econômico, devido o tamanho do seu produto como proporção do valor adicionado total das atividades, seu elevado efeito multiplicador de renda e emprego e sua interdependência estrutural<sup>102</sup>.

Luciene Pires Teixeira<sup>103</sup> aponta a Indústria da Construção como setor com forte “vocação” para políticas de desenvolvimento, ressaltando seu desempenho influente como vetor impulsionador do crescimento econômico. Segundo ela, “*a indústria da construção é um vetor que move a demanda de muitos outros setores da economia e, só por isso, exerce um papel de grande relevância na economia como um todo*”<sup>104</sup>. Isto por causa das suas relações intersetoriais (seu produto afeta direta e indiretamente muitas outras indústrias e, em última instância, o produto nacional); o uso intensivo da força de trabalho humano nos locais das obras e instalações; complementa a base produtiva e cria externalidades positivas que aumentam a produtividade dos fatores de produção e incentivam as inversões privadas, sendo estratégica para o desenvolvimento socioeconômico de qualquer economia nacional ou local.

Teixeira enfatiza ainda o papel do investimento em infra-estrutura como promotor do crescimento sustentado da economia brasileira, demonstrando que o poder público é o principal cliente do setor da construção civil. A afirmação é melhor elaborada em artigo pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção Civil (CBIC), onde afirma-se que:

Historicamente, o nível de atividades da indústria da construção brasileira apresenta estreita correlação com o da atividade global, determinando um fluxo circular de interdependência entre ambos tal que o setor construtor esteve sempre na subordinação direta da performance econômica do país e das ações do poder público. A construção, sendo particularmente sensível ao nível de renda e ao volume de créditos disponíveis, cresce em grande parte por efeito da expansão do produto nacional, enquanto é, ao mesmo tempo, fator de aceleração do crescimento econômico, dado seu enorme efeito multiplicador sobre o processo produtivo e sobre os investimentos<sup>105</sup>.

Para exemplificar isto, os autores elaboram um gráfico que ilustra o grau de proximidade entre o desempenho da economia nacional e das atividades de construção, ressaltando como esta última tem acompanhado de perto todos os ciclos econômicos brasileiros de expansão e crise nas últimas décadas. O gráfico reproduzimos a

---

<sup>102</sup> Entre os estudos citamos: CHAVES (1985); ALVES (1997); TEIXEIRA (2009); etc. Federal de Viçosa (UFV), Minas Gerais, 2009.

<sup>103</sup> Luciene Teixeira é funcionária da Câmara Brasileira de Indústria da Construção Civil.

<sup>104</sup> TEIXEIRA, Luciene Pires. **A indústria de construção brasileira sob a ótica da demanda efetiva**. Tese de doutorado pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), Minas Gerais, 2009. P.02.

<sup>105</sup> CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL (CBIC). Coordenação: Daniel Ítalo R. Furletti e Maurício Rosco. Elaboração: Luciene Pires Teixeira. **A indústria da construção brasileira no início do século XXI**. Belo Horizonte, outubro de 1998. P.04.

seguir:

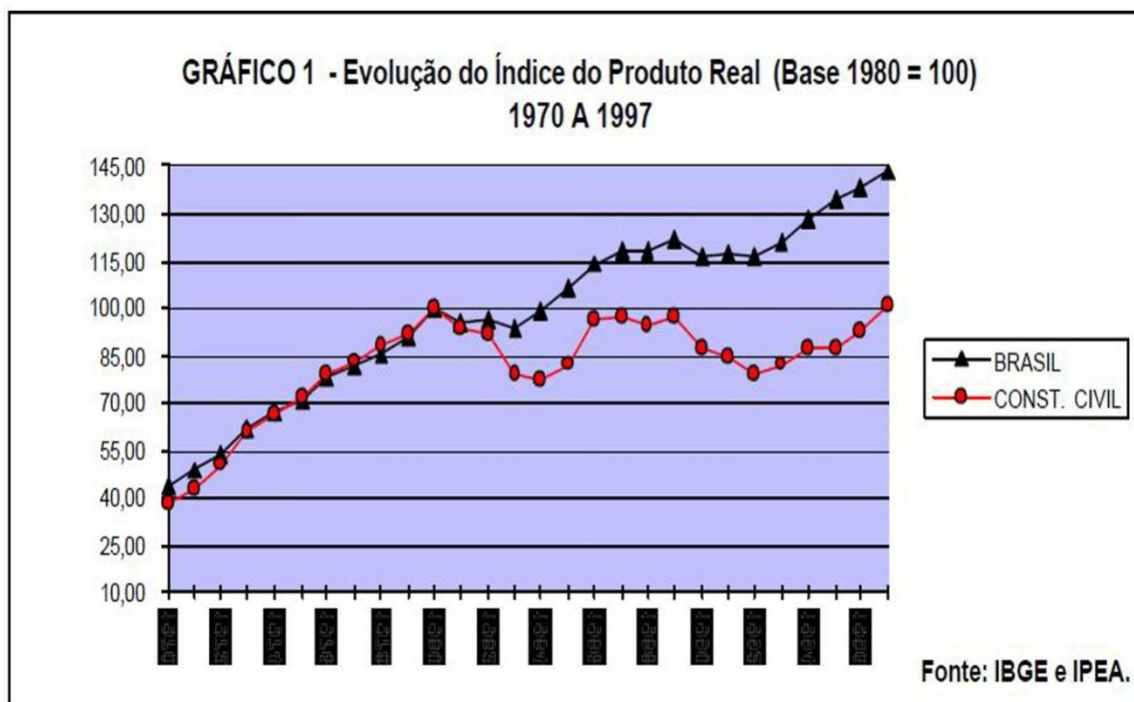


Figura 5 - Fonte: CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL (CBIC). Op. Cit.

p.4

A mesma constatação é realizada por Renato Boschi que afirma que o setor de bens de capital desempenhou um papel estratégico na expansão industrial do Brasil. Segundo ele, não apenas o desenvolvimento de uma capacidade infra-estrutural constitui a base para a expansão de outros setores de indústria (um fato que se aplica ao processo produtivo em qualquer lugar), como também, no que se refere à periferia do sistema capitalista, foi o investimento das indústrias de base que permitiu um deslocamento de um padrão tradicional de produção industrial em áreas tais como têxteis e alimentos, para um estágio mais adiantado de produção capitalista moderna.

Segundo Boschi, dois fatores reforçam o papel estratégico do setor de bens de capital:

O primeiro é que a expansão desse setor esteve associada historicamente a maciços investimentos de capital do Estado e das empresas estrangeiras, dado que a iniciativa privada nacional não possuía nem os recursos de capital, nem organização interna suficientes para promover o desenvolvimento da indústria siderúrgica, um dos insumos básicos do setor. Como mostrado por Wirth, a criação da indústria siderúrgica no Brasil, envolveu um longo processo de negociação através das quais o Estado tentava limitar o controle externo das atividades mineradoras e siderúrgicas, decidindo-se finalmente a utilizar tecnologia estrangeira para montar a indústria siderúrgica, ao mesmo tempo em que manteve a propriedade estatal dessas atividades. A expansão do setor de bens de capital vinculava-se também aos

investimentos externos porque o setor não poderia, sem *know-how* estrangeiro, maximizar a capacidade tecnológica da indústria como um todo<sup>106</sup>.

O segundo aspecto, segundo Boschi, seria decorrência do primeiro. Segundo ele, se por um lado as indústrias de bens de capital dependem do Estado em termos de insumos e recursos financeiros, e das indústrias estrangeiras em termos de *know-how*, por outro lado o setor produtivo estatal depende grandemente da produção de bens de capital para os grandes programas de desenvolvimento, assim como as empresas estrangeiras, no sentido de contar com as indústrias de bens de capital nacionais como fonte de absorção de maciços programas de transferência de tecnologia. Segundo Boschi, “*o setor de bens de capital é um fornecedor para o Estado e um aliado em potencial das corporações multinacionais em vista da possibilidade de contribuir para uma definição favorável da política econômica na área das importações*”<sup>107</sup>.

Conforme demonstra Boschi, o setor de bens de capital, especialmente o ramo que produz equipamentos pesados e materiais de infra-estrutura sob encomenda, inclui o conjunto de indústrias que tem conexão íntima com as atividades de planejamento governamentais, portanto todos os planos de desenvolvimento infra-estrutural, tais como a construção de rodovias, projetos hidrelétricos e mesmo as atividades das maiores empresas estatais na área de prospecção de petróleo e mineração, por exemplo, necessitam de equipamento e maquinaria produzidas por esse setor. Segundo Boschi,

Dessa forma, tendo o Estado como principal cliente, as indústrias do setor de bens de capital que atuam sob encomenda conseguiram conexões íntimas com a burocracia estatal nos diferentes níveis da sua estrutura. Seus interesses são representados basicamente pela ABDIB (Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Indústrias de Base), provavelmente um dos grupos de interesses mais ativos e melhor organizados do Brasil<sup>108</sup>.

Neste sentido, Boschi dedica atenção a ABDIB, avaliando as interações da associação com o setor público em termos de canais de acesso ao Estado e estilos de mediação e também em termos de resultados de políticas para as empresas que a ABDIB representa.

Criada em 1955, o programa de atuação da ABDIB tem se caracterizado por uma luta por maior participação da indústria nacional no fornecimento interno de bens de capital sob encomenda. Segundo Boschi, a associação foi inicialmente criada com o propósito de organizar as indústrias locais de bens de capital para fornecer equipamento à Petrobrás.

---

<sup>106</sup> BOSCHI, Renato Raul. **Elites industriais e democracia:** hegemonia burguesa e mudança política no Brasil. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. P.186.

<sup>107</sup> Idem.

<sup>108</sup> Idem. P.129.

Contudo, a associação ampliou seu número de filiados e atividades durante a década de 1960 sem que se verificassem mudanças dignas de nota na indústria pesada do país que ela se propunha desenvolver.

Segundo Boschi, durante a década de 1960, a política governamental tendeu a favorecer o setor de bens de consumo duráveis, especialmente a indústria automobilística. Apesar de uma definição de prioridades governamentais desfavoráveis à indústria da construção em termos de política econômica, o desenvolvimento da indústria automobilística teve um impacto sobre a expansão das indústrias de bens de capital, uma vez que estas últimas tiveram que produzir equipamentos para aquela.

No fim da década de 1960, segundo Boschi, a política governamental mais uma vez estimulou a produção de bens de consumo duráveis para sustentar taxas aceleradas de crescimento econômico, o que implicava na exportação de bens manufaturados. A posição da ABDIB nesse contexto foi a de lutar por maiores taxas de participação nacional no fornecimento de bens de capital, ao invés de atacar os pressupostos da política econômica governamental. A ABDIB divergia do modelo econômico apenas na medida em que o governo favorecia as importações de equipamento já produzido internamente.

Conforme demonstra Boschi, foi o surto econômico experimentado pela economia brasileira em início da década de 1970 que chamou a atenção governamental para a necessidade de se estimular a produção nacional de bens de capital. Mas foi só em 1973/1974, quando, devido à inflação, os investimentos nos bens de consumo se tornaram menos lucrativos, que o governo passou a definir sua política econômica primordialmente em termos da expansão do setor de bens de capital. O Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) de Geisel afirmava claramente uma prioridade para o setor. Segundo Boschi,

O papel da ABDIB nesse contexto ficou extremamente fortalecido, não só porque seus interesses identificaram-se com os da política governamental, como também porque, simultaneamente, a necessidade de ação mais cuidadosa e programada para o setor de bens de capital estimulou o potencial organizacional da associação. Deve ser esclarecido que, ao invés de afirmarmos que uma definição de política econômica favorável foi o resultado da atuação da ABDIB, estamos sugerindo, antes que fatores conjunturais possibilitaram a acentuação de um potencial organizacional que a associação tinha desenvolvido no passado. Além dessa conjuntura favorável, a força da ABDIB deriva, simultaneamente, dos limites claros dos interesses específicos que representa e de um padrão de ação localizada frente às agências governamentais, bem como de uma capacidade de utilizar uma gama diversificada de instrumentos – tais como o uso alternado da estrutura oficial de representação de interesses e a ação conjunta com outras associações – como estratégias políticas<sup>109</sup>.

---

<sup>109</sup> Idem. P.191.

Para caracterizar o padrão de atuação da ABDIB como grupo de interesse entre os anos 1964 e 1976, Boschi constrói tabelas nas quais chega à conclusão de que, durante 13 anos sob regime autoritário, a ABDIB envolve, em grande parte, relações pessoais com funcionários governamentais em agências descentralizadas da administração federal para a negociação de interesses relacionados às atividades de importação/exportação. Segundo Boschi, a atuação da associação tende a se dirigir para agências específicas, antes que para diversas agências ao mesmo tempo, e é basicamente realizada somente pela ABDIB ao invés de contar com apoio de outros grupos de interesses. Contudo, uma proporção significativa das atividades da associação dirige-se para outros grupos de interesses (15%), um fato que dá alguma idéia do esforço de mobilização da ABDIB dentro da estrutura de representação de interesses no setor de bens de capital como um todo. Além disso, a associação tende a ser bastante eficaz na tradução das suas demandas, pelo menos tendo como base demandas para as quais atribui-se algum grau de sucesso<sup>110</sup>.

A pesquisa de Boschi sobre os dados da ABDIB também constatou as diferenças que os empresários apontaram entre os diferentes governos militares no que se refere à natureza das mediações privadas/públicas. Segundo o autor, em primeiro lugar, em termos de conteúdo das demandas, pode-se observar um padrão interessante. Enquanto a área de incentivos fiscais revela uma drástica redução nos anos anteriores ao surto econômico de início da década de 1970, a área das questões de importação/exportação mostra seu ápice exatamente no mesmo período. Quando as prioridades da política econômica foram definidas em favor dos bens de consumo duráveis, ao invés de atacar os princípios gerais da política econômica, a ABDIB tentou se beneficiar defendendo a produção interna de bens de capital sob encomenda. Segundo Boschi,

A necessidade de acesso a níveis mais altos do processo decisório é dramaticamente ilustrada por um crescimento acentuado, de um governo militar para outro, da proporção de demandas convergindo para os ministérios, em oposição àquelas dirigidas para as agências descentralizadas. Como se pode constatar na tabela 21, tal aumento é particularmente significativo do Governo Médici (1971-1973) para o governo Geisel (1974-1976) quando a proporção de atividades canalizadas para outros ministérios sobe de 42% para 63%<sup>111</sup>.

A tabela construída por Boschi reproduzimos a seguir:

| <b>Atividades da ABDIB por tipo de agência e períodos governamentais (1964-76)</b> |                |                |                |                |          |
|------------------------------------------------------------------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------|
| <b>Tipo de Agência</b>                                                             | <b>Anos</b>    |                |                |                |          |
|                                                                                    | <b>1964-67</b> | <b>1968-70</b> | <b>1971-73</b> | <b>1974-76</b> | <b>N</b> |

<sup>110</sup> A tabela construída por Boschi encontra-se em BOSCHI, Renato Raul. **Elites industriais e democracia**. Op. Cit. P.200.

<sup>111</sup> BOSCHI, Renato Raul. Op. Cit. P.203.

|                                  |      |      |      |      |       |
|----------------------------------|------|------|------|------|-------|
| <b>Ministério</b>                | 21   | 41   | 42   | 63   | (105) |
| <b>Agências Descentralizadas</b> | 79   | 59   | 58   | 37   | (189) |
| <b>Total</b>                     | 100% | 100% | 100% | 100% |       |
| <b>N</b>                         | 118  | 78   | 66   | 32   | (294) |

Tabela 2 - FONTE: Computado dos Relatórios Anuais da Diretoria, ABDIB 1964-76. In: BOSCHI, Renato. Op. Cit. p.205.

É interessante observar que entre as agências descentralizadoras, há a CACEX que é a divisão do Banco do Brasil encarregada das operações de importação/exportação do país, e que corresponde à 17% do total das atividades junto a ABDIB. Além da CACEX, a segunda agência descentralizadora da administração federal é o Ministério da Fazenda, representando 13% do número total de atividades e 51% das atividades ministeriais.

Segundo Boschi, o progressivo isolamento dos níveis decisórios mais altos da interferência privada no governo Geisel provavelmente acentua a necessidade de o setor privado concentrar suas atividades no exercício de pressão a esses níveis, muito embora o grau de sucesso envolvido em tais práticas possa ser incerto. O principal aspecto referente a esse isolamento é, segundo Boschi, a própria exclusão da participação empresarial dos conselhos econômicos. Esse fato representa, a um tempo, um enfraquecimento dos princípios da organização corporativa das relações privadas/públicas e um estímulo à prática de contatos diretos e pessoais (e com frequência informais) a outros níveis da administração pública. Segundo Boschi,

De fato, nossos dados revelam que o padrão de atuação global da associação durante os 13 anos do governo militar envolve um aumento substancial de contatos pessoais diretos com a burocracia estatal, especialmente após o governo de Geisel, quando a dinâmica centralização/descentralização assume um papel crucial no processo decisório<sup>112</sup>.

Enfim, a pesquisa de Boschi conseguiu mostrar como a ABDIB não só se adaptou às condições restritivas do governo militar, como também conseguiu traduzir seus interesses em decisões governamentais favoráveis de modo eficiente. Segundo Boschi,

A falta de importância atribuída ao legislativo como caminho para a mediação de interesses num regime autoritário tem consequências relevantes do ponto de vista do funcionamento da burocracia e da organização do setor privado. Uma de tais consequências é a de que o processo de competição política, ao invés de ser externo ao aparelho de Estado torna-se interno a ele, tendendo-se a se concentrar em grande parte na própria esfera burocrática. Essa é precisamente uma das razões pelas quais torna-se tão importante para o setor privado restaurar a participação corporativa nos conselhos econômicos, por exemplo<sup>113</sup>.

<sup>112</sup> Idem. P.203.

<sup>113</sup> Idem. P.208.

O setor de bens de capital, entretanto, teve êxito razoável, pelo menos no sentido de manutenção de um estilo de representação corporativa em algumas agências, em comparação com outros setores do empresariado industrial que tiveram de apelar mais freqüentemente para um padrão informal de negociações com a burocracia estatal. O setor de bens de capital tem participação formal em duas agências que são vitais para a realização dos interesses do setor: a CACEX e o CDI (Conselho de Desenvolvimento Industrial).

Outro ponto interessante a se ressaltar sobre a ABDIB é importância desta para o fortalecimento da burguesia brasileira, o que não significou a repulsa ao capital multinacional. Gervásio César Júnior em sua pesquisa sobre a revista *Visão*<sup>114</sup> constatou que a revista, dirigida pelo empresário Henry Maksoud<sup>115</sup>, compartilha do projeto defendido pela ABDIB. Maksoud se posicionava enquanto um divulgador do pensamento de Frederick August von Hayek no Brasil, sendo assim, Maksoud se tornou um dos principais pensadores do neoliberalismo para o Brasil. Segundo Gervasio Cezar Júnior, Henry Maksoud utiliza-se de *Visão* para agir enquanto um aparelho privado de hegemonia a favor de um projeto neoliberal para o Brasil já nas décadas de 1970.

Gervasio Júnior trabalha com a hipótese de que o proprietário de *Visão* ao compartilhar das teses de Hayek procurou elaborar para o Brasil um projeto de neoliberalismo.

Para que o projeto defendido por ele fizesse efeito no cenário brasileiro, ele comprou a revista *Visão* para expandir sua gama de artifícios para a difusão e organização do projeto neoliberal para o Brasil. E seu primeiro foco seria a organizar a própria burguesia brasileira<sup>116</sup>.

Ao tentar desvendar o porquê desse fortalecimento da burguesia brasileira, Gervásio César Júnior chega a três hipóteses que estão sendo investigadas na pesquisa:

- A primeira hipótese diz respeito ao número e a diversidade de empresas que compõem o complexo empresarial Maksoud. Devido à grande variedade de empresas, dos mais variados segmentos que compõem o complexo Maksoud, isso fez com que Maksoud inserisse no projeto neoliberal de *Visão* o ponto de fortalecimento da burguesia brasileira. Isto atenderia justamente as aspirações individuais do próprio Maksoud;

---

<sup>114</sup> Pesquisa de mestrado em História, ainda em andamento, pela UNIOESTE – MCR.

<sup>115</sup> *Visão* é parte de um complexo e heterogêneo grupo empresarial pertencente a Henry Maksoud. Este diversificado complexo de empresas privadas continha desde empresas de engenharia até uma rede de hotéis de luxo. Um de seus principais empreendimentos é a empresa de engenharia de projetos e gerenciamento de obras Hidroservice.

<sup>116</sup> CEZAR JÚNIOR, Gervásio. Revista *Visão*: ação partidária e disputas de projetos hegemônicos na década de 1970. In: **Anais do X Encontro Estadual de História**. Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2010. P.8

- A segunda hipótese entra em acordo com o público alvo de *Visão*. Ora, se a revista buscava atingir, principalmente, leitores provindos da classe burguesa brasileira, seu principal foco de organização era a classe burguesa brasileira. Sendo assim, para organizar cada vez mais adeptos em torno de seu projeto, ela deveria apresentar uma proposta mais próxima à realidade desses indivíduos;
- A terceira resposta esta em acordo com a associação da qual faz parte o carro-chefe do complexo empresarial Maksoud, a empresa de engenharia de projeto Hidroservice. Gervasio encontrou na própria revista *Visão*, do dia 23 de junho de 1975, um documento em comemoração aos vinte anos da ABDIB – Associação Brasileira das Indústrias de Base, que mostrava quais eram as aspirações desta associação para os rumos da economia do Brasil. O documento ainda trazia noventa e duas empresas que compõem a associação, dentre elas estavam: Atlas, Bardella, GE, Arno, Siemens, Pirelli, Companhia Siderúrgica Nacional, Santa Matilde, Hidroservice, etc. Gervásio constatou que há uma grande variedade de segmentos, desde empresas privadas brasileiras a empresas privadas multinacionais. E é exatamente aí que entra a grande sacada do trabalho: *Visão* em nenhum momento buscou atacar o capital externo. E é por isso que podemos identificar empresas privadas brasileiras atuando juntas com empresas privadas transnacionais em uma mesma associação. Baseando-se em análises da revista *Visão*, Gervasio afirma:

De acordo com o documento, a ABIDB fora criada em 1955 com o intuito de aumentar a participação da indústria nacional no projeto de desenvolvimento, procurando barrar a importação de todos os equipamentos. Até aqui temos, por parte da ABIDB uma propaganda nacionalista para a burguesia industrial. Ora se a associação prega tudo isto que acabamos de colocar, então ela preza pelo fortalecimento da burguesia brasileira, em detrimento do capital externo, correto? ERRADO! Se fosse desta forma não teríamos o capital multinacional atuando dentro da associação. E a resposta para isto está na continuação da frase que reproduzimos acima: *empenhado para aumentar a participação da indústria nacional nos projetos de desenvolvimento, procurando **barrar a importação de todos os equipamentos que possam ser fabricados no Brasil***. O importante é notar que a ABIDB pode até ter interesses em fortalecer a burguesia industrial brasileira, principalmente a de base, mas quando ela coloca que o objetivo é barrar as importações de equipamentos que possam ser fabricados no Brasil, ela própria está convidando o capital multinacional a adentrar em território brasileiro<sup>117</sup>.

É por este motivo que Gervásio não vê *Visão* partir para o ataque contra o capital externo. É claro que em termos de disputas de projeto hegemônico para o Brasil é interessante o fortalecimento de seus aliados, ou seja, da burguesia. E em termos de interesse próprio, se houver um fortalecimento da burguesia brasileira seria inevitável, naquele momento, o fortalecimento das empresas de Maksoud. Mas o fato é que, segundo Gervásio para *Visão* o

---

<sup>117</sup> Idem. p.13.

grande mote é a congruência entre as mais variadas frações da burguesia, e principalmente em torno do projeto neoliberal.

Ao analisar as políticas públicas no Brasil, Eduardo Cesar Marques constatou que a participação das empreiteiras é importante para entender a constituição das políticas públicas. Amparado em bibliografia sobre a questão, especialmente a obra de Regina Coeli Moreira Camargos<sup>118</sup>, Marques afirma que, a partir de 1945, o Estado começou a se retirar gradualmente da atividade construtora direta, estabelecendo uma divisão de tarefas entre Estado e empreiteiras, cabendo ao primeiro a mobilização dos recursos e o planejamento global das infra-estruturas e às segundas, a execução dos grandes projetos. Essa estrutura do setor levou, segundo Marques, a uma estatização da demanda, criando um mercado para o setor privado nacional da construção pesada, sendo este um dos poucos setores oligopolizados da economia sob controle de brasileiros natos. Isso foi ainda possibilitado pelas próprias características de um mercado onde a venda ocorre antes da produção, onde a composição orgânica do capital tende a ser baixa, onde o capital tende a ser predominantemente mercantil e onde a rotação do capital fixo tende a ser rápida. Segundo Marques,

As características do mercado de obras públicas – estatização da demanda, regulação estatal da concorrência, fixação dos preços (e taxas de lucro) pelo poder público e dependência de obtenção de uma carteira contínua de obras e serviços – todas elas levam esse mercado a ser fortemente estruturado por questões de ordem política. Assim, as relações entre as empreiteiras, os órgãos estatais e as classes políticas sempre foram muito íntimas e complexas, sendo comuns os exemplos de relação direta dos empreiteiros com os próprios chefes do executivo. Essas relações ocorrem em rede de vínculos não apenas profissionais ou de negócios, mas também afetivos, políticos e familiares<sup>119</sup>.

Como exemplo da rede de vínculos, Marques cita o caso de algumas empreiteiras: a empreiteira Rabello, uma das mais beneficiadas com a construção de Brasília na década de 1950, que era presidida por Marcos Rabello, liderança do PSD carioca e amigo pessoal do presidente Juscelino; a Carioca Engenharia, uma das mais presentes na construção dos Cieps nos governos Brizola no Rio de Janeiro nas décadas de 1980 e 1990 que teve o filho do governador como um dos principais diretores; e a OAS, que em 1996 era a maior empreiteira do país segundo a Revista Exame, tem no genro do ex-governador da Bahia, Antonio Carlos Magalhães, um dos principais sócios. Segundo Marques, a anedota corrente no setor de obras

---

<sup>118</sup> CAMARGOS, Regina Coeli Moreira. **Estado e empreiteiros no Brasil**: uma análise setorial. Dissertação de mestrado em Ciência Política. Campinas: IFCH/Unicamp, 1993.

<sup>119</sup> MARQUES, Eduardo Cesar. **Redes Sociais e permeabilidade do Estado**: instituições e atores políticos na produção da infra-estrutura urbana no Rio de Janeiro. Tese de doutorado em Ciência Política – Universidade Estadual de Campinas, 1998. P.134.

públicas no Nordeste é de que a sigla OAS na verdade significaria “Obras Arranjadas pelo Sogro”.

Segundo Eduardo Marques, historicamente o setor da construção civil passou por três períodos: o primeiro entre 1945 e o início dos anos 1960; o segundo dessa década até o final dos 1970; e o terceiro do início dos anos 1980 até hoje. No primeiro período ocorreram a constituição e a consolidação do setor de engenharia pesada, possibilitado especialmente pela expansão da malha rodoviária no país e por transformações institucionais no interior do Estado, iniciadas com a transformação do DNER em autarquia, em 1945. Como demonstra o autor, ao longo deste período as empresas privadas de construção se transformaram de pequenas empresas de baixíssima capitalização em empresas de porte dispendendo de um parque considerável de equipamentos e máquinas e denominando as técnicas construtivas próprias do setor.

O segundo período correspondeu ao auge da ação das empreiteiras, com a grande expansão de construções durante os governos militares. A expansão das estradas continuou – entre 1966 e 1980 as rodovias pavimentadas passaram de 13.803 para 47.486 km – e a construção de hidrelétricas ganhou nova escala, sendo que entre 1962 e 1982 a capacidade geradora do país pulou de 4.126 para 32.893 Megawatts. Segundo dados levantados por Marques, entre 1960 e 1978 foram construídas 84 barragens, sendo 13 delas com mais de 1000 MW de potência (inclusive Itaipu, a maior do mundo com 8.400 MW). Desse total, 56 delas foram construídas por apenas 7 empreiteiras. A concentração aumenta se observarmos a lista das maiores obras: as 13 maiores usinas foram construídas por apenas 6 empresas: Camargo Corrêa, Mendes Júnior, Andrade Gutierrez, C.R. Almeida, Servix e Cetenco.

Segundo Furletti e Roscoe, a década de 70 foi marcada por um período de elevado crescimento da economia brasileira, com o PIB expandindo-se anualmente, em termos reais, entre 6% e 14% e a taxa de investimento atingindo patamares médios de 22%. Segundo os autores,

Esse desempenho positivo repercutiu diretamente no nível de atividades da construção civil, que acompanhando de perto a boa performance econômica nacional apresentou no período uma expansão espetacular, registrando na média um crescimento real na ordem de 10,3%. A participação relativa do setor na formação do produto nacional elevou-se de 5,77% em 1970, para 7,34% em 1980<sup>120</sup>.

---

<sup>120</sup> CAMARGOS, Regina Coeli Moreira. Op. Cit. PP.4-5.

A mesma análise é tomada por Pedro Campos que afirma que a indústria de construção emergiu como setor destacado da economia brasileira a partir da década de 1970. Segundo o autor,

A política habitacional e as grandes obras de infra-estrutura ativaram a produção de itens de produção e também as empresas construtoras. Pode-se dizer que parte do crescimento do grupo se deu na esteira do crescimento das empresas estrangeiras, já que as rodovias construídas no período, necessidade básica para a expansão da produção de automóveis, era uma área importante de atuação das empresas de construção civil e engenharia<sup>121</sup>.

Segundo Campos, a relativa especialização das companhias brasileiras de engenharia é visível através de uma observação sumária no conjunto das obras realizadas por cada uma delas. Segundo Campos,

Porém, boa parte desse foco foi em geral imposta pela própria trajetória das políticas públicas postas em prática ao longo da história brasileira. Assim, se a energia hidrelétrica foi privilegiada na composição da matriz energética nacional e se o transporte ferroviário foi sobre-valorizado em relação a outras formas de sistemas logísticos, isso influiu diretamente no desenvolvimento das empreiteiras, na sua ramificação e internacionalização<sup>122</sup>.

Para explicar o crescimento do setor da construção civil durante o período da ditadura militar, Campos coloca em primeiro lugar o BNDE que, com o golpe de 1964, passa a abrir o leque de sua carteira de empréstimos, passando a privilegiar as empresas privadas, principalmente no setor de infra-estrutura. Com as reformulações ocorridas no BNH ao longo da década de 70, ela passou a custear também obras de urbanização, saneamento e infra-estrutura. Além disso, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal permaneciam como financiadores do capital privado em certos setores e situações específicas. Segundo Campos,

Com essas instituições bancárias públicas, as empresas de construção não se subordinaram ao capital bancário, mas fizeram-no subserviente aos seus próprios interesses, ao fazer com que suas próprias demandas fossem atendidas nas decisões políticas praticadas por esses bancos. Isso foi obtido a partir da participação de representantes do setor da construção nos órgãos de decisão dessas instituições financeiras ou então nas instâncias burocráticas hierarquicamente superiores às mesmas<sup>123</sup>.

Pedro Campos que afirma que o regime ditatorial constituiu o período com maiores oportunidades para essas empresas na história recente. Segundo Campos,

Em primeiro lugar, a política dos governos ditatoriais foi, em geral, benéfica para o grande capital. Medidas como o rebaixamento do salário mínimo e restrições para os aumentos salariais, imposição de silêncio aos sindicatos, o incentivo às fusões de

---

<sup>121</sup> CAMPOS, Pedro Pedreira. *O grupo da indústria de construção e o Estado brasileiro, 1964-84 – projeto de trabalho*. Op. Cit. P.13.

<sup>122</sup> Idem. p.13.

<sup>123</sup> Idem. p.14.

empresas, a criação das poupanças compulsórias do FGTS, o PIS e PASEP, a inação forçada da Justiça do Trabalho e de mecanismos fiscalizadores típicos propiciaram o crescimento dos lucros privados e a consolidação de conglomerados empresariais. No caso da construção civil, as restrições à justiça trabalhista e aos mecanismos fiscalizadores – tais como imprensa, Ministério Público – tiveram efeito perverso de incrementar em grande escala os acidentes de trabalho<sup>124</sup>.

Além do financiamento, Pedro Campos afirma que outro setor-chave que permite compreender a monopolização das empresas do setor é a política específica, através da lei da reserva de mercado, posta em prática durante a ditadura. Esta lei, segundo Campos, protegia as empresas nacionais da concorrência estrangeira, o que explica o fato de que todas as grandes obras nacionais implementadas no país tenham sido feitas por companhias de origem nacional. Aliado ao financiamento privilegiado, essa seria segundo Campos, outra forma de proteção ao capital privado nacional.

Como elemento que se agregaria a esses dois, Pedro Campos coloca a censura à imprensa, onde a denúncia e investigação estariam limitadas no que diz respeito a processos ilegais em editais, contratação, pagamento e realização de obras e outros empreendimentos. *“Sendo o Estado o cliente privilegiado das empresas ora em questão, essa limitação surtiu o efeito de estimular uma série de processos irregulares e ilegais na construção de obras”*<sup>125</sup>. Nosso trabalho demonstra que alguns órgãos da imprensa foram coniventes com as empresas de construção civil, como o caso de *Veja* que construiu seu discurso de maneira a apoiar e exaltar os projetos e construções das empreiteiras. Neste sentido, a censura pode ter contribuído para o silêncio em torno de alguns acontecimentos, entretanto, a identificação de projetos e interesses deve ser levada em conta quando da análise desses veículos.

Conforme demonstra Marilena Chaves<sup>126</sup> em análise do Censo de Construção de 1975 – realizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) –, foram levantadas 6.647 construtoras no Brasil, distribuídas segundo tipos de obras e serviços, cujo quadro é reproduzido abaixo:

|                                                                                                                                           |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p><b>NÚMERO DE EMPRESAS E VALOR DA RECEITA OPERACIONAL DA INDÚSTRIA DA<br/>CONSTRUÇÃO SEGUNDO TIPOS DE OBRAS E SERVIÇOS<br/>1975</b></p> |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

<sup>124</sup> CAMPOS, Pedro. *As origens da internacionalização das empresas de engenharia brasileiras*. IN: **Simpósio de Pós-Graduação em História Econômica**. São Paulo. ABPHE (Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica). 2008. P. 3.

<sup>125</sup> Idem. P. 16.

<sup>126</sup> CHAVES, Marilena. A estrutura da indústria da construção no Brasil. IN: **Revista Análise e Conjuntura**. Vol.1, nº02 – 1986. Disponível na Fundação José Pinheiro, no site: [www.fjp.mg.gov.br/revista/analiseconjuntura/viewarticle.php?id=19](http://www.fjp.mg.gov.br/revista/analiseconjuntura/viewarticle.php?id=19). Consulta realizada em 29 de setembro de 2010.

| TIPOS DE OBRAS E SERVIÇOS                                                            | NÚMERO DE EMPRESAS | RECEITA OPERACIONAL (Cr\$ 1 milhão correntes) | Conversão em reais (R\$)* |
|--------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|-----------------------------------------------|---------------------------|
| A) Construção de Prédios e Edifícios, inclusive montagem de pré-fabricados           | 3.278              | 30.938,5                                      | 59.039.000.000,37         |
| B) Construção de Obras Viárias                                                       | 181                | 15.912,9                                      | 30.366.000.000,30         |
| C) Construção de Grandes Estruturas e Obras de Arte                                  | 209                | 9.336,1                                       | 17.815.000.000,91         |
| D) Execução de Outros Tipos de Obras                                                 | 326                | 4.044,9                                       | 7.718.000.000,81          |
| E) Serviço da Construção com ou sem Fornecimento de Material                         | 2.600              | 12.814,4                                      | 24.453.000.000,49         |
| F) Execução de Obras e Serviços da Construção não-especificados ou não-classificados | 53                 | 241,27                                        | 460.000.000,41            |
| Total                                                                                | 6.647              | 73.288,2                                      | 139.854.000.000,53        |

**Tabela 3 – Fonte: IBGE, Rio de Janeiro. Indústria da Construção: Brasil. Rio de Janeiro, 1982. 388p. Apud: CHAVES, Marilena. A estrutura da indústria da construção no Brasil. Op. Cit. P.7.**

\*Atualização de valores, através do Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas. Disponível no site da FEE (Fundação de Economia e Estatística): [http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/servicos/pg\\_atualizacao\\_valores.php](http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/servicos/pg_atualizacao_valores.php).

Como se pode perceber, os segmentos B, C e D – constituídos do que se pode considerar subsetor de construção pesada – reúnem 716 construtoras ou menos, responsáveis por uma produção que significa 39,6% do total da receita operacional apurada. Como constatou Marilena Chaves, de um lado, pode-se afirmar que o subsetor edificação se destaca na composição setorial por comportar o maior número de empresas (o que também pode ser atestado a respeito do de serviços especiais e auxiliares). Contudo, a sua participação relativa na receita operacional é pouco superior à do subsetor construção pesada, no qual o número de empresas é bem menor; isso, segundo Chaves, é um indicador claro de que, em termos relativos, as empresas de construção pesada são as que se apresentam como as de maior tamanho<sup>127</sup>.

O Subsetor de Construção Pesada é o menos heterogêneo em termos de organização interna. Há um número significativo de grandes empresas, inclusive algumas macroempresas, que se encontram entre as 100 maiores empresas do Brasil, considerando todos os ramos de atividades econômicas. Segundo Furletti e Roscoe, dada a maior capacitação tecnológica e tamanho médio das empresas construtoras pertencentes a este segmento, verifica-se um alto grau de especialização e uma diversificação interna bem acentuada, o que cria condições de atuação em todas as atividades típicas deste ramo, em especial naquelas de maior complexidade tecnológica. Os autores ressaltam a importância da demanda pública para este

<sup>127</sup> CHAVES, Marilena. Op. Cit. P.09.

subsetor, já que o Estado tem sido o grande responsável pela montagem de infra-estrutura básica no Brasil. Segundo Furletti e Roscoe,

Na década de 70, a expansão das atividades de construção pesada esteve diretamente associada à ação do Estado, dependendo dos programas governamentais e Planos de Metas para o financiamento dos grandes projetos que incentivaram e criaram demanda para as obras de energia elétrica, rodovias, hidrovias, ferrovias, transporte público, saneamento, etc.

Na década de 80, dada sua característica de menos dependente do comportamento global da economia e mais dos programas e investimentos governamentais, este subsetor conseguiu aumentar a sua participação no total do valor adicionado pela construção. Os bons resultados obtidos justificam-se pela realização de obras já previamente contratadas, dado que o ciclo de execução e financiamento nesses segmentos são mais longos<sup>128</sup>.

Segundo Chaves, há, na estrutura setorial da Construção, um número bastante expressivo de firmas de pequeno porte. Entretanto, é preciso ressaltar a existência de construtoras de porte gigantesco incluídas nas listagens das maiores empresas do Brasil. Baseada em dados das revistas **“O Dirigente Construtor”**, e de **“Quem é quem na economia brasileira”**, ambas de publicação da editora Visão, Chaves constata que, em 1983, entre as 200 maiores empresas do Brasil segundo o valor da receita operacional, contaram-se dez construtoras, sendo que quatro delas estão entre as 50 primeiras. Considerando apenas as empresas de capital nacional privado, percebe-se que, entre as dez maiores, três são empresas construtoras, todas do subsetor construção pesada: Camargo Correa (4ª), Andrade Gutierrez (7ª), Mendes Júnior (9ª), Norberto Odebrecht (12ª). As dez empresas de construtoras que se incluem no “ranking” das 200 maiores do Brasil são:

| DEZ CONTRUTORAS QUE SE INCLUEM NO “RANKING” DAS 200 MAIORES DO BRASIL (1983) |      |
|------------------------------------------------------------------------------|------|
| Camargo Correa                                                               | 22ª  |
| Andrade Gutierrez                                                            | 30ª  |
| Mendes Júnior                                                                | 37ª  |
| Norberto Odebrecht                                                           | 42ª  |
| C.R. Almeida                                                                 | 126ª |
| João Pontes                                                                  | 147ª |
| C.B.P.O.                                                                     | 152ª |
| Queiroz Galvão                                                               | 154ª |
| Montreal                                                                     | 158ª |
| Constran                                                                     | 188ª |

Tabela 4 – Fonte: VISÃO. Quem é quem na economia brasileira. São Paulo, v.33, n.35ª, 1984. Apud: CHAVES, Marilena. Op. Cit. P.13.

A Camargo Corrêa, fundada em 1939, tem uma das mais poderosas trajetórias dentre as gigantes nacionais. Participou das maiores obras realizadas no século XX no Brasil: Itaipu,

<sup>128</sup> CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL (CBIC). Coordenação: Daniel Ítalo R. Furletti e Maurício Rosco. Elaboração: Luciene Pires Teixeira. **A indústria da construção brasileira no início do século XXI**. Op. Cit. PP.12-13.

Ponte Rio - Niterói, Belém-Brasília, Transamazônica, o Metrô paulista e a Usina Hidrelétrica de Tucuruí. Tendo como marca a associação com as empresas de Antonio Ermírio de Moraes e com o banco Bradesco, é a construtora mais aberta a parcerias com empresas estrangeiras. O Grupo Camargo Correa atua hoje, em 20 países e é um dos maiores conglomerados empresariais privados brasileiros. O grupo hoje tem atuação diversificada, e está estruturado em cinco divisões de negócios: Engenharia e Construção; Cimentos; Calçados; Têxteis e Siderurgia; Concessões; e Incorporação, Meio Ambiente e Corporativa<sup>129</sup>.

A Andrade Gutierrez, fundada em 1948, segundo Pedro Campos, pode ser considerada a companhia que mais se adaptou ao modelo de transporte e de energia nacional, sendo as obras mais visíveis em sua trajetória as rodovias e as usinas hidrelétricas.

A Mendes Júnior, fundada em 1953, já foi a maior construtora brasileira, tendo através dos contatos com JK, se tornado a primeira multinacional brasileira do ramo de construção, saindo do país em 1969 para empreendimentos na América do Sul. Segundo Pedro Campos,

Provavelmente o grande engano da empresa foi não ter adquirido a tendência de diversificação e ramificação feito por todas as outras quatro grandes nos anos 80 e, principalmente, nos anos 90, quando a construção pesada rendia apenas uma fração do que proporcionara na década de 70. Assim, mantendo-se como uma construtora “puro sangue”, sem grandes marcas de diversificação de negócios, tendo apenas uma pequena siderúrgica em Minas Gerais, a empresa logrou se tornar uma das menores expressivas construtoras do grupo das cinco gigantes da construção pesada<sup>130</sup>.

A Odebrecht, fundada por Norberto Odebrecht em 1943, teve sua trajetória alavancada por obras estaduais e regionais, especialmente por ter tido importantes laços políticos com líderes baianos e nordestinos. Especializando-se em edificações industriais, a Odebrecht teve como área mais marcante as atividades relacionadas ao petróleo e todos os serviços de engenharia prestados à Petrobrás.

A C.R. Almeida, empresa paranaense, foi fundada em 1958 por Cecilio do Rego Almeida e se destacou na construção da Estrada de Ferro Central do Paraná, com 336 km de extensão, ligando a região norte ao Porto de Paranaguá, o mais importante corredor de exportação paranaense. Atualmente é um conglomerado de mais de 35 empresas, atuando em diversas áreas como concessões rodoviárias, logística integrada, indústria química e construção pesada.

A Companhia Brasileira de Projetos e Obras (C.B.P.O), empresa paulista, foi fundada por Oscar Americano, tendo importante participação na constituição do consórcio que construiu Itaipu. Atualmente é parte do grupo Odebrecht.

---

<sup>129</sup> Dados obtidos no site da empresa: <http://www.camargocorrea.com.br/>. Acessado em 22 de outubro de 2009.

<sup>130</sup> CAMPOS, Pedro (2008). Op.Cit. p.09.

A Queiroz Galvão, fundada em 1953, tem como marca os projetos da SUDENE e da Petrobrás no Nordeste. O traço mais destacável de sua especialização é o grande número de obras para a Petrobrás ou para empresas associadas à estatal, estando hoje ela presente na perfuração de poços e na construção naval.

Eduardo Cesar Marques elaborou uma tabela apresentando as empresas de construção incluídas nas listas das 500 maiores empresas nacionais, baseado em dados da Revista Exame entre 1975 e 1996. A tabela construída por Marques, reproduzimos a seguir:

| <b>PARTICIPAÇÃO DAS EMPREITEIRAS NAS 500 MAIORES EMPRESAS PRIVADAS NACIONAIS</b> |                       |             |                        |             |                      |             |                      |             |                      |
|----------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|-------------|------------------------|-------------|----------------------|-------------|----------------------|-------------|----------------------|
| <b>1975</b>                                                                      |                       | <b>1979</b> |                        | <b>1984</b> |                      | <b>1989</b> |                      | <b>1996</b> |                      |
| <b>Nº</b>                                                                        | <b>Empresas</b>       | <b>Nº</b>   | <b>Empresas</b>        | <b>Nº</b>   | <b>Empresas</b>      | <b>Nº</b>   | <b>Empresas</b>      | <b>Nº</b>   | <b>Empresas</b>      |
| 46                                                                               | Média das 5 maiores   | 40          | Média das 5 maiores    | 34          | Média das 5 maiores  | 22          | Média das 5 maiores  | 82          | Média das 5 maiores  |
| 100                                                                              | Média das 15 maiores  | 120         | Média das 15 maiores   | 173         | Média das 15 maiores | 97          | Média das 15 maiores | 253         | Média das 15 maiores |
| 27                                                                               | Camargo Correa (SP)   | 22          | Andr. Gutierrez (MG)   | 16          | Camargo Correa (SP)  | 10          | Norb. Odebrecht (RJ) | 76          | OAS (BA)             |
| 40                                                                               | Andr. Gutierrez (MG)  | 28          | Norb Odebrecht (RJ)    | 24          | Andr. Gutierrez (MG) | 19          | Camargo Correa (SP)  | 79          | Camargo Correa (SP)  |
| 45                                                                               | Mendes Júnior (MG)    | 31          | Camargo Correa (SP)    | 25          | Norber. Odebrecht    | 20          | C.R. Alm. (RJ)       | 80          | Andr. Gutierrez (MG) |
| 51                                                                               | Norb. Odebrecht (RJ)  | 34          | Mendes Júnior (MG)     | 34          | Mendes Júnior (MG)   | 27          | Andr. Gutierrez (MG) | 82          | Norb. Odebrecht (RJ) |
| 66                                                                               | Servix (SP)           | 86          | João Fortes (RJ)       | 70          | C.R. Alm. (RJ)       | 33          | OAS (BA)             | 94          | C.R. Alm. (RJ)       |
| 72                                                                               | CBPO (SP)             | 87          | Cetenco (SP)           | 128         | EIT (RN)             | 37          | CBPO (SP)            | 169         | CBPO (SP)            |
| 83                                                                               | Cetenco (SP)          | 126         | C.R. Alm. (RJ)         | 133         | Constran (SP)        | 39          | Mendes Júnior (MG)   | 180         | Queiroz Galvão (RJ)  |
| 118                                                                              | Ferreira Guedes (SP)  | 139         | Carvalho Hosken (RJ)   | 162         | CBPO (SP)            | 58          | Encol (DF)           | 288         | Schahin Cury (SP)    |
| 119                                                                              | Veplan (RJ)           | 147         | CBPO (SP)              | 168         | Queiroz Galvão (RJ)  | 112         | Constran (SP)        | 297         | Constran (SP)        |
| 123                                                                              | Montreal (RJ)         | 161         | Sede-Sul (SP) Italiana | 218         | João Fortes (RJ)     | 120         | CNEC (SP)            | 345         | Tenenge (SP)         |
| 126                                                                              | Tenenge (SP)          | 166         | Servix (SP)            | 229         | Tenenge (SP)         | 164         | Tenenge (SP)         | 380         | Gafisa (SP)          |
| 133                                                                              | Christ.-Nielsen (RJ)  | 167         | Queiroz Galvão (RJ)    | 259         | Montreal (RJ)        | 175         | EIT (RN)             | 390         | FEM (RJ)             |
| 147                                                                              | C.R.Alm. (RJ)         | 184         | Ecisa (RJ)             | 348         | Sede (SP) Italiana   | 210         | Tratex (MG)          | 430         | EIT (RN)             |
| 170                                                                              | Constr. Guarantã (SP) | 213         | Techint (SP) Panam.    | 392         | OAS (BA)             | 212         | Queiroz Galvão (RJ)  | 441         | Cowan (MG)           |
| 183                                                                              | Ecisa (RJ)            | 216         | Convap (MG)            | 393         | Concic (BA)          | 219         | OAS Empr (BA)        | 461         | Serveng-Civils (SP)  |
| 207                                                                              | Asea Br. Boveri (SP)  | 218         | Encol (DF)             | 405         | Gomes de Alm (RJ)    | 271         | Vega Sopave (SP)     | 499         | Concrebrás (RJ)      |
| 223                                                                              | Concretex (SP)        | 240         | Montreal (RJ)          | 423         | Mape (MT)            | 288         | Ceesa (MG)           |             |                      |

|     |                     |     |                         |     |                     |     |                     |  |  |
|-----|---------------------|-----|-------------------------|-----|---------------------|-----|---------------------|--|--|
| 224 | Techint (SP)        | 251 | Constran (SP)           | 446 | Serveng-Civils (SP) | 302 | Convap (MG)         |  |  |
| 237 | Queiroz Galvão (RJ) | 256 | Serveng-Civil (SP)      |     |                     | 325 | Góes-Cohabita (BA)  |  |  |
| 255 | Hidroservice (SP)   | 266 | Gomes de Alm (RJ)       |     |                     | 337 | Serveng-Civils (SP) |  |  |
| 269 | Serveng-Civils (SP) | 279 | Hidroservice (SP)       |     |                     | 347 | Método (SP)         |  |  |
| 298 | Promon (SP)         | 289 | Veplantec (RJ)          |     |                     | 358 | Montreal (RJ)       |  |  |
| 299 | Estacas Franki (RJ) | 291 | Tenenge (SP)            |     |                     | 379 | Lix da Cunha (SP)   |  |  |
| 307 | Constran (SP)       | 299 | Esusa (RJ)              |     |                     | 400 | Concretex (SP)      |  |  |
| 428 | João Fortes (RJ)    | 318 | Ferreira Guedes (SP)    |     |                     | 406 | Gomes de Alm (SP)   |  |  |
| 483 | Racz Constr (SP)    | 325 | Concretex (SP)          |     |                     | 463 | Cowan (MG)          |  |  |
| 484 | Geovia (RJ)         | 330 | Const. Guarantã (SP)    |     |                     | 486 | João Fortes (RJ)    |  |  |
|     |                     | 344 | Promon (SP)             |     |                     | 499 | Engemix (SP)        |  |  |
|     |                     | 350 | Alburq. Takaoka (SP)    |     |                     |     |                     |  |  |
|     |                     | 368 | Infemac. De Eng (RJ)    |     |                     |     |                     |  |  |
|     |                     | 373 | EIT (RN)                |     |                     |     |                     |  |  |
|     |                     | 377 | União de Constr. (SP)   |     |                     |     |                     |  |  |
|     |                     | 409 | Christ. Nielsen (RJ)    |     |                     |     |                     |  |  |
|     |                     | 452 | Concic (BA)             |     |                     |     |                     |  |  |
|     |                     | 458 | Transpavi-Codrasa       |     |                     |     |                     |  |  |
|     |                     | 471 | Estacon (PA)            |     |                     |     |                     |  |  |
|     |                     | 479 | Brasileira de Eng. (RJ) |     |                     |     |                     |  |  |

**Tabela 5 - Fonte: Revista Exame: 500 maiores empresas privadas nacionais. CD Rom de 1997. Apud: MARQUES, Eduardo Cesar. Op. Cit. p.138**

A tabela nos permite perceber a situação do setor de construção civil relativamente aos demais setores da economia brasileira. Observa-se uma redução do número total de empreiteiras na lista: eram 27 em 1975, 37 em 1979, 18 em 1984, 28 em 1989 e 16 em 1996. Esta queda foi acompanhada de uma piora da posição média das empreiteiras: a posição média das 15 empresas melhor colocadas passou de 100<sup>a</sup> em 1975, 120<sup>a</sup> em 1979, 173<sup>a</sup> em 1984, 97<sup>a</sup> em 1989 e 253<sup>a</sup> em 1996<sup>131</sup>. Esta diminuição de empresas indica também a concentração do setor, fator este impulsionador do capital e que proporcionou maiores taxas de lucros às empresas. Pedro Campos afirma que este fenômeno revela o rearranjo da divisão internacional do trabalho nas décadas do pós-guerra, mas também, e principalmente, certos

<sup>131</sup> MARQUES, Eduardo Cesar. Op. Cit. P. 137.

fatores endógenos dessas economias que passam a exportar capital. A concentração empresarial é apontada como necessidade para atender a orientação governamental no âmbito nacional, além de possibilitar o acesso a obras no exterior, que exigem sólida e eficiente estrutura administrativa. Este processo de concentração e expansão foi altamente auxiliado pelas políticas públicas postas em prática pelo aparelho de Estado e pelos bancos<sup>132</sup>.

Esta queda é apontada como constituinte do terceiro período pelo qual passou o setor da construção civil. Segundo Marques, a partir de meados da década de 1980, com o fim da longa maturação dos empreendimentos planejados e contratados pelos governos militares e a redução drástica da contratação de novos empreendimentos de grande porte, instaurou-se no setor uma crise de demanda<sup>133</sup>. Como constata o estudo da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, chegando a taxas de -1,6% de Crescimento Real Médio do PIB Construção no período. As empresas diversificaram novamente seus mercados, passando a atuar em obras menores e em serviços públicos. Com todas estas alterações de ambiente econômico, durante a década de 1980 algumas empresas não conseguiram manter suas posições, como a Mendes Jr. Outras, como a OAS, despontaram para a liderança do mercado mundial.

Em relação à presença de empresas estrangeiras e estatais na estrutura setorial, Chaves constatou que a Construção é um setor que se destaca por apresentar a predominância do capital nacional de origem privada. Baseada nos dados econômicos de “Quem é quem na economia brasileira”, Chaves compara a participação estatal e estrangeira no setor da construção com outros ramos da indústria, chegando à conclusão de que na Construção, a participação relativa do grupo de empresas de capital privado nacional (em termos do faturamento) é bem maior que os pesos relativos dos grupos de empresas estatais e estrangeiras, situação até mais significativa do que a nível dos setores tidos como tipicamente nacionais (as indústrias de produtos de minerais não-metálicos, de produtos alimentícios e a têxtil, por exemplo)<sup>134</sup>. No ranking das 200 maiores do Brasil, no ramo da construção pesada atuavam cinco estrangeiras: Cristien Nilsen, Dumez, Brasília Guaíba, Empr. Saneadora e Comsip; e quatro estatais: (Crisa, Engefer, Ecex e Nikon).

Segundo Chaves, a predominância do capital nacional de origem privada na Indústria da Construção teve condicionantes históricos, de natureza política, oriundos das peculiaridades de seu processo produtivo. Segundo a autora,

---

<sup>132</sup> CAMPOS, Pedro Pedreira. A transnacionalização das empreiteiras brasileiras e o pensamento de Ruy Mauro Marini. Op. Cit.

<sup>133</sup> MARQUES, Eduardo Cesar. Op. Cit. P.136.

<sup>134</sup> Idem. PP.16 a 18.

Observa-se que, até meados dos anos 50, a participação do Estado e das empresas estrangeiras no desempenho da atividade construtora suplantava as empresas nacionais no caso do segmento vinculado às obras de infra-estrutura, embora a presença nacional sempre tenha sido hegemônica no subsetor das edificações. O grande dinamismo vivenciado no segundo quinquênio da década de 50 é que teria induzido e possibilitado a nacionalização do setor<sup>135</sup>.

Para Chaves, enquanto várias indústrias assistiam ao ingresso do capital estrangeiro e novos ramos surgiam já sob o domínio ou pelas mãos do Estado, a Construção estaria percorrendo um caminho inverso, à medida que as empresas nacionais de capital privado substituíam gradativamente o Governo e as empresas estrangeiras, em processo que se iniciara nos anos 40. Segundo ela,

Isso não significa, porém, que se tenha partido de uma estrutura industrial exatamente internacionalizada ou estatizada, para se chegar a uma situação de dominância do grupo de empresas privadas nacionais.

Na verdade, a situação que se apresentava naquele primeiro período traduzia, sim, uma divisão de mercado de obras (no caso, obras públicas de infra-estrutura e de montagem industrial) favorável às empresas estrangeiras e ao Estado. Este, todavia, agindo de forma que poderia ser caracterizada como autoconstrução, e aquelas, com rara exceção, como exportadoras de serviços de engenharia. Na trajetória do desenvolvimento do setor, o Programa de Metas foi palco do movimento de formação e consolidação da maioria das empresas nacionais do setor e de uma política não-explicita da sua reserva de mercado. Além disso, o Estado, embora retraísse sua posição de construtor, incrementava seu papel de organizador do mercado. Assim, não se poderia concluir que o capital privado nacional teria se firmado e ganhado terreno frente a empresas estrangeiras (ou estatais) participantes da estrutura setorial, mas que aquelas empresas teriam gradativamente consolidado a sua “fatia” na divisão do mercado frente à importação de serviços de engenharia e à ação direta de órgãos públicos<sup>136</sup>.

Através de dois quadros, Chaves demonstra que as empresas ligadas a grupos estrangeiros (sediadas no País) e as empresas de construção vinculadas a grupos estatais teriam mesmo incrementado suas participações na estrutura setorial, relacionando seus respectivos pesos no patrimônio líquido do setor com sua posição no ranking setorial, em meados dos anos 70. Os quadros são reproduzidos a seguir:

| <b>Participação relativa ao patrimônio líquido dos grupos de empresas classificadas segundo controle acionário majoritário do patrimônio líquido total da amostra das maiores empresas industriais da construção – 1967-1983 – (Valores em %)</b> |                           |                 |                     |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------|-----------------|---------------------|
| <b>ANOS</b>                                                                                                                                                                                                                                       | <b>EMPRESAS</b>           |                 |                     |
|                                                                                                                                                                                                                                                   | <b>PRIVADAS NACIONAIS</b> | <b>ESTATAIS</b> | <b>ESTRANGEIRAS</b> |
| 1967                                                                                                                                                                                                                                              | 97,0                      | 1,0             | 2                   |
| 1970                                                                                                                                                                                                                                              | 97,0                      | 1,0             | 2                   |
| 1973                                                                                                                                                                                                                                              | 89,8                      | 7,5             | 2,7                 |
| 1975                                                                                                                                                                                                                                              | 81,0                      | 14,5            | 5,0                 |
| 1980                                                                                                                                                                                                                                              | 90,2                      | 3,9             | 5,9                 |
| 1982                                                                                                                                                                                                                                              | 94,1                      | 2,0             | 3,9                 |

<sup>135</sup> Idem. P.20.

<sup>136</sup> Idem. P.20.

|      |      |     |     |
|------|------|-----|-----|
| 1983 | 96,0 | 1,4 | 2,6 |
|------|------|-----|-----|

**Tabela 6 – Fontes: VISÃO. Quem é quem na economia brasileira. São Paulo, v.49, n.5, 1976; v.30, n.34, 1981; v.32, n.35, 1983; v.33, n.35ª, 1984. Apud: CHAVES, Marilena. Op. Cit. P.21.**

| <b>Número de empresas de construção pertencentes a grupos estrangeiros e estatais segundo posição no “ranking” setorial 1970-1983</b> |                                        |             |             |             |                                    |             |             |             |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------|-------------|-------------|-------------|------------------------------------|-------------|-------------|-------------|
| <b>Ordenação segundo Patrimônio líquido</b>                                                                                           | <b>Empresas de grupos estrangeiros</b> |             |             |             | <b>Empresas de grupos estatais</b> |             |             |             |
|                                                                                                                                       | <b>1970</b>                            | <b>1975</b> | <b>1980</b> | <b>1983</b> | <b>1970</b>                        | <b>1975</b> | <b>1980</b> | <b>1983</b> |
| 1ª à 5ª                                                                                                                               | -                                      | -           | -           | -           | 1                                  | 1           | -           | -           |
| 6ª à 10ª                                                                                                                              | -                                      | 1           | -           | -           | -                                  | 1           | -           | -           |
| 11ª à 20ª                                                                                                                             | -                                      | -           | -           | 1           | 1                                  | -           | -           | -           |
| 21ª à 50ª                                                                                                                             | 1                                      | 5           | 4           | 3           | -                                  | 1           | 2           | 2           |
| 51ª à 100ª                                                                                                                            | -                                      | -           | 3           | 3           | -                                  | 2           | 2           | 1           |
| 100ª à 200ª                                                                                                                           | 6                                      | 5           | 5           | 2           | 1                                  | 2           | 1           | -           |
| Acima de 200ª                                                                                                                         | -                                      | -           | 3           | 4           | -                                  | 1           | 4           | 3           |

**Tabela 7 – Fontes: Dados Básicos: VISÃO. Quem é quem na economia brasileira. São Paulo, v.39, n.4, 1971; v.49, n.5, 1976; v.30, n.34, 1981; v.33, n.35ª, 1984. Apud: CHAVES, Marilena. Op. Cit. P.22.**

Como se pode perceber, apesar do alto grau de internacionalização da economia brasileira e dos níveis elevados de participação do Estado na esfera produtiva, a Construção se destaca pela predominância do capital nacional privado. A participação de empresas estatais e estrangeiras, demonstradas nas tabelas acima, em número quantitativamente menor, comprovam esta afirmação.

Para Boschi, essa caracterização “nacional” do setor de bens de capital (a composição da ABDIB revelou uma presença marcada de empresários nacionais, começando com 66,6% em 1964 e alcançando 100% em 1977), antes de revelar um sentimento contrário ao capital estrangeiro, esse fato reforça apenas o quadro de um grupo de interesses cuja ação é pragmaticamente informada. Segundo Boschi,

Os empresários nacionais tendem a ter maior conhecimento do meio ambiente político do país em aspectos que os estrangeiros com frequência negligenciam. Assim, uma liderança nacional facilita o acesso às agências públicas por causa desse conhecimento e porque a associação pode acenar com uma identidade nacional em sua barganha com as esferas governamentais. Ao mesmo tempo, os benefícios refluem, coletivamente, a um número de participantes bem definidos, estrangeiros inclusive<sup>137</sup>.

Entretanto, é importante apontar que, já durante os anos 1970, mas com maior intensidade no início dos 1980, as empreiteiras diversificaram seus mercados comprando empresas de outros setores e se lançando para os mercados de outros países de forma direta ou associadas com empresas de capital estrangeiro. Assim, já em 1970 a Mendes Jr. iniciaria sua primeira obra internacional na Bolívia, a CBPO em 1973 atuaria no Paraguai e a Camargo

<sup>137</sup> BOSCHI, Renato Raul. **Elites industriais e democracia**. Op. Cit. P.192.

Corrêa, consorciada com a Cetenco, seria contratada para obra na Venezuela, em 1974. A Odebrecht e a Andrade Gutierrez entraram mais tarde no mercado externo, já na década de 1980<sup>138</sup>. Segundo Marques,

Como os mercados dos países mais desenvolvidos já estavam ocupados por suas próprias empresas, as empreiteiras nacionais partiram para a realização em sua maior parte de obras em países do terceiro mundo. As empresas receberam no processo um auxílio duplo do governo federal, seja através de pressão diplomática (“pragmatismo diplomático”) sobre países exportadores de petróleo como o Iraque e a Venezuela (que dispunham de recursos), seja através da concessão de “empréstimos casados” via Cacex associados às licitações que viriam a vencer em países que não dispunham de recursos, como no caso recente (1990) das obras da Odebrecht em Angola\*. No caso do segundo grupo, os empréstimos diretos (governo-governo) ou indiretos (governo-empreiteira-governo) da Cacex e do Banco do Brasil representaram 89% do valor dos contratos assinados por empresas brasileiras. Em ambos os casos, a ação do governo brasileiro foi motivada pela ideologia do “Brasil Potência” estruturante das políticas do regime na época, reafirmando seu projeto nacional. As empresas por seu lado, se beneficiaram com as condições criadas e uma parte do setor brasileiro se internacionalizou<sup>139</sup>.

Este fenômeno revela algo comum no final da década de 1970 e 1980, período de reestruturação econômica e reajustamento social e político em diversos países do mundo, fenômeno este que alguns autores vão chamar de acumulação flexível<sup>140</sup>. Com a crise da acumulação do capitalismo, o fordismo e o keynesianismo mostraram suas fragilidades, incapazes de conter as contradições capitalistas. Surge como sintomas da crise a rigidez dos investimentos de capital fixo, a inflexibilidade do planejamento, rigidez dos mercados, rigidez dos contratos de trabalho, seguidos de ondas de greve, e problemas trabalhistas.

Segundo David Harvey, o sistema capitalista estava entrando em decadência devido ao excesso de fundos, poucas áreas produtivas, forte inflação, crise mundial dos mercados imobiliários, dificuldades das indústrias financeiras, aumento do preço do petróleo, exportações de petróleo embargadas para o Ocidente, instabilidade dos mercados financeiros mundiais, crise fiscal, ociosidade de fábricas e equipamentos, etc. Assim, as empresas viram-se obrigadas a entrar em um período de racionalização, reestruturação e intensificação do controle do trabalho, através da mudança tecnológica, da automação, da busca por novas

---

<sup>138</sup> MARQUES, Eduardo Cesar. Op. Cit. P.135.

\* Segundo Marques, a história das obras da Odebrecht em Angola envolveu não apenas pressão diplomática brasileira, mas também elevados volumes de propina ao esquema PC Farias-Collor de Mello, já que a obra deveria ser construída pela empreiteira baiana Sérvia, que depositou dinheiro em uma das contas fantasmas para vencer uma concorrência de 200 milhões de dólares nesse país. Aparentemente PC foi “convencido” pelo maior volume depositado pela Odebrecht (3,2 milhões de dólares), o que fez o governo brasileiro mudar de idéia e fazer *lobby* para essa última empresa. Como consequência, diretores da Sérvia resolveram contar a história inteira à Polícia Federal.

<sup>139</sup> MARQUES, Eduardo Cesar. Op. Cit. P. 135-136.

<sup>140</sup> Entre estes autores citamos HARVEY, David. A transformação político-econômica do capitalismo do final do século XXI. In: **A condição pós-moderna**. São Paulo, Loyola, 1989.

linhas de produtos, nichos de mercado, provocando também fusões. Neste sentido, a diversificação de mercados das empreiteiras não pode ser visto como um fenômeno isolado, e sim como parte do processo de reestruturação do capitalismo.

Segundo Eduardo Marques, a partir de meados de 1980, as grandes empreiteiras têm passado a desempenhar papel de grande destaque em um outro processo importante a nível nacional: a privatização de serviços públicos. Dispondo de elevadas somas de capital relativamente ocioso devido ao baixo ritmo de obras do governo federal, o mesmo grupo de empreiteiras de grande porte que internacionalizou seus mercados nas décadas de 1970 e 1980, tem participado de forma agressiva dos leilões de privatização de empresas públicas promovidos pelos governos federal e estaduais. A dinâmica recente, segundo Marques, demonstra uma alteração de fundo no *portfólio* das empresas do setor, e a participação em alguns casos em serviços associados as suas atividades anteriores, como o da privatização das rodovias (Andrade Gutierrez, por exemplo), não deve nos enganar. Em alguns casos as empresas aparecem associadas a grupos internacionais e cumprem função periférica, como no caso da associação da C.R. Almeida com um grupo sueco na telefonia celular em São Paulo, em 1998, mas e, outros, a empreiteira passa a ocupar a liderança destacada de um setor antes controlado pelo Estado, mantendo, no entanto uma associação complexa com a empresa estatal, como no caso da Odebrecht no setor de petroquímica. Em ambos os tipos de estratégia, o privilégio de um tratamento diferenciado por parte do Estado permanece tão necessário para o negócio quanto antes<sup>141</sup>.

A OAS é talvez o mais extremo exemplo de associação entre poder político e obra pública, segundo Eduardo Marques. A empresa, criada em 1976, escolheu não se lançar ao mercado externo e continuou a apostar exclusivamente nas obras públicas nacionais, mesmo na década de 1990. A estratégia se mostrou muito bem sucedida – a empresa galgou posições com uma rapidez impressionante, passando de 392ª empresa nacional em 1984 para 76ª em 1996, ocupando neste último ano a liderança do setor de obras públicas. Por outro lado, a estratégia causou conflitos no interior da empresa que quase a levaram à dissolução judicial por disputa entre os sócios, assim como cisões no interior da comunidade dos empreiteiros, que usualmente é extremamente coesa. Segundo Marques, para quase a totalidade dos analistas, da imprensa e da comunidade dos engenheiros, seu sucesso está relacionado à proximidade com o ex-governador da Bahia e senador Antônio Carlos Magalhães. O fato é que entre 1989 e 1991, por exemplo, o patrimônio da empresa pulou de 158 para 516 milhões

---

<sup>141</sup> Idem. PP.135-6.

de dólares. Apenas durante o primeiro ano do governo Collor a empresa venceu 38% das licitações da CEF, o que segundo a imprensa envolveu ágios de até 40%<sup>142</sup>.

As discussões que nortearam este capítulo até o momento visaram situar o processo de acumulação capitalista e suas especificidades, especialmente durante a ditadura militar, enfocando o papel das empresas de construção civil e seus desdobramentos durante e após a ditadura. Neste sentido, podemos entender os fundamentos que levaram estas empresas a se tornarem hoje detentoras de enorme capital, sendo um dos mais importantes e lucrativos setores do mundo. Como podemos perceber e como veremos posteriormente na análise de *Veja*, estas empresas se consolidaram durante a ditadura militar, com os incentivos públicos e com a licitação das grandes obras, assunto este na maioria das vezes não explícito pelas mesmas.

### **A revista *Veja* e a seção “Investimentos”**

Após discutirmos a formação do Estado capitalista no Brasil e sua especificidade sob o regime militar e a formação do capitalismo no Brasil, dando atenção às empresas de construção civil, procuraremos aprofundar a discussão entre sociedade civil e o papel da imprensa na construção/busca do consenso, enfatizando a posição de *Veja* em relação ao mercado financeiro, em especial, o papel da revista no anúncio da participação das empresas de construção civil neste mercado. Para isto, consideramos importante apontar em linhas gerais, o imperialismo, onde o nível de concentração atingido, expresso na monopolização e no capital financeiro (fusão entre capitais de procedência industrial e de procedência bancária), levou Lênin, no século XX, a considerar como sendo a configuração de um novo patamar histórico de mudança qualitativa no capitalismo até então existente.

Vladimir Lênin, na obra intitulada “Imperialismo, etapa superior do capitalismo”, encara o imperialismo como a culminação necessária do capitalismo. Essa nova fase do sistema envolvia mudanças sociais e políticas, substituindo o capitalismo competitivo pelo capitalismo monopolista, estágio avançado do sistema em que o capital financeiro domina a vida econômica e política da sociedade. A concorrência prosseguia, mas apenas entre um pequeno grupo de gigantescos conglomerados, capazes de controlar setores inteiros da economia nacional e internacional.

---

<sup>142</sup> Idem. P.137.

Segundo Lênin, o imperialismo se caracterizava por cinco princípios essenciais:

1º a concentração da produção e do capital levada a um grau tão alto de desenvolvimento que resulta em monopólio, o qual desempenha um papel decisivo na vida econômica; 2º a fusão do capital bancário com o industrial e a criação, sobre a base deste "capital financeiro", da oligarquia financeira; 3º a exportação do capital, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particular; 4º a formação de associações internacionais monopolistas de capitais, as quais repartem entre si o mundo; 5º fim da divisão territorial do mundo entre as potências imperialistas mais importantes<sup>143</sup>.

Como aponta Virginia Fontes na obra "O Brasil e o Capital-Imperialismo", para Lênin o imperialismo não poderia ser reduzido a um único aspecto, econômico ou político, mas remetia ao conjunto da vida social, uma vez que expressava uma nova dimensão na própria dinâmica capitalista. Segundo Fontes,

Para ele [Lênin], o imperialismo envolvia não apenas a partilha (e eventuais redivisões) do mundo, mas uma nova conexão entre ciência e processo produtivo, o crescimento da exportação de capitais (com um subsequente capitalização desigual do mundo), uma nova correlação entre a classe trabalhadora dos países imperialistas e "suas" burguesias, a modificação das relações entre capital financeiro e Estado. Lênin apontava para transformações substantivas no conjunto da vida social, implicando novos desafios para as lutas de classes<sup>144</sup>.

Virginia Fontes lança em seu livro o desafio de compreender a forma específica do capitalismo e do imperialismo contemporâneos e, neles, o papel desempenhado pelo Brasil. Segundo a autora, nas contradições de sua expansão, o capital-imperialismo<sup>145</sup> adentra o século XXI sob formidável crise, exasperando o sofrimento social e agravando as expropriações que constituem sua condição de existência. Virginia Fontes percebe o capital não como uma estrutura específica, mas como resultado de relações sociais concretas. O imperialismo é entendido pela autora como uma relação social, uma forma de existência do capital, sendo a expropriação nas suas formas mais ampliadas e complexas a condição necessária para as relações sociais capitalistas. Fontes propõe a tese de que o que ocorre no século XXI é um processo peculiar de luta pelo acesso de países retardatários (e de suas burguesias) à condição de países capital-imperialistas, sendo este caminho também trilhado pelo Brasil contemporâneo.

---

<sup>143</sup> LENIN, Vladimir Ilich. O imperialismo, fase superior do capitalismo. In: **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, 1986. P.642.

<sup>144</sup> FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ, 2010. P.112.

<sup>145</sup> Conceito utilizado por Fontes para recuperar os conceitos clássicos de Lênin para explorar um presente forçosamente diverso do período no qual nasceram, mas que representa a continuidade e o aprofundamento da mesma dinâmica do capital.

Como vimos no início do capítulo, o capital industrial monopolista (nacional e estrangeiro) foi hegemônico no pós-64. Como demonstra Décio Saes, a política do Estado brasileiro favoreceu regularmente, a partir do golpe militar de 1964, a oligopolização da indústria: seja na formação de oligopólios nos ramos industriais ainda em implantação (automobilística, eletrônica, petroquímica), seja o avanço da oligopolização em ramos industriais tradicionais (exemplo: a indústria de fiação). Segundo Décio Saes,

Lembremos, a esse respeito, a política estatal de crédito restritivo (favorecimento das grandes empresas em detrimento das pequenas e médias empresas); a política estatal de favorecimento, por meio da concessão de vantagens cambiais; ao financiamento das grandes empresas industriais estrangeiras pelas suas matrizes; a elaboração de projetos de implantação industrial (os chamados “pólos”) incluindo basicamente empresas monopolistas (estrangeiras, nacionais e estatais; o papel decisivo do Estado – e, mais especificamente, das Forças Armadas – na implantação de uma indústria bélica (ENGESA, IMBEL etc.) de caráter oligopólico; e, de modo geral, a ausência de qualquer política sistemática de apoio à pequena e média empresas<sup>146</sup>.

Décio Saes chama a atenção para a existência de uma fração do capital cuja importância econômica e política no pós-64 em destaque: o “setor financeiro”, designado por Saes como “Capital produtor de juros” ou “Capital bancário”. Segundo o autor, o capital bancário (que, em articulação com um segmento poderoso do capital comercial – as casas exportadoras de produtos agrícolas –, exercera a hegemonia durante a Primeira República), foi o grande derrotado no processo de transformação política de 1930. Segundo Saes,

É o golpe militar de 1964 que cria as condições políticas necessárias à mudança do tratamento dado pelo Estado ao “sistema financeiro”. As novas equipes ministeriais, sustentadas pelo Alto Comando das Forças Armadas e apoiadas pelo capital bancário (nacional, associado ou internacional), implementarão desde então uma política econômica que contribui objetivamente para o fortalecimento da posição econômica do capital bancário diante das demais frações de classe dominante<sup>147</sup>.

A política econômica estatal no pós-64 favoreceu à centralização do capital bancário pela via da criação de estímulos explícitos às fusões e incorporações de bancos. Essa recuperação política do capital bancário configura-se como condição necessária do reforço de sua posição econômica diante do capital industrial monopolista. Segundo Décio Saes, a reduzida visibilidade política de frações burguesas como o capital bancário se explica pelo fato de o capital bancário não poder, enquanto não se articula organicamente à esfera industrial, apresentar-se ao conjunto das classes sociais como uma “classe produtora”; é, portanto, incapaz de se converter no agente principal da dominação ideológica de classe – ao

---

<sup>146</sup> SAES, Décio. Estado e classes sociais no capitalismo brasileiro dos anos 70/80. In: **República do capital**. Capitalismo e processo político no Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001. P.52.

<sup>147</sup> Idem. P.54.

contrário das classes dominantes que podem apresentar-se ao conjunto das classes sociais como “classes produtoras”, pois aparecem ligadas à esfera da produção de bens materiais. Segundo Saes,

No Brasil pós-64, configura-se essa disposição das funções de hegemonia, na medida em que o capital bancário, a despeito ao hegemônico no seio do bloco no poder, não pode apresentar-se abertamente ao conjunto das classes sociais como força política específica, nem pode endereçar a estas um discurso que justifique o desenvolvimento do capitalismo no Brasil a partir de uma ótica que privilegie os seus interesses específicos de fração. Por isso, o capital bancário cede objetivamente o papel de principal agente privado da dominação ideológica sobre as classes trabalhadoras ao capital industrial<sup>148</sup>.

A política com ênfase no setor de bens de consumo duráveis, adotada pela ditadura militar brasileira, e que acarretava certa concentração de renda, possuía uma “justificava” ideológica. Segundo Alexandre Uehara<sup>149</sup>, o governo militar argumentava que essa concentração era necessária para que se criasse e assegurasse um mercado interno que consumisse os produtos do setor de bens de consumo duráveis, gerando dessa forma, um crescimento econômico no país. A redistribuição de renda, segundo Uehara, era reservada para um plano posterior, quando o crescimento econômico já fosse um sucesso. A própria frase célebre de Delfim Netto, Ministro da Economia, “*deixar o bolo crescer para dividir depois*”, é um exemplo clássico desta perspectiva.

Dentro dessa concepção do governo de que para a realização do crescimento econômico era necessária também uma concentração de renda, foi criada a Bolsa de Valores e multiplicaram-se os bancos de investimentos, promovendo a abertura do capital das empresas, pela emissão das ações. Estas instituições repassariam os recursos às indústrias para que elas realizassem novas inversões. Segundo Virginia Fontes e Sonia Mendonça,

O processo de fusões e a incorporação associava agora diretamente o sistema bancário ao comercial e industrial. A rigor, esse procedimento teve uma feição circular, pois contribuiu para a ampliação dos mecanismos de crédito ao consumidor, estimulando a aquisição dos bens de consumo duráveis<sup>150</sup>.

Como não havia uma coordenação central das decisões de produção e de consumo, a capacidade de produção de bens de consumo não era suficiente para que a acumulação se processasse em ritmo intenso. Segundo Paul Singer, “*é preciso, ao mesmo tempo, que a parcela correspondente da renda total seja subtraída ao consumo, isto é, que ela seja*

---

<sup>148</sup> Idem. PP. 60-61.

<sup>149</sup> UEHARA, Alexandre Ratsuo. **O crescimento econômico e os investimentos diretos japoneses no Brasil**. In: [http://www.fjisp.org.br/estudos/ed%2002/crescimento\\_economico.doc](http://www.fjisp.org.br/estudos/ed%2002/crescimento_economico.doc). Consulta realizada em 05 de agosto de 2008.

<sup>150</sup> FONTES, Virginia Maria; MENDONÇA, Sonia Regina de. **História do Brasil Recente. 1964/1992**. SP: Ática, 1996. p.30.

*poupada*”<sup>151</sup>. Para isto, o governo criou a Bolsas de Valores – onde, mediante a transação de ações, o excedente dos indivíduos é encaminhado às empresas que o invertem – “*oferecendo incentivos fiscais tanto às empresas para abrir o seu capital como ao público para colocar seu excedente em ações*”<sup>152</sup>. O governo procurou, portanto criar ao mesmo tempo, oferta e procura de ações. Entretanto, como afirma Singer, as aplicações na bolsa tinham caráter especulativo, sendo que a maior parte do dinheiro encaminhado às bolsas se destinou à especulação com ações já emitidas.

As ações e seus “mercados” obtiveram tanta importância para a revista *Veja* que esta passou a dedicar uma seção, chamada “Investimentos”, para o tema. Como já demonstramos no 1º Capítulo com a análise dos editoriais, Ulysses Souza afirmou que a iniciativa de se incluir este caderno já estava sendo discutida há algum tempo, quando o editor

Roberto sugeriu que para a *Entrevista* e o *Caderno de Investimento* fosse usado um papel diferente do miolo, de cor bege ou ocre. Havia, no entanto, a disponibilidade de um papel amarelado. Quando o estoque acabou, as “amarelas” já eram consagradas e manteve-se a idéia da cor, embora numa tonalidade mais forte e aplicada sobre o papel normal da revista<sup>153</sup>.

Segue abaixo, um trecho da Carta ao Leitor de 4/6/1969, escrita por Mino Carta, na qual ele apresenta as “novidades” de *Veja* (já mencionadas no início do capítulo) quando se procura alternativas para reerguer as vendas da revista, e onde ele fala da nova seção:

“**Novidade número 3:** Um caderno especial dedicado ao investidor (página 71). Queremos que o nosso leitor conheça todos os caminhos da boa aplicação das suas poupanças, pequenas ou grandes, e todas as semanas lhe falaremos das boas ações e dos ritmos do mercado de capitais”<sup>154</sup>.

O caderno, publicado no final da revista, procurava chamar a atenção do público leitor, nesta primeira edição, para o suposto “lucro garantido” que seria aplicar em ações<sup>155</sup>. As bolsas de valores forneceriam um excelente ambiente para as companhias levantarem capital para expansão de suas atividades através da venda de ações, e outros valores mobiliários, ao público investidor. As aquisições e/ou fusões de outras empresas são apresentadas pela revista como oportunidades únicas de expansão da linha de produtos, aumento dos canais de

---

<sup>151</sup> SINGER, Paul. **A crise do “milagre”**. Interpretação crítica da economia brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. P.68.

<sup>152</sup> Idem.

<sup>153</sup> SOUZA, Ulysses Alves de. A história secreta de *Veja*. IN: **Revista Imprensa**. Ano II, nº 13, setembro de 1988. P.95.

<sup>154</sup> *Veja*. **Carta ao Leitor**. Ed.39 – 04/06/1969.

<sup>155</sup> Estas discussões iniciais já foram realizados em nosso Trabalho de Conclusão de Curso. RAUTENBERG, Edina. **A revista *Veja* e as multinacionais no Brasil (1968-1975)**. UNIOESTE, TCC, 2008.

distribuição, aumento de sua participação no mercado etc. Neste sentido, a revista dedica-se nas primeiras matérias do novo caderno, a explicar o funcionamento da Bolsa de Valores.

Também pudemos perceber o quanto o tema da Bolsa de Valores passou a ser assunto presente na revista, em especial no ano de 1971, quando *Veja* dedicou 04 capas para tratar do tema. Na imagem abaixo exemplificamos as capas publicadas por *Veja* sobre a Bolsa de Valores dentro de nosso recorte temporal.

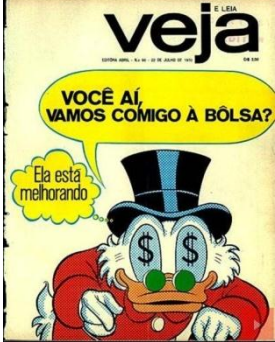
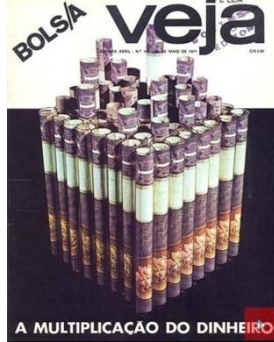
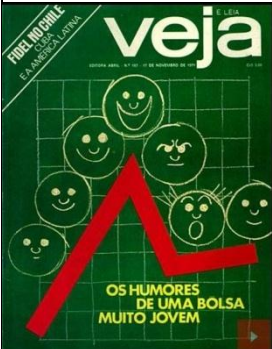
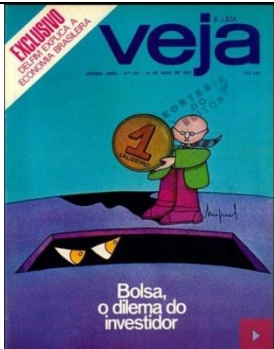
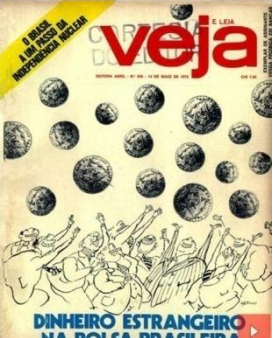
|                                                                                     |                                                                                     |                                                                                      |                                                                                      |
|-------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------|
|    | <p>Veja – Ed.98 –<br/>22/07/1970</p>                                                |    | <p>Veja – Ed.142 –<br/>26/08/1971</p>                                                |
| <p>Veja – Ed.148 –<br/>07/07/1971</p>                                               |   | <p>Veja – Ed.164 –<br/>27/10/1971</p>                                                |  |
|  | <p>Veja – Ed.167 –<br/>17/11/1971</p>                                               |  | <p>Veja – Ed.194 –<br/>24/05/1972</p>                                                |
| <p>Veja – 349 – 14/05/1975</p>                                                      |  |                                                                                      |                                                                                      |

Figura 6 - Capas de *Veja* sobre a Bolsa de Valores

Na edição 138 o editorial vai apresentar a troca de editoria dos Cadernos. No lugar de Aloysio Biondi, entraria Hélio Gama Filho, até então repórter especial da seção “Economia e Negócios”, que viria a assumir o “*novo e mais completo Caderno de Investimentos que Veja apresenta a partir desta edição*”<sup>156</sup>. Assumindo sua posição de novo editor, Hélio afirmaria: “*Veja pretende colocar o seu leitor em condições de igualdade com todos os investidores, mesmo com os maiores do mercado – isto é, nenhum leitor do Caderno vai perder dinheiro por falta de informação*”<sup>157</sup>.

É interessante notar que Aloysio Biondi era um economista crítico de esquerda, tendo trabalhado em importantes jornais como o “Correio da Manhã” e “Opinião”<sup>158</sup>. Neste sentido, a saída de Biondi de *Veja* representa uma das “adequações” da revista à ditadura militar, em complementação com a saída posterior de Millôr Fernandes e de Mino Carta, como vimos no primeiro capítulo.

A orientação de *Veja* também é reafirmada na edição 142, quando dedica uma matéria de capa para falar das especulações em torno da Bolsa, que poderia subir muito mais. Fazendo menção à Hélio Gama, o editorial chega a chamá-lo de “oráculo da Bolsa”. Segundo *Veja*:

Hélio Gama, 28 anos, gaúcho, há três meses desceu do cavalo da foto ao lado – serviu-se do nobre quadrúpede para visitar como repórter as fazendas de João Goulart no Uruguai – e passou a cuidar de investimentos. Desde então é considerado, não somente pelos colegas mas também por muitos leitores que aportam à sua mesa por carta ou pessoalmente, oráculo da Bolsa, fama que ele repele, preferindo apenas a de competente jornalista especializado<sup>159</sup>.

Trazendo exemplos de leitores que acompanhariam o caderno semanalmente para “não perder as oportunidades”, o editorial explica que o caderno não seria fruto de informações exclusivas ou de boatos para favorecer a subida deste ou daquele papel, o trabalho de *Veja* em relação ao caderno seria baseado em uma “*análise técnica do mercado, feita com a ajuda de um bom arquivo e do estudo das condições de cada empresa*”<sup>160</sup>. Tudo isso garantiria, segundo *Veja*, o sucesso do caderno e dos leitores que acompanhariam o mesmo.

Tendo em vista a “fulgurante ascensão da Bolsa” anunciada na edição 142, a edição 148 traz novamente uma matéria de capa com a temática da Bolsa de Valores. Porém, ao contrário da edição 142, a edição 148 anuncia um “ponto de equilíbrio”. Segundo o editorial,

---

<sup>156</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.138 – 28/04/1971.

<sup>157</sup> *Idem*.

<sup>158</sup> Aloysio Biondi é autor do livro “O Brasil Privatizado – Um balanço do desmonte do Estado”, publicado em 1999.

<sup>159</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.142 – 26/05/1971.

<sup>160</sup> *Idem*.

De lá para cá, os humores da Bolsa mudaram – nas últimas três semanas os episódios e a gente foram menos festivos, as anedotas chegaram até a amargura. Na verdade, sopra a primeira aragem de ventos mais ajuizados. Mamãe Bolsa está amadurecendo, começa a procurar um salutar ponto de equilíbrio. Mas é preciso agora qualificar a brisa nova e a reportagem ganha medidas que a recomendam para a seção “Economia e Negócios”<sup>161</sup>.

É interessante notar as expressões utilizadas pela revista para qualificar a Bolsa: “Mamãe Bolsa está amadurecendo”, como se a Bolsa de Valores fosse um organismo vivo e o substantivo mamãe, dá a impressão de ser alguém preocupada com seus filhos, seus investidores.

Estas expressões vão aparecer também em outros editoriais e matérias, como no caso da edição 163, quando *Veja* “verificou algumas alterações no comportamento do papel e as registrou num dos gráficos ponto-figura que semanalmente publica no caderno de *Investimentos*”<sup>162</sup>. O editorial se refere ao Caderno da edição 153, quando a revista se referia ao aumento de capital do Banco do Brasil, onde “no momento de fazer previsões, ao otimismo de muitos investidores, que se baseavam nas tradições generosas do BB, *Veja* preferiu a frieza de uma análise ortodoxa amparada nos números oficiais”<sup>163</sup>. Neste sentido, a previsão da revista seria de que, se a direção do Banco do Brasil quisesse manter o mesmo lucro por ação do ano anterior, o capital deveria aumentar para 1,03 bilhão, que representaria um aumento de capital em torno de 43% ou 45%. Segundo *Veja*,

Infelizmente para os muitos investidores otimistas, a previsão estava certa, ou quase: o aumento de capital foi de 50%. Nesta edição, o caderno de “Investimentos”, na página 107, conta as conseqüências da decisão do BB e as esperanças frustradas de tantos – entre eles, alguns jornalistas-investidores de *Veja*, que não quiseram ouvir o colega Hélio Gama, responsável pelo caderno<sup>164</sup>.

Na edição 164, referindo-se também à reportagem de capa, o editorial procura demonstrar o trabalho de *Veja* em canalizar a “volumosa enxurrada de informações”, colhidas em todo o país, com a ajuda de um mini-computador de duas memórias que teria sido capaz de fazer instantaneamente todos os cálculos, dando origem a uma tabela que mostraria a evolução dos fundos desde 1º de janeiro de 1970 até 30 de setembro de 1971<sup>165</sup>. Segundo *Veja*,

Valendo-se dessa tabela (que acompanha a reportagem de capa), pelo menos 98% dos cotistas brasileiros terão condições de conhecer exatamente a rentabilidade do

---

<sup>161</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.148 – 07/07/1971.

<sup>162</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.163 – 20/10/1971.

<sup>163</sup> Idem.

<sup>164</sup> Idem.

<sup>165</sup> A tabela com a evolução dos fundos encontra-se em anexo (Anexo 02).

seu fundo. E os que não investem poderão verificar que aplicar suas economias nos fundos é, quase sempre, uma forma muito boa de ganhar dinheiro<sup>166</sup>.

Segundo o editorial de *Veja*, “*além de servir aos cotistas de hoje e de amanhã, Veja quis prestar um serviço aos próprios fundos (...) com informações precisas e orientando por critérios rigorosamente éticos as técnicas de venda e a publicidade*”<sup>167</sup>. Segundo o editorial, a revista não teria a pretensão apenas de divulgar os fundos, tornando-os mais populares, mas sim, sugeriu a criação de um organismo que representasse a todos e se preocupasse, inclusive, com o investidor. Isto teria se dado em uma reunião com seis diretores de fundos (Crescindo, Reaval, Suplicy, Minas Investimento, Safra e Barros Jordão), em São Paulo, no momento em que a revista preparava a reportagem. Qual seria esse organismo, não é descrito no editorial, nem na reportagem de capa. Entretanto, a revista dá indícios de sua importante participação na divulgação desses dados.

Na edição 167 *Veja* afirma que a comparação da Bolsa com a de uma matrona imponente, bondosa e severa, seria erro de ótica. Segundo a revista,

O tempo mostrou que a Bolsa é jovem demais, criança em lugar de matrona – forte, sadia, mas criança. Mostrou também o drama das autoridades financeiras, que estimularam o crescimento da Bolsa como um meio eficiente e sedutor de democratizar o capital. A Bolsa não é uma entidade governamental – no entanto, os investidores pretenderam e pretendem que o papel de mãe seja desempenhado pelo governo. Assim, sistematicamente, esperam das autoridades financeiras do país – e a expectativa é tão forte, que chega a parecer exigência – gestos significativos e palavras de alento<sup>168</sup>.

Mais uma vez as expressões comparando a Bolsa de Valores com um organismo vivo são utilizados pela revista. *Veja* demonstra ainda os testes da ação do capital financeiro, se utilizando do governo para estimular o crescimento da Bolsa. Na reportagem de capa, *Veja* entrevistou o ministro Delfim Netto, que, segundo a revista, teria evitado frases animadoras para expor, simplesmente, a posição do governo em relação ao mercado de capitais. “*Que, através de experiências boas e más, encaminha-se vagarosamente para a maioria*”<sup>169</sup>.

Na edição 171 *Veja* trata da “animadora revolução” que estaria ocorrendo no “mundo dos investimentos”. Segundo a revista, “*ao invés de estimular sonhos de ganhos mirabolantes, alinham-se dados e informações para orientar corretamente o investidor. E é o que basta – e o que é certo que se faça*”<sup>170</sup>. A revista faz menção a algumas peças publicitárias

---

<sup>166</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed. 164 – 27/10/1971.

<sup>167</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed. 164 – 27/10/1971.

<sup>168</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed. 167 – 17/11/1971.

<sup>169</sup> *Idem*.

<sup>170</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed. 171 – 15/12/1971.

que se utilizariam da tabela de rendimentos de fundos que *Veja* publica semanalmente no caderno de “Investimentos”. Segundo a revista,

É um prêmio para o esforço da equipe do caderno, que aprimorou a tabela antes de publicá-la, em três meses de trabalho gastos sobretudo na elaboração de uma fórmula complicada, porém eficiente. Ela não apenas leva em conta todas as distribuições ocorridas nos períodos comparados, mas também calcula quanto rendeu cada uma dessas distribuições, quando comparadas<sup>171</sup>.

A revista procura auto elogiar seu trabalho e demonstrar sua preocupação com os investidores. Além disso, o trabalho de *Veja* seria útil também para os fundos que estariam utilizando das tabelas da revista para anunciar os investimentos. Ainda segundo a revista, *“Mas há um prêmio mais gratificante. Veja há tempo invoca mais realismo, se não for honestidade, nas mensagens usadas para conquistar a poupança dos investidores”*<sup>172</sup>. Os anúncios publicados pelos fundos estariam atendendo precisamente às reivindicações de *Veja*.

Tendo em vista a “preocupação” de *Veja* com os investidores, a edição 174 anuncia uma novidade do Caderno “Investimentos”: uma coluna de “Indicações”, destinada aos investidores de vários calibres. Segundo o editorial, *“A nova seção do caderno pretende orientar as decisões dos leitores relacionando dados a respeito de três elementos essenciais do investimento: a segurança, a liquidez e a rentabilidade”*<sup>173</sup>. Além da seção “Investimentos”, haveria ainda outra seção complementar chamada “Rumores”: *“Veja pesquisa os boatos que fervilham nos bastidores das bolsas, para confirmá-los ou desmentí-los, recorrendo à palavra final das próprias empresas, ou os analisa à luz de sólidas ponderações”*<sup>174</sup>. Após anunciar as novidades, o editorial traz a afirmação de Hélio Gama, editor geral do caderno, com a afirmação da importância da seção para os investidores: *“O caderno quer dar condições aos pequenos e médios investidores de ficarem tão bem informados quanto os maiores e mais experientes”*<sup>175</sup>. Ou seja, a revista procura afirmar mais uma vez a sua função na alegada “democratização do capital” já anunciada por ela em matérias anteriores.

Na edição 175, *Veja* lança uma novidade no caderno de “Investimentos”: O “Índice Nacional de Ações”. Nele a revista passa a apresentar um quadro de oscilação das cotações, demonstrando as variações dos papéis do INA naquela semana, com as ações que mais subiram e as ações que mais baixaram. Acompanhando as 3 primeiras edições com o novo

---

<sup>171</sup> Idem.

<sup>172</sup> Idem.

<sup>173</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.174 – 05/11/1972.

<sup>174</sup> Idem.

<sup>175</sup> Idem.

Índice, percebemos a presença da construtora Mendes Júnior figurando entre as empresas que tiveram as ações em alta durante a semana, como demonstramos a seguir.

| OSCILAÇÃO DAS COTAÇÕES |                  |               |                   |               |
|------------------------|------------------|---------------|-------------------|---------------|
| Dia                    | Índice<br>BV Rio | Variação<br>% | Índice<br>Bovespa | Variação<br>% |
| 3                      | 3 695,3          | - 0,6         | 1 823,3           | + 0,4         |
| 4                      | 3 799,5          | + 2,1         | 1 849,5           | + 1,4         |
| 5                      | 3 784,4          | + 0,3         | 1 854,8           | + 0,3         |
| 6                      | 3 697,4          | - 2,3         | 1 828,2           | - 1,4         |
| 7                      | 3 709,2          | + 0,3         | 1 834,2           | + 0,3         |
| 30/7                   | - 10,8           | - 0,3         | + 17,7            | + 1,0         |

| VARIAÇÃO DOS PAPEIS ENTRE 3 e 7/1 |      |                          |  |      |
|-----------------------------------|------|--------------------------|--|------|
| IBV                               |      | BOVESPA                  |  |      |
| Ações que mais subiram — %        |      |                          |  |      |
| Brade. Invest. — pn               | 34,9 | Met. Barbará — op        |  | 12,2 |
| Constr. Mendes Junior — pp        | 20,2 | Açúcar União — pp        |  | 11,8 |
| Audi — Adm. Part. — pp            | 16,1 | Hércules — pp            |  | 10,8 |
| Ind. Hering — ppA                 | 13,9 | Petrobrás — pn           |  | 9,9  |
| Cidamar — op                      | 13,8 | Petrobrás — pp           |  | 9,7  |
| Ações que mais baixaram — %       |      |                          |  |      |
| Dona Isabel — pp                  | 35,0 | Sano — ppB               |  | 13,1 |
| Met. A. Eberle — pp               | 30,3 | Ind. Met. Aparecida — op |  | 11,0 |
| Magnesita — op                    | 17,3 | Consul — ppB             |  | 10,5 |
| Kibon — op                        | 16,0 | Brasmotor — op           |  | 10,2 |
| White Martins — op                | 13,6 | CTB — pn                 |  | 9,2  |

Figura 7 – Tabela de Veja - Caderno "INVESTIMENTOS". Ed. 175 - 12/01/1972

| OSCILAÇÃO DAS COTAÇÕES |       |            |               |            |                |            |
|------------------------|-------|------------|---------------|------------|----------------|------------|
| Dia                    | INA   | Variação % | Índice BV Rio | Variação % | Índice Bovespa | Variação % |
| 10                     | 101,0 | + 0,2      | 3 666,3       | - 1,1      | 1 821,4        | - 0,7      |
| 11                     | 99,0  | - 2,0      | 3 652,6       | - 0,4      | 1 812,9        | - 0,5      |
| 12                     | 99,5  | - 0,5      | 3 620,8       | - 0,8      | 1 795,1        | - 0,9      |
| 13                     | 97,6  | - 1,3      | 3 571,3       | - 1,4      | 1 767,6        | - 1,5      |
| 14                     | 98,6  | + 1,1      | 3 575,8       | + 0,1      | 1 762,5        | - 0,3      |
| 7/14                   | - 2,2 | - 2,2      | - 133,4       | - 3,6      | - 71,7         | - 3,9      |

| VARIAÇÃO DOS PAPEIS DO INA ENTRE 7 e 14/1 |      |                   |      |  |  |  |
|-------------------------------------------|------|-------------------|------|--|--|--|
| Ações que mais subiram — %                |      |                   |      |  |  |  |
| AGGS — pp                                 | 24,4 | Light — op        | 10,4 |  |  |  |
| C. Mendes Júnior — pp                     | 19,7 | Supergasbrás — op | 9,9  |  |  |  |
| AGGS — op                                 | 15,6 | Vale — pp         | 9,9  |  |  |  |
| Sondotécnica — pp                         | 13,9 | IAP — op          | 8,9  |  |  |  |
| Bardella — pp                             | 10,7 | Met. Barbará — op | 8,4  |  |  |  |
| Ações que mais baixaram — %               |      |                   |      |  |  |  |
| Brade. Invest. — pn                       | 19,3 | Hime — pp         | 12,0 |  |  |  |
| Sid. Nacional — ppB                       | 14,1 | Hindi — on-end    | 10,2 |  |  |  |
| Banespa — on                              | 12,9 | Consul — ppB      | 9,7  |  |  |  |
| Ind. Hering — ppA                         | 12,7 | Itaú América — on | 9,5  |  |  |  |
| Acesita — pp                              | 12,2 | Casa Anglo — op   | 8,9  |  |  |  |

Figura 8 - Tabela de Veja - Caderno "INVESTIMENTOS". Ed. 176 - 19/01/1972.

| Dia                                        | INA  | Variação % | Índice BV Rio      | Variação % | Índice Bovespa | Variação % |
|--------------------------------------------|------|------------|--------------------|------------|----------------|------------|
| 17                                         | 95,8 | -2,0       | 3 474,4            | -2,8       | 1 734,4        | -1,6       |
| 18                                         | 92,7 | -3,3       | 3 412,3            | -1,8       | 1 691,3        | -2,5       |
| 19                                         | 94,7 | +2,2       | 3 447,6            | +1,0       | 1 712,8        | +1,3       |
| 20                                         | 95,1 | +0,5       | —                  | —          | 1 725,1        | +0,7       |
| 21                                         | 94,5 | -0,7       | 3 434,0            | -0,4       | 1 711,1        | -0,8       |
| 14/21                                      | -3,2 | -3,3       | -141,8             | -4,0       | -51,4          | -3,0       |
| VARIAÇÃO DOS PAPEIS DO INA ENTRE 14 E 21/1 |      |            |                    |            |                |            |
| Ações que mais subiram — %                 |      |            |                    |            |                |            |
| Eucatex — op                               |      | 22,8       | Café S. Brasília   |            | 10,0           |            |
| C. Mendes Júnior — pp                      |      | 18,8       | CTB — pn           |            | 9,5            |            |
| Copas — op                                 |      | 13,8       | Fertiplan — op     |            | 8,1            |            |
| Ericsson Brasil — op                       |      | 13,2       | Antarctica — op    |            | 7,3            |            |
| Cacique — pp                               |      | 11,7       | Light — op         |            | 5,5            |            |
| Ações que mais baixaram — %                |      |            |                    |            |                |            |
| Met. Barbará — op                          |      | 19,2       | Ox. do Brasil — op |            | 11,7           |            |
| Magnesita — op                             |      | 18,1       | Hindi — on-end.    |            | 10,9           |            |
| D. Isabel — pp                             |      | 13,7       | Eletrobrás — pp    |            | 10,1           |            |
| Dinamo — op                                |      | 12,3       | Hércules — pp      |            | 9,7            |            |
| Sondotécnica — pp                          |      | 12,0       | Alpargatas — op    |            | 9,6            |            |

Figura 9 - Tabela de Veja - Caderno "INVESTIMENTOS". Ed. 177 – 26/01/1972.

Percebemos a importância da Bolsa de Valores também para as empresas de construção civil, no sentido de permitir a abertura de capital destas empresas, possibilitando a ampliação destas.

A edição seguinte, 176, relata a saudação recebida por *Veja* através de muitas cartas e telefonemas, com elogios de investidores comuns e especialistas, sobre a novidade da revista do caderno “Investimentos”. Como forma de legitimar a iniciativa, *Veja* reproduz trechos de especialistas conhecidos, afirmando o quanto o Índice serviria de base para as análises técnicas das ações. Neste sentido, figuram Clóvis Salviano (superintendente de Operações da Bolsa de São Paulo, e diretor da corretora Reaval); Rui Lage (presidente da Bolsa de Minas Gerais); Fortunato Mello Castro (presidente da Bolsa do Rio Grande do Sul). A revista explica ainda como teria sido elaborado o Índice e o trabalho de quinze dias para três pessoas para chegar à “cartilha teórica de *Veja*”.

Por fim, após a consolidação do Caderno de “Investimentos” da revista junto ao público leitor e acionista, *Veja* deixa de tratar do assunto em seus editoriais. O último editorial que encontramos tratando do tema, dentro de nosso recorte temporal, é em janeiro de 1975, quando *Veja* anuncia a mudança de posição do caderno dentro da revista, saindo das últimas páginas da revista para as seguintes a “Economia e Negócios”. Segundo a revista:

Nesta edição, quase seis anos depois de seu nascimento, o Caderno de Investimentos de *Veja* muda de posição, embora sem alterações na cor e no espírito. Vindo à luz em amarelo, em razão de um estoque de papel desta cor nos depósitos da gráfica da Abril, assim se conservou, mesmo depois de terminado o estoque, quando o amarelo ficou mais ousado, porque não mais próprio do papel, mas impresso sobre o branco. Hoje, desloca-se das últimas páginas da revista para as imediatamente seguintes a “Economia e Negócios”. O que parece ser um gesto de maior coerência – embora eu

pudesse sustentar que a cor em questão é a do ouro, talvez objetivo dos leitores do Caderno<sup>176</sup>.

Tendo em vista apenas os elementos evidenciados acima, percebemos que são muitas as vias pelas quais poderíamos trabalhar aprofundando o assunto. Através do Caderno de Investimentos poderíamos investigar o papel de aparelho privado de hegemonia de *Veja* junto a alguns grupos, através do destaque que a revista dá para as ações de determinadas empresas. Entretanto, um levantamento mais apurado e a análise exigida, não nos caberá neste trabalho. Abrimos espaço a ele, entretanto, para chegarmos a um dos indícios que encontramos durante nosso levantamento de fontes, que é a forte presença das empresas de construção civil no Caderno de Investimentos de *Veja*. Como será possível perceber, na análise que se segue neste capítulo, não realizamos distinção entre as empresas de construção civil do setor construção pesada e as do setor construção imobiliária. Isto porque o objetivo é demonstrar a presença das construtoras na revista, sem especificar sua área de atuação. Lembramos ainda que a seção possuía subseções com títulos como “análise”, “rumores”, “balanços”, “antena”, “indicações”, “lançamentos”, etc<sup>177</sup>.

### **As empresas da construção civil na seção “Investimentos” de *Veja***

A primeira matéria encontrada sobre as empresas de construção civil na seção “Investimentos” de *Veja*, está situada na subseção “Análise” e traz o título: “Empreiteiras: explicações para o sucesso”. Segundo a revista,

Depois da moda das ações de companhias de fertilizantes, parece ter chegado a vez das construtoras de obras de grande porte (empreiteiras). Elas não apenas estão abrindo os seus capitais em grande número, mas também conseguiram apagar a imagem das notórias dificuldades do passado, ao mostrarem, na maioria dos casos, bons resultados nos últimos balanços<sup>178</sup>.

A explicação de *Veja* para os “bons resultados” seria a criação das taxas rodoviárias e de eletrificação, o aumento de arrecadação dos Estados e municípios e a obtenção de recursos externos para obras de infra-estrutura, que teriam garantido recursos maiores ao governo federal e a diminuição dos atrasos nas obras estaduais e municipais. Além disso, segundo *Veja*, teria sido permitido o reajustamento dos preços durante a execução das obras,

---

<sup>176</sup> *Veja. Carta ao Leitor*. Ed.332 – 15/01/1975.

<sup>177</sup> O quadro com as matérias de *Veja*, na seção, durante o período analisado, encontra-se em anexo (Anexo 03).

<sup>178</sup> *Veja. Análise. Empreiteiras: explicações para o sucesso*. (Seção Investimentos). Edição 185 – 22/03/1972. P.93.

confirmado pelo Decreto-Lei nº 185, de 1967. Posteriormente, um decreto do Executivo limitou os reajustes a 35% do valor original, prejudicando a remuneração das empresas em obras com prazos superiores a dois anos. Porém, ressalta *Veja*, em 1971, na concorrência para a construção da Transamazônica, “o governo decidiu ignorar a limitação”<sup>179</sup>.

Percebe-se que é claro o beneficiamento das empresas de construção civil pela ditadura. E este fato é apresentado por *Veja* como “explicações para o sucesso” e não como forma de questionar essas ligações político-empresariais. Na continuação da matéria *Veja* ainda ressalta que não teriam sido estes “fatores teóricos” que tornaram os papéis das empresas de construção atraentes nas bolsas de valores. Reproduzindo a afirmação de Paul Matheson, diretor da Ecisa, *Veja* coloca: “*Ocorre que todo o país tornou-se um canteiro de obras*”<sup>180</sup>. Segundo *Veja*,

Realmente, o ritmo das obras governamentais promete ser extremamente dinâmico, nos próximos anos. A produção de aço deverá passar de 6 milhões (em 1971), para 20 milhões de toneladas, em 1980. A potência instalada de energia elétrica crescerá de 12 milhões de kw para 30 milhões, em 1980. A exportação de minério deverá saltar de 30 milhões de toneladas, em 1972, para quase 60 milhões em 1974. E isto exigirá substanciais investimentos em infra-estrutura. Até 1974 os atuais 24.000 quilômetros de estradas asfaltadas terão se transformado em 38.357, segundo as generosas intenções do Plano Nacional de Desenvolvimento, que prevê, ainda, a aplicação de 10,6 bilhões de cruzeiros no sistema rodoviário, 4,6 bilhões de cruzeiros no sistema ferroviário, 3,7 bilhões no sistema de portos e navegação e 17,3 bilhões no sistema de produção e energia elétrica.

Finalmente, em 1975, segundo algumas previsões, 1 milhão de veículos estará sendo produzido pelas fábricas de automóveis.

Talvez o grande número de carros crie problemas terríveis para as pessoas que vivem nas cidades – as Prefeituras e Estados precisarão fazer despesas gigantescas em obras públicas de grande porte<sup>181</sup>.

Percebe-se a perspectiva otimista de *Veja* em relação ao crescimento econômico que continuaria a aumentar com o passar dos anos. Estando no período auge do “milagre econômico”, *Veja* reproduz a idéia de desenvolvimento e crescimento que o governo estaria proporcionando, o que também levaria ao crescimento das empresas de construção civil. Segundo *Veja*,

Naturalmente, nem todas as empresas conseguirão bons resultados, pois, mesmo com brilhantes perspectivas, algumas companhias podem, eventualmente, não renovar suas técnicas, perdendo um número maior de concorrências do que seria desejável. Além disso, para assegurar a execução das obras nos prazos, o governo decidiu exigir das companhias a pré-comprovação de sua capacidade técnica e financeira para encarregar-se do projeto, ou parte dele. Isto terminou favorecendo as grandes empresas do setor e estimulando as fusões de empresas médias (segundo alguns analistas, em cinco ou seis anos haverá no Brasil apenas dez a quinze empresas de construção de obras públicas). Mas este sistema, segundo assegura um

---

<sup>179</sup> Idem.

<sup>180</sup> Idem.

<sup>181</sup> Idem.

estudo da Rossi Engenharia, de São Paulo, é vantajoso: “Quanto menor o número de empresas pré-qualificadas (consideradas capazes de realizar o projeto), menor a concorrência, melhores os preços e melhores os lucros”<sup>182</sup>.

*Veja* coloca as empresas “que não conseguiram os bons resultados”, apresentados pela revista, como sendo as culpadas pelo fracasso. A expressão “naturalmente” procura argumentar que não haveria contradição quanto a isto. Percebe-se a defesa de *Veja* das grandes empresas, demonstrando como fator positivo a decisão do governo de exigir pré-qualificação e afirmando que as pequenas empresas não conseguiriam aumentar seu capital por não se especializarem, como se a qualificação técnica fosse o fator essencial quando da licitação para um projeto. Percebe-se que *Veja* apóia a concentração do setor, apontando a necessidade deste para o aumento do lucro das empresas. Ainda na matéria há um quadro com a rentabilidade das empresas, que reproduzimos em anexo (Anexo 04).

Na matéria da edição 188, a Construtora Beter se faz presente em *Veja* no subtítulo “Balanços”, nos relatórios anuais da diretoria. Já a Construtora Mendes Júnior aparece na edição posterior, onde *Veja* afirma que “*apenas com as obras já contratadas (1,6 bilhão de cruzeiros) já garantiu, nos próximos anos, um lucro de 40% sobre o atual capital*”<sup>183</sup>. Na edição 197, *Veja* anuncia o aumento do capital, mediante bonificação, da Construtora Adolpho Lindenberg, e na edição 198, a previsão de um faturamento superior a 44 milhões de cruzeiros da Formaespaco, em 1972. Ainda nesta edição *Veja* anuncia a união da Construtora Mendes Júnior com o grupo Antunes para a construção de uma usina siderúrgica em Juiz de Fora, Minas Gerais. Segundo *Veja*,

Na semana passada, depois de seis meses de conversações, diretores dos dois grupos definiram, em Belo Horizonte, que cada um terá 50% do capital total de 120 milhões de dólares. O projeto, que já foi enviado para o Conselho Siderúrgico Nacional, no Rio de Janeiro, prevê a produção inicial de 1 milhão de toneladas de vergalhões e fio máquina em 1974<sup>184</sup>.

A notícia é reafirmada também na edição seguinte, onde *Veja* coloca que as “*empresas poderão manter-se com resultados crescentes*”<sup>185</sup>. Ainda nesta edição *Veja* anuncia a fusão da Rossi-Servix com a Companhia Construtora Brasileira de Estradas, CCBE, “*formando uma das mais poderosas construtoras do país*”<sup>186</sup>.

---

<sup>182</sup> Idem.

<sup>183</sup> *Veja. Análise. As mineiras: os resultados foram melhores.* (Seção Investimentos). Edição 189 – 19/04/1972. P.94.

<sup>184</sup> *Veja. Antena.* (Seção Investimentos). Edição 198 – 21/06/1972. P.104.

<sup>185</sup> *Veja. Indicações. Reservas altas e muitos papéis baratos.* (Seção Investimentos). Ed.199 – 28/06/1972. P.94.

<sup>186</sup> *Veja. Rumores.* (Seção Investimentos). Ed.199 – 28/06/1972. P.96.

Na edição 200, *Veja* anuncia o registro na Bolsa de Valores da Camargo Correa. Segundo a revista,

A maior construtora do país, solicitou registro na Bolsa de Valores de São Paulo e teve seus balanços analisados pela Ditec. No exercício de nove meses de 1971, encerrado em setembro, os resultados foram os seguintes: sobre um capital de 280 milhões de cruzeiros (180 milhões em 1970 e 155 milhões em 1969 – exercícios de doze meses, encerrados em dezembro) teve um faturamento de 899,8 milhões (255,1 milhões em 1970 e 236,4 milhões em 1969), com lucro líquido disponível de 137,5 milhões (46,2 milhões em 1970 e 29 milhões em 1969) e lucro por ação de 0,49 (0,26 em 1970 e 0,19 em 1969)<sup>187</sup>.

Qual o objetivo de *Veja* em divulgar o capital dessas empresas? Tendo em vista os elementos que estamos encontrando em nosso trabalho, fica cada vez mais claro o papel de *Veja* enquanto lugar de articulação de negócios entre empresas. Percebe-se também a dinâmica de expansão e concentração dessas empresas no decorrer dos anos, sendo os resultados apresentados com destaque pela revista.

A Construtora Norberto Odebrecht tem destaque na edição 203 de *Veja*. Com o título “O melhor caminho” a matéria visa anunciar a especialização da construtora em obras de alta exigência tecnológica nos setores de saneamento, grandes estruturas, pontes especiais, portos, expansão industrial, energia nuclear, fundações, barragens, irrigações e engenharia de poluição. A atuação seletiva da empresa explicaria os “resultados modestos dos últimos anos” segundo a direção da Odebrecht. Percebe-se mais uma vez a diversificação de mercado das empresas empreiteiras, diversificação esta apresentada com elogio por *Veja*. Além disso, a mudança de governo teria provocado um congelamento dos pagamentos. Porém, segundo *Veja*,

A empresa considera que o centro-sul continua a liderar o mercado de grandes obras civis, além de ter uma liquidez de pagamentos bem maior que o norte-nordeste. Por isso, a Norberto Odebrecht mantém filial na Guanabara, desde 1971 instalou-se em São Paulo e pretende ampliar suas atividades nestas áreas, tendo já obtido obras como o aeroporto internacional do Galeão, o edifício sede da Petrobrás e as estruturas do campus universitário da Guanabara. Com o novo ritmo, acredita atingir faturamento anual de cerca de 200 milhões, com contratos efetivados no valor de 450 milhões. Seu capital – aberto desde 1955 – está atualmente na casa dos 21,5 milhões<sup>188</sup>.

Se a falta de qualificação é assunto da edição 185, a edição 200 veio a confirmar a perspectiva de que a especialização seria a garantia de sucesso da empresa, utilizando como exemplo, o caso da empresa Odebrecht. Além disso, como estamos percebendo com as matérias de *Veja*, a revista procura sempre mostrar a expectativa de faturamentos futuros

<sup>187</sup> *Veja. Lançamentos. Camargo Correa.* (Seção Investimentos). Ed.200 – 05/07/1972. P.92.

<sup>188</sup> *Veja. Empresas. CONST. N. ODEBRECHT. O melhor caminho.* (Seção Investimentos). Ed.203 – 26/07/1972. P.96.

elevados, confirmando a idéia de perspectiva otimista das empresas em relação ao “crescimento econômico” da ditadura militar.

Dentro da dinâmica do mercado de ações, a edição 205 tentou convencer os investidores de que, apesar de o mercado estar em baixa, a oportunidade de lucros em longo prazo ainda era possível para aqueles que, segundo *Veja*, fossem “inteligentes”. Com o título “As bonificações, apesar do mercado em baixa”, *Veja* afirma:

Os maus momentos que vive o mercado de ações exigem atenção redobrada dos investidores. E encontrar oportunidades de lucros a longo prazo não parece tão difícil quanto ganhar em prazos menores. Para isto, é necessário muita arte. Os preços das empresas da tabela, por exemplo, não fugiram à regra do mercado, e caíram. Mas os investidores observarão que em alguns casos os prêmios oferecidos pelas companhias, em forma de bonificação, compensarão até mesmo eventuais quedas nos próximos meses. Em outros, os preços estão muito abaixo do próprio valor patrimonial do papel, o que é índice seguro de lucros razoáveis a curto e médio prazos<sup>189</sup>.

Para confirmar a perspectiva positiva de *Veja*, a revista trouxe dados de algumas empresas que demonstram balanços anuais positivos, garantindo lucros para seus investidores. Além do Banco do Brasil, o Banco Nordeste do Brasil, a Confrio, a Engesa, a Hime e a Indústria Villares, *Veja* trouxe dados da Construtora Better que estaria distribuindo bonificação de 66,7%. Segundo a revista, “*no balanço anual a encerrar-se em fevereiro de 1973 é esperado um faturamento de pelo menos 65 milhões de cruzeiros e um lucro líquido de 19,5 milhões. Se isto acontecer, o lucro por ação será de aproximadamente 0,76*”<sup>190</sup>. Ou seja, apesar de as ações não renderem tanto devido à baixa, algumas empresas ainda tinham previsões otimistas.

A participação das empresas de construção civil no mercado de ações seria ainda beneficiada com as cédulas hipotecárias (títulos de crédito com garantia de bens imóveis) que representaria uma nova opção para os investidores no mercado de renda fixa. Conforme explica didaticamente *Veja*, o esquema previa que as cédulas seriam lançadas exclusivamente pelos bancos de investimentos. O proprietário do imóvel ou a empresa que teriam empréstimo da instituição financeira emitiria o título a favor do banco. O banco de investimento faria o registro da emissão global, dizendo que o valor será desdobrado. Assim, a cédula seria dividida em tantas cotas quanto reclamadas pelo mercado. Segundo *Veja*,

De acordo com os técnicos, serão consideravelmente beneficiadas as empresas do setor da construção. Isto porque, agora, elas poderão ter suas cédulas hipotecárias absorvidas pelos bancos de investimentos imediatamente após a construção do

---

<sup>189</sup> *Veja. Indicações. As bonificações, apesar do mercado em baixa.* (Seção Investimentos). Ed.205 – 09/08/1972. P.113.

<sup>190</sup> Idem.

imóvel, ampliando de forma expressiva o chamado crédito rotativo (o que lhes permitirá iniciar novas obras rapidamente)<sup>191</sup>.

Ou seja, a possibilidade de rotatividade de capital seria ampliada pelas empresas de construção civil com as cédulas hipotecárias, o que lhes garantiria ainda maior crescimento empresarial.

Outro balanço positivo é apresentado pela Construtora Adolpho Lindenberg na edição 260. Segundo *Veja*,

O exercício anual encerrado em 30 de junho mostrou um faturamento de 79,6 milhões de cruzeiros, o que permitiu um lucro líquido de 16,1 milhões de cruzeiros e um lucro por ação, calculado sobre o capital médio, da ordem de 0,64. Nos próximos dias deverá distribuir dividendos de 12 centavos por ação. Além disso, segundo já anunciaram fontes da diretoria, os acionistas serão beneficiados no segundo semestre por uma bonificação entre 25% e 33%<sup>192</sup>.

Enfim, apesar de não nos determos de maneira profunda na análise do papel de *Veja* na divulgação do mercado financeiro, podemos verificar o destaque que a revista deu para este. As matérias sobre a Bolsa de Valores fizeram-se presentes nas edições da revista, sendo que o que demonstramos é apenas parte que constou nas capas e nos editoriais de *Veja*, sendo adotada esta metodologia devido ao nosso trabalho de imprimir e ler todos os editoriais. Além disso, a criação da seção “Investimentos” demonstra a ênfase dada por *Veja* à este setor do capital. Carla Silva, em sua análise nos anos 90, identificou o núcleo central da atuação de *Veja*: o ideário da “globalização” que foi uma forma de justificar o programa neoliberal. Através de seus levantamentos, Silva apontou que os interesses defendidos pela revista nos anos 90 são claramente do capital financeiro. Silva demonstrou o quanto *Veja* procurou pregar lições sobre como gerenciar o capital, corroborando para a consolidação das grandes corporações. Segundo Carla Silva,

Além de formular e agir politicamente, um dos objetivos centrais de *Veja* é falar para os gerentes do capital. Existe aqui uma distinção: a quem ela convoca e a quem ela se destina. Ela aglutina e consolida os grupos ligados diretamente à globalização – grandes empresas e empresários e/ou banqueiros. A revista é a expressão destes interesses mas eles não são o seu público alvo, prioritário, pois estes contam com think tanks e publicações especializadas, inclusive do grupo Abril (como a revista *Exame* e *Você S/A*). *Veja* tem como alvo educar e formar os gestores intermediários do capital – ela dedica-se aos empregados/gestores, aos funcionários em cargos de chefia, adestrando-os para as exigências do capital. Há, de sobra, outros alvos, para os quais não temos uma definição clara, mas que são aquelas pessoas que se identificam com a revista como portadora de informações, e não como um instrumento de ação política<sup>193</sup>.

<sup>191</sup> *Veja. Renda fixa. O novo papel: cédulas hipotecárias.* (Seção Investimentos). Ed.236 – 14/03/1973. P.94.

<sup>192</sup> *Veja. Balanços. CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG.* (Seção Investimentos). Ed.260 – 29/08/1973. P.119.

<sup>193</sup> SILVA, Carla. *Veja: o indispensável partido neoliberal.* Op. Cit. P.393.

Nossa pesquisa possui elementos para demonstrar a construção da consolidação dessas corporações, sendo as empreiteiras nosso foco privilegiado. Podemos perceber em nosso contato com a fonte, que *Veja* já se voltava para o mercado financeiro desde o seu lançamento, como estamos demonstrando. Além disso, o destaque dado às grandes empresas é visível em relação ao nosso recorte em *Veja*: a presença constante das empresas de construção civil na seção “Investimentos” sempre apontando para o crescimento da empresa e o faturamento crescente do setor. Se as matérias de *Veja* tem a intenção de educar e formar os gestores intermediários do capital, como muito bem constatou Carla Silva, a divulgação do capital das empresas de construção civil na seção “Investimentos” durante o período analisado, contribui perfeitamente na arena dos negócios na qual *Veja* se situa. *Veja* atuou no sentido de proporcionar uma “análise” das ações das empresas (sempre positiva como constatamos na análise), além de criar uma perspectiva otimista em relação à política econômica do governo militar, o que podemos verificar através das perspectivas de lucros crescentes das empresas em relação aos anos vindouros e às intervenções dos governos.

Para concluir, a perspectiva positiva da Construtora Mendes Júnior que permaneceu em alta no decorrer do ano de 1975. De início, uma matéria de janeiro de 1975, onde *Veja* interpreta o desempenho da empresa:

Os maus ventos que com alguma insistência castigaram o setor de construções, durante o ano passado, não parecem ter atingido a Construtora Mendes Júnior. A empresa está encerrando o exercício com um faturamento de 750 milhões de cruzeiros, superior em 42% aos 525,8 milhões de 1973. O lucro líquido, por sua vez, deverá chegar aos 100 milhões de cruzeiros, contra 57,8 milhões apresentados anteriormente. Diretamente beneficiada pela intensificação das buscas de petróleo, a construtora recebeu encomenda de três plataformas de concreto no valor de 70 milhões de cruzeiros. Além disso, a recente vitória na concorrência para a construção da hidrelétrica de Itumbiara (550 milhões de cruzeiros) e mais os contratos que deverão ser assinados com o governo da Argélia permitiram a uma fonte de diretoria projetar um faturamento de 1,4 bilhão de cruzeiros\* para o atual exercício. Foi convocada para a quinta-feira próxima uma assembléia que aprovará uma bonificação de 42% aos acionistas<sup>194</sup>.

As relações entre a Mendes Júnior e o governo militar mais uma vez são visíveis nesta edição. No caso aqui, através da construção das plataformas de concreto para a extração de petróleo e pela licitação da construção da hidrelétrica de Itumbiara. Percebe-se que para *Veja* estes dados são apresentados como comprovação do ótimo desempenho da empresa que, segundo pudemos perceber pela quantidade de matérias em *Veja*, tinha uma certa

---

\* Cerca de R\$ 2,6 bilhões.

<sup>194</sup> *Veja. Antena.* (Seção Investimentos). Ed.331 – 08/01/1975.

“preferência” pela revista. Esta “preferência” foi constatada no acompanhamento do Caderno “Investimentos”, tanto através do “Índice Nacional de Ações” onde, como demonstramos, a presença da construtora figurou durante três semanas consecutivas entre as empresas que tiveram as ações em alta, quanto pela presença nas subseções da seção, onde a presença da construtora sempre contou com balanços altamente positivos. Nos próximos capítulos, quando analisaremos a presença da construtora Mendes Júnior na construção das três obras analisadas, essa “preferência” de *Veja* ficará ainda mais evidente, quando poderemos esboçar com mais dados a relação da revista.

Ainda no ano de 1975, para fechar o balanço positivo anual da construtora, novamente a Mendes Júnior figura na seção “Investimentos” comprovando seu faturamento. Segundo *Veja*,

Uma bonificação de 110% a seus acionistas foi anunciada, na semana passada, pela Construtora Mendes Júnior, de Belo Horizonte. Ela será concedida através de dois aumentos de capital, um neste mês e outro em janeiro de 1976. O primeiro resulta da exigência da Sudam para instalar a filial na Amazônia: o capital passará de 242,536 milhões de cruzeiros para 278,916 milhões pela incorporação de recursos provenientes do Fundo Especial Sudam para Aumento de Capital e Fundo de Reservas Livres. O segundo elevará o capital para 509,325 milhões de cruzeiros, totalizando o aumento de 110% em relação ao valor atual. Em 1975, a empresa já distribuiu uma bonificação de 42% e pagou dividendos de 12% ao ano<sup>195</sup>.

Devemos ainda apontar que no decorrer do levantamento, foram encontrados vários “Relatórios da Diretoria” de várias empresas de construção civil – apresentando os balanços semestrais ou gerais da empresa, demonstração da conta “lucros e perdas” do exercício social, etc. – onde afirmações como a encontrada no “Relatório da Diretoria” da Construtora Guarantã S.A., vem a confirmar a perspectiva da revista enquanto veículo de ligação entre as empresas e seus acionistas: *“Cumprindo o dever de informar nossos acionistas sobre as atividades desenvolvidas pela empresa no exercício findo, transmitimos um breve relato de nossos empreendimentos e projetos para o futuro, além dos números constantes do balanço”*<sup>196</sup>. Os relatórios situavam-se, geralmente, após a seção “Investimentos”, mas também ocorreram nas demais seções de *Veja*.

A seção “Investimentos” desaparece de *Veja* no final de 1980, mais especificamente, após a edição 641 de 17/12/1980. Não há nenhuma nota informando o fim da seção. Ela simplesmente deixa de existir nas seções da revista. É interessante relacionar esta questão com o surgimento de outras publicações da Abril. Como vimos no primeiro capítulo, em julho de 1967 surge *Exame*, uma revista de circulação nacional, criada como suplemento das

<sup>195</sup> *Veja. Empresas. MENDES JR.* (Seção Investimentos). Ed.379 – 10/12/1975.

<sup>196</sup> *Veja. Relatório da Diretoria – Construtora Guarantã S.A.* Ed. 399 – 28/04/1976.

revistas *Transporte Moderno*, *Máquinas e Metais* e *Química e Derivados*, todas editadas em São Paulo pela Editora Abril. Na ocasião seu diretor responsável era Renato Rovegno. *Exame* foi uma tentativa de ampliar os horizontes dessas revistas técnicas. No entanto, o suplemento acabou crescendo num ritmo muito mais acelerado do que o das revistas que o acolhiam, superando-as em páginas editoriais e publicitárias.

Com o crescimento do suplemento e a experiência de *Veja* na publicação de um Caderno de Investimentos que tornou-se um sucesso, a Editora Abril decide tornar o suplemento uma publicação independente, chamando-se *Revista Exame*, tendo periodicidade mensal. Seu segundo diretor foi o engenheiro Roberto Muylaert e a redação, chefiada por Matías M. Molina. Desde seu lançamento, *Exame* tratou sobretudo de temas relacionados à economia e administração de empresas, tendo a revista *Fortune* como modelo. Em 1972, Mino Carta assumiu o cargo de editor, passando-o para Paulo Henrique Amorim que assumiu a revista de 1973 a 1976. *Exame* tornou-se quinzenal. Entre 1976 e 1987, *Exame* teve como diretores Guilherme Veloso e Rui Falcão<sup>197</sup>. Nota-se a participação dos mesmos editores em *Exame* e *Veja* o que indica a proximidade entre os assuntos veiculados pelas revistas.

Em setembro de 1998, foi lançada em edição experimental, *Você S.A.* No entanto, a partir de seu segundo número, passou a ser publicada independentemente, com temas relacionados a administração, empregos e finanças. Em 2005 ocorreu o lançamento da *Exame PME* como edição especial. O sucesso foi tanto que a *Exame PME* viraria uma revista bimestral dirigida aos pequenos e médios empresários brasileiros.

Neste sentido vale notar a estratégia da Editora Abril para lançamento de novas publicações, fazendo um teste de receptividade através das publicações já conhecidas. No caso de *Veja*, percebe-se que esta se utilizou de uma estratégia que já estava fazendo sucesso na Abril, o suplemento *Exame*, para reverter a crise nas vendas da revista. Além de auxiliar no aumento das vendas, a seção Investimentos deve ter influenciado na consolidação da *Revista Exame*. Quando esta já atingia um número alto de tiragem, a seção poderia sair de *Veja*, sendo oferecida aos interessados, a venda de outra publicação destinada a este segmento específico.

Esperamos com este capítulo, ter fundamentado os principais pontos que permearão este trabalho. Como já afirmado na introdução desta dissertação, partimos da perspectiva de processo histórico, da preocupação com uma história total, em que as diversas instâncias

---

<sup>197</sup> Dados obtidos no Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, no verbete temático EXAME. FONTE: Portal M&M Online ([HTTP://www.mmonline.com.br](http://www.mmonline.com.br)). In: PAULA, Christiane Jalles de. LATTMAN-WELTMAN, Fernando (Org.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. CPDOC. Fundação Getúlio Vargas, 2010. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/>. Consulta realizada em 07/01/2011.

articulam-se, interconectam-se, formando uma rede de relações cuja lógica procuramos deixar evidente. Nosso trabalho procura sempre manter o compromisso radical com a verdade, com o real (a verdade e o real mais próximos possíveis do fato concretamente acontecido), assim como com a produção do conhecimento científico acumulado, pois o trabalho do historiador não pode abrir mão da dimensão científica. A pesquisa historiográfica exige o dimensionamento, a hierarquização e a contextualização dos eventos, assim como sua inserção no processo histórico e a sua relação com ele. Esperamos ter cumprido com este objetivo ao realizar este capítulo. As discussões realizadas neste capítulo se completarão no decorrer da dissertação onde poderemos verificar a atuação de algumas empreiteiras na construção das “grandes obras” da ditadura militar e, em especial, a posição de *Veja* em relação a elas. A discussão realizada neste capítulo pretendeu dar base para as discussões realizada nos próximos, onde a atuação da revista se verá de maneira mais específica.

Segundo Karel Kosik, a produção do conhecimento tem sentido enquanto sua função de revelar a realidade na contradição desta, no contraponto aparência e essência e na tensão entre representação e conceito. O conhecimento se realiza como separação de fenômeno e essência, do que é secundário e do que é essencial, já que só através dessa separação se pode mostrar a sua coerência interna, e com isso, o caráter específico da coisa. Neste processo, o secundário não é deixado de lado como irreal ou menos real, mas revela seu caráter fenomênico ou secundário mediante a demonstração de sua verdade na essência da coisa. Esta decomposição do todo, que é elemento constitutivo do conhecimento filosófico – com efeito, sem decomposição não há conhecimento – demonstra uma estrutura analógica do agir humano: também a ação se baseia na decomposição do todo<sup>198</sup>. O trabalho com as fontes faz com que apareçam partes. A relação mais profunda daquele aspecto parcial com a totalidade, no entanto, não é necessariamente evidente na própria evidência documental. Ela permanece em geral oculta até que o historiador problematize a fonte. Nisso consiste o método dialético: superar a imanência e estabelecer um plano relacional de análise buscar as relações das evidências com a totalidade. O processo de aprofundamento do conhecimento – que vai do fenômeno à essência e da essência menos profunda à mais profunda – é infinito.

---

<sup>198</sup> KOSIK, Karel. Op. Cit. P.18.

### **CAPÍTULO III – VEJA E TRANSAMAZÔNICA: a cobertura da revista em relação à construção da rodovia**

A Rodovia Transamazônica é exemplo de um dos projetos mais expressivos do ritmo de “Brasil Grande”, e como estratégia de legitimação da ditadura por acreditar na capacidade de produzir mobilização social. Expressando o clima reinante, o general Médici definiu o projeto como sendo “a maior epopéia do povo brasileiro”, anunciando a construção de uma super estrada de 5.500 km, cortando a Bacia Amazônica de Leste a Oeste, do Nordeste do Brasil à fronteira com o Peru. Segundo Fiorelo Picoli,

A política de colonização promovida pelo Estado nos anos de 1960 fez parte da estratégia de unir os interesses da burguesia do país na Amazônia. Através da unificação dos interesses entre o capital e o Estado nasceram as estratégias de colonização sob o domínio das empresas privadas, tendo em vista a especulação imobiliária. Por outro lado, enquanto a expansão capitalista privilegiou os grandes conglomerados econômicos nacionais e internacionais, reprimiu as iniciativas da classe trabalhadora por meio da ditadura<sup>1</sup>.

Segundo Picoli, através de facilidades oferecidas pela ditadura, empresas nacionais e transnacionais instalaram-se nessa região, inclusive obtendo recursos financeiros para estruturação. Várias empresas usufruíram dos recursos promovidos por mecanismos de incentivos fiscais. Alguns nasceram apenas com a finalidade de especulação imobiliária da terra, como o caso das empresas de colonização privada, ou para extração dos recursos minerais, florestais e da agropecuária. Reproduzimos abaixo o quadro elaborado por Picoli,

---

<sup>1</sup> PICOLI, Fiorelo. **O capital e a devastação da Amazônia**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. P.10.

evidenciando alguns dos projetos gigantescos surgidos nessa época, com grandes quantidades de hectares de terra.

| <b>Grandes empresas instaladas na Amazônia Brasileira no período da ditadura militar, entre 1964 e 1985</b> |                                      |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------|
| <i>Nome das empresas</i>                                                                                    | <i>Tamanho das áreas em hectares</i> |
| Projeto Jari S.A.                                                                                           | 1.500.000                            |
| Suiá-Missu                                                                                                  | 678.000                              |
| Codeara                                                                                                     | 600.000                              |
| Georgia Pacific                                                                                             | 500.000                              |
| Bruynzeel                                                                                                   | 500.000                              |
| Robim Mac Gloim                                                                                             | 400.000                              |
| Toyamnka                                                                                                    | 300.000                              |
| Volkswagen                                                                                                  | 140.000                              |

**Tabela 8 – Grandes empresas instaladas na Amazônia Brasileira no período da ditadura militar. Fonte: Elaboração de Fiorelo Picoli. Op. Cit. P.47.**

Além destes projetos, Picoli cita outros grupos econômicos que foram beneficiados com grandes quantidades de terras na região: Bradesco, Atlântica-Boa Vista, Bamerindus, Swift, Supergasbrás e outros. Segundo Picoli,

No caso brasileiro, o governo passou a ser colaborador, colocando-se sempre na retaguarda do sistema imperialista e protetor dos grandes conglomerados internacionais. Assim, quando necessário, interferiu em nome do capital, mesmo que fosse através da repressão e submissão das massas, bem como financiador da destruição do meio ambiente. Além de incentivos fiscais e empréstimos em dinheiro, o governo cumpria sua parte com estruturação de estradas, abastecimento de energia, construção de aeroportos, proporcionando a entrada e a saída das pessoas e o escoamento da produção na região<sup>2</sup>.

Neste sentido, as estradas federais serviram de propaganda para o governo atrair empresas e pessoas para a região, bem como sinônimo de estrutura, como demonstra Picoli. Como afirma o autor, o projeto de colonização da Amazônia

Foi elaborado para beneficiar principalmente as grandes empresas nacionais e internacionais. Nasceu com a finalidade de colocar os produtos da Amazônia no mercado mundial e, por intermédio dos militares, internacionalizar a região com a expansão de grandes conglomerados capitalistas<sup>3</sup>.

Ao tratar da valorização da Amazônia, Marcelle Ivie da Costa Silva afirma que apesar de haver um maior interesse econômico pela região já no ciclo da borracha, quando a industrialização colocou a Amazônia na órbita econômica e geopolítica das sociedades industriais, a ocupação e exploração dos recursos da Amazônia mudou radicalmente após 1964. Se até então menos de 1% havia sido desmatado, as correntes migratórias, o garimpo, a

---

<sup>2</sup> Idem. P.49.

<sup>3</sup> Idem.

pecuária e a intensificação da atividade madeireira ilegal mudaram o quadro de figura.

Segundo Marcelle Costa Silva,

No âmbito nacional, iniciou-se a era dos chamados “grandes projetos” governamentais para a Amazônia, voltados para o desenvolvimento econômico da região. Dentre eles, destacam-se:

- o Projeto Radar da Amazônia (RADAM), executado nos anos 70, cuja finalidade era levantar o potencial da região nos aspectos madeireiro, da fertilidade do solo e da presença de minérios;
- a Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), criada por meio da Lei 5.173 de 27.10.1966, em substituição a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia;
- a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), fruto do Decreto-lei nº 288, de 28.02.1967, existente até hoje, e cuja função é promover o desenvolvimento sócio-econômico da região mediante geração, atração e consolidação de investimentos, visando a inserção internacional competitiva, principalmente por meio de incentivos fiscais;
- e o Banco da Amazônia (BASA), ainda atuante, criado pela Lei 5.122, de 28.09.1966, como instrumento de apoio ao crédito na região<sup>4</sup>.

Segundo Marcelle Ivie da Costa Silva, vista como um grande “vazio demográfico”, a região amazônica passou a ser encarada como um desafio ao desenvolvimento nacional, ao mesmo tempo em que era vista como solução para dois grandes problemas do país: a fome no nordeste, e a alta dos preços das terras para o desenvolvimento de atividades produtivas no sul do país. Facilitadas pela abertura de novas estradas, novas correntes migratórias para a Amazônia foram incentivadas pelo governo federal neste período.

Como demonstra Dione Oliveira Moura, na década de 1970 a Amazônia constituiu-se como uma nova fronteira de expansão, fato que já havia ocorrido antes, com o ciclo da borracha. Segundo a autora, o que configurou esta nova etapa é que a expansão foi financiada pelo Estado, tendo somado para o endividamento externo. Segundo Moura, o suporte financeiro do governo possibilitou que grandes áreas da floresta Amazônica fossem compradas por companhias nacionais e transnacionais com fins de criação de gado, extração de minério ou extração de madeira. Ainda outra característica importante foi a mudança no padrão tradicional de posse de terra: as árvores são derrubadas por causa da madeira e o estabelecimento de pastos para o gado. Ao mesmo tempo, os seringueiros, coletores de castanha e outros extrativistas são expulsos<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> SILVA, Marcelle Ivie da Costa. **Amazônia e Política de Defesa no Brasil (1985-2002)**. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais – San Tiago Dantas (UNICAMP/UNESP/PUC-SP). São Paulo, 2004. PP.37-38.

<sup>5</sup> MOURA, Dione Oliveira. A Amazônia e o conflito civilização *versus* natureza no discurso da revista *Veja*. IN: MOTTA, Luiz Gonzaga (Org.). **Imprensa e poder**. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. P.352.

Francisco Oliveira vê o processo de integração da Amazônia proposto pelos grandes projetos e pela política dos governos militares, como uma “Reconquista da Amazônia”, uma renovada investida sobre a região com interesses externos a ela. Segundo Francisco Oliveira,

Essa idéia que aqui chamamos de Reconquista, podemos remontá-la ao pensamento geopolítico brasileiro, basicamente em sua vertente militar: gradativamente, a Amazônia vai ganhando importância como uma área a ser defendida, o que só seria politicamente viável a partir de um forte entrelaçamento entre os interessados na área e o Estado brasileiro; traduzindo, era preciso que valesse a pena defender a soberania brasileira sobre o território<sup>6</sup>.

A reconquista tornaria a fronteira amazônica uma fronteira viva, dinâmica, produtiva e expansionista. Como demonstra Oliveira, ao fundir-se e reelaborar-se com os esquemas conceituais da Guerra Fria, o pensamento geopolítico gestou a Doutrina de Segurança Nacional, que de maneira organicista, confundia os conceitos de Estado e de Nação, subtraindo à política a sua dimensão propriamente conflitiva. *“A idéia do inimigo interno, porém, não excluía o problema da rarefação demográfica e econômica da fronteira amazônica. Urgia, assim, de acordo com esse esquema, abrir estradas, levar gente, ocupar a Amazônia”*<sup>7</sup>.

Segundo Francisco Oliveira, a intervenção pode ser explicada pela necessidade de tamponar fronteiras, vulneráveis tanto pela sua rarefação demográfica, quanto por estarem habitadas por indígenas. Segundo o autor,

A política de tamponar fronteiras somente poderia ser viável por uma ação combinada de diplomacia política e militar – a velha equação do barão do Rio Branco. Sua forma mais acabada só é reconhecível com o Pacto Amazônico, de que o Projeto Calha Norte é um desdobramento. A abertura de estradas era condição necessária para o controle das fronteiras. A recusa à demarcação das terras indígenas é constitutiva da política de fronteiras, porque a “síndrome ianomâmi” denuncia precisamente o medo à supranacionalidade desta e de outras nações indígenas. O reconhecimento da supranacionalidade indígena teria como consequência por em xeque o Estado-Nação brasileiro e os mais da Grande Amazônia<sup>8</sup>.

Como demonstrou Oliveira, buscou-se formar um consenso ou ao menos uma “impressão” de que os problemas da Amazônia eram tão grandes, imensos, que as sociedades, comunidades, tribos, nações indígenas e etnias locais e regionais não teriam força, competência técnica, recursos financeiros, poderes abrangentes para superá-los.

O projeto de construção da estrada Transamazônica fazia parte do PIN (Programa de Integração Nacional), envolvia vários órgãos e ministérios e, ainda segundo o general Médici,

---

<sup>6</sup> OLIVEIRA, Francisco. A Reconquista da Amazônia. IN: **Revista Novos Estudos CEBRAP** – São Paulo – SP. V.38, março de 1994. P.4.

<sup>7</sup> Idem. P.5.

<sup>8</sup> Idem. P.5.

tinha como objetivo “dar aos homens sem terra do Nordeste a terra sem homens da Amazônia”, ocupando e colonizando o “grande deserto demográfico” com um programa de construção de estradas vicinais, usinas hidrelétricas e portos, exploração mineral e florestal, e colonização agrícola. O projeto de colonização era dirigido pelo Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) que promoveu uma intensa propaganda para atrair colonos<sup>9</sup>.

Fernando Menezes ao tratar da Transamazônica em associação com a construção do “Brasil Grande”, afirma que a realização da Transamazônica se justificava no interior de duas motivações distintas, entretanto articuladas: por um lado, a estrada representaria uma alternativa aos problemas sociais causados pelas secas sazonais que assolavam os nordestinos; por outro lado, trataria de uma resposta à pouca densidade demográfica da Região Amazônica, cuja necessidade de integração era entendida pelo regime como uma questão de segurança nacional e desenvolvimento econômico. Segundo Menezes,

Articulam-se na medida em que, do ponto de vista operacional, tais problemas seriam enfrentados, em síntese, com o deslocamento de fluxos populacionais entre essas duas regiões, partindo-se do Nordeste. Entretanto, uma peculiaridade atribui contornos especiais à construção da estrada: ela é realizada por um governo que estabeleceu como meta-síntese de atuação assegurar a viabilidade do Brasil como uma grande potência mundial até o fim do século XX. Eram os anos do chamado “milagre brasileiro”<sup>10</sup>.

A Transamazônica, no interior do conjunto de iniciativas que constituem o PIN, representa, portanto uma obra síntese dos pressupostos do regime, uma vez que congrega em si as três principais tarefas das quais os militares se prontificaram desde o golpe de 1964: a integração nacional, a segurança nacional e o desenvolvimento nacional. Segundo Menezes,

Entretanto, indubitavelmente uma outra motivação alimentou a euforia em torno da construção da estrada, que diz respeito à aposta na potencial capacidade da Transamazônica em fomentar legitimidade à ditadura militar e, por sua vez, traduz-se na expectativa de a construção da estrada poder se constituir em uma idéia síntese, capaz de promover a motivação nacional em torno de um objetivo pressuposto como comum e desejável por todos. Com efeito, a construção da estrada teria capacidade de produzir mobilização social de afetos para o estado militar, promovendo adesão e maior aceitação da população para o regime, que gozava de pouca popularidade<sup>11</sup>.

A “Operação Amazônia”, instaurada em 1966, se propunha a inaugurar uma nova política desenvolvimentista para a região da Amazônia, e para isto lançou mão de uma série de instrumentos legais e medidas administrativas, tendo como carro chefe a política de

---

<sup>9</sup> Informações obtidas em HABERT, Nadine. Op. Cit. P.21.

<sup>10</sup> MENEZES, Fernando Dominience. **Enunciados sobre o futuro:** ditadura militar, Transamazônica e a construção do “Brasil Grande”. Diss.Pós-Graduação. Universidade de Brasília, 2007. P.6-7.

<sup>11</sup> Idem. P.87.

incentivos fiscais, associada ao binômio governo/setor privado<sup>12</sup>. Segundo Maria Ivonete Coutinho da Silva,

A idéia de construção da Transamazônica surgiu em 1969, em trabalho publicado por Eliseu Resende, então diretor do DNER onde defende a tese da criação de uma infra-estrutura de transporte, a fim de oferecer apoio ao crescimento de atividades econômicas, sugerindo a construção de uma Rodovia Transamazônica. Sugeriu ainda a elaboração de estudos a serem realizados por organizações nacionais e internacionais<sup>13</sup>.

Os objetivos divulgados para a construção da Transamazônica seriam também, segundo Maria Coutinho, “integrar” a Amazônia ao resto do país e retirar pessoas de áreas super-povoadas e transferi-las em massa para a Amazônia, vista como um grande vazio. Entretanto, a autora defende a tese de que a discussão a respeito da Transamazônica foi deslanchada como efeito de uma luta de bastidores a respeito do plano idealizado pelo Instituto Hudson e apoiado por Roberto Campos. Segundo Maria Coutinho,

Pretendia-se a formação de um imenso lago através do represamento do rio Amazonas, que seria destinado à produção de energia elétrica e serviria igualmente como caminho para as áreas minerais da Amazônia. Uma aliança entre setores do governo e outros nacionalistas contrapunha a este projeto a abertura da Transamazônica. O projeto Hudson teria como consequência o despovoamento de uma das partes mais povoadas da Amazônia, retirando, com a formação do lago, os ribeirinhos que vivem ao longo do Amazonas e seus afluentes. Além disso, constituir-se-ia em espaço aberto aos interesses econômicos internacionais, em particular dos americanos, autores da proposta. A solução proposta para o Nordeste envolvia o controle demográfico, por meio de planos de controle da natalidade, tema este que foi objeto de acesos debates nas décadas de 1970 e 1980<sup>14</sup>.

Neste sentido, a autora compartilha os estudos de Jean Habete<sup>15</sup> que afirma que a atuação do governo, central no processo de ocupação da Transamazônica, foi uma estratégia de intervenção do Estado na distribuição de excedentes de terra de acordo com um modelo pré-estabelecido, que visava fixar o homem na terra e assegurar a penetração capitalista através das fronteiras. Segundo Maria Coutinho, “*com o lema ‘Integrar para não Entregar’ se construía todo um discurso de ocupação e desenvolvimento para a Amazônia que não mostrava o substrato ideológico da economia americana que o alimentava*”<sup>16</sup>. A construção da ideologia da segurança nacional gestada na Escola Superior de Guerra estava assentada nos

---

<sup>12</sup> Para aprofundamento desta questão ver: PANDOLFO, Clara. **Amazônia Brasileira: Ocupação desenvolvimento e perspectivas atuais e futuras**. Belém: CEJUP, 1994.

<sup>13</sup> SILVA, Maria Ivonete Coutinho da. **Mulheres migrantes na Transamazônica: construção da ocupação e do fazer política**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Belém, 2008. P.34.

<sup>14</sup> Idem. P.35.

<sup>15</sup> HABETE, Jean (org.). **O cerco está se fechando** – o impacto do grande capital na Amazônia. Rio de Janeiro, Ed. Vozes/FASE/NAEA, 1991.

<sup>16</sup> SILVA, Maria Ivonete Coutinho da. Op.Cit. P.38.

acordos militares assinados entre o Brasil e os Estados Unidos, sendo exemplo concreto da presença estadunidense no contexto sócio-econômico da Transamazônica, os projetos agroindustriais instalados na região.

A estrada consumiu bilhões de dólares, revelou-se intransitável boa parte do ano por conta das chuvas, enchentes de rios, desmoronamentos e o avanço da floresta tropical. Segundo Nadine Habert,

A Transamazônica mostrou-se, na realidade, componente de um projeto mais amplo de incorporação da Bacia Amazônica ao “modelo” econômico brasileiro, como base para a expansão de grandes empresas nacionais e internacionais de exploração mineral, florestal, agropecuária. O caminho, já aberto nos anos 60 (a exemplo do célebre Projeto Jari), consolidou-se no governo Médici e ao longo da década de 70<sup>17</sup>.

É importante ressaltar ainda a riqueza de minérios existente na Amazônia, elencando as principais minas de ferro, manganês, cassiterita, bauxita, ouro, prata, diamantes, cobre, chumbo, sal gema, calcário, cristal de rocha, pedras semi preciosas, e até mesmo de minérios radioativos. É interessante notar que, apesar de o discurso patriótico presidencial ser de entregar às mãos brasileiras uma terra que, até aquele momento, pertencia muito mais aos estrangeiros do que aos seus “legítimos donos”, a exploração da Amazônia foi aberta especialmente às empresas internacionais. No caso da exploração mineral, vejamos os exemplos que se seguem: afirma-se que a Amazônia teria uma das maiores jazidas de ferro do mundo. Seu teor ultrapassaria 68%, o que a tornava uma das mais ricas. Quando da sua descoberta, por volta dos anos 1970, sua extração foi realizada pela Companhia Amazônica de Mineração, formada pelo Consórcio entre a Vale do Rio Doce (brasileira) e a United States Steel (estadunidense); O manganês era extraído pela Companhia Icomi (Indústria e Comércio de Minério S.A.) e pela Mineração Rio do Norte, subsidiária do grupo canadense Aluminium Company of Canada Ltd., juntamente com a Alcoa (subsidiária da Aluminium Company of America) e a Jari (do grupo Aluminium Chemical)<sup>18</sup>.

Foram responsáveis pelas construção da Transamazônica as empresas Camargo Correa, Rabello S/A, EIT, Queiroz Galvão, Mendes Júnior, S.A. Paulista, Paranapanema e os Batalhões de Engenharia e Construção do Exército.

### **Veja e a Transamazônica – “a maior epopéia do povo brasileiro”**

---

<sup>17</sup> HABERT, Nadine. Op. Cit. P.21.

<sup>18</sup> Dados encontrados em GOMES, Flavio Alcaraz. **Transamazônica: a redescoberta do Brasil**. São Paulo: Livraria Cultura Editora, 1972. PP.72-75.

Antes de entrarmos na análise da posição de *Veja* frente à Transamazônica, gostaríamos de demonstrar o trabalho de Dione Oliveira Moura sobre o discurso da revista *Veja* em relação à Amazônia, que segundo ela, possuiu um caráter colonizador no início da década de 1980. Segundo Dione Oliveira Moura,

O discurso de *Veja* anuncia uma exterioridade carregada de articulações políticas e econômicas que visavam ocupar e explorar a floresta Amazônica. Trata-se de uma política definida pelo governo federal, a partir dos anos 1960, e implementada pelos governos estaduais e seus organismos. A Amazônia foi, durante essas décadas, um espaço inexplorado que viria a sanar as dificuldades do Brasil<sup>19</sup>.

Segundo Dione Moura, no discurso de *Veja* se pode perceber que a Amazônia foi descrita tanto como um ancoradouro (de sonhos e esperanças do Brasil como grande potência do futuro), quanto como um escoadouro de nossos problemas (o esgotamento dos solos do Sul do país; os migrantes maltratados pela seca; as multidões de flagelados urbanos). Segundo a autora, além dessas representações da Amazônia, encontra-se também, a representação do conflito civilização *versus* natureza, no qual a civilização representa o que há de mais positivo e deve, paulatinamente, ir suplantando e dominando a natureza. Os traços mais marcantes do discurso da revista *Veja* sobre a Amazônia são, segundo Moura:

A imagem da Amazônia como um paraíso natural que remete tanto aos discursos dos naturalistas quanto às imagens mais remotas da natureza como origem (o Paraíso). Mas presente também está, no discurso de *Veja*, a Amazônia como espaço a ser incorporado ao país, em sua política de domínio e expansão territorial. Política esta que reedita a lógica da expansão marinha, sustentada na crença de que “conhecer” um território implica dominá-lo e a seus antigos habitantes. Segundo a descrição de *Veja*, a Amazônia estaria acolhendo com generosidade a chegada do futuro em suas terras (...). Embora faça algumas críticas a projetos governamentais que não foram bem-sucedidos na Amazônia, em sua concepção básica, o discurso da revista *Veja* mostra-se sintonizado com a política oficial do governo brasileiro que, a partir da década de 1960, especialmente, não mediu esforços para conquistar “a última fronteira do país”. A partir da década de 1970, a Amazônia passa a ser a nova “fronteira de expansão” do país, por meio de projetos financiados pelo Estado<sup>20</sup>.

Em relação a Transamazônica, podemos perceber que *Veja* embarcou nessa ideologia de “Brasil Grande”, divulgando a integração nacional, a Segurança Nacional e o desenvolvimento nacional que esta obra de grande porte representaria para o Brasil. Neste sentido, passaremos a trabalhar com as matérias de *Veja* sobre a Transamazônica, caracterizando o discurso da revista sobre este projeto e o posicionamento de *Veja* em relação às construtoras da rodovia. Foram analisadas 18 matérias sobre o tema, que listamos no quadro a seguir:

|                                                       |
|-------------------------------------------------------|
| <b>Matérias de <i>Veja</i> sobre a TRANSAMAZÔNICA</b> |
|-------------------------------------------------------|

<sup>19</sup> MOURA, Dione Oliveira. Op. Cit. P.346.

<sup>20</sup> Idem. P.355.

|    | <b>Data</b> | <b>Edição</b> | <b>Título</b>                           |
|----|-------------|---------------|-----------------------------------------|
| 01 | 25/06/1969  | 42            | A selva asfaltada                       |
| 02 | 24/06/1970  | 94            | Delfim consegue incentivos              |
| 03 | 01/07/1970  | 95            | O controle não compensa                 |
| 04 |             |               | TRANSAMAZÔNICA – Debates à margem       |
| 05 |             |               | EMPREITEIROS – Divisão da Selva         |
| 06 | 15/07/1970  | 97            | TRANSAMAZÔNICA – Discurso contra        |
| 07 | 29/07/1970  | 99            | Estradas divididas                      |
| 08 | 12/08/1970  | 101           | TRANSAMAZÔNICA – Índios no caminho      |
| 09 |             |               | CONCORRÊNCIA – Vitória da família       |
| 10 | 02/09/1970  | 104           | TRANSAMAZÔNICA – A prática da epopéia   |
| 11 | 07/10/1970  | 109           | TRANSAMAZÔNICA – Canaã amazônica        |
| 12 | 14/10/1970  | 110           | O Brasil acha o seu norte               |
| 13 | 24/03/1971  | 133           | Na beira da estrada                     |
| 14 | 16/06/1971  | 145           | TRANSAMAZÔNICA – Ações na baixa         |
| 15 | 06/10/1971  | 161           | Examinando as obras                     |
| 16 | 30/08/1972  | 208           | TRANSAMAZÔNICA – A primeira etapa       |
| 17 | 04/10/1972  | 213           | Meio caminho andado                     |
| 18 | 16/07/1975  | 358           | TRANSAMAZÔNICA – Colonos ricos e pobres |

**Quadro 9 – Matérias de Veja sobre a Transamazônica**

A primeira matéria de *Veja* sobre o tema se refere à construção da estrada Manaus-Porto Velho. Esta estrada configura-se dentro da rede de estradas planejadas como rodovias adicionais, iniciadas em conjunto com a construção da rodovia Transamazônica. Com o título “A selva asfaltada”, *Veja* inicia relatando a “grande guerra de batalhas demoradas e cansativas” entre o homem e a natureza da Amazônia, que teria data de “vitória final”, em dezembro de 1970, quando a estrada deveria estar com os seus 846 quilômetros abertos ao tráfego de caminhões, carros e ônibus. Segundo a revista,

A natureza inimiga está sendo atacada em duas frentes por trezentos homens em cada uma (...) Quando os dois destacamentos se encontrarem no rio Matuperi, no fim do ano que vem, os homens poderão trabalhar em paz com a natureza, explorando mais racionalmente os recursos que há milhões de anos ela espalhou pela floresta<sup>21</sup>.

A matéria de 3 páginas, é dedicada principalmente a relatar o confronto homem-natureza, relatando a empreitada dos trabalhadores. Percebe-se a predominância do discurso já apontado por Dione Moura, da Amazônia como espaço a ser incorporado ao país, em total política de domínio e expansão territorial, sendo a civilização a representante do que há de mais positivo, que deveria ir suplantando e dominando a natureza.

Segundo a revista, desde 1959, centenas de homens da própria região e do Nordeste teriam iniciado a construção da estrada, abrindo com “as mãos nuas e machados”, uma imensa

<sup>21</sup> *Veja*. **A selva asfaltada**. (Seção Brasil). Ed.42 – 25/06/1969. P.25.

picada na floresta. Quando a empreiteira Andrade Gutierrez retomou o trabalho, em 1968, mais uma vez os caboclos teriam sido chamados para cortar as árvores que tinham crescido de novo. Segundo *Veja*,

Logo, porém, seriam substituídos pelos seiscentos operários atuais, homens que não sabem distinguir o pio do canário-da-terra do canto do rouxinol. São homens de Minas Gerais, São Paulo e Paraná, há anos acostumados a construir estradas e a viver em acampamentos. Foram trazidos de avião para Manaus (os que não foram para Porto Velho) e nem viram a cidade: do aeroporto andaram direto para um embarcadouro no rio Negro. Uma chata demorou três horas para levá-los pelo Negro e pelo Solimões até a frente de trabalho (...)<sup>22</sup>.

Percebe-se a tentativa da revista de demonstrar a entrada de trabalhadores de outros estados para auxiliar na execução da obra, oferecendo emprego para estes trabalhadores e não problematizando a mão-de-obra local dos caboclos que estaria sendo substituída. A revista aparenta certo tom de crítica somente no sentido de afirmar que estes trabalhadores migrantes não estariam acostumados com as condições locais, o que é evidenciado através da crítica do não reconhecimento do canto do pássaro. Porém, eles teriam vantagem sobre os caboclos locais, já que teriam qualificação profissional para o trabalho com a construção de estradas.

Fiorelo Picoli ao tratar da exploração da força de trabalho da Amazônia, afirma que esta caracteriza-se como um processo de superexploração da mão-de-obra. Segundo o autor, a maioria dos postos de trabalho, ocupados na abertura da Amazônia por grupos econômicos, são preenchidos por “peões do trecho”, que geralmente vivem sem família e se aventuram em trabalhos distantes. Segundo Picoli,

A força de trabalho tem três procedências: a primeira é oferecida nas próprias cidades planejadas, ou que está na agricultura e pronta para formar o exército industrial de reserva, que Marx chama de latente; a segunda, de “peões rodados”, é formada por trabalhadores que já estão na região ou chegam para trabalhar, não possuem vínculo local, e são também chamados de “flutuantes”; a terceira é importada de outras regiões do Brasil pelo capital organizado na produção, contratada para suprir as eventuais deficiências de força de trabalho, principalmente em determinadas épocas e locais específicos com falta de mão-de-obra<sup>23</sup>.

Como demonstra Picoli, os trabalhadores são contratados de forma clandestina, sendo que geralmente não tem vínculo empregatício. Os peões são recrutados em suas próprias casas, em muitos casos deixam a família para trás. O peão parte em busca de alternativa para sustentar a família. Quem recruta esses peões são os “gatos”, que geralmente deixa uma estrutura em dinheiro para confortar, tanto a família que fica quando o peão que sai para

---

<sup>22</sup> Idem. P.26.

<sup>23</sup> PICOLI, Fiorelo. Op. Cit. P.97.

trabalhar, “*criando-se um falso vínculo de homem bom, protetor – embora o deixe em completa submissão e dependência*”<sup>24</sup>. Segundo Picoli,

Para facilitar o agenciamento do trabalhador no sistema “gato”, nessas cidades existem hotéis e pensões que recolhem os chamados “peões rodados”, aqueles recém-chegados na cidade à procura de trabalho. Ao chegarem nas cidades, eles não precisam de dinheiro para receber a estrutura mínima que é cama e alimento. O hoteleiro e o pensionista vão contabilizando até a chegada de alguém da família dos “gatos” para comprar sua força de trabalho<sup>25</sup>.

O “gateiro” providencia o pagamento de hotel, refeições, até mesmo dinheiro para comprar cigarros e bebidas. Também é uma forma de endividar o trabalhador e torná-lo submisso e obediente, bem como fazê-lo aceitar qualquer trabalho que aparece pela frente. O peão fica depositado à espera de um agenciador de trabalho, até ser contratado por alguma empresa. Segundo Picoli,

O peão contratado paga todas as despesas efetuadas por ele, como parte do adiantamento da empreitada, tendo que aceitar qualquer trabalho, pois já está na dependência de recursos financeiros para saldar sua dívida perante o hoteleiro ou pensionista. É obrigado a aceitar qualquer tipo de trabalho que aparecer, pois, se isso não acontece, passa a ser visto como malandro e preguiçoso, e pode vir a ser enquadrado como inadimplente na forma da lei, devido ao poder dos grupos organizados na região<sup>26</sup>.

Como se pode perceber, o exército de reserva que se formou na região amazônica permitiu que se realizassem ainda mais a superexploração da classe trabalhadora. Desempregados e marginalizados, muitos trabalhadores se submetem a qualquer função dentro da escala de trabalho do sistema “gato”, tendo que conviver com baixos salários, intensificação das jornadas e condições subumanas cada vez maiores. Entretanto, esta superexploração não é apresentada pela revista *Veja*, que trata dos “gatos” como elementos que ofereceriam empregos para os trabalhadores, não mencionando as condições que os trabalhadores são expostos devido à dinâmica dos mesmos.

As condições de moradia são narradas também pela revista *Veja*, demonstrando como eram constituídos os acampamentos:

O acampamento é cercado por imensos tanques d’água (...). Ao lado, o refeitório de madeira, construído com palafitas sobre as águas de uma caixa de empréstimo; perto, dois fogões e uma geladeira de bar: é a cozinha; mais adiante, outro reboque: é a farmácia. A 50 metros, um grande barracão: o dormitório, centenas de redes com mosquiteiros (os poucos que não gostam de redes dormem em camas, em pequenos compartimentos individuais). Dali, todas as manhãs, às 3 horas, os homens saem

---

<sup>24</sup> Idem. P.98.

<sup>25</sup> Idem.

<sup>26</sup> Idem. P.99.

para trabalhar depois de tomar café com leite e pão (velho de pelo menos uma semana, trazido de barco)<sup>27</sup>.

Se as condições de “moradia” são precárias, o mesmo é enfrentado durante o dia de trabalho:

É um esforço tantas vezes recomeçado, pois a cada conquista dos homens a natureza responde com novas armadilhas. (...) Com a terra das caixas de empréstimo, os homens, nos dias que não chove, erguem aterros de 4 metros de altura por 9 de largura, para que a estrada possa atravessar pântanos e alagados que a cada dia surgem na rota desmatada. (...) Os homens param de trabalhar às 9 e meia da manhã, para o almoço de arroz, feijão, bife, macarrão e um vegetal. A comida é boa, mas nunca varia. Às vezes, começam a refeição com os pés sobre o chão seco – e quando vão terminá-la a água da cheia dos rios já alcança a canela. Às 4 da tarde, nova parada para o jantar, igual ao almoço. Às 21 horas, termina o dia de trabalho e começa a noite de sono – ou de luta contra os pernilongos<sup>28</sup>.

As folgas constituiriam em três dias por mês. Porém às vezes as chuvas forçariam uma folga maior, quando os trabalhadores aproveitariam para descansar. Ou então quando quebraria uma peça de máquina. “*A construtora Andrade Gutierrez já tem uma verdadeira frota naval, para levar peças de reposição, alimentos e material. Mas as peças demoram, e é nova folga para os homens*”<sup>29</sup>. Quando isto acontece, alguns homens aproveitariam para andar até um pequeno comercio local, onde haveria duas casas de palafita: uma venda, onde se acha até carne de bois; e uma casa de meretrício. Segundo *Veja*:

A outra, de 12 metros quadrados, tem dez redes com mosquiteiros. E dez moças, algumas gordas e acabadas, outras bonitas, até de quinze anos. São as meretrizes que, na Amazônia, sempre acompanham os pioneiros. Há uma coexistência pacífica entre Chico Bento e a direção das obras: a troca de não vender cachaça, não será proibido de mudar sua venda e seu prostíbulo cada vez que o acampamento tiver de ser erguido num ponto mais adiantado das obras<sup>30</sup>.

Esta questão pode ser relacionada com o “Americanismo e Fordismo” problematizado por Antonio Gramsci. Segundo Gramsci, o desenvolvimento capitalista veio a requerer uma nova forma de organização das bases materiais de produção e das relações sociais, requerendo um “novo tipo humano”, conformado e enquadrado às necessidades do desenvolvimento das forças produtivas. Gramsci procurou demonstrar a utilização de mecanismos de coerção e consenso junto a classe trabalhadora, adaptando a força de trabalho a condições de trabalho específicos, de acordo com as necessidades da indústria da época.

---

<sup>27</sup> *Veja. A selva asfaltada*. Op. Cit. P.26.

<sup>28</sup> Idem.

<sup>29</sup> Idem.

<sup>30</sup> Idem. P.27.

Entre as implementações de adaptações psicofísicas nos trabalhadores da indústria, destaca-se o apelo a uma nova ética sexual, desconstruindo a “animalidade” do ser humano pela valorização do puritanismo e da família monogâmica. Segundo Gramsci, a questão sexual passa a ser regulamentada por um *“conjunto de constrangimentos e coerções diretos e indiretos exercidos sobre a massa”*<sup>31</sup>. Isto porque *“a verdade é que não se pode desenvolver o novo tipo de homem exigido pela racionalização da produção e do trabalho enquanto o instinto sexual não for adequadamente regulamentado, não for também ele racionalizado”*<sup>32</sup>.

Segundo Gramsci, a sexualidade pode ter a função reprodutora e como “esporte”. Mediante as adaptações do modelo Fordista e Americanista, a reprodução tem um papel econômico e por isso deve interessar à sociedade em sua totalidade. Segundo Gramsci,

A função econômica da reprodução: ela não é apenas um fato geral, que interessa a sociedade em seu conjunto, para a qual é necessária uma determinada proporção entre as diversas idades tendo em vista a produção e a manutenção da parte passiva da população (passiva em sentido normal, por idade, por invalidez, etc.), mas é também um fato “molecular”, interior aos menores aglomerados econômicos, como a família<sup>33</sup>.

Neste sentido, a família torna-se importante no sentido de que *“a vida na indústria exige um aprendizado geral, um processo de adaptação psicofísica a determinadas condições de trabalho, de nutrição, de habitação, de costumes, etc., que não é algo inato, ‘natural’, mas exige ser adquirido”*<sup>34</sup>. A nova moral seria, portanto, repassada pela família.

Gramsci trata também da tentativa de formação de uma nova personalidade feminina: *“enquanto a mulher não tiver alcançado não apenas uma real independência em face do homem, mas também um novo modo de conceber a si mesma e a seu papel nas relações sexuais, a questão sexual continuará repleta de aspectos mórbidos”*<sup>35</sup>.

Além da questão sexual, o fordismo e americanismo estavam preocupados com a questão do alcoolismo: *“o abuso e a irregularidade das funções sexuais são, depois do alcoolismo, os inimigos mais perigosos das energias nervosas e é observação comum que o trabalho ‘obsessivo’ provoca depravação alcoólica”*<sup>36</sup>. Neste sentido, seria função do Estado a luta contra o álcool, *“o mais perigoso agente de destruição das forças de trabalho”*<sup>37</sup>.

Enfim, como revela Gramsci ao analisar a questão sexual e do alcoolismo:

---

<sup>31</sup> GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. P.269.

<sup>32</sup> Idem. P.252.

<sup>33</sup> Idem. P.250.

<sup>34</sup> Idem. P.251.

<sup>35</sup> Idem. P.251.

<sup>36</sup> Idem. P.268.

<sup>37</sup> Idem. P.267.

Revela-se claramente que o novo industrialismo quer a monogamia, quer que o homem-trabalhador não desperdice suas energias nervosas na busca desordenada e excitante da satisfação sexual ocasional: o operário que vai para o trabalho depois de uma noite de “orgias” não é um bom trabalhador; a exaltação passional não pode se adequar aos movimentos cronometrados dos gestos produtivos ligados aos mais perfeitos automatismos. Este conjunto de constrangimentos e coerções diretos e indiretos exercidos sobre a massa produzirá certamente resultados; e surgirá assim uma nova forma de união sexual, cujo traço fundamental parece ser a monogamia e a estabilidade relativa<sup>38</sup>.

Como se pode perceber, a racionalização e a proibição da bebida alcoólica não visaria a saúde dos trabalhadores. Pelo contrário, teriam por objetivo manter o equilíbrio psicofísico do trabalhador, “*manter a continuidade física do trabalhador, de sua eficiência muscular-nervosa*”, para que ele estivesse apto a desempenhar sua função com a precisão que o método industrial exige. É mais uma forma de estender a disciplina para fora do trabalho.

Como vimos no caso de *Veja*, a questão sexual é vista como uma forma de lazer dos trabalhadores, já que os mesmos vinham, normalmente, de regiões distantes e estariam isolados do contato com outras pessoas além de seus companheiros de trabalho. O deslocamento para o contato com sua família e amigos ocasionaria um desperdício de tempo e recursos financeiros não possuídos pelos trabalhadores. O contato com as zonas seria a única “diversão” possível, portanto, não foi proibida. Um “lazer” que poderia ser conseguido a poucos metros do seu trabalho, na casa de meretrício, onde tudo era permitido, menos a bebida alcoólica. A revista não problematiza a prostituição, mesmo apontando a presença de meninas de 15 anos. Esta é apresentada como forma de lazer pra os trabalhadores, longe de suas famílias. A única restrição seria o álcool, já que este poderia atrapalhar o desempenho do trabalhador no outro dia de trabalho.

Para concluir, *Veja* demonstra que todo este trabalho valeria a pena porque a conclusão da estrada Manaus – Porto Velho estaria ligada à Estrada Bolivariana, que corta a Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia, unindo as bacias do Orinoco e do Prata e ligando-se ao sistema rodoviário brasileiro. Segundo a revista,

Pelas mãos dos seiscentos homens que trabalham na selva, uma nova Amazônia vai surgir. Sete núcleos de quinhentas famílias cada, com 50 hectares para cada uma, serão instalados à beira da estrada, para plantar dendê – pela primeira vez na Amazônia a população deixará as margens dos rios. Em dezembro do ano que vem, os primeiros caminhões chegarão a Manaus. E a maior parte dos seus 340.000 habitantes, que não poderiam pagar passagem de avião, poderão também pela primeira vez descer de ônibus para as grandes cidades do Sul e voltar a Manaus com outras noções de conforto e progresso<sup>39</sup>.

---

<sup>38</sup> Idem. P,269.

<sup>39</sup> *Veja. A selva asfaltada*. Op.Cit. p.27.

Porém, *Veja* deixa claro que os homens que estariam trabalhando na estrada não irão beneficiar-se desse progresso:

Mas os seiscentos homens que estão criando esse futuro para a Amazônia, na maioria, não vão querer aproveitá-lo. Quando a estrada ficar pronta, alguns vão trazer suas famílias e plantar dendê nos núcleos de colonização. Quase todos, porém, farão como José Costa, topógrafo mineiro de 38 anos: “Quero fugir do calor e dos mosquitos. Mas só vou embora quando puder ir de carro até Belo Horizonte”<sup>40</sup>.

Enfim, o progresso parece estar claro na perspectiva dos trabalhadores (profissionais qualificados) e na justificativa de *Veja*. Mesmo enfrentando uma jornada de 18 horas de trabalho e apenas 6 horas de sono (que eram divididas com a luta contra os pernilongos), a idéia de ligar Manaus a Porto Velho levando o futuro à Amazônia permanece presente no superar das dificuldades.

Apesar do andamento de alguns projetos, a rodovia Transamazônica só torna-se “projeto prioritário” em meados de 1970. E *Veja* vai apresentar com detalhes o desengavetamento do projeto pelo ministro da Fazenda, Delfim Netto:

Surgiu, com rapidez, a solução que há dois anos estava engavetada nas prateleiras do Ministério dos Transportes à espera de ser classificada como um “projeto prioritário” – a construção das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém. O presidente aceitou a idéia imediatamente, e apareceu Delfim como o ministro capaz de encontrar os meios que financiassem a realização dos projetos sem, no entanto, provocar pressões inflacionárias<sup>41</sup>.

Em tom eufórico, *Veja* narra o trabalho de Delfim Netto, apresentando a reunião do ministro com cerca de 120 empresários de associações industriais e agrícolas de todo o país, demonstrando a grandiosidade do projeto que teria emocionado a platéia. Segundo a revista, nesta reunião “*Mário Andreazza, dos Transportes, mostrou o traçado das estradas e disse que poucos países podem permitir-se desafios tão gigantescos*”<sup>42</sup>. A obra seria financiada a partir do exercício financeiro de 1971, com 30% dos recursos destinados à Sudene, Sudam, Embratur, Sudepe e reflorestamento através dos incentivos fiscais serão aplicados obrigatoriamente no novo programa. Segundo *Veja*,

Delfim acredita que recursos de 400 a 500 milhões serão aplicados nas estradas, sem qualquer pressão inflacionária. Já que o projeto inteiro foi orçado em 2 bilhões e, se se admitir que os 30% dos incentivos renderão, na pior das hipóteses, 400 milhões cada quatro anos (prazo de conclusão do Projeto), só este mecanismo terá gerado 1.600 milhões, que deixarão uma pequena margem de 400 milhões a serem complementados por empréstimos (a estrada Cuiabá-Santarém já está sendo financiada pelo Banco Mundial) e dotações orçamentárias<sup>43</sup>.

---

<sup>40</sup> Idem.

<sup>41</sup> *Veja*. **Delfim consegue incentivos**. (Seção Economia & Negócios). Ed.94 – 24/06/70. P.32.

<sup>42</sup> Idem.

<sup>43</sup> Idem. P.33.

Em toda a matéria, *Veja* procura deixar claro aquilo que ela chama de “eficiência política” de Delfim. E segundo a revista, a reunião com os empresários apresentando o projeto teria sido vitoriosa: “Os líderes da iniciativa privada pareciam convencidos, quando Delfim disse que a Transamazônica acabará produzindo recursos para pagar sua construção e se tornará o veículo fundamental para ligar as atividades empresariais da região ao mundo exterior”<sup>44</sup>.

Após apresentar os “lucros” da construção da rodovia que acabaria produzindo recursos para pagar sua construção e se tornaria o veículo fundamental para ligar as atividades empresariais da região ao mundo exterior, e a aprovação dos empresários, *Veja* narra a assinatura do edital de concorrência pública para a construção:

De manhã, em seu gabinete, Andreazza tinha assinado, **na presença de vários empreiteiros**, o edital de concorrência pública para a construção, pelo Departamento Nacional de Estradas e Rodagem, dos 3000 quilômetros que compõem as duas estradas. As obras deverão ser iniciadas em 45 dias e dentro de um mês os empreiteiros apresentarão suas propostas. Para efeito de concorrência, os 3.000 quilômetros foram divididos em lotes de 300 quilômetros cada, para permitir a criação de dez frentes de trabalho. Segundo o ministro, os **empreiteiros se comprometeram a contratar a mão-de-obra no nordeste** – cerca de 5.000 homens – e a transportar suas famílias, o que significa a migração de aproximadamente 25.000 pessoas<sup>45</sup>.

Como podemos perceber, a revista naturaliza a forma pela qual Andreazza realizou a concorrência pública, além de apresentar o fato de os trabalhadores serem trazidos pelas empreiteiras para a região antes mesmo de começar a obra como uma consequência normal, não problematizando o fato de que muitos deles não conseguiram empregos na rodovia, vivendo sob situação de extrema miséria e se submetendo a condições de trabalho semi-escravo, como demonstramos no capítulo anterior.

Segundo aponta *Veja*, as pontes seriam construídas de madeira de lei encontrada na região, sendo as suas fundações de cimento. A travessia dos rios com mais de 100 metros de largura, seriam realizados com balsas. Dentro de 120 dias, a estrada deveria estar totalmente cortada. E para concluir, *Veja* afirma: “Segundo Eliseu Resende, diretor do DNER, uma grande empresa construtora, como a Camargo Correa, poderá executar seus 300 quilômetros num período de seis a oito meses”<sup>46</sup>. Percebe-se que *Veja* aponta a construtora como ganhadora da concorrência mesmo antes do edital ser lançado.

---

<sup>44</sup> Idem.

<sup>45</sup> *Veja*. **Delfim consegue incentivos**. (Seção Economia & Negócios). Ed.94 – 24/06/70. P.33. (grifos meus).

<sup>46</sup> Idem.

A matéria apresenta ainda o planejamento dos núcleos de colonização e a criação de “diversas benfeitorias” nos canteiros de obras para permitir a fixação imediata dos trabalhadores (escolas primárias, postos de saúde, igrejas, agências do Banco do Brasil e postos de comunicação). Legitimando o governo *Veja* afirma:

A reunião dos ministros com os empresários parece ter criado o clima de mobilização nacional indispensável para projetos como este. O que o presidente chamou de “a maior epopéia do povo brasileiro” poderá ser também a obra que definirá o seu governo. Porque, fisicamente, rasga o território amazônico numa operação plástica de efeitos imediatamente reconhecíveis. Depois, porque contribuirá para aliviar as tensões no nordeste – a maior concentração por quilômetro quadrado de combustão política em potencial<sup>47</sup>.

Relacionado às tensões nordestinas, Delfim Netto aparece em *Veja* também para falar sobre o controle da natalidade. Segundo a revista, o posicionamento de Delfim e do governo Médici sobre a questão são claros: o importante seria mobilizar a mão de obra excedente para apressar o processo de exploração dos recursos abundantes e não eliminar o crescimento populacional. E neste sentido, a construção das rodovias Transamazônica e Santarém-Corumbá serviriam ao governo como instrumentos para desafogar a explosão demográfica nordestina. Segundo *Veja*,

O ministro defende a tese de que o país precisa crescer sem renunciar as suas características fundamentais: “No nordeste, o homem do povo, principalmente no interior, só se sente realizado tendo muitos filhos. E não se pode pensar no crescimento de um país se não for permitindo que seus homens se sintam realizados”<sup>48</sup>.

Na obra “Elegia para uma Re(li)gião”, Francisco Oliveira demonstrou como a política regional de implantação da SUDENE no Nordeste foi usada pelo Estado em relação ao Nordeste para resolver o problema desta região dentro do movimento de reprodução do capital no Brasil. Oliveira aponta a intervenção do Estado no Nordeste desde o período de hegemonia da oligarquia agrária, da burguesia agroindustrial, chegando no período de expansão capitalista no Brasil, que ocasionou um desenvolvimento regional desigual, levando à criação da SUDENE que passou a atuar como um novo Estado no Nordeste, planejando a expansão hegemônica do capitalismo monopolista. Ao tratar da centralização do capital, Oliveira afirma:

No momento, pois, em que a expansão do sistema capitalista no Brasil tem seu lócus na “região” Sul comandada por São Paulo, o ciclo toma espacialmente a forma de destruição das economias regionais, ou das “regiões”. Esse movimento dialético destrói para concentrar, e capta o excedente das outras “regiões” para centralizar o capital. O resultado é que, em sua etapa inicial, a quebra das barreiras inter-

---

<sup>47</sup> Idem.p.34.

<sup>48</sup> *Veja*. **O controle não compensa.** (Seção Economia & Negócios). Ed.95 – 01/07/1970. P.39.

regionais, a expansão do sistema de transportes facilitando a circulação nacional das mercadorias, produzidas agora no centro de gravidade da expansão do sistema, são em si mesmas tantas outras formas do movimento de concentração; e a exportação de capitais das “regiões” em estagnação são a forma do movimento de centralização. Aparentemente, pois, sucede de início uma destruição das economias “regionais”, mas essa destruição não é senão uma das formas da expansão do sistema em escala nacional<sup>49</sup>.

Como aponta Oliveira, este desenvolvimento regional desigual da economia capitalista brasileira, dá lugar a conflitos de classe. No caso do Nordeste, a burguesia industrial encontrava-se de braços atados para participar e comandar, no que deveria ser seu espaço, a expansão capitalista. Segundo Oliveira,

Exatamente quando a expansão capitalista passa a ocorrer sob a forma de realização interna do valor, isto é, de industrialização voltada para o mercado interno, a burguesia industrial do Nordeste cai na armadilha do IAA, que se lhe viabilizava manter-se, coartava-he a expansão, exatamente porque mantinha sob as mesmas condições de existência com formas de acumulação não-capitalista<sup>50</sup>.

Tendo em vista que a classe operária do Nordeste açucareiro-têxtil, em seus segmentos urbanos e rurais, havia se formado ao longo de toda uma tradição de confrontação aberta com a burguesia açucareira-têxtil, “a integração nacional, agora comandada pelas leis de reprodução do capital industrial do Centro-Sul, expressava-se no Nordeste pelo agravamento das tensões burguesia-proletariado”<sup>51</sup>. Além disso, a dissolução do semi-campesinato (pela expulsão das terras e pelo aumento do sobre-trabalho, reforçando os mecanismos do trabalho semi-compulsório), faz com que a *pax agrariae* nordestina entre em colapso, e esse semi-campesinato aparece como ator político por excelência, sob a égide das Ligas Camponesas de Francisco Julião. Com o crescimento das forças populares e a ameaça à hegemonia burguesa em escala nacional, o Estado realiza uma intervenção planejada, criando a SUDENE, para matar na raiz qualquer tentativa de organização popular. Segundo Francisco Oliveira,

Colocado nessas condições, o conflito de classes que aparece sob as roupagens de conflitos regionais ou dos “desequilíbrios regionais” chegará a uma exacerbação cujo resultado mais imediato é a intervenção “planejada” do Estado no Nordeste, ou a SUDENE. A burguesia industrial do Centro-Sul, caminhando rapidamente para a hegemonia não tem escolha: é preciso submeter as classes populares do Nordeste ao seu tãção, mas numa situação em que suas próprias bases, seu “populismo”, começam a entrar em declínio, ela não atacará diretamente as classes populares do Nordeste, num movimento que visava evitar a confluência das forças populares em escala nacional: submeterá primeiramente sua irmã gêmea no Nordeste, a própria burguesia industrial regional. A SUDENE é esse ataque pelos flancos (...) A SUDENE será um mecanismo de destruição acelerada da própria economia “regional” nordestina, no contexto do movimento de integração nacional mais

<sup>49</sup> OLIVEIRA, Francisco. **Elegia para uma re(li)gião**: SUDENE, Nordeste, Planejamento e conflito de classes. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. Pp.65-66.

<sup>50</sup> Idem. P.78.

<sup>51</sup> Idem. P.79.

amplo; certamente tal integração processar-se-ia em termos menos acelerados, podendo mesmo, no limite, o Nordeste permanecer ainda por largos anos como uma “Irlanda” no Brasil. Precisamente por ser um mecanismo de aceleração da integração é que a intervenção do Estado é “planejada”, pois trata-se de deslocar os esquemas de reprodução próprias a economia do Nordeste por outros que têm sua matriz noutro contexto de acumulação: o “planejamento” é, pois, essa forma de transformação dos pressupostos da produção, essa passagem da mais-valia captada pelo Estado como imposto, e sua conversão em capital entregue à grande burguesia do Centro-Sul<sup>52</sup>.

Percebe-se que a SUDENE é uma forma de apropriação do aparelho do Estado por parte do capital hegemônico do Centro-Sul visando desarticular a luta de classes no Nordeste. A “questão nordeste”, comentada por *Veja* como um dos motivos para a colonização da Amazônia, era resultado do conflito de classes que se agravava nesta região. Entretanto, para *Veja* não passaria de uma questão de transferência populacional de uma região super-povoada para um vazio geográfico como era o caso da Amazônia.

Como problematiza Francisco Oliveira, a Transamazônica inscrevia-se também no amálgama Geopolítica-Segurança Nacional, porque o Nordeste já era uma área sem riscos para o Brasil e o Ocidente, a não ser os gerados pelos “inimigos internos” derrotados provisoriamente pelo golpe militar de 1964. Segundo Oliveira,

Mas os “inimigos internos” eram criados pelas graves questões sociais irresolvidas no Nordeste – a questão agrária classicamente – que a ligação com a Amazônia iria, precisamente “esvaziar”: a doutrina da “panela de pressão”, tão arraigada no pensamento desenvolvimentista brasileiro, com forte componente malthusiano, que estava até no plano original da Sudene, com a política de migração para o Maranhão, até então pré-Amazônia. Outras estradas, como a Perimetral Norte, cumpririam, propriamente, a função de tamponamento, o cordão sanitário que evitaria a sangria da soberania territorial nacional<sup>53</sup>.

Segundo Oliveira, a impossibilidade de povoar com gente – já que seria necessária a migração de toda a população brasileira para chegar-se a taxas de densidade razoáveis no vasto território amazônico – optou-se pelo povoamento de interesses, onde a Zona Franca de Manaus é o maior exemplo. Segundo Francisco de Oliveira,

Com a Zona Franca, os demais projetos patrocinados pela Sudam, utilizando os incentivos fiscais à moda da Sudene, completariam o elenco de novos interesses econômicos capazes de funcionar como sucedâneos do povoamento populacional. A própria Transamazônica era uma estratégia mista de povoamento populacional e de interesses<sup>54</sup>.

Apesar do clima de otimismo e dos “benefícios” da construção das rodovias, *Veja* noticia também as restrições que começam a surgir em torno do projeto. A revista se refere

---

<sup>52</sup> Idem. P.99.

<sup>53</sup> OLIVEIRA, Francisco. A Reconquista da Amazônia. Op. Cit. P.5.

<sup>54</sup> Idem. P.7.

então à 120ª reunião do Conselho Deliberativo da Sudene onde, junto às previsões otimistas, se misturaram algumas restrições. E *Veja* cita o exemplo de João Agripino, “governador da Paraíba, político experiente que sempre se destaca nos seus pronunciamentos nas reuniões da Sudene, discordou, em alguns pontos, da eficácia da construção da Transamazônica como fator de beneficiamento direto da região nordestina”<sup>55</sup>. Segundo o governador a participação da Sudene no financiamento da obra alijaria o nordeste dos 30% necessários ao desenvolvimento do setor industrial.

Porém, se *Veja* abre espaço para a crítica do governador, a resposta de Delfim Netto ganha o triplo de espaço na revista, concluindo que a construção da Transamazônica, ocupando economicamente a Amazônia e criando, ao mesmo tempo, uma infra-estrutura agrícola, seria realmente a melhor alternativa que teriam, no momento, para alcançar um melhor nível desenvolvimentista no nordeste. E “esta parece ser também a impressão de muitos empresários do sul que costumam investir no nordeste”<sup>56</sup>. Portanto, as opiniões “a margem” como destaca o título da matéria, teriam tendência de continuarem a margem já que se constituiriam em minoria.

Ainda na mesma edição, a “Divisão da selva” é anunciada por *Veja*. Segundo a revista, nem bem o presidente Médici decidia a realização do Projeto de Integração Nacional, o DNER (Departamento Nacional de Estradas e Rodagem) lançava um edital de concorrência pública. Segundo *Veja*, “as empresas construtoras brasileiras estavam convocadas a fazer suas ofertas de preço para a construção da Transamazônica e da Cuiabá – Santarém”<sup>57</sup>. Um total de 3000 quilômetros de estradas constituiria a rodovia, cortando a Amazônia de leste a oeste, em busca de integração nacional. Segundo a revista, “agora, cabe aos senhores proprietários das empresas construtoras que atendam as exigências contratuais do DNER **evocarem** o espírito bandeirante. O governo prometeu à nação, e pretende dos senhores, a obra concluída em dezembro de 1971”<sup>58</sup>.

Como podemos perceber, *Veja* fala como se estivesse se dirigindo diretamente aos empreiteiros da obra. Além disso, a revista abarca as exigências do contrato do DNER para exigir o cumprimento do prazo, reafirmando o compromisso com a “nação” que teria sido firmado pelo governo e só dependeria das empresas construtoras para ser cumprido. Às empresas caberia a “evocação” (como se fosse algo sobrenatural, divino) do espírito

---

<sup>55</sup> *Veja*. TRANSAMAZÔNICA. **Debates à margem**. (Seção Economia & Negócios). Ed.95 – 01/07/70. P.42.

<sup>56</sup> Idem. P.42.

<sup>57</sup> *Veja*. EMPREITEIROS. **Divisão da selva**. (Seção Economia & Negócios). Ed.95 – 01/07/70. P.43.

<sup>58</sup> Idem. (Grifos meus).

bandeirante, de se embrenhar nas selvas vencendo as “dificuldades”, visando o cumprimento dos prazos, em busca de um objetivo geral que seria a integração nacional.

A relação com o “espírito bandeirante” é esclarecida logo no decorrer da matéria. Trazendo uma afirmação do diretor geral do DNER, Eliseu Rezende, *Veja* afirma que as construtoras terão de enfrentar sérios problemas na região. Sob o ponto de vista técnico, os problemas mais sérios estariam no revestimento da estrada com cascalho (na sua primeira etapa), na travessia dos rios e na travessia dos banhados, que necessitam um grande volume de aterro para elevar o leito da estrada. Segundo *Veja*,

Para a solução desses problemas a equipe do DNER já iniciou pesquisas na região para localizar jazidas de cascalho. E para a travessia dos pequenos rios indicará a construção de pontes de madeira (soluções de emergência para a parte mais onerosa das obras) e, para a dos grandes, o uso de balsas<sup>59</sup>.

*Veja* procura demonstrar a preocupação do governo, através do DNER, em fornecer os subsídios necessários para auxiliar as empresas de construção civil a enfrentar os problemas técnicos da região. Entretanto, ao mesmo tempo, a revista procura demonstrar que não seriam essas as únicas dificuldades a serem enfrentadas pelos engenheiros e operários das firmas vencedoras da concorrência. Os períodos constantes de chuvas, a malária, os acidentes e até mesmo os índios “hostis” seriam, segundo *Veja*, constante em suas trilhas. E a revista relata o número de casos de malária, o aumento de trabalho, as mortes e os atrasos ocorridos em outras obras devido a estas especificidades. Segundo *Veja*,

**O governo exigirá todo o cuidado das construtoras em relação a seus empregados.** Para participar da concorrência pública aberta pelo DNER, não basta às firmas empreiteiras ter 15 milhões de cruzeiros de capital mínimo, toda maquinaria e equipamentos modernos especificados em contrato, e já ter executado mais de 2 milhões de metros cúbicos de terraplanagem no período de um ano. Elas terão de cumprir todos os itens contratuais, como construir seus acampamentos nos pontos mais adequados para o estabelecimento de núcleos coloniais pioneiros, e que, nesses acampamentos, sejam feitas as instalações requeridas pelo Ministério da Agricultura para a prestação de assistência técnica dos futuros colonos<sup>60</sup>.

Mais uma vez, a “preocupação” do governo em relação aos trabalhadores contratados pelas empresas para a execução das obras é evidenciada pela revista. A assistência social a ser prestada pelas firmas empreiteiras é destacada por *Veja*, ressaltando as exigências de estabelecimento de núcleos coloniais, assistência técnica, além de assistência médica e escolar aos trabalhadores recrutados no nordeste. A relação de apoio ao governo, mascarando o fato

---

<sup>59</sup> Idem.

<sup>60</sup> Idem. (grifos meus).

do mesmo ser uma ditadura, permanece sempre constante em *Veja*, como demonstramos em nossas análises. Tudo isso seria compensado pelo governo, como afirma a revista:

Compensando tantas exigências, o governo promete cumprir sua parte. Dia 20 de julho, o DNER receberá as propostas das firmas empreiteiras, com seus respectivos preços. E no dia 1º de agosto, com as dez empresas vencedoras, os contratos orçados em 350 milhões de cruzeiros (total das obras) deverão estar assinados. Daí para frente, cabe aos empreiteiros travar sua luta contra a selva e contra o tempo. Em 1º de setembro toda a Amazônia já estará dividida entre as firmas empreiteiras<sup>61</sup>.

Na matéria, há ainda uma tabela, com os nomes daqueles que *Veja* considera como “favoritos” na disputa pela licitação. No quadro, a afirmação baseada em uma fonte do DNER: “*Estas são as doze maiores construtoras brasileiras, segundo seu capital. Porque atendem aos requisitos do DNER, têm as maiores chances de vencer a concorrência da Transamazônica*”. É interessante que quem elabora o quadro é o DNER que é apresentado pela revista como a mais correta elaboração. Abaixo, a reprodução do quadro de *Veja*:

| OS FAVORITOS                                                                                                                                                                              |     |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <i>Estas são as doze maiores construtoras brasileiras, segundo seu capital. Porque atendem aos requisitos do DNER, têm as maiores chances de vencer a concorrência da Transamazônica.</i> |     |
| (em milhões de cruzeiros)                                                                                                                                                                 |     |
| Camargo Correia                                                                                                                                                                           | 155 |
| Tenco                                                                                                                                                                                     | 100 |
| Mendes Júnior                                                                                                                                                                             | 52  |
| Rabelo                                                                                                                                                                                    | 46  |
| Brasileira de Projetos e Obras                                                                                                                                                            | 41  |
| C.R. Almeida                                                                                                                                                                              | 33  |
| Sobrenco                                                                                                                                                                                  | 24  |
| CCBE                                                                                                                                                                                      | 24  |
| Constran                                                                                                                                                                                  | 22  |
| Metropolitana de Construções                                                                                                                                                              | 21  |
| Rossi Engenharia                                                                                                                                                                          | 20  |
| Indústrias Reunidas Star                                                                                                                                                                  | 20  |
| Fonte: DNER                                                                                                                                                                               |     |

Figura 10 – Tabela de *Veja* – Ed. 95 – 01/07/70

Percebe-se que a Camargo Correia possui um capital sete vezes maior que a última colocada, as Indústrias Reunidas Star, e três vezes maior que a Mendes Júnior. Dentre as doze, se somarmos os capitais das sete últimas colocadas, teremos um valor aproximado do capital da Camargo Correa, que sozinha soma 155 milhões de cruzeiros. Nota-se que há uma grande diferença entre o capital da Camargo Correia e da Tenco<sup>62</sup>, para as demais colocadas,

<sup>61</sup> Idem.

<sup>62</sup> Nota-se também aqui a presença de uma empresa de construção civil aparentemente desconhecida, figurando como a segunda maior do país, com um capital de 100 milhões de cruzeiros. Entretanto, a Tenco – dirigida por

sendo que as duas juntas somam 255 milhões de cruzeiros, e as outras dez, um total de 303 milhões, apenas 19% a mais que as duas primeiras.

A tabela não é analisada nem apresentada por *Veja*. Ela aparece como um boxê, bem no meio da matéria, mas não há referência a ela no decorrer do texto da revista. Caberia ao leitor tirar suas conclusões, já que a matéria trabalha com a abertura do edital de licitação e as exigências a serem feitas às construtoras, e o quadro mostra as que mais teriam chances de vencer, devido o seu capital.

Segundo *Veja*, o governo dividiu os 3.000 quilômetros de estrada em dez frentes de trabalho, “devido ao apoio logístico”. A operação de transporte de maquinaria pesada é muito difícil. Ela teria de ser feita através do rio Amazonas e seus afluentes. Só na medida em que a estrada fosse penetrando a mata, é que poderia haver transporte por avião. O trecho compreendido entre os rios Xingu e Tapajós tem 600 quilômetros de extensão. Dividido em dois trechos de 300 quilômetros cada um, as duas firmas responsáveis por esta parte da estrada poderiam iniciar simultaneamente a construção a partir dos dois rios. Para concluir, *Veja* afirma: “*divididas as funções, aceitas as ofertas, o Brasil espera que a Transamazônica seja concluída tal qual um ‘legado da atividade heróica...’, como dizia Euclides da Cunha*”<sup>63</sup>.

Na edição 97 a discussão contrária à construção da ponte, já apresentada em edições anteriores, foi complementada com o discurso de dez páginas lido pelo Senador José Ermírio de Moraes, do MDB de Pernambuco, criticando a construção da Transamazônica. Segundo *Veja*, “*o discurso era a primeira manifestação ouvida no Congresso classificando a Transamazônica de rodovia sem importância para o desenvolvimento nacional, condenável por aproveitar flagelados nas obras e inaceitável por reduzir os incentivos fiscais da Sudene*”<sup>64</sup>. Ainda segundo Ermírio de Moraes, a Transamazônica iria beneficiar, diretamente, os interesses estrangeiros, especialmente as grandes reservas de minérios de ferro recentemente concedidas à U.S. Steel, para exploração e exportação; Segundo a revista,

Para Ermírio de Moraes, os lucros futuros da empresa americana serão de 25 bilhões de dólares e, por tal motivo, a estrada deveria ser construída pela própria empresa, “de graça para os cofres do país”. Ressaltando os diversos interesses estrangeiros em jogo na região, inclusive dos que exploram madeiras (mognos) ou compram terras, ele acabou por batizar a Transamazônica de “estrada de entrega nacional”<sup>65</sup>.

---

Eduardo Celestino Rodrigues – era na década de 1960, uma das grandes empresas de construção civil, tendo sido a primeira a se pré-qualificar em obra no exterior. A Tenco teria, em 1968 conseguido todos os pré-requisitos básicos para participar da concorrência de obra de uma hidrelétrica no Chile (CAMPOS, Pedro Pedreira. A transnacionalização das empreiteiras brasileiras e o pensamento de Ruy Mauro Marini. In: **III Conferência Internacional em História Econômica & V Encontro de Pós-graduação em História Econômica**. Brasília, 2010. P. 3).

<sup>63</sup> *Veja*. EMPREITEIROS. **Divisão da selva**. Op. Cit. (Grifos meus).

<sup>64</sup> *Veja*. TRANSAMAZÔNICA. **O discurso contra**. (Seção Economia & Negócios). Ed.97 – 15/07/1970. P.35.

<sup>65</sup> Idem.

Compensando o discurso do deputado pernambucano, *Veja* apresentou as afirmações do ministro do Interior, Costa Cavalcanti, “em sua longa exposição sobre as vantagens do plano de integração nacional”. Segundo *Veja*,

O ministro afirmou que a Transamazônica passa longe das reservas concedidas à U.S. Steel – ao contrário, portanto, do que disse o senador – e que representa a primeira tentativa nacional de ocupação da Amazônia por brasileiros, abandonando-se a antiga colonização linear (fazendas umas ao lado das outras) e optando-se por uma colonização de comunidades, com a criação de agrovilas que impedem a dispersão do homem no vasto continente amazônico<sup>66</sup>.

Segundo *Veja*, o discurso de Ermírio de Moraes teria recebido “*pelo menos uma compensação*”: Filinto Muller teria prometido enviar ao Presidente Médici o trecho do discurso em que se denunciavam os “*supostos interesses econômicos estrangeiros conspirando contra o Brasil*”<sup>67</sup>. A revista parece demonstrar que as contestações contra a Transamazônica seriam sem fundamentos ou, ao menos, sem repercussão junto à Câmara dos Deputados.

O anúncio das empresas construtoras licitadas para a obra é apresentada por *Veja* de uma maneira um tanto confusa. Na edição 99, a revista traz uma matéria com o título: “Estradas divididas”. Ao referir-se às discussões em torno da obra, *Veja* afirma

A estrada Transamazônica, como de resto todo projeto de intenções épicas, acende paixões, fúrias e resoluções dramáticas. Até o momento já foi classificada, entre outras coisas, de estrada da “entregação nacional” (Senador José Ermírio de Moraes); obra da década e rodovia para a redenção do homem nordestino (Ministro Mário Andreazza); projeto para unir o “deserto úmido ao deserto árido” (ex-ministro Roberto Campos). Nas duas últimas semanas, a história do nascimento desta estrada ganhou novos elementos<sup>68</sup>.

Segundo a revista, a Transamazônica deveria unir a rede rodoviária nordestina às estradas da fronteira com o Peru e a Bolívia, depois de atravessar 3.000 quilômetros de selva. Sua construção e a conclusão foram anunciadas pelo governo como uma necessidade urgente a ser vencida numa rápida batalha. Segundo *Veja*,

O ministro prometia prazo extremamente rápido para uma construção na selva e no desconhecido (a Transamazônica ainda não tinha, até a semana passada nem traçado nem levantamento aerofotogramétrico prontos). Mas foi ainda mais rápida na tomada de providências para cumpri-la<sup>69</sup>.

Estas providências seriam a publicação do edital, pelo DNER, convidando as empreiteiras nacionais a enviarem propostas para a construção dos dois trechos, divididos em

---

<sup>66</sup> Idem.

<sup>67</sup> Idem.

<sup>68</sup> *Veja. Estradas divididas*. (Seção Economia & Negócios). Ed.99 – 29/07/1970. P.37.

<sup>69</sup> Idem.

dez pedaços de aproximadamente 300 quilômetros cada. Segundo *Veja*, “a corrida contra o tempo teve tantos lances dramáticos quanto críticos”<sup>70</sup>. Quatro dias antes do encerramento do prazo de apresentação das propostas, o DNER distribuiu uma circular avisando aos concorrentes que mais de 50% da empreitada anunciada (todo o trecho da Cuiabá – Santarém) deveriam ser considerados fora da competição: o Exército iria construí-los ou supervisionar sua construção. Na hora da concorrência, muitos dos duzentos representantes das 26 firmas competidoras não sabiam da participação militar e da drástica redução. Segundo *Veja*:

Alguns interpretaram o fato como consequência da preocupação das Forças Armadas com a segurança nacional: os Batalhões de Engenharia e Construção (BECs), que normalmente só cuidam de obras nas regiões das fronteiras, viriam praticamente para o miolo do país, região de minérios, inclusive de ouro, na rota da Cuiabá – Santarém<sup>71</sup>.

*Veja* parece reproduzir a ameaça aos interesses das firmas de construção civil, com a entrada dos BECs, como sendo ameaça aos seus próprios interesses. A especulação em torno da riqueza armazenada no subsolo da região é apontada como fator para desconstruir a possível justificativa do Exército em empreitar aquela região. E a revista continua alegando a insuficiência das explicações:

A explicação porém era insuficiente: se o desconhecimento amazônico era motivo de segurança nacional no sentido norte-sul, não havia motivo para não ser também no sentido leste-oeste, dos cinco trechos da Transamazônica que ficaram para os empreiteiros. A explicação mais correta parecia ser a de que o Exército não aceitou ficar à margem da obra épica, além de considerar os prazos de sua execução pouco prováveis<sup>72</sup>.

Os BECs não teriam condições de competir com as empreiteiras, chegando *Veja* a afirmar que a probabilidade era de que o Exército passaria vários trechos da Cuiabá – Santarém, para essas empresas de construção civil, ficando apenas com a fiscalização das obras. Em relação aos prazos, *Veja* se utiliza do conhecimento dos militares dos BECs da região para afirmar o ceticismo dos prazos. Segundo a revista,

No máximo, um início de obras mais para efeito simbólico, com poucos homens e máquinas. Seus temores têm uma calamidade natural a justificá-los: em setembro, na Amazônia, já passou a metade mais seca da estação das secas, que começa em julho e termina em novembro. Quem levaria milhares de trabalhadores para a selva só para fazê-los trabalhar dois meses e com a obrigação de mantê-los, depois, parados, seis?<sup>73</sup>

---

<sup>70</sup> Idem. P.38.

<sup>71</sup> *Veja*. **Estradas divididas**. Op. Cit. P.38.

<sup>72</sup> Idem.

<sup>73</sup> Idem.

Percebe-se que a revista procura construir a idéia de que o início das obras naquele período seria “anti-econômico” não apresentando os interesses das empreiteiras em melhor aproveitar a mão-de-obra dos trabalhadores. Segundo a revista, naquele momento os empreiteiros não teriam necessidade de maiores preocupações: só realizaram os cálculos de custo destes riscos. Naquela semana o DNER deveria anunciar as firmas vencedoras da concorrência. Segundo *Veja*: “*Um dos nomes já é praticamente certo: Construtora Mendes Júnior S.A., uma das cinco grandes no ramo no país, vista por muitos como a de trabalhos mais bem acabados, e que apresentou as propostas de preço mais baixo para quase todos os cinco trechos*”<sup>74</sup>. Murilo Mendes, diretor da Mendes Júnior, teria sido recebido pelos representantes da Construtora Rabello e da Camargo Correa, com saudações de vencedor.

E as especulações de *Veja* em torno da Mendes Júnior vêm a se confirmar na edição 101, quando *Veja* traz uma matéria com o título “CONCORRÊNCIA – Vitória da família”, anunciando a empreiteira como vitoriosa na execução de dois dos cinco trechos de construção da Transamazônica. A matéria começa com uma indagação:

“Por que vencemos?”, pergunta um senhor de setenta anos, 48 de engenharia. “Em concorrência, o que entra é gabarito. E isto, nós temos de sobra”. Para **provar** que não é uma mera alegação, ele começa a folhar um álbum. São setenta páginas com 58 fotografias, mostrando as maiores obras da Construtora Mendes Júnior: homens e máquinas trabalhando na construção das hidrelétricas de Furnas e Jaguará (Minas), Cachoeira Dourada (Goiás), Boa Esperança (entre Maranhão e Piauí), Rio Casca (Mato Grosso), além de túneis, pontes e estradas. Fecha o álbum com um comentário: “**Isto convence qualquer um**”<sup>75</sup>.

Percebe-se que para *Veja* não há o que contestar já que Mendes Júnior teria “provado” a eficiência da sua empresa, o que também fica claro com a afirmação “isto convence qualquer um”. Após reproduzir as afirmações de José Mendes Júnior e das “provas” utilizados pelo mesmo para demonstrar seu prestígio, *Veja* reafirma sua posição: “*Assim, José Mendes Júnior explica a vitória de sua firma empreiteira para a execução de dois grandes trechos da Transamazônica, um de 280 km (Estreito – Marabá) e outro de 300 km (Repartimento – Altamira)*”<sup>76</sup>.

A construtora teria sido montada por José Mendes Júnior em conjunto com seus filhos em finais de 1953. Com sede em Belo Horizonte e escritórios regionais em oito estados, com mais dois no exterior – Miami e Buenos Aires – a Construtora Mendes Júnior já era em 1970, um império da construção. Segundo *Veja*:

---

<sup>74</sup> Idem.

<sup>75</sup> *Veja*. CONCORRÊNCIA. **Vitória da família**. (Seção Economia & Negócios). Ed.101 – 12/08/1970. P.27. (grifos meus).

<sup>76</sup> Idem.

A Construtora Mendes Júnior é, atualmente, uma potência que, só em equipamentos, movimenta mais de 15 milhões de dólares. Possui uma equipe de sessenta engenheiros, quatrocentos técnicos e mais de 6.000 operários em todo o Brasil. Usa computadores, tem rede de rádio e telex, uma fábrica de peças sobressalentes e nove aviões para dar apoio às obras<sup>77</sup>.

E a revista continua narrando toda a trajetória de José Mendes Júnior, filho de um “modesto dono de armazém de secos e molhados”, se formando na Escola de Engenharia de Juiz de Fora, em 1922, estudante pobre, que costumava copiar livros que não podia comprar. Começou trabalhando na Central do Brasil, casou-se e “resolveu tentar a sorte em Belo Horizonte”. Ali, depois de alguns anos, resolveu fundar a empresa. Além de traçar a épica vida de José Mendes Júnior, *Veja* destaca a sua determinação que persistia apesar da idade, sendo que este, apesar de confiar a direção da empresa a seus filhos, continuava freqüentando regularmente seu escritório no centro de Belo Horizonte.

*Veja* narra também o dia-a-dia de Mendes Júnior no escritório da empresa, onde ele dedica boa parte das conversas ao telefone às suas “atividades não profissionais”. Percebe-se que *Veja* procura destacar a “personalidade” do empresário, evidenciando suas participações sociais. Segundo a revista,

Fala sobre o Minas Tênis Clube, do qual é presidente e fundador, convoca seus amigos para a reunião da Associação Mineira de Reabilitação, da qual é também fundador e sócio benemérito, comenta sua última proeza de pescador ou troca idéias sobre problemas da agricultura, um de seus “hobbies”<sup>78</sup>.

É interessante destacar ainda que no site oficial da Construtora Mendes Júnior, a mesma se exalta pela obras realizadas na década de 1970. Segundo o site:

Podemos destacar a década de 70 como o período em que a empresa realizou projetos que consolidaram sua posição no mercado como empresa de engenharia reconhecida internacionalmente. O Brasil vivia um momento em que a iniciativa privada caminhava ao lado do Estado. Os investimentos governamentais se concentravam nas áreas de energia, telecomunicações, rodovias, siderúrgicas e petroquímica<sup>79</sup>.

E em relação à construção da Transamazônica, o site da Mendes Júnior reafirma a ideologia governamental da época de construção do “Brasil Potência” e da construção da estrada com objetivo de integração nacional:

---

<sup>77</sup> Idem.

<sup>78</sup> Idem.

<sup>79</sup> Dados obtidos no site:

<http://www.mendesjunior.com.br/portugues/default.aspx?cmp=empresa/historico.ascx>. Consulta realizada em 21 de abril de 2010.

A Mendes Júnior também se destacou nessa década pela construção de projetos que propiciaram a integração brasileira. Um deles foi a Transamazônica, idealizado pelo governo Médici no Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). A Mendes Júnior se responsabilizou pela construção de 646 dos 1.260 km da primeira etapa da rodovia. Nessa obra, o desafio era o alto índice de chuvas. Em certos trechos, os alimentos para os funcionários tinham que ser jogados de avião<sup>80</sup>.

Percebe-se que a construtora procura vangloriar-se pelas obras realizadas durante o período militar e, em especial, destacar o vencimento dos desafios a serem enfrentados por ela. O próprio subtítulo do link do site oficial da empresa já nos fornece estes indícios: “Os projetos da empresa que marcaram décadas”.

Na edição 101, *Veja* apresentou problemas que ela considera maiores do que as divergências dentro do governo em torno da construção da ponte:

Mais do que com as tímidas manifestações de alguns políticos e industriais nordestinos contrários à realização da obra, o governo parece estar preocupado com a **surpresa dos ocupantes da terra**, ameaçados em seu **sossego secular** pela **invasão inevitável** de um exército motorizado de engenheiros e operários<sup>81</sup>.

Como podemos perceber, a Amazônia não era uma “terra sem homens para homens sem terra” como queria divulgar o governo, e sim uma região habitada por índios, posseiros e seringueiros, atravessada por conflitos fundiários que se agravaram depois da construção das estradas, dos Grandes Projetos e dos incentivos fiscais. Segundo Chico Oliveira,

O Estado então se investe de sua armadura autoritária na sua forma mais brutal: num momento de intensa luta de bastidores, em que os grupos mais diretamente ligados à repressão política no regime autoritário disputam ferozmente seus espaços no palco governamental, cria-se o GETAT, ao mesmo tempo em que se consolida decisivamente a influência da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional na formulação e execução da política indigenista e o major Curió se torna o vice-rei do garimpo. Prisões ilegais, arbitrariedade na concessão de títulos de propriedade da terra, a mais bruta violência estatal acobertando interesses privados (ou de estatais), nova investida contra os direitos dos índios (os “critérios de identidade étnica”) e a criação de uma nova base política entre os garimpeiros, que, em 1982, elegem Curió deputado federal.<sup>82</sup>

Como demonstra Francisco Oliveira, o conjunto e a magnitude das forças lançadas à nova conquista da Amazônia são de uma imensa desproporcionalidade. De um lado, os sujeitos locais (grupos e nações indígenas, posseiros, grupos ribeirinhos, seringueiros, castanheiros, pequenos agricultores); De outro, novos atores do porte da Vale do Rio Doce, Eletrobrás, Nippon Steel, Votorantim, Shell, Alcoa, Alcan, Paranapanema, Honda, Suzuki,

---

<sup>80</sup> Idem.

<sup>81</sup> *Veja*. TRANSAMAZÔNICA. **Índios no caminho**. (Seção Brasil). Ed.101 – 12/08/1970. P.18. (grifos meus).

<sup>82</sup> OLIVEIRA, Francisco. A Reconquista da Amazônia. Op.Cit. PP.8-9.

Kawasaki, Agrales, Mondaines, Orient, Seiko, Estrela, Tec Toy, uma lista densa de patronímicos do grande capital estatal, multinacional e nacional<sup>83</sup>.

Voltando ao discurso de *Veja*, a revista reproduz os dados de um levantamento feito pela Funai (Fundação Nacional do Índio), onde afirma que os índios estariam divididos em 29 tribos, das quais doze vivem completamente isoladas da civilização e nove mantêm contatos intermitentes apenas com os postos indígenas. Neste sentido, “*a construção da Transamazônica exigirá, assim, além de um esforço técnico monumental, uma certa dose de habilidade diplomática*”<sup>84</sup>. Daí adviria a necessidade de um trabalho de aproximação com os índios que se antecipe à construção da estrada, já que o governo não estaria disposto a desviar o traçado da rodovia. “*Na construção da Transamazônica a **integração não é o objetivo principal**. O mais importante é afastar, e rapidamente, os possíveis **obstáculos** à passagem das máquinas de terraplenagem*”<sup>85</sup>. Percebe-se que para *Veja*, os índios constituem-se em obstáculos para a estratégia governamental de povoamento populacional e de interesses. Os trabalhos dos “pacificadores pioneiros”, segundo *Veja*

Solucionarão os problemas que possam surgir com os índios ainda não devidamente pacificados e fiscalizarão a contratação de trabalhadores índios pelos empreiteiros. Embora o funcionamento dessas equipes deva ser custeado pelas próprias firmas construtoras, acredita-se que nenhuma delas proteste por esse acréscimo nos gastos. Na selva, ele pode significar uma apólice de seguro contra a incômoda e desastrosa surpresa de invadir uma maloca indígena com um barulhento trator de 10 toneladas<sup>86</sup>.

Ou seja, fica clara a consonância da posição da revista junto ao governo e as empreiteiras. Os índios devem ser pacificados para não atrapalhar o andamento das obras e também por servirem de mão-de-obra barata para as firmas construtoras. Caso isto não fosse possível, eles simplesmente poderiam ser tirados do caminho, já que a integração não é objetivo principal, como demonstrou a revista.

Como demonstra Dione Oliveira Moura, as populações indígenas sofreram impacto direto com os procedimentos de colonização da Amazônia, que levaram ao processo de extermínio das tribos indígenas: a ofensiva armada dos colonizadores, a exploração das populações indígenas como mão-de-obra escrava e a doutrinação religiosa, que agrupava diferentes tribos indígenas em grandes aldeamentos. A população indígena vê a redução progressiva de seu território; entra em contato com doenças desconhecidas; perde sua

---

<sup>83</sup> Os dados são obtidos por Chico Oliveira em: BELLO E SILVA, Carlos Alberto. **As transformações econômicas e a intervenção estatal na Amazônia**. São Paulo: CEBRAP, jun.1992.

<sup>84</sup> *Veja*. TRANSAMAZÔNICA. **Índios no caminho**. Op. Cit. P.18.

<sup>85</sup> Idem. (grifos meus).

<sup>86</sup> Idem. P.18-9.

autonomia política e econômica e enfrenta conflitos com fazendeiros e migrantes pobres que querem adentrar suas terras<sup>87</sup>.

A questão indígena é problematizada também na edição 104, quando *Veja* realiza uma matéria baseada nos cinquenta dias que o repórter Raimundo Rodrigues Pereira teria passado na região nordestina<sup>88</sup>. A matéria se baseia em 07 “dúvidas” mais frequentes e as conseqüentes respostas, todas baseadas no contato do repórter com o projeto de construção das rodovias do Plano de Integração Nacional:

- 1) É ele – para usar uma expressão muito em moda, até recentemente pelo menos – economicamente viável?
- 2) Mas o homem nordestino vai nessa via Transamazônica?
- 3) Há dinheiro para a colonização?
- 4) As duas estradas são as soluções imediatas mais fáceis para o homem nordestino? Ou são estradas políticas?
- 5) A política por trás da estrada não seria entregar aos estrangeiros os “fabulosos minérios da Amazônia”?
- 6) E os índios?
- 7) As duas estradas serão concluídas no prazo?<sup>89</sup>

Em relação ao dinheiro, segundo conclusões do repórter, pelo menos para a construção das estradas, há. Os 320 milhões – que os primeiros 2775 km e os vinte núcleos (só os prédios) consumirão – vão sair de 6% do total de incentivos fiscais do nordeste em 1971. “*Lá não estavam dando resultados que se pudessem chamar de espetaculares*”<sup>90</sup>. Já o fato de as estradas serem ou não políticas, *Veja* afirma que todo governo precisa dar um certo encanto as suas realizações, criando apelos que mobilizem o povo. E “*as estradas do PIN tem, além dos outros, também um claro objetivo de criar entusiasmo popular, visível quando vistas de qualquer ângulo sem ingenuidade*”<sup>91</sup>. A pergunta sobre a entrada estrangeira fica vazia, sendo que a revista só afirma que os resultados ainda são obsoletos; Em relação aos índios, a revista afirma que os empreiteiros encarregados dos vários trechos das estradas já estão sendo advertidos das vacinas para evitar contágio nos índios e de que não poderão beber nem abusar das índias. Para isso, “*expedições de divertimentos (cantoras? Artistas?) devem ser programadas, para fazer os construtores das estradas – isolados de certos prazeres nos*

---

<sup>87</sup> MOURA, Dione Oliveira. Op. Cit. P.349.

<sup>88</sup> O trabalho chefiado pelo editor Raimundo Pereira recebeu três prêmios Esso em 72: de Jornalismo, de Equipe e de Melhor Contribuição à Imprensa. O material foi base para várias reportagens, publicadas também pela revista Realidade, da Editora Abril, que em 1999 publicou uma “Edição Especial Histórica”, demonstrando as principais matérias entre 1966 e 1976, sendo a questão da Amazônia uma delas.

<sup>89</sup> *Veja*. TRANSAMAZÔNICA. **A prática da epopéia**. (Seção Brasil). Ed.104 – 02/09/1970. P.28-30.

<sup>90</sup> Idem. P.28.

<sup>91</sup> Idem. P.29.

*acampamentos do meio da mata – pensarem em assuntos mais espirituais do que – como diria a Funai – o “abuso” das índias*”<sup>92</sup>. E por fim, em relação aos prazos, *Veja* afirma:

Algumas pessoas devem acreditar que os 2.775 km de estradas do PIN serão entregues no prazo combinado. Os donos das empreiteiras, por exemplo, porque assinaram contratos que prevêem multa de cerca de 60.000 cruzeiros por dia de atraso, a partir de 4 de janeiro. O Ministério dos Transportes também, porque está pagando por isso. Se o prazo for cumprido será um recorde rodoviário nacional e internacional<sup>93</sup>.

É interessante apontar outras publicações da Abril neste período tratando da temática amazônica e indígena. Em outubro de 1971, a revista *Realidade* publicou uma edição especial intitulada “Amazônia”<sup>94</sup>. Preparada por Raimundo Pereira, a matéria faturou o Premio Esso de Melhor Contribuição à imprensa. Percebe-se então que as reportagens preparadas pelos jornalistas de *Veja* também serviam para outras publicações da Abril. Com matérias mais críticas que as de *Veja*, a publicação de *Realidade* trazia títulos como: “A fronteira da aventura”, “Imagens de um massacre”, “A busca da terra (inferno ou paraíso) prometida”.

A edição tratava da questão indígena, demonstrando que a população indígena começou a década de 70 vendo seu refúgio ameaçado. E levanta a pergunta: “na Amazônia evitaremos que a tragédia se repita?”. Como resposta, *Realidade* apontava o pensamento contrário do governo, através da afirmação no ministro do Interior, general Costa Cavalcanti sobre as estradas na Amazônia: “Tomaremos todos os cuidados com os índios. Mas não permitiremos que entrem o avanço do progresso”<sup>95</sup>.

Em relação ao massacre da fauna, a matéria trazia fotos e dados alarmantes sobre a dizimação da fauna. Segundo *Realidade*, apenas em 1971 foram mortos 500 mil jacarés, 30 mil onças e 15 milhões de veados, capivaras, caititus e queixadas. Segundo a revista, na época já existiam leis que proibiam a caça e a exportação de peles de animais, mas o contrabando, alimentado pela miséria da região, continuava incentivando a matança.

Como aponta a edição histórica, o resultado jornalístico obtido com o trabalho da equipe chefiada por Pereira, “*foi um retrato riquíssimo de gente, dos problemas e, principalmente, das expectativas que cercavam a região*”<sup>96</sup>. E como demonstramos anteriormente, realmente trouxe fotos demonstrando os problemas que as tentativas de integração da região ao grande capital estavam trazendo para a Amazônia. Entretanto,

---

<sup>92</sup> Idem. P.30.

<sup>93</sup> Idem.

<sup>94</sup> Revista Realidade. **AMAZÔNIA**. Ano VI, Número 67, Outubro de 1971.

<sup>95</sup> Os comentários sobre a edição foram obtidos da Edição Especial Histórica – **Realidade (1966-1976)**. Editora Abril, Agosto de 1999.

<sup>96</sup> Edição Especial Histórica – **Realidade (1966-1976)**. Editora Abril, Agosto de 1999. P.12.

devemos notar que apesar deste tom de “solidariedade” com a população indígena e a fauna amazônica, a edição foi marcada pela idéia de modernização e desenvolvimento que a iniciativa do governo traria ao Brasil, já que para um país se desenvolver ele precisava incorporar suas regiões economicamente menos desenvolvidas às regiões mais dinâmicas. Segundo a edição histórica:

Para transformar esse deslumbramento em realidade, o governo começava a riscar o verde da floresta, abrindo o caminho para a exploração. Nenhuma estrada despertava tanta atenção como a Transamazônica, mas a reportagem mostrou ainda que muitas outras nasciam. Em outubro de 71 já havia cerca de mil famílias às margens das novas estradas e, conforme *Realidade* revelou, os planos eram muitos maiores: instalar mais 100 mil nos cinco anos seguintes. O interesse do governo Médici pela ocupação populacional refletia também o maior desafio a ser enfrentado: o desenvolvimento industrial apontado como problemático devido à falta de gente e, portanto, de mercado consumidor na região.

Entre as possibilidades e os obstáculos a superar, estava claro que ainda restava muito a fazer. Mas o trecho final de uma das reportagens da edição resumiu bem a importância do trabalho jornalístico realizado naquele momento. *Em Altamira termina o nosso filme de andanças pela Amazônia de ontem, hoje e amanhã. É uma história sem conclusão, porque está em andamento. A tentativa atual de conquista definitiva não é a primeira. Mas nunca foi tão espetacular*<sup>97</sup>.

Em relação às promessas de desenvolvimento conquistadas com a “integração” da região ao território nacional, veiculadas pela revista *Realidade*, encontramos o Projeto “Imaginários Compartilhados” que se desenvolve a partir das publicidades veiculadas pela revista *Realidade* no início da década de 70 sobre a rodovia Transamazônica. Segundo os autores, Luana Navarro e Arthur do Carmo, uma das características deste projeto é o intercâmbio de imaginários e experiências que constituíram/constituem a promessa de progresso simbolizada pela construção desta estrada. Segundo os autores,

A veiculação de reportagens, artigos e publicidades sobre a construção da Transamazônica inicia-se já no início de 1970. A revista *Realidade* publicou em 1971 uma série de reportagens especiais em que o tema era a Amazônia. Em contato recente com este material nos deparamos com diversas publicidades que prometiam um futuro promissor para a região Norte: uma promessa de desenvolvimento que abrangia a modernização da área habitacional, econômica e cultural<sup>98</sup>.

Izabelle Araújo, Joanine Bargas, Joice Damasceno, Lara Lages e Rosaly Brito realizaram um trabalho buscando refletir sobre a presença indígena nas cidades amazônicas e a invisibilidade dessa população nos meios de comunicação, já que, segundo elas, estas categorias de identidade são usualmente vistas como absurdas e incompatíveis com a estrutura urbana. Como demonstram as autoras, a modernização conservadora trouxe consigo a

---

<sup>97</sup> Idem.

<sup>98</sup> NAVARRO, Luana; CARMO, Arthur do. **Projeto “Imaginários Compartilhados” – Transamazônica**. Disponível em: <http://imaginarioscompartilhados.wordpress.com/>. Consulta realizada em 9/7/2010,

contraposição dos modos de vida das populações que historicamente viveram na Amazônia, consideradas atrasadas, negativas, enclaves ao desenvolvimento da região e do país. Segundo elas,

As corporações de mídia e entretenimento, no papel de “agentes operacionais da globalização” legitimam as visões hegemônicas, colaborando com a “homogeneização de diferentes expressões culturais com que o Estado busca criar a noção de pertencimento e integração em um imaginário e em uma memória nacional”<sup>99</sup>.

Como demonstram as autoras, os indígenas foram construídos pelos meios de comunicação como uma categoria unívoca e folclórica, tratando estes grupos de modo exótico. *“Os meios de comunicação nacionais e, mesmo, da própria região amazônica, invisibilizam esse grupo. Invisibilidade não só no sentido de não aparecerem na mídia, mas também por serem estigmatizados quando aparecem”*<sup>100</sup>.

Em relação à Amazônia, *Veja* realizou uma matéria de capa neste período: a edição 153 de 11/8/1971, com o título “A Amazônia a espera dos conquistadores”, demonstrando em uma reportagem especial de 12 páginas, a população amazônica vivendo sob miséria, e colocando a “colonização” da Amazônia como uma solução para estas populações. O próprio título já sugere que a Amazônia estaria esperando para ser conquistada, demonstrando toda a sua grandeza natural como demonstra a capa abaixo reproduzida:

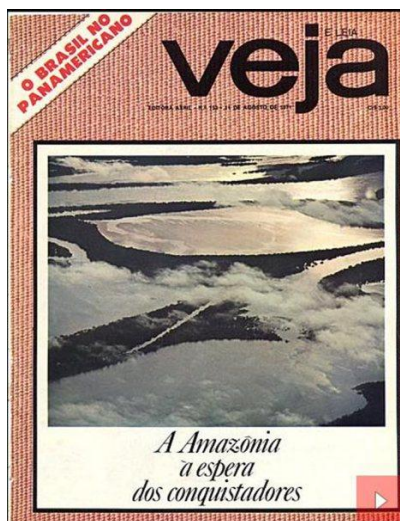


Figura 11 – *Veja* – Ed.153 – 11/8/1971.

Em relação aos indígenas, uma matéria publicada em 16/8/1972, traz “O índio em debate” como tarjeta de capa. Na matéria, “O índio e a sua política”, *Veja* avalia as discussões

<sup>99</sup> ARAÚJO, Izabelle; BARGAS, Joanine; DAMASCENO, Joice; LAGES, Lara; BRITO, Rosaly. Identidade e mídia: a questão indígena nas cidades da Amazônia. IN: **Intercon – XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Curitiba, PR. 4 a 7 de setembro de 2009. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-0998-1.pdf>. p.7.

<sup>100</sup> Idem. P.8

realizadas no VII Congresso Indigenista Interamericano, realizado em Brasília, onde participaram dezessete delegações de países, mais organismos internacionais como a UNESCO. Segundo *Veja*,

O destino dos índios, especialmente dos índios brasileiros, tem sido nos últimos tempos objeto de preocupações para antropólogos, sociólogos ou simples “humanistas” do mundo inteiro. As notícias, **evidentemente mentirosas**, de que milhares deles estariam sendo dizimados nas florestas e chapadões do Brasil central, tem angustiado muitos abnegados e alvíssimos “sholars” da Escandinávia<sup>101</sup>.

Percebe-se a defesa de *Veja* ao governo brasileiro afirmando que as acusações de dizimação dos índios seriam mentirosas. Esse tom persiste pela matéria inteira, se utilizando muitas vezes do ar de deboche, como demonstramos a seguir:

Assim, apesar de o disco “o problema dos índios” já estar meio gasto, esperava-se que os salões do Itamaraty, local do congresso, servissem como apurada caixa acústica onde o assunto pudesse ser examinado sem distorções de volume ou chiados. O encontro, entretanto, não chegou a ser “um marco histórico na política indigenista continental”, como queria o ministro do Interior José Costa Cavalcanti, chefe da representação brasileira<sup>102</sup>.

No decorrer da matéria, *Veja* chega muitas vezes a ser desrespeitosa para com os indígenas com afirmações: “os índios não são, de fato, gente fácil de ser analisada. Portanto, também é difícil equacionar os seus problemas”<sup>103</sup>; ou “apesar de poucos, os índios do Brasil parecem ser, ainda, bastante enigmáticos, até mesmo para outros índios”<sup>104</sup>. Segundo a revista,

Daniel Colompil Quilaneo, engenheiro agrônomo, diretor dos assuntos indígenas do Chile, **e índio puro**, saiu do Congresso de Brasília perguntando por que os índios brasileiros não se organizavam para lutar pelos seus direitos. Não é, evidentemente, uma pergunta digna de um técnico, apesar de Quilaneo reclamar a falta de técnicos no encontro de Brasília. Entre **as suas interrogações de índio e pretensão técnico**, Quilaneo lançou, porém, uma **bem mais razoável**: a ausência absoluta de índios na delegação brasileira, enquanto a Funai afirma que mais de 15.000 índios brasileiros foram “escolarizados”. Uma crítica que poderia se estender a quase todos os países participantes. Apenas quatro – Estados Unidos, Canadá, Equador e Chile – tinham índios em suas delegações. E o delegado americano, **que ora se apresentava com um cocar de penas, ora com trajes “civilizados”**, parecia simbolizar a **indecisão dos próprios indígenas** no que diz respeito à sua aculturação<sup>105</sup>.

Parece que *Veja* busca descaracterizar as lutas indígenas e a própria cultura indígena através das críticas à Daniel Colompil Quilaneo. Utilizando-se do fato do mesmo ser um “índio puro” a revista utiliza argumentos para comparar o seu posicionamento com as

---

<sup>101</sup> *Veja. O índio e a sua política.* (Seção Brasil). Ed. 206 – 16/8/1972. P.27. (grifos meus).

<sup>102</sup> Idem.

<sup>103</sup> Idem.

<sup>104</sup> Idem.

<sup>105</sup> Idem.

populações indígenas como um todo, chegando a afirmar que os indígenas seriam indecisos quanto a sua própria aculturação.

Em relação ao congresso, *Veja* afirma que “*as conclusões do congresso, ou pelo menos algumas delas, também pecaram pela indefinição*”<sup>106</sup>. Referindo-se ao fato de o nome do Brasil não estar na enumeração, pelo Instituto Indigenista Interamericano, a revista reclama o pouco conhecimento que se teria da FUNAI fora do Brasil. Após o congresso, as atividades da FUNAI teriam sido reconhecidas e o nome do Brasil constou na lista do Instituto. Segundo *Veja*: “*O Brasil foi, assim, absolvido de pecados que talvez nem tenha cometido ou que seriam praticamente impossíveis de serem evitados*”<sup>107</sup>. Percebe-se que além de *Veja* defender que não haveria genocídio no Brasil, a revista defende que o mesmo não poderia ser evitado, apregoando pra si a “missão colonizadora” proposta pelo governo que, como demonstramos, a revista defendeu.

Quanto a FUNAI, percebe-se que *Veja* procura elogiar suas iniciativas, demonstrando a assistência médica que teria eliminado algumas doenças que dizimaram milhares de índios, como o sarampo e a tuberculose. Além disso, “*todos os especialistas no assunto, no Brasil, concordam também que a Funai conseguiu superar definitivamente os costumeiros atritos entre missionários religiosos e sertanistas*”<sup>108</sup>. Segundo a revista, os missionários levariam aos índios “problemas morais e dúvidas religiosas” que confundiam os índios. Os sertanistas “*soltavam o índio em demasia, dificultando uma aproximação com os brancos, mesmo gradativa*”<sup>109</sup>. Percebe-se que a figura da FUNAI é para *Veja* o órgão mais indicado para tratar da questão indígena. Segundo a revista, a FUNAI lidaria com uma ambigüidade muito grande, daí o fato de muitas vezes algumas questões serem “distorcidas” no exterior. “*A FUNAI, impedindo que se falem algumas pequenas verdades no Brasil, de certa maneira estimula as grandes mentiras difundidas na Europa e nos Estados Unidos*”<sup>110</sup>. Segundo *Veja*,

Sua situação parece ser tão contraditória como a do índio americano que um dia ia ao Itamaraty de **cocar de penas, e no outro de terno e gravata**. Órgão governamental destinado a proteger os índios contra os interesses da chamada sociedade nacional que porventura lhes sejam prejudiciais, a FUNAI é ao mesmo tempo encarregada de promover uma cuidadosa integração do índio nessa sociedade. Além disso, lembram alguns antropólogos, o índio, para alguns interesses nacionais, os econômicos, muitas vezes significa **um obstáculo que precisa ser superado rapidamente**.

Essa ambigüidade exige da FUNAI a habilidade de um solitário jogador de xadrez para dispor convenientemente suas peças de modo que as brancas não sufoquem as

---

<sup>106</sup> Idem.

<sup>107</sup> Idem. P.28.

<sup>108</sup> Idem. P.29.

<sup>109</sup> Idem.

<sup>110</sup> Idem. (Grifos meus).

pretas. Felizmente o tabuleiro é grande e mesmo os analistas mais pessimistas admitem que há lugar para todos – as populações indígenas estão rarefeitas e **perambulam por áreas imensas** –, bastando apenas um pouco de bom senso para evitar que os índios sofram seu definitivo xeque-mate<sup>111</sup>.

É interessante destacar que esta postura desrespeitosa de *Veja* aos indígenas permanece até os dias de hoje. Em matéria publicada recentemente, a revista tratou da questão da delimitação de reservas indígenas e quilombos. Sob o título “A farra da antropologia oportunista”, e assinado por Leonardo Coutinho, Igor Paulin e Júlia de Medeiros, *Veja* afirmou: “*critérios frouxos para a delimitação de reservas indígenas e quilombos ajudam a engordar as contas de organizações não governamentais e diminuem ainda mais o território destinados aos brasileiros que querem produzir*”<sup>112</sup>. Segundo *Veja*

As dimensões continentais do Brasil costumam ser apontadas como um dos alicerces da prosperidade presente e futura do país. As vastidões férteis e inexploradas garantiriam a ampliação do agronegócio e do peso da nação no comércio mundial. Mas essas avaliações nunca levam em conta a parcela do território que não é nem será explorada, porque já foi demarcada para proteção ambiental ou de grupos específicos da população<sup>113</sup>.

Percebe-se claramente a posição de *Veja* de descaso para com os indígenas. E nesta edição (comparando com a analisada em 1972) a posição da revista é mais escancarada, deixando transparente a sua defesa ao agronegócio.

Dentro do clima de especulações sobre a inviabilidade da obra ou dos problemas por ela gerados, *Veja* publica uma matéria com o título “Canaã amazônica”, fazendo menção à terra de fartura vista por Abraão escrita na Bíblia. Segundo a revista,

Na falta de roteiros miraculosos, só o trabalho metódico e paciente fará conhecidas as riquezas da região. Quando escolheu esse caminho para a descoberta dos **incríveis tesouros amazônicos**, contudo, o presidente Emílio Garrastazu Médici certamente não supunha que os resultados comesçassem a ser colhidos tão depressa<sup>114</sup>.

Como demonstra Dione Moura, nos anos 1970, o Projeto Radam (Radar na Amazônia), criado como instrumento do PIN (Programa de Integração Nacional) e parte integrante do I PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), realizou um extenso inventário dos recursos naturais da Amazônia. No Pará, por exemplo, o levantamento aerofotogramétrico revelou reservas minerais de ouro, prata, diamante e outros minérios na região de São Félix do

---

<sup>111</sup> Idem. (Grifos meus).

<sup>112</sup> *Veja. A farra da antropologia oportunista*. (Leonardo Coutinho, Igor Paulin e Júlia de Medeiros). Ed. 2163 – 5/5/2010. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/050510/farra-antropologia-oportunista-p-154.shtml>. consulta realizada em 11/7/2010.

<sup>113</sup> Idem.

<sup>114</sup> *Veja. TRANSAMAZÔNICA. Canaã amazônica*. (Seção Brasil). Ed.109 – 07/10/1970. P.24. (grifos meus).

Xingu. Segundo Moura, “a divulgação da descoberta elevou o preço da terra e chamou um grande fluxo de imigrantes em uma espécie de corrida do ouro”<sup>115</sup>. Percebe-se então que os “incríveis tesouros amazônicos” apontados por *Veja* não eram de fachada. Mas estes não foram “descobertos” com a construção da Transamazônica. O governo militar sabia muito bem da existência deles quando resolveu proteger a região.

E os “resultados” apontados por *Veja* seria um losango com 100 quilômetros entre seus ângulos mais afastados (2.800.000 hectares), onde estariam as terras consideradas como as melhores do Brasil. Neste sentido, o presidente conheceria esse “oásis amazônico” em uma visita, enquanto técnicos do governo estudam planos detalhados para a construção de pequenas rodovias transversais à Transamazônica. A revista fala também das tentativas fracassadas de penetração na Amazônia, exemplificando com uma iniciativa de Henry Ford na região, em 1922, chamada Fordlândia, de cultura da seringueira local, pretendendo alimentar os trabalhadores da região a base de espinafres, que se caracterizou como fracasso. Mas isso não aconteceria com Médici, segundo a revista: “*certamente não contaminará o entusiasmo do presidente, que busca realizar com recursos e entusiasmo nacionais aquilo que o magnata americano tentou e não conseguiu*”<sup>116</sup>. Percebe-se que *Veja* procura construir a imagem de Médici como se ele fosse melhor do que o próprio Ford em matéria de obter maior extração do trabalho.

Em 14/10/1970 a revista dedicou uma reportagem de capa para falar da Amazônia. Com a tarjeta “A década da Amazônia”, a revista traz a imagem de um trator em destaque, embrenhando-se na floresta. A parte “explorada” é reproduzida com cores vibrantes, sendo a parte “inexplorada” da mata amazônica, apresentada com tom sombrio, dando ênfase para o papel de progresso e desenvolvimento que a rodovia Transamazônica levaria para a região. Abaixo, a reprodução da capa:

---

<sup>115</sup> MOURA, Dione Oliveira. Op. Cit. P.353.

<sup>116</sup> Idem.

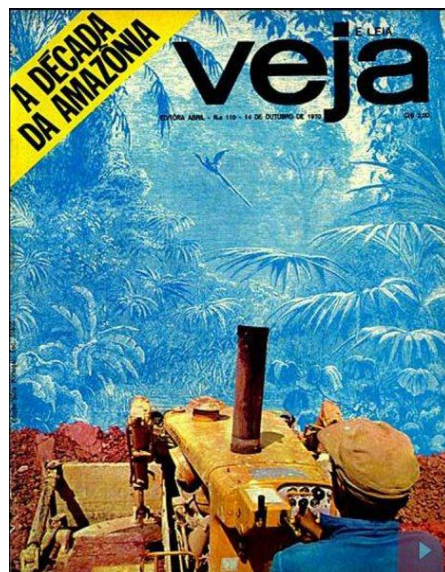


Figura 12 – *Veja*, Ed.110 – 14/10/1970

Na Carta ao Leitor a narração da trajetória de Raimundo Rodrigues Pereira, enviado especial de *Veja* à Amazônia, durante as seis semanas em que visitou a Amazônia “de um canto a outro”. Segundo o editorial,

Da viagem, o enviado especial de *Veja* trouxe 280 páginas de anotações, oitocentas fotografias, os olhos deslumbrados, o gosto de exóticos sorvetes de frutos sequer imaginados e a sensação de uma terra bem melhor do que a sua lenda – remota, incompreendida, **abandonada** (por isso apenas ainda miserável) e digna de qualquer esforço de **resgate**. Raimundo trouxe também uma certeza: os anos 70 têm de ser a década da Amazônia<sup>117</sup>.

Percebe-se que a idéia de abandono e de colonização permaneceu forte em todo o discurso da revista. A reportagem de capa, com o título “A última fronteira”, é constituída de 11 páginas e traz o *lide*: “*Amazônia: do mito à descrença e à esperança*”. Por trazer questões específicas sobre a região amazônica, aos seus moradores, ao atraso e a pobreza da região, não iremos trabalhá-la aqui. Interessa-nos outra matéria da edição 110, situada na seção Brasil, que relata a visita do Presidente Médici à Amazônia para inauguração oficial da Transamazônica. Após narrar a chegada do presidente e a inscrição gravada numa placa de bronze encravada num resistente tronco de castanheiro, *Veja* afirma: “*A presença do presidente da República passou a representar a imagem de uma nova época mesmo para aqueles que não sabem sequer seu nome*”<sup>118</sup>. A revista se refere aos discursos do Presidente, anunciando o interesse do governo de criar na Amazônia e no nordeste, um mercado interno consumidor que reduziria as diferenças entre o norte e o sul do país. Segundo *Veja*, para o

<sup>117</sup> *Veja*. **Carta ao leitor**. Edição 110 – 14/10/1970. (Grifos meus).

<sup>118</sup> *Veja*. **O Brasil acha o seu norte**. (Seção Brasil). Ed.110 – 14/10/1970. P.19.

Ministro Mário Andreazza, a visita do presidente às obras da Transamazônica teria aspectos de uma pequena vitória pessoal. Segundo a revista,

Sua promessa de construção da estrada no prazo de 520 dias (a partir de 4 de agosto passado, data de assinatura dos contratos com as empreiteiras) fora recebida com extremo ceticismo em muitos setores. Na Câmara Federal, o coronel-deputado Paulo Nunes Leal – bastante ligado a uma empreiteira que constrói estradas na Amazônia e amigo dos dirigentes do Batalhão de Engenharia do Exército de Porto Velho – afirmou que o governo cometia uma imprudência prometendo para menos de um ano e meio um projeto que de fato só seria concluído em três anos<sup>119</sup>.

Qual seria essa empreiteira ligada ao deputado Paulo Nunes Leal, não é apontado na revista e ainda não conseguimos identificar. Porém é claro o objetivo de *Veja* em apresentar a crítica como sendo fruto de rivalidades dentro do governo e entre as próprias empreiteiras. Neste sentido, abrimos espaço para realizar uma discussão sobre estes empresários que aparecem na revista.

*Paulo Nunes Leal, Ermírio de Moraes e João Agripino: personagens políticos e empresariais*

As críticas realizadas em relação à construção da Transamazônica já foram abordadas anteriormente, como exemplos as edições 95 e 97 da revista, quando *Veja* trabalha com os posicionamentos de líderes contra a construção da rodovia. Na edição 95, *Veja* traz o debate do governador da Paraíba, João Agripino, que discordou da eficácia da construção da Transamazônica como fator de beneficiamento direto da região nordestina<sup>120</sup>. Na edição 97, a crítica é enfatizada pelo Senador José Ermírio de Moraes, do MDB de Pernambuco, classificando a Transamazônica como rodovia sem importância para o desenvolvimento nacional, condenável por aproveitar flagelados nas obras e inaceitável por reduzir os incentivos fiscais da SUDENE<sup>121</sup>. Como podemos perceber, *Veja* reproduziu as críticas, mas terminou defendendo os interesses de alguns setores do governo<sup>122</sup>.

Neste sentido, consideremos interessante notar quem são os indivíduos que estão criticando a obra e são apresentados na revista. Sem aprofundar demais a questão, procuramos investigar quem são essas três figuras apresentadas pela revista: João Agripino, Ermírio de Moraes e Paulo Nunes Leal. Neste sentido, levantamos alguns indícios que nos demonstrem

---

<sup>119</sup> Idem.

<sup>120</sup> *Veja*. TRANSAMAZÔNICA. **Debates à margem**. (Seção Economia & Negócios). Ed.95 – 01/07/1970. P.40.

<sup>121</sup> *Veja*. TRANSAMAZÔNICA. **O discurso contra**. (Seção Economia & Negócios). Ed.97 – 15/07/1970. P.35.

<sup>122</sup> Entendemos o “governo” não como um todo homogêneo e sim permeado por conflitos internos, o que se pode perceber até mesmo através das defesas e oposições à construção da Transamazônica.

as relações entre governo e empresas privadas, através destas figuras políticas. Partindo desta análise superficial, chegamos à hipótese de ligação de pelo menos duas das figuras políticas com a Construtora Camargo Correa: João Agripino e Paulo Nunes Leal. Apesar de não encontrarmos ligação de Ermírio de Moraes com a construtora, já que o mesmo é fundador do Grupo Votorantin, percebemos também a figura política do empresário no sentido de defesa dos interesses privados, utilizando sua posição política dentro da Câmara.

Um trabalho que nos serve de referência para levantar estas questões, é o estudo de Pedro Henrique Pedreira Campos, que busca hipóteses explicativas das causas e origens da existência de empresas tão poderosas no setor da construção civil, chegando esta a se constituir atualmente como uma das áreas mais dinâmicas e desenvolvidas da economia brasileira. Para o autor, o estudo da organização dessas empresas e a presença de seus representantes no interior do aparelho do Estado, bem como o exame das políticas públicas específicas parecem ser pontos-chave para a compreensão dessa marca da economia brasileira atual<sup>123</sup>.

As hipóteses em torno das ligações de Paulo Nunes Leal com a Camargo Correa se dão através de informações obtidas do próprio site da Construtora Camargo Correa<sup>124</sup>, numa galeria especial realizada pelo Acervo do centro de Documentação e Memória Camargo Correa (CDMCC), para homenagear os 50 anos do início da construção de Brasília, mostrando a participação da empresa nesse “fato histórico”. A galeria faz menção à participação da Camargo Correa em cinco projetos do governo Juscelino Kubitschek: O Plano Piloto, em 1957; o Lago Paranoá, em 1959; o Moinho de Trigo, em 1959; o Aeroporto de Vilhena, em 1960; e a BR-29, em 1960. A provável ligação do governador Paulo Nunes Leal com a construtora se dá nesta última obra, a BR-29, sendo que a decisão de construção da rodovia partiu das idéias do então governador.

Referindo-se à construção da BR-29, o site afirma que, em 1960, o presidente Juscelino Kubitschek, em reunião com governadores dos estados do norte do país, recebeu as indicações do então governador de Rondônia, coronel Nunes Leal, que propunha a construção de uma rodovia que ligasse Brasília ao Acre. Segundo o site, a proposta de Nunes Leal foi

---

<sup>123</sup> CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *A formação do grande capital brasileiro no setor da indústria de construção: resultados preliminares de um estudo sobre causas e origens*. IN: **Trabalho necessário**. Ano 7 – número 9 – 2009. Disponível em:

<http://www.uff.br/trabalhonecessario/TN9%20CAMPOS,%20Pedro%20Henrique.pdf>

<sup>124</sup> Dados obtidos na galeria especial realizada pela Construtora Camargo Correa. <http://www.camargocorrea.com.br/jk/>. Consulta realizada em 22 de abril de 2010.

aceita imediatamente pelo Presidente, ficando a cargo do mesmo as prerrogativas em torno da construção da obra.

Foram selecionadas cinco empreiteiras para executar a construção da BR-29, entre elas a Camargo Corrêa, que ficou responsável pelo maior trecho em plena selva: Vilhena-Pimenta Bueno, o equivalente a 240 Km de desmatamento e 188 Km de terraplenagem e revestimento primário.

O site narra todas as dificuldades enfrentadas na região de Rondônia: a necessidade de equipamentos de grande porte, a dificuldade de transporte, os períodos de chuva, a falta de mão de obra especializada, etc. Segundo O CDMCC, foram “11 meses que abalaram Rondônia”. Em 13 de janeiro de 1961, embora as condições de tráfego ainda fossem precárias, a estrada estava aberta, e foi inaugurada. A Camargo Corrêa trabalhou na BR-29 de agosto de 1960 a fevereiro de 1963<sup>125</sup>.

No caso de João Agripino Maia, tudo indica que ele tenha relações pessoais com o empresário da Construtora Camargo Correa. Em 2009, seu sobrinho, José Agripino Maia, esteve envolvido em escândalos com a empreiteira Camargo Correa, cujas acusações envolvem uma doação de R\$ 300 mil da construtora para financiar as eleições municipais de Agripino em 2008. Segundo a Revista Consultor Jurídico, as investigações da Polícia Federal contra a empreiteira Camargo Corrêa identificaram doações ilegais a pelo menos sete partidos políticos, além de crimes como remessas ilegais de dólares ao exterior e superfaturamento de obras públicas. A Operação Castelo de Areia, deflagrada pela Polícia Federal, em 25 de março de 2009, encontrou ligações tidas como suspeitas da empresa com o PSDB, PMDB, DEM, PPS, PSB, PDT e PP<sup>126</sup>. Vários são os blogs<sup>127</sup> e notícias de revistas online que encontramos falando sobre o caso, inclusive um blog de Ailton Medeiros, que afirma que as relações entre os Maías e a Camargo Correa, decorrem desde os anos 60<sup>128</sup>.

Ainda em relação ao Agripino Maia, encontramos em outro blog a afirmação de que José Agripino é um sócio (acionista) da empreiteira EIT Empresa Industrial Técnica S.A., sendo Gerente Regional da EIT para os Estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco e

---

<sup>125</sup> Dados obtidos na galeria especial realizada pela Construtora Camargo Correa. <http://www.camargocorrea.com.br/jk/>. Consulta realizada em 22 de abril de 2010.

<sup>126</sup> **Revista Consultor Jurídico**. “Empreiteira é acusada de desfalcar União em R\$ 71 mil”. 26 de março de 2009. <http://www.conjur.com.br/2009-mar-26/camargo-correa-acusada-desfalque-71-milhoes-uniao>. Consulta realizada em 22 de abril de 2010.

<sup>127</sup> Como exemplo o blog de João Bosco: <http://joaobosco.blog.br/?p=3797>. Consulta realizada em 22 de abril de 2010.

<sup>128</sup> Blog de Ailton Medeiros. **A estranha relação entre Agripino e a Camargo Correa**. <http://www.ailtonmedeiros.com.br/a-estranha-relacao-de-agripino-e-a-camargo-correa/2009/04/02/>. Consulta realizada em 22 de abril de 2010.

Paraíba entre os anos de 1972 a 1975<sup>129</sup>. A EIT, firma do Rio Grande do Norte, foi uma das empreiteiras encarregadas por um trecho da Transamazônica.

José Ermírio de Moraes é um dos fundadores do Grupo Votorantin, um conglomerado industrial brasileiro de capital fechado, fundado em 1918, que atualmente reúne empresas de vários segmentos, com ênfase em setores de base da economia, como empresas de metais, siderurgia, agroindústria, cimentos, energia, celulose e papel, e finanças.

A história do Grupo Votorantin começou em 1924, quando José Ermírio de Moraes assume a administração de uma fábrica de tecidos. A partir daí começa a diversificar seus produtos, com base principalmente na política de substituições de importações do Estado brasileiro, adotada devido à crise de 1929, quando o sistema financeiro internacional estava fechado. A Votorantin, então, expandiu seus negócios, reinvestiu lucros. Os lucros nos tecidos pagaram o investimento em um novo ramo, o cimento, em 1936. No final dos anos 30, novos reinvestimentos permitem o ingresso também nos setores de química, siderurgia e vários outros. Nos anos 40 a Votorantin ingressa nos setores de mecânica e de máquinas, como a metalúrgica Atlas, montada em São Paulo, em 1944, que acabou produzindo equipamentos para acionar as outras indústrias<sup>130</sup>.

Desde o início do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP), José Ermírio participou ativamente da sua política empresarial. Fez parte de sua primeira diretoria, em 1928, ao lado do conde Francisco Matarazzo, Jorge Street e outros grandes empresários brasileiros. Na década de 60, foi atraído para a política partidária. Torna-se membro do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Em 1962, elegeu-se senador por Pernambuco. Em 1963, participou brevemente do governo de João Goulart, dirigindo o Ministério da Agricultura.

Se acessarmos o site oficial do Grupo Votorantin<sup>131</sup>, pode-se ter contato com uma “cronologia” da história do grupo, através do “Projeto Memória Votorantin”<sup>132</sup>, onde encontramos links com temáticas “As pessoas”; “O grupo”; “Linha do Tempo”; “Acervo”; “Exposições”. Não nos será possível aqui explorar e problematizar o site. O utilizamos para traçar uma breve cronologia do Grupo, mesmo caracterizando-se por se uma fonte oficial, para demonstrar suas atuações nos anos 70.

---

<sup>129</sup> COSTA, José Carlos Lelis (Latinha). [Fora Agripino: sócio de empreiteira que aparece na Operação Fator da Polícia Federal](http://blogdolatinha.blogspot.com/2009/08/fora-agripino-socio-de-empreiteira-que.html). Postado em 27 de agosto de 2009. In: <http://blogdolatinha.blogspot.com/2009/08/fora-agripino-socio-de-empreiteira-que.html>. Consulta realizada em 22 de abril de 2010.

<sup>130</sup> Dados obtidos no site: <http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=717>. Consulta realizada em 22 de abril de 2010.

<sup>131</sup> Site: <http://www.votorantin.com.br/pt-br/RI/Paginas/ri.aspx>. Consulta realizada em 22 de abril de 2010.

<sup>132</sup> Site: <http://www.memoriavotorantin.com.br/memoria/>. Consulta realizada em 22 de abril de 2010.

Em 1970 é constituída a Companhia Piauiense de Cimento Portland, no município de Parnaíba, Estado do Piauí. A Companhia de Cimento Portland Gaucha – primeira fábrica de cimento do Rio Grande do Sul – era a única empresa de capital aberto do Grupo Votorantim nesta época.

Em 1972 é criada a Pronor S/A. A empresa trabalha com comércio em geral, importação e exportação de máquinas e equipamentos industriais e prestação de serviços. O ramo têxtil do Grupo Votorantim representava 10% do mercado nacional, produzindo 40 milhões de metros de tecidos de algodão, poliéster e fioco. Era um dos cinco maiores produtores do Brasil.

A Votocel produz, neste ano, 650 toneladas/mês de papel celofane. Ainda nesse período, as fábricas de cigarros eram as grandes consumidoras de fitilhos de papel celofane produzidos pela empresa.

Em 1972, a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) era a primeira produtora nacional de alumínio. Sua participação na produção brasileira atinge 36% nesse ano. Em 1973 as sete usinas do Grupo Votorantim já produziam 1 bilhão de kWh/ano. A CBA torna-se a maior fabricante de alumínio do país, respondendo por 30% do volume total produzido.

Em 1977 o Grupo Votorantim passa a exercer o controle acionário do Grupo Industrial Itaú. São fábricas de cimento e cal em cinco Estados: Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Paraná e Bahia. O Grupo Votorantim amplia de 25% para 37% a participação no mercado nacional de cimento<sup>133</sup>.

As relações entre o Grupo Votorantim e a Camargo Correa ainda nos são bastante obscuras, devido ao fato de a Camargo Correa também produzir cimento, iniciando sua produção em 1968. Como indica Belmiro do Nascimento João,

A história da Camargo Correa Cimentos tem início em 1968, sob a denominação de Camargo Corrêa Industrial S.A., para atuar especialmente no setor de cimento. Em 1969 o projeto de implantação da primeira unidade fabril foi aprovado e, em 1974, a Fábrica de Apiaí foi inaugurada. Em julho 1993, a CCC inaugurou a Fábrica de Bodoquena e, quatro anos depois, adquiriu o controle acionário da Cimento Cauê S.A. e das Fábricas de Pedro Leopoldo e Santana do Paraíso. Em 1998 a Camargo Corrêa Industrial S.A. incorporou a Cimento Cauê S.A., passando a se chamar Camargo Corrêa Cimentos S.A. (CCC) Em 2000, a CCC lançou o cimento branco com a marca “Cauê”, iniciando sua exportação. Em 2002, a CCC passou a atuar no segmento de concreto, oferecendo serviços de atendimento diferenciados a seus clientes, tais como a possibilidade do acompanhamento da localização das betoneiras via rede mundial de computadores – internet e o certificado de controle tecnológico. A CCC inaugurou, em abril de 2003, sua maior e mais moderna fábrica

---

<sup>133</sup> Dados obtidos no site:

<http://www.memoriavotorantim.com.br/MemoriaVotorantim/linhaTempo/linhaTempo.do?action=verData&key=2>. Consulta realizada em 22 de abril de 2010.

de cimento, a Fábrica de Ijaci, com capacidade de produção de aproximadamente 1,9 milhões de toneladas de cimento por ano<sup>134</sup>.

A companhia mantém uma participação de aproximadamente 8% no mercado brasileiro. O crescimento nas vendas de cimento branco e concreto compensam potenciais quedas nas vendas de cimento cinza. A CCC é líder no segmento de cimento branco.

Como afirmamos anteriormente, não procuramos nem pretendemos esgotar esta discussão. Apontamos apenas como indícios para questões que nos provocam sobre a ligação entre o setores do governo e as empresas da construção civil, mas que não poderão ser aprofundadas aqui. Como afirma Pedro Campos, pesquisador na área específica das empresas de construção civil, as empresas e suas associações não podem ser analisadas como instituições separadas do Estado, mas presentes no interior de órgãos específicos e com representação muitas vezes permanente no aparelho estatal. Segundo Campos, as conexões políticas também foram muito importantes para a vitória em licitações e a obtenção de bons contratos por parte das construtoras<sup>135</sup>. Como demonstramos, a família Maia tinha ligações com a Empresa Industrial e Técnica, umas das empreiteiras contratadas posteriormente para a construção da Transamazônica. E a figura do governador da Paraíba, João Agripino Maia, esteve presente na Câmara discutindo o projeto baseado em seus interesses.

Findada esta breve discussão, nos voltamos para a revista *Veja*. Qual o objetivo da revista em publicar estas críticas? Como demonstramos no capítulo anterior, apesar da revista apresentar as críticas, seu discurso foi construído de maneira a desmontar os argumentos utilizados pelos críticos, defendendo setores do governo através das afirmações do Ministro Andreazza. Como demonstramos também, a revista não identificou os sujeitos que estavam realizando as críticas, citando apenas o seu nome e sua função dentro da Câmara e jamais suas ligações empresariais. Somente no caso das críticas de Paulo Nunes Leal é que a revista dá indícios de sua ligação com uma empreiteira, porém não afirma quem seria esta empresa. Além disso, estes indícios só são apresentados, porque *Veja* procura desconstruir o discurso do deputado, dando a entender que as suas afirmações seriam fruto do descontentamento da empreiteira a qual o deputado estaria ligado, já que a empresa – acostumada com a construção de estradas na Amazônia –, não teria vencido a concorrência.

---

<sup>134</sup> JOÃO, Belmiro do Nascimento; FISCHMANM. Adalberto Américo. *Camargo Corrêa Cimentos e Loma Negra: Uma Abordagem Baseada no Conhecimento*. In: **SLADE BRASIL, 2006**. Encontro luso-brasileiro de estratégia. UNIVALI – Balneário de Camboriú / SC. 03 a 04 de novembro de 2006.  
<http://www.ead.fea.usp.br/eadonline/grupodepesquisa/publicações/Adalberto/71.htm>.

<sup>135</sup> CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. Op. Cit. P.19.

### *A relação de Veja com as construtoras da Transamazônica*

Depois deste parêntese, voltemos à matéria da edição 110, quando *Veja* afirmava que o Brasil teria achado o seu norte. Após as discussões em torno das afirmações do Presidente Médici, quando da inauguração do início das obras, e do deputado Paulo Nunes Leal afirmando imprudência do governo, *Veja* afirma que “*agora, o ministro dos Transportes está ganhando a aposta tácita com seus críticos*”<sup>136</sup>. Segundo a revista, a despeito de nenhuma das cidades onde as firmas tiveram de se instalar ter ancoradouros que se pudessem chamar de “porto”, e de serem quase todos só acessíveis por rios de navegação comercial precaríssima, “*as empreiteiras conseguiram fazer chegar a seus postos suas máquinas gigantescas e estão lá bastante ativas há um mês*”<sup>137</sup>.

Entretanto, segundo *Veja*, essa “rara eficiência” teria sido conseguida depois de algumas “manobras incomuns”. Baseada em informações de técnicos de DNER, *Veja* afirma que:

A Cristo Redentor – que está construindo os 270 km do trecho Marabá – Tucuruí – Rio Repartimento – foi comprada por outra empreiteira apoiada no Banco Bozzano Simonsen. A firma havia sido acusada de estar em má situação financeira. Rumores divulgados entre os freqüentadores das ante-salas do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem diziam que ela havia tentado vender o contrato da Transamazônica a grandes empreiteiras logo após a divulgação dos resultados da concorrência.

Mas isso não preocupa o ministro, a venda da empresa – se confirmada – poderá não trazer quaisquer problemas legais, nem afetar as obras da estrada<sup>138</sup>.

Segundo a revista, o controle acionário de uma empresa seria problema interno dela e a mudança do controle implicaria que todos os compromissos assumidos anteriormente seriam mantidos. Em relação às demais construtoras, *Veja* afirma:

As outras construtoras da Transamazônica, que não são das maiores do país e poderiam ter problemas devido ao tamanho e urgência da obra, também estão sendo escoradas por sólidas organizações financeiras.

A Empresa Industrial e Técnica, firma do Rio Grande do Norte, praticamente desconhecida no resto do país, encarregada dos últimos 230 km da estrada, recebeu imediato apoio do banco do Estado local, também empenhado em prestigiar a iniciativa do governo. A Queiroz Galvão, pernambucana, também financiada através da rede de bancos do Estado, pode colocar máquinas rodoviárias americanas embarcadas em Nova York no porto de Belém apenas dez dias após a publicação do resultado da concorrência<sup>139</sup>.

<sup>136</sup> *Veja. O Brasil acha o seu norte.* (Seção Brasil). Ed.110 – 14/10/1970. P.19.

<sup>137</sup> Idem.

<sup>138</sup> Idem. P.20.

<sup>139</sup> Idem.

Percebe-se então o apanhado geral da revista apresentando a obra e as suas construtoras. O ministro dos Transportes estaria livre das críticas, demonstrando que as empreiteiras estavam trabalhando e, segundo *Veja*, bastante ativas. As construtoras, também estariam avaliadas: apesar dos riscos de troca do controle acionário, a Construtora Cristo Redentor, atenderia sua demanda na construção do seu respectivo trecho já que estaria sendo comprada por uma empreiteira apoiada pelo Banco Bozzano Simonsen. A Empresa Industrial e Técnica e a Queiroz Galvão, também afirmavam suas garantias através da retaguarda dos bancos do Rio Grande do Norte. E a Mendes Júnior, responsável por dois trechos da estrada, já tinha sido avaliada por *Veja* em matérias anteriores por seu histórico de construções bem feitas e vista por muitos como a empresa de trabalhos mais bem acabados, como afirmou a revista anteriormente. Mais uma vez percebemos a ligação do capital privado com o capital de bancos e com ligações do próprio governo.

Como discute Pedro Pedreira Campos, a formação do grande capital brasileiro no setor da indústria de construção, revela o exemplo de fortalecimento do capital funcionante produtor de mais-valia pelo setor bancário e financeiro. Segundo Campos, *“trata-se de uma situação em que o capital bancário serviu de firme suporte para a consolidação de uma forma específica de capital industrial através de políticas de juros e pagamento altamente convidativas”*<sup>140</sup>. Campos demonstra que o período da ditadura militar se constitui em momento-chave para a compreensão do processo de consolidação e internacionalização dos grupos empresariais, em função das políticas altamente favoráveis ao setor.

Campos analisa os financiamentos, através do BNDE e do BNH, instrumento do governo que utilizava a arrecadação com o FGTS e poupança voluntária para financiar o capital imobiliário nacional. Além disso, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal permaneciam como financiadores do capital privado em certos setores e situações específicas. Segundo Pedro Campos,

Apesar dos contextos distintos vigentes durante a ditadura e das políticas diferenciadas encampadas pelos dois órgãos, seus financiamentos ao setor, quase sempre com juros abaixo dos praticados no mercado e em alguns casos até negativos, fizeram com que o capital da indústria de construção “invertesse” a lógica do capital financeiro clássico, como foi analisado por Rudolf Hilferding<sup>141</sup>, em que há uma prevalência do capital bancário sobre o capital industrial. Com essas instituições bancárias públicas, as empresas de construção não se subordinaram ao capital bancário, mas fizeram-no subserviente aos seus próprios interesses, ao fazer com que suas próprias demandas fossem atendidas nas decisões e políticas praticadas por esses bancos. Isso foi obtido a partir da participação de representantes

<sup>140</sup> CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. Op. Cit. P.02.

<sup>141</sup> O autor faz referência à HILFERDING, Rudolf. **O Capital Financeiro**. São Paulo: Mva Cultural, 1985.

do setor da construção nos órgãos de decisão dessas instituições financeiras ou então nas instâncias burocráticas hierarquicamente superiores às mesmas<sup>142</sup>.

Segundo Pedro Campos, as construtoras ficaram, assim, livres da possibilidade de, parcial ou totalmente, quedarem dependentes ou ficarem alçadas ao poder de bancos privados nacionais ou, principalmente, estrangeiros. Segundo o autor,

Esse mecanismo reduziu a quantidade de mais-valia retida no âmbito financeiro da reprodução de capital, potencializando os lucros do setor funcionante do capital, no caso a indústria de construção, o que maximizou a própria acumulação do setor e constituiu um dos fatores que possibilitou a formação de um capital monopolista no ramo da construção nacional. Tudo isso deve ser explicado pelo amplo poder de organização, penetração e barganha dos empresários do ramo nas relações de poder inerentes ao Estado brasileiro, principalmente no período em questão<sup>143</sup>.

Essa penetração no Estado é analisada por Campos em outros artigos, que já relacionamos no início do capítulo. Como pretendemos demonstrar, esta questão é apresentada por *Veja* como forma de dar legitimidade à empresa e não problematizando estas relações.

Após esta “avaliação” do capital das empresas, *Veja* teria comprovado o ganho da aposta tácita do ministro dos Transportes com seus críticos. Segundo a revista, com o ritmo das obras, 200 km do eixo da rodovia já foram desmatados e mais de 20 já estão terraplenados e prontos. “*As empreiteiras estão se queixando apenas de que o DNER não consegue entregar as folhas do projeto da pista com a velocidade necessária para acompanhar a ação dos tratores desmatadores*”<sup>144</sup>. Ou seja, como demonstramos no capítulo anterior, a revista procurou sempre defender as obras, exigindo do governo o cumprimento de suas obrigações para que a rodovia estivesse pronta dentro dos prazos.

Como demonstramos na edição 99, em julho de 1970 o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, publicou edital convidando as empreiteiras nacionais a enviar propostas para a construção dos dois trechos, divididos em dez pedaços de aproximadamente 300 quilômetros cada. Já nesta edição, *Veja* anunciava que 50% da empreitada anunciada deveriam ser consideradas fora de competição, pois ficaria a cargo do Exército. Algumas edições anteriores *Veja* anunciava a “divisão da selva” e publicava um quadro com as dez maiores construtoras brasileiras que seriam “os favoritos”. Figuravam a Camargo Correa, Tenco, Mendes Júnior, Rabelo, Brasileira de Projetos e Obras, C.R.Almeida, Sobrenco, CCBE, Conetran, Metropolitana de Construções, Rossi Engenharia e Indústrias Reunidas

---

<sup>142</sup> CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. Op. Cit. P. 16-17.

<sup>143</sup> Idem. P.17.

<sup>144</sup> *Veja*. O Brasil acha o seu norte. Op. Cit. P.20.

Star. Destas doze, apenas a Mendes Júnior é mencionada e analisada por *Veja* pela classificação na construção da rodovia. Na edição 110 *Veja* demonstra que entraria também na empreitada a Queiroz Galvão – empresa pernambucana de 1953 que tem a marca dos projetos da Sudene e da Petrobrás no Nordeste em seu momento de alavancagem –, e outras duas empreiteiras de pequeno porte: Construtora Cristo Redentor (comprada por outra empreiteira) e a Empresa Industrial e Técnica. É interessante comparar as especulações em torno das empresas e a definição da concorrência anunciada pela revista. A Mendes Júnior já era anunciada por *Veja* como uma das vencedoras antes mesmo da publicação do edital, na edição 99, quando a revista traz a afirmação dos representantes da Construtora Rabello e Camargo Correa, saudando Murilo Mendes com felicitações de vencedor. A Camargo Correa tinha sido utilizada como exemplo por Eliseu Rezende, já na edição 94, como forma da revista demonstrar que grandes empresas poderiam concluir a obra dentro do prazo sem maiores dificuldades. Entretanto, a Camargo Correa, figurando como a maior segundo seu capital, não é mencionada pela revista como sendo uma das ganhadoras da concorrência. *Veja* abre espaço para falar da Cristo Redentor e da Empresa Industrial e Técnica e não se refere as demais construtoras. Figuram como construtoras da rodovia a Camargo Correa (encarregada de dois trechos), a Rabello (dois trechos), EIT, Queiroz Galvão, Mendes Júnior (dois trechos e meio), S.A. Paulista, Paranapanema, além do trecho a cargo dos Batalhões de Engenharia do Exército. Segundo informações obtidas com Pedro Campos, a Cristo Redentor teria ganhado a licitação, mas acabou saindo, deixando seu trecho sob a responsabilidade da Mendes Júnior e a S.A. Paulista.

Neste sentido, fica-nos a indagação sobre os motivos da revista *Veja* ter dado ênfase para a construtora Mendes Júnior, chegando a dedicar uma matéria específica para anunciar a constituição da empresa, e não abre espaço para falar da construtora Camargo Correa, sendo que esta figurava na época com uma das maiores do país. Neste sentido, fica-nos os indícios de que *Veja* teria ligações empresariais com a empresa Mendes Júnior e defendia seus interesses através do seu discurso.

Como demonstramos anteriormente, o Exército ficou encarregado também por uma estrada do Plano de Integração Nacional (PIN) do governo. Neste sentido, coube aos Batalhões de Engenharia e Construção (BECs), a construção do eixo Cuiabá – Santarém, “*maior que o trecho em construção da Transamazônica e considerada por economistas do governo como a mais importante das duas*”<sup>145</sup>. Entretanto, segundo *Veja*, Médici não teria

---

<sup>145</sup> Idem.

descido em Santarém para uma visita, quando da inauguração do início das obras da Transamazônica. Segundo a revista,

Mas essa estrada é a que apresenta maiores novidades em relação ao seu planejamento inicial. O Exército convenceu o Ministério dos Transportes de que era melhor fazer logo uma estrada de primeira, larga, com curvas abertas. E mudou as especificidades iniciais de seu projeto, que eram iguais às da Transamazônica (estrada da classe III – 9 m de largura, raios mínimos de 30 m), para 12 m de largura e raios de 200 m. Argumentou que assim fará uma obra definitiva, capaz de resistir à brutal ação das chuvas locais. E que não é possível passar posteriormente de uma estrada de terceira categoria para uma de primeira sem muitos problemas, porque os raios de curvatura são diferentes nos dois casos<sup>146</sup>.

Segundo *Veja*, tendo que construir uma estrada maior e melhor, os batalhões de Engenharia encarregados do trabalho enfrentam dificuldades. A principal, pelo fato de o Exército não ser como as empreiteiras, que podem pedir financiamento dos bancos enquanto não chega o dinheiro previsto para a obra. Isto levaria a um atraso das obras, sendo que os oficiais responsáveis pela obra, teriam afirmado um prazo de a estrada ser concluída apenas um ano depois do previsto para a Transamazônica. Baseando-se em falas oficiais, *Veja* afirma:

“O governo precisa por dinheiro rapidamente aqui para a gente fazer isso depressa e não ficar atrás das empreiteiras”, disse um dos oficiais. Por seu lado, os empreiteiros também se queixam. “O governo precisava fazer nossa estrada como a do Exército vai ser: definitiva, boa. Quando o público olhar a nossa e a deles, podemos passar por burros” – disse a *Veja*, em Belém, um alto funcionário da Mendes Júnior<sup>147</sup>.

Ou seja, percebe-se que *Veja* defende os interesses dos grupos privados, exigindo que o governo cumpra com os prazos e valorize o trabalho das empreiteiras. Parece também que a revista procura defender as construtoras, demonstrando que suas obrigações e o projeto da Transamazônica, já previam uma estrada inferior que a construída pelo Exército, evitando assim, a responsabilização das empreiteiras por problemas futuros.

A edição 133 é dedicada para relatar o plano de colonização nas margens da Transamazônica. Já na frase que segue o título se pode perceber o tom da matéria:

Nas margens da Transamazônica surgem as primeiras lavouras, nascem pequenas vilas, talvez cidades do futuro. A efetiva ocupação da terra ao longo da estrada parece constituir no entanto um desafio tão grande quanto construí-la. Aqui a história dessa aventura na região Altamira<sup>148</sup>.

*Veja* começa narrando a “aventura” de algumas famílias para a ida a lugares “remotos e literalmente perdidos no mundo”, como Altamira, Itaituba, Jatobal ou Barra do

---

<sup>146</sup> Idem.

<sup>147</sup> Idem. P.21.

<sup>148</sup> *Veja. Na beira da estrada.* (Seção Brasil). Ed.133 – 24/03/1971. P.27.

Corda, que, desde que foi anunciada a construção da Transamazônica, teriam “*saltado da sua pobreza e isolamento para uma notoriedade nacional*”<sup>149</sup>. Percebe-se quanto o discurso de caráter colonizador é forte em *Veja*, fazendo associação entre o “atrasado” que necessitaria ser incorporado pela modernização que a ditadura estaria propondo ao Brasil. Segundo a revista, “*ao todo eram 24 famílias saídas de Tapira e Itaquajé, duas cidades do Paraná distante cerca de 600 km de Curitiba. Andaram 4.000 km de ônibus, 2.440 de barco e mais 47 de caminhão, do porto de Vitória, nas margens do Xingu, até o centro de Altamira*”<sup>150</sup>. Em apenas um ano, Altamira passou de 4.000 para 8.000 habitantes, o que demonstraria o “progresso” dessa região conseguido graças a construção da rodovia, e a concretização dos projetos do governo de preencher o vazio populacional desta região. Segundo *Veja*,

E há ainda, para Altamira e outras localidades do centro-oeste do Pará e do Maranhão na rota da Transamazônica, um plano de colonização detalhado e ambicioso, uma autentica reforma agrária na Amazônia, a ser executada pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Numa faixa de 10 km de cada lado da estrada, o INCRA distribuirá lotes de terra a baixo preço e financiamento longo. Cada lote, de 100 hectares, mais uma casa de madeira localizada no centro de uma pequena vila, custará pouco mais de 3.500 cruzeiros, pagos em vinte anos, com carência de três anos<sup>151</sup>.

Esses núcleos residenciais se transformariam segundo *Veja*, em futuras cidades, as quais não cresceriam mais em torno de uma igreja ou um campo de futebol, como a maioria no interior do Brasil. Seus primeiros prédios seriam erguidos ainda durante a construção da estrada, pelas próprias empreiteiras das obras. “*Pelo projeto, em cada núcleo, as empresas construtoras devem deixar 30.000 m<sup>2</sup> de área construída. E aos poucos, através do próprio INCRA ou de empresas de colonização selecionadas em concorrência pública, uma vida urbana irá surgindo na selva*”<sup>152</sup>.

Além desses “confortos” prometidos para o futuro, haveria a “disposição” do INCRA de pagar aos colonos selecionados pelo Instituto um salário mínimo durante os cinco meses até que a terra comece a produzir. “*Uma proposta modesta, sem dúvida, mas que adquire, nas condições de vida da região, um atrativo considerável*”<sup>153</sup>.

Entretanto, apesar de todo o “conforto” oferecido para os novos moradores, há aqueles insatisfeitos com a aventura, que são avaliados por *Veja*. E o problema fica claro logo de início: eram paranaenses que não eram esperados, não tinham sido selecionados pelo INCRA.

---

<sup>149</sup> Idem.

<sup>150</sup> Idem.

<sup>151</sup> Idem. P.28.

<sup>152</sup> Idem.

<sup>153</sup> Idem.

E, portanto, também não estavam acostumados com as condições da região. O primeiro problema relatado por *Veja* é um ataque concentrado de um batalhão de piuns, um mosquito muito ativo e de picada dolorida. Segundo *Veja*, apesar de muitos afirmarem não querer mais ficar na região, “*aos poucos, porém, foram se adaptando aos piuns, às dormidas em rede e ao tratamento de ‘tu’ que não conheciam*”<sup>154</sup>. E *Veja* segue narrando casos de alguns colonos insatisfeitos, porém todas justificadas pela falta de conhecimento da região:

Apesar dessas dificuldades e de alguns erros incompreensíveis na seleção dos colonos do Rio Grande do Norte (onde políticos locais interferiram na escolha e o primeiro classificado acabou sendo um pescador do litoral que depois de alguns dias na selva ficou doido e começou a distribuir o dinheiro recebido do INCRA alegando que o “dinheiro é da nação e a nação é de todos”), a maioria dos nordestinos já tem milhares consideráveis prestes a produzir. Recebem assistência de dois agrônomos que o INCRA mantém em Altamira e, segundo eles, logo estarão produzindo outras culturas com perspectivas otimistas de comercialização<sup>155</sup>.

Segundo a revista, até o final de maio mais de 25 famílias gaúchas deverão estar instaladas, enquanto os paranaenses “*aceitos como um fato consumado*” irão aos poucos recebendo seus lotes e casas, construídas na proporção de uma a cada dois dias. Aqueles que ainda não tinham terra para cuidar estariam, segundo *Veja*, empenhados em abastecer duas serrarias que deverão funcionar até o fim do mês em Altamira. Segundo a revista, findados algumas implementações, “*a selva irá aos poucos sendo vencida e povoada*”<sup>156</sup>, o que é divulgado com grande orgulho por *Veja*.

Devemos ressaltar que esta política de povoamento teve conseqüências desastrosas para a região. Como demonstram Luana Navarro e Arthur do Carmo, as cidades por onde passa a BR-230, como Altamira e Itaituba, tiveram registrados, ao longo dos últimos trinta anos, crescimento populacional de mais de 1.000%. O custo da construção da rodovia, nunca terminada, foi de mais de US\$ 1,5 bilhões. Somente 2,5 mil quilômetros da rodovia foram abertos. O que se seguiu foi o abandono. Segundo Navarro e Carmo,

Se as ideologias do governo que sustentavam o projeto era integrar para não entregar e apaziguar as pressões sociais pela reforma agrária, em pouco tempo o empreendimento voltou-se aos grandes negócios envolvidos, seguido do abandono dos colonos, que ficaram sem crédito, sem transporte e sem terras, pois não tiveram acesso aos títulos de posse, em muitos casos<sup>157</sup>.

---

<sup>154</sup> Idem.

<sup>155</sup> Idem. P.28-9.

<sup>156</sup> Idem. P.29.

<sup>157</sup> NAVARRO, Luana; CARMO, Arthur do. **TRANSAMAZÔNICA – Projetos Imaginários Compartilhados**. <http://imaginarioscompartilhados.wordpress.com/sobre-o-projeto/>. Consulta realizada em 7/7/2010.

A partir da década de 80 começaram a serem organizados diversos movimentos sociais na região da Amazônia, entre eles o “Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica” e o “Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e do Xingu” que agrega 113 entidades em diversas cidades na região.

A mesma cobertura cheia de elogios é realizada por *Veja* quando da visita do presidente Médici à Transamazônica para “examinar” as obras. Segundo a revista, “*foram cinco dias dedicados exclusivamente à Transamazônica*”<sup>158</sup>, e a visita de Médici seria importante porque, “*certamente, Médici sabe o quanto vale a sua presença para estimular o cumprimento das decisões do governo*”<sup>159</sup>. Segundo dados, até aquele momento já haveria cerca de 4.000 quilômetros de rodovia desmatados, aguardando a terraplanagem, trabalho este dificultado pelas chuvas de inverno. Segundo *Veja*,

Quando desceu do helicóptero ao lado da escolhinha do quilometro 23 – e depois na Agrovila nº 1 do quilometro 46 –, Médici encontrou os aplausos e a curiosidade dos 1200 colonos e seiscentos trabalhadores da estrada, tão orgulhosos com a visita presidencial, quanto impressionados pela mobilização da chegada. Havia soldados do 2º Batalhão de Infantaria da Selva, de Belém, mais de cem funcionários de diversas repartições, dezenas de médicos uniformizados (até agora os colonos só sabiam da existência ali da risonha doutora Zoé e da enfermeira Natália, do INCRA), uma ambulância novinha e até um hospital de lona, montado pela FAB dias antes, com aparelhos de raios X e laboratórios de análises, capaz de toda assistência de um hospital de verdade.

Os colonos e trabalhadores da estrada sabiam que o hospital seria desmontado logo após a partida da comitiva presidencial e que os médicos vindos do Rio só ficariam mais dois dias (...) <sup>160</sup>.

*Veja* demonstra que, apesar de toda a pompa preparada para a recepção do Presidente, esta figuraria mesmo só como representação, já que assim que o mesmo partisse, as “boas condições” partiriam também. Entretanto, a revista naturaliza a questão, apassivando a população e destaca o fato de os moradores de Altamira terem “*o privilégio de ver o presidente da República passeando na rua uma vez por ano*”, e para as preocupações de Médici em relação ao problema de abastecimento de água na região. Segundo *Veja*,

Outra informação que o presidente desejava era sobre os colonos que estariam abandonando a região, desiludidos com a falta de condições de trabalho, vencidos pelo calor e pelos mosquitos. Segundo os responsáveis pelos programas de colonização do INCRA, nenhuma família, do sul e do nordeste, que veio para a Transamazônica, desistiu da aventura. Os que se foram – cerca de trinta colonos até agora, mas cujo número deverá aumentar – são os que vieram sozinhos, na maioria gaúchos, há três meses sem receber notícias de casa, sem saber se mulher e filhos estavam recebendo a ajuda de custo prometida pelo Instituto <sup>161</sup>.

<sup>158</sup> *Veja. Examinando as obras.* (Seção Brasil). Ed.161 – 06/10/1971. P.24.

<sup>159</sup> Idem.

<sup>160</sup> Idem.

<sup>161</sup> Idem. P.25.

Mais uma vez os colonos desistentes são apresentados como aqueles que não estariam acostumados com as condições climáticas da região e com a distância geográfica que os separariam das famílias. Jamais as condições de trabalho são apontadas como fatores para a desistência, sendo talvez os trabalhadores nordestinos mais resistentes ao trabalho e à exploração pela própria condição de miséria enfrentada por estes. A revista conclui apenas que estes seriam “problemas inevitáveis”, e que o presidente teria presenciado também muitos fatos animadores, vindos dos canteiros de obra “desse trabalho colossal”. A presença do Presidente na Transamazônica, segundo *Veja*,

Seria o início de um novo estilo do governo, que substituiria o anúncio puro e simples dos chamados projetos de impacto pela presença física do chefe da nação nos fronts, onde o governo está mais empenhado; a estada de Médici na Amazônia, sem discursos ou pronunciamentos políticos, parece ser a silenciosa reafirmação desses propósitos. E, além de ser instrumento de estímulo, uma prova de autoconfiança<sup>162</sup>.

É interessante notar os adjetivos utilizados por *Veja* para referir-se ao presidente Médici. Só nas matérias que analisamos e demonstramos neste trabalho, podemos perceber o tom de força e exaltação que a revista se utiliza para descrever o presidente: a habilidade diplomática, demonstrada na edição 101; o fato de a transamazônica ser a obra que definiria o seu governo, na edição 94; a comparação com Ford, concluindo que Médici seria melhor do que ele, na edição 109; com um ministro (no caso Delfim Netto) capaz de encontrar os meios que financiassem a realização dos projetos, na edição 94; e como chefe da nação nos fronts, como apresentamos na edição 161. É nítido neste sentido o papel de *Veja* de defesa da ditadura militar e dos seus presidentes, como procuramos demonstrar neste trabalho.

A última matéria que encontramos de *Veja* se referindo à construção da Transamazônica é em agosto de 1972, após a inauguração da primeira etapa da rodovia, quando *Veja* relata a inspeção do ministro dos Transportes Mário Andreazza, que exibia, segundo a revista, o sorriso desembaraçado de um vitorioso explorador. O motivo da felicidade do Ministro era explicado logo a seguir: “As firmas empreiteiras tinham cumprido o prazo de 650 dias (expira nesta quarta-feira) para entregar o trecho, com a antecedência desejada para a inauguração, prevista para novembro”<sup>163</sup>. Segundo *Veja*, de acordo com o contrato, os 1253 quilômetros de estrada estavam “prontos e desimpedidos”. A próxima etapa seria a construção da rodovia perimetral norte, cuja importância política e econômica seria tão grande quanto da inaugurada.

---

<sup>162</sup> Idem.

<sup>163</sup> *Veja*. TRANSAMAZÔNICA. **A primeira etapa**. (Seção Brasil). Ed.208 – 30/08/1972. P.24.

*Veja* demonstra na matéria os obstáculos da Transamazônica: balsas em alguns rios, pontes de madeira provisoriamente fora do rumo, não era asfaltada, intensidade das chuvas, etc. Entretanto, segundo a revista, “*seriam vencidos com um pouco de arrojo e otimismo. Afinal, trata-se de problemas temporários*”<sup>164</sup>. Em cinco anos o desenvolvimento da região exigiria asfalto e construção de estradas definitivas, segundo afirmativas de Andrezza.

Segundo a matéria, as chuvas teriam causado sérios danos à rodovia, inundando muitos terrenos e carregando centenas de aterros recentes. Segundo *Veja*,

Para restaurar os trechos desmoronados, as firmas empreiteiras deverão permanecer na área após a inauguração da estrada. Pelo menos até meados do ano que vem, pois o DNER decidiu não assumir sozinho o ônus da conservação pretendendo aproveitar os seus conhecimentos e infra-estruturas empresariais<sup>165</sup>.

O mesmo de otimismo ocorre quando da inauguração do monumento comemorativo da entrega do primeiro trecho da rodovia, com cerca de 1.253 Km completados, e que *Veja* intitula, de maneira otimista, como “Meio caminho andado”. Segundo a revista, desta vez o presidente da República teria se surpreendido com o “aparente milagre da hospedaria”, que teria se transformado desde a sua última visita, contando agora com janelas, portas, móveis, luz, água, sanitários, etc.

Em relação às agrovilas, também haveria progressos. Segundo *Veja*,

Atualmente, além dos ônibus que continuariam chegando, quase todos os dias uma ponte aérea contratada pelo INCRA com a empresa Transbrasil (ex-Sadia) despeja em Altamira, colonos trazidos de outras partes do país. Cálculos oficiais indicam que o número de famílias implantadas é de 2500, mas a população transferida para a área está avaliada em mais de 18000 pessoas<sup>166</sup>.

Porém, segundo *Veja*, para vários dos assessores presidenciais, os números sobre a estrada e a colonização não conseguiram causar uma impressão tão forte como a noite passada na “*hospedaria confortável, segura e tranqüila, numa cidade em plena selva, acabou causando a verdadeira sensação da conquista*”<sup>167</sup>, como se a ditadura tivesse a missão de conquistar o indomável.

O presidente teria vindo acompanhado da esposa e dos dois filhos, hospedando-se em uma ampla suíte com ar condicionado. Os ministros e os assessores ocuparam os quartos do motel, “*de onde, a qualquer hora do dia ou da noite, era possível falar por telefone com todo o país*”<sup>168</sup>. Percebe-se o tom de tranqüilidade que *Veja* quer passar para a região da Amazônia

---

<sup>164</sup> Idem.

<sup>165</sup> Idem.

<sup>166</sup> *Veja. Meio caminho andado.* (Seção Brasil). Ed. 213 – 04/10/1972. P.18.

<sup>167</sup> Idem.

<sup>168</sup> Idem.

com a realização da obra. E esta tranqüilidade não ficaria só no conforto oferecido pelo hotel que contaria até com ar condicionado. A tranqüilidade seria vislumbrada também pelo passeio de dona Scyla Médici, esposa do presidente, que teria saído para dar um passeio de carro pelas ruas da cidade, dirigido pela esposa do presidente do INCRA. Segundo *Veja*, “o carro circulou tranqüilamente, sem as infalíveis sombras da segurança, que jamais deixaram de acompanhar a família do presidente desde outubro de 1969”<sup>169</sup>. Segundo a revista,

Esse momento de despreocupação resultou num agradável contraste com as cuidadosas providências do sistema de segurança estabelecido pela visita presidencial à Amazônia. Embora a região, onde nos últimos meses se registra um movimento terrorista (proximidades de Marabá), situe-se a mais de 600 quilômetros de Altamira, a área da visita foi toda vasculhada, e, às margens da estrada, nos 46 quilômetros percorridos pelo presidente, havia soldados a pequena distancia uns dos outros<sup>170</sup>.

O “movimento terrorista” se refere aos grupos de guerrilha que estariam tentando desencadear a luta no campo nesta região. Porém, este assunto não é discutido na matéria, apresentando apenas toda a precaução do governo para garantir a segurança do presidente na região<sup>171</sup>, ameaçada pelos “grupos terroristas”. Além disso, percebe-se que a “tranqüilidade” relatada pela revista, é garantida apenas com todo o aparato policial montado para a visita do presidente que, com certeza, diminuiria com a partida deste. Para os trabalhadores, que não teriam as condições de dormir na hospedaria “milagrosa”, restariam as noites de calor em companhia dos mosquitos. Entretanto, isto não é apontado pela revista.

Por fim, os problemas da região. Em relação aos colonos, além dos problemas já relatados, antes contornados por *Veja* com afirmações de falta de adaptação à região, surgem os problemas de vendas de terras na Transamazônica, fato em que os colonos são os maiores perdedores. Um primeiro aviso de que isto estaria acontecendo já teria sido noticiado por *Veja* em junho de 1971, quando a revista dedicou uma coluna de sua página pra tratar do assunto, afirmando apenas as denúncias e o inícios das investigações<sup>172</sup>. Em setembro de 1973, a “Carta do Leitor” demonstra o trabalho de dois repórteres de *Veja*, percorrendo durante 25 dias os caminhos da Transamazônica, observando os projetos implantados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Segundo o editorial, “o que viram, os acertos e os erros dos planos de fixação do homem junto às duas grandes rodovias amazônicas, está

---

<sup>169</sup> Idem. P.19.

<sup>170</sup> Idem.

<sup>171</sup> Para mais informações sobre o posicionamento de *Veja* em relação aos grupos de guerrilhas brasileiros, ver meus trabalhos realizados em projetos de iniciação científica, que apontamos na bibliografia.

<sup>172</sup> *Veja*. TRANSAMAZÔNICA. **Ações em baixa**. (Seção Brasil). Ed.154 – 16/06/1971. P.31.

*nesta edição*”.<sup>173</sup> Como matéria especial, com 9 páginas, sob o título “A dura ocupação da Amazônia”<sup>174</sup>, *Veja* narrou o dia-a-dia dos trabalhadores, suas formas de adaptação a região, e as discussões em torno dos Planos de Colonização do INCRA. Voltando a tratar do tema novamente em 1975, quando parte da afirmação culposa de que o INCRA “*transformou-se no maior latifundiário do mundo com mais de 2 milhões de quilômetros quadrados de terras, que por não estarem distribuídas são improdutivas*”<sup>175</sup>.

A matéria trata da prática ocorrida com alguns colonos vindos para a região amazônica que acabaram recebendo alguns hectares a mais de terra, extravasando o limite de 100 hectares que o INCRA planejava entregar a cada colono. Segundo a revista, esses “desníveis” não podem ser atribuídos somente à origem dos colonos, “*a simples distribuição dos lotes, todos eles de 100 hectares, vem cavando maiores distâncias entre essas famílias e aumentando as diferenças de renda na região*”<sup>176</sup>. E os problemas começam a ser enumerados pela revista: as chuvas caídas de janeiro a junho, em um ano de enchentes em toda a Amazônia, tornam praticamente intransitáveis as diversas estradas vicinais; 20% de toda a safra, prevista em 900.000 sacos de arroz e milho, está completamente perdida; com ou sem chuvas, os colonos que se localizaram nas estradas vicinais não têm condições razoáveis de comercializar ou estocar sua produção nos armazéns; problemas com assistência médica; alguns colonos passaram a viver praticamente da caça do veado, da paca e do porco-do-mato, ainda fáceis de encontrar na região; o isolamento; etc. E para finalizar a afirmação da revista,

O INCRA não será definitivamente o colono da região amazônica. E, quando saírem de lá seus técnicos, suas turmas de apoio, seus armazéns e, sobretudo suas verbas, a atual situação das famílias fixadas ao longo da estrada pode cristalizar um quadro de desigualdades ainda mais preocupante. Sobretudo porque os pioneiros já terão, nessa fase, os títulos de posse de suas terras, o que é o primeiro passo para a compra de malsucedidos lotes pelos proprietários dos lotes em expansão. E esse é o caminho certo para a possibilidade absurda, mas nada impossível: no futuro, o INCRA teria de voltar à Transamazônica, para desapropriar latifúndios que ele mesmo criou<sup>177</sup>.

Além dos problemas citados pela revista, devemos lembrar que a expansão da fronteira agrícola na Amazônia tende a passar pelas fases de “boom-colapso”: ao rápido e ilusório crescimento econômico dos primeiros anos (boom), segue um dramático declínio (colapso) e renda e emprego, quando a floresta é devastada e os solos empobrecidos o que

---

<sup>173</sup> *Veja*. **Carta ao Leitor**. Ed.261 – 05/09/1973.

<sup>174</sup> *Veja*. ESPECIAL. **A dura ocupação da Amazônia**. Ed.261 – 05/09/1973. P.46-57.

<sup>175</sup> *Veja*. TRANSAMAZÔNICA. **Colonos ricos e pobres**. (Seção Brasil). Ed.358 – 16/07/1975. P.26.

<sup>176</sup> *Idem*.

<sup>177</sup> *Idem*. P.27.

deixa as áreas degradadas, força os moradores à migração e causa aumento de concentração de terras.

Percebemos que a revista acompanhou a construção da rodovia até a conclusão da primeira etapa. Concluída a primeira etapa em 1972, a rodovia jamais foi terminada, e dada por encerrada em 1974, com apenas  $\frac{1}{4}$  do previsto. Vários foram os projetos presidenciais propondo soluções para a obra. Entretanto, a mesma é caracterizada pelas suas estradas de terra em péssimas condições, em que seis meses do ano é lama e outros seis, poeira. *Veja* foi diminuindo as matérias referentes à Transamazônica, tratando apenas da formação das agrovilas e da discussão em torno da terra na região, até não tratar mais do tema. Somente depois de 1975 é que a revista passa a publicar algumas matérias criticando a não funcionalidade da obra, entretanto, estas críticas foram realizadas de maneira breve, e não mais em matérias específicas se referindo à Transamazônica. O motivo para *Veja* ter abafado o caso da rodovia, talvez tenha sido uma forma de evitar justificativa para com o projeto ditatorial no qual a revista também apostou suas fichas. *Veja* havia apoiado a construção da obra, reproduzindo a ideologia da funcionalidade da obra para a integração nacional. Deixar o tema ir se apagando, era a melhor forma de não dar satisfações sobre sua aposta, nem falar dos conflitos ou cobrar as empreiteiras pelo resultado da obra.

## **CAPÍTULO IV – VEJA E A PONTE RIO-NITERÓI: O discurso da revista sobre a construção da ponte.**

A Ponte Presidente Costa e Silva, popularmente conhecida como Ponte Rio-Niterói localiza-se na baía de Guanabara, estado do Rio de Janeiro, e liga o município do Rio de Janeiro ao município de Niterói. Apesar dos projetos para construção de uma ponte iniciarem já no século XIX, o decreto de construção da ponte foi assinado em 23 de agosto de 1968, pelo Presidente Costa e Silva, autorizando o projeto de construção da ponte, idealizado por Mário Andreazza, então Ministro dos Transportes, sob a gestão de quem a ponte foi iniciada e concluída<sup>1</sup>.

A obra teve início, simbolicamente, em 9 de novembro de 1968, com a presença da Rainha da Grã-Bretanha, Elizabeth II e de Sua Alteza Real, o Príncipe Filipe, Duque de Edimburgo, ao lado do ministro Mário Andreazza. As obras tiveram início em janeiro de 1969.

O banco responsável por parte do financiamento da obra foi M. Rothschild & Sons. Não foi permitida a participação única de empresas inglesas no processo de licitação da fabricação dos vãos principais de aço. Para concretizar a realização da obra, o Ministro da Fazenda, Delfim Neto, o engenheiro Eliseu Resende e a Rothschild & Sons assinaram, em Londres, um documento que assegurava o fornecimento de estruturas de aço e um empréstimo de, aproximadamente, US\$ 22 milhões com bancos britânicos. O valor destinava-se a

---

<sup>1</sup> Todos os dados sobre a ponte aqui apresentados foram retirados do site: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Ponte\\_Rio-Niterói](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ponte_Rio-Niterói). Apesar da obra se configurar como um marco da engenharia brasileira, não encontramos obras historiográficas ou trabalhos acadêmicos que tratassem do tema. O trabalho de pesquisa se constitui, portanto, como uma contribuição historiográfica a este respeito.

despesas com outros serviços da ponte, totalizando NCr\$ 113.951.370,00 (aproximadamente US\$ 6.061.243,00). O preço final da obra foi avaliado em NCr\$ 289.683.970,00 (aproximadamente US\$ 15.408.721,00), com a diferença paga pela emissão de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional.

Como afirma o site do Ministério dos Transportes<sup>2</sup>, as obras da ponte Rio – Niterói, foram tumultuadas por diversos acontecimentos e pelas dificuldades surgidas na execução das fundações. Em 23 de agosto de 1968, foi publicado o edital de concorrência. Tratava-se de uma concorrência gigantesca que exigiria um consórcio entre empresas. Nenhuma empresa individualmente estaria em condições de enfrentar a obra. Era imprescindível a constituição de consórcios. Somente dois consórcios participaram: o Consórcio A e Consórcio B. O Consórcio A, denominado CCRN – Consórcio Construtor Rio – Niterói, era constituído pelas firmas: Construtora Ferraz Cavalcanti, CCBE – Companhia Construtora Brasileira de Estradas, EMEC – Empresa de Melhoramentos e Construções S.A., e Servix Engenharia S. A. O Consórcio B, denominado posteriormente de "Consórcio Construtor Guanabara Ltda." integrava as mais poderosas firmas do Brasil: Construções e Comércio Camargo Corrêa S. A., Construtora Mendes Junior S. A., Construtora Rabello S. A., e Sérgio Marques de Souza S. A.

Como o edital especificava claramente que o vencedor seria o que ofertasse o menor preço, o consórcio CCRN foi declarado vencedor, sendo firmado o contrato para a construção em 4 de dezembro de 1968. O prazo preestabelecido para a construção completa da ponte era de 1.095 dias (três anos) e deveria expirar em 4 de dezembro de 1971. A construção foi iniciada em janeiro de 1969. Entretanto, segundo o site do Ministério dos Transportes, quando tudo parecia estar resolvido, diversos incidentes modificaram o panorama. Surpresas com as fundações, falta de concordância entre os assessores de fundações, prova de carga mal sucedida com mortes de “notáveis profissionais”, acabaram levando o DNER a rescindir, em 26 de janeiro de 1971, com o prazo de construção já esgotado, o contrato com o CCRN e a utilização dos equipamentos e materiais que estavam sendo empregados na construção da ponte. Para que a obra não sofresse solução de continuidade, em 15 de fevereiro, menos de um mês após a estatização da obra, o DNER decidiu firmar contrato por administração com o Consórcio Construtor Guanabara Ltda, sem abrir uma nova licitação. Em seguida a última das quatro firmas decidiu desligar-se do consórcio. A ECEX – Empresa de Engenharia e Construção de Obras Especiais S. A. que era vinculada ao DNER ficou com o encargo de

---

<sup>2</sup> *Ponte Rio – Niterói – RJ. Resumo Informativo de Pontes e Viadutos Relevantes. Ministério dos Transportes. Secretaria de Política Nacional de Transportes. Banco de Informações e Mapas dos Transportes. [http://www.transportes.gov.br/bit/pontes/rj/rio\\_niteroi/Gptrnrite.htm](http://www.transportes.gov.br/bit/pontes/rj/rio_niteroi/Gptrnrite.htm). Consulta realizada em 26 de abril de 2010.*

supervisionar toda a construção da ponte. A obra duraria 20 meses, a contar da data em que os equipamentos fossem totalmente disponíveis para uso imediato. O Consórcio Construtor Guanabara Ltda., tinha como Presidente o Eng. Lauro Rios, como Diretor Técnico o Eng. Bruno Contarini e como Superintendente Técnico o Eng. Mario Vilaverde<sup>3</sup>.

A ligação rodoviária foi entregue em 4 de março de 1974, com extensão total de 13,29 km, dos quais 8,83 km são sobre a água, e 72 m de altura em seu ponto mais alto, e com previsão de um volume diário de 4.868 caminhões, 1.795 ônibus e 9.202 automóveis, totalizando 15.865 veículos.

Para complementar a discussão, nos utilizamos da Revista Construção Pesada, edição 35, de dezembro de 1973, publicada pelo Novo Grupo – Editora Técnica Ltda, cuja edição especial foi produzida sobre a inauguração da ponte.

A revista Construção Pesada tinha como diretor de redação Tadaharu Katayama, e como redator chefe João Maurício Gambi. Era uma revista mensal distribuída em todo o território nacional, com circulação controlada, a engenheiros e técnicos de construção pesada, empreiteiras, projetistas, órgãos contratantes e fiscalizadores de obras, órgãos públicos federais, estaduais e municipais, prefeituras, empresas de serviços de engenharia e entidades de economia mista com atividades em construção rodoviária e ferroviária, terraplanagem, pavimentação, metrô, obras de saneamento, portos, aeroportos, construção mecânica, obras de geração e transmissão de energia (hidrelétricas). Trazia notícias do ramo da construção civil, anúncios de concorrências públicas, novas tecnologias e técnicas para minimização de custos e outros temas de interesse para os construtores. A tiragem da revista na edição 35 foi de 16.500 exemplares. Tudo isso segundo dados oficiais.

A edição trouxe na capa uma imagem da ponte e o título: “Aí está a obra ‘impossível’”. No editorial, intitulado “Nota da redação” a justificativa da revista para a publicação de uma reportagem especial sobre a ponte:

Uma obra das mais polêmicas (vejam as manchetes que provocou durante toda a sua fase executiva), cuja finalidade (ligação Rio-Niterói) vem sendo perseguida há quase um século, eis que se conclui a gigantesca ponte que cruza o mar, sobre a Baía da Guanabara.

Apelamos para o chavão, para dizer que é uma obra que honra a Engenharia Nacional. É por isso que merece, de **Construção Pesada**, uma edição inteira.

Para deixar o leitor melhor informado, começamos por nos sobrepor aos limites de uma reportagem sobre a obra e contamos com a história dos que pretenderam ligar as duas capitais, cruzando a baía, desde a primeira tentativa, que data de 1875. Em seguida, damos as características fundamentais dessa obra-de-arte especialíssima e as principais técnicas construtivas, assim como uma descrição do controle tecnológico empregado, concluindo por apresentar o sistema de iluminação de que vai estar dotada.

---

<sup>3</sup> Todas estas informações foram retiradas do site do Ministério dos Transportes, citado anteriormente.

Aí está a Ponte<sup>4</sup>.

Este tom é presente em toda a reportagem. O próprio título da reportagem especial “A obra ‘impossível’ está pronta”, já caracteriza a tentativa da revista em demonstrar que as críticas e polêmicas em torno da ponte não tinham se confirmado e que o resultado final era prova disso. Além disso, a afirmação “*foram cinco anos de luta em terra e mar para a construção da maior obra de arte do País*”<sup>5</sup>, representa que, para a revista, a demora na construção da ponte seria reflexo das dificuldades enfrentadas pelos construtores, já que os mesmos teriam problemas com o solo argiloso que envolvia o fundo do mar.

A matéria é constituída de vários subtítulos. No primeiro, “Dos planos à realidade, um século de espera”, Construção Pesada narra as discussões e tentativas de ligação entre as cidades de Rio e Niterói, desde 1878 até 1963, quando o Governo Federal, “*atendendo a exposição de motivos de grupo de trabalho, adota a solução em ponte*”<sup>6</sup>. A revista aponta o projeto final de construção, contratado do Consórcio Construtor constituído pelas firmas Escritório de Engenharia Antonia Alves de Noronha e Howard, Needles, Tammen & Bergendoff, que foi realizado antes da licitação com objetivo de atender às etapas do cronograma; os recursos financeiros obtidos junto a bancos ingleses, e o convênio firmado em paralelo, entre o DNER e o Tesouro Nacional, para utilização das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, tendo em vista atender parte do custeio das obras.

A parte que se refere às concorrências e a rescisão do contrato deteremo-nos com mais atenção, já que a mesma nos auxilia no entendimento da nossa pesquisa. Segundo a revista Construção Pesada, a concorrência foi realizada em 24 de outubro de 1968, para as estruturas de concreto. Nas cláusulas havia detalhes sobre dados técnicos, execução da obra e apresentação progressiva dos detalhes do projeto. O edital previa também a pré-qualificação das empresas, com exigências sobre a capacidade técnica e idoneidade financeira. Segundo Construção Pesada,

A participação isolada de uma firma brasileira só seria possível se esta possuísse capital superior a Cr\$30.000.000,00 (preços de 1968)\*. Como o número de firmas em tais condições era muito reduzido, permite o edital o comparecimento de consórcios, desde que liderados por uma empresa maior com capital superior a

---

<sup>4</sup> Revista Construção Pesada. *Nota da redação*. Ed.35. Dezembro de 1973. P.5

<sup>5</sup> Revista Construção Pesada. **Ponte Rio-Niterói. A obra impossível está pronta**. Ed.35. Dezembro de 1973. P.12.

<sup>6</sup> Revista Construção Pesada. **Dos planos à realidade, um século de espera**. Ed.35. Dezembro de 1973. P.14.

\* Cerca de R\$ 209.453.725,86, segundo conversão de valores realizada pela Fundação de Economia e Estatística (FEE). Consulta realizada no site da instituição: [http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/servicos/pg\\_atualizacao\\_valores.php](http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/servicos/pg_atualizacao_valores.php), em 19 de outubro de 2010.

Cr\$20.000.000,00<sup>\*\*</sup> e desde que a somatória dos capitais das empresas consorciadas alcançasse o montante de Cr\$40.000.000,00<sup>\*\*\*7</sup>.

Segundo a revista, o edital previa que, atendidas as exigências de caráter financeiro, seria declarado vencedor o concorrente que apresentasse o menor preço de proposta, para o prazo de 1.095 dias (três anos), sem efeito para julgamento a proposição de prazos inferiores. Teriam comparecido à concorrência três consórcios, sendo um deles desclassificado na análise da documentação. Qual seria esse consórcio não foi possível identificar, pois o mesmo não é anunciado pela revista. Os dois restantes são classificados, sendo vencedor o Consórcio Construtor Rio-Niterói, constituído pelas empresas Cia. Construtora Brasileira de Estradas (firma líder), Servix Engenharia S/A, Construtora Ferraz Cavalcanti S/A e Empresa Melhoramentos e Construções – EMEC S/A. O preço unitário apresentado pelo vencedor foi de Cr\$201.007.447,08 (aproximadamente R\$ 1.403.391.957,22), como valor original do contrato, acrescido de uma previsão de reajustamento de Cr\$39.166.122,62 (aproximadamente R\$ 273.449.677,01), para um prazo de 850 dias, comprovado através de cronograma de execução apresentado no ato da concorrência. O contrato entre o DNER e o consórcio vencedor foi assinado no dia 4 de dezembro de 1968.

Para a execução da superestrutura dos vãos principais, foi assinado em 30 de abril de 1969 contrato com o consórcio Redpath Dorman Long Limited e The Cleveland Bridge and Engineering Company Limited, no valor de Cr\$78.688.889,02 (aproximadamente R\$ 549.389.366,30). Os valores relativos aos gastos totais da estrutura metálica correspondiam a um financiamento à taxa de 5,5% ao ano e prazo de pagamento de 7 anos, após 3 anos de carência. As firmas Escritório de Engenharia Antonio Alves de Noronha Ltda. e Howard, Needles, Tammen & Bergendoff Inc. foram contratadas para supervisionar os projetos por elas elaborados. As firmas Geotécnica S/A. e Tecnosolo S/A, para os trabalhos de sondagens, testes de solo e acompanhamento das fundações. Os trabalhos topográficos e de locações foram designados ao Serviço Topográfico do Exército.

Segundo a revista Construção Pesada,

Logo no início das obras, a CCRN, enumerando uma série de argumentos relativos ao estabelecimento de um processo industrial de trabalho e à impossibilidade de obtenção de certos equipamentos em prazo compatível com o cronograma de obras, solicita e obtém a uniformização dos comprimentos dos vãos da ponte e a

---

<sup>\*\*</sup> Cerca de R\$ 139.635.817,24 segundo conversão de valores realizada pela Fundação de Economia e Estatística (FEE). Op.Cit.

<sup>\*\*\*</sup> Cerca de R\$ 279.271.634,48, segundo conversão de valores realizada pela Fundação de Economia e Estatística (FEE). Op.Cit.

<sup>7</sup> Revista Construção Pesada. **Dos planos à realidade, um século de espera.** Op. Cit. P.20.

substituição dos tubulões de concreto pretendido das fundações por tubulões em concreto submerso, revestido por camisas metálicas.

No decorrer de 1969, falhas técnicas identificadas pela fiscalização exigem reforços de alguns elementos estruturais e substituição de outros (...). Os atrasos no cronograma eram indicados pelo CCRN como decorrentes de demora no recebimento de equipamento importado.

Em fins de 1969, já se configura um quadro negativo quanto ao prazo<sup>8</sup>.

Segundo a revista, um novo prazo foi dado ao CCRN, ampliando para 1.070 dias, inferior ainda aos 1.095 exigidos pelo edital do DNER, e o consórcio foi advertido pelo órgão governamental de que nova prorrogação não seria concedida *“e que seu comportamento, durante o ano de 1970, ditaria as providências a serem tomadas pelo Governo para assegurar a entrega da obra no prazo previsto pelo edital”*<sup>9</sup>.

O projeto de fundações da ponte especificava que os tubulões deveriam alcançar uma camada de solo residual para distribuírem pressão de trabalho de 40kg/cm<sup>2</sup> na profundidade que fosse necessária. Segundo Construção Pesada, resolveu então a fiscalização, em decisão que foi ratificada pelo DNER, diminuir a pressão de trabalho de terreno de 40kg/cm<sup>2</sup> para 25kg/cm<sup>2</sup>, com o correspondente aumento, em caráter provisório, do número de tubulões, enquanto não dispusesse dos dados de um número representativo de provas de carga. Segundo a revista,

Com o equipamento disponível, não poderia o CCRN aumentar a profundidade dos tubulões até a rocha, nem cravar estacas metálicas em seu interior ou executar alargamentos de base com auxílio de ar comprimido.

Em dezembro de 1970, o DNER, visando superar os problemas técnicos, **decide** transferir parte das obras ao consórcio segundo colocado na concorrência de 1968. O Consórcio Construtor Rio-Niterói **se rebela** contra a decisão alegando que não lhe cabia culpa pelo atraso no cronograma.

Em janeiro de 1971, o Governo Federal, atendendo **a exposição de motivos** do Ministério dos Transportes, baixa decreto declarando de utilidade pública para efeito de desapropriação as ações do CCRN, assim como os bens, equipamentos e materiais em uso ou destinados à construção da ponte.

Em abril de 1971 é criada a ECEX – Empresa de Construção e Exploração da Ponte Presidente Costa e Silva, com a finalidade de supervisionar a obra.

Como primeira medida, a ECEX contrata os serviços do Consórcio Construtor Guanabara Ltda., formado pelas construtoras Camargo Corrêa, Mendes Jr. e Rabello, segundo colocado na concorrência de 1968, para tocar a obra no regime de administração.

**Começa aqui uma nova fase** da construção da Ponte Rio-Niterói. Os problemas técnicos mais graves, como fundações no mar, **são superados e a obra ganha novo ritmo**, caminhando dentro do cronograma<sup>10</sup>. (grifos meus).

Percebe-se que a sucessão de fatos é apresentada pela revista Construção Pesada com grande síntese e homogeneidade. A revista não apresenta mais elementos que expliquem o

---

<sup>8</sup> Revista Construção Pesada. **Dos planos à realidade, um século de espera**. Op. Cit. Pp.21-22.

<sup>9</sup> Idem. P.22

<sup>10</sup> Idem.

processo de transferência de um consórcio construtor ao outro, apenas a “decisão” do DNER. A posição da empresa demitida é apresentada com uma simples “rebeldia”, sem demonstrar as medidas tomadas pela mesma para recorrer à decisão do DNER. A impressão que fica é que o consórcio teria perdido o contrato milionário sem esboçar nenhuma medida mais paliativa a não ser a “rebeldia”. Além disso, a decisão de transferir a obra ao Consórcio Construtor Guanabara é justificada como uma “exposição de motivos” do Ministério dos Transportes, sem dizer ao leitor quais seriam estes motivos. Por fim, a caracterização que também aparece em *Veja* para a qualificação da obra a partir do momento em que esta passa às mãos do segundo consórcio: “uma nova fase da construção da ponte”, onde são superados os problemas técnicos e a “obra ganha um novo ritmo”, atribuindo ao Consórcio Construtor Guanabara o papel de salvador da pátria.

As matérias que se seguem baseiam-se nos dados técnicos sobre a obra. Os títulos constituem em: “Três sistemas para os 14 km de tabuleiro”; “Fundações no mar, o grande desafio”; “O empolgante içamento de peças de 4.500t”; “Cinco gigantes alimentam as diversas frentes de trabalho”; “Rigor no controle de materiais garante qualidade”; “Sinalização e iluminação, uma festa de luzes”; e “Uma obra de 1 bilhão. Será que vale a pena?”.

Na matéria final “Uma obra de 1 bilhão. Será que vale a pena?”, a resposta da revista *Construção Pesada*:

Segundo o Ministério dos Transportes, sim. A Rio-Niterói, a par de representar uma integração metropolitana, servindo diretamente a uma população de 10 milhões de pessoas, significa integração rodoviária de importância nacional, pois se incorpora à BR-101, a Rodovia Translitorânea que liga Natal (RN) a Osório (RS).

Sua taxa de retorno, avaliada em 22%, é uma das mais altas do País, entre obras do mesmo gênero, e possibilitará a restituição à economia da Nação, em cinco anos, do dinheiro nela gasto. Outro dado econômico importante é a redução de 1/3 do custo operacional dos veículos que dela se utilizarem.

A cobrança do pedágio torna a obra autofinanciável. Os cálculos que asseguram a recuperação do investimento inicial baseiam-se em limites mínimos de tráfego previsto nos estudos técnicos. Admite-se que em 1975 percorrerão a ponte, no mínimo, 5 milhões e 500 mil veículos, o que corresponde a um tráfego médio diário de 15 mil veículos diversos – 9 mil automóveis, 2.500 ônibus e 3.500 caminhões. A previsão para 1984 indica volume de 12 milhões de veículos, correspondendo a um tráfego médio diário de 33 mil veículos<sup>11</sup>.

O custo da obra de praticamente um bilhão seria justificado, segundo a revista, com o autofinanciamento que a mesma alcançaria. Neste sentido, para *Construção Pesada*, a obra

---

<sup>11</sup> Revista *Construção Pesada*. **Uma obra de 1 bilhão. Será que vale a pena?** Ed.35. Dezembro de 1973. P.58.

teria valido a pena, confirmando aquilo que a revista já havia afirmado no editorial, seria *“uma obra que honra a Engenharia Nacional”*<sup>12</sup>.

Por fim, outra coisa interessante a se destacar na revista é a quantidade de páginas compostas por peças publicitárias. Das 64 páginas que constituem a revista, 24 páginas são totalmente preenchidas por propaganda. Além disso, outras 27 empresas dividem um espaço que compreende 2/6 de página, sendo composta por duas peças publicitárias, sendo os restantes 4/6 constituídos por reportagem sobre a ponte. A relação das empresas que anunciaram na revista Construção Pesada, na edição analisada, relacionamos na tabela abaixo:

---

<sup>12</sup> Revista Construção Pesada. Nota da redação. Op.Cit.

| <b>Publicidade – Revista Construção Pesada nº35</b> |                                                      |
|-----------------------------------------------------|------------------------------------------------------|
| <b>Empresa</b>                                      | <b>A que se refere</b>                               |
| Wirth                                               | Máquinas de perfuração                               |
| Brasif                                              | Máquinas para escavação de terra                     |
| Comac São Paulo S.A. Máquinas                       | Motoniveladora                                       |
| Otto Baumgart                                       | Produtos químicos para construção                    |
| Huber-Warco do Brasil                               | Motoniveladoras                                      |
| CIBA-GEIGY                                          | Plásticos                                            |
| Zeloso*                                             | Macacos hidráulicos                                  |
| Aeroquip*                                           | Mangueiras e conexões                                |
| Fundasa                                             | Empresa de fundações                                 |
| Ometema*                                            | Comércio e Indústria de Máquinas                     |
| Diesel-Partes S.A.*                                 | Equipamentos de lubrificação                         |
| J.I. Case do Brasil                                 | Trator                                               |
| Tirfor*                                             | Talha-guincho                                        |
| Mills Andaimes Tubulares                            | Andaimes                                             |
| Bade*                                               | Entubadoras hidráulicas                              |
| Eletrotécnica Titan Ind. Com. S.A.                  | Equipamento de Solda Elétrica                        |
| Trivellato Engenharia Indústria e Comércio*         | Geradores de força, máquinas de solda e Compressores |
| Equibrás*                                           | Equipamentos rodoviários                             |
| Franki                                              | Estacas                                              |
| Madal S.A.                                          | Implementos agrícolas e rodoviários                  |
| Armaq*                                              | Serviço técnico de ar comprimido                     |
| Geocarta S.A.*                                      | Fotografia e microfilmagens                          |
| Sika                                                | Produtos para construção civil                       |
| Tecno Fabril*                                       | Máquinas e produtos de construção civil              |
| Heliflex*                                           | Mangueiras                                           |
| J. Torquato Comércio e Indústria S.A.               | Perfis soldados                                      |
| Eletroprojetos S.A.*                                | Estudos e projetos para construção                   |
| Geotécnica S/A                                      | Engenheiros e Consultores                            |
| ECL – Engenharia, Consultoria e Economia S.A.*      | Estudos e projetos de Engenharia                     |
| Companhia Construtora Pederneiras                   | Companhia Construtora                                |
| Wild Heerbrugg*                                     | Instrumentos de topografia                           |
| Uliana-Consmaq*                                     | Vassouras mecânicas                                  |
| Equipamentos Clark                                  | Máquinas e equipamentos                              |
| CIEF*                                               | Companhia de ferro e aço                             |
| Vibro*                                              | Compactador vibratório                               |
| H.V. Dunhofer Representações                        | Equipamentos para perfuração de fundações e túneis   |
| Molykote*                                           | Lubrificantes                                        |
| H. Roth – Instrumental Científico Ltda*             | Aparelhos de pesquisa                                |
| Hempel*                                             | Tintas industriais                                   |
| Ficap*                                              | Fios e Cabos                                         |
| Prensa*                                             | Aluguel de compressores de ar                        |
| MTU – Motoren-und Turbinen-Union*                   | Geradores de energia                                 |
| Engevix S.A.                                        | Planejamento, projetos, assistência técnica          |
| Pierre Saby S.A.*                                   | Construções metálicas                                |
| Daido*                                              | Correntes                                            |
| Caterpillar                                         | Máquinas operatrizes                                 |
| Faço                                                | Fábrica de aço                                       |

|                                                                |                             |
|----------------------------------------------------------------|-----------------------------|
| Sonnervig                                                      | Equipamentos de compactação |
| Mepel                                                          | Máquinas e equipamentos     |
| Tecnosolo – engenharia e tecnologia de solos e materiais S.A.* | Empresa de engenharia       |
| Reaes                                                          | Equipamentos de engenharia  |

**Tabela 10 - Empresas com publicidade na revista Construção Pesada, Edição 35 – dezembro de 1973.**

\* Empresas cujas peças publicitárias ocupam só 1/6 da página.

As empresas são constituídas por produtos que se relacionam diretamente ao setor da construção civil, sendo fábricas, empresas de engenharia, máquinas, equipamentos, etc. É interessante também demonstrar que a maioria das peças publicitárias se utilizou do tema “ponte Rio-Niterói” para construir sua propaganda, afirmando sua participação na construção da ponte. Como exemplo, citamos algumas peças:

A Técnica e os produtos SIKA participaram ativamente da construção da Maior Obra da Engenharia Brasileira. Nós nos orgulhamos disso e nos congratulamos com os idealizadores e realizadores da obra<sup>13</sup>.

A Geotécnica S.A. participou da construção dos 13.290 m. da ponte Rio-Niterói realizando o controle tecnológico dos materiais, as investigações geotécnicas, a assessoria à fiscalização da construção das fundações<sup>14</sup>.

Brasil é progresso. A nós também impressiona a obra pioneira da ponte Rio-Niterói<sup>15</sup>.

Nós também ligamos o Rio à Niterói<sup>16</sup>.

Nós também colaboramos nesta obra<sup>17</sup>.

Percebe-se a importância que a ponte constituiu para as empresas que anunciam na revista, já que as mesmas foram fornecedoras de material para a obra. Além disso, fica clara a reprodução da ideologia de desenvolvimento e progresso que a ponte traria para o Brasil, o que fica claro principalmente na peça da Wild Heerbrugg, fábrica de instrumentos de topografia, que associa a construção da ponte ao progresso com a afirmação “Brasil é progresso”.

### **Veja e a Ponte Rio – Niterói: “a ponte de ouro sobre o mar de lama”**

Ao contrario da Transamazônica, que *Veja* dedica a maioria das matérias para discutir a caracterização da rodovia dentro do clima de “Brasil Potência”, junto com os benefícios da mesma para a “nação brasileira”, e para os trabalhadores junto à rodovia através das agrovilas

<sup>13</sup> Peça publicitária da SIKA, em: **Revista Construção Pesada**. Ed.35. Dezembro de 1973. P.27.

<sup>14</sup> Peça publicitária da GEOTÉCNICA S.A., em: **Revista Construção Pesada**. Ed.35. Dezembro de 1973. P.33.

<sup>15</sup> Peça publicitária da WILD HEERBRUGG, em: **Revista Construção Pesada**. Ed.35. Dezembro de 1973. P.37.

<sup>16</sup> Peça publicitária da FICAP, em: **Revista Construção Pesada**. Ed.35. Dezembro de 1973. P.46.

<sup>17</sup> Peça publicitária da PRENSA, em: **Revista Construção Pesada**. Ed.35. Dezembro de 1973. P.46.

e benefícios para que estes pudessem se estabelecer nas beiras da estrada, a construção da Ponte Rio-Niterói, é caracterizada por *Veja* possuir a maioria de suas matérias voltadas para discutir sobre as empresas de construção civil, empreitadas para a construção da obra. Das 14 matérias encontradas dentro de nosso recorte temporal, apenas 04 tratam a ponte sem ter como foco principal as empreiteiras. Lembramos ainda que a construção da ponte ficou encarregada, em um primeiro momento, ao Consórcio Construtor Rio-Niterói, formado pelas empresas Construtora Ferraz Cavalcanti, Construtora Brasileira de Estradas, Servix de Engenharia e Empresa de Melhoramentos e Construção; Posteriormente, ocorre a transferência da licitação para o Consórcio Construtor Guanabara, formado pelas empresas Camargo Correa, Rabello S.A e Mendes Júnior, cujas especificidades procuramos esclarecer neste trabalho. Abaixo, o quadro com as matérias analisadas:

**Matérias de *Veja* sobre a Ponte Rio – Niterói (construtoras)**

|    | <b>Data</b> | <b>Edição</b> | <b>Assunto</b>                                                              |
|----|-------------|---------------|-----------------------------------------------------------------------------|
| 01 | 09/12/1970  | 118           | RIO/GB – Ponte repartida                                                    |
| 02 | 20/01/1971  | 124           | RIO/GB – A ponte discutida                                                  |
| 03 | 27/01/1971  | 125           | RIO – NITERÓI – A ponte de Pisa                                             |
| 04 | 03/02/1971  | 126           | Ponte vista do panorama – <i>As grandes dificuldades de uma grande obra</i> |
| 05 | 28/04/1971  | 138           | ADMINISTRAÇÃO – Agora, 1973                                                 |
| 06 | 12/05/1971  | 140           | A ponte segundo o chumbo fino do MDB                                        |
| 07 | 19/05/1971  | 141           | A ponte, segundo Andreazza                                                  |
| 08 | 02/06/1971  | 143           | PONTE – Barulho inútil                                                      |
| 09 | 09/05/1973  | 244           | Travessia em 74?                                                            |
| 10 | 25/07/1973  | 255           | CIDADES – NITERÓI – À espera da ponte                                       |
| 11 | 16/01/1974  | 280           | OBRAS – Quantos morreram?                                                   |
| 12 | 06/03/1974  | 287           | PONTE-MONUMENTO – A longa rota sobre o mar                                  |
| 13 | 13/03/1974  | 288           | RIO-GB – A grande festa                                                     |
| 14 | 05/03/1975  | 339           | ESPECIAL – A aventura das obras públicas                                    |

**Quadro 11 - Matérias de *Veja* sobre a Ponte Rio-Niterói**

Mesmo assim, as primeiras discussões da revista sobre a ponte Rio – Niterói se dão apenas no final de 1970 e início de 1971, quando o contrato de licitação da obra é reincidento. Na edição 26 (05/03/1969), *Veja* tratou da fusão do Rio de Janeiro com a Guanabara, que aconteceria quando a ponte estivesse concluída. Segundo *Veja*, “*uma ponte política, entenda-se, nada impedindo que também se faça uma ponte de ferro*”. Porém, a ponte de ferro não é assunto tratado na matéria. Além disso, durante nosso contato geral com as fontes, percebemos algumas matérias em que a revista deu a entender que a obra estava sendo

construída, entretanto, estas menções foram sempre no sentido de exemplificar algum assunto, não aprofundando a questão.

Devido às especificidades das matérias de *Veja* que tratam a questão da ponte, optamos por dividi-las em uma metodologia um pouco diferente do que procuramos fazer ao longo do trabalho. Ao invés de seguir a linha cronológica da revista, respeitando a ordem das edições e demonstrando o desenrolar da revista, chegamos à conclusão que isto não poderia se aplicar no caso da ponte Rio – Niterói. Isso porque, como já afirmamos anteriormente, apesar das obras iniciarem em 1969, *Veja* começou a falar do caso só em finais de 1970, quando o contrato com a empresa construtora estava prestes a rescindir. Neste sentido, o que caracteriza o tom das matérias da revista é uma constante volta para explicar como se deram as discussões em torno do projeto da ponte e o início da construção da ponte, para poder dar seguimento aos acontecimentos que a revista procurava noticiar. Em uma primeira análise, optamos pela metodologia habitual e chegamos à conclusão de que seguindo a cronologia da revista, a repetição de muitas informações acabava deixando muito confuso o posicionamento da revista que para nós estava claro. Neste sentido, nossa metodologia priorizará o curso dos acontecimentos narrados pela revista, selecionando dentro do recorte temporal, os trechos que retratavam estes acontecimentos. Esperamos, através desta medida, deixar mais claro os acontecimentos em torno da ponte, além de, é claro, perceber o posicionamento da revista em torno deles.

Neste sentido, a primeira matéria à qual fazemos referência, encontra-se edição 126, onde *Veja* dedica uma matéria de quatro páginas trazendo um apanhado geral sobre a ponte. Com o título “Ponte vista do panorama”, a matéria inicia narrando as tentativas de ligação entre a cidade do Rio de Janeiro e a cidade de Niterói que vinham sendo planejadas desde a época do Império. As propostas teriam girado desde a construção de um túnel, até a alternativa de um “caminho aéreo”, misturando uma ponte de cabos de aço com um teleférico gigantesco. Referindo-se as discussões entre Dom Pedro II e o engenheiro que projetava a construção do túnel, *Veja* afirma: “*Nas obras públicas, porém, nem sempre a precisão dos contratos oficiais e as intenções dos interessados são suficientes para garantir a execução dos projetos*”<sup>18</sup>.

---

<sup>18</sup> *Veja. Ponte vista do panorama.* (Seção Brasil). Ed.126 – 03/02/1971. P.13.

Segundo a revista, em dezembro de 1968, depois de um estudo de viabilidade econômica e uma disputada concorrência, teria sido assinado o contrato “*de empreitada de obra de infra, meso e superestrutura da ponte Rio – Niterói*”<sup>19</sup>. Segundo a revista:

Esse projeto, baseado em estudos mais sólidos que os sonhos do Império e as primeiras improvisações da República, sobreviveu à fatalidade que extinguiu seus semelhantes. Contudo, não ficou incólume: um ano depois da assinatura do contrato, o ministro Andreazza admitiu o adiamento da entrega da ponte ao tráfego<sup>20</sup>.

Narrando a história da construção da ponte, *Veja* afirma:

Durante os primeiros meses da obra montou-se uma verdadeira cidade na baixada calorenta da Ponta do Caju, no Rio. Onde havia apenas terrenos baldios surgiram fábricas de concreto, unidades de protensão de vigas, imensos depósitos de maquinarias e centros de processamento de dados. A ponte preparava-se para invadir o mar<sup>21</sup>.

A primeira tarefa, segundo a revista, era a cravação dos tubulões de aço. Pelo fato de apodrecerem, os mesmos entraram nas preocupações de cariocas e fluminenses em março de 1970. No primeiro teste de carga um deles cedeu, matando cinco operários e três engenheiros. “*Num raciocínio simples, relacionou-se o desabamento da carga com o futuro da ponte*”<sup>22</sup>. Segundo *Veja*, “*o equilíbrio das relações entre o consórcio empreiteiro, a firma projetista e o DNER, no entanto, mesmo em março de 1970 era precário como o do tubulão de teste, mas um clima de sólido otimismo revestia os atritos concretos que rondavam a ponte*”<sup>23</sup>. Esses problemas ficariam embaixo da água, como os tubulões. À tona, viriam as afirmações da revista dos empreiteiros, “*A Ponte*”, que dizia em junho: “*“O ministro (Mário Andreazza) tem se mostrado um verdadeiro engenheiro tocador de obra, evitando assim a burocracia que emperra qualquer grande empreendimento. Muito obrigado, ministro”*”<sup>24</sup>. Em fevereiro, a revista “*DNER Informa*” registrava a “satisfação” do ministro com “*“o ritmo acelerado da construção”*”<sup>25</sup>. E, para reafirmar o fato de que os problemas estariam sendo encobertos, *Veja* afirma:

Na realidade, as relações entre os empreiteiros e os projetistas eram periodicamente estremecidas. O consórcio sugeria detalhes do projeto da ponte que freqüentemente eram rejeitados pelo escritório Noronha. Pouco a pouco definiam-se os dois pontos em torno dos quais giraria o círculo vicioso das discussões: o atraso das obras e a falta do “projeto executivo” anunciado no contrato<sup>26</sup>.

---

<sup>19</sup> Idem.

<sup>20</sup> Idem.

<sup>21</sup> Idem.

<sup>22</sup> Idem.

<sup>23</sup> Idem.

<sup>24</sup> Idem.

<sup>25</sup> Idem.

<sup>26</sup> Idem.

Apoiando-se em relatórios realizados pela empresa Geotécnica, especializada em sondagens, *Veja* afirma que as medidas utilizadas pelo Consórcio Construtor Rio-Niterói, levariam apenas à um encarecimento da obra e de retardamento dos prazos. Além disso, a Geotécnica teria averiguado que as ferramentas utilizadas eram inadequadas e que o consórcio cometia erros nas escavações. Em relação aos atrasos, *Veja* afirma:

As obras estavam evidentemente atrasadas, mas o consórcio nunca recebeu qualquer notificação nem lhe foi cobrada a multa contratual, da qual poderia recorrer ao Conselho Executivo do DNER, o que abriria uma frente jurídica e de certa forma pública para qualquer discussão, fora do rigoroso campo da técnica<sup>27</sup>.

E mais uma vez *Veja* compara as notícias veiculadas pelos jornais oficiais, com a verdadeira realidade da obra, realizando uma interpelação sem qualquer prurido. Como no exemplo do jornal do consórcio, “A Ponte”, e o boletim “DNER Informa”, já citados anteriormente, mais uma vez a revista demonstra que a exaltação afirmada no “DNER Informa” sobre o avanço “rápido” da ponte, não correspondia com as discussões das firmas projetistas e fiscalizadoras Noronha e Howard, Nedles, Tammen & Bergendoff International Inc. Segundo *Veja*, o relatório realizado por essas empresas fazia sérias acusações ao consórcio empreiteiro, denunciando emprego de materiais de baixa qualidade, erros de construção que levaram à necessidade de refazer trechos das obras, pressões sobre fiscais, areia onde devia haver concreto, e a decisão de utilizar o sistema de construção da laje em duas etapas teria “trágicas conseqüências”.

Durante os últimos seis meses, segundo *Veja*, teria se desenvolvido uma luta silenciosa e repleta de termos técnicos e documentada com plantas e equações sofisticadas envolvendo o consórcio construtor, a firma projetista – o escritório Antônio Alves Noronha Filho – e o DNER. Essa batalha movimentada evolui, segundo a revista, em pouco tempo, dos entendimentos ríspidos para os ofícios incisivos, até que no dia 1º de dezembro, o consórcio construtor perdeu parte da obra por decisão do conselho administrativo do DNER. Segundo *Veja*: “*Aparentemente, tratava-se de uma simples medida administrativa. Na realidade, porém, eram os últimos movimentos de um combate que se aproximava do fim*”<sup>28</sup>. E, em fevereiro de 1971, o presidente Médici assinava um decreto que “em quatro artigos” desapropriava, em nome da utilidade pública, o consórcio construtor da ponte Rio – Niterói.

---

<sup>27</sup> Idem. P.15.

<sup>28</sup> Idem. P.13.

Com a desapropriação o governo se transformou no proprietário de todo o material acantonado para as obras da ponte e responsável pela contratação de novos serviços. Segundo *Veja*, “*repentinamente, o poderoso consórcio, que movimentava milhões de cruzeiros, ficou transformado num simples escritório do metálico edifício Avenida Central, na Avenida Rio Branco, no centro do Rio*”<sup>29</sup>. Segundo a revista, o prazo teria sido transferido para fins de 1972 e os custos, que em poucos momentos se mantiveram dentro das previsões iniciais, foram mudados. Segundo *Veja*,

Com a desapropriação, a obra será executada por administração direta, ou seja, o próprio DNER será responsável pela construção. Para isso deverá chamar o consórcio colocado em segundo lugar na concorrência de 1968, que trabalhará mediante o recebimento de 9% sobre todos os gastos que agora serão autorizados e planejados pela empresa oficial criada no decreto da Presidência da República. O consórcio encabeçado pela poderosa Camargo (Urubupungá) Correa fixara seu preço em 438 milhões<sup>30</sup>.

Tendo em vista todos esses problemas, o Conselho Administrativo do DNER retirou do consórcio cerca de 30% da obra contratada, passando-a ao segundo colocado na concorrência, aos preços da vencedora. Segundo *Veja*,

Aparentemente, tratava-se de pequena punição, mas era de fato o início do fim. O consórcio resolveu contratar uma nova arma capaz de lhe garantir a vitória numa nova frente. Pediu, em termos jurídicos, a reconsideração da divisão da empreitada. O consórcio decidiu defender toda a obra. Recusou propostas de novas associações e respondeu por itens às acusações do relatório Noronha-Howard. A essa altura, porém, **faltava o clima emocional que permite os entendimentos**<sup>31</sup>.

Segundo a revista, “*um mediador angelical poderia ter aproximado o DNER e os projetistas do consórcio*”<sup>32</sup>, mas, um novo teste de carga abriu novamente a curiosidade popular para o meio da baía. E, no dia do teste, o tubulão do qual se esperava afundar 15 milímetros, baixou 13 centímetros, dando ainda mais motivos para a certeza de que a obra representava uma tragédia.

Após estes acontecimentos, o deputado Pedro Horta anunciava que o MDB solicitaria a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as irregularidades ocorridas na obra da ponte. Segundo *Veja*,

A CPI, porém, era tão inviável quanto o teleférico de Grim, pois ela precisava da assinatura de um terço dos deputados, mas nem com isso o MDB pode contar. Até mesmo parlamentares interessados na apuração das irregularidades condenavam a comissão, como Flávio Marcílio<sup>33</sup>.

---

<sup>29</sup> Idem. P.14.

<sup>30</sup> Idem.

<sup>31</sup> Idem. P.16. (Grifos meus).

<sup>32</sup> Idem.

<sup>33</sup> Idem.

Para concluir, *Veja* dá a sua opinião sobre a medida do DNER de desapropriar o Consórcio Construtor Rio-Niterói, dando 30% da obra para o Consórcio Construtor Guanabara:

O método inédito da desapropriação da ação e dos equipamentos do consórcio deverá levar muitas preocupações a empreiteiros retardatários. Mesmo contribuindo para uma melhor sistematização das obras da ponte e evitando polêmicas infrutíferas, não terá a capacidade de corrigir os erros cometidos e eliminar os atrasos verificados<sup>34</sup>.

A ponte teria sido contratada para março de 1971, adiada para novembro e agora, lançada para fins de 1972.

Em relação ao processo específico de desapropriação, a primeira matéria que encontramos em *Veja*, em dezembro de 1970, tratava da decisão do ministro dos Transportes de repartir a ponte. Com o título “Ponte repartida”, *Veja* inicia apoiando a decisão do Ministro dos Transportes: “*Mais do que a qualquer complicada manobra política, a decisão do ministro Mário Andreazza, dos Transportes, de repartir o bolo da construção da ponte Rio – Niterói, parece atender ao raciocínio simples mas eficiente de que ninguém dá o que não tem*”<sup>35</sup>. Segundo a revista, ao ser informado pelos técnicos do DNER de que o consórcio construtor não conseguiria completar a obra no prazo, “*o ministro preferiu garantir o melhor resultado da maneira mais prática*”<sup>36</sup>. Em lugar de esperar que o descumprimento do contrato se tornasse evidente, para então cobrar as multas, antecipou-se e entregou parte da obra ao consórcio classificado em segundo lugar na concorrência pública.

Percebe-se que *Veja* coloca a atitude do ministro como sendo a mais acertada. Em relação aos responsáveis pelo primeiro consórcio, *Veja* afirma que eles teriam sido “muito discretos”, não protestando contra a diminuição da sua fatia de obra. “*Disseram apenas que a medida já era esperada*”<sup>37</sup>. E traz a afirmação de um dos técnicos do consórcio, duvidando que a medida do ministro tenha a eficácia imaginada, já que as novas firmas precisariam de pelo menos seis meses para se instalarem.

Em relação aos prazos, *Veja* procura demonstrar a preocupação do Governo no cumprimento deste, já que o financiamento da obra, calculada em 290 milhões de cruzeiros, deveria ser pago em oito anos, e o dinheiro seria fruto da cobrança de pedágio da ponte. O atraso, portanto, não só interferia na não-utilidade da obras mas, principalmente, ao fim do

---

<sup>34</sup> Idem.

<sup>35</sup> *Veja*. RIO/GB. **Ponte repartida**. (Seção Brasil). Ed.118 – 09/12/1970. P.24.

<sup>36</sup> Idem.

<sup>37</sup> Idem.

prazo de carência do financiamento obtido na Inglaterra, gerado por um cronograma que acreditava na inauguração em março de 1971, e supunha que no fim do ano, com a cobrança de pedágio, poderia começar o resgate. “*Agora, mesmo sem ponte, há débito*”<sup>38</sup>. Na edição 126, há a referencia da comissão deixada para o banqueiro inglês de 1,25% sobre os 75 milhões de dólares conseguido pelo governo brasileiro na Casa Bancária Natham Mayer Rotschild & Sons, em Londres.

Segundo a revista, “*Andreazza tem pelo menos um bom motivo para ser mais otimista, dando apenas noventa dias de prazo para que o novo consórcio inicie sua parte*”<sup>39</sup>. Um atraso que se somasse aos oito meses já concedidos, poderia transtornar o esquema de pagamentos. Segundo *Veja*:

Assessores do ministro comentam que a decisão teve o cuidado de poupar a imagem do consórcio vencedor da concorrência, formado por firmas brasileiras, e que, embora impotente para cumprir os prazos, tem demonstrado capacidade técnica. Mas as recentes declarações de Andreazza em Porto Alegre mostram que, se houve esse cuidado agora, há também a preocupação de deixar claro que futuros erros de cálculo talvez não encontrem a mesma condescendência<sup>40</sup>.

A revista parece procurar demonstrar o respeito do governo em relação ao consórcio construtor desapropriado, entretanto, não deixa de alertar que o mesmo não admitiria a continuidade de erros e atrasos, alertando as empresas para que não se acomodassem diante da “condescendência” do ministro.

Para legalizar a medida de transferir parte da obra para o consórcio classificado em segundo lugar, *Veja* traz elementos que comprovam a ineficiência do trabalho do consórcio construtor classificado. Na edição 124, o assunto vai voltar com o título “A ponte discutida”. Segundo a revista,

Destinados a sustentar, 50 metros acima do mar, a futura ponte Rio – Niterói, dezesseis blocos de concreto fincados no fundo lodoso da baía da Guanabara transformaram-se subitamente em “pilares de lamentações” onde empreiteiros, técnicos do Departamento Nacional de Estradas e Rodagem e o próprio ministro dos Transportes, Mário Andreazza, trocaram queixas, acusações e ameaças que pareciam, a princípio, capazes de abalar definitivamente a realização da obra<sup>41</sup>.

Segundo a revista, um teste para verificar a solidez dos pilares da ponte teria indicado que a ponte estava sendo construída sobre um terreno perigosamente movediço, exigindo, além de reforço nas fundações, uma revisão geral do projeto. Avaliando o projeto da ponte, *Veja* afirma:

---

<sup>38</sup> *Veja*. ADMINISTRAÇÃO. **Agora**, 1973. (Seção Brasil). Ed.138 – 28/04/1971. P.32.

<sup>39</sup> *Veja*. RIO/GB. **Ponte repartida**. Op. Cit. P. 24.

<sup>40</sup> Idem.

<sup>41</sup> *Veja*. RIO/GB. **A ponte discutida**. (Seção Brasil). Ed.124 – 20/01/1971. P.21.

Sonho de quase um século, a Rio – Niterói não nasceu sob um signo favorável. Quatro acidentes em dois meses mataram até agora quatro engenheiros e oito operários. O prazo fixado para sua construção foi estendido de 28 para 36 meses. E recentemente os técnicos do DNER constataram que esse prazo era ainda insuficiente para o ritmo das obras, provocando a intervenção do Ministério dos Transportes, que transferiu 30% dos contratos para o consórcio de empreiteiros classificado em segundo lugar na concorrência. A proposta vencedora fora de 240 milhões de cruzeiros, o segundo colocado orçou a obra em 438 milhões, quase 200 milhões a mais. Essa disparidade entre os dois orçamentos era, para alguns técnicos de construtoras derrotadas, a grande responsável pelos azares da ponte<sup>42</sup>.

Neste trecho, *Veja* sintetiza aquilo que ela vai continuar pregando no decorrer de suas matérias. As mortes, o atraso das obras, o dinheiro gasto, entre outros elementos que são constantemente apontados pela revista, são utilizados para demarcar o “signo desfavorável” da ponte. A novidade que encontramos aqui, diz respeito à concorrência entre os dois consórcios na licitação da obra, onde a diferença de quase 200 milhões de cruzeiros teria dado ao Consórcio Construtor Rio-Niterói o vencimento da concorrência. Pela afirmação da revista, ao dizer que esta diferença seria “a grande responsável pelos azares da ponte”, percebe-se que a revista parece defender o Consórcio Construtor Guanabara, derrotado na primeira licitação por orçar a obra em 438 milhões. A partir das afirmações dos “técnicos das construtoras derrotadas” *Veja* demonstra que a concorrência levou em conta o menor preço, porém esta “economia” teria influído na falta de segurança, na qualidade do material utilizado e no não cumprimento dos prazos. Em relação à reação do Consórcio Construtor Rio-Niterói, ao se afirmarem as decisões de entrega de parte da obra ao segundo consórcio, ao contrário da matéria anterior em que *Veja* afirmava que os responsáveis não tinham protestado, a revista demonstra a reação dos “vencedores da concorrência”. Segundo *Veja*,

Mas os vencedores da concorrência, pelo menos aparentemente, parecem confiar nos seus preços e prazos. Apoiados na fluente argumentação de um famoso jurista, o ex-ministro Carlos Medeiros da Silva, solicitaram do DNER que reconsiderasse sua decisão de transferir parte do contrato. E diante da nova ameaça, representada pela suposta instabilidade dos pilares já construídos, fontes ligadas ao consórcio construtor apontaram o escritório de engenharia Antonio Alves de Noronha Filho, projetista e supervisor dos trabalhos, como principal responsável pelos atrasos e falhas<sup>43</sup>.

É interessante notar quem é a figura recorrida para defender o Consórcio Construtor Rio-Niterói: o ex-ministro Carlos Medeiros da Silva. O “famoso jurista” só é “analisado” na edição posterior, 125, declarando que Carlos Medeiros da Silva foi o autor dos Atos Institucionais 1 e 12 e da Constituição de 1967. Ao mencionar esse episódio, a edição 125

---

<sup>42</sup> Idem.

<sup>43</sup> Idem.

procura demonstrar as estratégias utilizadas pelo consórcio para manter sua posição de chefe das obras.

Voltando à edição 124 e as afirmações de acusação do consórcio vencedor, a resposta do DNER “não tardou”, segundo *Veja*. O engenheiro Eliseu Rezende, diretor-geral do DNER, teria avisado em entrevista que para terminar a ponte no prazo, o governo federal não titubeará em entregar outras etapas da obra a novos grupos de firmas. *Veja* reproduz também o comunicado do ministro Mário Andreazza, defendendo os projetistas e desmentindo as notícias alarmistas, baseado no parecer dos técnicos consultores em fundações, para quem a obra deve prosseguir dentro dos critérios que vinham sendo seguidos. Segundo o ministro, “*Qual a origem dessa notícia? Qual teria sido o propósito de seus autores? Desacreditar a obra? Atacar o governo? Atingir a pessoa do ministro dos Transportes e seus auxiliares*”<sup>44</sup>. E *Veja* dá o seu parecer: “*Difícilmente haverá uma única resposta para essas questões. Como dificilmente se conseguirá que a polêmica em torno da ponte seja menor do que os grandes pilares que serão sua base*”<sup>45</sup>. Na edição 138, *Veja* vai mencionar a “batalha da maior causa cível do país” com o consórcio desapropriado que estaria exigindo uma indenização de 142 bilhões de cruzeiros.

Na edição seguinte, a ponte Rio-Niterói é comparada com a torre de Pisa, já que o assunto da matéria é o relatório sobre a obra preparado pela Howard, Nedles, Tammen & Bergendoff Internacional Inc – onde em onze laudas, o relatório usa a expressão “catastrófica” três vezes –, e o teste de carga realizado na semana anterior, onde, mesmo sem terem sido aplicadas as 1300 toneladas previstas, as obras de sustentação cederam 13 centímetros em vez dos 15 milímetros desejáveis. Com o título “A ponte de Pisa”, *Veja* estaria comparando a obra com a torre italiana que começou a inclinar-se para o sudeste, logo após o início da construção, em 1173, devido a uma fundação mal colocada e ao substrato solto que permitiu a fundação mudar de direção.

A matéria começa relatando o momento de assinatura do contrato de construção da ponte Rio – Niterói, onde os “satisfeitos senhores” que comemoravam o início das obras calculavam apenas a preocupação com o programa de inauguração, prevista para início de 1971. Segundo *Veja*,

A distância entre o planejamento e os resultados, contudo, parece ser diretamente proporcional ao fim da cordialidade entre os sorridentes signatários das dezenas de

---

<sup>44</sup> Idem.

<sup>45</sup> Idem.

documentos de 1968. A ponte não está pronta e, quando estiver, talvez em dezembro, terá custado mais do que se previa<sup>46</sup>.

A revista retoma as discussões já relatadas na edição anterior e afirma: “*É possível que a ponte fique pronta antes que se possa dizer com clareza de quem foi a culpa pelo atraso*”<sup>47</sup>. A revista afirma ser esta uma “discussão em espiral”, trazendo afirmações anteriores sobre o anúncio do cumprimento dos prazos e comparando com as afirmações atuais que não viriam da mesma forma. Segundo *Veja*:

Uns dizem que há lentidão nas turmas de trabalho. Outros lembram que não existe um projeto final e detalhado de toda a obra da ponte. Esta discussão, que vinha sendo mantida nos bastidores, com todos os personagens publicamente emudecidos, inesperadamente transbordou<sup>48</sup>.

E *Veja* procura encontrar os responsáveis pelo “transbordar das informações” que se refere à publicação do relatório da Howard, no Tribuna da Imprensa. Sendo conhecido pelo Ministério dos Transportes desde novembro, quem teria entregado o relatório para a imprensa naquele momento? Segundo *Veja*, “*a primeira suspeita caiu sobre o mordomo: o consórcio. Este publicou uma nota oficial explicando que se declarava atingido pelas conclusões, sendo ‘óbvio’ que não iria divulgá-lo*”<sup>49</sup>. Para a revista,

A segunda suspeita paira sobre os eternos interessados na confusão. E, como a confusão da ponte envolve milhões de dólares, talvez haja muitos interessados. Contudo, apesar da delicadeza da situação, há também interessados em evitar qualquer polêmica pouco técnica. No silêncio desconfiado, o consórcio procura recuperar a terça parte perdida da obra e manter com segurança os dois terços restantes, talvez disposto a defendê-la até mesmo através de uma monumental ação de perdas e danos<sup>50</sup>.

Em 28 de abril de 1971, *Veja* publica uma matéria anunciando um novo adiamento das obras para o segundo semestre de 1973. Segundo a revista,

Os prazos de entrega da ponte Rio – Niterói parecem ser o resultado visual de uma partitura de variedades. Teoricamente, a obra nunca apresentou problemas, até que a firma construtora foi legalmente despedida. Porém, mesmo quando isso aconteceu, as poucas declarações demonstravam que a realidade da obra estava um ano além do otimismo dos seus realizadores<sup>51</sup>.

Em relação ao silêncio que havia em torno da obra, a matéria é marcada pelas frases ironizando o encobrimento dos fatos: “*com decretos e silêncios pode-se fazer quase tudo.*

---

<sup>46</sup> *Veja*. RIO – NITERÓI. **A ponte de Pisa**. Ed.125 – 27/01/1971. P.18.

<sup>47</sup> *Idem*.

<sup>48</sup> *Idem*.

<sup>49</sup> *Idem*. P.20.

<sup>50</sup> *Idem*.

<sup>51</sup> *Veja*. ADMINISTRAÇÃO. **Agora, 1973**. (Seção Brasil). Ed.138 – 28/04/1971. P.32.

*Menos uma ponte*”. “E quando caía sobre a ponte uma rigorosa capa de silêncio – Ministério dos Transportes e consórcio desapropriado em estado de absoluto mutismo”<sup>52</sup>.

Segundo a revista, o último adiamento teria sido fruto da intenção do novo consórcio construtor, liderado pela empreiteira Camargo Correa, de manter “os padrões técnicos necessários para o bom andamento da obra”<sup>53</sup>. Se o contrato assinado em 1968 pelo consórcio encabeçado pela empresa Ferraz Cavalcanti fixava um preço de concorrência para a ponte, o novo contrato não estabelecia nenhum teto. A obra seria fiscalizada por uma empresa pública e o empreiteiro receberá 10% sobre os gastos globais.

A mudança formal na relação com a empresa construtora teria permitido também o envio de técnicos à Alemanha para comprar equipamentos. Segundo a revista, “erros de construção e de projetos estão sendo minuciosa e pacientemente revistos”<sup>54</sup>. Tendo em conta estas “expectativas”, *Veja* aposta na obra: “o adiamento da semana passada, portanto, parece ser realmente o último”<sup>55</sup>.

Percebemos então uma mudança nítida entre a obra com o Consórcio Construtor Rio-Niterói e a obra com o Consórcio Construtor Guanabara. Quando do antigo consórcio, a obra – encoberta em silêncios – não progredia. Quando do novo consórcio, a ponte deslanchava, prevendo ainda a compra de equipamentos mais seguros, e trabalhando de maneira que os erros fossem revistos.

#### *A Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a ponte*

Em relação à tentativa de montar uma CPI sobre o caso, *Veja* dedica três matérias para discutir especificamente o assunto: nas edições 140, 141 e 143. Na edição 140, a matéria intitulada “A ponte segundo o chumbo fino do MDB”, afirmava que “em relação à ponte Rio – Niterói, tudo vai mal”<sup>56</sup>. Reafirmando o silêncio mantido em relação à construção, *Veja* narra os discursos do advogado fluminense de origem pessedista, Hamílton Xavier, que teria chegado ao plenário da Câmara com 29 laudas de discurso sobre a ponte. Segundo a revista,

Enquanto os equívocos ficaram sepultados no fundo da baía, e protegidos pelos severos portões do canteiro de obras da ilha do Fundão, o espetáculo estava rigorosamente protegido. Contudo, na semana passada, o MDB, com movimentos elásticos na Câmara, conseguiu pelo menos levantar o pano de boca do palco<sup>57</sup>.

---

<sup>52</sup> Idem.

<sup>53</sup> Idem.

<sup>54</sup> Idem.

<sup>55</sup> Idem.

<sup>56</sup> *Veja. A ponte segundo o chumbo fino do MDB.* (Seção Brasil). Ed.140 – 12/05/1971. P.20.

<sup>57</sup> Idem.

Segundo as acusações de Xavier, a obra teria sido posta em concorrência sem projeto definitivo e que diante da desapropriação do primeiro consórcio construtor o Departamento Nacional de Estradas e Rodagem adjudicou a obra, sem concorrência, ao consórcio liderado pela firma Camargo Correa. Xavier teria terminado as acusações afirmando que o presidente Emílio Garrastazu Médici poderia demitir o engenheiro Eliseu Resende, diretor do DNER, e o ministro Mário Andreazza dos Transportes.

*Veja* aponta as respostas realizadas pelo deputado Clóvis Stenzel e Murilo Bandaró, afirmando contradições nas falas da oposição e prometendo a resposta de Andreazza que iria “tirar de letra” a ameaça da oposição. Porém, segundo o deputado oposicionista Thales Ramalho, as afirmações de Xavier seriam só o começo. O chumbo grosso estaria guardado para mais tarde. Segundo *Veja*:

O chumbo estaria guardado no gabinete de Oscar Pedroso Horta, mas é difícil saber se haverá a necessária permissão para a caçada. O primeiro movimento da tática oposicionista, para a criação de uma comissão parlamentar de inquérito, caiu por falta de número. O segundo, um projeto de resolução criando a comissão, que serviria para se ganhar tempo, está sendo denunciada como inconstitucional<sup>58</sup>.

Segundo a revista, o alvo também não é tão ingênuo quanto o MDB desejaria: depois de fechado por quatro meses, o canteiro de obras da ponte foi reaberto aos jornalistas com a presença silenciosa do ministro Andreazza e a revelação física do coronel João Carlos Guedes, presidente da empresa pública encarregada da construção da ponte. Após esta visita, o “manto de silêncio” teria sido levantado, e os jornalistas puderam ter mais notícias sobre a ponte. É interessante notar que *Veja* reclama do silêncio em torno da ponte, mas ela também não tomou nenhum tipo de iniciativa para investigar ou divulgar o que estava acontecendo. Se houve silêncio, *Veja* também foi conivente com isso, entretanto, a revista constrói um discurso de maneira a se eximir da sua responsabilidade e jogar a culpa em outros setores da sociedade.

O caso ainda teria “novos capítulos” como afirma *Veja*. Além disso, a revista afirma que, enquanto as atenções estavam voltadas para a ponte, um documento do Clube de Engenharia apontava graves erros de prática administrativa nas relações entre o governo e os empreiteiros de todo o país. “São esses erros, segundo o documento, que acabam gerando prazos políticos para as obras”<sup>59</sup>. O conteúdo do documento não é esclarecido pela revista, sendo que *Veja* dá atenção apenas ao posicionamento do engenheiro Hélio de Almeida,

---

<sup>58</sup> Idem.

<sup>59</sup> Idem.

presidente do Clube, sobre a ponte, afirmando que não havia companhia no mundo que pudesse ter construído a ponte em menos de dois anos por um preço viável.

Na página seguinte, a revista traz trechos das cartas entre Oscar Pedroso Horta, líder do MDB, e Mário Andreazza, ministro dos Transportes. As cartas teriam sido iniciativa de Horta, que escreveu a Andreazza pedindo ajuda do governo para a constituição de uma comissão parlamentar de inquérito que o MDB não tem número regimental para criar. Segundo *Veja*, “Andreazza, irritado, respondeu ao líder oposicionista com uma carta duramente adjetivada. Na terça-feira, Horta replicou com adjetivos também duros, que iam da ironia ao mau gosto preconceituoso, e o ministro resolveu encerrar a batalha epistolar”<sup>60</sup>. Na matéria, *Veja* diz “construir” o diálogo entre Horta e Andreazza, baseado nas três cartas.

Na edição seguinte, *Veja* acompanha o discurso do ministro Mário Andreazza na Câmara dos Deputados, versando sobre a ponte Rio – Niterói. Narrando todo o processo de chegada do ministro e de sua preparação para o discurso, a revista afirma que 221 deputados e treze senadores aguardavam as revelações do ministro. Além deles, alguns “ouvintes especiais” também estavam interessados nas declarações do ministro:

No fundo do plenário, em pé, o diretor do DNER, Eliseu Resende, e os dez assessores. Nas galerias especiais, dona Liliane, esposa de Andreazza, num vestido midi roxo, fumou poucos cigarros enquanto ouvia, sem demonstrar nenhuma emoção especial. Ao lado, o sub-chefe da Casa Civil da Presidência da República, Júlio de Rose, o consultor geral da República, Romeu Ramos, dois coronéis do Ministério do Exército e um funcionário do SNI assistiram silenciosos e compenetrados<sup>61</sup>.

Segundo *Veja*, a sessão ofereceu escassas emoções. A oposição negou-se a fazer perguntas ao ministro. “No dia seguinte, a oposição divulgou uma nota, com tão poucas novidades quanto a exposição de Andreazza”<sup>62</sup>. Apenas teria sustentado o desejo de prosseguir com a CPI. “Para muitos, um retrocesso”<sup>63</sup>. Além disso, Andreazza teria ganhado um sonoro abraço do vice-líder Hamilton Xavier, o verdadeiro comandante do MDB nesse episódio. “Se o abraço não trouxe a paz, a nota mostrou que, pelo menos no momento, a guerra está suspensa. Aparentemente, faltaram munições à oposição”<sup>64</sup>. Há ainda na matéria, um quadro com trechos da entrevista realizada pelo repórter Luiz Gutemberg, de *Veja*, ao ministro Mário Andreazza, 24 horas depois de falar à Câmara dos Deputados.

---

<sup>60</sup> Idem. P.21.

<sup>61</sup> *Veja. A ponte, segundo Andreazza.* (Seção Brasil). Ed.141 – 19/05/1971. P.29.

<sup>62</sup> Idem.

<sup>63</sup> Idem.

<sup>64</sup> Idem.

Por fim, na edição 143, *Veja* qualifica as discussões no Congresso sobre a CPI como um “barulho inútil”. Segundo a revista, o presidente da Câmara dos Deputados, Pereira Lopes, retornaria a Brasília sabendo com segurança o que fazer com o projeto de resolução que lhe foi entregue pelo MDB, criando uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar “supostas irregularidades” na construção da ponte Rio – Niterói: Se mandar o projeto para a Comissão de Justiça, fará a vontade do MDB, que terá mais tempo para provocar o maior barulho possível; Se preferir o plenário, fará a vontade da Arena, pois dará ao MDB muito menos tempo para manobrar. Segundo *Veja*:

De qualquer forma, escolhendo entre esses dois procedimentos possíveis, Pedreira Lopes apenas estará optando por mais ou menos barulho, pois do projeto do MDB nada pode resultar de concreto na Comissão ou no plenário, a maioria da Arena estará presente para rejeitá-lo<sup>65</sup>.

Parece que *Veja* se coloca contra a iniciativa do MDB de formar uma CPI, afirmando que toda a movimentação em torno das propostas seria um “barulho inútil” já que a Arena possui a maioria no Congresso e iria, portanto, negar o projeto. *Veja* parece deixar que assuntos da pequena política tomem destaque na revista. Outras afirmações da revista também expressam esse posicionamento, como quando *Veja* traz a afirmação do vice-líder da Arena, Cantídio Sampaio, afirmando que o MDB tem direito de apresentar o projeto, mas que o MDB teria de reconhecer também o direito que a Arena tem de rejeitá-lo por ser a maioria. Segundo *Veja*, “nenhum líder do MDB, contudo, se dispõe a reconhecer expressamente esse direito à Arena”<sup>66</sup>. Além disso, o MDB já estaria preparando o passo seguinte, tendo em vista que “se não reconhece o direito, o MDB pelo menos reconhece o poder que tem a Arena de rejeitar seu projeto”<sup>67</sup>. Quando tivesse esgotada toda possibilidade de debate parlamentar do assunto, o MDB apresentaria na Justiça uma ação popular contra todas as autoridades envolvidas na construção da ponte. Segundo *Veja*,

Entusiasmados, emedebistas menos discretos passaram a revelar “dois objetivos estratégicos” do partido, no debate da ponte Rio – Niterói: “mostrar que os projetos-impacto do governo são danosos ao povo” e abalar a posição do ministro Mário Andreazza, por eles considerada “um alvo frágil”. O governo, contudo, não parece preocupado com a insistência da oposição (...) <sup>68</sup>.

Como demonstramos, já na edição 126 *Veja* falava sobre o anúncio do MDB de criar uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as irregularidades ocorridas na ponte.

---

<sup>65</sup> *Veja*. PONTE. **Barulho inútil**. (Seção Brasil). Ed.143 – 02/06/1971. P.19.

<sup>66</sup> Idem.

<sup>67</sup> Idem.

<sup>68</sup> Idem.

Como demonstramos também, *Veja* criticou inúmeras vezes os problemas relacionados ao atraso dos prazos, o encarecimento da obra, o emprego de materiais de baixa qualidade, os erros de construção, as mortes, etc. Neste sentido, a realização de uma CPI apurando as irregularidades seria interessante. Entretanto, já na edição 126 *Veja* vê a CPI como inviável, pois precisaria da assinatura de um terço dos deputados, o que não conseguiria.

Percebemos que *Veja* critica o silêncio em torno da obra. Mas esse silêncio é o silêncio do Ministro dos Transportes e do Consórcio desapropriado. Portanto, a CPI deveria investir nestas questões. Percebe-se que para a revista, o MDB teria tido papel importante no sentido de “levantar o pano de boca do palco”, como demonstramos na edição 140, tirando os “equivocos” do fundo da baía e trazendo a tona. Mas, quando as críticas começam a se voltar para o processo de adjudicação da obra, sem concorrência, pelo consórcio liderado pela Camargo Correa, *Veja* começa a tirar as razões da realização de uma CPI.

Como demonstramos, quando isto acontece, *Veja* passa a trazer afirmações da Arena apontando contradições nas falas dos líderes do MDB, e demonstra que o ministro Andreazza já estaria resolvendo os problemas, o que é representado na reabertura do canteiro de obras da ponte, “liberando” informações.

A defesa da revista vem também através do documento do Clube de Engenharia que demonstra que os “prazos políticos” seriam os problemas das obras e que, em relação à ponte, não haveria companhia no mundo que pudesse ter construído a ponte em menos de dois anos por um preço viável.

Após estes elementos, parecia estar claro para *Veja* o caso da ponte: as informações estavam aos poucos sendo reveladas e o novo consórcio estaria trabalhando e prometendo prazos viáveis. Neste sentido, o acordo entre Andreazza e Oscar Pedrosa Horta (líder do MDB), acirrado no debate noticiado na edição 140, torna-se amistoso nos relatos realizados por *Veja* na edição 141, quando a revista relata a ocorrência até de um “sonoroso abraço”. Para *Veja*, o clima de paz era demonstração também da falta de munição do MDB.

Neste sentido, para *Veja* as coisas já estariam claras e a CPI, proposta pelo MDB, já teria feito o barulho necessário para a reabertura do canteiro de obras, tanto para a retomada das obras da ponte, quanto para a liberação de dados e informações para a imprensa.

O que vem depois disso, como demonstramos na edição 143, é mostrado pela revista como se fosse resultado da teimosia do MDB em criar uma CPI. A insistência da oposição é qualificada pela revista como “barulho inútil”, repetindo mais uma vez as afirmações já realizadas na edição 126, quando a revista argumentava a presença da maioria da Arena no

Congresso para rejeitar o projeto. O MDB teria cumprido o seu papel e o seu “direito” de apresentar o projeto. Agora caberia à oposição reconhecer e aceitar o “direito” da Arena em rejeitar a CPI. Por fim, a revista parece desconstruir a iniciativa do MDB, mostrando a tentativa da oposição como um objetivo de abalar a posição do ministro Andreazza.

Percebemos então como a revista foi construindo seu discurso de maneira a fazer valer seu posicionamento através das atitudes tomadas pelos próprios protagonistas dos acontecimentos. Enquanto a CPI pretendida pelo MDB visava apurar as irregularidades, *Veja* vai demonstrar a iniciativa como necessária. Entretanto, após as discussões da Câmara conseguir “levantar o pano de boca do palco”, e reabrir o canteiro de obras para a imprensa, *Veja* vai reafirmando a inevitabilidade da insistência do projeto, já que a existência de uma CPI não era mais necessária para os objetivos de *Veja*. Percebemos então como a revista vai defendendo seus interesses, revestida de aparente neutralidade. *Veja* não afirma seu posicionamento: ela vai defendendo seus interesses aos poucos, e isso pode ser problematizado através dos indivíduos a quem ela dá voz e às afirmações e acontecimentos que ela seleciona para debater em suas matérias. No caso da tentativa de formação de uma CPI, *Veja* conseguiu defender seus objetivos sem precisar de muitos elementos para acrescentar na história.

### *Mais silêncios e novos prazos*

Em maio de 1973, *Veja* volta a falar da ponte, anunciando um novo prazo: “Travessia em 74?”. Remetendo-se ao silêncio ao redor da obra (silêncio até mesmo da revista, já que não encontramos em nosso levantamento nenhuma matéria sobre o andamento da ponte, no ano de 1972), *Veja* afirma:

Após vários meses de discreto silêncio, que transformaram em remotas recordações três adiamentos, alguns episódios singulares e um acidente que matou cinco operários e três engenheiros, a Ponte Rio – Niterói reapareceu a semana passada revestida pelas palavras otimistas de um relatório da Ecex – empresa responsável pela construção e exploração da obra. Apresentando as atividades da empresa em 1972, o relatório dá preciosas informações mas ainda deixa sem resposta algumas questões importantes: o processo de indenização à antiga empreiteira (Consórcio Construtor Rio – Niterói), que deverá custar ao governo alguns tubulões, e o preço final da obra<sup>69</sup>.

---

<sup>69</sup> *Veja. Travessia em 74?* (Seção Brasil). Ed.244 – 09/05/1973. P.26.

Segundo a revista, apesar da inexistência de muitas respostas, o relatório da Ecex apresentaria “pela primeira vez” um prazo para entrega da ponte. Nesta afirmação há uma nota de rodapé onde a revista esclarece:

O primeiro prazo foi de 15 de março de 1971; o segundo, 15 de novembro de 1971, quando, segundo Elizeu Rezende, diretor do DNER, não haveria “novos atrasos pois o novo cronograma foi feito em base realistas e será cumprido à risca”; o terceiro, março de 1972. Depois disso, a Ecex decidiu não fixar novas datas<sup>70</sup>.

A nota parece também uma tentativa de *Veja* de se defender do apoio dado pela revista à previsão das novas datas, e de mais uma vez assumir a posição oficial. Com a afirmação da Ecex, baseado num cronograma “em dia”, em dois terços da obra prontos e nas consequências benéficas de algumas medidas adotadas pela empresa pública em questões de serviço. Segundo *Veja*, a forma de direção da empresa funcionaria como um “Estado Maior”, o que levaria à um ritmo intensivo das obras. Segundo a revista:

Após a encampação da obra em janeiro de 1971, a Ecex instituiu um ritmo de trabalho que chegou ao emprego de dez mil pessoas entre operários, técnicos, administradores e subempreiteiros trabalhando 24 horas por dia, divididas em três turnos. Consumindo três por cento do cimento fabricado no Brasil, os 14 quilômetros da Ponte Rio – Niterói (9121 metros sobre o mar) estão com os acessos prontos nas duas cidades, faltando-lhes apenas o acabamento<sup>71</sup>.

Baseada nos relatórios da Ecex, *Veja* afirma que o incremento das obras poderia ser medido pelo aumento nos volumes anuais de concreto, que passaram de três mil metros cúbicos, em 69 e 30 mil em 70, a 137 mil em 1972. “*E para tranquilizar os futuros usuários ainda não esquecidos do primeiro acidente, oito provas de carga, uma delas de 1750 toneladas, confirmaram a eficiência dos coeficientes de segurança empregados pelos técnicos*”<sup>72</sup>.

Por fim, a edição 255, vai deixar ainda mais clara a postura de defesa de *Veja* à decisão de transferir a empreitada para o novo consórcio construtor, que teria feito com que as obras saíssem da “vala comum dos projetos irrealizáveis”. Segundo *Veja*,

Há quase três anos, quando o ministro Mário Andreazza decidiu que o apressamento dos trabalhos constituía uma questão de honra para o Ministério dos Transportes, a ponte Rio – Niterói foi finalmente retirada da vala comum dos “projetos irrealizáveis”, que lhe coubera por obra e graça de empreiteiras e autoridades pouco afeiçoadas a prazos rígidos. Novos atrasos ocorreriam, mas o ritmo bem menos hesitante das atividades permitiria que, em junho deste ano, a ponte tivesse 6 quilômetros concluídos (a extensão total será de 9), um nome – Presidente Costa e Silva – e uma data para a inauguração: 20 de janeiro de 1974. Orgulhoso, o

---

<sup>70</sup> Idem. (nota de rodapé).

<sup>71</sup> Idem.

<sup>72</sup> Idem.

Ministério pode enfim divulgar que, dentro de seis meses, 20000 veículos cruzarão em 15 minutos a baía de Guanabara, todos os dias<sup>73</sup>.

Ou seja, apesar de a obra não conseguir cumprir o prazo estabelecido quando do repasse da empreitada ao novo consórcio construtor, ocasionando alguns atrasos, estes não se comparariam aos atrasos decorridos das empreiteiras “pouco afeiçãoadas”. Como já demonstramos na matéria da edição 244, *Veja* procurava mostrar que com o Consórcio Construtor Guanabara, as obras deslanchavam, o que poderia ser notado pela conclusão de grande parte da obra e pela quantidade de cimento utilizados, que passaram de 3 mil metros cúbicos em 1969, para 137 mil em 1972.

Em relação às “grandezas” divulgadas pela ponte, com o aumento do fluxo de veículos e das repercussões que a obra teria na vida cotidiana e na fisionomia das duas cidades unidas pela ponte, já discutimos no capítulo anterior. Na edição 255, *Veja* acrescenta ainda com as afirmações do engenheiro João Batista Catete Silva, diretor do Departamento de Obras de Niterói, que afirma que com o dinheiro que se vai gastar, seria possível construir oito ou dez cidades ao redor da baía de Guanabara. Em relação aos custos, a revista afirma: “o consórcio encarregado da obra, alegando ordens superiores, nada informa sobre os custos”<sup>74</sup>.

A matéria de capa da edição 287, de 06 de março de 1974, trouxe uma foto da ponte com o título “Rio – Niterói – a ponte-monumento”, como demonstramos a seguir:

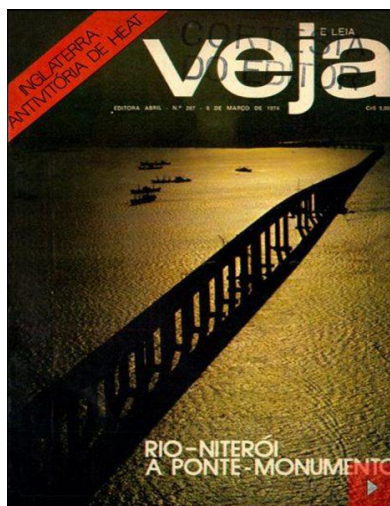


Figura 13 - *Veja*, Ed.287 - 06/03/1974

No editorial da edição, o relato do acompanhamento de *Veja* das notícias em torno da ponte:

<sup>73</sup> *Veja*. NITERÓI. **A espera da ponte**. (Seção Cidades). Ed.255 – 25/07/1973. P.62.

<sup>74</sup> Idem.

No começo de janeiro, quando mais seis operários morreram no campo de trabalho da já lendária ponte Rio – Niterói, o repórter Joaquim Ferreira dos Santos, da sucursal de *Veja* no Rio, recebeu a ingrata tarefa de apurar junto aos responsáveis as causas e o número de outros mortos. Saiu com notícias magras e provocou nos informantes a sensação de que se tratava de um estagiário, um desses inocentes jornalistas recém-formados que são capazes de fazer perguntas tolas ou perigosas. Muitas dessas perguntas, no entanto, envolvendo questões de vida ou morte ou de quantidades desconhecidas de dinheiro, permanecem sem respostas nesta semana em que a ponte é finalmente inaugurada<sup>75</sup>.

Devido ao sigilo em torno das questões e, “das perguntas sem respostas” relatadas pela revista na maioria das matérias envolvendo a construção da ponte, *Veja* aponta para a insistência de seus repórteres em descobrir indícios dessas respostas. No editorial, continua afirmando o trabalho do jornalista Joaquim Ferreira dos Santos que, naquela semana teria então se juntado ao editor Geraldo Mayrink para procurar pela última vez os locais e pessoas capazes de fornecer o perfil mais exato da obra monumental sonhada desde 1875, iniciada em 1968 e entregue pouco mais de cinco anos depois, numa trajetória caracterizada pela revista como movimentada. Segundo *Veja*,

Durante esse período, muitas vezes se falou de escândalos, catástrofes, proezas da engenharia e principalmente nas vantagens de um motorista poder chegar em 15 minutos ao outro lado da baía, ao contrário da hora e meia pela atual estrada do contorno.

Essas vantagens, bem como as implicações que a ponte traz para as duas cidades, estão relatadas, ao lado das desvantagens e críticas à obra que consumiu a cifra não sabida de cruzeiros (o cálculo oficial é de 1 bilhão de cruzeiros), na reportagem de capa desta edição. Onde se toca também num ponto que a obra monumental, na sua robustez de concreto, tornou ainda mais atual: cariocas e fluminenses são agora, mais ainda, moradores de um único Estado, cuja implantação pelo novo governo parece certa<sup>76</sup>.

Parece claro no editorial a postura da revista em enfatizar as críticas ao invés das vantagens da obra, demonstrando as implicações da ponte e enfatizando o dinheiro gasto para a construção da mesma. Na matéria de capa, de 6 páginas, intitulada “A longa rota sobre o mar”, *Veja* aponta para os gastos na construção da ponte. Referindo-se à inauguração pelo presidente Emílio Garrastazu Médici, *Veja* afirma:

Estará encerrada uma história de quase cem anos e que nos últimos cinco consumiu uma considerável energia do país. Ela é a obra dos superlativos. Sugou dinheiro como nenhuma outra do Ministério dos Transportes e seu custo final, avaliado em 1 bilhão de cruzeiros, ainda não é oficialmente divulgado. Enfrentou o misterioso fundo da baía de Guanabara e a oposição de técnicos e parlamentares contrários à sua construção. Do seu ponto mais alto, a 70 metros acima do nível do mar, ao seu ponto mais fundo, 210 metros abaixo da água, poderiam ser amontoados três estádios do Maracanã. Divididos em sacos, os 220 milhões de quilos de cimento

---

<sup>75</sup> *Veja*, **Carta ao Leitor**. Ed.287 – 06/03/1974.

<sup>76</sup> *Idem*.

usados nos seus 13.900 metros de extensão se transformariam em 1.500 pilhas do tamanho do Pão de Açúcar. Dá pra tecer uma lenda<sup>77</sup>.

A matéria inicia com a lenda de que todas as pontes do mundo são freqüentadas por fantasmas, o que teria ocorrido também na ponte Rio – Niterói, onde uma senhora vestida de branco, com uma rosa vermelha na mão, teria sido vista por alguns operários rondando a ponte. Segundo *Veja*, além de ser uma brilhante obra de engenharia, vista ao nível da ponte propriamente dita, a paisagem também é inédita, chegando a ser comparada com uma “paisagem de sonho”. Porém, segundo *Veja*,

Terminada a travessia, o sonho acaba e, para muitos, o pesadelo enfim começa. Os fantasmas que se afogaram no mar, como as suspeitas de impossibilidade técnica e financeiras para a construção da ponte, ameaçam vir á tona nos engarrafamentos previstos para as três pistas de acesso do lado carioca e dezoito do fluminense, de especulação imobiliária nas praias e da integração forçada entre duas cidades, uma das quais, segundo alguns dos seus moradores, é ainda muito provinciana<sup>78</sup>.

E segundo a revista, o problema da integração é apenas um dos pontos em que a ponte esbarra: ela levanta também uma infinidade de problemas e rancores que viriam desde 1875, quando iniciou as especulações sobre a possibilidade de se construir um túnel entre Rio e Niterói. E *Veja* traça um roteiro sobre a história da construção da ponte, que apresentamos aqui por não termos muitos elementos historiográficos sobre a mesma.

Em 1965 um grupo de trabalho apresentou os primeiros contornos da atual ponte. Nos dois anos seguintes foram feitos estudos de viabilidade, e em 1968 o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem foi autorizado a construir a obra. Segundo *Veja*,

Foram dias felizes. Uma comissão mandada à Europa conseguira um empréstimo de 75 milhões de dólares junto ao grupo Rothschild. Neste mesmo ano, a rainha Elizabeth II visitou o Brasil e, solenemente, reuniu-se com o ministro dos Transportes, Mário Andreazza, para assinar simbolicamente a concessão do empréstimo. A pré-história da ponte tem sua última placa comemorativa no dia 4 de dezembro de 1968: neste dia, para alegria de uns e desespero de outros, o governo escolheu o consórcio vencedor da concorrência, constituído pelas firmas Ferraz Cavalcanti, Cia. Construtora Brasileira de Estradas, Servix de Engenharia e Empresa de Melhoramentos e Construção. Elas cobravam 238 milhões de cruzeiros para entregar a obra em três anos, com multa de 0,003% sobre o custo por dia de atraso<sup>79</sup>.

A ponte deveria ficar pronta no dia 15 de março de 1971, mas já em meados de 1970 o próprio ministro dos Transportes adiou a inauguração para seis meses depois. Segundo *Veja*, “*foram dias extremamente infelizes. Caminhando a passos de tartaruga, o consórcio*

---

<sup>77</sup> *Veja*. PONTE-MONUMENTO. **A longa rota sobre o mar**. (Seção Brasil). Ed.287 – 06/03/1974. P.14.

<sup>78</sup> *Idem*.

<sup>79</sup> *Idem*. P.19.

*construtor consumiu 70% do preço cobrado para entregar menos de 20% das obras*”<sup>80</sup>. Em dezembro de 1970, o consórcio construtor perdeu parte da sua concessão. Em janeiro de 1971, o presidente Médici assinou um decreto de quatro artigos desapropriando, em nome da utilidade pública, o consórcio construtor e tornando o governo dono de todo o material utilizado. Por 438 milhões de cruzeiros, 200 milhões a mais que o inicialmente cobrado, um novo consórcio foi chamado a construir a ponte: Camargo Corrêa, Rabello S.A. e Construtora José Mendes Júnior. Segundo *Veja*, “a ponte avançava todos os dias quatro notas oficiais e cinco esclarecimentos à imprensa”<sup>81</sup>. Entretanto, estes “esclarecimentos” esclareciam pouco. Segundo a revista,

O primeiro consórcio fixara um prazo político e se defrontou com informações deficientes sobre o funcionamento da baía, sendo forçado a mudar a técnica prevista inicialmente e adotar uma outra, toda dependente de materiais importados que a cada dia atrasavam a obra. O segundo, supervisionado pela Ecex, firma constituída pelo governo depois da desapropriação do primeiro consórcio, fechou-se num silêncio hostil e se negava a fixar prazos ou dar informações. Guardas armados foram contratados para vigiar as obras (eles chegaram no ano passado a formar um pequeno exército de quatrocentos homens) e todos os visitantes passaram a suportar a presença das metralhadoras ao seu lado<sup>82</sup>.

E a revista continua, citando a morte de cinco operários e três engenheiros, em março de 1969, que só teria sido descoberto pela imprensa graças a um relatório mandado ao diretor do DNER, Elizeu Rezende, que “por descuido ou vontade de alguém”, chegou à imprensa e inaugurou-se, num dos jornais que a publicaram, uma nova expressão entre as várias que coroavam a “obra do século”: era “a ponte de ouro sobre o mar de lama”.

Em relação às mortes, abrimos neste momento um parêntese para tratar de uma edição anterior, também de 1974, quando *Veja* traz uma matéria com uma pergunta como título: “Quantos morreram?”. A matéria começa referindo-se ao desabamento de uma passarela sobre a base de um dos pilares da ponte Rio – Niterói, naquela semana, que segundo *Veja*,

Matou seis operários e aumentou um pouco mais o tamanho da placa que o ministro dos Transportes, Mário Andreazza, prometeu inaugurar juntamente com a entrega da obra, contendo a lista de todos os mortos na construção do grandioso projeto. Oficialmente, a ponte completou 33 vítimas fatais, mas, a julgar pelo irritado comportamento das empreiteiras e pelas muitas histórias que cercam a nova arquitetura da paisagem carioca, a homenagem do ministro só será realmente completa com a inauguração paralela, no próximo dia 3 de março, de um túmulo de operários desconhecidos<sup>83</sup>.

---

<sup>80</sup> Idem.

<sup>81</sup> Idem.

<sup>82</sup> Idem.

<sup>83</sup> *Veja*. OBRAS. **Quantos morreram?** (Seção Brasil). Ed.280 – 16/01/1974. P.24.

E a revista segue afirmando que em cinco anos de construção a ponte “*cumpriu o vaticínio de seus minuciosos engenheiros, oráculos anunciando as muitas mortes ‘naturais’ em obra de tal envergadura, o que talvez justifique a secura e a brevidade da nota oficial da Ecex, responsável pelas obras*”<sup>84</sup>.

Pode-se perceber a ironia da revista em relação às declarações dos engenheiros, o que fica mais evidenciado quando *Veja* afirma: “*o laconismo das empreiteiras foi mais uma vez comprovado quando dois operários da Construtora Camargo Corrêa morreram nas obras do metrô de São Paulo*”<sup>85</sup>. E como não se trata só da Ponte Rio – Niterói, *Veja* vai citando uma série de casos em que as mortes dos trabalhadores ficavam envoltos em silêncio. “*Assim como não está livre também das histórias sobre os misteriosos acidentes, um deles há dois anos, quando dois operários teriam morrido numa explosão subterrânea*”<sup>86</sup>. Se referindo à construção do metrô paulistano, *Veja* relata a revolta dos seus trabalhadores:

Como na ponte Rio – Niterói, onde alguns operários jogaram um engenheiro ao mar por causa da comida péssima e da falta de segurança, em São Paulo foi necessária a intervenção da Polícia Militar, em fevereiro do ano passado. Irritados com o atraso do pagamento e a falta de higiene e segurança, operários da Camargo Correa, que emprega quase 50% dos 10.000 trabalhadores no metrô, ameaçaram uma revolta sendo contidos por tropas armadas de metralhadoras e bombas de gás lacrimogêneo<sup>87</sup>.

Na ponte Rio – Niterói, segundo *Veja*, entre agosto e setembro de 1973 as obras teriam quase parado quando morreu um encarregado geral, líder dos operários. Segundo a revista, “*à noite, um deles fez um discurso reclamando mais segurança mais segurança e foi imediatamente preso pelos guardas da empresa*”<sup>88</sup>. *Veja* procura mostrar-se preocupada com os operários, demonstrando o número de mortos e a falta de apuração das condições de segurança por parte do governo. Entretanto, devemos levar em conta que as mortes estavam levando à revolta dos trabalhadores, como demonstrou a própria revista. Revoltas representariam paralisações, e paralisações atraso na obra. *Veja* procurou mostrar as reclamações dos trabalhadores visando providências das empresas construtoras para que a obra fosse entregue dentro do prazo sem maiores complicações. Neste sentido, as críticas se referem tanto ao consórcio construtor anterior quanto ao novo consórcio. Continuando no relato dos acidentes a revista afirma:

No posto do INPS instalado no canteiro das obras, são atendidos cerca de cinquenta trabalhadores por dia. Cinco deles, em média, deixam de trabalhar por incapacidade

---

<sup>84</sup> Idem.

<sup>85</sup> Idem.

<sup>86</sup> Idem.

<sup>87</sup> Idem.

<sup>88</sup> Idem.

temporária ou permanente. Até hoje, pouco se explicou sobre o choque de duas lanchas próximo a um dos pilares, quando trinta operários caíram no mar, em junho do ano passado. Fala-se apenas em cartões de ponto, antes marcados com pontualidade, abandonados durante algum tempo ao lado do relógio, em branco<sup>89</sup>.

E, para finalizar a afirmação da revista exigindo responsabilização pelas mortes:

Guardando um agressivo silêncio sobre as mortes oficiais e não-oficiais, a Ecex diz que só fará o levantamento total das vítimas ao final da obra, quando se espera que faça também o cálculo final do preço da ponte. E seus engenheiros repetem a inevitável existência de muitas vítimas nas grandes obras. Mas, assim como é característico das grandes obras o elevado número de vítimas, é próprio da sociedade civilizada a investigação severa e a informação detalhada sobre os acidentes, pois, por exemplo, sabe-se que na pirâmide de Quéops morreram muito mais trabalhadores do que na ponte Rio – Niterói, infelizmente, não há registro histórico do custo da pirâmide<sup>90</sup>.

Voltando à edição 339 e ao relatório enviado à Eliseu Rezende, *Veja* afirma que o relatório acusava também o consórcio de empregar materiais de baixa qualidade, de erros de construção que levavam à reconstrução de trechos, de pressões sobre fiscais, de uso de areia em lugar de concreto. “*Outros documentos aumentaram as suspeitas sobre a qualidade da construção*”<sup>91</sup>. E a revista cita exemplos de cartas, como a de um engenheiro alemão à Comissão Executiva da Ponte Rio – Niterói, recomendando a não utilização do aço na armação de protensão, pois este seria bastante suscetível de corrosão; e outra carta, do professor Fernando Luiz Lobo Cordeiro, professor do curso de pós-graduação de engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que endossava ao ministro Mário Andreazza, as observações do técnico alemão. Segundo o professor, além disso, ele discordava também da técnica de concretagem, afirmando que do jeito em que esta estaria sendo realizada, correria grande risco de fissuração.

Essas dúvidas em relação à segurança da ponte teriam sido agravadas também pelo próprio consórcio construtor que admitiu num ofício interno a insuficiência de investigações geotécnicas. Segundo *Veja*, “*enfim, essas críticas amplamente divulgadas e raramente desmentidas serviram ainda para aguçar a curiosidade em torno das questões de segurança de trabalho na obra*”<sup>92</sup>. Em julho de 1973, a ponte chegou a ter 11.500 empregados (tendo reduzido em 1974 para 4.500) que estariam sujeitos a riscos sem conta. Segundo *Veja*,

Embora a Ecex, em janeiro passado, tenha admitido o desaparecimento de 33 pessoas nas obras, por ocasião da morte de mais seis operários, que despencaram de uma passarela rompida a 55 metros de altura, a própria cautela da empresa sempre permitiu outras interpretações. “De qualquer forma, os mortos não chegam a

---

<sup>89</sup> Idem.

<sup>90</sup> Idem.

<sup>91</sup> *Veja*. PONTE-MONUMENTO. **A longa rota sobre o mar**. (Seção Brasil). Ed.287 – 06/03/1974. P.20.

<sup>92</sup> Idem.

cinquenta”, dizia na semana passada um dos assessores da empresa. De qualquer forma também, é certo que muitas mortes poderiam ter sido evitadas se as condições de trabalho fossem outras<sup>93</sup>.

Parece clara a postura da revista em relação à construção da ponte. A crítica em torno da inviabilidade, as indagações em torno dos benefícios e conseqüências, ficam ainda mais agravados com as críticas em torno das questões de segurança. Além de reclamar os atrasos dos prazos para entrega da ponte, *Veja* se utiliza das falas de técnicos para afirmar que esta não estaria sendo planejada corretamente. Para agravar o peso da crítica, as inúmeras mortes ocorridas por falta de segurança e o encobrimento sobre estes fatos, são pratos cheios para *Veja* apoiar sua crítica. Porém é interessante notar que as críticas principais reportam-se ao ano de 1969-70, quando os responsáveis pela obra ainda eram a Construtora Ferraz Cavalcanti, a Companhia Construtora Brasileira de Estradas, e a Servix de Engenharia e Empresa de Melhoramentos e Construção. Reportando-se as pressões em torno dos problemas de segurança e das mortes, *Veja* afirma:

Esses sacrifícios humanos e o dinheiro jorrando como uma hemorragia por conta dos atrasos e paralisações levaram finalmente o ministro Mário Andreazza a um longo debate na Câmara dos Deputados em Brasília, em maio de 1971. Falava-se, nessa época, de um “escândalo da ponte” e Andreazza defendeu, veemente, a grande obra, que consumiria a maior parte das suas preocupações nos anos seguintes e que o levariam, em fins de 1973, a praticamente mudar-se com a família para o canteiro de obras e a confundir-se com os operários nas inspeções do dia-a-dia<sup>94</sup>.

As explicações do ministro para a “obra inexistente” seriam, segundo a revista, a diretriz traçada quando do projeto da obra que seria, essencialmente, a “finalidade social”. Repetindo as palavras de Andreazza, *Veja* afirma: “*Os trabalhadores gastarão 5 minutos para chegar aos seus locais de trabalho, ao passo que atualmente levam mais de 5 horas, sacrificando assim seus momentos de descanso, estudo e divertimento*”<sup>95</sup>. E *Veja* abarcou nessa campanha, elogiando a iniciativa de Andreazza – que como já demonstramos para *Veja* fez da ponte a sua vida – em desapropriar o consorcio anterior, passando a ponte para as empresas Camargo Correa, Rabello S.A. e Construtora Mendes Júnior, em 1971, quando finalmente a obra encontraria uma saída. Segundo *Veja*,

As controvérsias jurídicas e financeiras ficaram igualmente explicadas. Segundo o ministro, a contratação do segundo consórcio sem concorrência foi perfeitamente legal. Se fosse feita a rescisão do contrato, cessaria apenas o contrato e os equipamentos continuariam pertencendo às firmas que lá trabalhavam e que poderiam retirá-las do canteiro de obras. E deu o novo preço da ponte: dos 238

---

<sup>93</sup> Idem.

<sup>94</sup> Idem.

<sup>95</sup> Idem.

milhões de cruzeiros, em dezembro de 1968, ela passara a custar 664.500 em maio de 1971, quase três vezes mais<sup>96</sup>.

Segundo *Veja*, Andreazza apaziguou a maioria da Câmara com suas explicações e ganhou “palmas prolongadas”. Nesse sentido, *Veja* toca também na tentativa de montagem de uma CPI pelo MDB, para investigar tudo sobre a ponte, transformando “a obra do século em escândalo do século”. Segundo *Veja*,

Assim, livre da CPI e dos boatos que minavam a confiança na edificação tanto quanto os sais marinhos corroeriam as suas estruturas, a ponte entrou por mares mais calmos nos últimos dois anos e caminhou rápido para o seu porto seguro. Provavelmente nenhuma outra obra brasileira viveu tão intensamente o dia-a-dia da sua própria glória<sup>97</sup>.

É nítido, portanto, a mudança da revista quando da troca do consórcio construtor. Segundo *Veja*,

Pintada, asfaltada, sinalizada, a ponte nos seus últimos dias antes do parto apresentava apenas alguns problemas menores e certamente desprezíveis. Entre estes, incluía-se o dos últimos operários trabalhando no vão, que perderam suas cabinas e passaram a enfrentar problemas tão delicados como o de comer ou satisfazer a suas necessidades mais líquidas ou sólidas no acostamento da pista<sup>98</sup>.

*Veja* chega a ser desrespeitosa com a afirmação. Das inúmeras mortes noticiadas antes de 1971, quando do início da construção da ponte, até o problema da falta de uma cabine para realização das necessidades básicas, em 1974, percebe-se uma grande diferença. Isto se daria após a troca do consórcio construtor, quando para *Veja* tudo passou a ser resolvido.

Por fim, para terminar a matéria de capa, *Veja* afirma: “*como a ponte está acabada e forte, os técnicos que criticavam sua construção mergulharam em silêncio. Os que vão usá-lo como obra viva começam, assim, a tomar seu lugar*”<sup>99</sup>. Restariam apenas as discussões em torno do fato de a mesma compensar ou não. Mas isso já não seria problema das construtoras, e sim do governo quando da realização do projeto da obra. Baseando-se no depoimento de um técnico em transportes, *Veja* afirma:

“As barcas transportam 20.000 pessoas na hora do rush. Já imaginou quantos ônibus seriam necessários? Cobririam toda a extensão da ponte, num gigantesco engarrafamento. Também será de pouca valia para o transporte de carga. O pedágio (de 40 a 70 cruzeiros) é tão alto que é quase um frete e os motoristas ainda teriam que enfrentar o tráfego congestionado da Avenida Brasil”<sup>100</sup>.

---

<sup>96</sup> Idem. Pgs.20-1.

<sup>97</sup> Idem. P.21.

<sup>98</sup> Idem.

<sup>99</sup> *Veja*. PONTE-MONUMENTO. **A longa rota sobre o mar**. OP.Cit. P.22

<sup>100</sup> Idem.

Estes problemas são discutidos também na edição posterior, quando *Veja* reporta-se à inauguração da Ponte Rio-Niterói, noticiada pela revista sob o título “A grande Festa”<sup>101</sup>. Ainda segundo a matéria, no primeiro dia de travessia, quase 38.000 veículos cruzaram os 14 quilômetros da ponte, entretanto, acredita-se que seria algo passageiro, já que muitos motoristas teriam cruzado a ponte a título de curiosidade.

Por fim, em 1975, completado o primeiro ano da ponte, *Veja* dedica uma matéria com o título “A ponte como luxo para Rio e Niterói”. E abaixo a frase: “*depois de unidas, as duas cidades conservam os mesmos problemas de antes*”<sup>102</sup>. A matéria faz parte de uma reportagem mais ampla, de capa, sobre “A aventura das obras públicas”, que discutiremos posteriormente. Ao falar especificamente sobre o primeiro ano da ponte, *Veja* afirma:

O primeiro ano de sólida existência da ponte Rio – Niterói – ou Ponte Presidente Costa e Silva, como determina um raramente lembrado decreto do Congresso Nacional – foi se desfiando sem tragédias mirabolantes ou eventos carnavalescos, numa tranqüila rotina que só eventualmente era interrompida por pequenas colisões de nenhum efeito publicitário.

Mas, se não aconteceu nada de mal com a ponte, também começou a ficar claro que ela não trazia nada de especialmente bom para os cariocas e fluminenses – ao menos como solução para os urgentes problemas urbanos de Rio e Niterói<sup>103</sup>.

Segundo a revista, além de não trazer benefícios para as duas cidades ligadas com a ponte, a mesma estaria sofrendo problemas com a incidência de cracas nas águas poluídas da baía de Guanabara e sua particular afeição pelo ferro. Segundo *Veja*, seria penoso que as cracas colocassem em xeque o “grande orgulho da engenharia nacional”, “*e, se não a mais expressiva, seguramente a mais suntuosa obra pública já erigida em todo o território brasileiro*”<sup>104</sup>.

E, mesmo com as afirmações de técnicos assegurando que os crustáceos não representariam ameaça expressiva à ponte, *Veja* afirma: “*mas, imune às investidas dos crustáceos, a ponte Rio – Niterói ainda não parece ter assegurado, depois de um ano de franca atividade – a ser comemorado nesta terça-feira, dia 4 –, uma indevassável defesa contra seus numerosos críticos*”<sup>105</sup>. Trazendo dados sobre a relação entre o uso e o custo da obra, *Veja* afirma que uma atenta leitura nos boletins do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, que passaram a festejar o movimento médio de 25.000 veículos por dia que a ponte atende, já seria suficiente para reviver velhas suspeitas e evocar tristes previsões. A

---

<sup>101</sup> *Veja*. RIO-GB. **A grande festa**. (Seção Brasil). Ed.288 – 13/03/1974. Pgs. 28-9.

<sup>102</sup> *Veja*. **A ponte como luxo para Rio e Niterói**. (Especial). Ed.339 – 05/03/1975. P.66.

<sup>103</sup> Idem.

<sup>104</sup> Idem. Pgs.66-67.

<sup>105</sup> Idem. P.67.

porcentagem de caminhões, programada para 35%, não passa dos 7%, levando a afirmação de que a ponte não cumpre um papel de transporte de massa. Os pedágios da ponte, que elevariam até 70 cruzeiros nos custos de transporte, seriam um dos fatores primordiais para a preferência das barcas. Para explicar esses dados e mostrar a saída, *Veja* traz a fala oficial de Andreazza que demonstra a viabilidade econômica da ponte que, mesmo com a redução do número de veículos que a atravessam, ainda se pagaria com o pedágio: “*Andreazza acalenta a esperança de que o pedágio possa devolver à ponte, num prazo não superior a cinco anos, todo o investimento feito nela*”<sup>106</sup>. Porém, *Veja* demonstra a insegurança em torno das afirmações do ministro: “*o fato de que o dinheiro acabará voltando ao Estado, entretanto, não faz os adversários da ponte abandonarem sua pergunta básica: entre 1968 e 1974 existia ou não no Rio uma aplicação mais urgente para 1,5 bilhão de cruzeiros?*”<sup>107</sup>. E a resposta de *Veja* vem logo a seguir, afirmando que nesta época já existia um serviço de transportes entre Rio e Niterói, não sendo necessária a construção da ponte. Além disso, todas as previsões de consequências benéficas com a construção da ponte são desconstruídas por *Veja*: a esperada janela para a asfixia urbana do Rio de Janeiro não ocorreu, pelo contrário, Niterói continuou impermeável ao boom imobiliário imaginado e à liberadora avalanche populacional, proveniente do Rio, que se esperava. Pelo contrário, o ritmo de construções em Niterói retrocedeu; o sistema de saneamento em Niterói, com uma rede de esgotos que data de 1910, mas que teria que atender 400.000 habitantes, transforma Niterói numa cidade que corre o risco de ser tragada por um “prodigioso terremoto de dejetos”; e a maré turística despejada em Niterói pela ponte nos fins de semana, é apenas uma “mera ilusão”. Para concluir, *Veja* afirma:

Na verdade, até hoje o ex-ministro parece particularmente empenhado em rechaçar as críticas contra seu mais espetacular feito administrativo – e em protegê-lo contra insinuações insistentes de que acabará se convertendo numa monstruosa cicatriz arquitetônica traçada inutilmente sobre a baía de Guanabara. Com a mesma ênfase com que enfrentou, no ano passado, os que a chamavam de “uma ponte de ouro sobre um mar de lama”, Andreazza volta a afirmar: “A ponte não tem nada de faraônica nem de suntuária, não se destina a perpetuar vaidades pessoais. Ela nasceu, na realidade, de uma absoluta prioridade econômica e social”. Em um ano de vida, entretanto, essa prioridade não se materializou<sup>108</sup>.

E desta forma encerram-se as matérias sobre a construção da Ponte Rio-Niterói. Como afirmamos no início deste tópico, no caso da ponte, são poucas as matérias de *Veja* que tratam da obra na configuração proposta neste capítulo. Neste sentido foi difícil trabalhá-la sem

---

<sup>106</sup> Idem. P.68.

<sup>107</sup> Idem.

<sup>108</sup> Idem. P.69.

entrar na especificidade do próximo capítulo, próprio às empresas de construção civil. Porém, esperamos ter deixado claro o posicionamento da revista para a obra enquanto tal, mesmo tendo imbricado a questão das empresas que se tornaram responsáveis pela obra, como demonstramos anteriormente.

### **Conclusões parciais**

Como demonstramos no decorrer das análises, a ponte Rio – Niterói possui um caráter diferenciado em relação às outras obras estudadas. O fato de a revista noticiar a construção da ponte apenas no final de 1970, dois anos após o início de sua construção, já é um elemento que nos chama a atenção. Além disso, como demonstramos, *Veja* passou a tratar do tema em uma situação específica: o auge das críticas em torno da obra e o momento de discussão em que o Presidente Médici toma a atitude de desapropriar o consórcio construtor classificado (Consórcio Construtor Rio – Niterói) e entregar 30% da empreitada para o consórcio classificado em segundo lugar (Consórcio Construtor Guanabara).

Com a desapropriação, o governo se transformou no proprietário responsável de todo o material acantonado para as obras da ponte e responsável pela contratação de novos serviços. O novo consórcio trabalharia mediante o recebimento de 10% sobre os gastos, que agora seriam autorizados e planejados pela empresa oficial criada no decreto da Presidência da República. A posição da revista parece ser de dar crédito às medidas do governo e elogiar a “transparência” das relações econômicas entre a empresa construtora e o governo.

Como demonstramos, a primeira reação de *Veja* foi a de apoiar a decisão do presidente e do ministro dos Transportes, de “repartir o bolo da construção da ponte”. Percebendo que o consórcio construtor não conseguiria completar a obra no prazo, a decisão do ministro seria segundo *Veja*, a forma de garantir o melhor resultado da maneira mais prática.

Para legalizar e defender a medida de transferir parte da obra para o consórcio classificado em segundo lugar, *Veja* trouxe elementos que comprovassem a ineficiência do trabalho do consórcio construtor classificado. Como demonstramos, a revista se utilizou de informações do relatório preparado pela Howard para dizer que a obra era um “desastre”. O teste de carga fracassado teria sido a gota d’água para a certeza da necessidade da rescisão do contrato.

*Veja* criticou a incompatibilidade entre as notícias veiculadas pela empresa construtora e a realidade dos acontecimentos, como procuramos demonstrar através da crítica às

afirmações veiculadas pela revista “A Ponte”, do consórcio construtor, e o boletim “DNER Informa”. *Veja* dá a entender irregularidades na relação entre o governo e o consórcio construtor, através das afirmações da inexistência de qualquer notificação ou de multa contratual, mesmo quando as obras estavam “evidentemente fracassadas”. Isso fica claro também na crítica da revista ao afirmar, em abril de 1971, que a obra nunca tinha apresentado problemas, até que a firma construtora foi legalmente despedida.

Neste sentido, entra a importância da CPI para a revista, como procuramos demonstrar. A revista foi construindo seu discurso de maneira a fazer valer seu posicionamento através das atitudes tomadas pelos próprios protagonistas dos acontecimentos. Enquanto a CPI pretendida pelo MDB visava apurar as irregularidades, *Veja* vai demonstrar a iniciativa como necessária. Entretanto, após as discussões da Câmara conseguir “levantar o pano de boca do palco”, e reabrir o canteiro de obras para a imprensa, *Veja* vai reafirmando a inevitabilidade da insistência do projeto, já que a existência de uma CPI não era mais necessária para os objetivos de *Veja*.

A proposta vencedora da concorrência teria orçado a obra em 240 milhões de cruzeiros, sendo que o segundo colocado propôs o custo de 438 milhões, disparidade esta que, segundo *Veja*, teria sido a grande responsável pelos azares da ponte. Como demonstramos, a revista criticou o fato de a concorrência ter levado em conta o menor preço, economia esta que teria influído na falta de segurança, na qualidade do material utilizado e no não cumprimento dos prazos.

*Veja* procurou demonstrar as estratégias utilizadas pelo consórcio desapropriado para manter sua posição de chefe das obras através de relações pessoais com pessoas jurídicas, como o contato com o ex-ministro Carlos Medeiros da Silva, autor dos Atos Institucionais 1 e 12. Para rebater a iniciativa do Consórcio Construtor Rio- Niterói, *Veja* reproduziu as afirmações de Eliseu Rezende e Mário Andreazza, defendendo a iniciativa de entregar parte da obra para outra firma.

*Veja* parece ser otimista em relação aos prazos exigidos ao novo consórcio, salientando a importância do cumprimento destes devido ao pagamento do empréstimo realizado pelo Brasil junto a bancos ingleses. A revista procura deixar claro que o atraso não interferia só na não-utilidade da obra mas, principalmente, ao fim do prazo de carência do financiamento obtido na Inglaterra, gerado por um cronograma que acreditava na inauguração em março de 1971, e que previa o pagamento do empréstimo através do dinheiro obtido com a cobrança do pedágio na ponte.

Quando, a partir do novo consórcio construtor liderado pela empresa Camargo Correa, continuam os atrasos e os adiamentos, *Veja* utiliza os argumentos da necessidade que a empresa via em manter os padrões técnicos necessários para o bom andamento da obra. Além disso, a nova empresa construtora estaria enviando técnicos à Alemanha para comprar equipamentos e garantir a revisão dos erros de construção realizados pelo consórcio anterior.

Como demonstramos, apesar do andamento da obra com o novo consórcio, *Veja* continuou criticando a inexistência de muitas respostas. Entretanto, a revista procurou deixar claro que, pelo menos naquele momento, apesar do silêncio, a obra deslanchara, os prazos estariam sendo cumpridos e havia uma previsão para a entrega da ponte. O novo consórcio construtor teria feito com que as obras saíssem da “vala comum dos projetos irrealizáveis”, como demonstramos no decorrer das análises, que lhe coubera “por obra e graça de empreiteiras e autoridades pouco afeiçoadas a prazos rígidos”.

O ritmo intensivo das obras é comprovado por *Veja* também através dos recordes do consumo de concreto e ao ritmo de trabalho na ponte, que chegou ao emprego de dez mil pessoas. Além disso, *Veja* afirma o sucesso dos testes de carga realizados, que confirmariam a eficiência dos coeficientes de segurança empregados pelos novos técnicos.

Percebemos o quanto a construção da ponte Rio-Niterói apresenta características diferenciadas das demais construções “faraônicas” do período da ditadura militar brasileira. Apesar de sua especificidade, ela foi pouco (ou quase nada) estudada pela historiografia brasileira. O que nos leva a muitas lacunas e falta de dados para problematizar com mais clareza o discurso da revista *Veja* em relação à obra. Porém, o que procuramos fazer neste trabalho é ir um pouco além das problematizações, utilizando o discurso da revista também como fonte de informações para conhecermos os acontecimentos em torno da ponte. Entretanto, o objetivo de perceber o posicionamento da revista não nos deixou nenhum instante. Esperamos ter conseguido demonstrar a caracterização do discurso de *Veja* em torno das disputas entre os dois consórcios construtores – Consórcio Construtor Rio – Niterói e Consórcio Construtor Guanabara – problematizando a não-homogeneidade da classe dominante, com disputas inclusive dentro do mesmo setor. A luta intra-classe é apresentada pela revista de maneira clara, de modo a entender determinado favorecimento e apoio de *Veja* em relação ao consórcio liderado pela Camargo Correa. Além disso, o caso da ponte Rio-Niterói, reflete de maneira clara a cobrança da revista junto ao governo para uma maior fiscalização das empresas, indiciando possíveis relações de favorecimento da ditadura à alguns grupos empresariais, o que prejudicaria outros, os quais *Veja* defendesse.

Como vimos, *Veja* se utilizou especialmente da figura dos trabalhadores para argumentar as suas críticas, mas mesmo assim a revista não investigou as mortes. A ponte Rio – Niterói chegou a contar com 11.500 empregados como demonstrou a revista. Neste sentido começam as respostas sobre a necessidade da construção das “grandes obras”: o emprego da mão de obra abundante. Como demonstramos nas análises, o ministro Andreazza se utilizou da “finalidade social” para justificar a construção da ponte, utilizando-se do exemplo dos trabalhadores que gastariam só 5 minutos para chegar aos seus locais de trabalho, ao invés das 5 horas comuns. Mas será que seria esse mesmo o objetivo? Para além do papel das “grandes obras” para as empresas de construção civil, na aceleração da expansão econômica, e do papel dos trabalhadores nesta expansão, vimos o interesse e a “preocupação” de *Veja* pelos trabalhadores no papel de argumentar e sustentar as suas críticas em torno da obra. Aí as mortes foram “lamentadas” pela revista, denunciando a falta de segurança. Porém, como procuramos demonstrar, os trabalhadores foram, na maioria das vezes, utilizados pela revista para criticar o consórcio construtor inicial da ponte, justificando a necessidade de deposição deste, as críticas da oposição em torno da ponte, e elogiando ao novo consórcio formado pela Camargo Correa, Rabello S.A. e Mendes Júnior.

Findada a construção da obra não há mais necessidade de a revista noticiar o tema. As críticas que continuam presentes em torno da efetividade da obra, são explicitadas pela revista passados um ano de término da ponte, porém como vimos, para *Veja* isto não seria mais culpa das empresas construtoras e sim do governo que não teria avaliado todas as projeções da obra.

## **CAPÍTULO V – VEJA E ITAIPU: o discurso da revista sobre a construção da hidrelétrica**

A formação e expansão dos “blocos produtivos estatais” fornecedores de insumos básicos (siderurgia, petróleo e derivados, energia elétrica, mineração), na fase de 1956-61, viabilizou a constituição de base produtiva pesada do Departamento I, representando, assim, um dos pilares essenciais para a consolidação do estágio decisivo do processo de industrialização, como demonstram Henri Philippe Reichstul e Luciano Coutinho, quando analisam o investimento estatal entre 1974 e 1980. Segundo os autores,

A contração do investimento estatal pós-61 contribuiu para acentuar a fase depressiva 1963-67; a recuperação do crescimento, a partir de 1968, foi auxiliada pela reativação das inversões em importantes segmentos do SPE (Setor Produtivo Estatal). Finalmente, a aceleração dos seus investimentos entre 1970 e 1974 também contribuiu para exacerbar a fase do auge. Em resumo, ressalvadas as diferenças de comportamento setorial, o fluxo de investimentos do SPE tendeu a agudizar o movimento cíclico<sup>1</sup>.

A fase de expansão, entre 1968-73, tornou possível um elevado grau de autonomização empresarial e financeira das empresas estatais. Segundo Reichstul e Coutinho, dissipadas as nuvens de fumaças provocadas pela intensa controvérsia sobre a “estatização” em 1975-76, a relação entre as empresas estatais e a política econômica se tornou mais

---

<sup>1</sup> REICHSTUL, Henri Philippe; COUTINHO, Luciano. Investimento Estatal 1974-1980: Ciclo e crise. IN: BELLUZZO, Luiz Gonzaga; COUTINHO, Renata. **Desenvolvimento Capitalista no Brasil**. Nº02. SP: Brasiliense, 1983. P.39.

conflitiva e complexa. Segundo os autores, de um lado, o estado tendeu a utilizar as empresas como instrumento de implementação de novas prioridades e, particularmente, como agente de captação de recursos externos, tentando restringir seu raio de manobra. De outro, as empresas esforçaram-se por escapar sucessivamente, às novas restrições que foram sendo impostas, procurando impor seus pontos de vista e planos de investimento.

Portanto, analisando os componentes do investimento produtivo estatal ao longo do período 1974-80, Reichstul e Coutinho afirmam que o setor de energia elétrica, através do sistema Eletrobrás mais Itaipu, setor este mais importante dentro do Setor Produtivo Estatal representando aproximadamente 10% da inversão total da economia no biênio 77/78, manteve o ritmo de crescimento do seu fluxo de investimento, sem interrupções, desde 1970. De fato, após ter alcançado uma média de crescimento anual de 19,3% no período auge (1970-1973) o investimento do setor elétrico continuou a crescer na mesma velocidade até 1978. A redução do investimento elétrico só seria limitado, segundo os autores, pelo grande número de projetos prioritários em curso (Itaipu, Tucuruí, linhas de transmissão). Segundo Reichstul e Coutinho,

É evidente que, em função do seu peso e da regularidade do seu crescimento ao longo da década dos setenta, o setor elétrico constitui fator preponderante na sustentação dos investimentos do SPE, particularmente na conjuntura de desaceleração 73-76. A magnitude destes investimentos garantiu à construção civil pesada, aos setores de bens de capital e material elétrico um fluxo contínuo de demanda, assegurando seu crescimento regular, acima da média da indústria de transformação, no período 74/79. Fica claro, assim, o papel marcadamente anticíclico que o setor desempenhou até 1979<sup>2</sup>.

Os planos e programas das grandes empresas do SPE, apoiavam-se, segundo os autores, em mecanismos institucionais bastante sólidos, ancorados em interesses poderosos dos grandes construtores, dos produtores de bens de capital e na necessidade de giro da dívida externa (global e das próprias empresas estatais). Segundo Henri Philippe Reichstul, coube ao setor elétrico promover a retomada do crescimento da economia brasileira, ativando a demanda da construção civil e bens de equipamento, liberando a retomada das inversões estatais<sup>3</sup>.

A década de 1960, portanto, proporcionou um considerável aumento da oferta de energia elétrica. Essa expansão, viabilizada pelo financiamento fiscal, se caracterizou pela construção de usinas hidrelétricas de grande porte e pelo predomínio de empresas estatais no

---

<sup>2</sup> Idem. P.50.

<sup>3</sup> REICHSTUL, Henri Phillippe. O estado como produtor energético. IN: SAES, Flávio Azevedo Marques de. **A energia e a economia brasileira: interações econômicas e institucionais no desenvolvimento do setor energético no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1983.

setor. Isso favoreceu, segundo Ivone Teresinha Carletto de Lima, a instalação de indústrias de materiais elétricos direcionados à construção civil e aos serviços de projetos de engenharia.

Segundo Maria Letícia Corrêa, a mudança mais notável no regime militar, com relação à política para o setor de energia elétrica, é a acentuação do processo de fortalecimento do Executivo e da função de planejamento. Segundo Corrêa,

A pasta de Minas e Energia passou a compreender uma ampla rede de órgãos da administração direta, autarquias e empresas (DNPM, Conselho Nacional do Petróleo, CNAEE, Conselho Nacional de Minas e Metalurgia, Comissão de Exportação de Materiais estratégicos, Companhia Vale do Rio Doce, Chesf, Petrobrás, Eletrobrás, Comissão Nacional de Energia Nuclear e Comissão do Plano do Carvão Nacional). Em 1965, com a criação do Departamento Nacional de Águas e Energia (DNAE), posteriormente Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE), este órgão e a Eletrobrás assumiram a coordenação das atividades do setor elétrico em nível nacional<sup>4</sup>.

A tese de Maria Letícia Corrêa é de que, se houve acentuação do caráter autoritário, concentrado e centralizador na formulação das políticas públicas no Brasil do pós-194, deveria ser notado também *“uma continuidade nesse modo de fazer política, com relação a ações que foram identificadas desde a etapa anterior, do período de 1946 a 1964, quando ocorreu uma crescente concentração do processo decisório”*<sup>5</sup>.

Carletto Lima demonstra que, com o choque do petróleo, da mudança política e do II Plano Nacional de Desenvolvimento, o governo acelerou o processo de crescimento econômico. *“Surgiram mega-projetos, os grandes investimentos hidrelétricos que estavam articulados à política de substituição de bens de capital e ao desenvolvimento de empresas como Tucuruí, no Norte, e Itaipu”*<sup>6</sup>. Para Edson Belo Souza, a inserção histórica da construção de Itaipu é um elemento importante de análise, principalmente porque marca um ciclo importante do capitalismo brasileiro e mundial. Segundo ele, *“as políticas de desenvolvimento direcionam o parque industrial brasileiro para um padrão semelhante ao dos países industrializados, buscando incluir o Brasil entre os países industrializados”*<sup>7</sup>. Segundo Edson Belo, a Itaipu foi idealizada durante os anos do chamado “milagre econômico” que caracterizou o Brasil pós-64, período no qual foi imposto um Estado que

---

<sup>4</sup> CORRÊA, Maria Letícia. A participação dos técnicos na “conquista do Estado”: historiografia e proposta de estudo de caso. IN: MENDONÇA, Sonia Regina de (Org.). **Estado e historiografia no Brasil**. Niterói: EdUFF, 2006. PP.157-158.

<sup>5</sup> Idem. P.163.

<sup>6</sup> LIMA, Ivone Teresinha Carletto de. **Itaipu: as faces de um mega projeto de desenvolvimento (1930-1984)**. Tese de doutorado – UFF/UNIOESTE. Niterói, 2004. P.93.

<sup>7</sup> SOUZA, Edson Belo. Contextualização Política da Construção da barragem de Itaipu. **IN: Perspectiva Geográfica**. Nº 01, 2005. P.29.

colocou em prática grandes projetos de investimento econômico, cuja meta foi a de implantar uma indústria de bens de capital. Segundo ele,

O projeto de Itaipu insere-se na orientação política que havia decidido pelo aproveitamento máximo dos recursos hídricos para a produção de energia. Constitui uma ‘alavanca’ indispensável para promover o desenvolvimento e o progresso, conforme palavras utilizadas pelos militares da época<sup>8</sup>.

Ivone Teresinha Carletto de Lima demonstra que, em 1973, através do Tratado de Itaipu, foi concluída a fase de consolidação da Eletrobrás, a *holding* federal. Segundo a autora,

Esse tratado previa a criação de uma binacional que seria constituída em partes iguais pela Eletrobrás e pela Administración Nacional de Electricidad (ANDE) para construir e operar a usina de Itaipu que seria a maior do mundo, com uma potência instalada de 12600 MW. Furnas e Eletrosul foram obrigadas, pela lei nº 5899 de 05 de julho de 1973 a adquirir toda a parcela de energia destinada ao Brasil pelo Tratado de Itaipu<sup>9</sup>.

A Eletrobrás foi criada no governo de Jânio Quadros, depois do Ministério de Minas e Energia, pela Lei nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961. Entretanto, ela já vinha sendo proposta anteriormente, tendo sua aprovação negada pelos principais nomes da engenharia, das empresas e órgãos públicos do setor de energia. Maria Letícia Corrêa, ao trabalhar com os projetos para o setor de energia elétrica constatou que:

Deve ser registrado que os técnicos e dirigentes que combateram a criação da Eletrobrás no encontro do Instituto de Engenharia, em 1956, nos moldes em que a empresa fora proposta, vieram mais tarde a ocupar importantes cargos nas empresas vinculadas à mesma holding federal, bem como nos órgãos da administração pública criados a partir da nova etapa, o que demonstra a permanência desses agentes e a sua reafirmação como responsáveis pela formulação da política setorial<sup>10</sup>.

Segundo Maria Letícia Corrêa, o principal argumento contrário à criação da Eletrobrás era o de que a nova empresa, com a organização que fora proposta e pela vinculação direta com a Presidência da República, então prevista, passaria a ditar diretamente a política de eletricidade no país. Da mesma forma, o Fundo Federal da Eletrificação e o Imposto Técnico sobre Energia Elétrica, uma vez tendo sua administração concentrada na holding Federal, não mais seriam destinados ao atendimento das necessidades das empresas existentes no Brasil.

Dreifuss também aponta para a presença de ativistas e colaboradores do IPES nos Ministérios do Planejamento, da Fazenda, das Minas e Energia e da Indústria e Comércio. Em

---

<sup>8</sup> Idem. P.30.

<sup>9</sup> LIMA, Ivone Teresinha Carletto de. Op. Cit. P.95.

<sup>10</sup> CORRÊA, Maria Letícia. Os projetos para o Setor de Energia Elétrica Brasileiro do segundo Governo Vargas: o debate no Instituto de Engenharia de São Paulo. IN: MENDONÇA, Sonia Regina de (Org.). **O Estado Brasileiro: Agências e Agentes**. Niterói: EdUFF/Vício de Leitura, 2005. P.82.

relação à Eletrobrás, Dreifuss aponta a presença de Octávio Marcondes Ferraz que se tornou presidente da Eletrobrás no pós-1964, que foi estabelecida como holding, funcionando como órgão executivo encarregado de conduzir e implementar a política de energia do governo. Segundo Dreifuss, “a ELETROBRÁS era tanto o órgão coordenador efetivo das Empresas Elétricas de propriedade do governo federal, em cujo staff se destacavam diretores do IPES, quanto a fonte financeira para as empresas pertencentes aos Estados e às autoridades municipais”<sup>11</sup>. Os líderes do IPES Antônio Galloti e Lucas Nogueira Garcez, ambos diretores de empresas de fornecimento de energia, foram indicados diretores da ELETROBRÁS. Finalmente, o ativista do IPES Almirante José Cláudio Beltrão Frederico tornou-se presidente da CONTEL, o órgão estatal de comunicações telefônicas, e foi sucedido pelo Comandante Euclides Quandt de Oliveira.

A Eletrobrás financiou e concluiu grandes empreendimentos do setor energético. Segundo a Lei de Itaipu, somente a Eletrobrás, através das subsidiárias, poderia construir e operar centrais geradoras e sistemas de alta tensão supra-estaduais<sup>12</sup>.

A Itaipu localiza-se no extremo oeste paranaense, fazendo parte do Estado do Paraná e dos domínios concessionários da Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL), criada em 1954. Entretanto, a transmissão da energia gerada pela Itaipu, no Brasil, é realizada pela empresa FURNAS e pela Eletrosul. Segundo Ivone Teresinha Carletto de Lima,

Para a construção da barragem, Itaipu empenhou-se num planejamento sistemático e numa programação rigorosa de medidas que garantissem os equipamentos necessários, assim como, seu fluxo normal para o canteiro de obras. As tarefas de coordenação do projeto, ficaram sob responsabilidade do consórcio IECO-ELC, constituído pela International Engineering Company, de San Francisco e pela Eletroconsult, de Milão, que haviam realizado, anteriormente o estudo da viabilidade na área. Como subcontratadas desse consórcio, estavam as empresas, Internacional de Engenharia S.A (IESA), Enerconsult S.A., Eletroconsult Del Paraguay (PARELC) e Companhia Internacional de Ingenieria, que supriram a mão de obra técnica especializada paraguaia e brasileira, necessária aos serviços de coordenação<sup>13</sup>.

Para a execução das obras civis e de montagem, a responsabilidade ficou para quatro consórcios: UNICON (Cetenco Engenharia Ltda; CBPO – Cia brasileira de Pavimentação e Obras; Camargo Correa; Andrade Gutierrez; Mendes Junior); CONEMPA (Barrail Hermanos; Cia. General de Construcciones; ECCA. S.A.; Ing. Civil Hermanos Baumam; ECOMIPA – Emp. Const. Min. Paraguaya; Jiménez Gaona & Lima); ITAMON (A. Araujo –

<sup>11</sup> DREIFUSS, René. 1964: **a conquista do Estado**. Op. Cit. P.471.

<sup>12</sup> Dados obtidos no site comemorativo da empresa: [http://www.eletrobras.com.br/Em\\_Biblioteca\\_40anos/73-79.asp](http://www.eletrobras.com.br/Em_Biblioteca_40anos/73-79.asp). Consulta realizada em 1/7/2010.

<sup>13</sup> Idem. P.223.

Engenharia e Montagem; Empresa Brasileira de Engenharia – EBE; Montreal Engenharia; SADE – Sul Americana de Engenharia; SERTEP – Engenharia e Montagem; TECHINT. Cia Técnica Internacional; TENENGE – Tec. Nacional de Engenharia; ULTRATEC Engenharia); CIE (Consortio de Ingenieria Eletromecanica).

A sigla UNICON significa a União de Construtoras Ltda (cinco brasileiras). CONEMPA designa o Consórcio de Empresas Construtoras Paraguias (seis). ITAMON, o consórcio Brasileiro Itaipu de Montagem Itamon Ltda. para montagem eletromecânica, composto por oito empresas ou indústrias tecnológicas. CIE designa o Consórcio de Ingenieria Eletromecanica, paraguaio<sup>14</sup>. Segundo Lima,

Para a realização das obras civis, foi utilizada uma tecnologia 100% nacional, a cargo do consórcio brasileiro-paraguaio (UNICON – brasileiro e CONEMPA – paraguaio). A participação das empresas brasileiras foi de 75% e da paraguaia, de 25%. Quanto à montagem eletromecânica, foi executada por outros dois consórcios, ITAMON, brasileiro, com participação de 80% e, CIE, paraguaio, com participação de 20%. A qualidade da obra foi garantida pelo acompanhamento de representantes dos fabricantes que proviam a supervisão durante a montagem dos equipamentos<sup>15</sup>.

A Usina de Itaipu é resultado de intensas negociações entre Brasil e Paraguai durante a década de 1960. Em 1970, o consórcio formado pelas empresas IECO (dos Estados Unidos da América) e ELC Electroconsult (da Itália) venceu a concorrência internacional para a realização dos estudos de viabilidade e para a elaboração do projeto da obra. O início do trabalho se deu em fevereiro de 1971. Em 26 de abril de 1973, Brasil e Paraguai assinaram o Tratado de Itaipu, instrumento legal para o aproveitamento hidrelétrico do Rio Paraná pelos dois países. Em 17 de maio de 1974, foi criada a entidade binacional Itaipu, para gerenciar a construção da usina. O período de construção da hidrelétrica de Itaipu, desde os trabalhos preliminares de preparação do local de construção da primeira unidade geradora, foi de oito anos, de 1975 a 1983.

A Itaipu foi concebida e construída sob a égide do desenvolvimento econômico nacional, haja vista a significativa ânsia em transformar o Brasil em um país empreendedor e uma grande potência que objetivou alavancar o progresso do setor industrial interno, através da geração de energia elétrica para suprir as demandas exigidas para o desenvolvimento do Brasil e almejando o mercado externo. Segundo Carla Conradi,

A Usina foi arquitetada com objetivos muito mais específicos do que o exposto. Ela representou os anseios de uma nação que buscava a sua emergência, e acima de tudo sua soberania frente a outros países da América Latina. E esta afirmação sustenta-se

---

<sup>14</sup> Estes dados encontramos em , Ivone Teresinha Carletto de. Op. Cit. P.224.

<sup>15</sup> Idem. P.224.

quando analisamos a maneira como o Estado elaborou e organizou seus acordos com o país fronteiriço, que associou-se para a construção da Usina<sup>16</sup>.

Como demonstra Conradi, pautado em interesses particulares, a empresa de Itaipu organizou-se estrategicamente frente às diversas questões que pudessem significar um empecilho à construção da Usina, haja vista o período em que esta foi planejada. Além disso, suas ações foram em muitas das suas vezes financiadas pelo capital externo<sup>17</sup>. Segundo Carla Conradi,

Neste sentido, a Usina representou para o Estado algo muito mais que uma mera usina, esta foi a concretização de sua forma de governar, ou seja, o regime militar que empreendeu projetos que visavam a níveis de desenvolvimento nunca vistos no país, e consolidava o Brasil como uma potência capitalista emergente<sup>18</sup>.

Além de ser reflexo de uma política de potência e desenvolvimento nacional, Itaipu foi politicamente caracterizada dentro do contexto nacional e internacional na estratégia da Escola Superior de Guerra, centrado na Doutrina de Segurança Nacional, que justificava a imposição do sistema de controle e dominação e que estabeleceu o binômio “Segurança e Desenvolvimento” com a base governamental do regime. Como demonstra Judite Veranisa Schmitt,

O Estado, ideologicamente, colocou a necessidade de reforçar a segurança do país, por isso aparelhou-se para enfrentar todos os tipos de problemas como: guerrilhas, manifestações populares, possíveis incursões comunistas no país. Afirmou a necessidade de assegurar fronteiras, deixando os aparelhos repressivos sempre em alerta e prontidão, caso houvesse o ataque desses “supostos inimigos”<sup>19</sup>.

Neste sentido, os municípios localizados na Faixa de Fronteiras Internacional (150 km), foram considerados “área de segurança nacional”, justificando a intervenção militar nesta região mediante qualquer indício de “subversão”<sup>20</sup>. O trabalho de Judite Schmitt

---

<sup>16</sup> CONRADI, Carla Nacke. **As estratégias do poder:** A construção da Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu e a atuação dos órgãos governamentais diante da presença indígena. Trabalho de Conclusão de Curso em História – UNIOESTE/MCR, 2003. P.58.

<sup>17</sup> Como demonstra Carla Conradi, o financiamento das obras faraônicas construídas pelos militares foi buscado no exterior, sendo que quem financiou a Usina de Itaipu foi o Banco Mundial Americano.

<sup>18</sup> Idem. P.58.

<sup>19</sup> SCHMITT, Judite Veranisa. **Geopolítica e violência:** um estudo sobre a violência física e simbólica no processo de desapropriação dos atingidos de Itaipu (1978-1985). Projeto de pesquisa apresentado à Especialização em História e Região da UNIOESTE/MCR, 2004. P.9.

<sup>20</sup> Neste ponto é interessante fazermos menção ao trabalho de Nelzira M.S. Berwanger sobre o aumento da violência na região de fronteira, especificamente na região de Marechal Cândido Rondon, oeste do Paraná, entre os anos 1973 e 1995. Como demonstrou Berwanger, entre os fatores que levaram ao elevado índice de criminalidade está a formação do Lago de Itaipu que pela facilidade de acesso ao Paraguai, teve grande influência para o crescimento da violência. Neste sentido aponta-se os assaltos em propriedades rurais onde o alvo preferido são máquinas agrícolas como tratores e implementos que são atravessados ao Paraguai com o auxílio de balsas clandestinas. Além da formação do lago, Berwanger aponta a própria modernização agrícola que ocorreu a partir da década de 1970 como influente no aumento da violência. Segundo a autora, a

demonstrou as perseguições, prisões de lideranças do movimento dos desapropriados, e as estratégias de dominação do governo através do aparato ideológico da Doutrina de Segurança Nacional, além do aparato policial e militar. Segundo a autora, a imposição de um sistema de controle e dominação da ditadura militar serviu à Itaipu como forma de desarticular o movimento social dos atingidos. Ao demonstrar como foi elaborada e executada a violência e a repressão aos atingidos de Itaipu e quais foram os meios para tais, Judite Schmitt, aponta que ocorreu de duas formas:

- Violência física: com a presença da força militar que impedia os agricultores de chegar aos escritórios da Itaipu em Foz do Iguaçu; fichamento de lideranças no DOPS; o mau tratamento dos atingidos pela barragem de Itaipu; a expulsão da terra.

- Violência simbólica (que segundo a autora “*surgiu no momento em que a organização dos atingidos por Itaipu conseguiram alguns ganhos e a empresa binacional tentava mascarar a existência de conflitos e neutralizar as pressões dos agricultores*”<sup>21</sup>): onde os dirigentes de frente da empresa utilizavam-se da propaganda com artistas famosos para explicar o porque da construção da usina, demonstrando a grandiosidade da obra e sua importância para o país; os jornais que reproduziram os discursos da Itaipu, fazendo-se de veiculadores da ideologia dominante; e o contato dos técnicos da Itaipu com os desapropriados que também demonstrou violência, prepotência e poder.

Pretendemos demonstrar com o trabalho o posicionamento de *Veja* frente a construção da Usina de Itaipu, procurando caracterizar se a mesma auxiliou na propagação da violência simbólica, reproduzindo os discursos dominantes da importância de Itaipu para o desenvolvimento do país.

---

mecanização e tecnificação da lavoura exclui economicamente uma significativa parcela da sociedade, prejudicando os pequenos proprietários que não conseguiram acompanhar as exigências do mercado. Este processo causou a expropriação do pequeno agricultor dos seus meios de produção, aumentou o número de desempregados nas cidades da região.

BERWANGER, Nelzira M.S. **Itaipu: o discurso de modernidade e o aumento da violência na região de fronteira (Marechal Cândido Rondon – 1973-1995)**. Trabalho de Conclusão de Curso em História – UNIOESTE/MCR, 1995.

Cabe-nos problematizar: a Doutrina de Segurança Nacional foi utilizada como forma de justificar a violência física e simbólica contra os contestadores de Itaipu, mas não foi capaz de prever medidas que levassem segurança aos moradores da região que foram prejudicados pela formação do lago, sendo vítimas do aumento da violência.

<sup>21</sup> SCHIMITT, Judite Veranisa. Op.Cit. P.14.

## ***Veja*, as hidrelétricas e a Itaipu – “o mamute hidrelétrico”**

É em relação às usinas hidrelétricas e principalmente à construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, que se concentram a maioria das matérias de *Veja*. Das 39 matérias encontradas sobre as “grandes obras”, 23 são sobre as hidrelétricas. A listagem das matérias analisadas apresentamos a seguir:

| <b>Matérias de <i>Veja</i> sobre HIDRELÉTRICAS e ITAIPU</b> |             |               |                                                                                                                               |
|-------------------------------------------------------------|-------------|---------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                                                             | <b>Data</b> | <b>Edição</b> | <b>Título</b>                                                                                                                 |
| 01                                                          | 25/06/1969  | 42            | <i>Energia – A maior usina em ação</i>                                                                                        |
| 02                                                          | 04/08/1971  | 152           | ENERGIA ELÉTRICA – Cedo para definir                                                                                          |
| 03                                                          | 27/09/1972  | 212           | A energia do Itamaraty – <i>A batalha diplomática pela construção de Sete Quedas, de 1965 até hoje</i>                        |
| 04                                                          | 04/10/1972  | 213           | Fez-se a paz no Prata                                                                                                         |
| 05                                                          | 11/04/1973  | 240           | Um entendimento inevitável                                                                                                    |
| 06                                                          | 02/05/1973  | 243           | A cordialidade dos quilowatts                                                                                                 |
| 07                                                          | 30/01/1974  | 282           | ITAIPU – Ameaça de papel                                                                                                      |
| 08                                                          | 15/05/1974  | 297           | O PRESIDENTE – A hora dos engenheiros                                                                                         |
| 09                                                          | 22/05/1974  | 298           | PRESIDÊNCIA – Assim começou Itaipu                                                                                            |
| 10                                                          | 29/05/1974  | 299           | ITAIPU – O fim das quedas                                                                                                     |
| 11                                                          | 11/06/1975  | 353           | ITAIPU – A primeira vitória                                                                                                   |
| 12                                                          | 09/07/1975  | 357           | ITAIPU – Vitória geral                                                                                                        |
| 13                                                          | 24/09/1975  | 368           | ITAIPU – Pequeno atraso                                                                                                       |
| 14                                                          | 15/10/1975  | 371           | ITAIPU – A arrancada                                                                                                          |
| 15                                                          | 24/03/1976  | 394           | ESPECIAL – No mundo das barragens                                                                                             |
| 16                                                          | 26/05/1976  | 403           | ITAIPU – Crítica tardia                                                                                                       |
| 17                                                          | 27/07/1977  | 464           | DIPLOMACIA – A sofrida procura da paz                                                                                         |
| 18                                                          | 16/11/1977  | 480           | ITAIPU – Fim de conversa                                                                                                      |
| 19                                                          | 23/11/1977  | 481           | ITAIPU – Sem respostas                                                                                                        |
| 20                                                          | 18/01/1978  | 489           | ITAIPU – Represália                                                                                                           |
| 21                                                          | 19/07/1978  | 515           | AMBIENTE – Águas amortecidas<br><i>O progressivo represamento de quase todos os rios do Paraná começa a afetar a ecologia</i> |
| 22                                                          | 13/09/1978  | 523           | ENERGIA – Tucuruí avança                                                                                                      |
| 23                                                          | 20/09/1978  | 524           | Longe das urnas – <i>40 000 eleitores de Itaipu não votarão em novembro</i>                                                   |
| 24                                                          | 18/10/1978  | 528           | ITAIPU – Show aquático<br><i>O desvio do rio Paraná será uma festa política</i>                                               |
| 25                                                          | 25/10/1978  | 529           | ITAIPU – Rolam as águas<br><i>Desviado o Paraná, resta a questão diplomática</i>                                              |

**Quadro 12 - Matérias de *Veja* sobre Hidrelétricas e Itaipu**

A primeira matéria de *Veja* sobre as hidrelétricas é já em 1969. Com o título “A maior usina em ação”, a revista trata do começo do funcionamento efetivo do conjunto hidrelétrico de Urubupungá, uma obra que, segundo *Veja*, se gastam diariamente 2 milhões de cruzeiros novos. Segundo *Veja*,

Quando estiver terminada, em 1974, deverá ter consumido 900 milhões de dólares. Será o maior conjunto hidrelétrico de todo o mundo ocidental. Produzirá quase 5 milhões de quilowatts – o dobro da produção da represa de Assuã, no Egito, e mais

da metade da produção atual do Brasil (8 milhões de quilowatts). Maior que Urubupungá, em todo o mundo, só existirão duas usinas da Rússia (uma delas em construção). Além do significado internacional, Urubupungá representará energia para uma população de 45 milhões de pessoas em São Paulo, Minas, Paraná, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Goiás<sup>22</sup>.

A usina de Urubupungá era um projeto em que se trabalhava desde 1953, quando técnicos se reuniram para estudar o desenvolvimento energético da bacia formada pelos rios Paraná e Uruguai. As primeiras obras começaram em 1960, já prevendo duas usinas, em Jupia e em ilha Solteira, 60 quilômetros distantes uma da outra. A de Jupia, com catorze unidades, produziria 1,4 milhões de quilowatts. A de ilha Solteira produziria 3,2 milhões. Segundo *Veja*, “com essas usinas, a produção brasileira de energia elétrica, que aumentou 13,1 % em 1968 (a média dos últimos oito anos é de 5,8%), terá dado outro passo decidido para a meta de 17 milhões de quilowatts em 1975”<sup>23</sup>.

Em agosto de 1971, *Veja* traz uma matéria falando sobre a possibilidade de instalação de uma hidrelétrica na região das Sete Quedas, no Paraná. Segundo a matéria, estariam sendo realizados estudos a cargo de um consórcio internacional formado pela International Engineering Company (EUA) e a Eletroconsult (Itália), a serem entregues ainda no final de 1971. Entretanto, segundo *Veja*, ainda não existiria nenhum acordo em andamento para o financiamento de Sete Quedas, que deveria ser estudado tanto pelo Brasil como pelo Paraguai. Segundo *Veja*,

De qualquer modo, a possibilidade de a URSS vir a fornecer o financiamento não está afastada. Para isso poderia influir o intercambio comercial entre aquele país e o Brasil, possibilitando empréstimos com juros de 3,5% ao ano para o governo e 3,7%, no caso de se tratar de empresas particulares. Além disso, a URSS é mundialmente conhecida como exportadora de todos os tipos de equipamentos energéticos e eletrotécnicos, feitos pelas maiores usinas russas, e conta com cerca de sessenta países na sua lista de clientes<sup>24</sup>.

Para tratar profundamente do assunto da Itaipu, *Veja* trouxe uma reportagem de capa. Com a foto do ministro das Relações Exteriores, Mário Gibson Barboza, no canto esquerdo da capa, tendo ao fundo o salto das Sete Quedas, a tarjeta: “Sete Quedas: A arte de negociar”.

---

<sup>22</sup> *Veja*. ENERGIA. **A maior usina em ação**. (Seção Brasil). Ed.42 – 25/06/1969. P.23.

<sup>23</sup> *Idem*.

<sup>24</sup> *Veja*. ENERGIA ELÉTRICA. **Cedo para definir**. (Seção Economia & Negócios). Ed.152 – 04/08/1971.

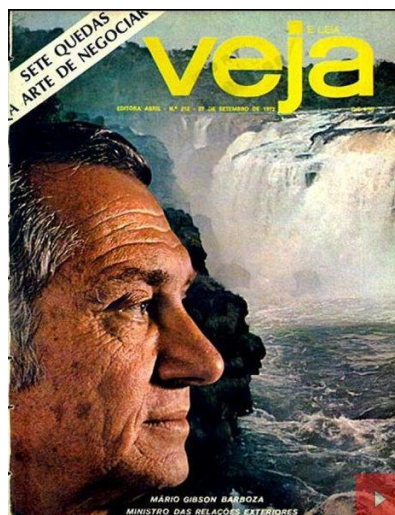


Figura 14 - *Veja*. Ed.212 - 27/09/1972.

A Carta ao Leitor é iniciada com a afirmação, enviada por telex, de um enviado especial de *Veja* à Buenos Aires para identificar os motivos argentinos na disputa da barragem de Sete Quedas: “*Chefe, a situação aqui está difícilima. Todos fechados. Muitos não falam porque dizem que Veja é um órgão oficioso do governo brasileiro*”<sup>25</sup>. E, para responder a afirmação, o editorial é claro:

*Veja* tem certeza de não ser um órgão oficioso do governo brasileiro, nem conhece outro jornal ou revista que no Brasil envergue a definição. E, na verdade, para os profissionais honrados, nada é mais temido, em qualquer lugar e em qualquer tempo, do que a tentativa de um governo de transformar a opinião pública na solícita platéia disposta a somente aplaudir o espetáculo que ele próprio dirige. Mesmo porque o espetáculo pode ser excelente, e no entanto o triunfo encomendado não vale mais do que o fracasso espontâneo<sup>26</sup>.

E *Veja* apresenta a reportagem de capa da edição: o discutido assunto da barragem de Sete Quedas que, segundo a revista, é um exemplo quem sabe capaz de convidar as partes envolvidas a meditarem sobre o papel da imprensa numa questão “que traz para a ribalta os interesses nacionais”. Segundo *Veja*,

A defesa desses interesses não é um monopólio de ninguém e, portanto, debaixo do céu nevoento dos mal-entendidos e dos preconceitos, *Veja* apresenta as habilidades da diplomacia brasileira, os seus notáveis talentos na arte de negociar. E firma sua posição, favorável à imediata construção da hidrelétrica de Sete Quedas. Assim age, não por ser oficiosa, mas porque é um dever de todos os brasileiros salvaguardar os interesses do país – tanto quanto na Argentina também é um dever lutar pela construção de Apipé Yaciretá<sup>27</sup>.

Percebe-se que *Veja* não mede palavras para deixar claro seu posicionamento: a construção da usina de Sete Quedas que, coincidiram com os interesses do governo. É

<sup>25</sup> *Veja*. Carta ao Leitor. Ed.212 – 27/09/1972.

<sup>26</sup> Idem.

<sup>27</sup> Idem.

interessante destacar também que *Veja* procura em todo o editorial defender-se da acusação de que seria um órgão do oficioso do governo e, o fato de o posicionamento da revista coincidir com os do governo é justificado pela revista com a afirmação de que é dever de todos os brasileiros salvaguardar os interesses do país.

Na reportagem de capa, o título: “A energia do Itamaraty”. Logo abaixo a frase: “*a batalha diplomática pela construção de Sete Quedas, de 1965 até hoje*”. E a reportagem de 07 páginas gira em torno das discussões entre Brasil, Argentina e Paraguai em torno da bacia do Prata.

Na edição seguinte, uma matéria com o título: “Fez-se a paz no Prata”<sup>28</sup>, noticia o acordo que parece encerrar a polêmica entre os governos do Brasil e da Argentina em torno do represamento do rio Paraná na região de Sete Quedas, onde seria construída uma usina hidrelétrica capaz de produzir 12 milhões de quilowatts até 1980.

E quando a revista volta a tratar do tema, em abril de 1973, mais uma reportagem de capa. Desta vez, apenas uma imagem dos saltos das Sete Quedas e a afirmação que mais parece uma resposta: “Para onde vão as relações Brasil-Argentina”.

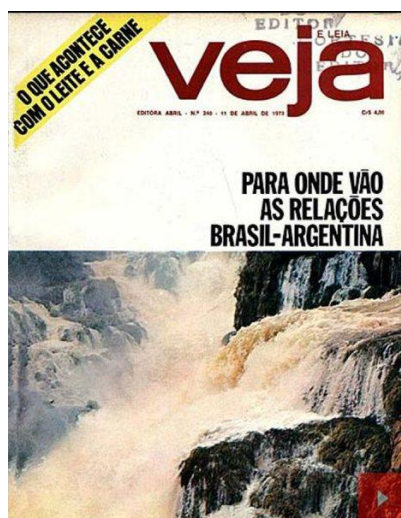


Figura 15 - *Veja*. Ed.240 - 11/04/1973.

Na matéria de capa, “Um entendimento inevitável”, traz no início a foto de uma casa quase encoberta pelas águas, e a legenda “*Comportas fechadas, as águas do rio Paraná subiram ao mesmo tempo abaixo...*”<sup>29</sup>, e na página ao lado a foto a barragem da Ilha Solteira, com a legenda “*... e acima da barragem da Ilha Solteira, graças à enchente de São José*”<sup>30</sup>, que demonstramos a seguir:

<sup>28</sup> *Veja*. **Fez-se a paz no Prata**. (Seção Brasil). Ed. 213 – 04/10/1972. P.15.

<sup>29</sup> *Veja*. **Um entendimento inevitável**. (Seção Brasil). Ed.240 – 11/04/1973. P. 20.

<sup>30</sup> Idem. P.21.



Comportas fechadas, as águas do rio Paraná subiram ao mesmo tempo abaixo...



...e acima da barragem da Ilha Solteira, graças à enchente de São José

Baseado em exemplos de construções de outras hidrelétricas já efetuadas, *Veja* vai avaliando as conseqüências do represamento do rio Paraná, especialmente no que diz respeito ao meio ambiente de áreas vizinhas além das fronteiras de um Estado. Mas a revista traz a afirmação de engenheiros garantindo o sucesso da obra: “*Os técnicos que acompanham o nascimento de uma nova hidrelétrica estão seguros disso, e o engenheiro Mário Bhering, presidente da Eletrobrás, chega a adiantar benefícios para todas as terras abaixo das usinas*”<sup>31</sup>. Quanto ao início das construções, *Veja* afirma que Alfredo Stroessner, presidente do Paraguai, anunciou a futura assinatura do protocolo de constituição da empresa que deveria erguer e explorar a usina, que ocorreria ainda no final de abril.

Duas edições posteriores, em 02 de maio de 1973, *Veja* relata a visita de cinco dias do presidente Stroessner ao Brasil, onde ele e o presidente Médici, “*trocaram suas canetas depois de assinar o tratado de Itaipu*”<sup>32</sup>, como afirma a legenda da foto de início da matéria, que mostra os dois presidentes pegando as canetas em seus paletós, com uma expressão sorridentes. Sob o título “A cordialidade dos quilowatts”, *Veja* inicia:

Durante cinco dias de sua visita ao Brasil, o presidente paraguaio Alfredo Stroessner não assinou nenhum acordo de cooperação técnica, nenhum convênio para a utilização pacífica de energia atômica e não inaugurou qualquer programa de intercâmbio cultural. Exatamente pelo fato de o Itamaraty não ter sido obrigado a desengavetar documentos congelados para servi-los nos banquetes oficiais, pode-se supor que a passagem de Stroessner por Brasília, onde assinou o tratado que criou a empresa destinada a construir e explorar a hidrelétrica de Itaipu, tenha sido a mais importante de todas as visitas ocorridas nos últimos dez anos”<sup>33</sup>.

Pode-se perceber como é importante para a revista a construção da Itaipu. Tanto que este evento se sobreporia a qualquer discussão antes iniciada pelos dois países e em fase de

<sup>31</sup> Idem. P. 20.

<sup>32</sup> *Veja. A cordialidade dos quilowatts.* (Seção Brasil). Ed.243 – 02/05/1973. P.17.

<sup>33</sup> Idem.

não resolução. Além disso, o título “A cordialidade dos quilowatts”, supõe o quanto a construção da usina hidrelétrica seria fundamental para os dois países, até pouco tempo vistos como inimigos devido à guerras e disputas econômicas e territoriais, que agora poderiam trabalhar em torno de um projeto comum que levasse “a boa vontade dos dois países”.

Paremos para analisar o Tratado de Itaipu. O Tratado de Itaipu estabelece um mecanismo segundo o qual cada um dos países tem direito à metade da energia produzida pela usina, sendo que a totalidade da energia deve ser adquirida pelos dois signatários. Caso uma das partes não utilize integralmente sua cota, deve vender o excedente à outra parte a preço de custo. Uma vez que o Paraguai apenas consome 5% do que tem direito, vende o restante da energia produzida para o Brasil, por uma tarifa de US\$ 45,31 por megawatt-hora. Deste valor são descontados US\$ 42,50 para o pagamento dos empréstimos contratados para a construção da usina, não restando em mãos paraguaias mais do que US\$ 2,81 por megawatt-hora. A previsão é que tais descontos estendam-se até 2023, quando a totalidade da dívida será quitada<sup>34</sup>.

Vejamos a relação imperialista brasileira: cada país teria direito a 50% da energia gerada pela usina. O Paraguai consome apenas 5% de sua cota e é obrigado a repassar ao Brasil, por meio da Eletrobrás, o excedente por um preço pré-estabelecido. O acordo assinado com o Paraguai foi uma cartada diplomática brasileira para diminuir a influência da Argentina sobre o Paraguai e também uma forma de amarrar o Paraguai à política externa brasileira. Entretanto estas relações não são apresentadas por *Veja*, que coloca os acordos entre Brasil e Paraguai como uma política benéfica para o Paraguai, já que os custos seriam todos brasileiros.

Esta importância dada por *Veja* à construção de Itaipu, não fica apenas em torno das discussões diplomáticas entre os dois países. Após o acompanhamento da revista em torno dos acordos presidenciais entre Brasil e Paraguai, *Veja* voltou a falar de Itaipu em janeiro de 1974, quando constata que a construção de Itaipu não constava no Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). Segundo a revista,

Se dependesse de algumas fichas e papéis arduamente manuseados por técnicos do Ministério do Planejamento neste início de ano, a gigantesca hidrelétrica de Itaipu correria o risco de não existir, nem teoricamente, pelo menos até 1978. Atarefados com a elaboração do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento, uma montanha de números que distribuirá os investimentos públicos durante todo o governo do general Ernesto Geisel e o primeiro ano da administração do seu sucessor, os

---

<sup>34</sup> Dados obtidos no site: <http://ictsd.org/i/news/pontesquinzenal/11170/>. O Tratado de Itaipu será renegociado, como veremos posteriormente.

técnicos do Ministério descobriram a inexistência de planos para a construção de Itaipu<sup>35</sup>.

Segundo *Veja*, para compor o PND, cada Ministério deve dizer quanto pretende gastar e quais são os seus projetos prioritários. Estas informações são armazenadas em formulários e fichas e compõem o que é chamado de “dispêndios globais”. E segundo a revista, “*Sem detalhamento, cronograma de obras e previsões financeiras, Itaipu está sendo ignorada também porque na previsão de construção de novas usinas até 1981, entregue pela Eletrobrás ao Ministério de Minas e Energia há um mês, nem é mencionada*”<sup>36</sup>. Percebe-se a reivindicação de *Veja* para a atenção em torno do projeto de Itaipu. Parece que a revista reclama a pouca atuação política de Médici no projeto, apesar de *Veja* noticiar com exaltação os acordos entre Médici e Stroessner como demonstramos anteriormente. Caberia então ao novo Ministério resolver a “ameaça de papel”, como afirma o título da matéria. Segundo *Veja*, “*definida a necessidade da usina hidrelétrica e acertado o acordo de sua construção com o Paraguai, aparentemente só problemas burocráticos poderão atrasar a obra*”<sup>37</sup>. Caberia aos “técnicos” do Ministério do Planejamento de Geisel, dar a devida atenção a isto.

Ainda no sentido da afirmação da necessidade da construção da hidrelétrica e das decisões em torno da obra, *Veja* demonstra que em relação ao convênio entre os dois países faltam apenas dois aditivos a serem assinados. Estes aditivos tratariam do regime jurídico que regerá a situação dos empregados e da sua situação financeira. Segundo *Veja*,

Certamente, todos os trabalhadores, brasileiros e paraguaios, optariam pelo regime brasileiro, gordo de benefícios como o Fundo de Garantia, hora extra, PIS e horário de trabalho bem definido. Mas alguns poderiam ser seduzidos pelo regime paraguaio, já que o sócio do Brasil não cobra imposto de renda. Tudo indica que esses problemas desaparecerão quando o general Geisel nomear um presidente para a empresa que construirá a hidrelétrica. E até 1977, os custos preliminares dos estudos e projetos serão por conta da Eletrobrás, e os empréstimos internacionais irão para a conta-corrente dos governos que participam do consórcio<sup>38</sup>.

É interessante notar como *Veja* trata o “regime brasileiro”, “gordo de benefícios” para os trabalhadores. Eles teriam dois benefícios a serem escolhidos: ou o brasileiro com Fundo de Garantia, hora extra, horário bem definido e etc.; ou o paraguaio, sem imposto de renda. Para *Veja*, os trabalhadores teriam só benefícios. O único problema é de escolha sobre qual dos dois seria o melhor.

---

<sup>35</sup> *Veja*. ITAIPU. **Ameaça de papel**. (Seção Brasil). Ed. 282 – 30/01/1974. P.23.

<sup>36</sup> *Idem*.

<sup>37</sup> *Idem*.

<sup>38</sup> *Idem*.

Ao tratar da funcionalidade do atraso no desenvolvimento capitalista brasileiro, Francisco Oliveira demonstrou que o atraso no sistema agrícola forneceu para os centros urbanos industrializados um enorme contingente de mão-de-obra e uma expansão do exército industrial de reserva. Segundo Oliveira, o barateamento da reprodução da força de trabalho é a alavanca da expansão capitalista no Brasil.

Segundo Oliveira, a característica fundante da política econômica e da política da ditadura militar foram a contenção repressiva do salário e a opressão política sobre os trabalhadores. Francisco Oliveira chama a atenção para a importância da consolidação das Leis Trabalhistas para o avanço da industrialização no Brasil, intervindo o Estado brasileiro para fomentar o modo de produção capitalista e promover sua expansão. Segundo o autor,

Para tanto, a população em geral, e especificamente a população que afluía às cidades, necessitava ser transformada em “exército de reserva”. Essa conversão de enormes contingentes populacionais em “exército de reserva”, adequado à reprodução do capital, era pertinente e necessária do ponto de vista do modo de acumulação que se iniciava ou que se buscava reforçar, por duas razões principais: de um lado, propiciava o horizonte médio para o cálculo econômico empresarial, liberto do pesadelo de um mercado de concorrência perfeita, no qual ele devesse competir pelo uso dos fatores; de outro lado, a legislação trabalhista *igualava reduzindo* – antes que incrementando – o preço da força de trabalho. Essa operação de *igualar pela base* reconvertia inclusive trabalhadores especializados à situação de não-qualificados, e impedia – ao contrário do que pensam muitos – a formação precoce de um mercado dual de força de trabalho<sup>39</sup>.

Além do rebaixamento do custo da força de trabalho, foram reduzidos também o custo de reprodução desta, mediante a criação de mutirões, invariavelmente realizados pelos próprios proprietários, utilizando dias de folga, fins de semana, impossibilitando a exigência de melhores salários e condições de vida mais dignas para a classe trabalhadora. Segundo Oliveira,

Ora, a habitação, bem resultante dessa operação, se produz por trabalho não pago, isto é, super-trabalho. Embora aparentemente esse bem não seja desapropriado pelo setor privado da produção, ele contribui para aumentar a taxa de exploração da força de trabalho, pois o seu resultado – a casa – reflete-se numa baixa aparente do custo de reprodução da força de trabalho – de que os gastos com habitação são um componente importante – e para deprimir os salários reais pagos pelas empresas. Assim, uma operação que é, na aparência, uma sobrevivência de práticas de “economia natural” dentro das cidades, casa-se admiravelmente bem com um processo de expansão capitalista, que tem uma de suas bases e seu dinamismo na intensa exploração da força de trabalho<sup>40</sup>.

Percebe-se, portanto, que as condições trabalhistas brasileiras não são “gordas de benefícios para os trabalhadores” como apontou *Veja*. Pelo contrário, Francisco Oliveira

---

<sup>39</sup> OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista. O Ornitórrinco**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008. P.38.

<sup>40</sup> Idem. P.59.

demonstrou como a legislação trabalhista reduzir ao invés de aumentar o preço da força de trabalho, além de que a política da ditadura militar conteve repressivamente do salário e se utilizou da opressão política sobre os trabalhadores.

Além disso, voltando ao “problema” discutido no início da matéria, resolvidas as questões dos “problemas burocráticos”, tudo ficaria solucionado, segundo *Veja*, com a escolha do presidente para a empresa que construiria a hidrelétrica. O fato de os custos dos estudos e projetos estarem por conta do Estado, através da empresa estatal, ou dos empréstimos internacionais que descontariam nas contas dos governos, é apresentado por *Veja* sem discussão, pelo contrário, a revista coloca tudo isso como saída para todos os problemas em torno da construção de Itaipu.

Estes “problemas” são resolvidos alguns meses depois, em maio de 1974, quando Ernesto Geisel e Alfredo Stroessner se encontram na ponte da Amizade, em Foz do Iguaçu, para assinatura do documento de instalação da empresa binacional encarregada de dirigir a construção. Segundo *Veja*, quando os presidentes se encontrarem, “*estará sendo realizado o último ato, a nível de governos, para o início da construção da hidrelétrica de Itaipu*”<sup>41</sup>. Segundo a revista, “*a partir desse momento, todos os problemas referentes à obra passarão a ser tratados administrativamente pelos especialistas brasileiros e paraguaios que integrarão a diretoria da empresa*”<sup>42</sup>. O futuro diretor geral da empresa é apresentado também na matéria: o ex-ministro das Minas e Energia José Costa Cavalcanti.

Segundo *Veja*, a conclusão do programa para assinatura do último ato exigiu negociações de última hora, porque o Paraguai desejava aparelhar-se para fornecer pelo menos parte do cimento a ser consumido na obra e garantia de que após a construção da usina haveria mercado, no Brasil, para a sua produção. O assunto não teria sido resolvido, exigindo uma “troca de notas” quando do encontro dos presidentes. Entretanto, segundo *Veja*,

De qualquer forma, ele não exige solução imediata, pois no primeiro ano das obras não haverá necessidade de mais de 2.000 toneladas de cimento, e 4.000 ou 5.000 no segundo. Só no terceiro ano haverá crescimento expressivo da demanda que estará em torno de 120.000 toneladas<sup>43</sup>.

Além disso, estariam superadas todas as dificuldades e não haveria mais nada que chegasse a constituir um verdadeiro impecilho para a construção da hidrelétrica. Para a revista, foram dissipadas todas as dúvidas existentes, tanto no lado brasileiro, quanto à

---

<sup>41</sup> *Veja*. O PRESIDENTE. **A hora dos engenheiros**. (Seção Brasil). Ed.297 – 15/05/1974. P.19.

<sup>42</sup> Idem.

<sup>43</sup> Idem.

conveniência do empreendimento, não questionando para quem seria essa “conveniência”.

Segundo *Veja*,

Para o Brasil, Itaipu significa a garantia da energia elétrica indispensável para atender à demanda em futuro próximo do parque industrial da região centro-sul. Para o Paraguai, a longo prazo representa a abertura de infinitas possibilidades de industrialização. Mas, a curto prazo, permitirá a duplicação da receita cambial do país, com a venda ao Brasil de pelo menos 50 milhões de dólares, anualmente, em quilowatts que não terão aplicado em seu território<sup>44</sup>.

Ou seja, terminados os acordos diplomáticos, não haveria mais dúvida quanto à conveniência da construção de Itaipu. E *Veja* procura evidenciar os benefícios econômicos resultantes para os dois países envolvidos na construção da obra. Por fim, *Veja* sela o momento da assinatura do último ato, que tiraria do governo as obrigações em torno da usina e as passariam para as empresas encarregadas para a construção: “o encontro de sexta-feira entre Geisel e Stroessner representará o momento em que a usina sairá definitivamente das mesas dos diplomatas que a negociaram para as pranchetas dos engenheiros que a constituirão”<sup>45</sup>.

Na semana seguinte, decorrido o encontro dos presidentes, *Veja* publica uma matéria “Assim começou Itaipu”, confirmando as previsões noticiadas nos últimos meses. A matéria baseia-se em retratar a cerimônia, as falas dos presidentes, e as “cooperações” do Brasil ao Paraguai em projetos econômicos (construção de uma rodovia ligando Puerto Stroessner, na margem do rio Paraná, a Encarnación; a implantação de uma usina siderúrgica e a realização de estudos sobre a navegabilidade do rio). Em relação a “troca de notas”, afirmada na edição anterior, sobre o caso do cimento, *Veja* aponta as medidas:

Assim, concordaram na formação de empresas binacionais e mesmo trinacionais, para o fornecimento de cimento, madeira, cal, pedra e areia necessários para a construção da barragem. E, pelas notas o governo brasileiro se dispõe a estudar a possibilidade de garantir mercado para o excedente da produção<sup>46</sup>.

Terminados os “acordos diplomáticos”, a edição 299 trata dos problemas ecológicos advindos com o represamento do rio Paraná, que levaria ao fim das Sete Quedas. Segundo *Veja*, “um milhão de anos depois de ter começado o paciente trabalho de esculpir na rocha os 22 degraus dos saltos de Sete Quedas, o turbulento rio Paraná vai submergi-los irremediavelmente”<sup>47</sup>. Segundo a revista, quando as comportas da barragem na divisa entre Brasil e Paraguai se fecharem, em 1982, um imenso e tranquilo lago de 1.350 quilômetros

---

<sup>44</sup> Idem.

<sup>45</sup> Idem.

<sup>46</sup> *Veja*. PRESIDÊNCIA. **Assim começou Itaipu**. (Seção Brasil). Ed.298 – 22/05/1974. P.21.

<sup>47</sup> *Veja*. ITAIPU. **O fim das quedas**. (Seção Brasil). Ed.299 – 29/05/1974. P.27

quadrados (200 quilômetros de comprimento) cobrirá não só os saltos como também todo o Parque Nacional de Sete Quedas. Entretanto, para *Veja*,

Apesar do acento apocalíptico dessas profecias, a decisão de se construir Itaipu é irreversível. E, de qualquer forma, o holocausto de Sete Quedas ao desenvolvimento do Brasil e Paraguai certamente não será em vão: quando estiver com suas turbinas funcionando, a hidrelétrica de Itaipu fornecerá 11,7 milhões de quilowatts de energia – tanto quanto todas as hidrelétricas brasileiras juntas há apenas dois anos<sup>48</sup>.

Ou seja, para *Veja*, o fim das Sete Quedas é justificado pelos benefícios econômicos adquiridos com a construção de Itaipu. Além disso, *Veja* diz que serão criados novos parques de reserva da fauna e flora ao longo dos 200 quilômetros que as águas represadas ocuparão. Segundo a revista, “*portanto, é possível que, ao destruir Sete Quedas, a barragem de Itaipu acabe por acrescentar aos seus benefícios uma atenção maior dos poderes públicos para a proteção da natureza*”<sup>49</sup>. É interessante notar que a revista não trata de “impactos ambientais” causados pela usina e sim que a Itaipu estaria “preocupada” com a natureza e tomaria medidas visando a proteção desta. O fato de que as “reserva de fauna e flora” serem tomadas como medidas compensativas ao estrago ocasionado com Itaipu não são mencionados pela revista. E em relação ao turismo, *Veja* afirma que a situação também não é assustadora: naquele momento, muita gente ia querer ver os saltos antes que eles acabassem; e, depois, a visão da gigantesca hidrelétrica perto das cataratas do Iguaçu acabaria atraindo mais turistas do que a beleza natural de Sete Quedas. É interessante notar que *Veja* trata dos impactos ambientais, das conseqüências para o turismo, mas em momento nenhum aborda as pessoas que tiveram suas casas submersas pelo represamento das águas do rio Paraná, nem problematiza os projetos voltados para atender estes trabalhadores. Mesmo quando a revista trouxe a foto de uma casa parcialmente submersa sob as águas, como na edição 240, a questão não foi tratada por *Veja*, dando ênfase apenas para as conseqüências do represamento do rio para outras usinas hidrelétricas abaixo da localidade de onde se instalaria a hidrelétrica de Itaipu.

Rafaela Fischer demonstrou em seu trabalho os motivos que levaram à passividade da população de Guaíra, no oeste paranaense, ao fim das Sete Quedas. Segundo a autora, o fim das Sete Quedas e a formação do lago implicaria em grandes danos para a economia do município de Guaíra, pois esta era ligada, quase em sua totalidade, ao turismo, havendo venda de artesanato, vários hotéis, restaurantes, pessoas que serviam de guias aos turistas entre outros. Portanto, o fim das Sete Quedas não representaria apenas a submersão da “maravilha

---

<sup>48</sup> Idem.

<sup>49</sup> Idem.

da natureza”, visível aos olhos, mas também economicamente para a população da região. Entre os motivos da passividade, Rafaela Fischer destaca:

Entre a assinatura do projeto e a conclusão da barragem passaram-se 9 anos, durante esse tempo poucos despertaram para o que acarretaria ao município de Guaíra após sua conclusão e se manifestaram contra a execução de Itaipu, ou o não enchimento total do reservatório. O decreto de extinção do Parque de Sete Quedas somente foi oficializado em 04/06/1981, ou seja, apesar de Itaipu já estar praticamente em processo de finalização, o parque ainda não estava extinto, o que poderia ter despertado a população para protestar contra o fim dos saltos de Sete Quedas<sup>50</sup>.

Além disso, Rafaela Fischer aponta a passividade como consequência de uma ditadura estratégica, já que durante a ditadura militar foram mantidos os limites de Faixa de Fronteiras Internacional em 150 km, sendo os municípios considerados “área de segurança nacional”. Com prefeitos nomeados, estes corriam o risco de serem exonerados dos cargos quando não cumprissem com as ordens superiores. Isto teria feito com que o prefeito de Guaíra procurasse amenizar qualquer descontentamento em relação à construção de Itaipu. Segundo Fischer,

Outro fator que devemos levar em conta em nossa análise é o fato de que Itaipu através das Centrais Elétricas do Sul do Brasil – ELETROSUL, prometeu aos moradores de Guaíra a construção de uma Usina Hidrelétrica, a Usina de Ilha Grande, que deveria ter suas obras iniciadas no ano de 1981. Essa Usina teria uma ponte rodo-ferroviária que ligaria os estados do Paraná e Mato Grosso do Sul, e também acesso “a seco” ao Paraguai. Traria empregos para os moradores e aumentaria o número de habitantes no município<sup>51</sup>.

Outro projeto que foi almejado para o período pós-Sete Quedas, segundo Fischer, foi a construção de um zoológico em uma área de terra que está localizada onde estava o parque de Sete Quedas. Este zoológico seria formado pelos animais que fossem resgatados pela equipe de Itaipu quando as águas do lago comessem a subir e encurralassem esse animais selvagens. Como demonstra a autora, o período foi marcado por discursos que alimentaram as esperanças da população de um futuro que traria o progresso e que seria melhor para todos os moradores da cidade, desarticulando mobilizações e acomodando a população. Segundo Fischer,

O período imediato que procedeu o alagamento dos saltos de Sete Quedas foi marcado pela indignação e tristeza da população que morava em Guaíra. Essa indignação, que poderia convergir em manifestações, demonstrações da revolta que estavam sentindo, se mostrou um tanto pacífica<sup>52</sup>.

---

<sup>50</sup> FISCHER, Rafaela Aline Strey. **Sociedade guairense: o fim das Sete Quedas e as estratégias de silenciamento da população pela ditadura**. Trabalho de Conclusão de Curso em História. UNIOESTE/MCR, 2006. P.07.

<sup>51</sup> Idem. P.27.

<sup>52</sup> Idem. P.35.

Rafaela Fischer demonstra que quando ocorreram protestos, estes não fizeram o pedido de pouparem Sete Quedas, nem em prol do meio ambiente, fonte de renda ou turismo e sim, reivindicando compensações pela perda das Sete Quedas, como exemplo os projetos acima mencionados. A única manifestação contra o fim das Sete Quedas, contra a formação do lago pelos impactos que ele causaria, foi organizada por pessoas que não moravam em Guairá, sendo esta chamada de QUARUP<sup>53</sup>.

A primeira matéria tratando sobre as construtoras da Itaipu é a edição 353, que traz o título “A primeira vitória”, relacionando a primeira empresa a ganhar a execução dos trabalhos de construção da Itaipu: Andrade Gutierrez. Segundo *Veja*, a vitória teria sido surpresa até mesmo para os próprios diretores da empresa:

Surpreendendo seus próprios diretores, a construtora mineira Andrade Gutierrez ganhou na semana passada a concorrência para execução dos trabalhos de escavação do canal do rio Paraná. Visando à construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. O fato de sua proposta ter sido a de menor valor (133 milhões de dólares), entre as outras quatro apresentadas, não chegava a tranquilizar os dirigentes da empresa, que tiveram pela frente construtoras como a Cetenco (proposta maior: 282 milhões de dólares) e a Camargo Correa, considerada por Andrade Gutierrez, diretor da vencedora, como “a maior construtora brasileira e que, imaginávamos, ganharia fácil”<sup>54</sup>.

Segundo a revista, o trabalho necessário para o desvio do canal exigirá uma movimentação de 30.830.000 metros cúbicos de terra, com o emprego de 400 máquinas pesadas, o que figuraria bem acima dos trabalhos até então realizados pela Andrade Gutierrez, quando, no início de suas atividades há 27 anos em Belo Horizonte, utilizou apenas um trator para abrir um pequeno canal na capital mineira. Segundo *Veja*,

Hoje a empresa ocupa o segundo lugar em faturamento e índice de liquidez geral (a primeira colocada é a Camargo Correa) e primeiro lugar no índice de liquidez corrente. A vitória em Itaipu **provocou uma pequena comemoração** nos seus escritórios. Afinal, recentemente, a Andrade Gutierrez já havia obtido o contrato para construção de um trecho da “ferrovia do aço”, entre Rio Acima e Itabirito, no valor de 1,18 bilhão de dólares<sup>55</sup>.

A surpresa em torno da vitória da concorrência pela Andrade Gutierrez, superando a Camargo Correa e a Cetenco, que figuravam como as maiores do país, é resolvida algumas

---

<sup>53</sup> Em julho de 1982, às margens das cataratas de Foz do Iguaçu, em Guaira, 3 mil pessoas participaram de um quarup em protesto contra a construção da hidrelétrica de Itaipu, que ameaçava o Parque Nacional de Sete Quedas: “Ao som melancólico e compassado de um tambor, levando uma muda de árvore e uma bandeira branca com uma pétala ao centro, em forma de lágrima, além da faixa ‘Sete Quedas Viverá’, os manifestantes fizeram sete paradas durante o percurso” (O Estado de São Paulo, 25 de julho de 1982). Organizado por uma coalizão de pequenos grupos ambientalistas de diversas regiões do país, o “Quarup Adeus Sete-Quedas” incluiu atos políticos e culturais ao longo de três dias.

<sup>54</sup> *Veja*. ITAIPU. **A primeira vitória**. (Seção Economia & Negócios). Ed.353 – 11/06/1975. P.83.

<sup>55</sup> Idem. (grifos meus).

semanas depois, quando *Veja* anuncia a “sabedoria salomônica” da empresa Itaipu Binacional, em contratar as demais companhias construtoras. Percebe-se a comparação da decisão política da empresa com a atitude da figura bíblica do Rei Salomão, figurando a opção de contratar as cinco companhias construtoras como sendo a decisão mais correta e acertada. Segundo a revista,

A empresa Itaipu Binacional recorreu à sabedoria salomônica quando anunciou, na quinta-feira passada, sua primeira grande decisão política: escolhendo entre cinco empresas que disputavam uma concorrência, preferiu as cinco. Assim, as companhias construtoras Andrade Gutierrez, Camargo Correa, Cetenco, CBPO e Mendes Júnior (cada uma tem um sócio no Paraguai) dividirão entre si o contrato de 133,8 milhões de dólares (mais de 1 bilhão de cruzeiros) e suas máquinas trabalharão unidas na escavação do maior buraco que a engenharia mundial jamais concebeu: um canal de 2 quilômetros de extensão, 150 metros de largura e até 90 metros de profundidade, por onde escorrerão as águas do rio Paraná, enquanto, no seu leito natural, estiver sendo construída a represa<sup>56</sup>.

A reação da primeira vencedora, a Andrade Gutierrez, teria sido de irritação, já que a sua proposta – que determinou o valor final do contrato – era a menor das cinco. Segundo a Andrade Gutierrez, a Cetenco (que propusera um valor de 282 milhões de dólares) e as outras três companhias estariam participando de um bolo que não mereciam. Segundo *Veja*, as razões da mudança de critérios teriam sido sugeridas na proposta da Camargo Correa (143 milhões de dólares). Segundo a revista, a Camargo Correa preferiu gastar guaranis, garantindo que investiria 22% do valor do contrato em compras no território paraguaio. *“Como há paraguaios na diretoria da Itaipu, essas razões acabaram sendo aceitas. Caberia há diretoria executiva da Itaipu, então, escolher as duas ou as cinco concorrentes. Escolheu todas elas, mesmo correndo o risco de não agradar nenhuma”*<sup>57</sup>.

E, dentro destas discussões em torno das empresas construtoras, iniciam-se também as especulações em torno dos atrasos já apresentados na construção das obras, que são apresentados por *Veja* através das perdas gigantescas: *“qualquer atraso representa perdas gigantescas: a previsão de custo da represa anunciada no ano passado era de 4,242 bilhões de dólares. A última correção, na semana passada, estimava investimentos de 5,1 bilhões de dólares, dos quais mais de 1,5 bilhão se referem a juros”*<sup>58</sup>. Apesar da matéria dar destaque à elevação dos juros ocasionadas com o atraso das obras, *Veja* afirma que o cronograma da maior barragem do mundo parecia não estar comprometido. Entretanto, para dar ênfase à

---

<sup>56</sup> *Veja*. ITAIPU. **Vitória geral**. (Seção Economia & Negócios). Ed.357 – 09/07/1975. P.75.

<sup>57</sup> Idem. P.76.

<sup>58</sup> *Veja*. ITAIPU. **Pequeno atraso**. (Seção Economia & Negócios). Ed.368 – 24/09/1975. P.90.

necessidade da apuração para o início da obra, *Veja* apresenta a figura da população de Foz do Iguaçu e dos barrageiros<sup>59</sup> que esperam o início da grande obra. Segundo *Veja*,

Entre boatos que tentam explicar o atraso das obras e um clima de nervosismo que atinge todos os seus 25.000 moradores, Foz do Iguaçu aguardava na semana passada a chegada das máquinas que construirão a represa de Itaipu. Barrageiros procedentes de toda parte chegam às centenas e aguardam impacientes as contratações. Na picada aberta entre a estrada e o rio Paraná, a 16 quilômetros da cidade, guardas uniformizados proíbem a entrada de estranhos e protegem as 800 casas recém-construídas que serão entregues aos operários. Esta semana, finalmente, são aguardados os equipamentos<sup>60</sup>.

Aparecida Darc Souza, ao trabalhar com os significados que teve a construção de Itaipu na vida dos trabalhadores de Foz do Iguaçu aponta que:

Para as classes dominantes, o projeto do governo federal de construir Itaipu representou uma oportunidade de crescimento, por meio de investimentos para a formação da infraestrutura necessária ao desenvolvimento do turismo. Para muitos trabalhadores, ela representou um setor da economia local capaz de criar empregos. Entre os entrevistados, foi recorrente a descrição da construção da usina como um fator de crescimento da oferta de empregos, na cidade. Esse crescimento não estava ligado, exclusivamente, aos postos de trabalho, na obra. A construção da usina impulsionou, significativamente, o crescimento dos setores comercial e de serviços. Entre 1974 e 1979, o número de estabelecimentos comerciais subiu de 258 para 1.203. A construção civil, também, foi impulsionada, pela necessária ampliação da oferta de infraestrutura exigida para acomodar o grande contingente de trabalhadores que aportaram na cidade, a partir de 1974. O número de habitações construídas, entre 1974 e 1979, quadruplicou, subindo de 4000 para 16.061 unidades<sup>61</sup>.

Entretanto, como demonstra Aparecida Darc, se a construção da hidrelétrica levou ao crescimento da cidade e do comércio, ele também teve pontos negativos para a cidade: a chegada de, aproximadamente, 20 mil trabalhadores, na cidade, muitos acompanhados de suas famílias, certamente fez os preços, em geral, aumentar, particularmente dos aluguéis, já que a procura transbordou, de imediato, a oferta de habitações. *“Tal situação tornou-se um drama*

---

<sup>59</sup> Segundo Odirlei Manarin a categoria “barrageiros” não é a mais indicada para definir os operários da construção da hidrelétrica de Itaipu. Segundo o autor, os operários da construção não podem ser categorizados de maneira estática e sim definida como diferenciada. A categoria por si só não dá conta de explicar o deslocamento permanente de obra em obra não importando a distância. Além disso, não explica os motivos da chegada para trabalhar na cidade, muito menos definir que eram trabalhadores aventureiros, que gostavam de migrar para outras cidades e construções. Pelo contrário, a pesquisa de Odirlei Manarin demonstrou que muitos trabalhadores tinham interesse de permanência na cidade como forma de melhorar a vida. Segundo o autor: *“A Itaipu se estabeleceu num terreno comum de experiências e expectativas a outros trabalhadores para solucionar seus problemas de emprego, salário, moradia, etc. Tem-se, então, marcada na trajetória deste trabalhador a constante migração em empregos e cidades na busca de salários melhores. A estabilidade no emprego, pela previsão de trabalho para mais de dez anos, também indica a escolha em deslocar-se para esta construção, caracterizando, portanto, dificuldades presentes na vida deles com a falta de emprego”*.

MANARIN, Odirlei. **Peões da Barragem:** memórias e relações de trabalho dos operários da construção da hidrelétrica de Itaipu – 1975 a 1991. Dissertação de Mestrado em História – UNIOESTE/MCR, 2008. P.37.

<sup>60</sup> *Veja*. ITAIPU. **Pequeno atraso**. Op. Cit.

<sup>61</sup> SOUZA, Aparecida Darc de. **Formação econômica e social de Foz do Iguaçu:** um estudo sobre as memórias constitutivas da cidade (1970-2008). Tese (Doutorado em História Econômica). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. PP.178-179.

*para muitos trabalhadores de Foz, que se viram impossibilitados, inclusive, de conseguir a casa própria, já que a especulação imobiliária campeou solta*”<sup>62</sup>.

A cidade viveu um acelerado processo de urbanização, que transformou antigas áreas rurais em novos bairros, para acomodar a crescente população, atraída pela obra ou expulsa pela formação do lago. Segundo Aparecida Darc,

Nesse período, a vida, na cidade, mudou drasticamente. Concomitantemente, cresceram, também, o número de áreas ocupadas por habitações precárias, fenômeno resultante, em grande medida, do aumento do custo de vida, da especulação imobiliária e do acelerado crescimento demográfico. Em 1977, o governo municipal de Foz do Iguaçu já implementava projetos de desfavelamento na cidade<sup>63</sup>.

Percebe-se então que a construção de Itaipu levou sim ao crescimento e desenvolvimento da cidade de Foz do Iguaçu, mas este crescimento foi vivenciado de forma contraditória pelos trabalhadores e moradores da cidade, sendo esta recebida com desconfiança pelos moradores, teria levado a um aumento do custo de vida, ao desemprego devido à oferta abundante de mão-de-obra, e gerou a especulação imobiliária, como demonstrou Aparecida Darc.

A “arrancada” esperada por *Veja* acontece algumas semanas depois, quando a empresa Itaipu Binacional assina o primeiro contrato de execução de obras com um “superconsórcio” de dez empreiteiras, sendo quatro brasileiras e seis paraguaias, marcando o início da construção de Itaipu. Segundo *Veja*,

O contrato representa menos de 10% do último orçamento de construção da usina – 3,4 bilhões de dólares, segundo cálculos feitos em janeiro. Ainda assim, é o maior contrato de construção civil já assinado no Brasil ou no Paraguai, tanto em valor – 300 milhões de dólares – como em volume de papel e número de assinaturas. Em português e espanhol, o documento pesa cerca de 100 quilos e exigiu 64 assinaturas de cada um dos 48 signatários, sem contar as rubricas, que chegaram perto de 900 por cabeça<sup>64</sup>.

Os trabalhos teriam começado com sete meses de atraso em relação ao cronograma geral, pois, segundo *Veja*, o resultado da concorrência inicial, teria sido contrário ao espírito entre os dois países, segundo os paraguaios. A vencedora da concorrência, como já afirmamos, foi a construtora brasileira Andrade Gutierrez, associada à Compañia General de Construcciones, paraguaia. Seu preço para construção do canal de desvio, como demonstramos, era bastante inferior aos dos concorrentes mais próximos. Contudo, a Andrade Gutierrez apresentava em sua proposta um percentual de gastos em guaranis de apenas 1,8%

---

<sup>62</sup> Idem. P.180.

<sup>63</sup> Idem. P.182.

<sup>64</sup> *Veja*. ITAIPU. **A arrancada**. (Seção Economia & Negócios). Ed.371 – 15/10/1975. P.94.

do total do valor do contrato, enquanto o percentual do segundo colocado era de 22%. Tendo em vista o descontentamento paraguaio, surgiria o superconsórcio. Segundo *Veja*,

Para compensar o atraso, o volume das obras foi ampliado, incluindo agora o vertedouro, a barragem do lado direito e as ensecadeiras, além do canal de desvio e da barragem do lado esquerdo. Na distribuição das diversas tarefas, de qualquer forma, acredita-se que cerca de 70% a 80% vão ficar por conta das empreiteiras brasileiras, devido à sua maior experiência e à posse de melhores equipamentos<sup>65</sup>.

O canal de desvio do rio Paraná exigiria 28 meses para ser concluído. Todos os trabalhos relativos ao contrato teriam prazo final até meados de 1978. No início de 1983, quando se previa estar pronta a grande barragem de concreto, entraria em funcionamento o primeiro dos dezoito geradores de 700000 quilowatts cada um. Só então começaria a se formar o grande lago de 1400 quilômetros quadrados de área, que cobriria as terras de oito municípios.

Na edição 394, *Veja* traz uma reportagem especial sobre o “mundo das barragens”. Com seis páginas, a reportagem visa relatar o dia-a-dia dos trabalhadores das hidrelétricas em obras, onde “300.000 homens vivem uma saga de dramas e esperanças”<sup>66</sup>. No editorial, dividido com a reportagem de capa sobre o imposto de renda, *Veja* começa narrando a trajetória de um de seus repórteres, Osvaldo Amorim, que teria assistido à inundação de Furnas e ao drama da cidade mineira “condenada” a morrer sob as águas do rio Grande. Treze anos depois, Amorim ia se defrontar com uma situação semelhante, agora como repórter de *Veja*, tendo que descrever a agonia de São Simão e Paranaguaira, às vésperas de seu sepultamento pela barragem de São Simão, na fronteira de Goiás com o Triângulo Mineiro. Segundo *Veja*, ao contrário da cidade da infância de Amorim (em Minas Gerais), onde a população ficou traumatizada com a mudança compulsória, realizando comícios e sermões contra a represa, agora enquanto repórter, Amorim não encontraria a “obstinada resistência” dos moradores de Goiás. Pelo contrário, os moradores estariam acomodados, não apresentando um sinal sequer de inconformismo. A explicação de *Veja* para as atitudes dos moradores é apresentada a seguir:

Talvez porque nos dias de hoje a irreversibilidade da expansão hidrelétrica não dê margem ao apelo à dramaticidade. Os números dessa expansão são eloqüentes – e, dentro de uma década, até mesmo a orgulhosa Furnas estará recolhida a um modesto 14º lugar na relação das grandes usinas nacionais, superada, entre outras, por Itaipu, Ilha Solteira, Foz do Areia e a própria São Simão.

No rastro do crescimento hidrelétrico, perambulam pelo Brasil engenheiros altamente especializados, técnicos de razoável qualificação, tratoristas, peritos em motores e engrenagens – e sobretudo uma informe massa de operários, cuja única

---

<sup>65</sup> Idem.

<sup>66</sup> *Veja*. ESPECIAL. No mundo das barragens. Ed.394 – 24/03/1976. P.64

credencial costuma ser a sua disponibilidade. A partir da página 64, *Veja* narra a vida e os sonhos desses “barrageiros”, um texto final do editor assistente Augusto Nunes. E com subsídios pacientemente coligidos por repórteres das sucursais da Bahia, de Curitiba, de Belo Horizonte – além do depoimento de Amorim, é claro<sup>67</sup>.

Na reportagem especial, intitulada “No mundo das barragens”, *Veja* começa narrando a atração que a “portentosa” hidrelétrica de Itaipu exerceria sobre os trabalhadores de todo o Brasil, chegando a ocasionar uma “nova marcha para o oeste paranaense”. Segundo *Veja*, “os formidáveis números do projeto, cada vez mais divulgados a partir de 1973, justificam o fascínio exercido por Itaipu”<sup>68</sup>. Até 1983, Itaipu, chamada por *Veja* de “mamute hidrelétrico”, deveria gerar cerca de 12,6 milhões de quilowatts – ou 70% do potencial instalado no país. Só o reservatório teria 1.350 quilômetros quadrados, e as obras deveriam consumir 49 bilhões de cruzeiros, aproximadamente 2,6 bilhões de dólares a preços de novembro de 1975. Segundo *Veja*,

Cerca de 1.200 residências já foram construídas na área das obras. E, dentro de três anos, quando os trabalhos chegarem a seu ritmo mais intenso, os canteiros abrigarão quase 30.000 empregos diretos, nas margens brasileiras e paraguaias do rio. Por enquanto, todavia, apenas 6.000 peões trabalham com registro em carteira, nas obras de desvio do “Paranazão”<sup>69</sup>.

É interessante notar como *Veja* foi reproduzindo o discurso da infra-estrutura<sup>70</sup> que a hidrelétrica ofereceria aos trabalhadores, como uma grande vantagem para estes. Durante suas entrevistas aos operários da barragem de Itaipu, Odirlei Manarin constatou também que a infra-estrutura da hidrelétrica foi apresentada pelos trabalhadores como uma das condições para a permanência na cidade. Segundo o autor,

---

<sup>67</sup> *Veja*. **Carta ao Leitor**. Ed.394 – 24/03/1976.

<sup>68</sup> *Veja*. ESPECIAL. **No mundo das barragens**. Op. Cit. P.64.

<sup>69</sup> Idem.

<sup>70</sup> Baseado em informações da Revista Construção Pesada, Odirlei Manarin aponta que os consórcios responsáveis pela prestação de serviços no canteiro de obras para a construção da usina, também estavam encarregados da execução das atividades de organização da infra-estrutura adequada para receber os milhares de trabalhadores que viriam a participar da construção da Itaipu. A infra-estrutura incluiria a construção dos Conjuntos Habitacionais, equipamentos sociais, comunitários e recreativos, áreas de saúde, abastecimento, assistência social e na promoção de programas recreativos, de higiene e segurança no trabalho.

No lado brasileiro, realizou-se a constituição de três conjuntos habitacionais. O Conjunto “A”, planejado com 2.200 unidades residenciais no período entre 1979/1980. Este destinava-se ao trabalhador de nível médio e de estado civil casado. O Conjunto “B” destinava-se ao pessoal de nível superior e possui 185 casas. Após a conclusão da obra, este conjunto estava projetado para permanecer ocupado pelos funcionários de Itaipu. O Conjunto “C”, o mais próximo do canteiro de obras, destinava-se também aos casados, geralmente serventes. Inicialmente foram construídas 1.300 residências. No decorrer das obras, esse número aumentou para 2.900. A construção neste conjunto é mais simples, em blocos de concreto, caracterizada como barracões cobertos com zincos, forro de isopor e geminadas, abrigando grupos de quatro famílias. E também o alojamento do canteiro de obras seguindo os mesmos critérios dos conjuntos. (MANARIN, Odirlei. Op.Cit. PP.5-6).

É interessante observar a organização da moradia dividida em classes, proposta pela empresa. Aos operários da barragem, caberia a moradia em barracões simples, evidenciando a divisão social excludente.

Contudo, me interessei em saber como sua edificação foi sendo constituída a partir dos embates entre os trabalhadores e a barragem. Pude perceber essas questões quando os trabalhadores argumentam as dificuldades iniciais para arrumar uma casa, pois somente após o tempo de experiência no trabalho e efetivação na empreiteira – cerca de seis meses – poderiam entrar na fila de espera para conseguir o direito de morar no bairro operário<sup>71</sup>.

Como demonstrou o autor, a infra-estrutura da barragem de Itaipu para atender os operários foi sendo realizada e melhorada a partir da insatisfação dos próprios trabalhadores, no processo de chegada e durante a construção. A projeção da infra-estrutura da barragem não foi cedida aos trabalhadores como benefício ou privilégio, pelo contrário, eles tiveram que se mobilizar exigindo sua ampliação

Além disso, é importante ressaltar o fato destes operários tiveram que se condicionar a organização da moradia estabelecida pela empresa, além de serem controlados e vigiados constantemente pela segurança privada da hidrelétrica, controlando a entrada e saída de pessoas que residiam ou não no bairro, em horários pré-estabelecidos para fazerem festas, freqüentarem bares ou permanecerem nas ruas. Segundo Manarin, estas medidas eram estabelecidas,

De modo que tais medidas extraíssem dos operários a produção necessária para construir a barragem dentro dos limites assinalados pelo calendário de obras. Portanto, Itaipu e suas empreiteiras tentavam estruturar a vida no bairro a partir desses elementos levando em consideração costumes, valores, prática dos trabalhadores dentro e fora do trabalho<sup>72</sup>.

E a revista *Veja* seguiu através de afirmações de funcionários do Centro de Triagem e Encaminhamento de Migrantes de Foz do Iguaçu, que justificam tal acontecimento com o fato da excessiva divulgação das oportunidades de trabalho em Itaipu. Segundo os técnicos, muita gente viria para Itaipu “com a cabeça cheia de ilusões, pensando que tudo é muito fácil”. Segundo *Veja*, muitos dos “forasteiros” que chegam a Foz de Iguaçu seriam vítimas dos “gatos”, indivíduos do interior do país que percorrem núcleos de desempregados, oferecendo empregos de 3 cruzeiros a hora, e em troca disso, capturam as “derradeiras economias dos interessados”. Chegando à cidade, desapareceriam, e os recém-chegados, sem dinheiro e sem alternativa, acabam remetidos às favelas que vão pontilhando gradativamente a periferia de Foz do Iguaçu. Segundo *Veja*,

Mas, entre os “barrageiros” profissionais – os experientes peões de usina, calejados por anos de trabalho na construção de outras usinas hidrelétricas –, semelhantes ardis já não obtém sucesso. Orientados pela onipresente “Rádio Peão”, eles evitam cuidadosamente os gatos e percorrem por conta própria o roteiro das barragens,

---

<sup>71</sup> MANARIN, Odirlei. Op.Cit. p.12.

<sup>72</sup> Idem.

sempre ao sabor dos cronogramas. Os solteiros costumam permanecer apenas seis meses em cada obra, enquanto os casados geralmente se vinculam ao quadro funcional das firmas empreiteiras. Os salários oscilam entre 500 e 1.200 cruzeiros e, seja qual for a sua origem, um verdadeiro barrageiro deve sempre conhecer a curiosa gíria falada nos canteiros das hidrelétricas<sup>73</sup>.

É interessante destacar a diferenciação, apontada por Odirlei Mandarin, que ocorria entre os trabalhadores que procuravam emprego na hidrelétrica. Segundo o autor,

A população mais carente, geralmente desqualificada em termos profissional aceitava qualquer salário e quaisquer condições de trabalho para sobreviver. Ao passo que os barrageiros com qualificação aceitavam o emprego não apenas pelo salário oferecido, mas pelas garantias de contrato firmado com as empreiteiras, em que necessariamente estava inserido habitação, alimentação, transporte, escola para os filhos, tudo gratuitamente. Definindo que sem esse benefícios não se arriscavam<sup>74</sup>.

Em relação ao aumento populacional em Foz do Iguaçu, há trabalhos que apontam as conseqüências que Itaipu ocasionou à Foz do Iguaçu, além do trabalho de Aparecida Darc de Souza, também Edson Belo Clemente de Souza apontou as transformações ocorridas em Foz do Iguaçu com a instalação da hidrelétrica,

A construção da hidrelétrica de Itaipu proporcionou o início de grandes transformações sociais, econômicas e políticas no cenário regional que gradativamente vem se reorganizando. Enquanto veículo da expansão de novas condições técnicas de produção por todo o território nacional, a Itaipu levou consigo novos problemas sociais a esta região em que se implantou, proporcionando uma dependência de desenvolvimento urbano ao seu sistema produtivo.

O processo de urbanização materializou-se especialmente em Foz do Iguaçu, que se tornou uma referência para a região, considerando a sua presença como sede do empreendimento, a fronteira com o Paraguai e Argentina e os atrativos turísticos. No entanto, a multiplicação da miséria em Foz do Iguaçu, no decorrer da construção da Itaipu (1974-1991), tornou-se incompatível com o turismo da cidade, pois os investimentos na estrutura turística não foram suficientes para suprir os problemas gerados pelo déficit público<sup>75</sup>.

Voltando a matéria de *Veja*, no lado direito da página 67, a revista trouxe um quadro com o “dialeto” dos peões, com expressões como “casqueiro” (clube freqüentado por barrageiros), “bandeco” (restaurante), “ficar velhaco” (tomar cuidado, acautelar-se), “mata-cachorro” (Guarda de Segurança), “brita-um” (carne moída), “barrageiro” (peão de usina), “trecheiro” (operário solteiro que não costuma ficar mais de seis meses no mesmo canteiro de obras), etc.

---

<sup>73</sup> *Veja*. ESPECIAL. **No mundo das barragens**. Op. Cit. P.67.

<sup>74</sup> MANARIN, Odirlei. Op.Cit. PP.11-12.

<sup>75</sup> SOUZA, Edson Belo Clemente. **A região do lago de Itaipu**: as políticas públicas a partir dos governos militares e a busca da construção de um espaço regional. Dissertação de Mestrado em Geografia: Desenvolvimento Regional e Urbano. Universidade Federal de Santa Catarina, 1998. PP.143-144.

A revista segue afirmando que, até o final do século, a “era das hidrelétricas” deverá capitalizar todo o potencial brasileiro, calculado em 150 milhões de quilowatts. Entretanto, segundo *Veja*, “na maioria dos casos, os tributos cobrados pelo progresso não foram pequenos”<sup>76</sup>. E a revista relata alguns casos de desapropriações de imóveis rurais, das disputas judiciais e das indenizações ocorridas em algumas construções de barragens. *Veja* vai narrando casos de famílias que resistiram às desapropriações, tendo que ser resgatadas por helicópteros quando as águas subiram de maneira a não mais permitir a saída por terra. Para assim concluir: “Mais tarde, porém, o desaparecimento de cidades inteiras acabou incorporado à rotina das hidrelétricas como uma espécie de transtorno inevitável”<sup>77</sup>. Percebe-se que para *Veja* o capital é sempre inevitável, sendo que para a acumulação desde qualquer sacrifício é válido.

Entretanto, é importante ressaltar que, no caso específico de Itaipu, os desapropriados se constituíram em um movimento organizado no oeste do Paraná, como demonstra a pesquisa de Judite Veranisa Schmitt. O trabalho de Schmitt retratou o movimento social dos atingidos por Itaipu, desencadeado pelos expropriados que não aceitaram as propostas de indenização da Binacional, no final da década de 1970 e início da década de 1980, no oeste do Paraná. A pesquisa de Judite Schmitt demonstrou a potencialidade dos atingidos, aqueles que participaram do movimento social enquanto sujeitos, capazes de conduzir seu próprio movimento, em que muitas experiências foram compartilhadas ao longo do processo constituído. Segundo Schmitt, os atingidos que decidiram participar do movimento foram discutindo pautas coletivamente, planejando estratégias de mobilização e depositaram expectativas em relação a ele<sup>78</sup>.

Salete Maria Mengarda também demonstra que os colonos atingidos diretamente pela Itaipu não se calaram diante da condição de desapropriado e passaram a se organizar e reivindicar o que já era seu. As igrejas participaram, contribuindo coletivamente para a solução dos agravantes sociais. Essa participação dos desapropriados no movimento pela terra contou com a atuação da Igreja através da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1978, que resultou em várias mobilizações, entre eles o Movimento Justiça e Terra (MJT) e o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste Paranaense (MASTRO) a partir de 1981. Segundo Mengarda,

---

<sup>76</sup> *Veja*. ESPECIAL. **No mundo das barragens**. Op. Cit. p.67.

<sup>77</sup> Idem.

<sup>78</sup> SCHMITT, Judite Veranisa. **Os atingidos por Itaipu: História e Memória**. Oeste do Paraná, décadas de 1970 a 2000. Dissertação de Mestrado em História – UNIOESTE/MCR, 2008.

A comissão que representava a CPT atinha-se aos problemas da posse da terra, das injustiças sociais no campo, da organização dos trabalhadores rurais. Os representantes do MASTRO realizavam um trabalho ligado a paróquia, voltado para os aspectos da vida dos agricultores, desenvolvendo o trabalho de esclarecimento e conscientização. O objetivo do trabalho da CPT era a organização popular, cujo método de trabalho se caracterizava por respeitar a autonomia e decisão dos agricultores, e não levar respostas prontas e acabadas<sup>79</sup>.

Porém, como vimos no decorrer da pesquisa, esta organização dos expropriados de Itaipu não foi apresentada pela revista, sendo que esta procurou reafirmar a característica do progresso e da inevitabilidade da usina. *Veja* entrou na questão da formação de vilas operárias e dos conflitos entre desapropriados e barrageiros e das medidas de algumas empreiteiras que cercaram os acampamentos com arame farpado, provocando protestos, porém não discutiu o que levaria a isto, colocando as empreiteiras como empresas responsáveis e preocupadas com seus empregados. Segundo *Veja*,

A verdade é que, principalmente nos canteiros paulistas e mineiros, tanto as empresas hidrelétricas como as empreiteiras têm procurado evitar abertos confrontos com os barrageiros, ou com moradores desapropriados, assimilando pacientemente os ensinamentos colhidos em passadas escaramuças<sup>80</sup>.

A revista relata exemplos de medidas tomadas por empreiteiras em algumas obras como regulamentos internos legislando sobre o uso de ferramentas de trabalho que devem ser obrigatoriamente adquiridas pelos peões, horários de funcionamento das casas da zona do meretrício, etc.

*Veja* narra também na reportagem, as condições de trabalho nas barragens. Segundo a revista,

Quase sempre, o trabalho a enfrentar na barragem é duro. Os barrageiros são transportados para os locais de trabalho nos sacolejantes “gaiolões”, imensos caminhões protegidos por grades de madeira. E a jornada jamais é inferior a onze horas, medida que Gerhard Kroger, paulistano e engenheiro-chefe da Servix, explica como decorrência natural do tipo de vida na obra<sup>81</sup>.

Percebe-se que *Veja* procura naturalizar o trabalho duro nas barragens com a explicação do engenheiro-chefe da Servix, dizendo que isto seria uma “decorrência natural” deste tipo de obra. Como constatou Odirlei Manarin nas entrevistas junto aos operários desta obra, “as avaliações sobre a disposição para fazer hora-extra ou hora-direta, estabeleceu-se para além do interesse de aumentar o salário”<sup>82</sup>. Segundo ele,

---

<sup>79</sup> MENGARDA, Salete Maria. **Itaipu: a obra do século, barragem de exclusão social**. Trabalho de Conclusão de Curso em História. UNIOESTE/MCR, 1997. P.5.

<sup>80</sup> *Veja*. ESPECIAL. **No mundo das barragens**. Op. Cit. P.69.

<sup>81</sup> Idem.

<sup>82</sup> MANARIN, Odirlei. Op.Cit. p.139.

O consentimento da extensa jornada de trabalho, determinados pela escala do feitor, caracterizava a maneira de atender o perfil de trabalhador desejado pelo consórcio. Assim, evitar a demissão antes do término da construção da barragem, consentia aos critérios aceitáveis pela UNICON, em que seus funcionários deveriam seguir o perfil do trabalhador produtivo, pontual, comprometido e responsável diante da constante rotatividade da empresa<sup>83</sup>.

A empresa de Itaipu procurou silenciar as dificuldades, o cansaço físico da rotina de trabalho dos operários, que desempenhavam suas funções em turnos diurno e noturno, com jornadas de trabalho de 10 a 12 horas, estabelecidas pela empresa, com intuito de cumprir os prazos determinados para a realização das obras. Como apontou Manarin, “os operários da barragem de Itaipu foram se condicionando ao ritmo de trabalho proposto e controlado pela empresa”<sup>84</sup>, já que sua situação econômica requeria a continuidade do seu emprego na barragem.

Há também, segundo a revista, incidentes diversos que vem se juntar aos “naturais” problemas juntos à mão-de-obra. E *Veja* relata o caso de um peão atropelado por um tenente da Polícia Militar. Segundo a revista,

Fatos como esse, todavia, parecem distantes nos outros canteiros. Sobre tudo em Itaipu, onde policiais e paisanos, brasileiros e paraguaios, parecem dispostos a cimentar as bases de uma convivência pacífica que deve durar pelos próximos oito anos. A cortesia atinge maiores requintes nas horas de lazer, quando centenas de operários cruzam a Ponte da Amizade em busca das cinco casas de madeira, iluminadas a néon, que se alinham numa rua lamacenta do meretrício de Puerto Stroessner. Ali, munidos de lanternas, dois soldados paraguaios iluminam os apressados passos dos peões, que, freqüentemente, retribuem a gentileza na forma de disputadíssimos livrinhos pornográficos<sup>85</sup>.

Ou seja, *Veja* procura deixar claro que os problemas entre desapropriados e barrageiros não ocorreria em Foz do Iguaçu. Pelo contrário, a cortesia chega ao ponto dos soldados paraguaios auxiliarem os peões a atravessarem a ponte, gentileza retribuída com as revistas pornográficas que são vistas como uma das formas de lazer “proporcionada” aos trabalhadores. Além disso, como percebemos na revista, o único “lazer” dos trabalhadores era as visitas à zona. Neste sentido, devemos problematizar: a prostituição é lazer? O que levaria estes trabalhadores à verem as casas de meretrício como distração após uma longa jornada de trabalho? O fato de não serem proporcionados a estes trabalhadores condições de regresso às suas cidades não é questionado pela revista. A mercantilização do corpo não é questionada pela revista. Além disso, é interessante como *Veja* retrata a zonas de meretrício. Ao mesmo tempo em que ela é apontada como “lazer” dos trabalhadores, sua qualificação é a localização

---

<sup>83</sup> Idem.

<sup>84</sup> Idem. P.12.

<sup>85</sup> *Veja*. ESPECIAL. No mundo das barragens. Op. Cit. P.69.

“numa rua lamacenta”. Ou seja, aos trabalhadores, o sujo. Mas é o único lazer dos operários, portanto, não poderia ser proibido pela empresa nem criticado pela revista.

Maria de Fátima Ribeiro realizou sua pesquisa procurando resgatar a memória daqueles que haviam sentido o problema da desapropriação, já que foram eles que sofreram o impacto maior com a construção da obra: agricultores desapropriados; as mulheres da “zona” e os barrageiros. Em relação às casas de meretrício, Maria de Fátima Ribeiro apontou que neste período as prostitutas deveriam ser portadoras de carteiras de identificação, denominadas de carteirinhas de bailarina”, nas quais deveria constar a realização de exames periódicos, normalmente realizados na delegacia de polícia. Segundo a autora,

Não se pode deixar de associar esta questão à importância que assume a “zona” como único local de diversão para os trabalhadores de Itaipu. As prostitutas deveriam ter o corpo sadio para que os trabalhadores não corressem o risco de contrair doenças e também mantivessem seus corpos sadios. Dentro deste contexto fica claro que não são apenas os espaços físicos da cidade que estão direcionados aos interesses de Itaipu, mas, também os próprios corpos dos seus funcionários e, por extensão, das mulheres que os servem<sup>86</sup>.

Além das zonas de meretrício, os trabalhadores das barragens teriam como possibilidade de lazer alguns estabelecimentos comerciais que viriam se instalando próximo às usinas, chegando muitas vezes a se constituir em uma cidade. Segundo a revista, na vida de barrageiro, alguns trabalhadores acabam descobrindo “insuspeitadas vocações”, chegando a receberem diplomas e chaves de ouro como homenagem dos patrões à sua habilidade no manuseio do equipamento. Para finalizar a reportagem especial, *Veja* discute a questão da ecologia.

Percebe-se o posicionamento de *Veja* na questão da construção das usinas hidrelétricas e do ofício de barrageiro. As construções são necessárias e importantes para o país, como a revista vem assinalando a todo o momento. E, para que esse “mamute hidrelétrico” chegasse à produção de 12,6 milhões de quilowatts em 1983, muitas usinas precisariam ser construídas e muitos trabalhadores necessários. Cerca de 300.000 homens, como afirma *Veja* no início da reportagem. Entretanto, a ilusão das ofertas de um emprego bom e lucrativo, estaria trazendo muitos trabalhadores despreparados para as condições de trabalho nas barragens. Além disso, o tão sonhado “lucro salarial”, afirmado pela revista, não era correspondido quando da entrada do trabalhador nas barragens. Neste sentido as frustrações, as intrigas, os protestos. Para isso, *Veja* precisava analisar e demonstrar as condições de trabalho nas construções hidrelétricas, para mostrar as justificativas dos descontentamentos e das condições de trabalho dos

---

<sup>86</sup> RIBEIRO, Maria de Fátima Bento. **Memória do concreto**: vozes na construção de Itaipu. Dissertação de Mestrado em História Social, USP-SP, 1999. P.97.

operários da barragem. Além disso, é interessante notar a defesa de *Veja* às condições de trabalho e ao relacionamento dos trabalhadores da usina de Itaipu. Como demonstramos anteriormente, os conflitos entre trabalhadores e entre os barrageiros e as empreiteiras, não aconteceriam em Itaipu segundo *Veja*. Itaipu era um projeto defendido pela revista desde os acordos diplomáticos e não seria agora que esta defesa cessaria.

Como demonstra Odirlei Manarin, os operários protagonizaram grandes lutas neste período de construção da hidrelétrica de Itaipu. *“Talvez, a que teve maior repercussão foram às greves organizadas pelos sindicatos em meados da década de oitenta, paralisando milhares de trabalhadores fora do canteiro de obras, justamente no período em que o país passava por uma crise energética”*<sup>87</sup>. Segundo Manarin, o fato de não noticiar as greves, mas reafirmar a importância da barragem para solucionar os problemas do país, foi uma estratégia de combater e controlar as disputas com os trabalhadores. Estava em jogo neste período o processo de demissão dos operários e *“o tom de comemoração da construção, noticiando os resultados e recordes de produção, silenciam as experiências dos trabalhadores, suas dificuldades, o cansaço físico da rotina de trabalho e os conflitos no canteiro de obras”*<sup>88</sup>. Muitos trabalhadores não se revoltavam devido o processo de demissão em curso, sendo que isto colocaria em jogo as condições de vida e trabalho que estariam submetidos com a perda de emprego naquele momento. Além disso, este tom de exaltação construiu a idéia da edificação sem conflito, harmônica e comprometida da Itaipu com os operários, que, como vimos, é a imagem que *Veja* procurou passar.

Isto fica muito claro na matéria da edição 403, quando sob o título “Crítica tardia”, *Veja* fala de uma série de denúncias contra o projeto binacional de Itaipu, afirmadas pelo engenheiro Otávio Marcondes Ferraz na Comissão de Minas e Energia do Senado, em Brasília. Segundo *Veja*, *“Ferraz afirmou que a obra já consumiu 200 milhões de dólares, ‘sem maiores resultados práticos’, e que os juros do capital destinados à empresa saltaram de 23% para 40% ao ano, ‘sem uma explicação plausível’*<sup>89</sup>. Os problemas enumerados por Ferraz girariam em torno de, na parte técnica, não estariam fixadas ainda a frequência da corrente elétrica, primeiro item a determinar na construção da usina, segundo o engenheiro; e o transporte das gigantescas turbinas até Itaipu, já que a rodovia BR-277<sup>90</sup> possuía pontes

---

<sup>87</sup> MANARIN, Odirlei. Op.Cit. p.139.

<sup>88</sup> Idem. P.8.

<sup>89</sup> *Veja*. ITAIPU. **Crítica tardia**. (Seção Economia & Negócios). Ed.403 – 26/05/1976. P.92.

<sup>90</sup> A BR-277, também denominada como Grande Estrada, é uma rodovia federal transversal do Brasil. Foi inaugurada em março de 1969, e tem 730 km de extensão, com início no Porto de Paranaguá e término na Ponte da Amizade, em Foz do Iguaçu. A ampliação e melhoria da BR-277 foram realizadas pelo governo tendo em

estreitas e incapazes de suportar o peso de caminhões de transporte especial. Entretanto, para *Veja*, estes seriam “*problemas aparentemente secundários para os 4.200 operários e técnicos da binacional empenhados na construção do canal de desvio do rio Paraná*”<sup>91</sup>. Ainda segundo a revista,

Também classificada como “a menos dispendiosa das alternativas estudadas”, a usina custaria 4,2 bilhões de dólares segundo o relatório da empresa de dezembro de 1974. Com a inflação, o orçamento alcança agora 5,7 bilhões de dólares, já assegurados segundo Cavalcanti. A Eletrobrás contribui com 62%, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), o Banco Nacional da Habitação (BNH) e os bancos dos países que fornecerão equipamentos entram com 21%, cabendo os 17% restantes a empréstimos estrangeiros<sup>92</sup>.

O único problema realmente importante, segundo *Veja*, seria o atraso inicial das obras de dois meses, e que atrasariam muito mais, havendo o temor de que as obras não ficassem prontas até agosto de 1978, época em que o volume do rio deve ser aproveitado para realizar o desvio das águas. Se houver mais atraso, segundo *Veja*, haverá inevitavelmente mais um ano de espera, pois será impossível fazer o desvio durante o período das cheias. Ou seja, as denúncias realizadas por Ferraz são consideradas pela revista como “críticas tardias”. Entretanto, o atendimento dos prazos são exigidos por *Veja*, que os considera prioritários para a entrega da obra no prazo determinado.

Novos problemas surgem também em 1977, quando do dilema da ciclagem de Itaipu, cogitando-se a possibilidade de mudança de ciclagem do Paraguai de 50 hertz para 60 hertz, que é a ciclagem do Brasil. Quando estas discussões começam a ganhar mais força, os argentinos passam a manifestar abertamente seu descontentamento com as “tendências brasileiras” de Assunção. Tendo como foco principal o projeto de construção da usina de Corpus, a Argentina passa mais uma vez a demonstrar suas divergências com o Brasil. Neste sentido, *Veja* publicou uma matéria de capa de nove páginas sobre o tema, tendo como

---

vista as necessidades de Itaipu. Em 1997 a rodovia passou por um processo de concessão, sendo a partir de então operada por três concessionárias em distintos trechos da mesma. Partindo do Km 0 em Paranaguá, até Curitiba, esse trecho da rodovia, chamado de Lote 6, é operada pela empresa Ecovia, uma subsidiária da empresa EcoRodovias, atuante nos estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. O trecho seguinte, de Curitiba até Guarapuava, a empresa Caminhos do Paraná opera o Lote 4. E de Guarapuava a Foz do Iguaçu, o Lote 3, é operada pela concessionária Ecocataratas, outra subsidiária da EcoRodovias. Todos os contratos de operação dos lotes tem validade de 24 anos. (Dados obtidos em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/BR-277>. Consulta realizada em 8/7/2010).

Até os dias de hoje as discussões em torno da duplicação da BR-277 é pauta das reivindicações dos empresários da região de Foz do Iguaçu e tem o apoio de Itaipu, que pretendem mobilizar a sociedade civil organizada em torno da idéia. Neste sentido, dois principais agentes envolvidos no projeto (a Ecocataratas, concessionária responsável pela administração da BR-277 entre Guarapuava e Foz; e o Departamento de Estradas e Rodagem do Paraná – DER-PR), são aclamados para intervirem no negócio.

<sup>91</sup> *Veja*. ITAIPU. **Crítica tardia**. Op.Cit.

<sup>92</sup> Idem.

assunto a diplomacia e o título “A sofrida procura da paz”. A capa da edição 464 traz o desenho de duas flechas, uma com a bandeira brasileira e outra, argentina, vindo em sentidos opostos e se desencontrando. O título: “Brasil-Argentina: o desencontro”.



Figura 16 - *Veja*. Ed.464 - 27/07/1977

Na Carta ao Leitor, *Veja* relembra a edição 240, de abril de 1973, quando a revista publicava uma matéria (também de capa) sobre as relações entre Brasil e Argentina, afirmando que as divergências entre o Brasil e a Argentina a propósito do rio Paraná não chegaria a ser propriamente uma novidade. Segundo *Veja*, estas discussões lançam graves dúvidas do prognóstico da “inevitabilidade de um acordo” entre os dois países, sugeridos na edição 240 da revista. Segundo a revista,

Afinal, produziu-se durante esse período uma perigosa acumulação de expectativas frustradas. Além disso, a causa mais saliente do desencontro – a monumental hidrelétrica brasileiro-paraguaia de Itaipu –, naquela época apenas um nome no papel, hoje começa a emergir das águas do Paraná como uma realidade perfeitamente concreta e sem retorno<sup>93</sup>.

Além disso, segundo *Veja*,

O que ocorre em Itaipu, de fato, é algo muito diferente do que se pode notar duas centenas de quilômetros rio abaixo, onde a usina de Corpus é ainda apenas uma esperança argentina, que depende também do Paraguai e, sobretudo, de um acerto com o Brasil. Pois, através do sadio princípio de que o rio deve dar a cada um dos três países o máximo de sua potencialidade energética, cada uma dessas represas deve ser o complemento da outra – e não o seu oposto. A certeza de que a fórmula da compreensão mútua será alcançada sobrevive. É difícil enxergá-la, porém, tão espessa é a névoa de mal-entendidos e acusações recíprocas<sup>94</sup>.

<sup>93</sup> *Veja*. Carta ao Leitor. Ed.464 – 27/07/1977.

<sup>94</sup> Idem.

A reportagem de capa inicia com duas fotos, uma em cada lado da página. Em uma se tem a imagem dos trabalhos na construção de Itaipu, com as valas escavadas e máquinas trabalhando no local. Na legenda a afirmação: “*Enquanto começa a nascer a hidrelétrica de Itaipu, com as obras de desvio do curso natural do rio Paraná...*”. Na outra foto, a imagem do rio, tirado de uma de suas encostas, onde pode se perceber um palanque de concreto cravado no chão. Na legenda, a continuação da foto anterior: “*... a usina de Corpus, dos sonhos argentinos, é só um marco no mato*”, que reproduzimos a seguir:



Figura 17 - *Veja* - Ed.264 - 27/7/1977.

E a reportagem toda vai girar em torno disso: as discussões “diplomáticas” entre Brasil e Argentina, em especial as reclamações argentinas afirmando que a construção de Itaipu interferiria na construção da usina de Corpus. Segundo *Veja*, os temas mais evidentes da controvérsia são:

Estes são, de um lado, a colossal hidrelétrica de Itaipu, que começa a ser construída no rio Paraná pelo Brasil e o Paraguai, pouco abaixo da Foz do Iguaçu e a 17 quilômetros da fronteira argentina – e, de outro, a ainda hipotética usina argentina-paraguaia de Corpus, que se localizaria cerca de 250 quilômetros a jusante de Itaipu, no mesmo Paraná – por enquanto, apenas um marco de concreto perdido no matagal às margens do rio. Teme-se em Buenos Aires que, ao entrar em funcionamento a partir de 1983, Itaipu possa transformar a navegação e os portos argentinos rio abaixo, na medida em que provocar bruscas oscilações no nível das águas. Os brasileiros asseguram que isso não acontecerá e advertem, por sua vez, que se Corpus for erguida na costa de 120 metros acima do nível do mar, considerada ideal para os argentinos, as turbinas de Itaipu acabarão afogadas pelo reservatório da usina<sup>95</sup>.

Segundo *Veja*, os argentinos (como se fosse toda a população) estão convencidos de que é possível conciliar Itaipu e Corpus, e que os mesmos saíram em busca de novos interlocutores para articular um encontro Geisel-Videla. Entretanto, da parte brasileira (mais uma vez não problematizando que o que está em jogo são interesses específicos e não da

<sup>95</sup> *Veja*. DIPLOMACIA. A sofrida procura da paz. (Seção Brasil). Ed.464 – 27/07/1977. P.16.

sociedade brasileira como um todo), esta reunião não seria esperada. Neste sentido, *Veja* demonstra as “indignações” de técnicos e funcionários argentinos com o Brasil, já que anteriormente, os dois países chegaram a prever “negociações futuras que tragam a esperança de resultados positivos”. Segundo a revista, o “edifício de esperanças” argentinas que se supunha sólido no início de 1977, em pouco tempo passaria a exibir múltiplas rachaduras. A primeira seria já em abril, quando o presidente paraguaio Alfredo Stroessner veio ao Rio de Janeiro conferenciar com o general Geisel, dez dias antes da visita do presidente argentino Jorge Videla a Assunção. Após esta reunião, o Brasil teria rejeitado uma proposta argentina, encaminhada ao Itamaraty pelo embaixador Oscar Camilion, para a realização de “conversas trilaterais” (Brasil – Argentina – Paraguai) sobre a compatibilização dos projetos energéticos no rio Paraná. Segundo *Veja*, para o Itamaraty, sobre Itaipu devem conversar brasileiros e paraguaios; sobre Corpus, paraguaios e argentinos. *Veja* deixa claro também a posição da diplomacia brasileira em não negociar com a Argentina, já que o Brasil teria garantido que a operação da usina não afetaria a navegação do rio Paraná, e porque diplomatas e autoridades do setor energético insistem, com efeito, em que a hidrelétrica deverá funcionar em regime de “base”. Segundo *Veja*,

Isso quer dizer que produzirá energia com ritmo constante, despejando, portanto volume de água sempre igual ao jusante do rio – o que não modificaria a altura das águas e, além disso, também regularizará o caudal. Mesmo na hipótese, apresentada como “remota”, de que a usina gere quantidades variáveis de energia, ou seja, funcione em “semibase” ou em “ponta”, todas as precauções serão tomadas a fim de que a conseqüente alteração do nível do rio não prejudique os barcos e os portos argentinos<sup>96</sup>.

Segundo *Veja*, a Argentina estaria tentando revestir de formas novas a mesma jogada a que se dedicou, sem êxito, há alguns anos: obrigar o Brasil a submeter o projeto de Itaipu à “consulta prévia”, com base no princípio de que nenhuma modificação em recursos naturais compartilhados por vários países (como é o caso do rio Paraná) pode realizar-se independentemente da vontade de um deles. Segundo *Veja*,

Estaria, assim, Corpus realmente condenada a não sair do papel, pelo menos durante muitos anos ainda? E, em conseqüência, teria o Itamaraty razão em não negociar “o aproveitamento ótimo”, como dizem os argentinos, dos recursos do rio Paraná? Nem uma coisa nem outra, responde-se em Buenos Aires. Os argentinos, é verdade, reconhecem não ostentar credenciais respeitáveis em matéria de realizações no setor hidrelétrico – talvez por ser o país praticamente auto-suficiente em petróleo. No caso da usina de Yaciretá, por exemplo, mais de cinquenta anos passaram entre o primeiro estudo técnico levado ao governo e a decisão de fazer a obra. “Mas a Argentina está mudando mais do que o Brasil imagina”, adverte um funcionário da chancelaria<sup>97</sup>.

---

<sup>96</sup> Idem. P.18.

<sup>97</sup> Idem. P.19.

Segundo *Veja*, a favor do entendimento está a “força dos fatos”: elementos tão decisivos como a crescente familiaridade entre os dois povos, gerada pela explosão turística dos últimos anos, e o denso intercâmbio comercial: o Brasil é o principal comprador de produtos argentinos e o segundo mais importante vendedor para esse país. Em 1976, o valor desses negócios superou pela primeira vez 750 milhões de dólares<sup>98</sup>.

Com o subtítulo “Um sócio sintonizado”, *Veja* afirma que durante muitos anos atribuíram-se ao governo paraguaio do general Alfredo Stroessner prodigiosos exercícios de contorcionismo político, que lhe permitiram tirar o melhor proveito possível das rivalidades entre o Brasil e a Argentina. Porém, segundo *Veja*, estes malabarismos teriam perdido o

---

<sup>98</sup> Luciano Moraes Melo demonstra como em um curto espaço de tempo, compreendido entre o anos de 1966 a 1979, a região da Bacia do Prata foi palco de disputas e tensões entre três Estados platinos, Brasil, Argentina e Paraguai, tendo-se como elemento comum a todos a construção da hidrelétrica de Itaipu e o aproveitamento dos recursos hídricos dos rios platinos. Como demonstra o autor, o aproveitamento das potencialidades hidroelétricas das águas dos rios platinos entre os referidos Estados, geraria controvérsias de natureza confrontante entre Brasil e Argentina, que levaram a questão regional para esferas extracontinentais de atuação, como a Assembléia Geral das Nações Unidas de 1972 e 1973, e a Conferência do Meio Ambiente de Estocolmo de 1972. Ao mesmo tempo, tem-se o posicionamento “pendular” da diplomacia paraguaia quanto ao tema, que, valendo-se de uma geopolítica orientada a partir de seu espaço geográfico ocupado na Bacia do Plata, comportou-se de maneira ambivalente no decurso do processo, como na assinatura do Tratado de Itaipu com o Brasil, ao reivindicar a inserção de uma “cláusula argentina” no mesmo, que atenderia seus interesses com o vizinho ao sul. O desfecho cooperativo se deu com o Acordo de Cooperação Técnica Operativa entre Brasil, Argentina e Paraguai (em 19 de outubro de 1979), documento que regulamentava a compatibilização de Itaipu e Corpus. Com o Acordo ficou estabelecido a cota de 105 metros para Corpus (Argentina-Paraguai), e permitiu-se a Itaipu (Brasil-Paraguai) o funcionamento de 18 turbinas. Encerrava-se, portanto, com o Acordo Tripartite, as controvérsias quanto à compatibilização entre os empreendimentos binacionais de Itaipu e Corpus, abrindo-se caminhos para um período marcado por uma maior aproximação regional na Bacia do Plata. (MELO, Luciano Moraes. Itaipu: Conflito e Cooperação na Bacia do Plata. IN: **Portal Luis Nassif**. 10/11/08. <http://blogln.ning.com/profiles/blogs/itaipu-conflito-e-cooperacao>. Consulta realizada em 5/7/2010).

Segundo Armando Yahn Gallo, se, por um lado, as relações hostis entre Brasil e Argentina, decorrentes da incompatibilização de seus projetos de aproveitamento hidrelétrico do Rio Paraná, durante as décadas de 1960 e 1970, caracterizam uma fase predominantemente realista na Bacia do Prata, por outro, o projeto da Hidrovia Paraguai-Paraná, iniciado nos anos 1980 e concretizado na década seguinte, representa a afirmação de uma tendência multilateralista das relações internacionais na região, fundamentada na teoria da interdependência complexa. (GALLO, Armando Yahn Filho. Aproveitamento hídrico na Bacia do Plata: Conflito e Cooperação (de 1966 a 1992). **III Encontro da ANPPAS**. Brasília-DF, 2006. Disponível em: [http://www.anppas.org.br/encontro\\_anual/encontro3/arquivos/TA171-05032006-235955.PDF](http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro3/arquivos/TA171-05032006-235955.PDF)). Consulta realizada em 5/7/2010.

Ricardo Canese afirma que a geopolítica da inserção de Itaipu de caráter Binacional (Brasil-Paraguai) foi auto-justificado pelas ações progressistas do regime militar em tirar a influência da Argentina sobre o Paraguai. O surgimento da Itaipu vem, segundo ele, para prejudicar o desenvolvimento argentino e satelizar o Paraguai para o raio da abrangência geopolítica brasileira. (CANESE, Ricardo. Itaipu e as relações paraguaio-brasileiras: Uma visão desde a perspectiva paraguaia. IN: SCHILLING, Paulo R. & CANESE, Ricardo. **Itaipu: Geopolítica e Corrupção**. São Paulo: CEDI, 1991.

Para mais trabalhos sobre os conflitos e cooperação na Bacia do Plata ver:

GALLO, Armando Yahn Filho. **Conflito e Cooperação na Bacia do Prata em relação aos cursos d'água internacionais (de 1966 a 1992)**. São Paulo, 2005. Dissertação de mestrado em Relações Internacionais. Programa “Sant Tiago Dantas” – UNESP/UNICAMP/PUC-SP, 2005.

CANDEAS, Alessandro Warley. **Relações Brasil Argentina: uma análise dos avanços e recuos**. Buenos Aires, 2006. Disponível em: <http://www.caei.com.ar>.

sentido. Especialmente desde a assinatura do Tratado de Itaipu, em abril de 1973, robustos vínculos econômicos e políticos aproximaram o Paraguai do Brasil numa escala sem precedentes. E, segundo *Veja*,

Na quinta-feira da semana passada, ao iniciar-se na cidade fronteiriça de Puerto Stroessner uma reunião extraordinária da diretoria da Itaipu Binacional, tinha-se como absolutamente certo que Stroessner daria mais um passo crucial para fixar o pêndulo paraguaio definitivamente do lado brasileiro – a mudança da ciclagem da rede elétrica de seu país para 60 hertz, a mesma do Brasil.

Assim, as dezoito futuras turbinas da hidrelétrica de Itaipu poderão funcionar numa só frequência, como desejavam os brasileiros. Contra essa mudança, influentes vozes se haviam feito ouvir em Assunção nas últimas semanas. A Union Industrial Paraguaya, a principal associação de empresários do país, argumentou que os prejuízos econômicos que a reciclagem traria, estimados em até 400 milhões de dólares, não seriam adequadamente compensados pelo Brasil<sup>99</sup>.

Segundo *Veja*, os empresários da UIP advertiam que em matéria de equipamentos elétricos e eletrodomésticos, a modificação tornaria o Paraguai um virtual “mercado cativo” da indústria brasileira. Além disso, deixando de ter a mesma ciclagem argentina – 50 hertz –, o Paraguai dificultaria a operação da projetada usina binacional de Yaciretá e colocaria um obstáculo adicional, ou até intransponível, para a já incerta hidrelétrica de Corpus.

Estas especulações paraguaias seriam a origem das manifestações argentinas. Segundo *Veja*, “*de fato, o governo paraguaio não está com pressa em relação a Corpus. ‘Nossas necessidades energéticas serão satisfeitas por Itaipu e Yaciretá’, disse a Veja o ministro paraguaio das Relações Exteriores, Alberto Nogueira*”<sup>100</sup>. Entretanto, apesar das divergências com a Argentina, Itaipu estaria a todo vapor em suas construções. Segundo *Veja*,

Mas, 250 quilômetros rio acima do trecho do Paraná onde um dia talvez venha a surgir Corpus, não sobra tempo para análises geopolíticas. Ai, por entre máquinas de ficção científica e submetidos a uma barragem de decibéis, 11.000 operários brasileiros e paraguaios começam a fazer a maior hidrelétrica do mundo – Itaipu. Seu trabalho, atualmente, consiste em tirar do caminho nada menos de 24 milhões de metros cúbicos de rochas basálticas e terras, para desviar o Paraná de seu leito natural. O único momento de silêncio nos canteiros da obra é o que antecede a explosão de centenas de bananas de dinamite infiltradas na rocha. As explosões ocorrem sempre à mesma hora – ao anoitecer, quando se dá a troca de turnos dos operários. Enquanto, aos magotes, eles saem para ocupar seus lugares nas “gaiolas” – caminhões de carroçarias cobertas –, toneladas de pedras rolam a espera de outros trabalhadores, que cumprirão mais uma etapa das escavações para mudar o curso do “Paranazão”<sup>101</sup>.

Segundo os diretores da empresa, até final de 1978 o rio Paraná estaria desviado. Entretanto, segundo *Veja*,

<sup>99</sup> *Veja*. DIPLOMACIA. A sofrida procura da paz. Op.Cit. P.21.

<sup>100</sup> Idem.

<sup>101</sup> Idem. Pgs.21-22.

Tudo isso, naturalmente, depende do ritmo dos trabalhos – razão das angústias do engenheiro Viana – e da pontualidade com que a Itaipu Binacional receba as verbas a ela destinadas pelo governo brasileiro – razão das preocupações do general José Costa Cavalcanti, diretor-geral da empresa e do engenheiro paraguaio Enzo Debernardi, diretor adjunto<sup>102</sup>.

Em reunião entre o conselho de administração da companhia, ocorrida no mês anterior, a questão do dinheiro teria sido discussão primordial entre brasileiros e paraguaios. Segundo a revista: *“Dias antes, Costa Cavalcanti empreendera inadiável peregrinação aos gabinetes do Ministério do Planejamento, do Banco Central, da Eletrobrás, e da Caixa Econômica Federal – as empreiteiras de Itaipu haviam começado a queixar-se de atrasos nos pagamentos”*<sup>103</sup>.

Segundo o Tratado de Itaipu, o Paraguai, embora paritário em tudo que se relacione à usina, não tem obrigação de desembolsar um único centavo dos quase 6 bilhões de dólares que deverá custar a hidrelétrica. Ainda assim, segundo a revista, o Brasil gostaria que o governo paraguaio recorresse ao seu crescente estoque de reservas cambiais. Os paraguaios não deram resposta imediata, mas segundo *Veja*, é provável que acabem dizendo “sim” ao pedido brasileiro. Segundo *Veja*,

Alheios a essas equações financeiras, e mais distantes ainda do jogo de xadrez diplomático disputado por brasileiros e argentinos em torno de Itaipu, nos canteiros da hidrelétrica tida já como “irreversível”, os operários trabalham dentro de rígidos esquemas hierárquicos. Cada doze serventes, por exemplo, são chefiados por um feitor. Cinco feitores subordinam-se a um mestre de obras. Quatro mestres respondem a um encarregado – e, finalmente, seis encarregados obedecem a um engenheiro. Supõe-se que tão verticalizada estrutura de trabalho seja necessária para “manter o cronograma em dia”. Talvez ela só reflita também no baixo índice de acidentes, de que se orgulham os engenheiros de Itaipu<sup>104</sup>.

Segundo *Veja*, “apenas” três operários morreram no ano de 1977 nos canteiros da obra. Dois por atropelamento e um eletrocutado. Baseando-se nos responsáveis pelo serviço, a revista afirma que este seria um coeficiente abaixo do que se poderia prever, considerando o tráfego constante de centenas de caminhões. O problema principal, segundo os técnicos, seria o alcoolismo. Segundo *Veja*, *“é, de fato, difícil impedir que seja contrabandeada para os alojamentos dos peões, apesar de todos os controles e das semanais razzias nos dormitórios dos operários solteiros”*<sup>105</sup>. Percebe-se que, ao contrário da construção da Ponte Rio-Niterói, a Hidrelétrica de Itaipu contabilizava um número reduzido de mortes. Entretanto, elas haviam e sabemos que muitas delas foram encobertas pela empresa. É interessante notar que *Veja*

---

<sup>102</sup> Idem. P.22.

<sup>103</sup> Idem. P. 23

<sup>104</sup> Idem.

<sup>105</sup> Idem.

auxilia no encobertar das mortes, responsabilizando os próprios operários pela sua morte, já que poderiam estar alcoolizados. A possibilidade das mortes durante o trabalho não são indicadas pela revista.

E, para finalizar a reportagem de capa, *Veja* analisa as condições de trabalho dos operários de Itaipu, especialmente a atração de muitos migrantes para a região de Foz do Iguaçu tendo em vista a proposta de bons salários; as refeições oferecidas pelas empreiteiras, na base de arroz, feijão, purê de batatas, carne, salada e laranja; e das condições de moradias desses trabalhadores, já que muitos passam a se estabelecer nas favelas devido ao elevado custo dos aluguéis na região. É interessante notar que, como mostramos anteriormente, inicialmente *Veja* dá a entender que a empresa de Itaipu forneceria habitação para todos os seus empregados. Porém, como vimos, não foi o que ocorreu, sendo que uma pequena minoria apenas conseguiu essa assistência da empresa. O fato destes trabalhadores não serem assistidos por Itaipu não é problematizado por *Veja*. A revista aponta apenas os altos preços dos aluguéis em Foz do Iguaçu, não problematizando o fato de que foi a própria empresa de Itaipu que gerou uma reordenação na cidade.

É interessante notar também que, ao mesmo tempo em que *Veja* aponta, através de falas de técnicos da Itaipu, que muita gente viria para Itaipu “*com a cabeça cheia de ilusões, pensando que tudo é muito fácil*”, culpabilizando os “gatos” que percorrem núcleos de desempregados, lucrando em cima dos trabalhadores<sup>106</sup>, a revista auxilia na atração de pessoas para Foz do Iguaçu, divulgando “bons salários”, e “benefícios” da empresa aos seus operários.

A questão da ciclagem seria resolvida alguns meses depois, em novembro de 1977, quando da reunião no ministério das Minas e Energia com o ministro Shigeaki Ueki, o presidente da Eletrobrás, o baiano Antônio Carlos Magalhães, o diretor da Itaipu Binacional, o pernambucano José Costa Cavalcanti, e diretores técnicos da Itaipu Binacional, de Furnas e da Eletrobrás. Na reunião, trataram de adotar uma decisão definitiva sobre o problema da ciclagem em que seria gerada a energia a ser produzida pela gigantesca empresa – em 60 ciclos, tal como exige o mercado brasileiro, ou em 50 ciclos, tal como prevê o mercado paraguaio. *Veja* dedica então uma matéria com o título “Fim de conversa”, afirmando que na reunião um ponto crucial ficou claro: o Paraguai não aceitaria a proposta brasileira de transformar todo o seu mercado consumidor para o sistema de 60 ciclos, semelhante ao brasileiro, a fim de permitir que a grande usina operasse de maneira uniforme. Segundo a revista,

---

<sup>106</sup> Como demonstramos na Ed.394 de 24/3/1976.

Nesse encontro decidiu-se que o Brasil permitiria que a hidrelétrica de Itaipu gerasse energia em 60 e 50 ciclos – e ficaria por conta do Brasil a conversão para a ciclagem conveniente ao seu mercado consumidor da parte paraguaia da energia produzida em 50 ciclos, uma vez que aquele país não terá condições, em futuro previsível, de utilizar os pelo menos 6 milhões de quilowatts da produção da usina que lhe pertencerão<sup>107</sup>.

A diferença de ciclagem, segundo *Veja*, é fundamental para o funcionamento dos aparelhos que dependem de motores elétricos. Daí porque, de início, os negociadores brasileiros acenaram aos paraguaios com a possibilidade de financiamento, pelo Brasil, da conversão de toda a rede paraguaia para a frequência de 60 ciclos. Segundo *Veja*, *“além de tornar economicamente mais atraente a construção de Itaipu, ela significaria o atrelamento de todo o mercado consumidor paraguaio à indústria brasileira de eletrodomésticos, que produz aparelhagem já preparada para aquele tipo de corrente”*<sup>108</sup>.

Entretanto, a mudança de ciclagem do Paraguai dificultaria na associação deste com a Argentina na construção das hidrelétricas de Corpus e Yaciretá, já que a Argentina utiliza também em sua rede a energia de 50 ciclos. Para *Veja*, a recusa do Paraguai para mudança da ciclagem não será um grande problema para o Brasil, já que possui tecnologia para converter em corrente alternada. O importante, segundo a revista, é a conclusão da definição do sistema em que funcionaria a usina da Itaipu, já que uma nova protelação, *“significaria um atraso considerável no organograma das obras, capaz de comprometer o futuro do país – pois dentro de aproximadamente dez anos a energia de Itaipu será indispensável para atender a demanda do parque industrial da região centro-sul do Brasil”*<sup>109</sup>. Com a reunião, nada mais impediria que as obras de Itaipu tivessem um desenvolvimento normal, de forma a permitir que em 1983 o Brasil contasse com a energia elétrica indispensável para atender ao pleno desenvolvimento do parque industrial de sua região centro-sul, segundo a revista.

Na edição seguinte, *Veja* acompanha outra reunião sobre Itaipu. Desta vez, uma reunião tripartite sobre o aproveitamento do rio Paraná, realizada entre Brasil, Argentina e Paraguai. Segundo a revista, *“a reunião conseguiu apenas aclarar alguns pontos técnicos e manter ainda obscuras algumas questões políticas”*<sup>110</sup>. As discussões giraram especialmente em torno das cotas do nível das águas represadas do rio Paraná, quando da construção da usina de Corpus. O Brasil aceita Corpus na cota de 98,5 metros porque este nível não afetará o território brasileiro. A Argentina e o Paraguai, elevam a cota a 130 metros dando a Corpus

---

<sup>107</sup> *Veja*. ITAIPU. **Fim de conversa**. (Seção Brasil). Ed.480 – 16/11/1977. P.28.

<sup>108</sup> Idem.

<sup>109</sup> Idem.

<sup>110</sup> *Veja*. ITAIPU. **Sem respostas**. (Seção Brasil). Ed.481 – 23/11/1977. P.24.

uma potência de 8 milhões de quilowatts, altura considerada absurda para o Brasil, pois afogaria com sua águas as turbinas de Itaipu. A Argentina alega que, com 98,5 metros, a capacidade de Corpus seria reduzida para 3 milhões de quilowatts, uma considerável perda de potência. O posicionamento dos paraguaios seria discreto, se voltando especialmente para as repercussões da decisão paraguaia de manter a sua ciclagem. Segundo *Veja*, “o certo, de todo modo, é que o Paraguai manteve os 50 ciclos – e ainda está em condições de obter muitas vantagens através dos interesses que possui com o Brasil e a Argentina”<sup>111</sup>. Com Itaipu gerando 50 ciclos em nove turbinas e 60 ciclos em outras nove, o Paraguai, que consome menos energia do que a cidade de Petrópolis, poderia vender o excedente tanto para o Brasil quanto para a Argentina, que trabalha com 50 ciclos. Assim, segundo *Veja*, o governo de Assunção satisfaz também os argentinos, que continuarão donos exclusivos do mercado paraguaio de eletrodomésticos.

Entretanto, estas vantagens paraguaias, começam a sofrer restrições por parte do Brasil. Em janeiro de 1978, *Veja* publica uma matéria afirmando a primeira represália ao Paraguai por ter contrariado os interesses brasileiros na questão da construção de Itaipu, ao recusar-se a alterar a frequência elétrica de seu país. A represália brasileira seria a decisão de que o Brasil não iria mais construir a barragem do rio Monday, em território paraguaio, obra que iria auxiliar o enchimento da barragem de Itaipu, diminuindo o prejuízo argentino na vazão do rio Paraná. Segundo *Veja*,

A decisão prejudica o Paraguai duplamente. Por um lado, agrava seu relacionamento com o governo argentino, justamente porque tornam mais difíceis as soluções para o problema do aproveitamento hidrelétrico do rio Paraná. Por outro, prejudica os planos do governo de Alfredo Stroessner, que pretende fazer do Paraguai um dos maiores exportadores de energia elétrica do mundo<sup>112</sup>.

A barragem de Monday custaria, segundo *Veja*, 100 milhões de dólares para ser transformada em hidrelétrica, formando um potencial de quase 1,5 milhão de quilowatts exclusivos do Paraguai. Como resposta à negação do Paraguai na alternância da ciclagem, o Brasil desistiria do projeto como represália.

Na edição 515, *Veja* trata novamente da questão ecológica que envolve a construção da usina de Itaipu. Situada na seção “Ambiente”, e com o título “Águas amortecidas”, *Veja* inicia com a afirmação de que o progressivo represamento de quase todos os rios do Paraná começa a afetar a ecologia. Percebemos a predominância da expressão “ecologia” do que “impactos ambientais” em *Veja*. A palavra “impacto” tem significado de choque, colisão.

---

<sup>111</sup> Idem.

<sup>112</sup> *Veja*. ITAIPU. **Represália**. (Seção Brasil). Ed.489 – 18/01/1978. P.32.

Como demonstra Wagner Cipriano Nascimento, impacto ambiental é, pois, uma espécie de “trauma ecológico” que se segue ao choque causado por uma ação ou obra humana em desarmonia com as características e o equilíbrio do meio ambiente<sup>113</sup>.

Como discute John Bellamy Foster, a crise ecológica global que atinge o mundo atualmente está profundamente enraizada na lógica “mundo-alienante” da acumulação de capital, que remonta às origens históricas do capitalismo como sistema. Segundo Foster,

O que fez este novo sistema funcionar foi a incessante acumulação de capital num ciclo após outro, com cada nova fase de acumulação tomando a última como seu ponto de partida. Isto significou seres humanos cada vez mais divididos e alienados, bem como um metabolismo entre a humanidade e a natureza globalmente mais destrutivo<sup>114</sup>.

Baseado nas problematizações de Joseph Needham, Foster aponta que a “conquista da Natureza” sob o capitalismo transformou-se em “conquista do homem”; os “instrumentos tecnológicos então utilizados na dominação da Natureza” produziram “uma transformação qualitativa nos mecanismos de dominação social”. Segundo Foster,

Não há dúvida que esta dialética de dominação e de destruição está agora a ficar fora de controle, a uma escala planetária. Economicamente, a desigualdade global entre as nações do centro e da periferia está a aumentar juntamente com a intensificação da desigualdade de classe no interior de cada Estado capitalista. Ecologicamente, o clima mundial e os sistemas de suporte da vida de toda a Terra estão a ser transformados por um processo de aquecimento global incontrolado<sup>115</sup>.

Segundo Foster, *“é só através de uma mudança fundamental no centro do sistema, de onde principalmente emana toda a pressão sobre o planeta, que haverá uma genuína possibilidade de evitar a destruição ecológica irreversível”*<sup>116</sup>, demonstrando que a ecologia foi uma componente essencial do projeto socialista desde o início, sendo a transição do capitalismo para o socialismo também uma luta por desenvolvimento humano sustentável.

Em relação à Itaipu, Salete Maria Mengarda afirma que os discursos de preservação da fauna e da flora e de benefícios para o homem não se sustentam quando confrontado com o universo da exclusão social resultante da construção da Itaipu. Segundo Mengarda,

Essa preocupação com animais e plantas serviu mais como propaganda para amenizar o impacto que a obra causaria à sociedade e ao meio ambiente, com a intenção de fazer as pessoas esquecerem de que elas deveriam ser o centro das atenções e mesmo “contentar” as entidades ambientalistas internacionais (...) O

---

<sup>113</sup> NASCIMENTO, Wagner Cipriano do. **A gigante do concreto**: os pós e contras da construção da hidrelétrica de Itaipu na região Costa Oeste do Estado do Paraná. Monografia de Especialização em Análise Ambiental e Regional em Geografia. UNIOESTE/MCR, 2006.

<sup>114</sup> FOSTER, John Bellamy. Ecologia e a transição do capitalismo para o socialismo. IN: **O Comuneiro**. Março de 2010. Disponível em: <http://outrapolitica.wordpress.com/2010/05/26/ecologia-e-a-transicao-do-capitalismo-para-o-socialismo/>. Acessado em 5/7/2010.

<sup>115</sup> Idem.

<sup>116</sup> Idem.

pouco que fizeram foi o mínimo necessário para contornar os impactos ambientais que a natureza sofreu e ainda sofre com o complexo hidrelétrico. Como “estava na moda” preservar a natureza, não se aceitaria socialmente e inclusive internacionalmente tamanha destruição ambiental sem nenhum projeto para amenizar este impacto sobre a natureza<sup>117</sup>.

Na matéria “Águas amortecidas”, *Veja* afirmam que, até o final de 1978, centenas de bananas de dinamite desviarão um dos mais vigorosos trechos do rio Paraná, a 14 metros da cidade paranaense de Foz do Iguaçu, para um conduto de 150 metros de extensão e 2 quilômetros de largura, a fim de permitir que no leito assim drenado prossigam as obras da maior usina hidrelétrica do mundo: a de Itaipu. Segundo *Veja*,

Testemunhada por inúmeras autoridades internacionais, a histórica explosão representará uma etapa decisiva no projeto energético Brasil-Paraguai. Ao mesmo tempo, no entanto, desencadeará um conjunto de inevitáveis alterações na ecologia da região, comuns a todas as obras do gênero: interferência no chamado regime das águas e, conseqüentemente, na vida de numerosas espécies de peixes, deslocamento da fauna para outro ambiente, mudanças no microclima e no teor de salinização das águas profundas. E a questão ganha um relevo acessório pelo fato de Itaipu estar localizada precisamente no Paraná, um Estado que até 1990 terá nada menos de 7000 quilômetros quadrados de terras fertilíssimas, algo equivalente ao território do Líbano, inundado pelos lagos artificiais das hidrelétricas<sup>118</sup>.

Wagner Cipriano do Nascimento aponta os impactos de ordem ambiental como conseqüências negativas da formação do reservatório de Itaipu e seus desdobramentos: desapropriações das comunidades limítrofes (colonos e populações indígenas); a submersão dos saltos de Sete Quedas; aniquilação parcial ou total da flora e da fauna; ocupação de ecossistemas de extrema importância; assoreamento brusco proveniente da ação erosiva dos solos interferindo nas sub-bacias hidrográficas; alastramento momentâneo e definitivo de doenças parasitárias; interferência no ciclo hidrológico de uma região; mudanças do ambiente climático local; interferência na qualidade da água do lago; inundações de áreas verdes; solos férteis e áreas residenciais; dentre os inúmeros patrimônios culturais perdidos<sup>119</sup>.

E a matéria de *Veja* segue falando do numero de hidrelétricas construídas e a serem construídas no Paraná e dos impactos ambientais provocadas pelas mesmas. A revista também mostra os projetos e iniciativas do governo, visando amenizar os impactos através de programas ecológicos, e da ameaça de contaminação que atinge o rio Paraná. E, para concluir, *Veja* afirma: “*Restaria esperar que até a inauguração de Itaipu o mesmo apuro tecnológico empregado na construção da maior hidrelétrica do mundo seja canalizado para livrar o rio*

---

<sup>117</sup> MENGARDA, Salete Maria. Op.Cit. P.26.

<sup>118</sup> *Veja. Águas amortecidas*. (Seção Ambiente). Ed.515 – 19/07/1978. P.58.

<sup>119</sup> NASCIMENTO, Wagner Cipriano. Op. Cit. PP.32-33.

*Paraná de mais esse tormento ecológico*”<sup>120</sup>. Percebe-se que apesar da revista apontar algumas das inúmeras conseqüências causadas com a construção da Itaipu, *Veja* procura acalmar a população para que esta espere as iniciativas ecológicas da empresa.

Ao tratar dos projetos e iniciativas do governo, visando amenizar os impactos através de programas ecológicos, Wagner Cipriano do Nascimento aponta:

Na questão específica dos planos para com o meio ambiente promovidos pela Itaipu Binacional, inicialmente destacou-se em 1975 o Plano Básico para Conservação do Meio Ambiente, que estabeleceu de maneira genérica uma política ambiental (é um instrumento de trabalho orientador das atividades no campo do Meio Ambiente); em seguida, no ano de 1982 aprovaram o Plano Diretor da Área do Reservatório de Itaipu, no sentido construtivista, buscando ações para o desenvolvimento, no segmento ambiental que possibilitasse a inserção do empreendimento na região (objetivo básico é de traçar normas para as diversas atividades, por meio de projetos e programas ambientais); e finalmente, em 2000 elaborou-se o plano diretor de gestão ambiental<sup>121</sup>.

Em relação à perda de grande parte da biodiversidade regional, Nascimento apontou que foram realizados vários vieses de contenção, como: o reflorestamento visando amenizar o assoreamento do lago, ampliando a vida útil da usina; o Canal da Piracema para enquadrar-se dentro da legislação ambiental vigente; o Corredor da Biodiversidade para propiciar uma ligação com o Parque Nacional do Iguaçu à Ilha Grande, utilizando as áreas de mata ciliar do entorno do lago como via de acesso<sup>122</sup>.

É interessante notar, mais uma vez, que a figura dos desapropriados não é mencionada pela revista. Como demonstramos anteriormente, a preocupação de *Veja* ao falar do represamento do rio Paraná, é apenas com a ecologia que poderá ser afetada. As centenas de trabalhadores, moradores das regiões alagadas pelo lado de Itaipu, que muitas vezes receberam valores insignificantes por suas terras, não são preocupação da revista.

Além de não problematizar os desapropriados pela Itaipu, não encontramos durante nosso levantamento e análise de fontes nenhuma matéria que indiciasse a existência de índios na região. Devido a este silenciamento que houve em torno dos indígenas, Carla Nacke Conradi buscou em seu trabalho refletir acerca das posturas assumidas pelos representantes do Estado, especificamente os representantes da Usina de Itaipu, FUNAI e INCRA, no episódio da construção da Usina com relação às populações indígenas na região Oeste do Paraná. Carla Conradi realizou uma análise das atitudes do Estado, representado por seus aparelhos estatais, que precisaram buscar normas e políticas visando desconfigurar a região oeste do Paraná

---

<sup>120</sup> *Veja. Águas amortecidas*. Op.Cit. P.59.

<sup>121</sup> NASCIMENTO, Wagner Cipriano. Op. Cit. PP.34-35.

<sup>122</sup> Idem. P.35.

como um espaço indígena, porquanto tal afirmação representaria, naquele momento, um entrave aos interesses, impedindo que aquele território fosse considerado Área Indígena, sendo necessário seguir a legislação pertinente à questão, ou seja, a realocização de sujeitos considerados índios com posse imemorial a terra, em um espaço semelhante ao seu habitat anterior<sup>123</sup>.

A questão também é problematizada por Salete Maria Mengarda que afirma que muitas famílias e tribos indígenas foram expulsas de terras consideradas como as mais férteis do país. Segundo a autora, Itaipu juntamente com a FUNAI manipularam os índios, fazendo com que os mesmos assinassem um documento pensando que fosse para receber uma indenização pelas bem feitorias das terras, quando na realidade, os índios estavam entregando suas terras de 1.500 ha., por uma área de apenas 200 ha.. Segundo Mengarda,

Depois de muita luta sem sucesso os índios foram retirados e levados para uma área de 253 ha., sem água potável e sem benfeitorias. Suas antigas residências foram queimadas para evitar que retornassem. Muitos índios fugiram para o Paraguai, Argentina e para outros lugares em sinal de protesto. (...) Na verdade, o governo, ao longo da história “patrocinou” a colonização das terras indígenas, e no caso de Itaipu, os índios não foram os últimos a serem assentados assegurando-lhes a posse da terra e o usufruto de todos os recursos nela existentes<sup>124</sup>.

Junto com a construção de Itaipu, *Veja* exalta também a construção da Hidrelétrica de Tucuruí, no rio Tocantins. Em matéria na edição 523, *Veja* compara a usina como “quase uma Itaipu na selva, só que mais rápida”<sup>125</sup>. Segundo a revista,

Enquanto Itaipu continua mergulhada em entraves diplomáticos, outra futura e gigantesca hidrelétrica brasileira, a de Tucuruí, no rio Tocantins, engole seus cronogramas de obras. Em novembro de 1982, mantendo o ritmo atual, ela deverá gerar 4 milhões de quilowatts. Mas, ao atingir sua capacidade final, será a quarta maior usina do mundo, com 11 milhões de quilowatts<sup>126</sup>.

Um dos problemas de entrave à construção da usina seria o fato de que 120 quilômetros da Transamazônica ficariam submersos pelo reservatório da hidrelétrica, que teria 200 quilômetros de extensão e uma área de cerca de 2.200 quilômetros quadrados. Neste sentido, o traçado da estrada seria reformulado e os colonos levados pelo INCRA para povoar a estrada seriam transferidos. Segundo *Veja*,

Enquanto isso, cresce diariamente a população de Tucuruí, com operários chegando até do sul do país em busca de trabalho. Hoje, 8.500 pessoas trabalham nas obras, entre funcionários da Eletronorte, da Construtora Camargo Correa e de onze outras empresas que sublocam partes do contrato ganho em concorrência pela Camargo Correa. Entre elas, a Barefame, uma associação da Bardella com a Sorefame,

---

<sup>123</sup> CONRADI, Carla Nacke. Op. Cit.

<sup>124</sup> MENGARDA, Salete Maria. Op.Cit. p.25.

<sup>125</sup> *Veja*. ENERGIA. **Tucuruí avança**. (Seção Economia & Negócios). Ed.523 – 13/09/1978. P.119.

<sup>126</sup> Idem.

empresa portuguesa que emprega 175 pessoas, um terço das quais são portuguesas vindos de Moçambique. A população atual, na área da barragem, é de 35.000 pessoas e crescerá rápido, pois dentro de pouco tempo, no pico das obras, o número de empregados chegará a 12.500<sup>127</sup>.

Segundo a revista, o ritmo acelerado que foi imprimido à usina já levou à construção de três conjuntos habitacionais. Os investimentos previstos para a construção da hidrelétrica são de 2,5 bilhões de dólares (cerca de 47 bilhões de cruzeiros). Em relação à remoção das populações, *Veja* afirma que o INCRA e a Eletronorte ainda não chegaram sequer a uma conclusão a respeito das indenizações. E para concluir, a afirmação de *Veja*: “*seja como for, as obras estão seis meses adiantadas*”<sup>128</sup>.

Na edição seguinte, *Veja* noticia o problema dos 40.000 eleitores de Itaipu que não votarão nas próximas eleições (de novembro de 1978). Com o título “Longe das urnas”, *Veja* afirma o “drama” dos 40.000 eleitores, trabalhadores da usina hidrelétrica de Itaipu e seus familiares, que deverão concentrar-se em um pequeno prédio no centro de Foz do Iguaçu, no dia 15 de novembro, obrigados a informar por via postal que não poderão votar no pleito parlamentar deste ano. Segundo *Veja*, todos são “forasteiros”, vindos de diferentes pontos do país em busca de trabalho. “*E nenhum deles cuidou de transferir seu título de eleitor para a 46ª zona, que abrange a comarca de Foz do Iguaçu, no extremo oeste do Paraná*”<sup>129</sup>. Segundo a revista, se esse expressivo “contingente ocioso” tivesse sido incorporado ao eleitorado do lugar – com 47.000 eleitores –, Foz do Iguaçu reuniria cerca de 90.000 cidadãos com direito a voto, mais do que o colégio do Acre. Segundo *Veja*, “*só em julho passado, todavia, um juiz-preparador deslocou-se para o canteiro de obras, à cata de gente interessada em transferência de títulos*”<sup>130</sup>. Entretanto, segundo a revista, o desinteresse não adviria apenas da ineficiência burocrática. A maioria dos trabalhadores exerce cargos temporários, não valendo à pena a transferência de título. Além do mais, o regime de trabalho nos canteiros não costuma reservar aos peões horas de folga para “conversas políticas”. Também a onipresente guarda particular da Binacional cuida de manter os trabalhadores ocupados em tarefas estritamente profissionais. É interessante notar como a revista explica os motivos para os trabalhadores não terem transferido seus títulos: “horas de folga para conversas políticas”, como se política fosse coisa de desocupado e não tendo nada a ver com o fato de ser ditadura. Talvez o desinteresse dos operários estivesse relacionado com a desilusão

---

<sup>127</sup> Idem.

<sup>128</sup> Idem. P.120.

<sup>129</sup> *Veja. Longe das urnas.* (Seção Brasil). Ed.524 – 20/09/1978. P.25.

<sup>130</sup> Idem.

ao processo eleitoral ditatorial, sendo a não transferência do título uma forma de protesto a isto. Porém, para *Veja*, política é coisa de desocupado ou então, não seria de interesse para esta classe social.

Para concluir, *Veja* afirma: “*Isolados nesse peculiar microcosmo fronteiriço, milhares de brasileiros praticamente ignoram a movimentação de candidatos no resto do país*”<sup>131</sup>. E cita como exemplo o caso de um operário que cruzando com o general João Baptista Figueiredo durante uma visita deste à Itaipu, alegou desconhecimento daquele que estaria no primeiro plano do cenário político.

Quando do desvio do rio Paraná, *Veja* dá destaque para o fato de que a decisão de cercar de especial aparato a mudança artificial (e temporária) do curso do Paraná é sem dúvida política. Com o título “Show aquático”, *Veja* fala sobre o evento da implosão de dois diques de concreto erguidos nas bocas de um canal escavado na rocha, com 2 quilômetros de extensão e 150 metros de largura, que fará com o que o rio Paraná passe a correr por este desvio. No leito natural do rio, tornado seco, serão construídos o vão central da barragem principal e a casa de força da usina, onde ficarão catorze das dezoito turbinas de 700.000 KW cada, previstas para a hidrelétrica. Segundo *Veja*,

O estrondo da dinamite poderá ser ouvido na mesma hora em qualquer lugar do Brasil, porque a Agência Nacional irradiará a festa por todas as emissoras do país – e poderá ser ouvido e visto à noite pela **cadeia nacional de TV** que será formada para transmitir a gravação do momentoso evento. Senão ao vivo, via satélite, mas certamente em fita, os espectadores americanos, europeus e japoneses também terão o privilégio de acompanhar o espetáculo, talvez o mais grandioso na história da construção de barragens, ao lado da inauguração da represa de Assuã, no Egito. No local, a festa será assistida por uma **constelação de 400 celebridades brasileiras e paraguaias especialmente convidadas**, entre elas o general João Baptista Figueiredo, ex-adido militar do Brasil em Assunção e já então o sucessor oficial do presidente Geisel. Se o cronograma das obras de Itaipu continuar a ser cumprido como até agora, sem nenhum atraso, Figueiredo poderá ainda em seu governo festejar a entrada em operação da primeira unidade geradora da usina, em 1983<sup>132</sup>.

Após toda a descrição da pompa que envolveria o desvio do rio, *Veja* explica o porque da afirmação de uma “festa política”: com toda a cobertura televisiva, o evento provaria ao mundo inteiro que Itaipu é irreversível. Além disso, para *Veja* a Itaipu seria um exemplo de que a ditadura é sinônimo de eficiência, já que foi durante o período em que o país estava controlado pelos militares que o projeto de Itaipu sairia do papel.

Segundo *Veja*, a irreversibilidade de Itaipu seria para o mundo inteiro, mas especialmente para a Argentina, devido aos seus esforços de interferir no projeto. Falando das

---

<sup>131</sup> Idem.

<sup>132</sup> *Veja*. ITAIPU. **Show aquático**. (Seção Brasil). Ed.528 – 18/10/1978. P.31. (Grifos meus).

três conferências tripartites, *Veja* especula um esboço de acordo para Corpus: ela seria construída na cota 105 (15 metros abaixo do que sonhavam os argentinos e 5 acima do que os brasileiros se diziam inicialmente dispostos a admitir). Em compensação, Itaipu chegaria a ter vinte turbinas, ao invés de dezoito, com o que poderia funcionar de maneira mais lucrativa.

Entretanto, para *Veja*, nada é definitivo nessas especulações. Além disso, “*essa não é a única incerteza no futuro de Itaipu. Pergunta-se, sobretudo, o que será politicamente o Paraguai depois da ditadura de Stroessner, há 24 anos no poder*”<sup>133</sup>. Isso porque, segundo a revista, o acordo assinado por Stroessner no Tratado de Itaipu, congela por cinquenta anos o prelo da energia produzida pela usina, que pertence ao Paraguai e será vendido ao Brasil. Segundo *Veja* nos últimos anos, o “recém-nascido empresariado industrial paraguaio” tem-se manifestado a favor de uma revisão daquele acordo – algo que o Brasil sequer se digna a considerar naquele momento<sup>134</sup>.

E, por fim, a última matéria de *Veja* sobre a Itaipu dentro de nosso recorte temporal. A edição após a implosão dos dois diques de concreto erguidos para desviar o rio Paraná. Segundo *Veja*, a implosão dos diques marcou a primeira vez, desde que se iniciaram a construção da hidrelétrica de Itaipu, em que os 38.000 trabalhadores brasileiros e paraguaios não foram vistos circulando pelo canteiro de obras. Todos eles teriam sido dispensados do serviço.

Após o desvio do rio Paraná, restava apenas a dúvida que os diplomatas e técnicos definem de “caudal” e os técnicos de “enchimento de reservatório”. Segundo *Veja*,

De fato, a fronteira brasileira com o Paraguai e a Argentina termina 15 quilômetros abaixo da hidrelétrica de Itaipu, significando que uma possível alteração do volume do rio não causará qualquer dano ao Brasil. A questão, no caso, concentra-se nas preocupações de paraguaios e argentinos<sup>135</sup>.

---

<sup>133</sup> Idem. P.32.

<sup>134</sup> É interessante destacar que estas reivindicações ficaram mais fortes com a eleição de Fernando Lugo para Presidência do Paraguai em 2008, pondo fim à hegemonia de 61 anos do Partido Colorado à frente do poder. Lugo reforçou suas críticas contra o imperialismo brasileiro, especialmente no que se refere aos acordos em relação a energia de Itaipu. Após sua eleição, Lugo propôs a revisão do Tratado de Itaipu, aflorando as discussões em torno do tema. O lado paraguaio argumenta que os juros dos empréstimos são altos demais e aumenta a dívida para muito além dos valores inicialmente contratados. O país sustenta, ainda, que os pequenos valores repassados ao Paraguai seriam fruto de tarifas muito baixas, incompatíveis com os valores de mercado. Outra crítica recai sobre a impossibilidade do Paraguai vender energia aos países vizinhos, pois o tratado determina a compra do total da energia produzida pelos signatários. Como resposta, o governo brasileiro propôs um “pacote de investimentos” ao Paraguai, o que evidencia a manutenção das políticas imperialistas na questão da energia que prevalece até os dias de hoje.

As informações sobre a revisão do Tratado de Itaipu, obtivemos em: **ICTSD – International Centre for Trade and Sustainable Development**. Revisão de Itaipu dita o tom das relações Brasil – Paraguai. Volume 3, número 9, 13/5/2008. <http://ictsd.org/i/news/pontesquinzenal/11170/>. Acessado em 1/7/2010.

<sup>135</sup> *Veja*. ITAIPU. **Rolam as águas**. (Seção Brasil). Ed.529 – 25/10/1978. P.36.

Segundo afirmação de engenheiros, a usina ao entrar em funcionamento, decrescerá fatalmente o volume do rio. Como solução, o Paraguai sugere cautelosamente o erguimento de uma usina no rio Monday, com capital brasileiro. Os argentinos, porém, preferem a construção de usina de Corpus, 285 quilômetros abaixo de Itaipu. Quanto ao Brasil, prefere ficar em silêncio sobre a questão para evitar divagações. Segundo *Veja*,

De qualquer forma, dúvidas desse tipo eram deixadas de lado no festivo palanque das autoridades de Itaipu. Pois, mais que qualquer outra coisa, chamava atenção a grandiosa, soberba ação da técnica sobre o rio – e o rigoroso cumprimento do cronograma de obras<sup>136</sup>.

Para finalizar a discussão sobre Itaipu, selecionamos ainda duas matérias além do limite de nosso recorte temporal: uma de 03 de novembro de 1982 e outra de 31 de outubro de 1984. A primeira trabalhou com a cerimônia de abertura das comportas de Itaipu, e a segunda tratou do início de produção de energia da usina.

Na edição de 3/11/1982, o título “O colosso hidrelétrico” evidência o caráter de grandeza de Itaipu que permeará toda a matéria. Iniciando com o relato do encontro entre Figueiredo e Stroessner, *Veja* relata a cerimônia de abertura das comportas de Itaipu, dando por pronta a “obra que mudará a face da fronteira”<sup>137</sup>. Segundo a revista,

A quatro mãos, os presidentes João Figueiredo e Alfredo Stroessner irão acionar nesta sexta-feira os mecanismos que abrem as comportas da usina hidrelétrica de Itaipu – fornecendo a senha para o começo de um dos mais eletrizantes espetáculos já contemplados na fronteira do Brasil com o Paraguai. Sincronizados por um equipamento eletrônico, as catorze cortinas de aço da maior hidrelétrica do mundo, cada uma delas com 300 toneladas de peso, liberarão vagarosamente 7.300 metros cúbicos de água por segundo do Rio Paraná. Quinhentos metros abaixo, deslizando numa espécie de tobogã, a enxurrada explodirá contra o leito natural do rio, gerando uma enorme cachoeira emoldurada por um véu de espuma e uma fina bruma<sup>138</sup>.

*Veja* ressaltou o caráter simbólico da cerimônia de abertura, já que as turbinas ainda estariam em fase de instalação. Segundo a revista, “os técnicos terão de esperar mais alguns longos meses para se emocionar com o momento em que a natureza, domada, poderá gerar energia elétrica para o Brasil”<sup>139</sup>. Entretanto, mesmo depois de inaugurada oficialmente (com previsão para fevereiro ou março de 1983), a energia gerada seria destinada integralmente ao Paraguai, pois “por falta de recursos financeiros, o Brasil teve de retardar a construção da linha de transmissão entre Foz do Iguaçu e São Paulo, cujo custo previsto é de

---

<sup>136</sup> Idem.

<sup>137</sup> *Veja*. AMBIENTE. O colosso hidrelétrico. Ed. 739 – 3/11/1982. P.54.

<sup>138</sup> Idem.

<sup>139</sup> Idem.

2 bilhões de dólares”<sup>140</sup>. Mesmo assim, *Veja* considera Itaipu “a menina dos olhos”, já que os lucros da usina logo pagariam os gastos com a obra. Segundo a revista,

Assim, é provável que só em 1984, ou 1985, o Brasil possa saborear os resultados de uma obra que custou aos cofres do país, desde 1973, 9 bilhões de dólares e outros 5 bilhões em juros – e, precisamente por isso, tem sido acusada por políticos opositoristas de empurrar para o alto a dívida externa brasileira. “Há quem se assuste com todo esse dinheiro”, admite o general da reserva Costa Cavalcanti, diretor-geral da Itaipu Binacional. “Mas é bom lembrar que, em apenas um ano, gastamos 10 bilhões de dólares na compra de petróleo”. A Costa Cavalcanti, um pernambucano de 64 anos que também dirige a Eletrobrás, coube comandar a materialização da única obra de dimensões realmente colossais a ser inaugurada durante o governo Figueiredo. Era natural que na semana passada, em meio a turistas que lhe pediam autógrafos, ele parecesse especialmente animado<sup>141</sup>.

Percebe-se que *Veja* defende a posição de Costa Cavalcanti, reproduzindo seus argumentos para sustentar o lucro da construção de Itaipu. Além disso, a revista reproduz os números que representariam os demais benefícios com a construção de Itaipu: a cidade de Foz do Iguaçu saltou de 30.000 para 140.000 habitantes e seu aeroporto, com 960 pousos e decolagens mensais, era um dos mais movimentados do país. Os 120 hotéis de Foz vivem abarrotados por turistas que, se até recentemente limitavam seu giro a incursões pelas Cataratas do Iguaçu e por cassinos paraguaios, já incluíam em seu roteiro uma visita a Itaipu. “*Ali, contemplam um cenário decididamente majestoso*”<sup>142</sup>. Já contestamos esses dados em momentos anteriores, demonstrando que o aumento da população em Foz do Iguaçu na maioria dos casos não foi um fator benéfico, já que a cidade não ofereceu condições suficientes para acomodar esse crescimento. Além disso, podemos afirmar também a atuação de *Veja* no aumento do turismo na cidade, tendo em vista as inúmeras matérias sobre Itaipu publicadas pela revista, cuja circulação possui alcance nacional.

Ao falar das conseqüências do represamento do rio, *Veja* afirma com extrema naturalidade que

O lago que Figueiredo e Stroessner poderão contemplar nesta sexta-feira acusa uma cota variável de 205 a 208, mas já bastou para transformar Sete Quedas, 151 quilômetros rio acima, numa grande corredeira. Represadas pela barragem, as águas do Rio Paraná começaram a subir no dia 13. O Salto 14, o maior e mais belo do conjunto, cuja queda livre oscilava entre 30 e 40 metros, tem agora um desnível que varia de 6 a 8 metros. Ao alcançar a cota de 205, o lago de Itaipu cobriu apenas 700 quilômetros quadrados, menos da metade da área de 1.450 quilômetros que deverá inundar ao alcançar, no primeiro semestre de 1983, a cota de 220<sup>143</sup>.

Esta naturalidade é complementada com o relato de pescadores da região, que puderam “sem muito esforço” capturar cardumes de cascudos, quando as quatorze comportas

---

<sup>140</sup> Idem.

<sup>141</sup> Idem. p.56.

<sup>142</sup> Idem.

<sup>143</sup> Idem. p.58.

foram parcialmente levantadas, dando vazão ao Rio Iguaçu. Segundo *Veja*, o Iguaçu teria triplicado a velocidade e produziu “alguns estragos nas margens”: um atracadouro de balsas teria sido destruído em Puerto Iguazú, na Argentina, e uma construção de alvenaria que servia de controle de imigração ainda ameaçava ruir. Mas a revista salienta a reparação desses danos que já estavam sendo providenciadas: “O atracadouro começou a ser reconstruído pro um batalhão de engenharia do Exército argentino, com o dinheiro da indenização paga pela Itaipu Binacional, e, com as novas cautelas adoradas pelos técnicos da empresa, é improvável que tais acidentes se repitam”<sup>144</sup>. É interessante notar que, das 6 páginas que constituem a matéria de *Veja*, os danos causados por Itaipu se resumiriam apenas à Sete Quedas e à alguns deslizamentos de terra. O alagamento de enormes faixas de terras produtivas em toda a região do Oeste paranaense não é abordada por *Veja*, que, como já demonstramos no decorrer das análises, finge não existir. Na página 61, encontramos apenas um box que afirma que o “dilúvio” produzido pela maior hidrelétrica do planeta não afogaria apenas Sete Quedas, “mas também espécies da flora brasileira inexistentes em outras regiões”. Mas, como já demonstrado em análises anteriores, a revista ressalta toda a preocupação da Itaipu em parceria com outras empresas, em resgatar e preservar o “patrimônio genético do país”.

Por fim, ao falar da “fábrica de energia”, *Veja* relata todo o aparato técnico utilizado na hidrelétrica e conclui com a afirmação de que Itaipu mudaria a face do país para melhor. Segundo a revista,

Satisfeito com esses requintes e, claro, com o avanço seguro das obras, o governo vê Itaipu com olhos amorosos. Afinal, ao contrário de algumas obras monumentais que marcaram o início dos anos 70, como a Transamazônica e a Perimetral Norte, Itaipu chegou para ficar e, sobretudo, não corre o risco de transformar-se com o tempo em bandeira de partidos oposicionistas. Naturalmente, adversários do governo sempre alegarão que um país pobre gastou muito dinheiro na construção da maior hidrelétrica do mundo, ou que Itaipu poderia esperar mais alguns anos antes que sua silhueta emergisse do Rio Paraná. **Mas ninguém poderá sustentar que ali surgiu uma obra dispensável.** Quando estiver pronta para iluminar ruas e casas, permitir a industrialização da fronteira e afastar para sempre o fantasma da escassez de energia elétrica, Itaipu terá mudado um pouco mais a face do país – para melhor<sup>145</sup>.

Já a edição 843, de 31/10/1984, trouxe o título “O gigante trabalha” e tratou do início de produção de energia de duas turbinas de Itaipu. De maneira semelhante à abertura das comportas, *Veja* tratou o início da produção de energia por Itaipu como uma conquista

---

<sup>144</sup> Idem.

<sup>145</sup> Idem. p.62.

irreversível para o Brasil, defendendo a iniciativa das críticas que já figuravam no país. Segundo *Veja*,

A maior usina hidrelétrica do mundo empenha-se em demonstrar, desde quinta-feira passada, que é capaz de fazer o mesmo que a mais modesta delas: produzir energia. Em dez anos de trabalho braçal, Itaipu construiu 200 Maracanãs, concretou quatro Transamazônicas, escavou oito Serras Peladas, encheu os olhos de quase 1,5 milhão de visitantes. Porém, só na quinta-feira, 25, quando as duas primeiras das suas dezoito turbinas previstas foram acionadas pelos presidentes Figueiredo e Stroessner, é que a usina, pela primeira vez, mostrou realmente serviço. Terá ainda pela frente seis anos de concretagem, montagem de equipamentos e maquiagem arquitetônica, além da obrigação de dissipar a descrença dos que acham que os 15,3 bilhões de dólares que ela consumirá, até 1990, são um pouco demais para um país em dificuldades financeiras. Mas, enfim, Itaipu virou uma realidade tão irremovível como o paredão de 196 metros de altura e 1,06 quilômetro de extensão da barragem principal que se intrometeu na garganta do Rio Paraná, 20 quilômetros acima da foz do Iguaçu. Em dólares e tamanho, é a maior obra em andamento no Brasil. Não há construção tão ambiciosa, em todo o mundo<sup>146</sup>.

*Veja* procurou em toda a matéria demonstrar os benefícios para os brasileiros, que a partir daquele momento poderiam ligar ao mesmo tempo vários eletrodomésticos sem o risco de provocar um blecaute. Isto tendo em vista que naquele momento só estariam funcionando duas, das dezoito turbinas que, operando com potência máxima, prometeriam gerar 12.600 megawatts. “Comparando com o que Itaipu pode ser, o que Itaipu já é parece modesto”<sup>147</sup>. Segundo a revista,

Três Itaipus como essa, em pleno vapor, valem mais do que todas as 194 usinas hidrelétricas instaladas no Brasil, com seus 36.000 megawatts de capacidade atual. A energia de Itaipu chegou com atraso de dezessete meses, segundo o cronograma de 1974, mas ainda a tempo de merecer as honras devidas à obra mais importante do governo Figueiredo, o que foi testemunhado, no dia 25, por uma comitiva incomum de doze ministros. No Paraguai, que teve precedência no recebimento da energia mas comemorou-a oficialmente também na quinta-feira, o presidente Stroessner decretou o 25 de outubro Dia do Júbilo Nacional<sup>148</sup>.

Ao contrário da rodovia Transamazônica e da Ponte Rio-Niterói, que *Veja* reclamou do não-cumprimento dos prazos, percebe-se que a revista procura legitimar o atraso na entrega da construção de Itaipu. “O atraso, no caso, é perdoável”<sup>149</sup>. Além disso, somados aos custos financeiros da obra, havia o gasto com o “linhão”, responsável pela transmissão da energia de Itaipu até São Paulo. Segundo *Veja*, “o linhão custou 1,3 bilhão de dólares. Esta é uma despesa que não entra na conta de Itaipu, mas entrará com certeza na conta do

<sup>146</sup> *Veja*. ESPECIAL. O gigante trabalha. Ed. 843 – 31/10/1984. P.48.

<sup>147</sup> Idem. p. 49.

<sup>148</sup> Idem.

<sup>149</sup> Idem.

*consumidor brasileiro*”<sup>150</sup>. E a revista justifica a cobrança pelos custos que a empresa concessionária teria para administrar a distribuição de energia.

A matéria relembra também as “brigas” compradas por Itaipu. Segundo *Veja*,

Itaipu comprou outras brigas, nestes dez anos, e não submergiu. Além da polêmica econômica, que vem no rastro da energia, passou por melindres diplomáticos com a Argentina. Enfrentou, em 1982, os ecologistas, que lamentavam o fim das Sete Quedas, 151 quilômetros acima da barragem, mas nem assim imunes à inundação que o reservatório promoveu, em uma semana, em outubro de 1982. Fechadas as comportas as águas que encheriam três Baías de Guanabara subiram ao nível de 220 metros acima do mar. Outra briga que Itaipu comprou, indiretamente, arrasta-se nos tribunais do Trabalho do Paraná, onde ganharam abrigo reclamações de 5.500 operários demitidos, após o pique da obra, pelo consórcio das cinco empreiteiras brasileiras (Cetenco, CBPO, Camargo Correa, Andrade Gutierrez e Mendes Júnior)<sup>151</sup>.

Para abafar o assunto das demissões em massa de operários, *Veja* segue falando da festa de inauguração oficial da Itaipu, onde peões e funcionários puderam participar e ainda “ganharam um feriado”. Segundo a revista, apesar de não ser mais “o formigueiro de 1978”, ainda haveria muito “cimento, areia e viga com que se trabalhar”. Além disso, a reportagem que segue a matéria em questão, trata dos barrageiros que construíram Itaipu, cujo título “Homens do concreto”, possui um complemento que transcrevemos: “*Os barrageiros que construíram Itaipu compensam os riscos de trabalho e a solidão dos canteiros com bons salários e emprego certo*”<sup>152</sup>.

E finalizando a matéria, *Veja* procura explicar o funcionamento técnico da usina e a geração de energia. Segundo a revista,

O gigante precisou de dez anos para despertar. Terá quarenta anos pela frente para sobreviver. Em 2030, Itaipu será um fóssil energético. Não se trata de um exercício de ficção, mas uma fatalidade que até os homens que a erigiram sabem ser inevitável. Todo o atual sistema hidrelétrico brasileiro será uma relíquia tecnológica. Novas alternativas terão de substituí-lo. Itaipu tem quatro décadas de utilidade a demonstrar<sup>153</sup>.

Para *Veja*, “*Itaipu pagará a conta da expectativa em megawatts*”<sup>154</sup>, mais uma vez reafirmando o lado positivo da construção da Usina. Como pudemos perceber nas análises sobre Itaipu, *Veja* procurou sempre elogiar a construção da obra e defender os interesses do governo, especialmente nas discussões diplomáticas do Brasil com o Paraguai e a Argentina. Além disso, a ditadura proporcionaria técnica e eficiência para a construção de Itaipu. É interessante notar também a ênfase dada a estas discussões, acompanhando todos os acordos e

---

<sup>150</sup> Idem.

<sup>151</sup> Idem. p.51.

<sup>152</sup> *Veja. Homens de concreto*. Ed. 843 – 31/10/1984. PP.54-59.

<sup>153</sup> *Veja. ESPECIAL. O gigante trabalha*. Op. Cit. p.53.

<sup>154</sup> Idem.

tratados desde o projeto de Itaipu até o início de sua construção. Em relação à especificidade da obra, Itaipu sempre foi apresentada por *Veja* como extremamente necessária para o progresso econômico, e indispensável para a industrialização brasileira. Como nas outras obras, Itaipu envolveu muitos trabalhadores, que foram discutidos por *Veja* na profissão de barrageiro, migrantes de outras regiões, vindo em busca de melhores salários. As condições de trabalho de longas jornadas são justificadas com a especificidade da profissão, não problematizando o porquê destas condições nem o “desinteresse pela política”, quando a revista trouxe o caso da não participação dos trabalhadores nas eleições. Além disso, o baixo número das mortes em acidentes de trabalho é elogiado por *Veja*, o oposto da obra da Ponte Rio-Niterói, em que a revista procurou divulgar as mortes, embora também não investigou nenhuma. Já os desapropriados de suas terras devido ao alagamento de Itaipu, não tiveram espaço nas páginas de *Veja*, e quando tratados, apenas com notas rápidas, dando pouco a entender que este problema estivesse ocorrendo na região. Para *Veja*, as únicas consequências de Itaipu para o Brasil seriam os impactos ambientais, e estes já estariam sendo vistos pelas autoridades brasileiras no sentido de programas ecológicos para diminuição dos prejuízos à fauna e a flora lindeira ao lago de Itaipu.

Como pudemos perceber, os números são motivo de destaque para a revista para evidenciar a grandiosidade da obra. Em relação as firmas construtoras, percebemos que a discussão da revista girou em torno apenas de noticiar uma pequena discussão com a Andrade Gutierrez, vencedora inicial da concorrência, que teve que abrir mão da prioridade para dividir a obra com outras quatro empresas de construção: Camargo Correa, Cetenco, CBPO e Mendes Júnior. Além disso, esta atitude seria decorrente das discussões com o Paraguai que, como demonstramos, exigia o investimento das firmas construtoras em compras no seu território.

Em relação à construção, não havia o que reclamar: as maiores empresas brasileiras estavam lucrando, os prazos estavam sendo atendidos, havia certa “transparência” nas relações entre governo e empreiteiros, caberia a revista apenas acompanhar o andamento da obra até a explosão dos diques de concreto que desviaram o rio Paraná, em outubro de 1978, fechando o ciclo de construção que acompanhamos em nosso recorte temporal.

### **Um parêntese aos trabalhadores em *Veja***

Apesar de a figura dos trabalhadores aparecerem em todas as temáticas analisadas, como já demonstramos anteriormente, decidimos abrir um espaço para tratar de duas matérias encontradas em *Veja* quando do levantamento das fontes, uma de dezembro de 1973 e outra de fevereiro de 1974. Ambas tratam da questão da falta de mão de obra para o setor da construção civil.

Tendo em vista todas as discussões realizadas até o momento, cabe-nos a indagação: Entre os “porquês” das “grandes obras” não está a necessidade da ditadura de empregar a mão de obra abundante naquele momento no Brasil? Como demonstramos na construção das três grandes obras analisadas neste capítulo, todas foram apresentadas por *Veja* com destaque para o número de trabalhadores envolvidos: A Transamazônica contou com cerca de 600 trabalhadores, fora as famílias trazidas para os núcleos de colonização; a Ponte Rio – Niterói chegou a contar com 11.500 empregados no ápice de suas obras; a Itaipu contabilizava 38.000 trabalhadores, entre brasileiros e paraguaios, quando do desvio do rio Paraná. A própria *Veja* afirma em matéria de 01/12/1971 que,

A verdade é que as empreiteiras de maior porte e a expansão do setor (a indústria da construção civil é a maior empregadora industrial do país, com cerca de 700.000 empregados) são aparentemente tão sólidas que poderão levar o Brasil, a curto prazo, à posição de mestre-de-obras em toda a América Latina<sup>155</sup>.

Além disso, tanto na construção da Transamazônica, quanto na construção da hidrelétrica de Itaipu, *Veja* tratou dos “aventureiros”, trabalhadores despreparados que chegavam às construções sem estarem acostumados ao esforço físico e psicológico exigido nestes tipos de trabalho. Os trabalhadores da Transamazônica, não conseguiam se adaptar às condições climáticas da região amazônica e alguns acabavam desistindo da empreitada. Já os que apareciam na Itaipu, “iludidos” com a promessa de ótimos salários, somavam-se a um excedente desempregado já que havia trabalhadores suficientes na região. Mesmo assim, muitos eram enquadrados na construção, embora sem a carteira assinada.

*Veja* tratou também das condições de trabalho e moradia destes trabalhadores. Jornadas longas eram tratadas pela revista com a justificativa dos engenheiros de ser esta a especificidade do trabalho neste tipo de construção. Apesar do trabalho árduo, o emprego era visto como garantia de melhoria das condições de vida e quem sabe, a possibilidade de trazer a família para morar na região. As condições de moradia eram avaliadas pela revista como as necessárias para a sobrevivência, dando sempre a entender que tudo era questão dos trabalhadores se adaptarem às novas condições.

---

<sup>155</sup> *Veja*. **O empreiteiro: culpado ou inocente**. (Seção Brasil). Ed.169 – 01/12/1971. P.24-5

Para perceber a posição de *Veja* diante dos trabalhadores da construção civil, precisamos entender a relação entre Estado e trabalho e como o “milagre econômico” concebeu o trabalhador durante este período. Como demonstram Sonia Mendonça e Virginia Fontes, o arrocho salarial foi a estratégia mágica do “milagre econômico”. *“Afim, as fórmulas clássicas de superação das crises capitalistas são a intensificação da exploração do trabalho e a própria concentração das empresas e do capital”*<sup>156</sup>. Segundo as autoras, por volta de 1965 uma nova legislação salarial e trabalhista veio à luz, visando atingir três objetivos principais: 1º) a sujeição dos trabalhadores a um verdadeiro programa de poupança forçada; 2º) a criação de um “novo” sindicato, com funções bem mais assistencialistas – e menos políticas – que impedisse uma organização efetiva da classe trabalhadora; e 3º) o fortalecimento da estrutura sindical e corporativa enquanto alicerce da coesão social.

Em relação a nova política salarial, Fontes e Mendonça apontam a disciplina antiinflacionária que veio a ser aplicada contra a classe trabalhadora, ao mesmo tempo que tornava disponíveis, para outros setores sociais, créditos e demais benefícios. Segundo as autoras,

Fixando tetos para os aumentos salariais, o Estado redistribuiu os recursos necessários para a manutenção do modelo econômico, privilegiando os estratos de alta renda, tornados “consumidores preferenciais”. Simultaneamente, alterou-se a base do cálculo dos reajustes salariais, passando a ser a média dos salários percebidos nos dois últimos anos, e não mais o maior salário até então. Por certo houve uma alteração geral do poder aquisitivo. No entanto, foi a classe operária – por uma série de fatores conjugados – a mais profundamente atingida por essas medidas<sup>157</sup>.

Como demonstram Fontes e Mendonça, como os salários não incorporavam, proporcionalmente, os ganhos de produtividade atingidos, aprofundou-se a concentração de renda, agravada pela capacidade do governo de comprimir os salários básicos. Além disso, a partir de 1967 o governo determinou que a Justiça do Trabalho somente estabelecesse reajustes até os índices oficiais decretados, *“o que transformava o Executivo na matriz das correções salariais, abolindo, na prática, o poder de barganha coletiva dos trabalhadores e as livres negociações entre patrões e empregados”*<sup>158</sup>. Em relação a política trabalhista, esta procurou apertar a camisa de força legal para evitar possíveis mobilizações, expurgando as lideranças mais combativas e a intervenção nos sindicatos mais poderosos. O Estado reestruturou a previdência social, de modo a impedir que líderes sindicais “indesejados” usassem seus recursos contra o “sistema”, *“resultando na burocratização das atividades*

<sup>156</sup> MENDONÇA, Sonia Regina; FONTES, Virginia Maria. Op. Cit. P.22

<sup>157</sup> Idem. P.23.

<sup>158</sup> Idem. P.24.

*assistenciais e, ao mesmo tempo, na retenção – sem utilização no setor – da enorme massa de recursos representada pelo imposto sindical*”<sup>159</sup>.

A nova política salarial e trabalhista propiciou também a maior subordinação do trabalhador à disciplina da fábrica. Segundo Mendonça e Fontes, a supressão do regime de estabilidade no emprego é seu melhor exemplo. Aprovado em 1966, criava-se o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) como um substituto à estabilidade, que, por um lado liberava as empresas do ônus com programas assistenciais que mantinham para com os seus trabalhadores, já que agora depositariam o equivalente a 8% do salário de cada empregado no BNH; por outro, o fim da estabilidade minou a capacidade de resistência dos empregados, diminuindo seu poder de pressão, mediante o fantasma da demissão. Enfim, como demonstram Mendonça e Fontes, *“em seu conjunto todas essas medidas resultaram no garroteamento da classe trabalhadora, promovendo, como não podia deixar de ser, uma brutal elevação da produtividade física do trabalho, condição sine qua non para a ampliação do lucro em meio à recessão econômica*”<sup>160</sup>.

Neste sentido, procuraremos demonstrar a posição de *Veja* frente a esta relação Capital x Trabalho e Estado x Trabalho. Voltando à matéria da edição 169, embora um pouco descolada de nosso recorte, mas que revela elementos importantes para análise, *Veja* afirma:

Os empreiteiros, de fato, aparecem nessas circunstâncias, mais como vítimas do que como responsáveis pelas falhas técnicas e até mesmo pela sucessão de trágicos acidentes ocorridos nos últimos tempos. Mas é provável que, historicamente, eles tenham uma razoável parcela de culpa. Afinal, como sugeriu recentemente um arqueólogo americano ao constatar que existem mais ruínas de pirâmides às margens do Nilo do que faraós nas dinastias egípcias, é provável que os empreiteiros daquele tempo, tão persuasivos como os de hoje, tenham convencido os faraós a construírem pirâmides a mais, apenas para aproveitar a mão-de-obra ociosa<sup>161</sup>.

Talvez seja exagero afirmar que *Veja* esteja reproduzindo esta lógica de ociosidade. Entretanto, ao afirmar o elevado número de obras construídas pelo governo militar, *Veja* parece estar apontando para o caráter do governo de criação de empregos para a abundante oferta de mão-de-obra.

Tendo em vista esses elementos, todos já abordados no decorrer deste capítulo, voltamos às duas matérias de *Veja* que gostaríamos de tratar. A primeira, de 19/12/1973, traz o título “Onde está a mão-de-obra?” e uma foto acima com a legenda: “Simpósio: 700 empresários diante do problema”. Parece até que a “mão-de-obra ociosa” que existiria no

---

<sup>159</sup> Idem. P.25.

<sup>160</sup> Idem. PP.27-28.

<sup>161</sup> *Veja. O empreiteiro: culpado ou inocente*. Op. Cit. P.27.

Brasil, passa a se extinguir em 1973, quando *Veja* dedica esta matéria de 5 páginas, falando sobre a escassez de mão-de-obra. É interessante notar como a revista se refere a estes trabalhadores: “E, quando, a escassez chegou ao setor da construção civil, outrora servido por levadas inesgotáveis de ‘pés duros’, os carregadores de tijolos na gíria carioca, consolidou-se a prática de aumentos concedidos sem greves ou inquietações”<sup>162</sup>. A expressão pejorativa “pés-duros” deve se referir as difíceis condições de trabalho, porém esta questão não é abordada pela revista. Apesar de o título sugerir uma escassez de oferta de mão-de-obra, percebe-se claramente que a preocupação central da matéria é discutir o aumento do preço da mão-de-obra dos trabalhadores da construção civil.

Podia ser tentado o mercado de Brasília, onde há três anos sobravam “candangos” dispostos a trabalhar por qualquer preço, mas lá um servente recebe agora 1,80 cruzeiro por hora, num aumento de 100% sobre o anterior – o maior salário mínimo atual é de 1,30 cruzeiro/hora. E não acham na capital pedreiros dispostos a empunhar uma colher por menos de 2,40 cruzeiros/hora.

Até mesmo em Belo Horizonte, velha reserva de trabalhadores eternamente disponíveis para carregar latas de areia ou assentar tijolos, há empreiteiros pagando 2,70 cruzeiros/hora, mais transporte e lanches gratuitos e promessas de intermináveis horas de trabalho extraordinário, para conseguir trabalhadores (...) Lentamente, estes aumentos estão sendo incorporados institucionalmente aos salários negociados todo ano pelos sindicatos nos dissídios coletivos<sup>163</sup>.

Portanto, o problema para *Veja* não é a falta de trabalhadores e sim, o aumento do preço dessa força de trabalho. Além disso, a revista procura deixar evidente que este aumento nos salários dos trabalhadores teria sido obtido sem auxílio de paralisações ou greves. “Desde então, o recurso da greve tem se revelado inadequado para pressionar aumentos salariais”<sup>164</sup>. Confirmando a lógica da revista, já percebida em outros trabalhos sobre o período, de condenar as greves e paralisações dos trabalhadores e movimentos sociais. Além disso, como demonstram Fontes e Mendonça, diante da situação de tamanha opressão da classe trabalhadora diante da nova política trabalhista e salarial adotada como um dos pilares do futuro “milagre” e sem capacidade de organizar oposições ou protestos, estes resistiram de inúmeras formas. Entre as formas de resistência, formaram-se em 1967, entidades de organização de protesto contra a política oficial de salários, como o Movimento Intersindical contra o Arrocho Salarial (MIA). Por outro, e esta é uma forma menos explícita de resistência, os trabalhadores recusavam a própria sindicalização, a despeito das estratégias do Estado de torná-la mais atraente<sup>165</sup>.

<sup>162</sup> *Veja. Onde está a mão-de-obra.* (Especial). Ed.276 – 19/12/1973. p.123.

<sup>163</sup> Idem. P.126.

<sup>164</sup> Idem. P.128.

<sup>165</sup> MENDONÇA, Sonia Regina. FONTES, Virginia. Op. Cit. P.25.

Outro elemento destacado por *Veja* nesta matéria é a questão do treinamento e aperfeiçoamento profissional. “*Da habilidade manual desses trabalhadores, ninguém ousa duvidar*”<sup>166</sup>. E *Veja* começa a relatar o desenvolvimento técnico de empresas chegando a conclusão de que este trabalhador manual, mesmo que habilidoso, não se encaixaria no “progresso industrial” pretendido pela empresa se não se aperfeiçoasse.

Neste plano ambicioso, a facilidade para a memorização de gestos automáticos, limite máximo das exigências de velhos teares mecânicos, não terá qualquer utilidade. E os operários, consumidores de seu próprio talento, quando convenientemente provocados pela oratória catequética dos cabos eleitorais estabelecidos nos subúrbios industriais, terão de se defrontar com a insaciável necessidade de treinamento da tecnologia contemporânea. (...) Porque na operação das máquinas automáticas os funcionários deverão conhecer detalhes somente fornecidos aos alunos de cursos regulares nas escolas técnicas<sup>167</sup>.

E como solução para o problema *Veja* aponta para a necessidade dos empresários fornecerem cursos de especialização para esses trabalhadores “desqualificados”. Parece que a revista tira a responsabilidade do Estado de fornecer essa especialização, mas também não a joga em cima dos trabalhadores. Os empresários é que deveriam investir na formação de um operário “de novo tipo”.

Sem dúvida, a vinculação da qualidade do trabalho à eficiência contém a resposta definitiva para a crise na oferta de mão-de-obra de uma economia que corre com velocidade inimaginável para os futurólogos da década passada. Os empresários, entretidos com a descoberta de uma nova dimensão na escala industrial, relegaram ao escaninho das preocupações distantes os investimentos para formar um novo tipo de operário. Embora seja irretorquível o fato de que a coordenação motora das habilidades no manuseio de objetos pressupõe a existência de um cérebro apto a receber lições teóricas, perderam-se pelo menos cinco anos no balanço do treinamento especializado, pois o boom industrial estava caracterizado desde o início de 1968<sup>168</sup>.

Lucia Neves e Marcela Pronko demonstram que a partir do golpe de Estado de 1964, o Brasil ingressou na fase do capitalismo monopolista de Estado, colocando em prática uma política econômica fortemente modernizadora, acompanhada de uma ampliação significativa das ações sociais do Estado, visando a obter o consenso passivo de segmentos sociais opositores, mediante sua inserção seletiva nesse projeto. Assim, as políticas sociais procuraram contribuir para o aumento da produtividade social do trabalho na medida das necessidades de um capitalismo dependente e associado, sem oferecer a universalização dos serviços sociais, cuja cobertura e qualidade se mostraram bastante precárias. Segundo Neves e Pronko,

---

<sup>166</sup> *Veja*. **Onde está a mão-de-obra**. Op. Cit. P.124.

<sup>167</sup> Idem. P.124-25.

<sup>168</sup> Idem. P.125.

O aumento dos níveis de racionalização do trabalho, pela extensão do emprego diretamente produtivo da ciência e da tecnologia, no bojo do processo de monopolização do capital no país, demandou a elevação dos patamares mínimos do saber científico sistematizado pela escola. A lógica científica foi se espalhando intensamente no conjunto das relações sociais, exigindo do conjunto da população o domínio de novos códigos culturais, embora um contingente significativo ainda pudesse ficar à margem desse processo<sup>169</sup>.

A divisão do trabalho educacional definida em períodos anteriores continuou vigente, estabelecendo caminhos diferenciados de acesso e permanência no sistema educacional:

De um lado, o caminho da formação para o trabalho complexo, subdividido em dois ramos: o científico, responsável pela formação da força de trabalho altamente especializada – intelectuais orgânicos da nova ordem urbano-industrial e produtores de ciência e tecnologia –, e o tecnológico, destinado à formação da força de trabalho dedicada às tarefas especializadas da execução do modelo fordista de organização produtiva e societal. De outro lado, o caminho da formação para o trabalho simples, que paulatinamente foi alargando o patamar mínimo de escolarização exigido pela modernização capitalista e pelo processo de ocidentalização da sociedade brasileira<sup>170</sup>.

René Dreifuss, ao analisar a ocupação dos postos estratégicos pela elite orgânica no pós-1964, demonstra que uma área pela qual o IPES de interessou particularmente e onde seus filiados e colaboradores também ocuparam postos-chave foi a de Educação e Cultura. A nova administração reformulou o sistema educacional e estabeleceu novas metas. Segundo Dreifuss,

O conceito de educação muda substancialmente. Transforma-se em capital humano que, devidamente investido, pode produzir lucro social e individual. Entretanto, a educação é vista como investimento apenas quando prepara indivíduos para o trabalho. Não é mais um processo de transmissão da cultura geral da humanidade, do conhecimento universal. É instrumento para o trabalho, de maneira que o indivíduo se torne mais produtivo na empresa que o contrata<sup>171</sup>.

Segundo Dreifuss, o Plano Decenal<sup>172</sup> determinou para o sistema educacional o número de profissionais que deveria ser produzido a cada ano, considerando a produção atual e a projetada. A prognose dos recursos humanos necessários até 1976 levou à formulação de

---

<sup>169</sup> NEVES, Lúcia M. W; PRONKO, Marcela A. O Mercado do Conhecimento e o Conhecimento para o Mercado. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008. P.44. Disponível também em: <http://sintufes.org.br/diversos/O%20Mercado%20do%20Conhecimento%20e%20o%20Conhecimento%20Para%20o%20Mercado.pdf>. Consulta realizada em 5/7/2010.

<sup>170</sup> Idem. P.48.

<sup>171</sup> DREIFUSS, René. 1964: **A conquista do Estado**. Op. Cit. P.465.

<sup>172</sup> Segundo Dreifuss, o ensino superior era visto como um insumo econômico para o crescimento industrial e foi definido dessa forma no Plano Decenal preparado pelo Ministério do Planejamento em 1967. O ensino no Brasil deveria “consolidar capital humano de forma a acelerar o processo de desenvolvimento econômico”. Até o jargão, no diagnóstico preliminar no próprio Plano Decenal, era de natureza “econômica”. Tanto o diagnóstico quanto o plano falam de técnicas de produção, fatores de produção, custos de produção, estudos comparativos de produção regionais e internacionais e todos eles se referem à “produção” de professores e alunos e à estrutura de produção do sistema de ensino.

quatro planos setoriais específicos, ou seja, para a formação de mão-de-obra industrial, de mão-de-obra rural, de profissionais em ciências médicas e formação treinamento de professoras primárias. Segundo Dreifuss,

O Estado, já sendo o mediador da empresa privada no processo de internacionalização da economia, assumiu o ônus da formação dessa mão-de-obra disponível, contribuindo, assim, diretamente, para a formação de um exército industrial de reserva, tanto de pessoal executivo e de profissionais qualificados quanto de mão-de-obra industrial especializada, através das instituições de ensino superior e através do MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização<sup>173</sup>.

Daniela de Oliveira Pires trabalha com as associações entre o público e o privado dando início a um crescente processo de transferência na execução dos direitos sociais para a esfera privada, no sentido de que os entes privados passam a assumir obrigações antes originadas no setor público. Segundo Oliveira Pires, uma das origens históricas dessa integração entre o público e o privado pode ser encontrado nas chamadas “entidades Paraestatais”. Segundo a autora,

As funções das Paraestatais têm cunho social, profissional, oferecendo cursos de formação, serviços de treinamento. Ao Estado cabe estabelecer uma forma de Financiamento público para suas atividades. Sua disciplina normativa funda-se em leis (ou) regulamentos públicos específicos, além de seus estatutos internos<sup>174</sup>.

As entidades Paraestatais vieram a se constituir no “Sistema S” apontado por Lucia Neves e Marcela Pronko que inclui os Serviços Nacionais de Aprendizagem e de Serviços Social, mantidos por contribuições para fiscais das empresas privadas: Senai/Sesi (industrial); Senac/Sesc (comércio e serviços, exceto bancos); Senar (agricultura); Senat/Sest (transporte sobre pneus); Sebrae (todos os setores para atendimento a micro e pequenas empresas); SESCOOP (cooperativas de prestação de serviços)<sup>175</sup>.

Como demonstra Daniela Pires, com a criação das Paraestatais, o Estado não deixou de realizar as suas atividades, as repassando para o setor privado, passando a atuar como um mero fiscalizador. Segundo Pires,

A relação estabelecida entre as entidades Paraestatais e o Estado foi de colaboração, ou seja, o Estado continua a prestar as suas funções e as organizações possuíam autonomia financeira e administrativa e contavam com o repasse de recursos públicos para realizar suas atividades<sup>176</sup>.

---

<sup>173</sup> Idem. p.465.

<sup>174</sup> PIRES, Daniela de Oliveira. **A configuração jurídica das organizações não-governamentais**. Disponível em: <http://guaiba.ulbra.tche.br/pesquisas/2009/artigos/direito/seminario/551.pdf>. Consulta realizada em 5/7/2010. p.6.

<sup>175</sup> NEVES, Lúcia M. W; PRONKO, Marcela A. Op. Cit. P.38.

<sup>176</sup> PIRES, Daniela de Oliveira. Op. Cit. P.7.

Como demonstram Mendonça e Fontes, a substituição do regime de estabilidade no emprego pelo FGTS introduziu elevadas taxas de rotatividade de mão-de-obra, sobretudo entre os trabalhadores de baixa qualificação. Como demonstram as autoras,

A prática das empresas dispensarem trabalhadores em épocas próximas ao dissídio, permitia-lhes pagar salários menores dos que deveriam ser pagos, caso tivessem mantido seu quadro de empregados inalterado. A ampliação da margem do lucro empresarial é evidente, ao mesmo tempo que a diferenciação salarial, já que, dentro desta “lógica”, os salários médios cresciam mais que os baixos, e os altos mais que os médios, abrindo-se um leque salarial que pode explicar, também, a concentração da renda verificada no país entre 1960-80<sup>177</sup>.

Entretanto, a questão da rotatividade não é apontada por *Veja*. A revista está só interessada em apontar a necessidade da qualificação profissional. O que obrigaria os trabalhadores a isto não é evidenciado. Como podemos perceber, *Veja* defende o repasse das ações sociais do Estado para a esfera particular (as entidades Paraestatais), para que estas atendessem as necessidades da política econômica modernizadora da ditadura, visando o aumento da produtividade social do trabalho e o aumento da racionalização deste, com os cursos de formação e serviços de treinamento. Também se percebe que *Veja* preocupa-se em indicar caminhos para os empresários que deveriam estar preparados para as necessidades que o “crescimento econômico” que vinha ocorrendo desde 1968, exigia para que pudesse ser realmente efetivo. É interessante notar que *Veja* coloca a industrialização como algo exclusivo da ditadura militar, apagando o populismo e jogando o progresso do capitalismo para o ano de 1968. Além disso, *Veja* não desenvolve o que seria “um cérebro apto a receber lições teóricas”, mas supõe-se que seria esse trabalhador especializado, formado por cursos profissionalizantes. Como problematiza Neves e Pronko,

A articulação entre o Sesi e o Senai pretendia-se uma tentativa de racionalização do ambiente industrial dentro e fora da fábrica, capaz de aumentar a produtividade garantindo a paz social. Nesse quadro, Sesi e Senai, assim como suas congêneres Serviço Social do Comércio – Sesc e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Senac, seriam instituições complementares de gestão empresarial que vinham a dar resposta a preocupações pragmáticas, mas também “hegemonizante pedagógicas”, isto é, dar embasamento ao projeto de “(con)formação da classe trabalhadora”<sup>178</sup>.

Além disso, Terezinha Oliveira e Claudinei Magno Magre Mendes demonstram que o SENAI foi criado em um momento em que o Estado assumia um novo papel na relação entre

---

<sup>177</sup> MENDONÇA, Sonia Regina. FONTES, Virginia. Op. Cit. P.27.

<sup>178</sup> NEVES, Lúcia M. W; PRONKO, Marcela A. Op. Cit. P.42.

capital e trabalho, atuando como árbitro dos conflitos entre patrões e empregados. Baseada em Gaudêncio Frigotto<sup>179</sup>, os autores afirmam:

Frigotto é ainda mais claro. Observa que o SENAI incorporou como “missão” moldar moralmente o trabalhador ao ideário industrial e da conciliação entre capital e trabalho, além, evidentemente, do ensino industrial. Não se tratava, dessa maneira, de uma mera formação técnica da força de trabalho, com o objetivo de atender as necessidades da indústria. Era uma formação que tinha um componente político. Ressalta, assim, que o projeto pedagógico encontrava-se dentro de uma perspectiva produtivista de caráter adestrador, utilitarista e pragmático. Finalizando, observa que o período abrangido pelos anos que vão de 30 a 80 constituiria o auge e o declínio do sistema taylorista-fordista de regulação social<sup>180</sup>.

*Veja* não problematiza a figura do SENAI enquanto consolidação entre capital e trabalho, com uma perspectiva utilitarista. Pelo contrário, a revista apresenta o SENAI como uma ampliação das ações sociais do Estado em parceria com o empresariado brasileiro. Trazendo dados de cursos do SENAI pelo Brasil, *Veja* constata que muitos cursos ainda encontram-se em estado obsoletos, formando gente sem capacitação para manipular os equipamentos encontrados no mercado. “*Muitas vezes, os cursos intensivos ensinam profissões desnecessárias*”<sup>181</sup> e *Veja* dá o exemplo do treinamento de trinta bombeiros hidráulicos no Ceará, quando a cidade não tinha condições de empregar mais de três.

*Veja* estabelece uma contraposição entre o que ela chama de “desencontro entre a oferta e a demanda de operários especializados”, e a necessidade imediata de preencher os cargos vagos. Neste sentido, a revista conclui que, “*em matéria de emprego, a situação está boa para o trabalhador*”<sup>182</sup>.

Tão boa que a Bras-Cobrasma, adotou a surpreendente técnica da panfletagem, distribuindo volantes em pontos de ônibus, bares e campos de futebol de várzea, para atrair os mecânicos e soldadores que Arruda, em sua mesa no sindicato, não conseguia descobrir<sup>183</sup>.

Percebe-se que a situação boa para o trabalhador descrita por *Veja* não são melhores condições de trabalho ou salários e sim o que ela chama de abundância de ofertas. Essa relação direta, que tenta-se estabelecer como consenso, entre avanço tecnológico e aperfeiçoamento profissional, supõe, em teoria, uma melhoria na qualidade dos empregos.

---

<sup>179</sup> FRIGOTTO, Gaudêncio. Prefácio à obra RODRIGUES, José. *O Moderno Príncipe Industrial*. O pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.

<sup>180</sup> OLIVEIRA, Terezinha & MENDES, Claudinei Magno Magre. **A questão educacional em Roberto Simonsen**. p. 4. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema4/0453.pdf>. Consulta realizada em 5/7/2010.

<sup>181</sup> *Veja*. **Onde está a mão-de-obra**. Op. Cit. P.125.

<sup>182</sup> Idem.

<sup>183</sup> Idem.

Entretanto, não é isso que acontece. Sabemos que, com o advento da tecnologia e da utilização das máquinas nas fábricas, tem-se a consequência de fazer com que o trabalhador pense o mínimo possível. Neste sentido, o aperfeiçoamento profissional não tem como objetivo estimular as capacidades intelectuais do trabalhador e sim, estabelecer uma base de comunicação entre os trabalhadores e os responsáveis pela implantação dos novos equipamentos. O “trabalhador qualificado” facilitará a automação das tarefas desempenhadas por ele, seus colegas e eventuais ajudantes. Além disso, os trabalhadores são cada vez mais estimulados a terem conhecimento de apenas uma tarefa, desconhecendo o restante do processo produtivo. Isso facilita a rotatividade de mão-de-obra dentro das fábricas, porque o trabalhador se torna mais sujeito à demissão, bem como dificulta a entrada do trabalhador em outro emprego, pelo fato de ter conhecimento de apenas uma parte do processo produtivo.

Posteriormente, em 27/2/1974, *Veja* apresenta a participação da mão-de-obra feminina no trabalho da construção civil. Segundo a revista,

O trabalho na construção civil não se inclui mais entre as duras ocupações privativas do homem. A partir da semana passada, setenta e oito mulheres foram admitidas como serventes nas obras do edifício-sede da Embratel, em Brasília, com o salário-hora de 1,50 cruzeiro. Para que isso ocorresse, o Ministério do Trabalho teve que emitir uma autorização especial, pois a lei proíbe que se empreguem mulheres em atividades perigosas ou insalubres, como é considerada a construção civil<sup>184</sup>.

A revista apresenta o fato como sendo uma conquista das mulheres, sem discussão as circunstâncias que levaram estas mulheres a optarem para tal serviço. Se compararmos o salário pago a estas mulheres com o salário exposto por *Veja* na matéria anterior quando a revista trabalha com a questão da escassez de mão-de-obra para o setor de construção civil, perceberemos que o salário a ser pago a estas mulheres seria significativamente menor. Entretanto isto não é discutido pela revista. *Veja* procura apresentar a incorporação dessas mulheres ao mercado de trabalho da construção civil como sendo um progresso em relação às lutas femininas para igualar-se ao homem no setor profissional. Como demonstram Mendonça e Fontes, após a nova política salarial, a classe operária teve de recriar alternativas de sobrevivência. Segundo as autoras,

Com seu salário real erodido, a classe operária procurou recompor sua renda recorrendo a dois expedientes básicos: a extensão da jornada de trabalho e a intensificação do trabalho familiar. A elevação do número de trabalhadores cumprindo horas extras foi considerável. Já o segundo aspecto pode ser dimensionado pelo aumento do contingente de mão-de-obra feminina e infantil existente no mercado a partir de então, provocando um abalo na unidade familiar operária. Enquanto em 1958 – certos estudos o mostram para São Paulo – um

---

<sup>184</sup> *Veja*. MÃO-DE-OBRA. **Mulheres, sim.** (Seção Brasil). Ed.286 – 27/2/1974. p.26.

membro de cada família trabalhava fora, em 1969 este número elevou-se para dois. Contraditoriamente, o efeito desses expedientes foi o próprio rebaixamento do preço da força de trabalho, face ao aumento do volume de sua oferta<sup>185</sup>.

Ao trazer o posicionamento do presidente da Concursan, empresa da qual partiu a idéia da utilização da mão-de-obra feminina, *Veja* aponta para os resultados.

Para o presidente da Concursan os resultados foram “excelentes”, e a experiência pode se estender a todo o país. Por ele, as mulheres poderiam ser empregadas até mesmo em tarefas auxiliares na abertura de rodovias, o que contornaria o atual problema de escassez de mão-de-obra<sup>186</sup>.

A revista também não discute essa mudança na lei para permitir que as mulheres trabalhassem em atividades perigosas, nem se houve alguma adaptação para evitar determinados acidentes. A única observação que *Veja* faz é quanto ao vestuário dessas trabalhadoras: “*Só fez uma exigência às primeiras candidatas: elas deveriam trabalhar de calças compridas. A saia se tornaria incomoda quando tivessem que subir em escadas e poderia provocar reações inesperadas entre os colegas de serviço*”<sup>187</sup>.

Esta questão vem ao encontro do trabalho do sociólogo francês M. Godelier, quando ele trabalha com divisão sexual do trabalho que, segundo ele, não traduz aquilo que os sexos podem fazer, mas o que eles devem fazer. “*Trata-se de uma relação social que deve ser testemunha de e testemunha por uma certa ordem social, que deve reproduzir ao mesmo tempo que atua sobre a natureza*”<sup>188</sup>. Entretanto, segundo Godelier, o problema não é apenas o do papel dos sexos no processo de trabalho, mas ainda o do seu lugar na apropriação das condições e do produto deste processo. Entretanto, como percebemos em *Veja* essa apropriação não é discutida por *Veja*, já que sua posição é de defesa a modernização propiciada pela ditadura. Além disso, para que houvesse o favorecimento da grande empresa, era necessário o arrocho salarial, neste sentido a subordinação dos trabalhadores representava o favorecimento do grande capital, favorecendo também *Veja*.

---

<sup>185</sup> MENDONÇA, Sonia Regina. FONTES, Virginia. Op. Cit. P.26.

<sup>186</sup> *Veja*. MÃO-DE-OBRA. **Mulheres, sim**. Op. Cit. P.26.

<sup>187</sup> Idem.

<sup>188</sup> GODELIER, M. “Trabalho”. IN: *Enciclopédia Einaudi*, vol.7. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986. P.25.

## CONCLUSÃO

Para concluir, utilizamos uma matéria de *Veja* não listada como integrante dos três grandes temas, mas que vem ao encontro das discussões realizadas neste trabalho. Com o título “A aventura das obras públicas”, o apanhado geral realizado pela revista sobre as obras construídas e em construção até então, nos dá o parecer de *Veja* sobre o tema. Segundo a matéria,

Talvez por estarem seus autores dispensados de construir também palanques eleitorais, as obras dos modernos administradores brasileiros acabam submetidos apenas ao julgamento técnico, mas não ao político, que justificaria sua construção em face do interesse público.

Assim também a ponte Rio-Niterói, se já foi consagrada como realização da engenharia brasileira, aguarda ainda o julgamento das administrações que resolveram construí-la. E esse depende, como em todas as obras, de demonstrar que os critérios de sua prioridade levaram, realmente, o dinheiro público ao emprego socialmente mais rentável que era possível fazer naquele momento. De um lado, existem obras de comprovada significação, como é o caso do metrô de São Paulo, inaugurado no último sábado. De outro, estão tantas outras que, nos últimos anos, incendiaram a imaginação nacional: a rodovia Transamazônica, projetada em seis meses e não concluída em cinco anos; o esburacamento do centro do Rio por um hipotético metrô, iniciado sem que os estudos para seu financiamento tivessem encontrado a miraculosa fonte de verbas capaz de dar aos cariocas a certeza de que chegarão um dia a atravessar a cidade pelo subsolo; e até a rodovia dos Imigrantes, ligando São Paulo ao litoral<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> *Veja. A aventura das obras públicas.* (ESPECIAL). Ed.339 – 05/03/1975. P.61.

Como já discutimos anteriormente, a Ponte Rio- Niterói é usada por *Veja* como uma forma de exigir a atuação do governo na exigência do cumprimento dos prazos. Já em relação a Transamazônica, esta é uma das poucas matérias que encontramos de *Veja* criticando a construção da rodovia. Como já demonstramos, *Veja* simplesmente parou de noticiar sobre a construção da estrada, sendo que encontramos apenas algumas frases isoladas em matérias mais amplas, em que a revista tratou sobre o tema de maneira breve.

Em relação a esta matéria de *Veja*, é interessante a crítica realizada pela revista. Após algumas matérias criticando a construção da Ponte Rio-Niterói no sentido da prioridade do dinheiro gasto e da verdadeira eficácia da ponte, *Veja* realiza esta reportagem especial atacando o governo. E conclui: *“Pois grandes obras, de maneira geral, servem para eternizar governos. Mas as pirâmides resistem há milênios a qualquer tentativa de se explicar para que, exatamente, foram feitas”*<sup>2</sup>. Como demonstramos durante o trabalho, *Veja* posicionou-se durante o período analisado, de maneiras diferentes, visando defender os seus interesses.

Já na introdução procuramos demarcar de onde parte nosso trabalho: a problematização da imprensa através de uma análise gramsciana, entendendo *Veja* como parte da sociedade e portadora de interesses de classe. Para melhor compreender estas reflexões, iniciamos realizando uma exposição de nosso instrumental teórico-metodológico, explicando os principais conceitos de Antonio Gramsci, o que foi explicitado através de obras do escritor do cárcere com a ajuda de bibliografias que realizaram uma releitura do mesmo. Para isto, autores como Guido Liguori, Lucia Maria Neves e Ronaldo Sant’Anna, Christinne Buci-Glucksmann, Nicos Poulantzas, Alvaro Bianchi, Edmundo Dias, entre outros, foram de grande ajuda para entendimento da obra fragmentada de Gramsci. Este suporte teórico foi essencial para entendermos como *Veja* atuou de modo a formular, organizar e agir em torno de seus interesses político-ideológico-empresariais, pregando-os como os mais adequados para o desenvolvimento nacional como um todo. Para isto, a dissertação foi dividida em 5 capítulos, que como vimos, trataram de temas específicos mas que em seu conjunto foram fundamentais para o entendimento da posição de *Veja* frente às empresas de construção civil e a ditadura civil-militar como um todo.

Neste sentido, o primeiro capítulo intitulado “A Revista *Veja*: de 23 mil exemplares à marca de 300 mil – Acompanhando a construção editorial da revista”, procurou traçar um pouco da trajetória de *Veja*, desde seu lançamento em 1968, até 1978 quando completam 10 anos da revista. Esta análise foi acompanhada de discussões bibliográficas sobre o processo

---

<sup>2</sup> Idem.

de fundação da revista, sem o objetivo, porém, de esgotar estas reflexões. Nosso objetivo foi demonstrar como a revista foi construindo sua linha editorial através da análise da “Carta ao Leitor”, problematizando como *Veja* foi construindo seu posicionamento de maneira a salvaguardar os objetivos de expansão empresarial da Editora Abril. Para melhor compreensão, dividimos a análise em duas fases que percebemos na revista: O período de crescimento e afirmação de *Veja*, que envolve os primeiros anos da revista, com editoria de Mino Carta (1968-1975); e o período com editoria de José Roberto Guzzo e Sérgio Pompeu (a partir de 1976), onde a posição de sintonia com a ditadura militar e seus eixos programáticos se tornam mais evidentes.

É importante lembrar que, apesar de ficar mais explícita a relação de *Veja* com a ditadura após a saída de Mino Carta, isto não quer dizer que a revista não tivesse projetos que iam ao encontro da política ditatorial. Como vimos, apesar de os editoriais terem uma conotação menos “política”, *Veja* não questionou os acontecimentos políticos e econômicos que envolviam o país. O convívio com a censura torna-se um elemento importante, entretanto, parece que a revista estava mais interessada em firmar-se no mercado do que discutir os acontecimentos que envolviam o governo militar. Na análise da construção das grandes obras, esta postura de apoio fica ainda mais clara, momento em que *Veja* vai elogiar os projetos financiados pelo governo.

A partir de 1975, com a revista já consolidada no mercado editorial e com o governo Geisel no poder, *Veja* começou a intensificar seus editoriais com temas de assuntos relacionados ao governo. O ano marca a saída de Mino Carta e a entrada de Guzzo e Pompeu. Como podemos perceber, *Veja* reproduziu a preocupação dos empresários em relação às direções tomadas pela ditadura, entretanto, também defendeu o governo no sentido de suas orientações políticas e econômicas.

Para dar prosseguimento à pesquisa, julgamos ser necessário levantar algumas discussões bibliográficas que possibilitassem-nos um panorama a respeito da configuração do Estado e do capitalismo no Brasil durante a ditadura militar. Para isto retrocedemos um pouco visando compreender o quadro que possibilitou a imposição de uma ditadura naquele momento. Neste sentido, procuramos visualizar como o capitalismo no Brasil foi se constituindo e quais as relações que o envolveram. Como vimos, esta visualização resultou em um texto bastante denso, concentrada no capítulo 2, mas que acreditamos ser fundamental para as discussões que seguiram o trabalho.

Como procuramos demonstrar, *Veja* utilizou-se de especificidades próprias para tratar de cada uma das três obras que utilizamos para problematizar as “grandes obras”:

Em relação à Transamazônica, tratada no capítulo 3, *Veja* embarcou na ideologia de “Brasil Grande”, divulgando a integração nacional, a segurança nacional e o desenvolvimento nacional que esta obra de grande porte representaria para o Brasil. A lógica do progresso parece estar clara na perspectiva dos trabalhadores apresentados pela revista e na justificativa de *Veja*. Mesmo enfrentando uma jornada de 18 horas de trabalho e apenas 6 horas de sono (que eram divididas com a luta contra os pernilongos), a idéia de levar o progresso à Amazônia permanece presente no superar das dificuldades. Quando começam a surgir questionamentos contrários à construção da rodovia, *Veja* abre espaço para a crítica, mas a resposta de Delfim Netto ganha o triplo de espaço na revista, concluindo que a construção da Transamazônica, ocupando economicamente a Amazônia e criando, ao mesmo tempo, uma infra-estrutura agrícola, seria realmente a melhor alternativa que teriam, no momento, para alcançar um melhor nível desenvolvimentista no nordeste. *Veja* procurou narrar os projetos de colonização, as pequenas vilas que nasceram ao longo da estrada, chegando a serem comparadas pela revista com “cidades do futuro”. Por fim, toda a pompa e exaltação em torno da estrada cessam, e desaparece das páginas da revista, restando apenas algumas frases isoladas em outras matérias de contextos mais amplos, em que *Veja* cita o fracasso da construção da Transamazônica.

Em relação às construtoras da Transamazônica, *Veja* tratou das empresas que poderiam vir a participar do edital de concorrência para a construção, deixando claro desde este momento, quais seriam para a revista as mais capazes e estáveis para tal empreitada. Como exemplo, percebemos a Construtora Mendes Júnior, que mereceu inúmeros elogios nas páginas da revista.

Já a ponte Rio-Niterói, tratada no Capítulo 4, é vista com desconfiança por *Veja* desde os primeiros trabalhos. Além disso, as discussões giram principalmente em torno das empreiteiras responsáveis pelas obras, do rompimento do contrato, dos atrasos no cumprimento dos prazos, da tentativa de formação de uma CPI, etc. *Veja* marcou posição na exigência de maiores informações por parte do governo, que procurava manter sigilo em torno das questões que envolvia a obra. Parece clara a postura da revista em relação à construção da ponte. A crítica em torno da inviabilidade, as indagações em torno dos benefícios e conseqüências, ficam ainda mais agravados com as críticas em torno das questões de segurança. Além de reclamar os atrasos dos prazos para entrega da ponte, *Veja* se utiliza das

falas de técnicos para afirmar que esta não estaria sendo planejada corretamente. Para agravar o peso da crítica, as inúmeras mortes ocorridas por falta de segurança e o encobrimento sobre estes fatos, são pratos cheios para *Veja* apoiar sua crítica. Partindo dessas reflexões, chegamos a uma hipótese em relação ao consórcio construtor inicial da ponte, que é o principal alvo dos ataques da revista. Após a mudança do consórcio construtor, passando a obra ao Consórcio Construtor Guanabara (formado pelas empresas Camargo Correa, Rabello S.A. e Mendes Júnior), e o término da ponte, as críticas de *Veja* permanecem, questionando especialmente sobre a viabilidade da obra e sobre a necessidade de investir tanto dinheiro naquela construção. Porém, como demonstramos, para *Veja* isto não seria mais culpa das empresas construtoras e sim do governo que não teria avaliado todas as projeções da obra.

Em relação às hidrelétricas e a Itaipu, pudemos perceber no capítulo 5, como é importante para a revista a construção da Itaipu. Tanto que este evento se sobreporia a qualquer discussão antes iniciada pelo Brasil e Paraguai e em fase de não resolução. Além disso, a revista procurou mostrar o quanto a construção da usina hidrelétrica seria fundamental para os dois países, até pouco tempo vistos como inimigos devido à guerras e disputas econômicas e territoriais, que agora poderiam trabalhar em torno de um projeto comum que levasse a boa vontade dos dois países. Além disso, esta importância dada por *Veja* à construção de Itaipu, não fica apenas em torno das discussões entre os dois países. Terminados os acordos diplomáticos, não haveria mais dúvida quanto à conveniência da construção de Itaipu. E *Veja* procura evidenciar os benefícios econômicos resultantes para os dois países envolvidos na construção da obra. Para o Brasil, Itaipu significaria a garantia da energia elétrica indispensável para atender à demanda em futuro próximo do parque industrial da região centro-sul. Para o Paraguai, em longo prazo representaria a abertura de infinitas possibilidades de industrialização. Mas, em curto prazo, permitiria a duplicação da receita cambial do país, com a venda ao Brasil de pelo menos 50 milhões de dólares, anualmente, em quilowatts que não terão aplicado em seu território.

A construção da usina de Itaipu provocou um impacto social de grande dimensão. No início da construção, este impacto tentou ser ocultado pelas empresas e pelo governo através do convencimento da população atingida, de que a usina seria a solução para a demanda de energia tão necessária neste período em que a industrialização brasileira estava acelerada. Este discurso foi contestado e questionado como procuramos demonstrar com os trabalhos acadêmicos, estabelecendo uma resistência e uma luta organizada. Entretanto, isto não foi demonstrado pela grande imprensa e, como percebemos nem por *Veja*.

Depois de firmado o acordo e iniciada as construções, *Veja* afirma com toda a segurança sobre a irreversibilidade da construção de Itaipu. A usina, chamada por *Veja* de “mamute hidrelétrico”, deveria gerar cerca de 12,6 milhões de quilowatts – ou 70% do potencial instalado no país. Como procuramos demonstrar em nossas análises, a obra é apresentada por *Veja* como extremamente necessária e indispensável para o crescimento do país.

Em relação às construtoras da Itaipu, a revista manteve sua postura de apoio, defendendo as construtoras brasileiras, que dividiam a obra com o consórcio construtor paraguaio.

Cabe notar ainda a forma com que a revista tratou o sistema político em que vivia o país neste período. No discurso de *Veja* não parece que o país vivia sob uma ditadura militar. Pelo contrário, a revista enquadrou seu discurso de maneira a parecer uma democracia, em que as pessoas levavam sua vida normal, sem repressão ou exploração. O país demonstrado por *Veja* é aquele de modernização econômica, de eficiência, sendo o controle militar justificado pelo avanço que proporcionou o progresso e a melhoria das condições da sociedade como um todo. Como vimos, não foi o que ocorreu. A concentração de capital e renda foi obtida com o auxílio da contenção salarial da classe trabalhadora que teve sua vida deteriorada.

Cabe ainda enfatizar a articulação que envolvia empresários, militares e ex-integrantes do IPES, e que ficou evidente em *Veja*. Como vimos, algumas construtoras, como a Camargo Correa e a Rabello, tinham vínculos com líderes do IPES, líderes estes que contribuíram para a articulação do golpe de 1964 e depois tiveram importante atuação no governo. A Construtora Camargo Correa esteve envolvida na construção das três obras analisadas. A Rabello, da Ponte Rio-Niterói e da Rodovia Transamazônica. A Construtora Mendes Júnior também teve participação nas três grandes obras. Apesar de não termos comprovado vínculo direto da construtora com a ditadura, sabemos que a mesma se consolidou devido aos projetos ditatoriais, se tornando uma das maiores construtoras já no início dos anos 1980. Em relação a *Veja*, é clara a defesa da revista a estas três empresas. Em relação à construção da Transamazônica, ficou clara a defesa que *Veja* fez à Construtora Mendes Júnior, dando destaque a mesma, desconsiderando as demais construtoras que participaram da construção da rodovia (sendo dividido entre a Camargo Correa, Rabello, EIT, Queiroz Galvão, S.A. Paulista, Paranapanema e pelos Batalhões de Engenharia do Exército). No caso da Ponte Rio-Niterói, a defesa é visível no sentido da revista construir seu discurso de maneira a defender e

autenticar a transferência do Consórcio Construtor Rio-Niterói (formado pelas empresas Construtora Ferraz Cavalcanti, Companhia Construtora Brasileira de Estradas, Servix de Engenharia, Empresas de Melhoramentos e Construção) para o Consórcio Construtor Guanabara (Camargo Correa, Rabello S/A, Mendes Júnior). As grandes construtoras são a todo tempo defendidas por *Veja*, que procura demonstrar que o resultado final da ponte só teria sido possível com a transferência do contrato às empresas capacitadas para tal empreendimento. Já a Hidrelétrica de Itaipu, cujo consórcio construtor englobou as empresas Cetenco, Andrade Gutierrez, Camargo Correa, Mendes Júnior e a Companhia Brasileira de Projetos e Obras, recebeu todos os elogios da revista, cuja característica se configurou na defesa do consórcio brasileiro em detrimento do paraguaio, e nos elogios ao andamento da obra.

Como procuramos demonstrar neste trabalho, a revista defendeu tanto os empresários, quanto os militares, construindo seu discurso de maneira a elogiar os projetos governamentais e indicar os melhores caminhos para o desenvolvimento econômico. Nosso recorte levou em consideração às empresas de construção civil, mas isto já nos permite evidenciar *Veja* como lugar de busca e construção de consenso, mas também de articulação de interesse, o que procuramos evidenciar na análise.

A revista procurou construir o avanço da industrialização como um marco obtido com a ditadura, procurando apagar o período populista. Percebe-se então que o golpe final contra o populismo e a desarticulação das classes populares, obtido com o Golpe de Estado de 1964, é várias vezes reafirmado e defendido por *Veja*, já que este levou ao desenvolvimento do país.

Como demonstraram Michael Lowy e Eder Sader, a instalação de ditaduras militares na América Latina se deu pelo desenvolvimento capitalista nos principais países, na passagem dos anos 50 aos 60, que solicitou novos padrões de acumulação de capital, e pela ameaça de novas formas de expressão social estimuladas pela Revolução Cubana. As burguesias governantes tentarão nos anos 50, acompanhar a lógica do processo de acumulação do capital. Diante das condições ampliou-se o mercado, aumentando também os empregos. Entretanto, a ampliação do mercado não vai implicar no aumento da remuneração da força de trabalho. *“Pelo contrário, vai implicar na superexploração para garantir uma ‘super-acumulação’ capaz de sustentar a intensificação do consumo de uma base privilegiada e restrita”*<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> LOWY, Michael & SADER, Eder. Op. Cit. P.69.

Neste sentido, apesar de exigir a liberdade de expressão muitas vezes bloqueada pela ditadura militar, *Veja* apoiou a ditadura tendo em vista os benefícios que esta representaria a ela e as classes a qual ela representa.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Perseu. **Padrões de Manipulação na Grande Imprensa**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

ABREU, Alzira Alves de. VEJA. In: **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930**. Coordenação: Alzira Alves de Abreu. Ed.rev.atual. RJ, EFGV, CPDOC, 2001.

ALMEIDA, Maria Fernanda Lopes. **Veja sob censura: 1968-1976**. São Paulo: Jaboticaba, 2009.

ALVES, Ronaldo Sávio Paes. **Legitimação, publicidade e dominação ideológica no governo Médici (1969-1974):** a participação da iniciativa privada no esforço de legitimação. Estudos de inserções publicitárias na mídia impressa. Dissertação de Mestrado em História, Niterói, UFF, 2000.

AMADO, João. **Da redação do Jornal do Brasil para as livrarias: Os idos e março e a queda em abril**, a primeira narrativa do golpe de 1964. Rio de Janeiro, UERJ, Dissertação de mestrado em História, 2008.

AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, Imprensa, Estado Autoritário 1968-78: O exercício cotidiano da dominação e da resistência; O Estado de São Paulo e Movimento**. São Paulo: USP, 1990.

AUGUSTI, Alexandre Rossato. **Jornalismo e Comportamento: os valores presentes no discurso da revista Veja**. Dissertação de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2005.

BELLO E SILVA, Carlos Alberto. **As transformações econômicas e a intervenção estatal na Amazônia**. São Paulo: CEBRAP, jun.1992.

BERWANGER, Nelzira M.S. **Itaipu: o discurso de modernidade e o aumento da violência na região de fronteira (Marechal Cândido Rondon – 1973-1995)**. Trabalho de Conclusão de Curso em História – UNIOESTE/MCR, 1995.

BIANCHI, Alvaro. **Um Ministério dos Industriais: A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

BIANCHI, Alvaro. **O laboratório de Gramsci: filosofia, história e política**. São Paulo: Alameda, 2008.

BIELSCHOWSY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.

BIONDI, Aloysio. **O Brasil privatizado**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

BOCHI, Renato Raul. **Elites industriais e democracia**: hegemonia burguesa e mudança política no Brasil. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

BOITO Jr., Armando. O golpe de 1954: a burguesia contra o populismo. 2ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1984.

BUCI-GLUCKSMANN, Christinne. **Gramsci e o Estado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL (CBIC). Coordenação: Daniel Ítalo R. Furletti e Maurício Rosco. Elaboração: Luciene Pires Teixeira. **A indústria da construção brasileira no início do século XXI**. Belo Horizonte, outubro de 1998.

CAMARGOS, Regina Coeli Moreira. **Estado e empreiteiros no Brasil**: uma análise setorial. Dissertação de mestrado em Ciência Política. Campinas: IFCH/Unicamp, 1993.

CAMPOS, Pedro Pedreira. **A formação do grande capital brasileiro no setor da indústria de construção**: resultados preliminares de um estudo sobre causas e origens. In: Trabalho Necessário [no prelo]. Rio de Janeiro: 2009.

CAMPOS, Pedro Pedreira. *O grupo da indústria de construção e o Estado brasileiro, 1964-84 – projeto de trabalho*. IN: **Semana de História Política da Uerj**, 2009.

CAMPOS, Pedro. *As origens da internacionalização das empresas de engenharia brasileiras*. IN: **Simpósio de Pós-Graduação em História Econômica**. São Paulo. ABPHE (Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica). 2008.

CANDEAS, Alessandro Warley. *Relações Brasil Argentina: uma análise dos avanços e recuos*. Buenos Aires, 2006.

CANESE, Ricardo. Itaipu e as relações paraguaio-brasileiras: Uma visão desde a perspectiva paraguaia. IN: SCHILLING. Paulo R. & CANESE, Ricardo. **Itaipu: Geopolítica e Corrupção**. São Paulo: CEDI, 1991.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Desenvolvimento capitalista e Estado*: bases e alternativas. IN: MARTINS, Carlos Estevam (Org.). **Estado e capitalismo no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 1977.

CARTA, Mino. **Castelo de Âmbar**. 2 ed. Rio de Janeiro : Record, 2000.

CARVALHO, Edmílson. *A totalidade como categoria central na dialética marxista*. **Outubro**, São Paulo, n.15, 2007.

CERQUEIRA, Eli Diniz; BOSCHI, Renato Raul. *Elite Industrial e Estado*: uma análise da ideologia do empresariado nacional nos anos 70. IN: MARTINS, Carlos Estevam (Org.). **Estado e capitalismo no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 1977.

CEZAR JÚNIOR, Gervásio. Revista *Visão*: ação partidária e disputas de projetos hegemônicos na década de 1970. In: **Anais do X Encontro Estadual de História**. Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2010.

CIPOLLA, Francisco Paulo. *A estatização segundo Wilson Suzigan*. IN: MARTINS, Carlos Estevam (Org.). **Estado e capitalismo no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 1977.

CONRADI, Carla Nacke. **As estratégias do poder**: A construção da Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu e a atuação dos órgãos governamentais diante da presença indígena. Trabalho de Conclusão de Curso em História – UNIOESTE/MCR, 2003.

CONTI, Mario Sergio. **Notícias do Planalto**: a imprensa e Fernando Collor. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.

CORRÊA, Maria Letícia. A participação dos técnicos na “conquista do Estado”: historiografia e proposta de estudo de caso. IN: MENDONÇA, Sonia Regina de (Org.). **Estado e historiografia no Brasil**. Niterói: EdUFF, 2006.

CORRÊA, Maria Letícia. Os projetos para o Setor de Energia Elétrica Brasileiro do segundo Governo Vargas: o debate no Instituto de Engenharia de São Paulo. IN: MENDONÇA, Sonia Regina de (Org.). **O Estado Brasileiro**: Agências e Agentes. Niterói: EdUFF/Vício de Leitura, 2005.

COUTINHO, Luciano; REICHSTUL, Henri-Philippe. *O setor produtivo estatal e o ciclo*. IN: MARTINS, Carlos Estevam (Org.). **Estado e capitalismo no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 1977.

DAIN, Sulamis. *Empresa Estatal e a política econômica no Brasil*. . IN: MARTINS, Carlos Estevam (Org.). **Estado e capitalismo no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 1977.

DIAS, Edmundo. *Hegemonia: racionalidade que se faz história*. IN: DIAS, Edmundo (Org.). **O outro Gramsci**. São Paulo, 1996.

DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato. **Empresariado nacional e Estado no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado**. Ação política, poder e Golpe de Classe. 6ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

DREIFUSS, René Arman. **A Internacional Capitalista**. Estratégia e Táticas do Empresariado Transnacional (1918-1968). Rio de Janeiro: Editora Espaço e Tempo, 1986.

DREIFUSS, René Armand; DULCI, Otávio Soares. As forças armadas e a política. IN: SORJ, Bernardo; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. **Sociedade e política no Brasil pós-64**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

DREIFUSS, René. **O jogo da direita**. Petrópolis, Vozes, 1989.

FARIA, Antonio Augusto da Costa; BARROS, Edgar Luiz de. “*Nos braços do povo*”. IN: MENDES JR, Antonio e MARANHÃO, Ricardo (Org.). **Brasil História: texto e consulta**. Era de Vargas. São Paulo, Hucitec, 4ª Ed. 1991.

FICO, Carlos. **Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. RJ: Record, 2004.

FICO, Carlos. **Reinventando o Otimismo**. Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. RJ: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

\_\_\_\_\_. A pluralidade das censuras e das propagandas da ditadura. IN: **1964-2004, 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2004.

FISCHER, Rafaela Aline Strey. **Sociedade guaireense: o fim das Sete Quedas e as estratégias de silenciamento da população pela ditadura**. Trabalho de Conclusão de Curso em História. UNIOESTE/MCR, 2006.

FONTES, Virginia Maria Fomes de Mattos. **Rupturas e Continuidades na Política Habitacional Brasileira, 1920-79**. Dissertação de mestrado. Niterói: UFF/ICHF/PPGHIS, 1986.

FONTES, Virginia. *A sociedade civil no Brasil contemporâneo: lutas sociais e luta teórica na década de 1980*. IN: NEVES, Lucia e LIMA, Julio. **Fundamentos da educação escolar no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2006.

FONTES, Virginia. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ, 2010.

FONTES, Virginia; MENDONÇA, Sonia Regina. **História do Brasil recente. 1964/1992**. São Paulo: Ática, 1996.

FREITAS, Jorge Roberto Martins. **A entrevista nas Páginas Amarelas da revista Veja: a imagem do milagre econômico sob o ponto de vista do primeiro newsmagazine brasileiro**. Dissertação de mestrado, Comunicação, UFRJ, 1989.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Prefácio à obra RODRIGUES, José. *O Moderno Príncipe Industrial*. O pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.

GALLO, Armando Yahn Filho. Conflito e Cooperação na Bacia do Prata em relação aos cursos d'água internacionais (de 1966 a 1992). São Paulo, 2005. Dissertação de mestrado em Relações Internacionais. Programa “Sant Tiago Dantas” – UNESP/UNICAMP/PUC-SP, 2005.

GASPARI, Élio. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GAZZOTTI, Juliana. **Imprensa e ditadura: a revista Veja e os governos militares (1968-1985)**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, 1998.

GODELIER, M. “Trabalho”. IN: *Enciclopédia Einaudi*, vol.7. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986.

GOMES, Flavio Alcaraz. **Transamazônica**: a redescoberta do Brasil. São Paulo: Livraria Cultura Editora, 1972.

GOMES, Mayra Rodrigues. **Um texto icônico-verbal por semana**: vendo/lendo capas de VEJA. Dissertação ECA/USP, 1992.

GRAMSCI, Antonio. “*Introdução ao estudo da filosofia e do materialismo histórico*”. IN: **Concepção Dialética da História**. 9ª edição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1991.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Vol.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HABERT, Nadine. **A década de 70**. Apogeu e crise da ditadura militar brasileira. São Paulo: Editora Ática, 1996. Série Princípios.

HABETE, Jean (org.). **O cerco está se fechando** – o impacto do grande capital na Amazônia. Rio de Janeiro, Ed. Vozes/FASE/NAEA, 1991.

HARVEY, David. A transformação político-econômica do capitalismo do final do século XXI. In: **A condição pós-moderna**. São Paulo, Loyola, 1989.

HERNANDES, Nilton. **A revista Veja e o discurso do emprego na globalização**: uma análise semiótica. Salvador: Edufba; Maceió, Edufal, 2004.

HERTZ, Daniel. **A história secreta da REDE GLOBO**. 14ª Ed. Porto Alegre: Ortiz, 1991.

HILFERDING, Rudolf. **O Capital Financeiro**. São Paulo: Mva Cultural, 1985.

KOSIK, Karel. *Dialética da totalidade concreta*. IN: **Dialética do concreto**. 2ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1976.

KUCINSKI, Bernardo. **O fim da ditadura militar**. São Paulo: Contexto, 2001.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda**: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. Campinas, UNICAMP, 2001.

LENIN, Vladimir Ilich. O imperialismo, fase superior do capitalismo. In: **Obras Escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, 1986.

LESSA, Carlos. **A estratégia do desenvolvimento. 1974/1976**; Sonho e fracasso. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1998. (30 Anos de Economia – UNICAMP, 5).

LIGUORI Guido. **Roteiros para Gramsci**. - Rio de Janeiro : Editora UFRJ, 2007.

LIMA, Ivone Teresinha Carletto de. **Itaipu: as faces de um mega projeto de desenvolvimento (1930-1984)**. Tese de doutorado – UFF/UNIOESTE. Niterói, 2004.

LOWY, Michael & SADER, Eder. *A militarização do Estado na América Latina*. IN: PADIS, Pedro (org.). **América Latina: Cinquenta anos de industrialização**. São Paulo: Hucitec, 1979.

MACIEL, David. **A argamassa da ordem**: da ditadura militar à Nova República (1974-1985). São Paulo: Xamã, 2004.

MANARIN, Odirlei. **Peões da Barragem**: memórias e relações de trabalho dos operários da construção da hidrelétrica de Itaipu – 1975 a 1991. Dissertação de Mestrado em História – UNIOESTE/MCR, 2008.

MANTEGA, Guido. *Acumulação de capital, crise e capital estrangeiro*. IN: MANTEGA, Guido e MORAES, Maria. **Acumulação monopolista e crises no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARCONI, Paolo. **A censura política na imprensa brasileira (1968-1978)**. 2ª Ed. São Paulo: Global, 1980.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

MARQUES, Eduardo Cesar. **Redes Sociais e permeabilidade do Estado**: Instituições e atores políticos na produção de infra-estrutura urbana no Rio de Janeiro. Tese de doutorado em Ciência Política – Universidade Estadual de Campinas, 1998.

MARX, Karl. *O método da economia política*. IN: FERNANDES, Florestan (Org.). **Marx-Engels: História**. São Paulo: Ática, 1983.

MATTOS, Marcelo Badaró. O governo João Goulart: Novos rumos da produção historiográfica. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.28, nº55, p.245-263- 2008.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **Estado e economia no Brasil**: opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

MENDONÇA, Sonia Regina; FONTES, Virginia Maria. **História do Brasil recente. 1964-1992**. São Paulo: Editora Ática, 2004.

MENEZES, Fernando Dominience. **Enunciados sobre o futuro**: ditadura militar, Transamazônica e a construção do “Brasil Grande”. Diss.Pós-Graduação. Universidade de Brasília, 2007.

MENGARDA, Salete Maria. **Itaipu**: a obra do século, barragem de exclusão social. Trabalho de Conclusão de Curso em História. UNIOESTE/MCR, 1997.

MOURA, Dione Oliveira. A Amazônia e o conflito civilização *versus* natureza no discurso da revista *Veja*. IN: MOTTA, Luiz Gonzaga (Org.). **Imprensa e poder**. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

NASCIMENTO, Wagner Cipriano do. **A gigante do concreto**: os pós e contras da construção da hidrelétrica de Itaipu na região Costa Oeste do Estado do Paraná. Monografia de Especialização em Análise Ambiental e Regional em Geografia. UNIOESTE/MCR, 2006.

NEVES, Lúcia M. W; PRONKO, Marcela A. O Mercado do Conhecimento e o Conhecimento para o Mercado. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

NEVES, Lucia Maria Wanderley & SANT'ANNA, Ronaldo. *Introdução: Gramsci, o Estado Educador e a Nova Pedagogia da Hegemonia*. In: **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005.

OLIVEIRA, Chico. **Crítica à razão dualista. O Ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

OLIVEIRA, Francisco de. **Capital, inflação e empresas multinacionais, de Charles Levinson**. Rio, GB: Editora Civilização Brasileira, 1972.

OLIVEIRA, Francisco. A Reconquista da Amazônia. IN: **Revista Novos Estudos CEBRAP** – São Paulo – SP. V.38, março de 1994.

OLIVEIRA, Francisco. **Elegia para uma re(li)gião**: SUDENE, Nordeste, Planejamento e conflito de classes. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

OSORIO, Jaime. *Crítica de la ciência vulgar. Sobre epistemologia y método em Marx*. **Herramientas: Revista de Debates y Critica Marxista**. Buenos Aires, jul.2004, n.26.

PANDOLFO, Clara. **Amazônia Brasileira**: Ocupação desenvolvimento e perspectivas atuais e futuras. Belém: CEJUP, 1994.

PICOLI, Fiorelo. **O capital e a devastação da Amazônia**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). IN: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilda de Almeida Neves (Org.). **O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. RJ: Civilização Brasileira, 2003.

RAUTENBERG, Edina. **Veja e os movimentos de guerrilha** (1968/1972) - Projeto de iniciação científica (PIBIC/UNIOESTE/PRPPG) 2005-2006.

\_\_\_\_\_. A revista *Veja* e os grupos guerrilheiros no Brasil (1968/1972). In: **Revista História e Luta de Classes**. Militares e luta de classes. Ano 6, Edição nº 10, novembro de 2010. PP.44-50.

REICHSTUL, Henri Philippe; COUTINHO, Luciano. Investimento Estatal 1974-1980: Ciclo e crise. IN: BELLUZZO, Luiz Gonzaga; COUTINHO, Renata. **Desenvolvimento Capitalista no Brasil**. Nº02. SP: Brasiliense, 1983.

REICHSTUL, Henri Phillippe. O estado como produtor energético. IN: SAES, Flávio Azevedo Marques de. **A energia e a economia brasileira**: interações econômicas e institucionais no desenvolvimento do setor energético no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1983.

RIBEIRO, Maria de Fátima Bento. **Memória do concreto**: vozes na construção de Itaipu. Dissertação de Mestrado em História Social, USP-SP, 1999.

SAES, Décio. Estado e classes sociais no capitalismo brasileiro dos anos 70/80. In: **República do capital**. Capitalismo e processo político no Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

SCHAFF, Adam. **História e verdade**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

SCHIMITT, Judite Veranisa. **Geopolítica e violência**: um estudo sobre a violência física e simbólica no processo de desapropriação dos atingidos de Itaipu (1978-1985). Projeto de pesquisa apresentado à Especialização em História e Região da UNIOESTE/MCR, 2004.

SCHMITT, Judite Veranisa. **Os atingidos por Itaipu**: História e Memória. Oeste do Paraná, décadas de 1970 a 2000. Dissertação de Mestrado em História – UNIOESTE/MCR, 2008.

SERRA, José. *Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira do Pós-Guerra*. IN: BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello; COUTINHO, Renata (Org.). **Desenvolvimento Capitalista no Brasil**. Ensaio sobre a crise. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

SILVA, Carla Luciana Souza. *A Carta ao Leitor de Veja*: um estudo histórico sobre editoriais. IN: **Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**. São Paulo, v.32, n.1, p. 89-107, jan./jun. 2009.

SILVA, Carla. **Veja: O indispensável partido neoliberal 1989-2002**. Niterói: UFF, Tese de Doutorado. 2005.

SILVA, Carla. **Veja: O indispensável partido neoliberal 1989-2002**. Cascavel: Edunioeste, 2009. Coleção Tempos Históricos, vol.7.

SILVA, Marcelle Ivie da Costa. **Amazônia e Política de Defesa no Brasil (1985-2002)**. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais – San Tiago Dantas (UNICAMP/UNESP/PUC-SP). São Paulo, 2004.

SILVA, Maria Ivonete Coutinho da. **Mulheres migrantes na Transamazônica**: construção da ocupação e do fazer política. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Belém, 2008.

SINGER, Paul. **A crise do “milagre”**. Interpretação crítica da economia brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. A censura durante o regime autoritário. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, nº 10, vol.04, junho de 1989.

SOUZA, Aparecida Darc de. **Formação econômica e social de Foz do Iguaçu**: um estudo sobre as memórias constitutivas da cidade (1970-2008). Tese (Doutorado em História Econômica). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SOUZA, Edson Belo Clemente. **A região do lago de Itaipu**: as políticas públicas a partir dos governos militares e a busca da construção de um espaço regional. Dissertação de Mestrado em Geografia: Desenvolvimento Regional e Urbano. Universidade Federal de Santa Catarina, 1998.

SOUZA, Edson Belo. Contextualização Política da Construção da barragem de Itaipu. **IN: Perspectiva Geográfica**. Nº 01, 2005.

SOUZA, Ulysses Alves de. A história secreta de *Veja*. IN: **Revista Imprensa**. Ano II, nº 13, setembro de 1988.

TEIXEIRA, Luciene Pires. **A indústria de construção brasileira sob a ótica da demanda efetiva**. Tese de doutorado pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), Minas Gerais, 2009.

TEZINI, Juliana Caetano Vaccari. O movimento estudantil em 1977 e a atuação política da Revista *Veja*. IN: **Tempos Históricos**. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Campus de Marechal Cândido Rondon. CCHEL, Colegiado do Curso de História. V.10, 1º semestre. Marechal Cândido Rondon: EDUNIOESTE, 2007.

TOLEDO, Caio Navarro de. **ISEB: Fábrica de Ideologias**. 2ª Ed. São Paulo: Ática, 1982.

VELHO, Otávio Guilherme. Transamazônica. In: **Frentes de expansão e estrutura agrária**. Estudos do processo de penetração numa área da transamazônica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

VILLALTA, Daniella. **Artesanato industrial na produção jornalística de 1968**. O surgimento da Revista *Veja* no contexto da modernização brasileira. Dissertação de mestrado em Teoria e Ensino da Comunicação. UESP – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 1999.

WAINER, Samuel. **Minha razão de viver** – Memórias de um repórter. Rio de Janeiro: Record, 1988.

#### **Endereços Eletrônicos:**

“**Nacionalismo e Imperialismo**”. Segundo o site, o texto foi publicado em *Retratos do Brasil*, páginas 83 e 84, da Editora Política, em 1985, uma publicação dirigida por Mino

Carta. Seu título original é "Ermírio e as seis irmãs".  
<http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=717>.

AMADO, João. A Ditadura de Gaspari. IN: **O Lobo**. O pasquim de Fausto Wolff e amigos na web. Disponível em: <http://www.olobo.net/index.php?pg=colunistas&id=51>.

ARAÚJO, Izabelle; BARGAS, Joanine; DAMASCENO, Joice; LAGES, Lara; BRITO, Rosaly. Identidade e mídia: a questão indígena nas cidades da Amazônia. IN: **Intercon – XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Curitiba, PR. 4 a 7 de setembro de 2009. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-0998-1.pdf>.

BESSA, Isabela. Colunista Élio Gáspari estreia amanhã. In: **Gazeta Online**. 17/04/2010. Disponível em: [http://gazetaonline.globo.com/\\_conteudo/2010/04/626707-colunista+elio+gaspari+estreia+amanha.html](http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2010/04/626707-colunista+elio+gaspari+estreia+amanha.html).

Blog de Ailton Medeiros. **A estranha relação entre Agripino e a Camargo Correa**.  
<http://www.ailtonmedeiros.com.br/a-estranha-relacao-de-agripino-e-a-camargo-correa/2009/04/02/>.

CHAVES, Marilena. A estrutura da indústria da construção no Brasil. IN: **Revista Análise e Conjuntura**. Vol.1, nº02 – 1986. Disponível na Fundação José Pinheiro, no site: [www.fjp.mg.gov.br/revista/analiseconjuntura/viewarticle.php?id=19](http://www.fjp.mg.gov.br/revista/analiseconjuntura/viewarticle.php?id=19). Consulta realizada em 29 de setembro de 2010.

COSTA, José Carlos Lelis (Latinha). [Fora Agripino: sócio de empreiteira que aparece na Operação Fator da Polícia Federal](#). Postado em 27 de agosto de 2009. In:

FOSTER, John Bellamy. Ecologia e a transição do capitalismo para o socialismo. IN: **O Comuneiro**. Março de 2010. Disponível em: <http://outrapolitica.wordpress.com/2010/05/26/ecologia-e-a-transicao-do-capitalismo-para-o-socialismo/>.

GALLO, Armando Yahn Filho. Aproveitamento hídrico na Bacia do Plata: Conflito e Cooperação (de 1966 a 1992). III Encontro da ANPPAS. Brasília-DF, 2006. Disponível em: [http://www.anppas.org.br/encontro\\_anual/encontro3/arquivos/TA171-05032006-235955.PDF](http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro3/arquivos/TA171-05032006-235955.PDF)

<http://blogdolatinha.blogspot.com/2009/08/fora-agripino-socio-de-empreiteira-que.html>.

<http://ictsd.org/i/news/pontesquinzenal/11170/>

<http://joaobosquo.blog.br/?p=3797>

<http://pt.wikipedia.org/wiki/BR-277>

[http://pt.wikipedia.org/wiki/Minas Tênis Clube](http://pt.wikipedia.org/wiki/Minas_Tênis_Clube)

[http://pt.wikipedia.org/wiki/Ponte Rio-Niterói](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ponte_Rio-Niterói)

<http://www.amr.org.br/index.php>

<http://www.camargocorrea.com.br/jk/>

<http://www.ead.fea.usp.br/eadonline/grupodepesquisa/publicações/Adalberto/71.htm>.

[http://www.eletronbras.com.br/Em\\_Biblioteca\\_40anos/73-79.asp](http://www.eletronbras.com.br/Em_Biblioteca_40anos/73-79.asp)

<http://www.memoriavotorantim.com.br/memoria/>

<http://www.memoriavotorantim.com.br/MemoriaVotorantim/linhatempo/linhaTempo.do?action=verData&key=2>.

<http://www.minastenisclub.com.br/cmi/Pagina.aspx?5443>

<http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/meio-ambiente-transamazonica/index.php>

<http://www.votorantim.com.br/pt-br/RI/Paginas/ri.aspx>

ICTSD – International Centre for Trade and Sustainable Development. Revisão de Itaipu dita o tom das relações Brasil – Paraguai. Volume 3, número 9, 13/5/2008. <http://ictsd.org/i/news/pontesquinzenal/11170/>.

JOÃO, Belmiro do Nascimento; FISCHMANM. Adalberto Américo. *Camargo Corrêa Cimentos e Loma Negra: Uma Abordagem Baseada no Conhecimento*. In: **SLADE BRASIL, 2006**. Encontro luso-brasileiro de estratégia. UNIVALI – Balneário de Camboriú / SC. 03 a 04 de novembro de 2006. <http://www.ead.fea.usp.br/eadonline/grupodepesquisa/publicações/Adalberto/71.htm>.

MAESTRI, Mário; JAKOBSKIND, Mário. A historiografia envergonhada. In: **CMI BRASIL**. Centro de mídia independente. 4/5/2003. Disponível em: <http://brasil.indymedia.org/pt/blue/2003/05/253866.shtml>.

MELO, Luciano Moraes. Itaipu: Conflito e Cooperação na Bacia do Plata. IN: Portal Luis Nassif. 10/11/08. <http://blogln.ning.com/profiles/blogs/itaipu-conflito-e-cooperacao>

NAVARRO, Luana; CARMO, Arthur do. **Projeto “Imaginários Compartilhados” – Transamazônica**. Disponível em: <http://imaginarioscompartilhados.wordpress.com/>.

NAVARRO, Luana; CARMO, Arthur do. **TRANSAMAZÔNICA – Projetos Imaginários Compartilhados**. <http://imaginarioscompartilhados.wordpress.com/sobre-o-projeto/>.

OLIVEIRA, Terezinha & MENDES, Claudinei Magno Magre. **A questão educacional em Roberto Simonsen**. p. 4. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema4/0453.pdf>.

PIRES, Daniela de Oliveira. **A configuração jurídica das organizações não-governamentais**. Disponível em: <http://guaiba.ulbra.tcche.br/pesquisas/2009/artigos/direito/seminario/551.pdf>. Consulta realizada em 5/7/2010.

*Ponte Rio – Niterói – RJ. Resumo Informativo de Pontes e Viadutos Relevantes. Ministério dos Transportes. Secretaria de Política Nacional de Transportes. Banco de Informações e Mapas dos Transportes.* [http://www.transportes.gov.br/bit/pontes/rj/rio\\_niteroi/Gptrnite.htm](http://www.transportes.gov.br/bit/pontes/rj/rio_niteroi/Gptrnite.htm).

**Revista Consultor Jurídico.** “Empreiteira é acusada de desfalcar União em R\$ 71 mil”. 26 de março de 2009. <http://www.conjur.com.br/2009-mar-26/camargo-correa-acusada-desfalque-71-milhoes-uniao>.

UEHARA, Alexandre Ratsuo. **O crescimento econômico e os investimentos diretos japoneses no Brasil.** In: [http://www.fjisp.org.br/estudos/ed%2002/crescimento\\_economico.doc](http://www.fjisp.org.br/estudos/ed%2002/crescimento_economico.doc). Consulta realizada em 05 de agosto de 2008.

VILLALTA, Daniella. *O surgimento da revista Veja no contexto da modernização brasileira.* **INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação.** XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002. Disponível em: [http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2002/congresso2002\\_anais/2002\\_NP2VILLALTA.pdf](http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2002/congresso2002_anais/2002_NP2VILLALTA.pdf). Consulta realizada em 14/5/2010.

VILLALTA, Daniella. *Reflexos da modernização econômica brasileira no mercado editorial de revistas.* **IN: Comum** – Rio de Janeiro – v.14 – nº31 – p.117 a 143 – julho/dezembro 2008. Disponível em: <http://www.facha.edu.br/publicacoes/comum/comum31/Artigo7.pdf>.

#### FONTES:

Exemplares da revista *Veja* de 11 de setembro de 1968 (Edição nº 01) à 27 de dezembro de 1978 (edição nº 538).

Endereço eletrônico: <http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>

## **ANEXOS**